



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

A terra em disputa: media e discursos em transformação no Brasil contemporâneo

Laara Aiqueça Carneiro Hügel

Doutoramento em Ciências da Comunicação

Orientadoras:

Doutora Cláudia Álvares, Professora Associada com Agregação,
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Iscte-Iul

Doutora Guya Accornero, Professora Auxiliar com Agregação,
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Iscte-Iul

Outubro, 2024



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Sociologia

A terra em disputa: media e discursos em transformação no Brasil contemporâneo

Laara Aiqueça Carneiro Hügel

Doutoramento em Ciências da Comunicação

Orientadoras:

Doutora Cláudia Álvares, Professora Associada com Agregação,
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Iscte-Iul

Doutora Guya Accornero, Professora Auxiliar com Agregação,
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Iscte-Iul

Outubro, 2024



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Sociologia

A terra em disputa: media e discursos em transformação no Brasil contemporâneo

Laara Aiqueça Carneiro Hügel

Doutoramento em Ciências da Comunicação

Júri:

Doutor Vania Baldi, Professor Associado com Agregação, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa (Presidente)

Doutora Maria Cláudia Silva Afonso e Álvares, Professora Associada com Agregação, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Marisa Torres da Silva, Professora Catedrática, Instituto de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa

Doutor Paolo Gerbaudo, Investigador Sênior, Faculdade de Ciências Políticas e Sociologia da Universidade Complutense de Madrid

Doutora Helena Martins, Professora Adjunta, Universidade Federal do Ceará

Doutor Mali Üzelgün, Investigador Associado, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

*A sabedoria de Deus, amados filhos, é infinita: aí está a terra e quem há de trabalhar,
crescei e multiplicai-vos. Crescei e multiplicai-me, diz o latifúndio.
Mas tudo isto pode ser contado de outra maneira.
José Saramago. Levantado do chão, 1980.*

O presente trabalho recebeu apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia através de uma bolsa com a referência 2020.05315.BD.



Foi desenvolvido no Iscte-Iul e no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), no Programa Doutoral em Ciências da Comunicação.



Agradecimento

Agradeço a minha mãe, Rosangela, aos meus irmãos, Amana e Cauê, e aos meus avós, Jones e Ernestina, por todo amor, apoio e formação, em todos os seus sentidos. Sem esta base e acompanhamento, afetivo e material (e não há aqui qualquer intenção de oposição), esta tese não existiria.

Aos amigos, de Portugal e Brasil, pelas celebrações, consolos, debates, orientações. Ao Pombinho, pelo suporte, lá atrás, no início dessa jornada. À Íris, Antonio e CC, com quem compartilhei uma boa parte da vida no decorrer desse percurso. À Carol, Zara, Sofia, Casimiro, Bia e Miguel (a este, também pelas provocações políticas), pelo companheirismo ao longo desses anos lusitanos. Ao Livino, companhia de doutoramento, conferências e debates teóricos sobre o populismo, o capitalismo e outros ismos, interlocução essencial ao desenvolvimento dessa tese; agradeço também suas palavras de incentivo nos tantos momentos de dúvida. No Brasil, aos companheiros de sempre, Anninha, Mari, Bianca, Helena, Lucas, Leandro (a este, também pelas sempre bem encaixadas sugestões bibliográficas, ainda lá atrás, quando a pesquisa ainda era projeto). Ao Vini, companheiro de estudo ainda nos tempos de UFRJ, e ao nosso reencontro. Agradeço também ao Gabriel, pelo incentivo nas primeiras incursões em conferências académicas e pela troca profunda no então para mim tateante campo da antropologia.

Agradeço especialmente às minhas orientadoras, as Prof^{as}. Cláudia Álvares e Guya Accornero. E a todos os professores que me acompanharam ao longo desse percurso. Ao Prof. Elídio Marques, quando ainda na graduação orientou o primeiro grupo que eu participaria nesta área temática. À Prof^a. Maria João Vaz, quando ao fim do mestrado que me orientava, incentivou-me a seguir para o doutoramento, não só diretamente, mas pela leveza que deu à pesquisa e a vivência na academia. Às Prof^{as}. Joana Azevedo e, novamente, Guya Accornero, pelo apoio essencial (talvez sem saberem) para que, depois de uma atribulada defesa de projeto, eu tenha seguido no doutorado e iniciado a pesquisa. À Guya, agradeço ainda, para além das fundamentais orientações e contribuições teóricas e de escrita desta tese, o apoio durante o concurso de bolsas da FCT, à boa vontade, disposição e abertura ao longo desses anos de convívio. Por fim, ao Prof. Gustavo Cardoso e aos inúmeros Seminários de Tese, essenciais para a reflexão sobre cada etapa da pesquisa e impulsão para as seguintes.

Agradeço ainda ao MediaLab/ Iscte-lul, na então figura do investigador Décio Telo, pelo apoio na recolha dos dados desta investigação; ao CIES, na figura da Neide Jorge, pelo apoio financeiro à participação em conferências e toda estrutura e ferramentas de trabalho proporcionadas pelo Centro de Investigação; ao Iscte-lul e seu quadro de funcionários como um todo, que foi, durante muitos anos, meu pousado em Portugal; à UNIRIO, através do Prof.

Guilherme Reis, pela generosidade em me receber para uma formação complementar no Brasil; e, por fim, ao financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia de Portugal, sem o qual esta investigação e esta tese não teriam sido realizadas.

Por último, agradeço a imensa generosidade e disponibilidade dos meus interlocutores no Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra, sem as quais também não teria sido possível concluir esta tese.

Resumo

Esta investigação buscou compreender as transformações na comunicação política sobre a terra no Brasil contemporâneo, tendo como premissa o histórico de disputas e a ampla diversidade de modos de relação com a terra que coexistem na paisagem agrária brasileira. No campo de estudos da comunicação, levamos em consideração a crescente utilização das novas tecnologias e a sua integração no modo de comunicação em rede. Foram analisados os discursos relacionados ao tema nas campanhas de Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro em 2010, 2014 e 2018, num contexto de ascensão do populismo; e a comunicação articulada pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra durante a década de 2010. Para a primeira fase desta pesquisa, desenvolvemos uma Análise Crítica do Discurso informada por uma análise temática de conteúdo prévia. A seguir, uma Análise de Redes Semânticas foi aplicada sobre os tweets do MST nos anos eleitorais supracitados e entrevistas semiestruturadas foram realizadas com integrantes do Setor Nacional de Comunicação da organização. Ao fim, observámos que um mesmo processo de transição entre modelos comunicacionais tem reflexos contrários sobre a comunicação que resulta da interação entre intervenientes políticos díspares. Enquanto observámos na política partidária institucional uma monoculturalização do discurso sobre a terra a partir da combinação entre as ideologias neoliberal e populista, acompanhámos a pluralização de sua representação mediada na comunicação Sem Terra. No final dos anos 2010s, testemunhámos, assim, uma retomada do neoliberalismo na disputa hegemónica sobre a terra a partir de um novo alicerce – o populismo enquanto fenómeno discursivo-ideológico crítico.

Palavras-chave: comunicação política; comunicação em rede; terra; populismo; movimentos sociais.

Abstract

This research sought to understand the transformations in political communication on land-related issues in contemporary Brazil, based on the history of disputes and on the wide diversity of ways of relating to land that coexist in the Brazilian agrarian landscape. Within the field of communication studies, we took into account the growing use of new technologies and their integration into the network mode of communication. We analyzed land-related discourses in the presidential campaigns of Dilma Rousseff and Jair Bolsonaro in 2010, 2014 and 2018, in a context of the rise of populism; and the communication articulated by the Landless Workers' Movement during the 2010s. For the first phase of this research, we developed a Critical Discourse Analysis informed by a previous thematic content analysis. Next, a Semantic Network Analysis was applied to MST's Twitter official account during the aforementioned election years and semi-structured interviews were conducted with members of the organization's National Communication Sector. In the end, we observed that the same process of transition between communication models has opposite effects on the communication that results from the interaction between different political players. While in institutional party politics we observed a monoculturalization of land-related discourse from the combination between neoliberal and populist ideologies, we accompanied the pluralization of its mediated representation in *Sem Terra* communication. At the end of the 2010s, we witnessed a return to neoliberalism in the hegemonic dispute over land, based on a new foundation – populism as a critical discursive-ideological phenomenon.

Keywords: political communication; network communication; land-related issues; populism; social movements.

Índice

Agradecimento	i
Resumo	iv
Abstract	vi
Índice de figuras	xii
Índice de tabelas	xii
Índice de gráficos	xiii
Índice de grafos	xiii
Lista de siglas	xv
 1ª PARTE	
Introdução	1
A terra na comunicação política do Brasil: objeto e objetivo geral de investigação	1
Estado da arte e questões metodológicas	3
A tese: desenho da escrita	11
Por que a terra como objeto de estudo na comunicação? Algumas premissas para esta tese	12
Por que a comunicação como área de estudo? Algumas premissas para esta tese	22
 Capítulo 1. Populismo, novos media e a ascensão da ultradireita populista no Brasil	29
1.1. Populismos	29
1.1.1. A construção do discurso populista ou a lógica política do populismo laclauiano	32
1.1.2. A abordagem ideológica	35
1.1.3. O populismo enquanto estilo político e performance comunicativa	40
1.1.4. Qual definição utilizamos afinal?	42
1.2. Democracia, crise e a crítica ao populismo enquanto resposta	43
1.3. Media e populismo	46
1.3.1. Comunicação em rede e o estilo populista	47
1.3.2. Populismo digital	50
1.3.3. Populismo, novos media e democracia	52
1.4. O populismo (digital e de direita) chega ao Brasil	57
1.4.1. O populismo no Brasil	57

1.4.2. A ascensão da ultradireita populista brasileira ou do bolsonarismo	60
1.5. Para finalizar	64
Capítulo 2. MST, movimentos sociais e os media	67
2.1. O Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra	67
2.1.1. Comunidades Eclesiais de Base e Comissão Pastoral da Terra, ocupações e o 'novo sindicalismo'	67
2.1.2. Socio-territorialização do MST, violência e marcos simbólicos	70
2.1.3. Reivindicações e as suas transformações ao longo de 40 anos	73
2.1.4. A comunicação nesse processo	75
2.2. Abordagens teóricas e intersecções para a análise do MST	84
2.2.1. Eleições e movimentos sociais	95
2.2.2. Reforma agrária popular agroecológica: ponte entre teorias	100
2.3. Movimentos sociais, media digital, intervenientes e arenas	107
2.3.1. As redes e media sociais online enquanto arenas	109
2.3.2. Arenas sobre arenas: a ecologia dos media e a análise dos intervenientes ali inseridos	111
2.3.3. As redes e media sociais online enquanto intervenientes	114
2.3.4. Estudos em ativismo digital: aonde entra o MST?	118
2.4. Para finalizar	124
Capítulo 3. Desenho da investigação empírica e métodos	127
3.1. Análise de dados secundários	129
3.2. As campanhas presidenciais de 2010, 2014 e 2018	131
3.2.1. Análise temática de conteúdo	132
3.2.2. Análise crítica do discurso	137
3.2.2.1. Princípios teóricos da abordagem	137
3.2.2.2. Operacionalização da análise	141
3.3. A comunicação do MST	144
3.3.1. Análise de redes semânticas	147
3.3.2. Entrevistas semiestruturadas	154
3.4. Para finalizar	161
2ª PARTE	
Capítulo 4. A terra nas eleições presidenciais	163
4.1. Alguns dados iniciais	163
4.2. As temáticas que predominaram o discurso eleitoral sobre a terra	169

4.2.1. 2010: Dilma Rousseff e os 'programas sociais'	170
4.2.1.1. Debates televisivos	170
4.2.1.2. Twitter	172
4.2.2. 2014: Dilma Rousseff e o 'desenvolvimento económico'	175
4.2.2.1. Debates televisivos	175
4.2.2.2. Twitter	177
4.2.3. 2018: Jair Bolsonaro, 'concerto político' e 'apoio popular'	179
4.2.3.1. Debate e entrevistas televisivos	179
4.2.3.2. Twitter	180
4.3. Crítica do discurso eleitoral sobre a terra	181
4.3.1. Dilma Rousseff	182
4.3.1.1. 2010: uma campanha ainda pouco digital	182
4.3.1.1.1. O agricultor familiar enquanto ator privilegiado	182
4.3.1.1.2. Tranquilidade e assertividade: entre a experiência política e a tecnocracia	186
4.3.1.1.3. A operacionalização da ideologia e algumas conclusões sobre 2010	187
4.3.1.2. 2014: a entrada na comunicação em rede	190
4.3.1.2.1. O ator oculto	190
4.3.1.2.2. A introdução de elementos de estilo populistas	193
4.3.1.2.3. A operacionalização da ideologia e algumas conclusões sobre 2014	195
4.3.2. Jair Bolsonaro	199
4.3.2.1. 2018: a comunicação em rede se consolida	199
4.3.2.1.1. O campo se divide	201
4.3.2.1.2. A consolidação de um estilo populista	204
4.3.2.1.3. A operacionalização da ideologia e algumas conclusões sobre 2018	206
4.4. Algumas conclusões gerais acerca da terra nas eleições presidenciais	208
 Capítulo 5. A terra na comunicação Sem Terra	 215
5.1. Alguns dados iniciais	215
5.2. As redes de sentido da terra	218
5.2.1. A rede semântica de 2010	219
5.2.2. A rede semântica de 2014	227
5.2.3. A rede semântica de 2018	237
5.3. Os dilemas estratégicos Sem Terra	248
5.3.1. Cautela e debate no início dos anos 2010s: o MST adere às novas plataformas digitais	250
5.3.2. Retração e propulsão em meados dos anos 2010s: a comunicação Sem Terra se reorganiza	256

5.3.3. Redes e porosidades no final dos anos 2010s: o MST ocupa as novas plataformas digitais	266
5.4. Algumas conclusões gerais acerca da terra na comunicação Sem Terra	278
Conclusão	288
Reunindo a comunicação <i>sobre e da</i> terra: uma mesma transição comunicacional, duas mediações da terra	290
Intervenientes e arenas na disputa pela hegemonia da mediação da terra: escolhas e condicionamentos	296
Para finalizar	302
Referências Bibliográficas	311
Fontes Disponíveis	326
Apêndices	
1. A transformação agro-socioambiental brasileira da redemocratização a 2019 – compilação de dados secundários	334
2. Programa lexical utilizado para filtragem de tweets	371
3. Questionário de autorresposta para desenvolvimento da Análise Crítica do Discurso	374
4. Guião-base para entrevistas semiestruturadas a atuais e antigos integrantes do Setor Nacional de Comunicação do MST	398
5. Amostra completa de pronunciamentos televisionados e tweets dos presidentes Dilma Rousseff (2010 e 2014) e Jair Bolsonaro (2018)	401

Índice de figuras

Figura 1. Boletim Sem Terra Nº 01/1981	79
Figura 2. Janela de visualização “Visão geral” do <i>Gephi</i> – nó epicentral: “agronegócio”	149
Figura 3. Janela de visualização “Laboratório de dados” do <i>Gephi</i> – nós	149
Figura 4. Janela de visualização “Laboratório de dados” do <i>Gephi</i> – arestas	150

Índice de tabelas

Tabela 1. Distribuição fundiária – Brasil – 1950	18
Tabela 2. Distribuição fundiária – Brasil – 2017	18
Tabela 3. Congressos nacionais do MST e seus respectivos lemas	75
Tabela 4. 1o tratamento dos debates e entrevistas televisionados (exemplo)	134
Tabela 5. Codificação para análise temática de conteúdo dos pronunciamentos de Rousseff e Bolsonaro em rede televisiva (exemplo)	135
Tabela 6. Análise temática de conteúdo com seleção de amostra para Análise Crítica do Discurso – debates e entrevistas televisionados	136
Tabela 7. Análise temática de conteúdo com seleção de amostra para Análise Crítica do Discurso – Twitter	136
Tabela 8. Debate televisionado Dilma Rousseff – 2010 – 1ª volta Rede Bandeirantes	166
Tabela 9. Debate televisionado Dilma Rousseff – 2010 – 1ª volta Rede Globo	167
Tabela 10. Debate televisionado Dilma Rousseff – 2010 – 2ª volta Rede Bandeirantes	167
Tabela 11. Debate televisionado Dilma Rousseff – 2010 – 2ª volta Rede Globo	167
Tabela 12. Debate televisionado Dilma Rousseff – 2014 – 1ª volta Rede Bandeirantes	168
Tabela 13. Debate televisionado Dilma Rousseff – 2014 – 1ª volta Rede Globo	168
Tabela 14. Debate televisionado Dilma Rousseff – 2014 – 2ª volta Rede Bandeirantes	168
Tabela 15. Debate televisionado Dilma Rousseff – 2014 – 2ª volta Rede Globo	168
Tabela 16. Debate televisionado Jair Bolsonaro – 2018 – 1ª volta Rede Bandeirantes	169
Tabela 17. Entrevista Jair Bolsonaro – 2018 – 1ª volta Rede Record	169
Tabela 18. Entrevista Jair Bolsonaro – 2018 – 2ª volta Rede Bandeirantes	169
Tabela 19. Entrevista Jair Bolsonaro – 2018 – 2ª volta Rede Globo	169
Tabela 20. Estatísticas relacionadas aos grafos 1, 2 e 3	220

Índice de gráficos

Gráfico 1. Balança comercial brasileira e balança comercial do agronegócio: 1997 a 2020 em mil milhões de US\$	16
Gráfico 2. Número de tweets entre 1º de janeiro e data da segunda volta eleitoral – presidenciais eleitos	164
Gráfico 3. Análise temática de conteúdo: 2010 – Dilma Rousseff – Debates televisivos	170
Gráfico 4. Análise temática de conteúdo: 2010 – Dilma Rousseff – Twitter	173
Gráfico 5. Taxa de desmatamento da Amazônia Legal entre 2003 e 2010 em hectares	174
Gráfico 6. Análise temática de conteúdo: 2014 – Dilma Rousseff – Debates televisivos	176
Gráfico 7. Análise temática de conteúdo: 2014 – Dilma Rousseff – Twitter	178
Gráfico 8. Análise temática de conteúdo: 2018 – Jair Bolsonaro – Debates e entrevistas televisivos	180
Gráfico 9. Análise temática de conteúdo: 2018 – Jair Bolsonaro – Twitter	181
Gráfico 10. Transformação da cobertura de solo “floresta natural” para “agropecuária” de 1985 a 2019	197
Gráfico 11. Número de tweets entre 1º de janeiro e data da segunda volta eleitoral – MST	215
Gráfico 12. Número de tweets de 2010 a 2019 – MST	216
Gráfico 13. Assentamento de trabalhadores rurais entre 2003 e 2010	225
Gráfico 14. Assentamento de trabalhadores rurais entre 2010 e 2014	232
Gráfico 15. Número de tweets entre 1º de janeiro e data da segunda volta eleitoral – presidenciais eleitos e MST	291

Índice de grafos

Grafo 1. Rede Semântica Twitter @MST_Oficial 2010	221
Grafo 2. Rede Semântica Twitter @MST_Oficial 2014	228
Grafo 3. Rede Semântica Twitter @MST_Oficial 2018	239

Lista de siglas

Abag Associação Brasileira do Agronegócio
AC Análise de conteúdo
ACD Análise Crítica do Discurso
APIB Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
ARS Análise de Redes Semânticas
ASA Articulação do Semiárido
ATD Análise Teórica do Discurso
BAEC Brigada de Audiovisual Eduardo Coutinho
CEBs Comunidades Eclesiais de Base
CLOC Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo
CMI Centro de Media Independente
CNA Confederação Nacional da Agricultura
CONAQ Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CONTAG Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPISP Comissão Pró-Índio de São Paulo
CPMI Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CPT Comissão Pastoral da Terra
EOP Estruturas de Oportunidade Política
EPC Economia Política Crítica
EUA Estados Unidos da América
FPA Frente Parlamentar da Agropecuária
IBOPE Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística
INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
ISA Instituto Socioambiental
LGBTQIAPN+ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Travestis, Queers, Intersexo, Assexuais, pansexuais, não-binários e outros
LSPA Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
MAB Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MASTER Movimento dos Agricultores Sem Terra

MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MPA Movimento dos Pequenos Agricultores
MST Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra
OMC Organização Mundial do Comércio
PCB Partido Comunista Brasileiro
PCdoB Partido Comunista do Brasil
PIB Produto Interno Bruto
PL Partido Liberal
PSDB Partido da Social Democracia Brasileira
PSL Partido Social Liberal
PSOL Partido Socialismo e Liberdade
PT Partido dos Trabalhadores
SIP Abordagem Estratégica Interacionista
SIVAM Sistema de Vigilância da Amazônia
TI Tecnologia da informação

Introdução

A terra na comunicação política do Brasil: objeto e objetivo geral de investigação

Durante a sua primeira campanha presidencial, Dilma Rousseff afirma, em rede nacional, durante o debate eleitoral transmitido pela Rede Globo de Televisão em outubro de 2010, que a responsabilidade (socio)ambiental sobre a terra apenas é adquirida pelas populações locais a partir da sua regularização fundiária, por sua vez impulsionada nos governos anteriores do Partido dos Trabalhadores. Ali, a candidata atribuía à ideia de propriedade rural, e esta sob a benevolência do Estado, condição *sine qua non* às relações de cuidado com a terra.

Naquele momento, porém, podemos visualizar em outros trechos da sua campanha que a condição de posse a que se referia dava margem à inclusão de variações jurídicas da titulação de terra, tais como os assentamentos rurais. Já oito anos depois, em 2018, Jair Bolsonaro pauta a sua campanha eleitoral sobre o lema “FAMÍLIA e PROPRIEDADE PRIVADA” (Bolsonaro, 2018)¹, tal como publicou, como aqui reproduzimos – em caixa alta –, em sua conta oficial no (então) Twitter/ (hoje) X², explicitando a que tipo de propriedade se referia.

Quatro séculos antes, John Locke (1994 [1690], Capítulo V) escrevia sobre a “propriedade”, em seu Segundo Tratado sobre o Governo Civil e expunha as bases para esta que viria a ser um dos símbolos da campanha deste último candidato: a propriedade privada. Para o filósofo, era o trabalho sobre a terra que definia a sua posse (sec. 40) e é a partir desta ideia que depois irá justificar a possibilidade de acumulação de ouro e prata (sec. 50) para que o excedente produzido não afluísse no pecado do desperdício (sec. 31), os fundamentos da ideologia liberal:

percebemos que existe um elo entre o fato de subjugar e cultivar a terra e adquirir o domínio sobre ela. Um garante o título do outro. Da mesma forma que Deus, ao dar a ordem para subjugar as coisas, habilitou o homem a se apropriar delas. A condição da vida humana, que necessita de trabalho e de materiais para serem trabalhados, introduz forçosamente as posses privadas. (Locke, 1994, Capítulo V, sec. 35).

Voltando ao século XXI, na contramão desta premissa mercantil da relação com a terra, Antônio Bispo dos Santos (2015; 2020), líder quilombola e filósofo, tal como Locke (1994), descreve os desígnios do Deus bíblico ocidental no que tange as questões relacionadas à terra, mas, em contraposição àquele, o faz de forma crítica. Para Bispo dos Santos (2015), na ontologia bíblica, o trabalho sobre a terra representaria a maldição de Adão por Deus e aponta, paralelamente, a diferença deste para o pensamento a que chama contracolonial, que não

¹ Disponível em: <https://x.com/jairbolsonaro/status/1056124844058796032>. Acesso em: 19 ago. 2024.

² Apesar desta tese ser escrita entre 2023 e 2024, após compra da empresa Twitter, Inc. por Elon Musk e a sua renomeação como X, nos referiremos à plataforma ainda enquanto Twitter, de acordo com o nome que a mesma tinha durante o recorte temporal desta pesquisa.

tem na terra esta relação obrigatória com o trabalho, com a sua subjugação e, indiretamente, com o acúmulo.

[S]egundo nossas mestras e mestres, (...) o melhor lugar de guardar a mandioca é na terra. Ao contrário da fadiga maldita à qual Adão foi condenado pelo Deus bíblico, aqui se vivencia a comunhão prazerosa da biointeração. (...) Assim, como dissemos, a melhor maneira de guardar o peixe é nas águas. E a melhor maneira de guardar os produtos de todas as nossas expressões produtivas é distribuindo entre a vizinhança (...). Com isso quero afirmar que nasci e fui formado por mestras e mestres de ofício em um dos territórios da luta contra a colonização. (Bispo dos Santos, 2015, pp. 84-5).

Voltando aos acima mencionados pronunciamentos de Rousseff e Bolsonaro, nesse mesmo período – a década de 2010, portanto –, o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), de orientação política contrária àquela do princípio do liberalismo económico descrito, passou a veicular as suas reivindicações e ações de protesto em diferentes plataformas digitais – como o Twitter, Facebook, WhatsApp e Instagram –, reunindo-as ao seu repertório de comunicação (Mattoni, 2013) mais tradicional – o Jornal Sem Terra, a Revista Sem Terra, as rádios comunitárias e programas de rádio nacionais, etc.

Não só o MST, mas uma série de coletivos que reivindicam ativamente o direito à terra e aos seus modos de se relacionar com a mesma no Brasil passaram a ocupar os espaços digitais e a disputar a narrativa sobre este objeto – ou sujeito, a depender de quem o trata. Vemos neste período, por exemplo, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) aderir, no início da década de 2010, ao Twitter e Facebook; o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) a criar, em 2011, a sua página no Facebook; a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) – de 2017 em diante – a aderir ao Facebook, Twitter e Instagram; a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) a aderir em 2020 às mesmas plataformas; etc.

Se “hoje em dia, os moradores dos *centros* da mata lutam pela existência enviando porta-vozes e argumentos pelas *margens* dos rios digitais” (Almeida, 2016, p. 20, grifo no original), vimos a necessidade de entender como as terras que coabitam o espaço agrário (e, indiretamente, também o urbano) no Brasil se relacionam com o processo de transformação da comunicação que observamos nas últimas décadas – um que vai da comunicação de massas à comunicação em rede (Cardoso, 2002; 2009; 2023).

Da mesma forma, observamos nos últimos anos a ascensão de governos de ultradireita em diferentes regimes políticos e democracias liberais e de candidatos cujos discursos populistas vieram a se adequar ao uso das novas tecnologias da comunicação e da informação (Gerbaudo, 2019). No Brasil, observamos recentemente este fenômeno a partir da campanha e posterior eleição de Jair Bolsonaro à presidência da república (Cesarino, 2020).

Buscamos, então, atender com esta tese o seguinte objetivo geral de investigação: compreender as transformações na comunicação política *sobre e da* terra no Brasil

contemporâneo e as suas disputas, levando em consideração a crescente utilização das novas tecnologias da comunicação ao longo desse tempo e a sua integração no modo de comunicação em rede, a partir 1) da análise dos discursos relacionados ao tema nas campanhas presidenciais de 2010, 2014 e 2018, num contexto de ascensão do populismo digital, e 2) da comunicação articulada pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra nesse mesmo período.

Estado da arte e questões metodológicas

Pelo teor desta investigação e seu objetivo principal, duas distintas áreas de estudo se fizeram fundamentais a esta pesquisa: uma primeira que buscasse compreender o estado da arte do populismo na comunicação política institucional, bem como a sua relação com as novas tecnologias da comunicação; outra, em que a intersecção comunicação e movimentos sociais de uma forma geral e do MST em específico se faz indispensável.

No que tange o estado da arte do estudo do populismo, tornou-se lugar comum dizer que se trata de um termo amplamente disputado quanto ao seu significado e abordagem, tendo sido caracterizado enquanto difícil, escorregadio, mercurial, vago, etc. (Waisbord e Amado, 2017; Mudde e Kaltwasser, 2017; Álvares e Dahlgren, 2016; Gidron e Bonikowski, 2013; etc.) – bem como se tornou habitual na literatura sobre o conceito este tipo de caracterização (Moffitt, 2016). Mas introduzo o tópico seguindo este costume e aproveito para argumentar que a nomenclatura do conceito utilizado importará menos nesta pesquisa que o conteúdo selecionado desta ampla literatura para o entender enquanto populismo, uma vez que utilizarei elementos das diferentes abordagens descritas.

Deste debate, muitas vezes integrado, entre as diferentes abordagens ao populismo, muito se aprofundou sobre a construção discursiva das fronteiras políticas, estas fluidas e porosas (Laclau, 2005); sobre a constituição ideológica antagônica e moral do fenómeno (Mudde, 2004); e sobre a relação entre o mesmo e as performances comunicativas dos atores políticos (Moffitt, 2016; Cardoso, 2023). Sobre a relação (ou oposição) entre o populismo e a democracia liberal, Pierre Rosanvallon (2011) e Mudde e Kaltwasser (2017), por exemplo, descreveram de forma aprofundada o fenómeno. Sobre a relação entre as crises políticas e económicas nas democracias liberais e a ascensão populista, Kriesi e Pappas (2015), por exemplo, também o fizeram de forma minuciosa.

Sobre o reflexo da transformação nas tecnologias da comunicação e da informação no populismo, Gerbaudo (2018) tem um longo trabalho sobre o fenómeno, seja na política partidária (2019), seja dos movimentos sociais (2017a; 2017b). De Blasio e Sorice (2018), bem como os pesquisadores do *National Center of Competence in Research on 'Challenges to Democracy in the 21st Century' (NCCR Democracy)* também o têm (Ernst et al., 2019; 2018). Da mesma forma, Govil e Baishya (2018) e Waisbord e Amado (2017) investigaram a

relação entre populismo, media, comunicação e democracia na Índia e América Latina, respetivamente. Em específico sobre o caso brasileiro, Leticia Cesarino (2022; 2020), por exemplo, nos apresentou a relação intrínseca entre a eleição de Bolsonaro, o populismo laclauiano e a utilização das novas tecnologias da comunicação em sua campanha presidencial.

Nesta área, esperamos, portanto, que esta investigação contribua com o triangular das relações entre política, populismo e comunicação, já consolidadas nas pesquisas supracitadas, com a questão que aqui se faz fundamental (e que justifico em secção posterior da introdução) – a da terra no Brasil contemporâneo. Buscar-se-á compreender, portanto, as transformações políticas e tecnológicas decorridas ao longo da década de 2010 até chegar à ascensão populista-algorítmica indicada por Cesarino (2022), identificar a sua presença ou ausência no que diz respeito à comunicação política eleitoral sobre a terra nesse período e, confirmando-se, qual o reflexo deste fenómeno nas representações e relações com a terra no Brasil e para as construções de hegemonia no cenário agrário brasileiro.

No que tange o estudo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Fernandes, 2000; 2012a; 2012b; Bringel, 2012; Comparato, 2001), esta pesquisa buscará atualizar outros estudos já realizados sobre a comunicação da organização (Martins, 2018, 2012; Barbosa, 2017, 2014; Guindani e Engelmann, 2012), mas, principalmente, buscar compreendê-la à luz dos diferentes conceitos e abordagens teóricas presentes no campo de estudo dos movimentos sociais e a sua intersecção com o domínio académico da comunicação. Ao mesmo tempo procuraremos, a partir deste intrincado caso, atualizar estas teorias e instrumentos analíticos.

Neste âmbito, destacamos as contribuições de Jasper (2021) e Jasper e Duyvendak (2015a; 2015b) que buscaram, através da abordagem estratégica interacionista (SIP)³, superar o impasse deixado pelo vácuo entre a abordagem essencialmente macro da estrutura de oportunidades políticas (Tarrow, 1999; Tilly, 1999) e da teoria do processo político (McAdam, 1999 [1982]), de um lado⁴; e a abordagem culturalista, essencialmente micro, do estudo das emoções nos movimentos sociais (Jasper, 2011; Goodwin e Jasper, 1999; Gould, 2004), de outro. Esta investigação procurou, assim, analisar a comunicação do MST a partir da compreensão dos movimentos sociais, dos demais atores políticos, da sociedade civil e dos media – *onde e com quem* se relacionam – enquanto, simultaneamente, *intervenientes e arenas*⁵.

³ Decidiu-se aqui pela manutenção da sigla em inglês: *Strategic Interactionist Perspective*, dada a maior usualidade desta.

⁴ Ainda que a teoria das estruturas de oportunidade políticas (EOP) tenha sido revisitada por McAdam (1999) de forma a contemplar uma interpretação cognitivista das EOPs, como melhor descreveremos no Capítulo 2 desta tese.

⁵ *Players & arenas*, no original. A respeito da tradução do primeiro termo, inicialmente pensou-se na sua tradução por *atores*. A fim de diferenciá-lo, porém, dos atores (*actors*) da sociologia de Goffman (1956), privilegiamos a

Com esta tese, esperamos contribuir para a intersecção desta abordagem com os estudos recentes da comunicação (Cardoso, 2023) – que melhor abordaremos ao fim desta introdução –, de forma a aprofundar a compreensão da relação entre movimentos sociais e o navegar o modelo comunicativo hoje colocado – da comunicação em rede (Cardoso, 2002).

Outro aspeto relevante para esta investigação é a reunião entre as dimensões culturais e estruturais no estudo dos movimentos sociais presente no trabalho de Francesca Polletta (2008) e a compreensão das estruturas de oportunidades discursivas desenvolvidas por Koopmans e Statham (1999).

Ainda, faz-se também relevante a recente contribuição de Sidney Tarrow (2021) acerca da relação – cada vez mais intrínseca – entre a política partidária institucional e os movimentos sociais, a partir do caso da extremização da direita Republicana estadunidense e da presença crescente dos movimentos sociais na política institucional do país.

Do estudo dos movimentos sociais e a relação com os diferentes meios de comunicação, destacamos os trabalhos voltados às práticas mediáticas e à ecologia dos media de Alice Mattoni (2017) e a ideia de comunicação híbrida de Mattoni e Ceccobelli (2018); a relação entre movimentos sociais e a economia política dos media trabalhada em Emiliano Treré (2016); e a abordagem tecno-política advogada por Gerbaudo (2017a).

São diversas também as pesquisas que relacionam a chegada das novas tecnologias no universo de estudo dos movimentos sociais. Desde os trabalhos acerca do que Treré (2016) chamou de ‘primeira onda do ativismo digital’ e Gerbaudo (2017a) tratou como ‘cyberautonomismo’ (e.g. estudos sobre a utilização da web 1.0 pela rede de movimentos alter-globalização) aos estudos mais recentes das ações de protesto que afloraram em período posterior ao advento das redes e media sociais digitais – movimentos parte da ‘segunda onda de ativismo digital’ (Treré, 2016) ou ‘cyberpopulistas’ (Gerbaudo, 2017a).

Muitos desses estudos descrevem o que Bennett e Segerberg (2015) chamaram de coletivos que nasceram de uma lógica de ação conectiva e se debruçam sobre as distintas manifestações da chamada Primavera Árabe, Occupy Wall Street, Indignados, e por aí em diante (Beissinger, 2017; Tremayne, 2014; Gerbaudo, 2012).

Ao analisar o MST – organização de movimento social surgido em 1984 –, a sua relação com os diferentes media a partir da entrada das novas tecnologias em seu repertório de

tradução por *intervenientes*. Consideramos ainda outras duas traduções possíveis que, argumento, não seriam as mais adequadas: *jogadores*, em função de sua associação ao universo lexical das competições que não necessariamente caracterizam as interações sociais que descreveremos; e *participantes*, por não se querer confundir, ainda, com os participantes (*participants*) do processo comunicativo de Silverstone (2006). Argumento, por fim, que as definições (sejam as vernaculares ou formais/ jurídicas) de *interveniente* e *intervir* dialogam diretamente com o conceito de *players* trabalhado por Jasper (2015a). *Interveniente* é aquele ou aquilo que intervém; que media; que toma parte de uma discussão ou debate; que representa outrem juridicamente; que participa; que ingere em algo; que se intromete; que interfere em algo; que se coloca entre outros dois intervenientes; que participa ativamente numa ação; que exerce autoridade sobre algo; que representa um papel; que acode alguém; que age; etc. (Porto Editora, s/d).

comunicação, as permanências e as transformações em seu processo comunicativo, buscaremos com esta pesquisa caracterizar e compreender uma organização de movimento que, apesar de se constituir anteriormente ao advento das redes e media sociais digitais e mesmo à rede mundial de computadores, segue navegando as transformações tecnológicas e ideológicas ocorridas desde então.

Por movimento social importa referir que o entendemos a partir de Tilly e Tarrow (2015[2007]) enquanto uma dentre outras formas de ação política contenciosa (tal como golpes, rebeliões e o próprio ativismo digital), mas que apresenta características específicas: “uma ação contínua de reivindicação, que utiliza performances repetidas que promovem esta reivindicação com base em organizações, redes, tradições e solidariedades que sustentam essas atividades” (p.11, tradução nossa). Dimensões que, como ficará claro em nosso capítulo teórico sobre o Movimento Sem Terra, caracterizam nosso caso de estudo.

Pretende-se, assim, contribuir para a compreensão deste perfil de movimentos sociais que, não sendo nativos digitais (tomando aqui emprestado o termo de Prensky, 2001) ou organizados primordialmente em torno do que Beissinger (2017) chamou de sociedade civil virtual, hoje convivem com o modelo de comunicação em rede. Se o MST nele se integra ou não também será algo a constatar ao longo desta pesquisa.

De uma forma geral, portanto, esta investigação buscará contribuir para a compreensão da comunicação política sobre a terra no Brasil contemporâneo a partir destas duas grandes áreas de estudo – o populismo e a sua relação com as transformações nos modelos comunicativos no campo político institucional; e o estudo dos movimentos sociais e a sua relação com as transformações no campo do ativismo digital.

Assim, buscaremos observar quais narrativa são construídas a partir da terra e sobre a terra na comunicação política de um e outro campo, bem como as suas intersecções, buscando entender quais os reflexos que a transformação no modelo de comunicação de massas para a comunicação em rede (Cardoso, 2002; 2009) teve em ambos os contextos. Buscaremos observar, portanto, o processo de estabelecimento da comunicação em rede nestas duas áreas de estudo da comunicação política: a da política partidária institucional e a dos movimentos sociais, e os seus efeitos sobre os diferentes tipos de mediação da terra e o seu lugar na política brasileira contemporânea.

Em termos metodológicos, esta tese dividiu-se também em duas diferentes fases de investigação. Num primeiro momento debruçou-se, a partir de métodos mistos de análise, sobre as campanhas presidenciais de Dilma Rousseff em 2010 e 2014 e de Jair Bolsonaro em 2018; e, num segundo momento, também se utilizando de métodos mistos, um estudo de caso foi desenvolvido acerca da comunicação do Movimento Sem Terra no período que também compreende a segunda década do século XXI.

A escolha pelo início da pesquisa nas eleições de 2010 dá-se pela inauguração da utilização da rede social Twitter por uma candidata eleita – Rousseff –, tornando assim possível realizar uma análise longitudinal das campanhas de 2010 a 2018 que permitisse comparar os pronunciamentos acerca da questão agrária ao longo deste período em dois media específicos – a rede nacional de televisão e o Twitter – de modo isonômico entre os eleitos nos anos posteriores.

Paralelamente, o período reflete ainda a entrada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na mesma rede social – em 2009 – e permite a análise de sua comunicação neste media no mesmo período de análise das campanhas, possibilitando identificar semelhanças e diferenças entre a comunicação destas e a da organização.

Consideramos a entrada nesta plataforma como um indicativo do começo do processo de transformação na comunicação política no Brasil para o modo de comunicação em rede (Cardoso, 2002; 2009), que se buscará confirmar ao longo dessa pesquisa. É neste momento que sujeitos coletivos do cenário político do país – sejam eles do plano institucional partidário ou dos movimentos sociais – aderem à possibilidade do que Manuel Castells (2007) chamou de autocomunicação de massas no contexto da sociedade em rede, um modo de comunicação que potencialmente pode alcançar uma audiência global através das redes online; que pressupõe uma comunicação multimodal, dada a possibilidade de formatação e reformatação do conteúdo em diferentes linguagens; e que é “auto-gerada em termos de conteúdo, auto-direcionada em termos de emissão, e auto-selecionada em termos de recepção por muitos que se comunicam com muitos” (Castells, 2007, p.268, tradução nossa).

Os atores que aqui investigamos aderiram não somente ao Twitter, mas também a outras plataformas digitais, por exemplo ao Facebook e YouTube neste início de década, e aos demais meios de comunicação que foram tomando proeminência ao longo da mesma (WhatsApp, Instagram, etc.). A decisão pela investigação do Twitter enquanto media digital neste trabalho como ponto de partida para o estudo da comunicação em rede se dá, em primeiro lugar, por ser também o primeiro dentre as redes e media sociais digitais⁶ da chamada web 2.0. a ser utilizado por Rousseff e integrado no repertório de comunicação (Mattoni, 2013) do MST (na sua campanha presidencial de 2010, por exemplo, Rousseff ainda não havia aderido ao Facebook, movimento que faz apenas em 2012).

Em segundo lugar, a plataforma, dentre outros media digitais têm destaque no estudo da comunicação política mundial (Davis, 2013; Vergeer, 2015; Duncombe, 2019), com especial atenção para o seu uso por presidentes e presidenciáveis (Ahmed, Jaidka e Cho, 2016a). Junto ao Facebook, a plataforma recebeu ainda especial atenção e importância para o estudo

⁶ Como distingue Murthy (2018), “As redes sociais são redes baseadas em amigos, em que a manutenção e o desenvolvimento de laços de amizade são fundamentais (o Facebook e o WhatsApp são exemplos proeminentes). Os media sociais são designados como meios de difusão, cuja intenção é publicar conteúdos em redes conhecidas e desconhecidas do autor (o Twitter e o Instagram são exemplos proeminentes)” (p. 28, tradução nossa).

da comunicação política dos movimentos sociais (Gerbaudo, 2012; Tremayne, 2014), mormente no estudo dos movimentos surgidos a partir da lógica de ação conectiva da web 2.0 (Bennett e Segerberg, 2015), tais como os já mencionados movimentos de protesto reunidos em torno da nomenclatura Primavera Árabe, *Occupies*, etc.

Nos estudos dos media e da comunicação política, a sua capacidade de estabelecer ou retroalimentar, junto aos media tradicionais, a chamada *agenda setting* (Conway, Kenski e Wang, 2015; Rogstad, 2016; Su e Borah, 2019) constitui outra das razões pela escolha por esta plataforma, dentre outras, enquanto ponto de partida para a compreensão da entrada dos novos media nas articulações mediáticas que perpassam o tema desta pesquisa.

É, por fim, a plataforma ainda hoje mais procurada mundialmente pelos utilizadores das redes e media sociais digitais para o consumo de notícias e eventos da atualidade – em comparação às atividades ligadas ao entretenimento, consumo e trocas pessoais dentre as plataformas Twitter/ X, Facebook, Instagram, TikTok, LinkedIn, Snapchat, Reddit e Pinterest (Global Digital Statshot Report, 2023⁷).

Ainda sobre o recorte temporal desta investigação, a partir da curiosidade despertada pela relação entre as transformações nas tecnologias da comunicação neste mesmo período e a ascensão do populismo (Gerbaudo, 2018; 2019; de Blasio e Sorice, 2018; Ernst et al., 2019; 2018; Govil e Baishya, 2018; entre outros), desejava-se compreender, como já mencionado, se esta relação se encontrava presente ou ausente no que diz respeito à comunicação política brasileira sobre a terra e o que isto significaria em termos de representação da mesma.

Se a eleição de Jair Bolsonaro pode ser vista enquanto a chegada ao poder, no Brasil, do populismo de direita radical (Mudde, 2021 [2019]) que alcança o sucesso eleitoral através do chamado populismo digital (Cesarino, 2020), busquei nesta investigação também compreender se estes aspetos se encontravam presentes no discurso sobre a terra e, mais uma vez, o impacto sobre esta.

Compreendendo que as transformações nas tecnologias da comunicação e na política são um processo, importava ainda compreender os momentos eleitorais que precederam 2018, motivo pelo qual decidiu-se pelo estudo de toda a década e não somente desta corrida presidencial.

Com o intuito de observar a terra a partir dos dois níveis da comunicação política – a comunicação política institucional e a comunicação política de base (Blumler, 2016) –, ainda que compreendamos que as fronteiras entre movimentos sociais e partidos políticos são porosas e cada vez mais difusas (Tarrow, 2021), decidiu-se, então, pela análise, neste mesmo

⁷ Disponível em: [https://datareportal.com/reports/digital-2023-october-global-statshot#:~:text=Internet%20user%20figures%20have%20grown,higher%20than%20these%20figures%20suggest \(slide 131\)](https://datareportal.com/reports/digital-2023-october-global-statshot#:~:text=Internet%20user%20figures%20have%20grown,higher%20than%20these%20figures%20suggest (slide 131).). Acesso em: 2 abr. 2024.

período, da comunicação de um sujeito coletivo que tivesse, em sua centralidade, a questão da terra.

Apresentando o MST, como observado em pesquisa exploratória, um alcance e dinamismo destacáveis em suas redes e media digitais, decidiu-se, assim, pela sua análise enquanto caso exemplificativo – como melhor detalharemos no capítulo metodológico – de atores que apresentam, na contramão de projetos hegemônicos para a terra no Brasil, uma comunicação que possui objetivos específicos, e através da qual orienta-se a resistência a projetos de homogeneização do meio rural no país.

Trata-se o MST, ainda, de uma organização de movimento social que dialoga com os três contextos analíticos relevantes a esta tese: i. a transformação nas tecnologias da informação e da comunicação; ii. a relação dos sujeitos (individuais e coletivos) com a terra – em todas as suas diferentes dimensões (como se verá logo à frente); e iii. a relação destes sujeitos com a transformação nos modos de operação da ideologia e dos projetos político-econômicos explicitados nas campanhas presidenciais analisadas no primeiro momento desta pesquisa.

Nesse sentido, justificamos tanto a escolha pelo MST quanto reforçamos a importância da escolha por um recorte temporal que abrangesse a segunda década do século XXI (2010-2020) pelos argumentos que seguem.

Em primeiro lugar, conforme já mencionado, o MST entra na plataforma digital aqui sob análise – o Twitter – no mesmo período que Rousseff (MST: 2009; Rousseff: 2010). Sendo este o nosso recorte de pesquisa, fez-se importante a escolha de um caso como o MST, que começa a utilizar os novos media neste referido período, tornando possível compreender as transformações que as tecnologias da comunicação refletiram na comunicação *sobre e da* terra narrada por atores dos diferentes espectros da comunicação política.

Em segundo lugar, neste mesmo período, observamos haver – a partir da revisão de literatura – uma transformação do discurso e na *práxis* do MST na direção de uma proposta política de transformação na relação com a terra e no modo de produção agrícola (Borsatto e Carmo, 2013; Pinto, 2015; Grossi, 2017), privilegiando a agroecologia enquanto premissa de uma visão mais plural sobre a mesma (Engelmann, 2018a). Assim, analisar um caso como o MST nos permitiria observar essa transformação no âmbito interno do coletivo e as possíveis interações entre a construção da proposta de reforma agrária popular agroecológica pela organização e as transformações nas tecnologias de mediação mencionadas acima.

Por fim, sendo uma pesquisa que também pretende observar as interações entre os atores analisados em ambos os momentos da investigação, a escolha pelo MST contribui para este objetivo. Tal como descrevo na revisão de literatura de nosso segundo capítulo teórico, a organização apresenta um histórico particular de relação com o Partido dos Trabalhadores (PT), de Dilma Rousseff, e, conforme observado em investigações anteriores e paralelas

realizadas sobre a comunicação de campanha de Jair Bolsonaro, observou-se também um especial interesse do então candidato pelo Movimento Sem Terra (Carneiro, 2021).

Assim, em termos metodológicos, seguimos o seguinte guião de investigação. Num primeiro momento, foi recolhida uma série de dados secundários relacionados à questão da terra no Brasil desde a sua redemocratização até o ano 2019. Reunidos no *apêndice 1* desta tese, são dados referentes à reforma agrária, à titulação de terras indígenas e de remanescentes de quilombos⁸, sobre a transformação dos biomas brasileiros, o agronegócio, a violência e a resistência na terra. A exploração destes dados serviu para que pudéssemos melhor entrar em contacto com o objeto de nossa investigação e, assim, auxiliar às demais etapas de pesquisa, em especial a Análise Crítica do Discurso (ACD) das campanhas presidenciais e as entrevistas semiestruturadas realizadas junto a integrantes do Setor Nacional de Comunicação do MST.

A seguir foram recolhidos e transcritos os debates presidenciais televisivos de 2010, 2014 e 2018, primeira e segunda volta, da Rede Bandeirantes – pioneira na veiculação de debates de presidenciais no Brasil – e da Rede Globo, emissora com maior audiência no horário nobre segundo o Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística (IBOPE, 2020)⁹. Foram também recolhidos pelo MediaLab – Iscte-lul todos os tweets das contas oficiais no Twitter @dilmabr e @jairbolsonaro dos referidos períodos eleitorais.

Após um primeiro tratamento de dados sobre todo o conteúdo dos debates, uma análise temática de conteúdo (Bardin, 2011 [1977]) foi realizada sobre os pronunciamentos televisivos dos então candidatos Rousseff (2010 e 2014) e Bolsonaro (2018) e sobre os tweets filtrados a partir de um programa lexical (*apêndice 2*) voltado para a área temática desta investigação, a terra.

Dos grupos temáticos formados após a etapa da análise de conteúdo (AC), foi selecionada uma amostra estratificada a fim de desenvolver a etapa principal desta primeira fase da pesquisa: uma Análise Crítica do Discurso (van Dijk, 1993; Fairclough, 1995; Wodak 2001; van Dijk, 2001) sobre os pronunciamentos televisivos e tweets, conforme melhor detalharei no capítulo metodológico à frente.

Em seguida, adentrando no segundo momento de nossa investigação, voltada ao Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra, uma Análise de Redes Semânticas (ARS) (Segev, 2022) foi realizada sobre os tweets da organização no mesmo

⁸ “A palavra quilombo é originária do idioma africano quimbundo, que significa: sociedade formada por jovens guerreiros que pertenciam a grupo étnicos desenraizados de suas comunidades” (CONAQ, s/d). Refere-se às comunidades formadas por pessoas negras escravizadas que se autoexilavam buscando fugir ao sistema escravagista imposto no período colonial e imperial luso-brasileiro. Hoje, as “comunidades quilombolas são grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se autodefinem a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias” (MDA, 2020).

⁹ Disponível em: <https://kantarihopemedia.com/audiencia-do-horario-nobre-15-mercados-15-04-a-21-04-2019-2-2-2-2-2-2/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

período recolhido das campanhas presidenciais (janeiro a outubro de 2010, 2014 e 2018) – publicações estas também extraídas do Twitter pelo MediaLab – Iscte-Iul.

Após desenvolvimento da análise de redes semânticas, oito entrevistas semiestruturadas (Blee e Taylor, 2002; della Porta, 2014) foram aplicadas a então e atuais integrantes da Executiva Nacional de Comunicação do Movimento Sem Terra a fim de compreender, aprofundar e trazer à tona hipóteses, conceitos e ideias relativas à comunicação da terra no Brasil na segunda década do século XXI.

Trata-se, assim, de uma abordagem metodológica mista – quantitativa e qualitativa, com maior peso desta última – e eclética, tal como o é e demanda o objeto sob investigação.

A tese: desenho da escrita

Em termos de desenho, estrutura e apresentação, tal como a condução da investigação, que se divide em dois momentos distintos, esta tese também se apresentará sempre em duas etapas, até se reunirem na conclusão, a partir da seguinte estrutura.

Numa primeira parte, estão os capítulos teóricos, que aprofundam e desenvolvem os dois debates iniciados nesta introdução. Um (Capítulo I) que busca elaborar acerca das diferentes abordagens do populismo; da relação entre democracia, crise e o populismo; da relação entre os media (novos e tradicionais) e o fenómeno; e sobre a (re)ascensão deste no Brasil. Outro (Capítulo II) sobre o Movimento Sem Terra; as diferentes abordagens para o estudo dos movimentos sociais e a sua relação com o caso que estudamos; e sobre a relação entre a ação política contenciosa e as diferentes tecnologias da comunicação.

Numa segunda parte, é apresentado um capítulo metodológico (Capítulo III), em que justificamos a escolha de cada método brevemente mencionado acima, buscando especificar as técnicas de recolha e análise de cada um dos dados trabalhados nesta investigação. Este capítulo se divide por sua vez em três seções distintas. Uma primeira em que se elabora melhor acerca da análise dos dados secundários supramencionados. Outra em que a análise temática de conteúdo é desenvolvida e em que melhor elaboramos a Análise Crítica do Discurso, tanto em termos teóricos quanto operacionais. E uma terceira grande secção, em que desenvolvemos também de forma mais detalhada as duas principais etapas da análise do MST, dedicando uma subsecção à análise de redes semânticas e outra às entrevistas semiestruturadas aplicadas a integrantes do Setor de Comunicação da organização.

Nos capítulos seguintes se poderá encontrar os resultados das análises empíricas e discussões sobre os dados observados. Estes capítulos estão divididos por fases da investigação: a análise das campanhas presidenciais de 2010, 2014 e 2018 (Capítulo IV) e a análise da comunicação do Movimento Sem Terra ao longo da década de 2010 (Capítulo V). No primeiro, são apresentados dados exploratórios; a análise temática de conteúdo, dividida ano a ano; o desenvolvimento da análise crítica do discurso também em cada marco temporal;

e, por fim, buscamos apresentar de forma concisa o que depreendemos longitudinalmente desta fase da pesquisa. No segundo, também são apresentados dados exploratórios; a análise de redes semânticas dividida por cada ano de análise; elaborações acerca das entrevistas semiestruturadas com integrantes do MST; e, por fim, uma secção também é dedicada à reunião dos resultados e discussões dessa fase da pesquisa.

Por fim, nossa conclusão buscará cruzar e condensar as considerações levantadas ao longo de ambos os capítulos de análise anterior, desta que se trata de uma pesquisa, em última análise, indutiva, e que, portanto, não busca confirmar hipóteses pré-estabelecidas, mas antes levanta-las, elaborá-las e compreendê-las ao longo do processo investigativo. Assim, na conclusão esperamos contribuir para a intersecção entre estes diferentes campos de estudos da comunicação e da ciência política – a partidária institucional e a contenciosa, em que se encontram os estudos dos movimentos sociais. Discorreremos, assim, sobre como um mesmo processo de transição entre modelos comunicacionais (de massa a um em rede) apresentou resultados distintos a partir da combinação de intervenientes políticos também distintos com as diferentes tecnologias da comunicação hoje colocadas. E buscaremos traçar, por fim, algumas considerações acerca dos reflexos destes diferentes resultados na mediação e disputa ideológica no que tange a este que aqui consideramos elemento fundamental para a compreensão da sociopolítica brasileira – a terra.

Por que a terra como objeto de estudo na comunicação? Algumas premissas para esta tese

Sobre a terra, ou as terras, área temática central desta pesquisa, que observaremos através de nosso prisma principal – o campo da comunicação –, começo por referir que o vocábulo pretende comportar neste trabalho uma série de dimensões – económica, política, social, ambiental, cultural, moral, etc. – que consideramos parte desta mesma questão, não sendo possível compreendê-las de forma dissociada (ainda que durante uma etapa da pesquisa, a análise de conteúdo, esta divisão tenha sido instrumentalmente necessária). A premissa de que diferentes dimensões coexistem no que tange a questão da terra nos permitirá contornar determinismos na compreensão da comunicação política sobre o tema.

Ao falar em terra, pretendo, então, salientar do debate acadêmico tanto sua vertente político-económica, cuja relevância para a consolidação das relações de poder e de um sistema desigual no Brasil¹⁰ busco explicar aqui num primeiro momento; quanto a multiplicidade de relações ontológicas com a mesma que observo enquanto possibilidade de

¹⁰ Aqui focamos na história brasileira, mas outras pesquisas indicam similaridades nesse processo em uma grande diversidade de países, cuja história colonial de introdução das *plantations* e seu modo de produção se fazem paralelas a que aqui descrevo (sobre o assunto, cf. Luxemburgo 1970 [1913] sobre o processo de acumulação do capital dos fins da Idade Média ao século XIX).

resistência ao projeto de *monoculturalização* do meio agrário, cujas consequências busco tecer, nesta introdução, a partir de autores, principalmente, mas não só, da antropologia contemporânea.

Divido esta exposição, então, em dois principais elementos: uma brevíssima exposição histórica das relações agrárias no país e alguns elementos que considero nevrais na relação com a terra no atual século XXI; e algumas considerações transdisciplinares que adotamos sobre a pluralidade de povos que habitam o cenário rural no Brasil e o anunciado “fim dos mundos” (Krenak, 2019) ou “tempo das catástrofes” (Stengers, 2015 [2009]), bem como a relação desse tema com a nossa investigação.

“Desde os tempos da colonização portuguesa, terra é sinônimo de poder e riqueza no Brasil e de disputas acirradas pelo seu controle” (Alentejano, 2012, p. 742), é o que consta no “Dicionário da Educação do Campo” nas primeiras linhas de descrição do verbete “terra”. A afirmação remete à história da constituição fundiária no Brasil, em seu princípio estabelecida pela instituição das capitanias hereditárias e, dentro delas, as sesmarias (Welch, 2012) – a distribuição do território, até então terra indígena, pela Coroa portuguesa a quem através dele beneficiasse economicamente o Reino de Portugal e o protegesse da cobiça holandesa e francesa.

Para o historiador Clifford Welch (2012), “a sesmaria atribuída a determinado nobre no Brasil tornar-se-ia permanente, como uma grande área particular. É ela a base de um sistema de latifúndio pouco produtivo, que contribuiu para a problemática da formação social do país” (p.145). Segundo Welch (2012), apesar do sistema (que teria sido originalmente implementado ainda no século XIV dentro do território português) ter como exigência o lema “cultive ou perca”, este não foi observado em sua experiência colonial, dada a precariedade de sua fiscalização, de forma que o mecanismo de legitimação pelo cultivo também não foi observado nos latifúndios herdados por esse sistema.

É também neste período que vemos irromper diversas formas de resistência à ocupação e à escravidão que então dominava o sistema de trabalho agrícola e extrativista colonial – “[d]e norte a sul, Potiguares, Tamoios e Guaranis lutaram contra a invasão de seus territórios e contra a escravidão” (Fernandes, 1999: 2) e surgem os primeiros quilombos, comunidades formadas por pessoas escravizadas provindas de diferentes territórios de África que conseguiam escapar das fazendas e engenhos, “território de resistência (...), onde reinava a liberdade” (Ibidem).

Durante mais de três séculos, observou-se a manutenção da concentração fundiária e do sistema escravagista que operava no Brasil-colônia e no Brasil-Império, tendo vindo a Lei de Terras de 1850 e o Regulamento de Terras de 1913 (que passava a administração das terras devolutas do governo federal para os governos provinciais) consolidar esta colocada estrutura de desigualdade e dominação (Welch, Malagodi, Cavalcanti e Wanderlei, 2009). A chamada

Lei de Terras, cujo artigo 1º estabelece na troca mercantil a possibilidade única de posse da terra, impõe: “[f]icam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra” (Brasil, 1850, Art.1º). A Lei, publicada 33 anos antes da abolição da escravidão no Brasil, acaba por consolidar a estrutura de dominação que viria a permanecer até os dias atuais no país:

Se o mecanismo de acesso à terra fosse o da posse, escravos libertos e camponeses europeus e asiáticos que imigraram para o Brasil na segunda metade do século XIX e início do século XX poderiam nela se estabelecer livremente, o que resultaria na democratização da estrutura fundiária [e produtiva]¹¹ brasileira; porém, sem recursos para comprá-las, eles tiveram de se submeter ao controle latifundiário sobre as terras, agora no regime da propriedade privada (Alentejano, 2012, p. 743).

É neste cenário que adotamos como premissa dessa pesquisa a tese de Prado Jr. (1979), para quem a colonização brasileira e o desenvolvimento da ocupação territorial do país teria constituído, “desde o início, e ainda e essencialmente assim nos dias que correm, um empreendimento mercantil” (p.48). É também neste contexto que se teria desenvolvido e consolidado, então, um sistema de exclusão e de relações desiguais de poder, fruto de uma distribuição da propriedade que o autor descreve enquanto “altamente concentrada”, com uma população que deixa de ser majoritariamente rural somente em meados da década de 60¹².

As relações produtivas ficaram estabelecidas, então, de forma que:

a grande maioria da população rural brasileira, a sua quase totalidade, com exclusão unicamente de uma pequena minoria de grandes proprietários e fazendeiros (...) [v]ê-se assim forçada a exercer sua atividade em proveito dos empreendimentos agromercantis de iniciativa daquela mesma minoria privilegiada que detêm o monopólio virtual da terra (Prado Jr., 1979, p. 32).

Para além da restrição à posse de terras através da Lei de 1850 a ex-escravizados e trabalhadores imigrados, vemos se desenvolver no século XIX e XX (e que continua até os tempos atuais) outro marcante processo que aprofunda a concentração de terras no Brasil, a grilagem (Fernandes, 1999; Welch, 2012; Alentejano, 2012). Trata-se este de um mecanismo em que “por meio de falsificação de documentos, subornos dos responsáveis pela regularização fundiária e assassinatos de trabalhadores” (Fernandes, 1999, p. 2) as terras devolutas são ilegalmente apropriadas.

Já na segunda década do século XX, após o golpe civil-militar de 1964, vimos, por fim, um novo “processo que intensificou as expropriações, os despejos e as expulsões, agravando o êxodo rural, com a chegada de mais de 20 milhões de camponeses às periferias das cidades (Palmeira, 1989; Bruno, 1995; Gonçalves Neto, 1997)” (Welch, 2012, p.148), fenômeno que

¹¹ Sobre este complemento nosso à citação do autor, tomo emprestado de Marx (2012 [1875]), em “Crítica do Programa de Gotha”, algumas notas que, apesar de datadas em sua escrita, considero ainda relevantes no atual cenário político-econômico brasileiro: “[n]a sociedade atual, os meios de trabalho são monopólio dos proprietários fundiários (o monopólio da propriedade fundiária é até mesmo a base do monopólio do capital) e dos capitalistas. Os Estatutos da Internacional, na passagem em questão, não nomeiam nem uma nem outra classe de monopolistas [proprietários fundiários e capitalistas]. Eles falam de ‘monopólio dos meios de trabalho, isto é, das fontes de vida’; o aditamento ‘meios de vida’ mostra claramente que o solo está incluído entre os meios de trabalho” (p. 27).

¹² Atlas da Questão Agrária Brasileira (Girardi, 2008). Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/caracteristicas_socioeconomicas_b.htm#populacao_rural. Acesso em: 9 mar. 2021.

ficou conhecido como Revolução Verde e que restringia o apoio estatal “à modernização da agricultura de larga escala, consolidando a agroindústria nacional” (Ibidem).

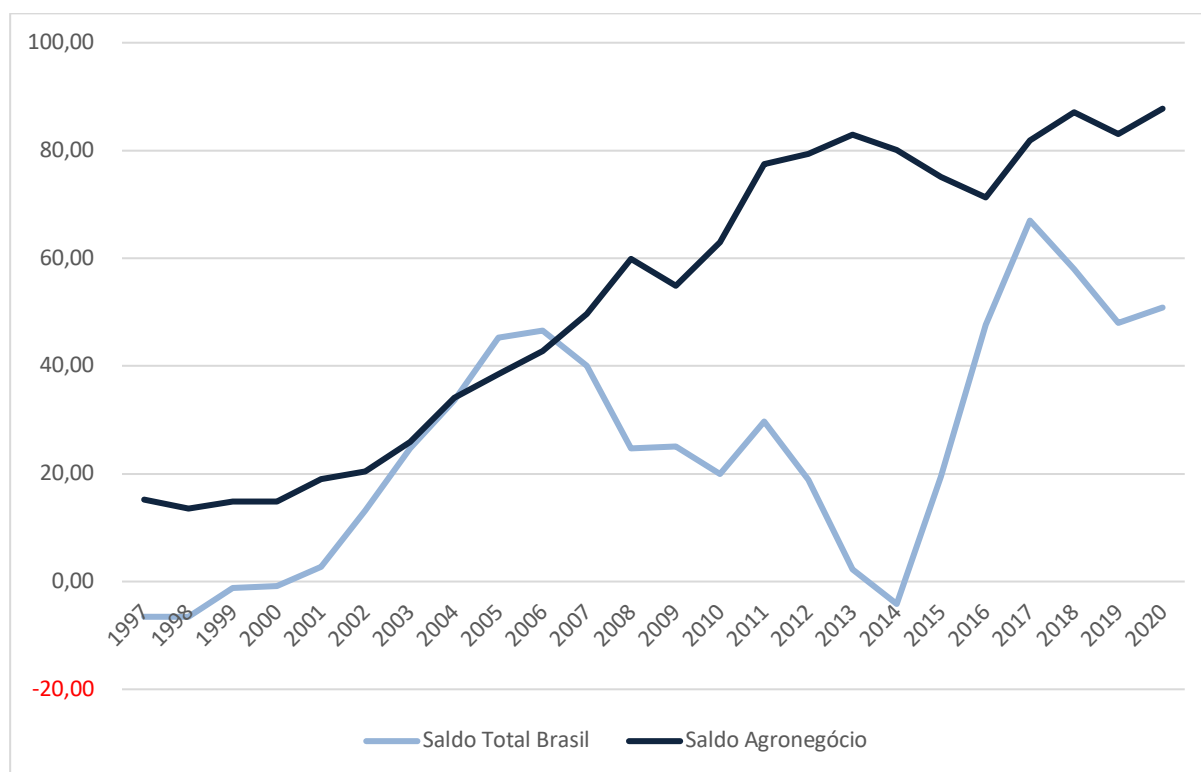
É neste período também que Caio Pompeia (2021), em “Formação política do agronegócio” afirma ter surgido na esfera pública brasileira a noção de *agribusiness*. Pouco anterior ao golpe de 1964, o autor descreve que estava em processo “a instalação das indústrias de base” (p.86), em que o setor agrícola perdia a sua força económica e política. É nesse momento, ilustra o autor, que a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), entidade que reúne diversos grupos da agricultura patronal, insere na discussão pública o conceito cunhado por John Davis (1955) em Harvard.

É nos anos 1980s que a ideia, porém, começaria a adquirir os contornos do projeto político-económico que “futuramente teria importantíssimas consequências socioambientais, políticas e económicas no país” (Pompeia, 2021, p. 109). Avançando para o contexto neoliberal da década de 1990, frente à redução da intervenção estatal no conjunto da agropecuária, a empresa Agrocerec proporia então um roteiro para a consolidação de um projeto para o agronegócio no país: “a realização de um evento internacional, o lançamento de um livro e a fundação de um centro na USP [Universidade de São Paulo]” (Ibidem, p. 123), à semelhança do desenvolvimento deste nos Estados Unidos da América (EUA). É também neste período que é criada a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), outra instituição-chave para o setor. É a partir da segunda metade dos anos 1990s, porém, que este projeto se afirmaria e o Estado brasileiro passaria a atentar para os resultados económicos do setor (Pompeia, 2021).

Chegando no início do século XXI, a partir do chamado *boom* mundial das *commodities* (influenciado pelo aumento da demanda de países como a China e pelos limites enfrentados na produção de países como os EUA), moveu-se “um conjunto de mudanças profundas no campo do agronegócio” (Pompeia, 2021, p. 189) no Brasil e que se refletem na ascensão acentuada da participação económica do setor na balança comercial brasileira (*gráfico 1* abaixo).

Em 2020, ano em que inicio esta investigação, por exemplo, os três principais produtos de exportação do Brasil foram a soja, o petróleo e o minério de ferro, ficando a agropecuária como um todo responsável por quase metade de todas as exportações do país – 48% – e pelo superavit comercial de 87,76 bilhões de dólares.

Gráfico 1. Balança comercial brasileira e balança comercial do agronegócio: 1997 a 2020 em mil milhões de US\$



Fonte: elaboração nossa com base nos dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia do Brasil¹³.

Sobre esse contexto, Pompeia (2021) irá afirmar:

[à] medida que os núcleos políticos do agronegócio foram adquirindo maior relevância nas definições do governo federal, o que se tornou mais claro a partir dos anos 2000 — e, sobretudo, com a chegada de Lula à presidência da República —, uma série de confrontos passou a receber crescente impulso na esfera pública, como aqueles relacionados às questões agrária, agrícola, ambiental, indígena e do trabalho escravo. (p.219).

Ainda sobre o período, em importante trabalho acerca dos novos sentidos da reforma agrária assumidos no chamado *lulismo*, categoria referente aos primeiros mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República – de 2003 a 2010, período imediatamente anterior à nossa pesquisa –, Marcos Paulo Campos de Mello apresenta um amplo debate acerca da “circulação tácita ou explícita de uma ideia que pode ser traduzida como *a reforma agrária já passou*” (2018, p.12, grifo no original). O autor traz para essa discussão o fato de que esta ideia:

escamoteia da análise do Brasil contemporâneo a importância – *demonstrada pelo fato da produção agrícola ser fundamental para a constituição do superávit primário das contas públicas* (DELGADO, 2010) – das relações entre a atual configuração do capital no campo, o agronegócio, e aqueles que com ele mantêm disputas imediatas e abertas em torno do modelo de desenvolvimento agrário, os movimentos sociais rurais (Ibidem, grifo nosso).

¹³ Disponível em: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano>. Acesso em: 27 jan. 2021.

Reitero, por fim, que a importância do setor agrícola e extrativista para a economia do país traduz-se ainda politicamente¹⁴, i.e., reflete-se no apoio dos que concentram o poder produtivo-económico da agropecuária patronal a candidatos ao legislativo e executivo em anos eleitorais, bem como no estabelecimento de um diálogo direto entre as demandas destes setores e presidenciáveis a cada pleito ao Palácio do Planalto.

Assim sendo, a cada ano eleitoral, entidades como as já citadas Abag e CNA publicam ‘documentos técnicos’, direcionados aos presidenciáveis em campanha¹⁵, com as demandas do setor figuradas enquanto alertas às propostas dos candidatos e, no caso desta última, entregues em mãos aos mesmos em encontros promovidos pela entidade nos anos de campanha presidencial. Se em 2010, apenas José Serra compareceu ao evento organizado pela CNA¹⁶; em 2014, Dilma Rousseff, Aécio Neves e Marina Silva o fizeram¹⁷; enquanto em 2018, cinco candidatos – Rousseff, Silva, Ciro Gomes, Henrique Meirelles e Álvaro Dias – compareceram ao encontro¹⁸, demonstrando o progressivo fortalecimento do evento.

Por fim, a título de ilustração da força legislativa do setor, integram a chamada bancada ruralista – ou Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) – 39 dos 81 senadores e 241 dos 513 deputados brasileiros¹⁹, constituindo hoje o maior grupo parlamentar de representação no Congresso Nacional (Escher, 2020).

A este panorama político-económico, junta-se a marcada construção de uma hegemonia cultural do agronegócio no cenário urbano e rural do Brasil, como demonstra a pesquisadora Ana Chã (2016), que investiga o crescente subsídio a projetos do setor no âmbito da educação e cultura no país, bem como o investimento em propaganda e marketing diretos, por um lado, e em produtos da indústria cultural e de entretenimento, por outro, como novelas, concertos de música, etc.

Ainda, da supracitada publicação de Prado Jr. (1979) aos dias atuais, vemos nas tabelas abaixo que a concentração fundiária no Brasil não apresenta efetiva transformação de 1950 à segunda década do século XXI, de forma que considero manter-se presente, a despeito da

¹⁴ Cf. também, a partir de Pompeia (2021), a atuação de diferentes entidades patronais na política institucional do país ao longo das últimas décadas.

¹⁵ A pesquisa exploratória realizada apenas encontrou os documentos da Abag de 2010 e 2014 e da CNA de 2014 e 2018, não sendo possível afirmar que já existia um documento da CNA em 2010 ou que a Abag manteve a publicação em 2018. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/agroanalysis/article/view/26426>, <https://periodicos.fgv.br/agroanalysis/article/view/41130>, <https://indicadoresdeemprego.files.wordpress.com/2013/12/cna-propostas-para-o-prc3b3ximo-presidente.pdf> e https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/plano_de_estado_completo_21x28cm_web.pdf, respectivamente. Acesso em: 11 mar. 2021.

¹⁶ Disponível em: <https://tvuol.uol.com.br/video/cna-promove-encontro-com-presidenciaveis-no-df-0402193768DC9933A6>. Acesso em: 9 fev. 2024.

¹⁷ Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/agricultura/encontro-presidenciaveis-cna-debate-problemas-propostas-para-futuro-agronegocio-brasileiro-8822/>. Acesso em: 9 fev. 2024.

¹⁸ Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/paginas-especiais/o-futuro-%C3%A9-agro-encontro-com-presidenci%C3%A1veis-na-cna>. Acesso em: 11 abr. 2021.

¹⁹ Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/historia-da-fpa/>. Acesso em: 11 mar. 2021.

população brasileira encontrar-se, hoje, maioritariamente no meio urbano do país, a relevância dos estudos da “questão agrária” no Brasil.

Tabela 1. Distribuição fundiária – Brasil – 1950

Estabelecimentos agropecuários	% do nº de estabelecimentos de cada categ. no nº total	% da área ocupada por categoria na área total
< 100 ha	85	17
de 100 > 200 ha	6	8
≥ 200 ha	9	75

Fonte: adaptado de Prado Jr. (1979, p. 16). Comissão Nacional de Política Agrária em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Aspectos Rurais Brasileiros (Comissão Nacional de Política Agrária. Aspectos Rurais Brasileiros. Resultados numéricos. Rio de Janeiro, 1955).

Tabela 2. Distribuição fundiária – Brasil – 2017

Estabelecimentos agropecuários	% do nº de estabelecimentos de cada categ. no nº total	% da área ocupada por categoria na área total
< 50 ha	81.4	12.8
50 > 500 ha	15	28.8
500 > 1,000 ha	1.1	10.8
1,000 > 2,500 ha	0.7	14.8
≥ 2,500 ha	0.3	32.8

Fonte: adaptado de Censo Agropecuário 2017. IBGE. Atlas do Espaço Rural Brasileiro, 2020, p. 47.

Assim, assumo nesta tese a posição de que o tema da reforma agrária *não* passou (Mello, 2018).

A despeito da importância da descrição – sucinta e simplificada – desta que se trata da constituição política do agronegócio na economia e política brasileira no final do século XX e início do século XXI (Pompeia, 2021) e do empreendimento agro-mercantil que marca a história das relações agrárias no Brasil como um todo (Prado Jr., 1979), entendemos igualmente importante ressaltar as existências e resistências que, paralelamente às histórias de expropriação apresentadas, constituem e marcam o panorama rural do país.

Dentre resistências declaradas, Fernandes (1999), para além das já citadas batalhas dos povos indígenas pela defesa de suas terras e da formação dos quilombos, destaca a Revolta dos Canudos na Bahia ainda do século XIX e a Guerra do Contestado no Sul do Brasil no início do século XX; a importância das Ligas Camponesas no avançar deste mesmo século e do Partido Comunista Brasileiro (PCB) nesse processo organizativo; o surgimento do

Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) no Sul do Brasil no final da década de 1950 e, por fim, a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na década de 1980.

Welch (2012) também destaca a importância da resistência da liderança de Zumbi no Quilombo dos Palmares no século XVII; da batalha protagonizada por Sepé Tiaraju na defesa do povo Guarani no século XVIII; “da rebelião dos camponeses do Nordeste contra os novos regulamentos de registro” (p. 148) no século XIX; da organização de pessoas escravizadas pelo fim do sistema escravagista em 1888; de Canudos em 1890; do movimento sindical camponês no início do século XX; das Ligas Camponesas e a insistência numa reforma agrária radical; da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura; e da guerrilha do Araguaia, organizada por membros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), durante a ditadura civil-militar de 1964-1985.

Afim de pensar a pluralidade de modos de vida que coabitam o cenário agrário do Brasil, considero ainda fundamental a antropologia de Mauro de Almeida (2007; 2013; 2016), Manuela Carneiro da Cunha (2017; 2019; 2021), Joana Cabral de Oliveira e outros (2021). Desta, destaco a importância que atribuem a agrobiodiversidade (Carneiro da Cunha, 2017) e às suas formas de resistência que muitas vezes assumem antes o que James Scott (1985) chamou de “história não escrita da resistência” (p.28, tradução nossa). Também nesse âmbito, Ailton Krenak (2019) irá falar da “resistência continuada” dos povos originários do Brasil, que resistem há mais de 500 anos ao fim de seus mundos.

Outra forma de resistência estaria no que Eduardo Viveiros de Castro (2012) chamou de “politização ativa da natureza” – que se junta à “clássica luta [da sociologia crítica] contra a naturalização passiva da política (ou do poder)” (p.152) –, e que tem como exemplos “o debate no Congresso sobre a reforma do Código Florestal, ou a mobilização contra a construção de Belo Monte, ou a campanha do MST a favor da produção agroecológica” (Ibidem).

Desse campo teórico, destacamos ainda o processo contemporâneo a que Almeida (2007) chama de “morte do campesinato”, i.e., do fim deste enquanto categoria sociológica mestra, paralelamente à reativação de uma ampla gama de coletivos que nomeia ao longo de seu trabalho. São eles os atingidos-por-barragens, indígenas, caboclos, seringueiros, caiçaras, quilombolas, sem-terra, faxinalenses, geralzeiros, moradores de fundos-de-pasto, babaçueiras, ciganos, pomeranos, entre outros²⁰.

Almeida afirma ainda a incompatibilidade entre a “ontologia-mercantil” (2013, p.21) de que tratamos e a diversidade de modos de vida no contexto agrário brasileiro. Ao analisar as teses dos economistas Rosa Luxemburgo (1913) e Georgescu-Roegen (1914), o antropólogo irá afirmar que “elas convergem para uma conclusão que *permanece* relevante: o

²⁰ Esta lista é uma compilação de povos reunidos do artigo “A morte do campesinato”, de Mauro Almeida (2007).

desenvolvimento econômico, nome dado hoje em dia para a acumulação do capital, alimenta-se inevitavelmente da destruição da diversidade natural e social” (2016, p.19, grifo nosso).

Por fim, numa articulação transdisciplinar, entendo ainda importante o pensar a terra e os múltiplos e diversos sujeitos com quem se relaciona, hoje, enquanto ponto de partida para refletir sobre o que Ailton Krenak (2019) chamou de “fim dos mundos”; David Kopenawa e Bruce Albert (2010; 2015) descrevem como “a queda do céu”; Isabelle Stengers (2015), de “tempo das catástrofes”; e por aí em diante.

Nesta articulação, considero fundamental o trabalho do historiador, economista e antropólogo Karl Polanyi (2012 [1944]), cuja teoria das mercadorias fictícias fazem-se essenciais para este argumento. Polanyi apresenta em “A Grande Transformação” (2012) a ideia de que o trabalho (homem), a terra (natureza) e a moeda são elementos essenciais para a indústria e, por isso, necessitam de estar organizados em mercados, mas não são mercadorias em sua essência, não foram ‘produzidos’ para a venda – são, portanto, mercadorias fictícias.

Nas palavras do autor acerca de nosso tema, “a terra é somente outro nome que damos à natureza, que não é produzida pelo homem (...). Nenhum dos três elementos – trabalho, terra, moeda – é, portanto, produzido para venda: a sua descrição como mercadorias é inteiramente fictícia” (Polanyi, 2012, p.240). Ainda para o autor, disto decorre que “[p]ermittir que seja exclusivamente o mecanismo do mercado a governar o destino dos seres humanos e o seu meio natural (...) teria por resultado a *destruição da sociedade*” (Ibidem, p.241, grifo nosso).

Fulcral para este trabalho, o argumento de Polanyi (2012), entretanto, apresenta-se ainda marcadamente fundamentado na divisão moderna natureza e cultura (Latour, 1994). Ao contrário, aqui entendemos que a separação filosófica entre um mundo social puramente imanente e um mundo natural puramente transcendente é também artificial, tal como apresenta Danowisk e Viveiros de Castro (2014) ao tratarem desta nova era geológica a que vêm se denominando *Antropoceno*: “eis que, uma vez quebrada a redoma que ao mesmo tempo nos separava e nos elevava infinitamente acima da Natureza infinita ‘lá fora’ (Hache & Latour 2009), cá estamos no Antropoceno” (p. 26, grifo no original).

Sobre esta nova era geológica, importante para a introdução deste argumento, Bruno Latour (2020) a associa à chamada “Grande Aceleração” (p. 3), marcada pelas curvas exponenciais – as chamadas “*rocket-like line*” –, não mais de “bens” (de produção, de consumo, em outras palavras, do crescimento económico propagandeado no século XX enquanto desenvolvimento), mas do que chama de “*bads*” – a exemplo dos níveis de dióxido de carbono na atmosfera (Latour & Chakrabarty, 2020). Ainda sobre este tema, adoto aqui a ideia de “Antropoceno fragmentado”, de Anna Tsing (2019, p. 204), que entende que o

fenômeno, apesar de claramente global²¹, é experimentado através de lugares específicos, localidades. Experiência essa que será, por sua vez, múltipla e heterogênea em escala, bem como desigual em termos de impactos socioecológicos (Tsing, 2019).

Voltando ao debate filosófico de Danowski e Viveiros de Castro (2014), neste contexto de impactos e extinções de mundos, os autores refletem acerca da intrusão de Gaia (em referência à Gaia de Stengers, 2015): “a transcendência que *responde*, de modo brutalmente implacável, à transcendência igualmente indiferente, porque brutalmente *irresponsável*, do Capitalismo” (Danowski e Viveiros de Castro, 2014, p. 143, grifos no original). Sobre esta discussão, para a filósofa belga, que reatualiza a referência aos *enclosures*²² enquanto modo de expressão contemporânea do capitalismo,

[m]udou a distribuição entre o que o Estado deixa o capitalismo fazer e o que o capitalismo faz o Estado fazer. O Estado deixa o capitalismo meter a mão no que foi definido como de domínio público, e o capitalismo faz o Estado assumir a tarefa sagrada de expulsar aqueles que infringem o agora sacrossanto direito de propriedade intelectual. Um direito que se estende a quase tudo, do vivente aos saberes outrora definidos como acessíveis a todos os seus usuários (Stengers, 2015, p. 118-119).

Entendemos, então, que a terra também deverá ser estudada a partir dos povos e sujeitos coletivos que com ela exibem interações alheias à da ontologia-mercantil do capitalismo (Almeida, 2013), a partir, portanto, dos que praticam e teorizam a referida “politização ativa da natureza” (Viveiros de Castro, 2012). Isto porque entendemos que estes povos, tal como Danowski e Viveiros de Castro (2014) escrevem acerca dos coletivos ameríndios, são também “uma ‘figuração do futuro’ (Kroijer 2010), não uma sobrevivência do passado” (p. 59).

É então pelo múltiplo caráter que a terra assume no Brasil que entendemos pertinente o tema desta pesquisa para o debate acadêmico contemporâneo. Por um lado, a terra enquanto *objeto* de poder e de constituição de desigualdades na história do país; por outro, a terra enquanto espaço onde coexistem e resistem múltiplos modos de vida, alteridades, ontologias outras que não mercantis que prefiguram alternativas aos “fins de mundos” hoje anunciados. Ontologias em que a terra pode estabelecer-se também enquanto *sujeito*.

Por fim, como afirma o antropólogo Mauro Almeida (2013), esta ontologia do mercado (em que a terra se figura unicamente enquanto objeto) não é onipotente:

Redes aleatórias e expansivas – redes recônditas que vão da floresta a seus aliados urbanos, filamentos que ligam não-humanos a humanos, mensagens orais e *fluxos digitais* – estão contestando a pretensão moderna de uma ontologia não só dominante como universal, e isso com os próprios recursos tecno-pragmáticos que resultaram da expansão dessa ontologia²³ (p. 25, grifos nossos).

É a partir desta perspectiva, ressoante à ideia de Foucault (1978, p. 94) em Cammaerts: “embora o poder (e a vigilância) seja onnipresente, também o é a resistência” (2015, p. 107),

²¹ “Você não pode ‘fazer’ a mudança climática em apenas um lugar. O mesmo acontece com a crise da extinção” (Tsing, 2019, p. 205).

²² Fato histórico fundamental também na obra de Polanyi (2012).

²³ A passagem reforça o que também afirma Antônio Bispo dos Santos: “em alguns momentos precisamos transformar as armas dos inimigos em defesa” (2018, p. 49).

que também abordamos a utilização das novas tecnologias da informação na comunicação política contemporânea – i.e., pelos que detém o poder “bicéfalo Estado-Mercado” (Danowski e Viveiros de Castro, 2014) e pelos que a ela resistem e prefiguram “mundos por vir” (Ibidem).

Por que a comunicação como área de estudo? Algumas premissas para esta tese

Para além dos enquadramentos teóricos específicos desta investigação, que interrelacionarão o estudo do populismo e dos movimentos sociais às transformações nas tecnologias da comunicação e na mediação, como desenvolveremos nos capítulos teóricos dessa tese, entendemos que também seria importante destacar nesta introdução os motivos pelos quais decidi, vindo de outras áreas das ciências sociais, ingressar no campo da comunicação e observar a terra e as diferentes dimensões que a envolvem – como destacado há pouco – a partir desta área de estudos.

Para além da curiosidade intrínseca a qualquer escolha académica, a partir da minha própria pesquisa de mestrado – que se debruçou sobre as transformações nas políticas públicas culturais no Brasil também a partir do estudo tanto do campo institucional quanto do movimento Ocupa MinC – constatei que as investigações orientadas para entender transformações políticas recentes são, inevitavelmente, atravessadas pelo estudo se não *das*, ao menos *nas* redes e media sociais digitais contemporâneas. Como veremos logo à frente, fenómeno marcado pelo que Couldry e Hepp (2017; 2018) chamaram de mediatização profunda.

Já no doutoramento em Ciências da Comunicação, no desenvolver da própria pesquisa, tornou-se claro que estes novos media não poderiam ser estudados à parte dos demais, motivo pelo qual temos como premissa dessa investigação a teoria da comunicação em rede, “[u]m modelo comunicacional que não substitui os modelos anteriores, mas articula-os, produzindo novos formatos de comunicação” (Cardoso, 2009, p. 13). A partir da divisão sugerida por Ortoleva (2004), Cardoso (2009; 2023) descreve-nos os três modelos comunicacionais anteriores: a comunicação interpessoal (não mediada) num primeiro momento; a comunicação um-para-muitos (ainda não mediada), num segundo momento; e a comunicação de massas (mediada), num terceiro momento. Estaríamos agora, então, numa quarta fase do modelo comunicacional, a comunicação em rede.

Composta por todos os modelos anteriores, Cardoso (2023) descreve como a comunicação hoje apresentaria ainda a combinação dos modelos da comunicação de massas; da autocomunicação de massas (Castells, 2007), como aquela possibilitada por media sociais digitais como o Twitter e o Instagram; da comunicação interpessoal mediada, a exemplo das interatividades possibilitadas pelo WhatsApp, Telegram e similares; da comunicação mediada um-para-muitos, como a estabelecida através das redes sociais

digitais como o Facebook; e da algorítmica fechada, que pressupõe a existência de um determinado sistema comunicativo voltado para um fim específico, a exemplo dos chats personalizados ou robotificados apresentados nos serviços de atendimento ao cliente de empresas e afins²⁴.

Voltando à definição da comunicação em rede por Cardoso ainda em 2002, o autor marcava que esta se referia a “um sistema de media onde a interactividade forma o seu modelo organizacional. Um sistema de media que oferece dois nós fundamentais, um centrado na baixa interactividade, onde a televisão reina, e outro onde o centro é a Internet, proporcionando alta interactividade” (Cardoso, 2002, p. 8). Ainda segundo o autor, estes dois nós estariam “ligados sobretudo através dos media interpessoais, que podem também ser utilizados como mass media, nomeadamente os telemóveis, email (...), etc.” (Ibidem).

Nesta mesma lógica, esta investigação buscou, nas campanhas políticas presidenciais, analisar também estes dois campos mediáticos – o da internet e o da televisão – enquanto pontos de partida para a compreensão da passagem do modelo de comunicação política emergido nos anos 1960 centrado na televisão (Gurevith, Coleman e Blumler, 2009) para um que Blumler (2001) chamou de terceira – e que seria aprofundado na quarta (Blumler, 2016) – era da comunicação política, em que pesam os media digitais e os seus atributos.

Vinte anos depois da passagem acima, porém, muito se transformou também na esfera do sistema televisivo, processo descrito como a uberização da televisão e a sua integração neste atual modelo comunicativo: “[a] televisão contemporânea, ou ubertelevisão, foca-se na construção de uma fruição de tipo algorítmica” (Cardoso, 2023, p. 175), em que pesa não só a multiplicidade de canais já pré-existente, mas a alegada possibilidade de escolha do indivíduo e a intervenção algorítmica neste processo.

Ademais, no contexto da integração entre os diferentes modelos comunicacionais acima mencionados, perguntamo-nos se estes nós também já não são fluidos. Não estaria cada interveniente em meio a uma rede com nós mediáticos específicos e diferentes, apresentando media centrais distintos para cada combinação de intervenientes e arenas (para usar a nomenclatura da literatura de movimentos sociais)? Compreenderemos que sim, ao fim deste trabalho.

Ainda sobre a premissa da comunicação em rede, Cardoso et al. (2015), em pesquisa sobre a sua transição em Portugal e a inter-relação entre perfis “comunicadores em rede” e perfis de “autonomia”, discorrem sobre a relação entre ambas as dimensões: no processo de receção, reelaboração e retransmissão das mensagens, as escolhas (termo caro também à

²⁴ Os exemplos apresentados, claro, podem ser rearticulados em diferentes modalidades comunicativas, a depender das intenções dos intervenientes envolvidos – característica inerente, inclusive, à própria comunicação em rede (Cardoso, 2023).

abordagem estratégica interacionista que melhor explicaremos no Capítulo 2 desta tese) com que cada sujeito se depara requer de si autonomia e reflexividade:

Um projecto de autonomia é, tal como conceptualizado por Castells e outros (2003), a afirmação por parte de uma pessoa da sua capacidade de pensar e agir em função dos seus próprios critérios, valores e esforços. A sociedade em rede caracteriza-se, em todos os contextos culturais, por um incremento substancial do nível de autonomia e reflexividade dos indivíduos. (p. 312).

Se esta correlação se mantém no contexto empírico desta investigação, ou seja, se a comunicação de sujeitos intrinsecamente relacionados à terra (nesta investigação, o sujeito coletivo Sem Terra) reforça a relação entre comunicação em rede e autonomia, discutiremos também ao fim desta pesquisa.

Outra discussão que também considero importante estabelecer são as bases sobre que tipo de processo sociológico estamos nos debruçando com esta pesquisa no campo da comunicação. Me refiro aqui ao debate sobre os conceitos de mediação e mediatização (Couldry, 2008). Considerando os três contextos analíticos essenciais a esta investigação – as transformações nas tecnologias da comunicação, mas não só; também as transformações nas relações com a terra por parte de nosso caso em estudo; e nas ideologias hegemônicas que sucederam à presidência no Brasil –, entendemos que, de uma forma geral, é a partir do conceito de mediação (Canclini, 1989; Martín-Barbero, 1987) que a nossa análise é feita.

Isto porque se o conceito de mediatização se faz importante em diferentes momentos desta pesquisa, em especial quando nos debruçamos mais diretamente sobre o primeiro contexto analítico supracitado (os eventos tecnológicos e as transformações nos media *per se*), é na ideia de um processo dialético e desigual que envolve tanto o tecnológico quanto o social (Silverstone, 2002) que baseamos esta investigação.

Quando, a partir da Análise Crítica do Discurso, por exemplo, buscamos entender os modos de operação da ideologia (Thompson, 2011 [1990]) num discurso, buscamos o fazer compreendendo que se trata de um discurso mediado, em que a forma de mediação importa, mas também a sua componente ideológica (em seu sentido crítico, como desenvolveremos em outros momentos desta tese). Quando analisamos as transformações na relação do MST com determinados media e o seu reflexo nas representações da terra, o fazemos levando em conta não só as funcionalidades deste, mas o contexto em que essa mudança ocorre – as interações com outros intervenientes que contribuem para tal, a conjuntura e reivindicações políticas presentes, etc.

As representações da terra colocadas pela organização ou pelos candidatos são vistas, assim, não de forma determinística pela utilização de um ou outro media, mas dialética e reflexiva (Silverstone, 2002). Deste modo, levamos em conta a sugestão de Canclini (1989) de que é preciso não falar apenas dos media “e crer que é uma problemática autónoma” (p.352, tradução nossa).

Buscaremos, assim, compreender os processos de *mediação* da terra, e não apenas como a mesma experiencia o processo de *mediatização* da comunicação política brasileira na segunda década do século XXI.

O conceito de mediatização, porém, também deverá ser utilizado em diferentes momentos e aqui ecoamos Couldry (2008) quando diz que não se trata de defender que um conceito é mais importante que o outro, mas que são complementares e possuem valências e, portanto, utilizações diferentes.

Nesse sentido, o conceito de mediatização, ainda que aborde de forma mais linear as “transformações de um estado social ‘pre-media’ (antes da intervenção de um media específico) para um ‘mediatizado’” (Couldry, 2008, p. 3, tradução nossa), também será discutido quando refletimos em nossas análises sobre, por exemplo, o conceito de mediatização profunda, de Couldry e Hepp (2018; 2017).

Especificamente sobre os diferentes processos de mediatização ao longo da história, Couldry e Hepp (2017) nos falam sobre quatro vagas diferentes: a da mecanização, da eletrificação, da digitalização e, agora, a da dataficação. Segundo os autores, as duas últimas corresponderiam a fases de “mediatização profunda” porque estão associadas a uma inter-relação muito mais intensa dos media nos processos sociais que em outros momentos da história.

Associado ao fenómeno da dataficação, está também a ideia de fragmentação profunda da audiência e o crescente papel dos algoritmos nesta inter-relação (Couldry e Hepp, 2018), bem como o conceito de colonialismo de dados (Couldry e Mejias, 2021) ou de colonialismo digital, conforme a autodenominada “crítica hacker-fanoniana” dos autores Deivison Faustino e Walter Lippold (2022).

Em diálogo direto com a outra área desta pesquisa, a tese do colonialismo de dados (Couldry e Mejias, 2021),

[e]m comum com outras abordagens críticas dos dados – em particular o capitalismo de plataforma (Srnicek, 2017), o capitalismo de vigilância (Zuboff, 2019) e o trabalho em estudos críticos de dados (Benjamin, 2019; Broussard, 2019; Eubanks, 2018; Noble, 2018) – (...) coloca em primeiro plano a extração contínua de valor económico da vida humana através dos dados. Mas distingue-se por reposicionar essas críticas explicitamente no âmbito das *relações seculares do colonialismo com o capitalismo* (p. 2, tradução nossa, grifos no original).

Os autores, tal como esta tese assume acerca do que Marx chamou de acumulação primitiva do capital, Rosa Luxemburgo (1970 [1913]) tratou como indispensável ao capitalismo mesmo em sua fase madura, e Harvey (2004) reatualizou enquanto acumulação por espoliação, compreendem o colonialismo, a expropriação de terras e o trabalho forçado e escravizado a ele associado, enquanto centrais para o desenvolvimento do capitalismo. Da mesma forma, o extrativismo de dados contemporâneo retrataria “um novo e distinto estágio do colonialismo que estabelece as bases para novos desenvolvimentos no capitalismo, assim como a apropriação de terras original do colonialismo possibilitou o surgimento do capitalismo

e os séculos subsequentes de opressão colonial” (Couldry e Mejias, 2021, p. 3, tradução nossa).

Inerente a esta discussão, os autores também trabalham o que Faustino e Lippold (2023) aprofundaram enquanto a relação entre o colonialismo digital e a racialização codificada – ou a relação entre o colonialismo de dados e o racismo (Couldry e Mejias, 2021)²⁵. Sobre o fenômeno, os autores comentam que este “influi tanto sobre a divisão social do trabalho e do acesso às tecnologias disponíveis quanto sobre os desenhos tecnológicos e sua capacidade de promoção de vida ou de morte” (Faustino e Lippold, 2023, p. 28).

Com isto, se referem, por exemplo, à pesquisa de Joy Buolamwini, que relata a hipervisibilidade das pessoas negras nas tecnologias “de dominação e controle” e a sua invisibilidade no não reconhecimento correto “nos aplicativos (...) lúdicos ou funcionais” (Faustino e Lippold, 2023, p.148); bem como à divisão internacional do extrativismo de dados e de matérias primas fulcrais ao funcionamento destas tecnologias concentradas em determinados países e em consonância com o “novo imperialismo”, em que pesam as práticas de acumulação por espoliação acima mencionadas (Harvey, 2004).

Levando em conta esta discussão e voltando aos processos de mediação – integrados a estes da mediatização profunda –, trago ainda o importante debate da mediação da distância em Roger Silverstone (2002). Segundo o sociólogo inglês, a mediação da alteridade ou da distância é comumente feita de duas formas, ambas prejudiciais à possibilidade de uma abordagem que comporte qualquer nível de compreensão e sensibilidade para com o outro: a alteridade é apresentada em nossos ecrãs (hoje múltiplos) a partir ou do dever de aniquilá-la ou de incorporá-la.

Há, de um lado, uma tentativa de colocar a alteridade fora de qualquer possibilidade de alcance e compreensão, isto é, a negação de uma humanidade comum. Nesse caso, o teor do discurso costuma apresentar uma urgência em aniquilar, apagar, esta alteridade. De outro, as diferenças presentes entre os grupos sociais e seus modos de vida são ignorados, ocultados, busca-se então incorporá-los a um ‘corpo comum’ (ou, por outros meios, também aniquilá-los). Ainda para o autor, “uma distância adequada preservaria o outro através tanto da diferença quanto da identidade compartilhada (p. 14, tradução nossa).

Não sendo a tecnologia *per se*, entretanto, a determinar as relações de produção do capitalismo em sua relação com o colonialismo e o racismo, mas as condições sociais e políticas em que se desenvolvem (Faustino e Lippold, 2022), voltamos – como sempre se

²⁵ Tal como as “dinâmicas de diferenciação, criação de identidades, e hierarquização – ou seja, racialização – produzidas na plantação [aqui no sentido de *plantation*]” (Bastos, 2019, p. 795) também se relacionam aos processos coloniais que protagonizaram a passagem para o chamado mundo moderno e possibilitaram o desenvolvimento do capitalismo em seu primeiro estágio (como o que descrevemos na instituição das sesmarias que teve lugar no Brasil do século XVI, mencionada na seção anterior).

volta (Cardoso, 2023)²⁶ –, então, à discussão que Eco (2015 [1964]), referindo-se na altura à cultura de massas, celebrizou como o embate entre apocalípticos e integrados. Na esteira desses autores, podemos, então, afirmar que as tecnologias não são neutras em termos ideológicos e isto em função dos processos sociais que as precedem. Como se desenvolve, porém, a relação entre a tecnologia e o social dependerá também da sua domesticação por outros sujeitos – individuais e coletivos – alheios a lógica mercantil que a hegemoniza.

Se os processos de mediação buscam observar as influências das transformações dos modelos comunicacionais sobre os processos sociais, mas também “requer que pensemos as tecnologias que desencadeiam a mediação como produto da totalidade dos processos sociais que conduziram à sua idealização, produção, recepção e consumo” (Cardoso, 2023, p. 58), visamos com esta investigação, portanto, não apenas compreender criticamente a utilização e domesticação dos media pelos diferentes intervenientes presentes em nossa pesquisa e o seu reflexo na representação da terra no Brasil contemporâneo, mas compreender como as intencionalidades políticas e ideológicas influem na própria utilização e domesticação das tecnologias sob análise.

Em seu último livro, Cardoso (2023) conclui que na comunicação em rede “a mensagem são as pessoas”, uma vez que nesse modelo comunicativo temos a prevalência da “comunicação da comunicação” (Eco, 2021; Cardoso, 2023), onde “passa também a depender do sujeito mediado a manutenção da forma e do conteúdo da mensagem (...), assumindo aquele, igualmente, uma maior responsabilidade no processo de distribuição das mensagens” (p. 293). Desejamos com a assunção do termo *intervenientes*, emprestado da literatura de movimentos sociais, expandir os elementos presentes nesta equação comunicativa e compreender quais os resultados podem ser produzidos pelas suas diferentes combinações no que diz respeito a representação e materialidade²⁷ da terra no Brasil contemporâneo. Nessa busca, procuraremos, portanto, observar a interação não apenas entre os participantes da comunicação (Silverstone, 2006), mas destes com terceiros – dentre humanos e não-humanos, tal como sugere Latour (1994) e a Teoria do Ator-Rede (Latour, 2006) – e em diferentes combinações de *arenas* mediáticas e políticas.

Se escolhi, portanto, a comunicação como área de estudo para esta pesquisa foi porque, como afirma Cardoso (2023), “a mudança nas práticas [de comunicação] produz mudança, também, nas nossas representações sobre as três relações centrais para a definição do que é uma sociedade: as relações de produção; poder; e experiência” (p. 174). E vice-versa.

²⁶ “O reviver cíclico de oposições entre visões apocalípticas e integradas, tendo por pano de fundo a comunicação, permite-nos lembrar que o objetivo do estudo da dimensão social da comunicação não é saber o que a mediação causa, mas sim quem está a comunicar, para que fins, em que contextos e quais são as suas expectativas” (Cardoso, 2023, p. 14), tal como objetivamos fazer nesta pesquisa, através da abordagem estratégica interacionista no estudo dos movimentos sociais e da análise crítica do discurso no estudo dos discursos eleitorais.

²⁷ Levando em conta os dados secundários aqui compilados (*apêndice 1*).

Populismo, novos media e a ascensão da ultradireita populista no Brasil

1.1. Populismos

Como mencionamos em nossa introdução, é comum encontrarmos na literatura sobre o conceito de populismo diversas páginas ou ao menos algumas frases sobre a dificuldade de determinar o que seria o conceito enquanto se apresentam traços da disputa entre diferentes abordagens do fenómeno.

O primeiro capítulo de Laclau (2005) em sua tese sobre “a razão populista” denomina-se “populismos: ambiguidades e paradoxos”; Canovan (1981), nas primeiras páginas de seu livro sobre o assunto, busca responder à questão “o que é populismo” e, ao apontar possíveis críticas ao próprio trabalho, indica que a classificação dos tipos de populismo que descreve – a que chamou populismo agrário e populismo político – é arbitrária e que seria possível “inventar um número infinito de classificações alternativas” (p.16, tradução nossa); a primeira secção do artigo seminal de Mudde (2004) sobre o “zeitgeist” populista chama-se “definindo o indefinível”; Gidron e Bonikowski (2013) também afirmam que há um grande desafio em definir o fenómeno, que passa pela descrição de “movimentos políticos, partidos, ideologias, e líderes através de contextos geográficos, históricos e ideológicos [distintos]” (2013, p.3, tradução nossa); Álvares e Dahlgren (2016) confirmam que “subsiste um significativo escorregadio, cujo significado permanece multifacetado à medida que o seguimos através de diferentes circunstâncias históricas e discursos” (p.48, tradução nossa); Moffitt (2016) inicia o capítulo denominado “os problemas com o Populismo” informando que, “como muitos termos no léxico político, o populismo é marcado por um grande grau de contestabilidade” (p.11, tradução nossa); etc²⁸.

Poderíamos apontar ainda outros tantos trechos e referências à questão que, como também mencionamos na introdução, “alcançou um novo patamar de meta-reflexividade, onde se afirma que se tornou comum *reconhecer o reconhecimento desse fato* (Panizza 2005a, 1)” (Ibidem, grifo no original).

Tal como Moffitt (2016), não entendemos esta contestabilidade, porém, enquanto sinal de que o conceito deva ser aposentado. Pelo contrário, é a partir deste debate constante e que já apresenta alguma história na literatura da ciência política que podemos extrair o que para

²⁸ Numa perspectiva histórica, o termo populismo provém de duas matrizes distintas, ambas relacionadas a movimentos rurais, os *narodniki* na Rússia czarista e o *The People's Party* nos EUA também do século XIX (Canovan, 1981). Neste capítulo, não nos atermos, porém, ao seu desenvolvimento histórico.

Laclau (2005) seria a lógica política por trás do fenómeno – ou as “semelhanças familiares” de Wittgenstein, parecenças que processos políticos díspares apresentam dentro do espectro populista²⁹.

Reforçando a importância de estudar o assunto, ecoamos também o historiador Pierre Rosanvallon (2021; 2011) e a centralidade que dá ao fenómeno no actual século e como esta teria sido “a forma tomada no século XXI pelo retorno contra si mesma da democracia tal como tinha sido o totalitarismo no século XX” (Rosanvallon, 2011, p.5)”, resultando disto o facto de ser “tão urgente hoje pensar o segundo quanto tinha sido dos anos 1950 aos anos 1970 pensar o primeiro” (Ibidem).

Concordamos com Moffitt (2016) também em que é essencial, a despeito das disputas em torno do fenómeno, esclarecer o que queremos dizer quando nos referimos ao termo populismo ou corremos o risco de perder a sua função analítica, necessária a essa investigação.

Da mesma forma, uma panóplia de diferentes abordagens se faz presente no campo de estudos do populismo: este enquanto ideologia política, enquanto construção discursiva, performance comunicacional, estratégia política, etc., não sendo estas necessariamente excludentes (Gidron e Bonikowski, 2013).

Pelo contrário, nesta pesquisa defenderemos a necessidade de conjugar elementos – quando não comuns, complementares – destas diferentes abordagens, para enfim chegar à definição que aqui consideramos ressoar, dentro desta dialética de perspectivas, enquanto síntese do fenómeno.

Num primeiro momento, abordaremos, assim, de forma detalhada, a obra do filósofo político Ernesto Laclau (2005), “A razão populista”, por considerá-la fundamental para compreender a retórica populista não apenas enquanto ornamento do discurso, mas sua própria constituição – em diálogo (ainda que não *ipsis litteris*, como veremos na próxima secção) com o método de pesquisa escolhido para a primeira fase desta investigação. Ali, avançaremos também com críticas ao conceito estritamente laclauiano do populismo e à sua complementaridade com a descrição que nesta pesquisa consideramos uma das mais próximas à uma definição mais concisa – e, portanto, mais facilmente instrumentalizável – do conceito, a que Mudde (2004) desenhou em seu artigo seminal “*The Populist Zeitgeist*”. Inerente ao campo desta pesquisa, por fim, faz-se também importante trabalhar o populismo a partir dos aspetos comunicativos e performáticos do fenómeno (Jagers e Walgrave, 2007; Moffitt, 2016; Cardoso, 2023).

De uma forma geral, a própria divisão entre estas diferentes abordagens também não é consensual e, defendendo, nem as suas fronteiras devem ser consideradas em seu sentido

²⁹ Referência que Laclau (2005) faz à alusão de Canovan (1981) ao filósofo Ludwig Wittgenstein.

estrito. Mudde e Kaltwasser (2017), por exemplo, dividem a literatura em seis principais abordagens: a própria, ideacional; outra que privilegia a ideia de agência popular; uma terceira, a que chama laclauiana; uma abordagem socioeconômica que privilegia o que seria, nesta corrente, práticas macroeconômicas populistas; o populismo enquanto estratégia política; e, por fim, enquanto estilo político. Moffitt (2016), em outro exemplo, identifica quatro abordagens principais para a discussão do fenômeno desde a década de 1990: o populismo enquanto ideologia, estratégia, discurso ou lógica política; e acrescenta um último, que defende, do populismo enquanto estilo político. Ainda em outro exemplo, Gidron e Bonikowsky (2013) o dividem em três quadros conceituais: o “populismo enquanto uma ideologia ténue, enquanto uma forma de discurso político, e enquanto estratégia política” (p.32, tradução nossa).

Aqui observamos que, por vezes, as mesmas abordagens são identificadas de forma diferente por autores diferentes. Se em Gidron e Bonikowsky (2013), por exemplo, o conceito de populismo em Laclau é caracterizado enquanto estilo político (p.17); em Mudde e Kaltwasser (2017) é chamado de abordagem laclauiana (p.3); e em Moffitt (2016), de lógica política (p.23). Outrossim, se o populismo enquanto estratégia política, por exemplo, está centrado nas escolhas, organização (Roberts, 2006) e formas de mobilização políticas (Jansen, 2011) por líderes populistas carismáticos, não estariam estes aspetos visíveis, por exemplo, na análise da construção do discurso populista destes líderes? Ou na performance que empregam? Ou, ainda, nas mensagens-chave de cariz ideológico transmitidas através desses discursos?

Ao fim, buscaremos então sumarizar a definição que trabalharemos nesta tese, composta destas diferentes abordagens, para a seguir discutir o fenômeno e a sua (profícua, em termos de literatura, e árida, em termos práticos) relação com a democracia liberal (Rosanvallon, 2021; Mudde e Kaltwasser, 2017; Álvares e Dahlgren, 2016). A seguir, buscaremos contextualizar a interação já registada entre o populismo e os media, em específico o que Gerbaudo (2018) chamou de “afinidade eletiva” entre o populismo e as novas tecnologias da comunicação, i.e., como o fenômeno se desenvolve neste novo modelo comunicativo em que se integram as plataformas digitais. E, por fim, de forma breve exporemos a relação do populismo digital com os recentes acontecimentos na política brasileira (Cesarino, 2020) – algo necessário para debatermos a continuidade, ou não, desta relação no que diz respeito à comunicação política *sobre a terra* no Brasil contemporâneo.

Se Moffitt (2016) intitulou seu livro “a ascensão global do populismo” (tradução nossa), descrevendo “o que antes era visto como um fenômeno marginal, relegado a outra época ou apenas a certas partes do mundo, [e que] agora é um dos pilares da política contemporânea” (p.2, tradução nossa), buscamos com esta tese compreender o que isto poderá significar, no quadro de análise das campanhas presidenciais no Brasil de 2010 a 2020, para as múltiplas

relações que podem ser estabelecidas com a terra, no contexto da comunicação em rede e, consequentemente, para os diferentes mundos socioambientais que coexistem neste, a que chamamos Terra.

1.1.1. A construção do discurso populista ou a lógica política do populismo laclauniano

Publicado em 2005, o livro “A razão populista” de Ernesto Laclau se consolidou na literatura sobre o populismo como uma das grandes teses teóricas sobre o fenómeno. Bebendo de outros trabalhos do autor e da cientista política Chantal Mouffe, como o trabalho seminal para a corrente pós-marxista “Hegemonia e estratégia socialista” (1985), a constituição do populismo para o filósofo se desenvolve em torno de um ponto central, a construção – *discursiva* – do povo através de uma articulação hegemónica.

Fulcral para o autor é, então, a questão do discurso e da retórica que o compõe. Antes de adentrar na construção do povo em si, importa, assim, apresentar a premissa por trás do que Laclau (2005) descreverá acerca da retórica, aspeto de alguma forma também central na análise da primeira fase desta investigação. Nesse sentido, entendemos retórica aqui, tal como o autor, não como um “mero adorno” da linguagem, mas parte da constituição das identidades políticas no discurso, sendo este “um complexo de elementos no qual as relações desempenham um papel constitutivo” (p.92, tradução nossa, grifo do autor) e em que se articulam elementos tanto linguísticos, como não linguísticos.

Nessa construção do povo através do discurso, i.e., na constituição populista em si, importam três principais variáveis: a articulação de uma cadeia de demandas equivalentes entre si e que são representadas através de significantes vazios no processo de instituição da hegemonia – por sua vez, possibilitada pelo jogo de significação estabelecido pela retórica; a constituição de fronteiras dicotómicas flutuantes (ou fluidas) através da ideia de significantes flutuantes; e, por fim, uma heterogeneidade constitutiva que torna imprescindível o papel da articulação política. Variáveis que passamos a explicar.

Em primeiro lugar, Laclau (2005) descreve-nos como se dá a formação de dois campos políticos distintos e aqui ressaltamos a importância da ideia de antagonismo em sua obra: no populismo, a construção do povo estaria sempre associada à constituição de um *outro* campo político a que se opõe o primeiro. Nesse processo, numa determinada sociedade, coexistem diferentes atores com diferentes demandas. À medida em que essas demandas não vão sendo respondidas pelo sistema institucional e cresce a incapacidade de satisfazê-las individualmente, estabelece-se entre elas uma *cadeia de equivalências* que, por sua vez, antagoniza com esse poder institucional.

Essa cadeia de demandas equivalentes só se faz possível, porém, em função da capacidade de articulação hegemónica que Laclau (2005) descreveu enquanto resultado da

tensão entre uma lógica da diferença e uma lógica da equivalência: para o autor, no processo denominado *hegemonia*, “uma particularidade assume uma significação universal incomensurável consigo mesma” (p. 95, tradução nossa). Nesse processo, portanto, “uma diferença, sem deixar de ser particular, assume a representação de uma totalidade incomensurável” (Ibidem), contexto no qual o autor destaca o recurso linguístico da sinédoque enquanto central na operação de constituição hegemónica.

É nesse processo que se constitui também a importância da ideia de *significantes vazios* em Laclau (2005). Se a parte que se torna hegemónica representa o todo, mas não é o todo, pois continua a ser, também, particular (a tensão entre ambas as lógicas descritas pelo autor torna a aparecer), é através de significantes vazios que se estabelece a hegemonia. Ficam, assim, estabelecidos dois campos antagónicos, em que o *povo* se constitui a partir de uma cadeia de demandas equivalentes – ainda que diferentes – entre si, hegemonicamente representadas por um particular que se faz (ainda que não se reduza a) o todo.

Formados estes dois campos, Laclau (2005), explica então que existe uma flutuação na fronteira que os divide, não sendo estas estáticas, ou mesmo estáveis, dado que existem *significantes flutuantes*, que respondem tanto a um quanto ao outro campo antagónico, ficando mais visíveis em momentos de crise. Ainda que significantes vazios e flutuantes tenham funções teóricas distintas na teoria do autor, Laclau (2005) também afirma que na prática, “a distância entre ambas não é tão grande” (p.167, tradução nossa). O próprio populismo, por exemplo, em sua vaguez (como caracterizado na introdução desta secção), acaba por poder operar em campos políticos distintos e, muitas vezes, antagónicos.

Por fim, é a ideia de *heterogeneidade* social presente dentro de cada um dos campos políticos delineados em Laclau (2005) que destacamos nesta secção, pressuposto analítico importante para a definição de populismo a que nos referimos nesta tese. Ainda que a retórica populista busque uma apresentação homogénea do povo, que reforçaremos a partir da definição da abordagem ideativa à frente, é incontestável a impossibilidade da existência de um campo político inteiramente homogéneo, ou como, coloca Laclau (2005), uma oposição pura interior/ exterior. Para o autor, o “‘povo’ sempre será mais do que o puro oposto do poder. Há uma parte real do ‘povo’ que resiste à integração simbólica. (...). Uma oposição pura interior/exterior pressuporia uma fronteira imóvel, hipótese que temos rechaçado como descrição de qualquer processo” (pp.191-192, tradução nossa).

Nesta relação, Laclau (2005) divide ainda os conceitos de conteúdo ôntico e função ontológica, nesta que se faz a divisão entre a parte que representa o todo e a parte em si: “[o] particular – que identificamos em nossa análise anterior como um ‘objeto parcial’ – transformou sua própria parcialidade no nome de uma universalidade que o transcende. É por isso que sua função ontológica nunca pode ser reduzida ao seu conteúdo ôntico” (p. 280, tradução nossa).

Dá como exemplo, a demanda pelo aumento dos salários e a sua inserção numa cadeia equivalencial sob o guarda-chuva da justiça, cuja função ontológica é sobredeterminada e poucas vezes corresponderá a um conteúdo ôntico específico, não podendo ser reduzida a demanda pelo aumento de salários apenas. À frente buscaremos debater o que isto poderá significar para as diferentes ontologias – e conteúdos ônticos – e relações com a terra que delas derivam no cenário agrário brasileiro.

Antes de estabelecermos as duas principais críticas que aqui traçamos à tese de Laclau (2005) e que nos levarão às demais abordagens do fenómeno, por fim, destaco de seu trabalho a importância que o filósofo atribui ao *afeto* na construção discursiva: “[a] lógica da equivalência, como vimos, é decisiva na formação de identidades populares e, nessas operações substitutivas/equivalentes, o entrelaçamento da significação e do afeto é exibido de forma mais plena” (p. 283, tradução nossa). É nesse sentido que o autor contesta, e concordamos com o mesmo, a crítica dos primeiros teóricos da sociedade de massas – como a de Gustave Le Bon (1895) – a esta dimensão afetiva da política, em que percebiam as emoções no plano coletivo como uma “ameaça à racionalidade social” (Ibidem).

Entendemos, por fim, a centralidade do discurso na construção populista (e política) em Laclau (2005), ainda que importante para a proposta desta investigação, enquanto limitante frente à perspectiva que assumimos na introdução desta tese, em que a dimensão histórica e material importa no que diz respeito às transformações e permanências no meio agrário brasileiro.

Se no capítulo metodológico desenvolvermos a escolha pela Análise Crítica do Discurso enquanto principal método de análise do primeiro momento desta investigação, introduzimos aqui o porquê desta escolha não se ter recaído na Análise Teórica do Discurso (ATD), baseada na concepção de Laclau e Mouffe da Teoria do Discurso (1985) e que, como mencionámos, dialoga com a abordagem de populismo aqui desenvolvida. Assim, consoante à nossa aceção materialista da terra no Brasil, nos afastamos da ATD, que segundo a descrição exposta em Carpentier (2010) presta “consideravelmente menos atenção aos componentes materiais da realidade (por exemplo corpos, objetos, organizações ou interações)” (p. 257, tradução nossa), desconsideração que buscámos não incorrer nesta investigação.

Por fim, destacamos a conclusão a que chega Laclau (2005) de que a lógica populista de constituição de povo seria, em última análise, a lógica do político (e o problema que esta aceção abrangente do conceito nos traz em termos analíticos): “os termos que designam ambos os polos [políticos] devem ser necessariamente imprecisos (caso contrário, não poderiam abdicar de todas as particularidades que supostamente agrupam). Agora, se for assim, essa lógica de simplificação e imprecisão não é a própria condição da ação política?” (p.33, tradução nossa).

Argumentamos, enfim, que não poderá ser, portanto, exclusivamente por esse caminho que desenvolveremos a definição de populismo aqui defendida. Se o populismo se iguala à política, perdemos a utilidade do conceito enquanto instrumento analítico de que comentamos na introdução desta secção e, portanto, não atingimos o objetivo deste capítulo teórico – estabelecer as bases conceituais sob as quais este fenómeno político foi abordado no decorrer, principalmente, da primeira fase desta investigação, a análise da comunicação política sobre a terra nas campanhas presidências de 2010, 2014 e 2018.

1.1.2. A abordagem ideológica

Nos aproximamos, assim, da abordagem do populismo enquanto ideologia, “quicá o conceito mais operacional para abordar o fenómeno” (Teixeira, 2018, p.78). Em contraposição à abertura conceitual acima identificada, Mudde (2004), ao descrever o *Zeitgeist* populista em que nos vemos há, então, pelo menos duas décadas, sintetiza o que em sua conceção se trata o fenómeno: “*uma ideologia que considera que a sociedade é, em última instância, separada em dois grupos homogêneos e antagônicos, ‘o povo puro’ versus ‘a elite corrupta’, e que argumenta que a política deve ser uma expressão da volonté générale (vontade geral) do povo*” (p.543 e p.562, tradução nossa, grifos do autor).

Como fizemos com a tese de Laclau (2005), buscaremos explicar os principais pontos dessa abordagem que, a despeito da sua recorrente oposição à primeira na literatura sobre o populismo, em parte, convergem. Deixaremos a ideologia para o fim e nos debruçaremos, assim, em primeiro lugar, sobre a dicotomia antagónica de grupos políticos; a sua suposta homogeneidade; e a ideia de *volonté générale* no autor.

Acerca do populismo enquanto fenómeno que pressupõe a divisão entre uma elite e um povo, é justamente a partir de Laclau (2005) que o autor, juntamente com Rovera Kaltwasser (2017), explicam a constituição do último e estabelecem as bases para esta divisão: “[c]omo o populismo tem a capacidade de enquadrar ‘o povo’ de forma a atrair diferentes grupos constituintes e articular suas demandas, ele pode gerar uma identidade compartilhada entre diferentes grupos e facilitar seu apoio a uma causa comum” (Mudde e Kaltwasser, 2017, p.9, tradução nossa).

Para os autores, apesar do povo no populismo se tratar de uma construção, ela está, na maioria das vezes associada a questões que se combinam: à soberania (mas não definem exatamente em relação ao quê, sendo, portanto, flexível), à ideia de povo comum/ ordinário (em seu sentido literal), e à constituição de uma nação. Assim, a distinção entre povo e elite se dá a partir das diferenças espelhadas no “poder político, status socioeconómico e nacionalidade, respetivamente” (Ibidem).

Já a elite, dentro desta divisão, refere-se mais, segundo os autores, a uma conceção *moral*. Torna-se mais difícil, assim, defini-la enquanto quem são ou a situação política que

ocupam (se oposição ou governo, por exemplo). Por isso, se na maioria das vezes o *status quo* político é contestado, não necessariamente isto torna o poder político e o populismo indissociáveis. E, de um modo geral, defendem Mudde e Kaltwasser (2017), não apenas o *status quo* político é contestado no populismo, mas também as elites económicas, culturais e mediáticas de determinada sociedade.

Para Mudde (2004), é no conceito de povo – tal como em Laclau (2005) – que se centra, então, o populismo, sendo a elite a sua oposição (*moral*). Aqui, pegamos emprestado dos estudos dos movimentos sociais a ideia de sentimento moral:

as emoções morais envolvem sentimentos de aprovação e desaprovação baseados em intuições e princípios morais, bem como as satisfações que sentimos quando fazemos o que está certo (ou errado), mas também quando sentimos o que está certo (ou errado), como a compaixão pelos desfavorecidos ou a indignação perante a injustiça. (Jasper, 2011, p.287).

A partir da elaboração de Mudde (2004), porém, compreendemos que no populismo em específico não é qualquer sentimento moral que sobressai, mas o sentimento moral opositivo e conflituoso: “[o]s adversários [políticos] não são apenas pessoas com prioridades e valores diferentes, são *malignos*!³⁰ [sic]” (p.544, tradução nossa, grifo no original).

Desta divisão maniqueísta depreendem os autores dois principais opostos ao populismo: o elitismo e o pluralismo. Considerando a conceção de terra que trabalhamos nesta tese, é a este último que daremos atenção nesta discussão.

Antes, analisaremos, porém, a premissa de Mudde (2004) de que o populismo é “uma ideologia que considera que a sociedade é, em última instância, separada em dois grupos *homogêneos*” (p.543, tradução nossa, grifo nosso). Contestamos nesta tese, tal como Laclau (2005) e o próprio autor quando descreve a construção do conceito central de povo (Mudde e Kaltwasser, 2017), qualquer possibilidade de homogeneidade numa dada sociedade.

Mudde (2004), apesar da frase reproduzida acima, também contesta em sua tese a ideia de homogeneidade *real* quando associa a vagueza da construção de povo no populismo ao conceito de *heartland* em Taggart (2000)³¹ e este, por sua vez, à tese da “comunidade imaginada” de Anderson (1983): “o povo na propaganda populista *não é real* nem abrangente, mas se trata, de fato, de um subconjunto mítico e construído de toda a população. Em outras palavras, o povo dos populistas é uma ‘comunidade imaginada’, muito parecida com a nação para os nacionalistas” (Mudde, 2004, p.546, tradução nossa, grifo nosso).

Defendemos, então, que o populismo não “considera” (Mudde, 2004, p.543, tradução nossa) que a sociedade está dividida em dois campos políticos homogêneos, mas antes busca promover *a ideia* de que assim está separada. I.e., o fenómeno “*argumenta* que a política deve ser uma expressão da *volonté générale* (vontade geral) do povo” (p.543,

³⁰ “*Evil*”, no original.

³¹ “De acordo com ele [Taggart, 2000, p.95], o *heartland* é um lugar ‘no qual, na imaginação populista, reside uma população virtuosa e unificada’” (Mudde, 2004, p.545).

tradução nossa, grifo nosso), ainda que uma vontade geral única e homogênea não exista efetivamente.

E aqui entendemos então pertinente entrar na discussão acerca do conceito de ideologia. Se para Mudde e Kaltwasser (2017), “ideologia é um corpo de ideias normativas sobre a natureza do homem e da sociedade, bem como da organização e objetivos da sociedade” (p.6, tradução nossa), “uma visão de como o mundo é e deveria ser” (Ibidem), adoto nesta tese a abordagem crítica de inspiração marxista da ideologia, em concordância com os demais campos teóricos que trabalho aqui – em especial no que diz respeito à abordagem teórico-metodológica que emprego na análise das campanhas presidenciais³². Nesse sentido, compreendemos ideologia enquanto as “maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas – (...) ‘relações de dominação’. Ideologia, falando de uma maneira mais ampla, é *sentido a serviço do poder*” (Thompson, 2011, p.16, grifo no original).

Ao articular, portanto, a concepção crítica negativa de ideologia em Thompson (2011) à abordagem ideativa, acabo por assumir nesta tese, consecutivamente, uma visão crítica e negativa do próprio conceito de populismo.

Se a tese de Laclau (2005) em si, tal como elaborou Gerbaudo (2017b), bem como outros trabalhos recentes, apontam a possibilidade de articulações populistas de esquerda frente a governos totalitários (Monjane, 2023; Bush, 2023), desenvolvo aqui o que argumento se tratar de uma incompatibilidade teórica entre o populismo e a pluralidade de modos de vida e de relações com a terra que mencionamos na introdução a esta tese³³.

Uma vez que a construção de povo no populismo pressupõe o estabelecimento de uma hegemonia dentre as demandas que formam a sua cadeia equivalencial e serve, assim, à universalização de interesses particulares (a formação de uma *volonté générale*), reforçamos que – ainda que dentro do campo da esquerda³⁴ – o populismo se refere a uma ideologia anti-pluralista. E contrária, portanto, ao que defendemos neste trabalho enquanto abordagem política necessária para pensar a questão da terra.

³² A Análise Crítica do Discurso a partir do conceito de ideologia em Thompson (2011), Fairclough (1995) e Resende e Resende (2011), como melhor detalharemos à frente.

³³ Em certa medida, alinha-se à ideia, portanto, do conceito de multitude de Hardt e Negri que reverbera nos movimentos antiglobalização dos anos 2000 (Gerbaudo, 2017b). “Este termo, proposto pelos intelectuais do movimento Michael Hardt e Antonio Negri (...) foi concebido precisamente em oposição à noção de Povo, considerada demasiado homogeneizadora e potencialmente autoritária” (Gerbaudo, 2017b, p.92, tradução nossa).

³⁴ Aqui definiremos esquerda dentro da díade de Bobbio (1995) e a sua compreensão de que a esquerda e a direita se diferenciam pelo igualitarismo da primeira, que pressupõe e aspira a igualdade: “[u]ma política igualitária caracteriza-se pela tendência a remover os obstáculos (...) que tornam os homens e as mulheres menos iguais. Uma das mais convincentes provas históricas da tese até aqui defendida, segundo a qual o igualitarismo é a característica distintiva da esquerda, pode ser deduzida do fato de que um dos temas principais, senão o principal, da esquerda histórica, comum tanto aos comunistas quanto aos socialistas, é a remoção daquilo que se considerou, não só no século passado mas desde a antiguidade, um dos maiores, senão o maior, obstáculo à igualdade entre os homens: a propriedade individual, o ‘terrível direito’” (Bobbio, 1995, p.126).

Ainda dentro da gramática laclauiana, se destituímos a importância do conteúdo ótico e levamos em consideração apenas a função ontológica das cadeias de demandas equivalenciais, argumento que incorremos o risco de invisibilizar aspetos vitais à sobrevivência de determinadas culturas e ontologias.

A título de ilustração, referimos aqui à causa ambientalista e a sua articulação no campo populista. Se diferentes povos do campo³⁵ dependem da não destruição dos biomas para subsistir, a simplificação de políticas apenas sob o prisma da preservação ambiental não responderá às diferentes necessidades ontológicas que cada coletivo tem a fim de garantir a sua sobrevivência enquanto ente (coletivo) particular. Argumento, assim, que a causa ambiental poderá ser um *denominador comum*, mas não será *suficiente* para a manutenção da *pluralidade ontológica* do espaço agrário brasileiro, e que qualquer tentativa de a reduzir a uma demanda particular ou a uma causa hegemónica poderá colocá-la em risco.

Também sobre este ponto, trazemos aqui uma imagem que Rosanvallon (2021) utiliza em sua tese sobre o populismo e que vai ao encontro desta abordagem teórica. Sobre a clivagem socioeconómica simbólica entre os 1% e os 99%, o autor afirma que “[a] redução da clivagem social a uma oposição entre a massa dos 99% e um pequeno grupo de 1% parece assim caricatural. A oposição não tem em conta a realidade ou a complexidade das divisões que atravessam a sociedade” (p.142, tradução nossa)³⁶.

Em “*We, campesinos: The potentials and pitfalls of agrarian populism in Colombia's agrarian strike*”, Sankey (2023), por exemplo, demonstra que apesar do populismo agrário poder ser importante e estratégico para a construção de uma coalizão em torno de demandas comuns, “uma análise de classes mais detalhada aponta limites ao seu potencial de transformação” (p.131). White, Graham e Savitri (2023), em “*Agrarian movements and rural populism in Indonesia*”, ainda que apontem a possibilidade de uma aliança populista ampla de esquerda, destacam também o constante perigo de cooptação “pelas forças políticas de direita” (p.68, tradução nossa), algo que atribuímos à vagueza, característica inerente à construção da hegemonia no populismo, como vimos na secção anterior.

Se num primeiro momento esta operação que aqui busco desenvolver poderá parecer paradoxal: se o populismo se coloca em oposição ao *establishment* político, a princípio aos

³⁵ Por *povos do campo* me refiro aos povos que Almeida (2007) descreve em “A morte do campesinato”, ao se referir ao fim do universalismo sociológico do campesinato e à “reativação” do que chamou nominalismo antropológico: “[o] fim do campesinato se dá ao mesmo tempo em que se ativam como nunca discursos e práticas de democratização rural, de autogoverno ambiental, de políticas de gênero contra-hegemônica cujos atores são atingidos por barragens, de indígenas que passaram por movimentos de revivalismo étnico, caboclos que se redescobriram índios, seringueiros que se transfiguraram em povos da floresta, caiçaras que se tornaram povos dos mares, marginais que viraram quilombolas, mulheres-ecólogas, velhos; sem-terra, sem-teto” (p.170) e, em nota de rodapé: “[e] a lista não pára de crescer. Faxinalenses, geraizeiros, moradores de fundos-de-pasto, babaqueiras, bem como ciganos e pomeranos, integram a lista do decreto de 2007, que institui políticas para ‘populações tradicionais’” (Ibidem).

³⁶ O autor aponta que esta clivagem existe inclusive e de forma pungente dentro do chamado 1% – tanto em termos socioeconómicos, diferindo entre os “0,01%” e os “0,09%” (dá o exemplo de receita destas famílias na França), quanto em relação à origem de suas receitas – de herdeiros a estrelas do esporte, etc.

que não atendem à heterogeneidade de demandas de uma dada sociedade (Laclau, 2005), não seria erróneo apresentá-lo enquanto ideologia em seu sentido negativo, i.e., enquanto uma operação de sentidos que visa o estabelecimento ou manutenção de determinadas estruturas de dominação?

Defendo aqui que não necessariamente se trata de um paradoxo, uma vez que o estabelecimento de uma nova hegemonia, ainda que possa ser legítima em suas raízes – tal como a insatisfação com a representatividade política do poder³⁷ – e, de facto, anti-*establishment*, quando articulada por uma ideologia populista torna-se necessariamente anti-pluralista e, portanto, impossibilita o olhar para àquela heterogeneidade de demandas que, no caso que analisamos, a realidade agrária no Brasil, em última instância poderá representar o apagamento mesmo dos diferentes povos que estabelecem com a terra uma relação outra que não a da ontologia-mercantil (Almeida, 2013).

Por fim, entendo importante discutir o tipo de ideologia, a que Mudde (2004) chama “*thin-centred*”. Na literatura académica, a tradução do conceito do autor para o português é (também) imprecisa, por isso adotaremos uma própria nesta tese, aproveitando para articulá-la ao conceito de ideologia que especificamos acima. Assim, se “*thin-centred ideology*” já foi chamada “ideologia delgada” numa tradução total do artigo (Amadeo e Paula, 2021), “*ténue*” (Avritzer, 2020; Santos Mosquera, 2021 na tradução do livro “*The far-right today*” [Mudde, 2019] para o espanhol) e “de baixa densidade” (Prior e Araújo, 2021), aqui propomos a sua designação e conceitualização enquanto *ideologia subsidiária*. Isto porque o termo nos parece útil para identificar, em nossa análise, a qual(is) ideologia(s)-mãe o populismo, estando ele presente, vem auxiliar e reforçar³⁸, bem como o que este suporte significa em termos de representações hegemónicas da terra no Brasil.

Trazendo o termo ideologia subsidiária para a união que estabelecemos nesta secção entre a abordagem ideacional e a conceção crítica de ideologia, destacamos ainda os chamados modos de operação da ideologia em Thompson (2011) – que aqui também dialogam com a ideia de populismo enquanto construção discursiva: se o populismo é uma ideologia que inerentemente presta auxílio a outras, argumento – dado os conceitos trabalhados até aqui – que o faz, principalmente, através de duas operações discursivas ideológicas distintas: a *unificação* e a *fragmentação*.

São eles dois dos cinco modos gerais de operação da ideologia que Thompson (2011) descreve enquanto os processos, respetivamente, de “construção, no nível simbólico, de uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa identidade coletiva, independentemente

³⁷ Discutiremos este ponto na secção que relaciona populismo e democracia, em especial a partir de Rosanvallon (2011).

³⁸ Subsidiária, em seu sentido denotativo, significa aquela que subsidia, que dá ou presta auxílio, que fortifica, que vem reforçar, podendo ter ainda a ideia de algo secundário, acessório; refere-se também a um curso de água que desagua noutro; e, no campo institucional, se refere a uma empresa que é controlada por outra (Priberam, 2024).

das diferenças e divisões que possam separá-los” (p.86) – a unificação – e, pelo contrário, a segmentação de “indivíduos e grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio real aos grupos dominantes, ou dirigindo forças de oposição potencial em direção a um alvo que é projetado como mau, perigoso ou ameaçador” (p.87) – a fragmentação.

São, assim, dois dos modos de operação da ideologia que, enquanto componente importante em nossa ACD, descreveremos melhor em nosso capítulo metodológico, mas que aqui também salientamos enquanto centrais na construção *discursiva e ideológica* populista.

1.1.3. O populismo enquanto estilo político e performance comunicativa

Considerando o nosso particular interesse pelas transformações nos meios de comunicação (e no modelo de comunicação social) e a sua relação com as transformações ideológicas e discursivas – pontos centrais nos autores anteriores – nas campanhas presidenciais sob análise, faz-se, por fim, fundamental comentar a compreensão do populismo enquanto um estilo político, mais recentemente desenvolvido por Benjamin Moffitt (2016), ao tratar deste enquanto um fenómeno em ascensão global.

Moffitt (2016) começa a sua tese por nos apontar, assim, a relevância que tomou o populismo no mundo nos últimos 20 anos, em especial na última década – meados dos anos 2000 a meado dos anos 2010 –, referindo-se a nomes que entraram nos círculos de poder político nos cinco continentes. Nesta lista, observamos lideranças à esquerda do espectro político (como Hugo Chávez na Venezuela) e à direita, ou à direita radical (outro fenómeno que Mudde, 2021, irá apontar neste período enquanto também em ascensão) – como Pauline Hanson, na Austrália.

Refutando a ideia de que o populismo seria uma ideologia, uma estratégia, um discurso ou uma lógica política, Moffitt (2016) defende que estes exemplos – tão díspares em termos de espectro político – se reúnem em torno de um *estilo* político específico, sendo este definido enquanto “repertórios de performances corporificadas e simbolicamente mediadas, feitos para as audiências, e que são usados para criar e navegar os campos de poder que compreendem o político, desde o domínio do governo até a vida cotidiana” (pp.28-9, tradução nossa).

Nesta abordagem do populismo, o estilo adotado, ainda que adaptado a uma variedade de contextos políticos e socioculturais (Ostiguy, 2017), apresenta, de um modo geral, os media – tradicionais e novos – e a crise enquanto *palcos* onde os líderes são os *performers* e o povo, a *audiência* (Moffitt, 2016). Ambas as relações, entre media e populismo e este e crise, abordaremos à frente com mais detalhe, mas destacamos enquanto importantes (em especial a primeira interação) para a pesquisa desta tese.

Similar a abordagem de Moffitt (2016), que reconhece as ligações com a abordagem da lógica política do populismo (mas também as suas diferenças), Laclau (2005) também destaca em “A razão populista” a importância da forma – e não tanto de seu conteúdo – na

identificação do fenómeno, instigando-nos a prestar atenção às “*dimensões performativas*” (p.28, tradução nossa, grifo nosso) do discurso populista e aos *meios* que possibilitam o surgimento do mesmo.

Num artigo empírico seminal para o estudo do populismo enquanto estilo político, Jager e Walgrave (2007) também demonstram como o partido político holandês que mais concentrava o que, para os autores, eram consideradas dimensões associadas ao que chamaram de *thick populism* – um discurso exclusivista e anti-*establishment* – era, simultaneamente, o que mais apresentava o que consideravam ser o mínimo denominador comum do populismo, ou o necessário para que se pudesse falar em um *thin populism* – um estilo comunicativo que se refere “abundantemente ao povo e identifica-se com o público em geral” (p.333, tradução nossa).

Na definição de populismo que operacionalizo nesta tese, reforço, assim, a importância da relação entre conteúdo e estilo político (entre forma e conteúdo). Argumento, porém, a partir da abordagem ideacional e do diálogo desta com a conceção crítica de ideologia acima discutida, que é preciso mais do que um estilo político que se refira ao povo (enquanto “comunidade imaginada”) para que um interveniente (líder, partido, governo, etc.) possa ser considerado populista – caso em que Jager e Walgrave (2007) chamam de “populismo vazio” (p.335).

Assim, embora concorde que “[o] que está ‘na superfície’ quando se trata de populismo importa” (Moffitt, 2016, p.154), entender o fenómeno exclusivamente a partir dessa perspetiva, ou levando em conta a ideia de “populismo vazio” (Jagers e Walgrave, 2007), não responderia aos objetivos desta investigação, em que importa a triangulação entre media, terra e ideologia.

Cardoso (2023) também busca distinguir em seu último livro sobre a “comunicação da comunicação” no tempo da “comunicação em rede”, ao discorrer sobre a crise comunicacional no interregno entre os modelos de comunicação de massas e este último, a ideia de um populismo comunicacional, em que pesam os elementos de estilo acima mencionados: “já na sua dimensão comunicacional o populismo deve ser entendido como a procura, através da comunicação, da aproximação ao cidadão comum, através da busca ativa da desintermediação jornalística” (p.147). Mais uma vez, se aqui entendemos que o populismo tem, de facto, uma dimensão comunicacional, argumento que não o poderemos definir, porém, apenas a partir desta.

Se para Mudde (2004) as dimensões comunicativas do populismo relacionadas ao carisma de sua liderança e à ideia de comunicação direta entre estes e o povo são comuns entre populistas, o autor defende que essas características seriam antes facilitadoras que definidoras do fenómeno. Aqui, concordamos em parte, então, com Mudde (2004), i.e., entendemos que antes que definidoras do que é o populismo, a criação de determinadas performances e a utilização de determinados palcos mediáticos são facilitadores das

operações ideológico-discursivas necessárias para sustentar determinadas relações de poder. Entendemos, porém, que estas dimensões se tornam indissociáveis do populismo e, por isso, também fundamentais na análise empírica do fenómeno.

Se nosso objetivo passa pela compreensão das transformações ideológicas presentes nos discursos mediados das campanhas presidenciais dos anos 2010s e o que significam para a formação de uma cultura mediatizada (Cardoso, 2023) e mediada da terra neste mesmo período, é através do estudo das performances dos diferentes intervenientes nos diferentes palcos ou arenas políticas e mediáticas que pudemos identificar a presença ou ausência do populismo e seus reflexos na comunicação política sobre a terra no país.

Por isso, tal como a pesquisa levada à cabo pelo *National Center of Competence in Research on 'Challenges to Democracy in the 21st Century' (NCCR Democracy)* (Ernst et al., 2018), consideramos um discurso enquanto populista quando este apresenta, concorrentemente, mensagens-chaves e elementos de estilo populistas, passíveis de serem identificadas a partir dos modos de operação da ideologia (Thompson, 2011) presentes no discurso e das diferentes dimensões de análise desenvolvidas durante a ACD, a serem melhor explicitadas em nosso capítulo metodológico.

“O populismo não é, em vez de uma operação política ideológica grosseira, um ato performativo dotado de sua própria racionalidade (...)?”, Laclau (2005, p.32, tradução nossa) nos pergunta. Defendemos, então, que não apenas; mas que o fenómeno é, entretanto, a simultaneidade desta operação ideológica e deste ato performativo. Acreditamos que para se tornar um conceito com fronteiras delimitadas e operacionais para a análise empírica, o fenómeno constitui-se, então, necessariamente de ambos: uma performance comunicacional e uma ideologia subsidiária com operações discursivas próprias que, em última instância, buscará criar ou manter determinada hegemonia política³⁹.

1.1.4. Qual definição utilizamos afinal?

Antes de adentrarmos na próxima secção deste capítulo, dedicada a discussão da relação entre o populismo e a sua relação com a democracia – em especial, a liberal –, resumirei aqui a definição de populismo que uso e operacionalizo ao longo desta investigação.

Entendemos, então, o populismo enquanto um fenómeno político que, através de construções discursivas específicas – em que se destacam os modos de operação da ideologia da unificação e da fragmentação (Thompson, 2011) – visam a imposição ou manutenção de uma vontade particular, tratada como geral: a vontade hegemónica.

³⁹ Aqui acredito que a imagem de uma fita de Möbius se adequa bem a esta relação entre a performance comunicacional e a operação discursiva-ideológica que defendo na construção do populismo enquanto conceito e fenómeno político.

Trata-se, assim, de uma ideologia subsidiária que *promove a ideia de* que a sociedade está dividida em dois grupos alegadamente homogêneos, quando a heterogeneidade social é, em si, irredutível (Laclau, 2005) – podendo ela mesma estar explicitada no discurso.

Tem como um de seus principais elementos a promoção de um antagonismo maniqueísta, onde a distinção moral entre o bem e o mau, entre um povo puro – construído como se constroem as “comunidades imaginadas” nacionais (Anderson, 1983) – e uma elite corrupta (Mudde, 2004) se faz basilar.

Tendo como pilar esta representação maniqueísta, elementos de estilo e dimensões comunicativas específicos se fazem indissociáveis do fenómeno, tais como o apelo ao “povo” construído em contraposição à “elite” a ele oposicionada⁴⁰; a retórica de crise⁴¹, ameaças e colapso (Moffitt, 2016); e a procura pela desintermediação da comunicação (Cardoso, 2023) com o campo político deste “povo”, ou a pretensão de que o faz.

Trata-se, por fim, de uma definição discursiva-ideológica-crítica, em cuja análise empírica importam ainda os atos performativos dos intervenientes envolvidos na operacionalização do fenómeno, uma vez que são estes a manifestação mesma da ideologia subsidiária a que nos referimos por populismo.

1.2. Democracia, crise e a crítica ao populismo enquanto resposta

Pensar o populismo requer, inevitavelmente, pensar o sistema democrático (Rosanvallon, 2011) e é preciso em primeiro lugar, portanto, identificar os seus pontos de interação e a sua relação com as diferentes formas que assumem nas ciências políticas o conceito de democracia.

O já citado proeminente artigo de Mudde (2004) tinha como objetivo central contribuir, justamente, “para o debate atual sobre o populismo nas democracias liberais” (p.542) e tinha como ponto de partida a ideia de que “pelo menos desde o início dos anos 1990s, o populismo se tornou uma característica regular da política nas democracias ocidentais” (p.551), o que o levou a cunhar a tese de um *zeitgeist* populista. E é a partir dele e do trabalho do autor com Kaltwasser (2017), mais a frente, que começamos por distinguir a que tipo de democracia se opõe ou surge, frente à sua crise, o populismo.

⁴⁰ De propósito utilizamos um neologismo para indicar a passivação desta “elite” que aqui tratamos, grupo que não necessariamente é opositivo ao outro construído, mas que é representado enquanto tal.

⁴¹ À frente trabalharemos melhor a relação entre o populismo e a crise – em geral (Kriesi e Pappas, 2015) e com a democracia liberal em específico (Rosanvallon, 2011; 2021; Mudde e Kaltwasser, 2017) –, mas aqui destacamos a sua dimensão comunicativa: “[s]e as crises proporcionam uma oportunidade para as mobilizações populistas, elas são, por sua vez, agravadas e levadas ao clímax pelas próprias mobilizações populistas” (Kriesi e Pappas, 2015, p.7, tradução nossa). “Em particular, os populistas não poupam esforços para criar um sentimento de crise. Muitas vezes, não intencionalmente ajudados pelos media sensacionalistas (...). Por outras palavras, o sucesso dos actores populistas em termos de força eleitoral, de *agenda-setting* ou de impacto político está fortemente relacionado à sua capacidade de desenvolver uma *narrativa* credível de crise” (Mudde e Kaltwasser, 2017, p.106, tradução nossa, grifo nosso).

Se o fenómeno proclama, como vimos acima, a centralidade de um “povo” – em oposição a uma “elite” – são as características intrínsecas à democracia liberal que, em sua essência, são confrontadas pela ideologia populista. Isto se reflete, assim, na contestação de três aspetos inerentes a este tipo democrático: i. das instituições-parte das democracias constitucionais; ii. de seu sistema de *checks-and-balances*; e iii. do sistema de mediação entre líderes e povo (Mudde e Kaltwasser, 2017).

O primeiro e o segundo se consolidam sob o argumento de que determinadas instâncias que fazem parte das democracias liberais, tais como as que constituem os sistemas judiciários (parte da separação de poderes a elas importante), não tendo sido eleitas pelo “povo” – na retórica populista –, não seriam, portanto, legítimas, comprometendo a própria legitimidade do sistema de *checks-and-balances*.

Neste argumento pesa outro importante aspeto do como definimos o populismo: se neste, o povo é *alegadamente* homogêneo, tornam-se também ilegítimas as instituições desenhadas para a garantia dos direitos que, no todo da população de um país, se fazem minoritários. Aqui nos referimos, portanto, à heterogeneidade de grupos que detêm demandas específicas, demandas essas que até podem fazer parte da cadeia de equivalências laclauiana, mas que não se conseguem, porém, fazer hegemónicas.

Sob a dimensão da retórica da desintermediação entre líderes e povo, observa-se, por fim, a contrariedade dos sistemas de intermediação próprios da democracia indireta – os partidos, as eleições representativas (em oposição aos plebiscitos), etc. Nesse contexto, por alegadamente existir uma “vontade geral” (Mudde, 2004), aqui descrita enquanto uma vontade particular tornada hegemónica (Laclau, 2005), impera a necessidade de que a mesma não seja deturpada no processo de mediação. E fortalece-se, assim, a crítica à democracia representativa, uma vez que, nela, o governo

é visto como uma forma aristocrática de poder, na qual os cidadãos são tratados como entidades passivas, mobilizadas periodicamente por eleições, nas quais eles nada mais fazem do que escolher seus representantes. (...) Não é de surpreender que, além das diferenças no tempo e no espaço, os atores populistas geralmente apoiam a implementação de mecanismos democráticos diretos, como referendos e plebiscitos. (Mudde e Kaltwasser, 2017, p.17, tradução nossa).

Nesta linha de argumentação, Laclau (2005) também nos dirá que é a crise de representação a origem dos rompantes populistas anti-instituições. Da mesma forma, Álvares e Dahlgren (2016) afirmam que “o populismo (...) tende a aparecer em tempos de crise, muitas vezes com uma retórica quase revolucionária. (...) Tende a ser hostil à política representativa – ao mesmo tempo que vive em simbiose com ela” (p.49, tradução nossa).

Em última instância o populismo opõe-se, assim, à democracia liberal representativa, mas não à democracia em si, invocando (em sua retórica, argumento) a democracia direta (Mudde e Kaltwasser, 2017) ou, como afirmou Mudde (2021) mais tarde, “[e]m teoria (ao menos), o

populismo é pró-democrático, mas contrário à democracia liberal” (introdução, tradução nossa).

Como também desenvolveram Kriesi e Pappas (2015), o populismo, nas suas múltiplas manifestações, seria um beneficiário das crises políticas e económicas, em detrimento direto da democracia liberal. Os autores, a partir da contribuição de Mair (2009), explicam o declínio da política partidária *mainstream* a partir da tensão entre responsividade e responsabilidade dos governantes frente a estas crises no quadro das democracias liberais: se por um lado devem respostas aos cidadãos, por outro, se veem condicionados pelas responsabilidades que têm perante órgãos domésticos, internacionais e supranacionais, gerando, assim, um aumento da insatisfação popular.

A partir de Canovan, Álvares e Dahlgren (2016) comentam também sobre a contradição interna às democracias liberais, que comportam uma vertente “mais constitucionalista” e outra “mais populista”, sendo ambas incompatíveis entre si, mas também complementares uma a outra. O constitucionalismo liberal, afirmam os autores, através de suas “instituições, leis e práticas complexas destinadas a salvaguardas, controlos e equilíbrios, procurou justamente modificar o impacto político direto do ‘povo’ em nome de várias liberdades e interesses (incluindo o da propriedade privada)” (p.51, tradução nossa) e, assim, acabam por “fomentar vários tipos de hierarquias sociais, baseadas em parâmetros variáveis – e, por conseguinte, promovem o ressentimento social” (Ibidem).

Aqui, aproveitamos este raciocínio para adentrar o pensamento de Pierre Rosanvallon (2011; 2021) sobre o populismo e a democracia. O historiador, ao definir o primeiro enquanto iliberal (a partir de pontos semelhantes aos já expostos), busca complexificar as críticas ao fenómeno e também o compreende como um “sintoma de uma angústia real” (Rosanvallon, 2011, p.4):

ele [o populismo] é ao mesmo tempo um sintoma de uma angústia real e a expressão de uma ilusão. Ele nasce sobre o terreno de uma crise. Ele não faz senão exprimir um mal intrínseco. Ele é o ponto de encontro entre um desencantamento político, relativo à má-representação e aos disfuncionamentos do regime democrático. (Ibidem).

Rosanvallon (2011) nos aponta, porém, as simplificações a que incorre o populismo e que não resolvem o problema identificado enquanto legítimo pelo historiador. Aqui destacamos o que chamou de “simplificação do laço social” (Rosanvallon, 2011): “[o] populismo pensa que o que faz a coesão de uma sociedade é sua identidade e não a qualidades internas das relações sociais. Uma identidade que é sempre definida negativamente. A partir de uma estigmatização destes que é preciso rejeitar” (p.6).

Sua reflexão acerca da relação democracia e populismo reflete, assim, a compreensão da crise de representação das democracias liberais e, portanto, do que dá origem ao populismo, mas também a ideia de que o fenómeno se trata de uma “resposta simplificadora e perversa” (Rosanvallon, 2011, p.4) às suas limitações, tal como Mudde e Kaltwasser (2017)

expuseram ao afirmar que “o populismo faz muitas vezes as perguntas certas, mas dá as respostas erradas” (p.118, tradução nossa).

Frente à democracia polarizadora do populismo – dada a sua construção antagônica –, à redução de uma suposta ‘melhor democracia’ à implementação dos referendos enquanto instrumento de democracia direta – na retórica populista, crucial para a realização da alegada vontade geral popular –, e à ideia de um povo imaginário – constituído pelas cadeias equivalenciais laclaunianas –, Rosanvallon defenderá, então, uma democracia pluralizada e interativa, que estabeleça “acordos permanentes de consulta, partilha de informações e resolução de diferendos que possam surgir entre si” (2021, p.156) e em que se multiplique as vozes do povo e de seus modos de expressão, renegando, assim, a ideia de “um povo que fala de uma única voz” e reafirmando a necessidade de “uma polifonia” (Rosanvallon, 2011, p.8) democrática.

Retornando à introdução desta tese e às relações com o termo terra que buscamos estabelecer nesta investigação, reitero, portanto, a partir destas considerações, haver uma incompatibilidade teórica entre o processo político do populismo e a concepção de uma democracia que comporte a possibilidade de existência e resistência das diferentes ontologias rurais (Almeida, 2007; 2013; 2016) e mundos que coabitam o espaço agrário brasileiro (ou de sobrevivência do que Viveiros de Castro (2012) chamou alteridades culturais radicais⁴²).

Observar na construção discursiva das campanhas políticas sob análise a predominância ou não deste fenômeno, bem como os seus modos de operacionalização, também nos permitirá discutir, portanto, as diferentes aberturas à pluralidade de relações com a terra que cada projeto ideológico comporta, contribuindo, por fim, para a sua compreensão dentro do quadro de transformação na comunicação política brasileira no recorte temporal proposto.

1.3. Media e populismo

Aproximando-nos do nosso campo de investigação, inserido na sociologia da comunicação e da mediação como expusemos na introdução desta tese, comentaremos aqui acerca das relações estabelecidas entre os media e o populismo, com foco, portanto, nos palcos (Moffitt, 2016) ou arenas (Jones, Mozaffari e Jasper, 2020) em que a ideologia subsidiária de que aqui tratamos se manifesta.

Como também já exposto, nossa investigação centra-se na passagem do chamado modelo de comunicação de massas para o modo de comunicação em redes (Cardoso, 2002;

⁴² Em “‘Transformação’ na antropologia, transformação da ‘antropologia’”, Eduardo Viveiros de Castro (2012) recupera o conceito de “‘multinaturalismo’ indígena” presente em seu histórico de trabalho e resume-nos esse pensamento, ali costurado à ideia de alteridade cultural radical, que “reconhece outros modos de existência que o nosso; justifica uma outra prática da vida, e *um outro modelo do laço social*; distribui diferentemente as potências e as competências do corpo e da alma, do humano e do extra-humano, do geral e do particular, do ordinário e do singular, do fato e do feito; mobiliza, em suma, toda uma outra imagem do pensamento” (p.158, grifo nosso).

2009) e, assim, apesar de compreender a não substituição dos chamados media tradicionais – televisão, rádio, impressos, etc. –, daremos especial atenção nesta secção à interação entre o fenómeno e as plataformas digitais que passam a integrar a ecologia mediática a partir do advento da chamada web 2.0, suas funcionalidades e atribuições de sentido (Gerbaudo, 2018). Isto porque é esta ‘novidade’, em termos de relação com o fenómeno, que buscamos observar na análise das campanhas presidenciais de 2010, 2014 e 2018, através das contas oficiais no Twitter dos presidentes Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro e dos debates televisionados em que participaram.

1.3.1. Comunicação em rede e o estilo populista

Antes de adentrar nesta relação em específico, porém, entendemos relevante comentar, num plano geral, a inter-relação entre media, populismo e a comunicação em rede aqui comentada, pelo que recorreremos mais uma vez a ideia de populismo comunicacional em Cardoso (2023) e o seu reflexo no fenómeno da celebração (Kurzman et al., 2007), mais especificamente deste na era digital (Marshall, 2014), uma vez que a “mediação na comunicação em rede, ao possibilitar aos indivíduos um alcance individual alargado da sua própria comunicação, promoveu uma hipervalorização social do maior número de pessoas a alcançar” (Cardoso, 2023, p.57) e que este processo, por sua vez, trouxe consequências para a própria comunicação política em si.

Nesse âmbito, destacamos aqui algumas características do estilo discursivo populista (conforme abordagem adotada nesta tese, incrustado no fenómeno, ainda que não definidor do mesmo) e a sua relação com o modo de comunicação em rede discutido na introdução deste trabalho. São elas a *intimização* do discurso no populismo; a simplicidade narrativa deste discurso – a sua *simplificação*; a já mencionada retórica de crise, da qual aqui apontaremos a importância da *construção do escândalo* na comunicação política; e a também já destacada retórica da *desintermediação* entre povo e liderança.

Na nova introdução ao seu livro de 1997, Marshall (2014) recontextualiza a relação entre celebridade e poder no que chama de era digital:

a nossa cultura está [agora] mais exposta e as nossas celebridades foram reconstituídas como os indivíduos sobre-expostos da vida contemporânea (...). Tornámo-nos uma cultura que aceita aquilo a que chamo uma *nova intimidade pública*. A celebridade é uma forma muito pública de discurso sobre as dimensões do que é público e do que é privado e, em última análise, do que é íntimo (Marshall, 2014, introdução, tradução nossa, grifo do autor).

Cardoso (2023), ao tratar deste ponto, também relaciona o uso das novas tecnologias digitais no modo de comunicação em rede a um processo de intensificação dos processos de celebração, por sua vez relacionados a esta ideia de publicização do íntimo, em outras palavras, à intimização do discurso.

Esta intimização do discurso, em suma, vai ao encontro da ideia de personalização e emocionalização enquanto características estilísticas do populismo inerentes à atual lógica mediática (Moffitt, 2016).

Da mesma forma, a construção do escândalo também pode ser compreendida dentro desta lógica da celebração mediática e da intimização do discurso enquanto elementos de estilo populistas:

[o] conhecimento público de 'pecados' dos políticos promove a sua desaprovação pública através da percepção social e mediática de escândalos (Thompson, 2005; Tumber, e Waisbord 2019). No entanto, no caso das celebridades, a mediatização dos seus "escândalos" apenas parece reforçar as dinâmicas da sua própria celebração (Steiner, 2019; Kurzman et al., 2007). (Cardoso, 2023, p.52).

Assim, trata-se este de um duplo processo que se entrelaça ao populismo, seja na construção discursiva do outro moralmente "mau" (Mudde, 2004; Mudde e Kaltwasser, 2017) – no âmbito de uma retórica de crise (Moffitt, 2016) –, seja na busca pela aproximação entre líderes e "povo" dentro de uma atitude anti-*establishment* (Ibidem).

Álvares e Dahlgren (2016) também comentam sobre a forma como os media exploram as sensações de ameaças sociais e sobre a tendência do jornalismo em adotar um sensacionalismo político que "maximiza ansiedades e incertezas" (p.54), ligando-se "nitidamente a certas correntes de estratégia populista" (Ibidem). Em paralelo, os autores também observam como a chamada web 2.0., apesar de ter apresentado importantes mecanismos de engajamento popular, também obtiveram pouco sucesso na promoção dos valores democráticos (tópico que buscaremos desenvolver mais à frente).

Outra característica intrínseca à comunicação em rede, a transversalidade da mensagem entre diferentes media e a necessidade de sua adaptabilidade aos mesmos revela outra permeabilidade entre o estilo discursivo populista e este novo modelo comunicacional (Cardoso, 2023):

A simplificação do discurso constitui um domínio central, tanto para o político conseguir adaptar o seu discurso às regras comunicativas presentes na televisão, quanto para permitir que a mensagem possua características de transversalidade mediática, as quais asseguram que aquela se mantenha inalterada, nas diferentes formas de comunicação em rede. (...) A simplicidade, enquanto instrumento emocional e intelectual, está particularmente bem-adaptada à cobertura massmediática de eventos. No entanto, está, igualmente, na matriz base dos conteúdos populistas. Os quais buscam explicações simples, embora não verdadeiras, para a realidade (Esser, 2008; Cammaerts, 2020). Por outro lado, a simplicidade é, também, o que permite que a construção da imagem política se mantenha transversalmente coerente nas diferentes plataformas oferecidas pela mediação em rede. (p.138-140).

Por fim, é também esta simplificação do discurso que possibilita a representação hegemónica das cadeias equivalenciais de demandas parte da construção discursiva do povo no populismo (Laclau, 2005), sendo esta uma decorrência dos "significantes vazios", termo caro à teoria de Laclau que, em última instância, "dão unidade a um conjunto heterogêneo. (...) [Mas] nunca podem controlar completamente quais as demandas que incorporam e representam" (p.140, tradução nossa). Em outras palavras, simplificam esta cadeia de demandas a fim de possibilitar a retórica de um povo uno homogêneo (Mudde, 2004).

Por fim, dentre os elementos de estilo, a retórica da desintermediação entre a “vontade geral” de um “povo uno” e a liderança populista (líder, partido, governo, etc.) também seria catalisada, segundo Cardoso (2023), pela lógica do modelo de comunicação em rede que possibilita a desintermediação jornalística⁴³, que por sua vez pode ocorrer de forma direta (através das redes e media sociais digitais) ou indireta (atravessando esta mesma mediação jornalística dos media tradicionais através da opinião e do comentário político) (De Vreese et al., 2018).

Assim, mais que uma “afinidade eletiva” entre o populismo e as redes e media sociais digitais (Gerbaudo, 2018) em específico, Cardoso (2023) observa uma relação afim entre a ascensão do fenómeno – ou, pelo menos, de seu estilo discursivo (que aqui defendemos estar arraigado à ideologia que o define) – e a entrada no modo de comunicação em rede. Para o autor, no interregno comunicacional entre um e outro modelo comunicativo surge, em decorrência, uma crise na comunicação⁴⁴, em que intervenientes antes centrais no modelo de comunicação de massas recorrem à celebração da política – e ao populismo – para contorná-la.

Nesse contexto, Cardoso (2023) argumentará que, através desses processos, beneficiam-se tanto os meios massmediáticos, que aumentam as suas audiências e receitas com publicidade; quanto os políticos, que buscam uma maior amplitude de apoio e votos. Assim, estabelece-se uma relação entre a ascensão do populismo e o interregno comunicacional em que se desenvolve a comunicação em rede:

estamos perante dois campos de mediação: a massmediática e a das redes e media sociais. Ambas se integram numa prática política em rede, que possibilita a criação de políticos-celebridade e promove uma política-celebridade assente numa política de opinião. Ambas são uma manifestação de dinâmicas associadas a um interregno comunicacional, no qual a comunicação massmediática procura manter audiências, moldando os políticos à imagem de outros membros do seu sistema de celebridades e em que a política aceita essas regras com o intuito de, através da popularização, obter mais votos. (Cardoso, 2023, p.154)

Por fim, seguindo à linha crítica ao populismo enquanto ideologia subsidiária, a estendemos ao estilo populista a ela associado ao novo modelo comunicacional e ecoamos novamente Cardoso (2023), para quem a “disseminação de uma política-celebridade, de criação de políticos celebridade e de adoção generalizada de um populismo comunicacional” (p.155) estaria associado à hegemonia *silenciadora* dos que a conquistam⁴⁵.

⁴³ Ainda que este modelo de comunicação estabeleça outros tipos de mediação, por exemplo a algorítmica (de Vreese et al., 2018) ou a das próprias *big techs* e suas plataformas digitais (van Dijk, Poell e de Wall, 2018).

⁴⁴ Baseado na relação entre o conceito de interregno e crise em Gramsci (2007 [1926-1937]): “[s]e a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais ‘dirigente’, mas unicamente ‘dominante’, detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam, etc. A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenómenos patológicos mais variados” (p.184, §34).

⁴⁵ A citação completa de Cardoso (2023) refere-se a uma comunicação de Paquete de Oliveira (2017 [2007]), em que o autor, ao tratar da influência que “consagrados e hegemónicos ‘fabricadores de opinião’” (p.107) teriam na opinião pública portuguesa, afirma que “[d]e certa maneira, aqueles que desfrutaram de uma hegemonia conquistada conseguem uma posição ‘silenciadora’ para os restantes” (Ibidem).

1.3.2. Populismo digital

Em importante ensaio sobre o que chamou “afinidade eletiva” entre o fenómeno do populismo e as redes sociais online (que aqui estendemos para as redes e media sociais digitais⁴⁶), Paolo Gerbaudo (2018) nos apresenta como as *funcionalidades* dessas plataformas, bem como as *atribuições de sentido* que lhes conferimos, as tornaram, neste início do século XXI, em arenas propícias para o desenvolvimento de movimentos sociais de orientação ideológica populista, ou o que chamou movimentos cyber-populistas (Gerbaudo, 2017a).

Para o autor, haveriam duas principais dimensões relacionadas às redes sociais que as tornariam um terreno fértil ao populismo. Uma primeira estaria relacionada à *narrativa* voltada para este media e a forma como foram compreendidos em seus primeiros momentos: como uma alternativa aos media noticiosos tradicionais. Enquanto estes últimos eram enxergados enquanto coadunados com o *establishment* político e financeiro, as redes sociais online teriam sido percebidas enquanto um canal propício para a circulação da “voz do povo” (p.748, tradução nossa).

Para além desta crise de autoridade dos media tradicionais, o autor aponta que a interatividade proporcionada pelos media digitais vinha também carregada de expectativa de novas formas de contestação pelo povo, de democracia direta e de manifestação contra a elite. Nessa mesma lógica, a ideia de “conteúdo gerado pelo usuário” presente nesses media viria a traduzir uma alegada representação autêntica da verdade e da vontade geral do povo.

A segunda dimensão diz respeito a estrutura funcional destas redes sociais. Segundo Gerbaudo (2018), a lógica de agregação presente na mediação algorítmica e a forma como focalizam a atenção das pessoas para assuntos específicos possibilitaram a criação de espaços de reunião de pessoas antes dispersas em torno das personalidades e “significantes vazios” construídos na lógica populista. Segundo o autor, as “multidões solitárias”, produto do hiperindividualismo neoliberal, puderam, assim, se reunir em “multidões online” (p.750, tradução nossa).

Nesta dimensão exposta por Gerbaudo (2018), relacionada à arquitetura material das redes, os *softwares* de *backend* destas plataformas digitais atuavam agrupando os seus utilizadores por características demográficas, palavras-chave relevantes, atitudes e gostos. Processo similar ao que Eli Pariser (2011) descreve ao expor a construção das câmaras de eco nos sites de busca e plataformas digitais.

Destacamos do acima exposto do trabalho do autor a ideia de que não apenas a arquitetura e a estrutura algorítmica das redes teriam proporcionado a afinidade eletiva entre estes media e o populismo, mas a importância que a narrativa atribuída aos mesmos teria tido

⁴⁶ Cf. distinção na introdução a este trabalho a partir de Murthy (2018).

nessa relação de influência mútua⁴⁷. Havia segundo Gerbaudo (2018) uma “postura rebelde e transgressiva que foi associada aos media sociais” (p.746, tradução nossa). Nesse sentido, argumentamos que esta afinidade eletiva poderá flutuar, conforme mudem ou se intensifiquem as narrativas direcionadas aos novos media, tanto quanto se atualizem as próprias estruturas materiais destas plataformas.

Para o autor, ainda, nesta relação entre as redes sociais – que seriam invariavelmente produtos de corporações de orientação neoliberal – e o populismo, as primeiras teriam visto as suas plataformas serem “colonizadas” por conteúdos e atores políticos que desafiariam esta ordem neoliberal, num momento de crise de legitimidade da mesma. Para Gerbaudo (2018), que deriva seu estudo do populismo da lógica política laclauiana, a construção populista desafiaria “seriamente a ideologia neoliberal” (p.751, tradução nossa). Buscaremos observar, assim, a partir de nossa pesquisa, sob a ótica da abordagem ideológico-crítica que adotamos neste capítulo teórico, se esta incompatibilidade entre a lógica populista e a ideologia neoliberal se faz na prática, também, no que diz respeito à comunicação política sobre a terra no Brasil contemporâneo.

Pesquisadores do já citado *National Centre of Competence in Research “Democracy – Challenges to Democracy in the 21st Century”* também buscaram explicar, através de investigação realizada em seis países – França, Itália, Alemanha, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos –, a preferência populista pelos media sociais em comparação aos programas de entrevistas televisionadas (Ernst et al., 2019). Os autores apresentam como as estruturas de oportunidade discursiva (Ernst et al., 2018)⁴⁸ revelam quatro aspetos do Facebook e Twitter que favorecem o potencial da comunicação populista (Ernst et al., 2017), similares às já apresentadas acima, com algum complemento:

Oferecem a possibilidade de estabelecer uma ligação estreita com as pessoas, proporcionam um acesso direto ao público sem intervenções jornalísticas, podem criar um sentimento de comunidade e reconhecimento entre grupos de outra forma dispersos e promovem o potencial de personalização (Ernst et al., 2017). (Ernst et al., 2019, p.5, tradução nossa).

Para os autores, as redes sociais assumem este papel – em sua pesquisa, em especial o Twitter e o Facebook – porque: i. criam “espaços protegidos nos quais provas unilaterais e anedóticas de convicções populistas podem ser acumuladas em grandes quantidades e tornadas acessíveis aos seguidores” (Ernst et al., 2018, p.6, tradução nossa); ii. permitem que tons agressivos possam ser cultivados, uma vez que “as pessoas que partilham a mesma

⁴⁷ A expressão “afinidade eletiva” que Gerbaudo (2018) emprega em seu artigo remete ao conceito provindo da química (Uppsala, 1775), adotado na literatura romântica (Goethe, 1809) e finalmente introduzido por Weber (1922) nas ciências sociais para explicar “as conotações de escolha recíproca, atração e combinação” (Löwy, 2004 [2011], p.131) entre dois elementos diferentes.

⁴⁸ Conceito que melhor trabalharemos no Capítulo II desta tese a partir de Koopmans and Statham (1999), ao discorrer sobre as diferentes abordagens dos estudos dos movimentos sociais, e que em sua concepção original difere em parte do empregado por Ernst et al. (2018). Valendo-se de Koopmans e Olzak (2004), os autores abordam as estruturas de oportunidade discursiva enquanto conceito que assume que “os atores envolvidos no discurso mediático escolherão as opções mais favoráveis de ação e comunicação para atingir os seus objetivos” (Ernst et al., 2018, p.6, tradução nossa).

opinião sentem que podem falar com os seus pares sem terem de se preocupar com críticas ou controlo social” (Ibidem, pp.6-7); e iii. promovem uma exposição seletiva repetida a uma informação unilateral que “promove uma mentalidade de grupo que os populistas podem utilizar para mobilizar os seus apoiantes e coordenar ações políticas (Krämer 2017)” (Ibidem, p.7).

Numa linha similar, mas com foco na dimensão da desintermediação jornalística, i.e., da possibilidade de contornar os *gatekeepers* tradicionais a partir das redes e media sociais digitais, Schroeder (2018) conclui que os novos media auxiliaram, no século XXI, que o populismo ganhasse terreno mundialmente, reforçando que o mesmo “[n]ão é causado pelos novos media, mas também não seria uma força tão potente sem os novos media” (p.80, tradução nossa). Orientação teórica que considerámos nesta tese e que buscámos observar em sua análise empírica.

1.3.3. Populismo, novos media e democracia

Na intersecção entre os estudos do populismo, os novos media e as suas relações com a democracia, uma série de investigações foram realizadas na segunda metade dos anos 2010s, dos quais destacaremos mais uma vez o trabalho de Gerbaudo (2019) acerca dos partidos digitais; de Blasio e Sorice (2018) e o que trataram como tecno-populismo; Govil e Baishya (2018) sobre as plataformas criadas pelo governo do Primeiro Ministro Narendra Modi na Índia e a sua atuação nas demais plataformas abertas; e os estudos de Waisbord e Amado (2017) e Waisbord (2018) sobre a comunicação democrática e os populismos latino-americanos do início dos anos 2000s.

Relacionado às características que vimos trabalhando neste capítulo, quer do populismo, quer da relação entre os novos media⁴⁹ e o populismo, a pesquisa conduzida por Paolo Gerbaudo (2019) na Itália, Espanha, França e Reino Unido, demonstra como alguns movimentos partidários do século XXI adotaram “a lógica da interatividade e da participação, popularizada pelas plataformas de media sociais, como forma de proporcionar uma democracia mais direta” (p.14, tradução nossa), elementos comuns ao populismo que aqui descrevemos.

A partir da criação de portais participativos online e plataformas de tomada de decisão, propunham-se propostas, estabeleciam-se discussões e tomavam-se decisões acerca das políticas do partido, referendos e eleições intrapartidárias, buscando ou se alegando criar uma espécie de “ágora” expandida graças à tecnologia.

⁴⁹ E aqui nos referimos tanto às plataformas de media sociais, como o Twitter e o Facebook (van Dijk, Poell e de Wall, 2018), quanto às plataformas setoriais (Ibidem), tais como as que os partidos digitais investigados por Gerbaudo (2019) utilizam.

Baseado no que Gerbaudo (2019) chamou de “visão utópica de uma democracia online” (Ibidem), entendiam a tecnologia digital como uma forma de reintegrar na arena política os cidadãos afastados da vida pública, permitindo uma intervenção mais direta no processo político. Nesse sentido, compreendia-se a tecnologia a partir também da ideia de desintermediação da política, em especial em contraposição a burocracia dos partidos tradicionais, supostamente responsáveis pela distorção da “vontade geral” do “povo”. Confluía, assim, nesta lógica, o princípio do participacionismo (em oposição ao princípio da representatividade política) e os já trabalhados aspetos da ideologia e estilo comunicacional populista.

O que o autor conclui com a sua investigação, porém, é que o processo de mediação entre os integrantes do partido ou a população em geral e as decisões políticas online não só continuava a existir dentro dessas plataformas, como se apresentava de forma concentrada e dissimulada⁵⁰, uma vez que a definição das agendas políticas se mantinha nas mãos dos líderes partidários e do staff político diretamente ligados a estes, de forma que a “liderança de-cima-para-baixo continua a manter a primazia sobre a iniciativa da base” (p. 187, tradução nossa).

Neste contexto, Gerbaudo (2019) demonstra como a prometida democracia deliberativa e participativa dos partidos digitais de caráter populista se constituíram, na prática, numa democracia plebiscitária, “em que um líder demagógico reafirma periodicamente o seu mandato através da convocação de um referendo” (p.181, tradução nossa). Segundo a pesquisa levada à cabo pelo autor, a escolha binária plebiscitária se traduzia numa reificação da vontade do líder e não dos que dela participavam, reproduzindo “uma polarização organizacional que reforça o centro e a periferia do partido em detrimento do elemento burocrático intermédio. Deste modo, um hiper-líder carismático alia-se a uma superbase ativada digitalmente, mas sobretudo reativa” (p.182, tradução nossa), e não necessariamente participativa.

De Blasio e Sorice (2018), num artigo fundamentalmente teórico, mas baseado em pesquisas anteriores sobre o populismo e partidos populistas na Europa, chegam a uma conclusão similar. Chamado “*Populism between direct democracy and the technological myth*”, o texto descreve o que chamaram tecnopopulismo, que “deriva da correlação entre populismo, tecnocracia e a crescente importância da comunicação digital (De Blasio, 2014; Marres, 2017)” (p.8, tradução nossa). Para as autoras, alia-se nesse novo momento populista a ideia de que há somente uma vontade autêntica do povo, que se opõe à capacidade de resposta das elites políticas (do populismo); e a ideia de que há somente uma solução política correta, baseada numa conceção alegadamente puramente técnica e, portanto,

⁵⁰ No original, “*hidden*”, podendo ser traduzida também para “escondida”.

supostamente apolítica (da tecnocracia). E, entre estes dois fenómenos estariam as novas tecnologias da informação e da comunicação, pelas quais estes propósitos seriam alcançados.

Tal como Gerbaudo (2019), De Blasio e Sorice (2018) concluem, porém, que a narrativa da democracia direta que seria facilitada pelos novos meios de comunicação na prática resultam no que chamaram uma hiper-representação política: o endosso de uma liderança que alegadamente representa a vontade geral do povo, a partir de uma visão homogênea e anti-pluralista da sociedade.

A partir de Howard (2000), Álvares e Dahlgren também comentam sobre os perigos da democracia plebiscitária, que, não sendo problemática *per se*, podem levar a resultados indesejáveis: “[o] perigo da ‘desinstitucionalização’ do domínio formal da política seria, portanto, o da possibilidade da sua ‘reinstitutionalização’ através de ligações verticais cada vez mais directas entre líder e seguidores” (p.52, tradução nossa), o que levaria a uma espécie de “híper-democracia” (Ibidem). Ao observar os resultados das eleições para o Parlamento Europeu de 2014, os autores atribuem ao *compreensível e real* sentimento de exclusão que os cidadãos têm frente à política partidária tradicional o “sucesso da retórica *híper-democrática* dos partidos populistas” (p.53, tradução nossa, grifo nosso).

Retomando os resultados da pesquisa de Gerbaudo (2019), o autor aponta outras duas problemáticas da *praxis* do processo político estabelecida nas plataformas digitais dos partidos que investiga, relacionadas à tendência de individualização que atribui à sociedade como um todo: i. a “plataformização do partido significa que as decisões são tomadas coletivamente, mas do ponto de vista de indivíduos fisicamente isolados” (p. 187, tradução nossa), o que tem como consequências uma maior agilidade nas tomadas de decisão, mas também uma maior fragilidade destas; e ii. há um aumento quantitativo da participação, mas também uma maior superficialidade da mesma, resultando, por fim, numa fraca estrutura organizacional para suportar períodos de crise.

Nesta tese, concordamos, assim, com a premissa teórica sintetizada pelo autor de que não bastará, portanto, alterar a forma e os meios pelos quais os processos políticos se dão, mas de que é necessário fazer uma revisão sistemática das estruturas sociais e instituições políticas, indo ao encontro da revisão bibliográfica aqui apresentada acerca do populismo e a crítica a democracia liberal: esta última apresenta limitações constitutivas e, assim, torna-se um terreno fértil ao primeiro, mas aquele não resolve as disfunções desta.

Em pesquisa fora do contexto político europeu, Govil e Baishya (2018) analisam a ascensão de Narendra Modi e argumentam que “as plataformas online oferecem novas formas de concretização de fantasias políticas através do envolvimento *afetivo* do utilizador/cidadão” (p.67, tradução nossa, grifo nosso). Os autores corroboram Moffitt (2016) ao apresentarem a relação entre as plataformas surgidas na chamada web 2.0. e a percepção

de intimidade entre líderes e seguidores – a já discutida dimensão da intimização do discurso no que tange às figuras de estilo intrincadas ao populismo:

Esses sites e plataformas permitem aos líderes e partidos populistas não só distribuir as suas mensagens de forma mais fácil e livre, mas também transmitir uma sensação de imediatismo, proximidade e intimidade com os seus seguidores, dando a aparência de responsabilização e representação diretas. (Moffitt, 2016, p.89, tradução nossa).

Da percepção de que existe, nesses media, uma interação um-a-um, individualizada, Govil e Baishya (2018) demonstram o desenvolvimento do que chamaram *mediação afetiva*, construída a partir desta ideia de conexão e proximidade virtual. Neste contexto, apontam ainda a ideia de que existe uma presença generalizada do líder a partir destas plataformas e, nesse processo, o sentimento de que a multidão e o “homem comum” representam o líder⁵¹ e o líder representa a multidão e o “homem comum”.

Os autores concluem em suas análises uma relação por sua vez constitutiva – antes que apenas contextual – entre estas dimensões afetivas das redes e media sociais digitais e o “estado iliberal” premente no espectro político da ultradireita⁵²: “[s]e os sentimentos populistas podem ser possibilitados pela desagregação e reintegração viral da autoridade política singular, aquilo a que Brian Massumi (1997) chama as ‘perspetivas sinestésicas virtuais’ do afeto desempenham um papel formativo nas possibilidades da tecnocultura populista de direita” (Govil e Baishya, 2018, p.80, tradução nossa).

Os autores concluem, por fim, que o populismo de direita (e como discutido anteriormente, argumento que o populismo *per se*), tal como as redes e media sociais digitais, promove uma univocidade – de vontades, interesses políticos, demandas –, por trás de uma fachada de polivocalidade, da ideia de que todos podem ser ouvidos. Para os autores, esse processo dá lugar a líderes “extremistas” e “temperamentais” que se tornam “as autoridades carismáticas de um novo imaginário político” (Ibidem).

Deslocando-nos para a América Latina e para outros espectros políticos do populismo, à esquerda de Modi e em diferentes posições da régua política, Waisbord e Amado (2017) investigam a comunicação no Twitter de quatro então presidentes que identificam enquanto populistas – Cristina Kirchner (Argentina), Rafael Correa (Equador), Hugo Chávez e Nicolás Maduro (Venezuela)⁵³ – e concluem a incompatibilidade entre o fenómeno e a possibilidade de uma comunicação democrática⁵⁴.

⁵¹ Exemplo, no Brasil, deste processo que é descrito pelos autores no contexto indiano, é a mobilização a favor de Jair Bolsonaro, durante a sua campanha em 2018, em que seus seguidores (também nas plataformas de media sociais digitais) reivindicavam o papel de *bots* do candidato através da propagação da frase “Eu sou robô do Bolsonaro” nessas mesmas redes e media sociais digitais.

⁵² Aqui me utilizo da nomenclatura apresentada por Mudde (2021) e de que falaremos melhor na próxima secção.

⁵³ Não entraremos aqui no mérito de se, de facto, estes presidentes podem ou não ser caracterizados enquanto populistas de acordo com a definição do fenómeno que utilizamos neste trabalho.

⁵⁴ “Por comunicação democrática entendo as condições e práticas institucionais ancoradas nos princípios da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa, do direito à comunicação, da tolerância e da solidariedade, do raciocínio baseado em factos e da busca da verdade” (Waisbord, 2018, p.22, tradução nossa, grifo nosso).

Os autores observam que a utilização da plataforma pelos presidentes em questão, a despeito das diferentes oportunidades estruturais oferecidas pelos novos media, não se traduzia numa utilização diferente da possibilitada pelos meios de comunicação de massas no modelo comunicacional anterior: “[s]eja com os meios de comunicação tradicionais ou com o Twitter, o principal objetivo tem sido difundir mensagens presidenciais sem perguntas difíceis, opiniões dissidentes e trocas abertas com os cidadãos” (Waisbord e Amado, 2017, p.13, tradução nossa).

Waisbord e Amado (2017) observam que todos os presidentes que analisam utilizam a plataforma para uma troca unilateral de mensagens, imediatista e, tal como, Govil e Baishya (2018) notaram, voltado para uma comunicação centrada na personalidade da liderança política. Observam que se ignorava, assim, o princípio da interatividade presente na estrutura e no sentido atribuído a estes media enquanto arenas em que a “voz do povo” poderia ser ouvida (Gerbaudo, 2018).

Pelo contrário, os tweets analisados refletiam antes um discurso antagónico, indo ao encontro da definição ideológica do populismo, e eram utilizados antes para importunar adversários políticos e críticos ao governo, aproveitando o princípio da desintermediação das plataformas digitais, que para o fomento ao acesso à comunicação política por “todos”: “[o]s presidentes parecem estar mais interessados em limitar a interatividade e em criticar os dissidentes do que em interagir com os cidadãos com uma diversidade de pontos de vista” (Waisbord e Amado, p.14, tradução nossa).

Em suma, em suas análises, Amado e Waisbord (2017) observaram a utilização da plataforma enquanto palco para a divulgação de informações, a conformação da agenda de notícias de acordo com as necessidades da Presidência, o aumento de sua visibilidade, e a antagonização aos críticos do governo.

Começamos a traçar, então, mais uma vez, a conformidade da orientação teórica desta secção com a nossa definição do populismo enquanto uma ideologia subsidiária, cujo antipluralismo afeta a possibilidade de resolução dos problemas colocados pela crise de representatividade política, ainda que aquela seja um sintoma direto desta (Rosanvallon, 2011; 2021). Waisbord (2018) reitera esta posição: “[a] diversidade de reivindicações e movimentos subalternos colide com a visão populista do ‘povo-como-um’ (de la Torre, 2016b), um tropo retórico que ignora interesses plurais e os complexos processos de formação de identidades coletivas” (p.28).

Assim, concordamos com o autor em que, a despeitos das diferenças *fundamentais* entre o populismo de direita e de esquerda, ambos se realizam na fragmentação dos media e câmaras de eco formadas no novo modelo comunicacional em rede em que despontam os novos media.

Waisbord (2018), ao contrapor a comunicação populista ao ideal dos “bens comuns da comunicação”, que prevê a existência de um espaço público para a discussão e negociação dentre diferentes grupos sociais e de poder, reforça a necessidade de compreendermos esta visão também criticamente, uma vez que se assenta numa perspectiva liberal que desconsidera as desigualdades profundas de poder e acesso à comunicação típicas do capitalismo tardio.

Numa abordagem similar à que concluímos a secção acerca da relação entre o populismo e a democracia representativa liberal, argumento, assim, haver uma articulação espelhada desta com a relação entre o fenómeno, a comunicação e a utilização dos novos media e a democracia e a comunicação democrática dentro dos pressupostos da noção de bens comuns comunicacionais:

É certo que a noção de bens comuns de comunicação precisa de ser abordada de forma crítica, pois está originalmente embutida em premissas liberais que ignoram o enorme fosso entre os ideais democráticos e as desigualdades de poder articuladas em termos de classe, género, raça e etnia no capitalismo tardio (Fraser, 1990) (...). A visão pluralista dos bens comuns de comunicação não reconhece as profundas assimetrias de poder que perpetuam as práticas de exclusão. No entanto, a contraproposta do populismo é inadequada, se não perigosa, para resolver formas profundamente enraizadas de exclusão social na comunicação pública. A sua visão maniqueísta da política, preocupada principalmente com os desígnios do *realpolitik*, de cima para baixo, e com a sua tendência antidemocrática, é incompatível com a promoção de espaços comuns, com a expressão de múltiplas exigências e com o reconhecimento de uma miríade de diferenças. (Waisbord, 2018, p.26, tradução nossa).

Retomo da introdução desta tese, assim, em consonância com Waisbord (2018), que entende que “[a] democracia exige uma política de comunicação que promova a afirmação de interesses particulares, a sensibilidade e a inclusão dos outros e o diálogo entre as diferenças”, a ideia de mediação da distância em Silverstone (2002). Reiteramos, assim, a crítica deste último autor à incorporação do Outro (a um povo homogéneo enquanto retórica ideológica do populismo) e/ ou à aniquilação do Outro (enquanto parte de um antagonismo moral irrevogável também presente no fenómeno).

1.4. O populismo (digital e de direita) chega ao Brasil

1.4.1. O populismo no Brasil

Invocando a primeira nota de rodapé deste capítulo, esclareço que também não será o objetivo desta secção apresentar o desenvolvimento do populismo no Brasil em sua perspectiva histórica, ou mesmo buscar identificar os presidentes anteriores ao recorte temporal desta investigação enquanto populistas ou não – em especial porque adoto neste enquadramento teórico a abordagem de Ostiguy (2017), para quem o populismo não é uma categoria binária, mas ordinal, i.e., um governo ou um político não simplesmente é ou não populista, mas pode apresentar diferentes graus de populismo em suas atuações políticas.

Destaco, porém, a importância que o conceito teve em alguns campos das ciências sociais no país, tendo sido alvo de atenção nos anos 1950s pelos sociólogos do recém-criado

Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, embrião do que viria a ser o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, extinto a partir do golpe civil-militar de 1964. Segundo a historiadora Angela Gomes (1996), “[u]m dentre os principais problemas divisados na agenda daquele grupo era o do surgimento do populismo na política brasileira” (p.3), quando publicam o ensaio intitulado “Que é o Ademarismo?” (1954), em referência à Adhemar de Barros, candidato à sucessão presidencial de 1955.

Para além do grupo, Gomes (1996) destaca o trabalho do sociólogo Francisco Weffort (1967) sobre o conceito, para quem o populismo representaria uma espécie de tutela das massas pelo Estado (numa constituição bidirecional entre povo e Estado), e que buscou compreender a sua presença na formulação do Estado Novo de Getúlio Vargas (1930-1945) e na chamada Quarta República brasileira (1945-1964), também chamada República Populista. Da mesma forma, a historiadora destaca o trabalho de Regis de Andrade (1979), que também trabalha o conceito a partir do início do Estado Novo brasileiro e destaca “não só o caráter francamente burguês do regime populista, como sua natureza ambígua e contraditória, tanto autoritária, quanto democrática” (Gomes, 1996, p.12).

Voltando-se para o período posterior à ditadura militar de 1964-1984, Gomes (1996) destacará a importância do conceito na edição “Anos 90: política e sociedade no Brasil”, organizado por Evelina Dagnino (1994), e o artigo de Décio Saes a respeito do que entendeu se tratar de uma reemergência do fenómeno populista no país, traçando uma distinção do que seria o “populismo clássico”, trabalhado pelos autores acima, e o “neopopulismo” – novo e neoliberal –, num contexto de reativação eleitoral partidária e da “difusão da mídia eletrônica” (Gomes, 1996, p.17). Segundo a autora,

ele se distinguiria radicalmente do “populismo clássico” ao construir um discurso político antiestatizante, rompendo com uma tradição sólida e lentamente construída no Brasil, que vincula estatismo ou estatização a signos de nacionalismo e desenvolvimento. Ou seja, seria pelo desmonte do Estado, identificado inclusive com a experiência populista, que o governo asseguraria, através do mercado, uma nova mecânica redistributiva.

Nessa mesma revisão teórica, Gomes (1996) também destaca o populismo em Marilena Chauí, que o entendeu enquanto “uma mitologia fundadora tanto para as classes dominantes, quanto para as classes dominadas” (p.17) e que, no contexto de uma sociedade autoritária, como seria a brasileira, “explicaria tanto a impossibilidade da efetuação da idéia liberal-democrática de política no Brasil, baseada nas noções de cidadania e representação, quanto a impossibilidade de sustentação do valor socialista da justiça social” (Ibidem).

A respeito do fenómeno do “neo-populismo” no Brasil, destaca-se o lugar que assume o então presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), enquanto um dos representantes da direita populista latino-americana (Dagnino, 1994; Bethell, 2018), a que Mudde e Kaltwasser (2017) chamaram de terceira vaga populista na América Latina.

A partir daí, os nomes seguintes comumente associados ao fenómeno são os de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010 e 2023-presente) e Jair Bolsonaro (2019-2022). Na base de

dados *SciVerse Scopus*, por exemplo, encontramos zero menções à *query*⁵⁵ “ABS (Itamar [Franco] *and populism*)”; duas menções à “ABS ([Fernando Henrique] Cardoso *and populism*)”; duas à “ABS (Michel and Temer *and populism*)”; cinco à “ABS ([Dilma] Rousseff *and populism*)”; dezassete à “ABS ([Luiz Inácio] Lula [da Silva] *and populism*)”; e, finalmente, oitenta e nove à “ABS ([Jair] Bolsonaro *and populism*)”⁵⁶.

Como afirmado no início desta secção, não é central para esta pesquisa a categorização de um e outro presidente que se encontra fora desta investigação dentro do fenómeno, sendo a sua identificação, argumento, diretamente dependente da definição conceitual do populismo que as respetivas pesquisas adotam e operacionalizam e da metodologia utilizada nas mesmas.

Se Luiz Inácio Lula da Silva, por exemplo, é considerado populista por alguns autores (e.g., Silva, 2022; Andrade, 2020; Reano, 2014; Ricci, Izumi e Moreira, 2021), a partir da conceção do fenómeno aqui trabalhada, alinhamo-nos mais aos argumentos de Bethell (2018), para quem a campanha eleitoral de 2002 de Lula nada teve a ver com uma estratégia populista (sendo a “Carta ao Povo Brasileiro”, documento emblemático deste período, um tratado conciliatório), nem o seu primeiro mandato ou o seu sucesso na reeleição de 2006. Para o autor, é a partir da campanha para a transferência de seu legado político à Dilma Rousseff em 2010, que o atual presidente assume um discurso populista. Em todo o caso, consideramos mais adequado as referências a Lula a partir do que ficou conhecido enquanto lulismo e seu pacto conservador (Singer, 2012) que, segundo Mello (2018; 2021)⁵⁷, abarcava a ideia de conciliação de classes, cuja definição, *per se*, se opõe à dimensão antagónica central em nossa definição de populismo.

Importa-me especialmente, portanto, em primeiro lugar, as cinco menções encontradas acerca do populismo e Dilma Rousseff, presidenciável e presidenta parte de nossa investigação. Delas, porém, apenas duas relaciona Rousseff diretamente ao fenómeno, tratando-se os outros três artigos da relação do populismo com outros atores do cenário político brasileiro. A primeira (Clift, 2021), apesar de referir o que seria o “populismo político de Lula, Rousseff e o PT” (p.137, tradução nossa), não desenvolve a relação da então presidenta e o populismo, antes destaca a crise de seu mandato em função das “dinâmicas de gênero do populismo” (p.151, tradução nossa) e da ascensão do “populismo machista de direita de Jair Bolsonaro” (p.148, tradução nossa). A segunda (Salomão e Almeida, 2023)

⁵⁵ Através da *query* ABS (*x and y*) buscou-se todos os documentos expostos na base de dados que referenciassem as palavras indicadas em seus resumos.

⁵⁶ Esta é apenas uma ilustração de algo percebido ao longo das leituras realizadas para esta revisão bibliográfica. Estes números nas pesquisas na base de dados *Scopus* não necessariamente significam que estes presidentes foram compreendidos enquanto populistas por todas estas pesquisas, podendo apenas ter sido mencionados ou, ainda, considerados não populistas nos resultados das investigações. Colocamos estes números a título de ilustração, porém, para demonstrar a associação (direta ou indireta, positiva ou negativa) entre estes nomes e o fenómeno do populismo.

⁵⁷ Aqui especificamente relacionada a questão agrária.

refuta a classificação de Rousseff enquanto “populismo económico”, cujo principal fundamento é a formulação de políticas económicas desinteressadas e incapazes de promover a estabilização macroeconómica do país e o seu desenvolvimento sustentável, estando antes voltada para “proveitos eleitorais de curto prazo” (p.151)⁵⁸.

Depreendemos, assim, a pouca influência da ideologia subsidiária populista na literatura sobre Dilma Rousseff (nos diferentes espaços em que se poderia observá-la – discursos eleitorais, políticas de governo, etc.), pelo que buscaremos com esta pesquisa observar se o fenómeno se mantém ausente ou diminuto também no que diz respeito às questões da terra nas campanhas presidenciais da então candidata.

1.4.2. A ascensão da ultradireita populista brasileira ou do bolsonarismo

Importa-nos especialmente, então, a constatação de que os anos 2010s, período a que se refere esta investigação, experienciou o que uma sequência de trabalhos traduziu como a ascensão de um populismo de ultradireita⁵⁹ no Brasil a partir da eleição de Jair Bolsonaro (Mudde, 2021; Cesarino, 2020; Avritzer, 2020; Nunes, 2022; etc.), que discutiremos a seguir.

A partir de uma etnografia digital levada a cabo no WhatsApp durante as presidenciais de 2018, através de uma informante privilegiada, a que chamou etnógrafa *proxy*, Letícia Cesarino (2020) traçou o que concluiu se tratar do desenvolvimento do populismo digital no Brasil, a partir da comunicação de campanha do então presidenciável Jair Bolsonaro. Valendo-se da abordagem discursiva de Laclau (2005), Cesarino (2020) conclui em seu artigo a explícita articulação de um “[d]uplo mecanismo de redução da complexidade: eixo da equivalência (‘todo o Brasil’, verde-e-amarelo) e da diferença (‘contra o PT’, afetos de raiva)” (p.102), tal como pressupõe a construção discursiva do povo e do antagonismo entre dois campos políticos distintos no filósofo.

Baseando-se, ainda, no conceito de *affordances* em Gibson (1986), Cesarino (2020) reflete também como as estruturas digitais “próprias do WhatsApp e da ecologia de mídias mais ampla em que o aplicativo se insere” (p.103) teriam auxiliado o então candidato na construção do necessário antagonismo populista e na fractalização da mensagem do líder. Nesse âmbito, a informação (inclusive noticiosa) transmitida na campanha de Bolsonaro nas plataformas digitais podia ser reduzida ao “código binário amigo-inimigo” (Ibidem), num

⁵⁸ Sendo esta última uma abordagem não trabalhada neste capítulo e, pela impossibilidade de analisar em nossa pesquisa todas as nuances do fenómeno, desimportante a esta investigação.

⁵⁹ Utilizaremos nesta pesquisa especialmente o termo “ultradireita” que, de acordo com a definição de Cas Mudde (2021), “centra-se unicamente naqueles direitistas que são ‘antissistema’, uma atitude definida aqui como de hostilidade a democracia liberal” (introdução, tradução nossa). Segundo o autor, a ultradireita divide-se ainda em i. extrema-direita, cuja hostilidade amplia-se a todo o sistema democrático (como foi o nazismo e o fascismo no século XX); e ii. direita radical, que dialoga com a definição de populismo que aqui trabalhamos: “[e]m teoria (ao menos), o populismo é pró-democrático, mas contrário a democracia liberal. Por conseguinte (e por definição), a extrema direita não é populista, mas a direita radical sim o pode ser, e, até agora, a maioria o tem sido” (Ibidem). Como considero que a própria extrema direita também pode conter elementos populistas – ainda que não seja populista em sua completude conceitual – (Martins, 2021), opto por priorizar a terminologia “ultradireita”.

processo de reformulação da mensagem que Cardoso (2023) trabalhou enquanto fundamental no novo modelo comunicacional em rede, o cerne da “comunicação da comunicação” (Ibidem; Eco, 2021). Nesse mesmo contexto, encontra-se também o que Cesarino (2020) viu como um “elemento diferencial da eficácia do populismo em sua modalidade digital” (p.104), esta dimensão fractal da comunicação populista digital:

Se na sua versão analógica a eficácia do populismo dependia pesadamente do carisma pessoal do líder, em especial sua capacidade oratória (Cesarino, 2006), na versão digital o líder distribui o próprio mecanismo populista para seus seguidores, que passam a reproduzi-lo de modo espontâneo. (p.105).

Mais a frente, Cesarino (2022), a partir não só da eleição de Bolsonaro, mas também da análise de seu primeiro mandato, refirmará a construção da “equivalência líder-povo e antagonismo amigo/inimigo, elite/povo” (p.195) presentes no “corpo digital” de Bolsonaro. Num contexto de mediação algorítmica (Cardoso, 2023), a autora descreve ainda como a imagem de Bolsonaro teria sido “algoritmicamente personalizada para cada seguidor que completava com seus próprios significados os significantes vazios disseminados nos públicos bolsonaristas. Esses conteúdos cobriam um enorme espectro de possibilidades, oscilando dos mais radicais aos mais moderados” (p.196).

Já no campo da ciência política, Leonardo Avritzer (2020) busca, “a partir de uma leitura da ascensão do governo Bolsonaro, identificar elementos de crise democrática e do populismo em sua expressão em democracias de consolidação recente” (p.147). Em seu ensaio, Avritzer (2020) descreve como “Bolsonaro foi o político que, no Brasil, melhor soube se valer das mudanças nas formas e nas modalidades de circulação e mediação” (p.152) para tecer uma rede de geração de *fake news* e minar o funcionamento das “instituições republicanas”.

Para o autor, que parte da abordagem ideacional do populismo em Mudde (2004), esta ideologia ténue se teria aliado ao que considerou uma visão (diferentemente da abordagem que adotamos de ideologia neste trabalho) conservadora nos costumes e “rasa de (neo) liberalismo” (p.152). Ainda para o cientista político, a atuação de Bolsonaro nos primeiros anos de mandato que analisa buscou degradar as instituições (liberal-democráticas) a fim de concentrar “a legitimidade política na figura do líder” (Ibidem), valendo-se, mais uma vez, destas tais mudanças nas formas e modalidades de mediação comunicacional.

Sendo a antipolítica e a autenticidade – ou a crítica à perda da autenticidade pela burocracia política institucional em Weber – características fundamentais do bolsonarismo em Avritzer (2020), podemos dizer, a partir da visão do populismo enquanto ideologia em seu sentido negativo, que estas próprias características podem se constituir em modos de operação ideológica (no sentido que Thompson, 2011, atribui), antes que em condições ontológicas do bolsonarismo. Processo que buscamos observar, confirmar ou refutar ao longo desta pesquisa (no que diz respeito, sempre, à questão da terra no país).

Falando em *bolsonarismo*, compreendo importante ainda explicitar o que esta expressão significa nesta tese, pelo que recorremos ao que Rodrigo Nunes (2022) desenvolveu no livro “Do transe à vertigem – Ensaio sobre bolsonarismo e um mundo em transição”. Nele, Nunes (2022), que menciona este como um “populismo de direita” (p.39 e p.113), define as bases do bolsonarismo a partir de três “matrizes discursivas”⁶⁰: o militarismo⁶¹; o anti-intelectualismo; e o empreendedorismo. Para o autor, a sua formação compreende, assim, um fenómeno político maior que Bolsonaro em si e não se equivale aos eleitores do então candidato e presidente⁶², mas a “uma convergência real de diferentes tendências na sociedade brasileira, com potencial para se consolidar como uma força de primeira grandeza por um bom tempo” (Ibidem).

Para Nunes (2022), *bolsonaristas* constituem, então, um grupo que perpassa diferentes classes sociais a partir destas “matrizes discursivas” comuns, que por sua vez podem significar e ter origens diferentes entre as diferentes classes que o compõem, mas que são reunidas e costuradas por “gramáticas comuns”, que possibilitam a comunicação entre si. Pressupõe também “condições afetivas” que conectam essas diferentes matrizes discursivas e a presença de uma “infraestrutura organizacional” da qual dependem estas condições afetivas. O autor cita como exemplo dessas infraestruturas, ainda que não aprofunde este ponto no ensaio em questão, as “igrejas, programas de rádio e televisão, influenciadores do YouTube, grupos de WhatsApp, robôs do Twitter, etc.” (p.26)⁶³, algo que trabalharemos enquanto arenas e intervenientes políticos e mediáticos ao longo do desenvolvimento desta tese.

De volta à área de estudo da antropologia e aproximando-nos da área de interesse dessa pesquisa – a terra –, Taddei, Bullamah e Schavelzon (2020), sob o título “*Bolsonaro and the Unmaking of Brazil*”⁶⁴, reuniram ensaios que buscavam demonstrar como o Brasil teria se

⁶⁰ Nunes (2022) também mobiliza em seu trabalho o filósofo Laclau, em especial o ato da nomeação e a sua força constitutiva, dimensões discursivas importantes para o autor. Nunes (2022) ressalta, porém, tal como objetivamos nesta tese, que falar “em ‘matrizes discursivas’ não implica qualquer prioridade fundamental da linguagem sobre a afetividade ou a corporeidade; trata-se, antes, de pensar a dinâmica entre essas duas esferas como uma relação recíproca, circular. A linguagem tem o poder de atribuir nomes a coisas que já são vagamente sentidas na experiência cotidiana, e ela reverbera entre as pessoas justamente na medida em que o faz. Contudo, ao nomear tais fenômenos, a linguagem torna a experiência deles comunicável, expande seu caráter público e constitui um novo quadro de referência para a sensibilidade. As matrizes discursivas devem, portanto, ser consideradas como geradoras não apenas de enunciados, mas de estruturas afetivas (...), identificação e pertencimento, formas de autonarração e autoentendimento – todas as condições latentes para o que pode ou não vir a se desenvolver como subjetividade política mobilizada e plenamente consciente” (p.27).

⁶¹ Sobre a relação entre militarismo e bolsonarismo, consideramos também importante a leitura do antropólogo Piero Leirner (2020), cujo trabalho de campo junto a militares durante mais de vinte anos demonstra como a então candidatura de Bolsonaro se tratava de um projeto das altas patentes do corpo militar do país, insatisfeitas mormente com as políticas de memória e reparação relacionadas à ditadura militar implementadas e desenvolvidas nos governos de Dilma Rousseff.

⁶² Como Nunes (2022) enfatiza, a afirmação “nem todo eleitor de Bolsonaro é bolsonarista” (p.23) se trata de uma “uma distinção tanto analítica quanto politicamente essencial” (Ibidem).

⁶³ Próximo às estruturas de mobilização de McAdam (1999).

⁶⁴ Dos quais Cesarino (2020) também contribui, discutindo a partir dos estudos da cibernética a relação entre o conceito de pós-verdade, neoliberalismo, populismo conservador e as redes digitais pró-Bolsonaro.

tornado “um exemplo das forças destrutivas de governos populistas de extrema-direita. Populações indígenas e tradicionais, o meio ambiente, os poucos serviços do Estado de bem-estar social (...) tornaram-se obstáculos para a agenda de ação proposta pelo governo de Jair Bolsonaro” (p.1, tradução nossa).

É, porém, à intersecção de campos teóricos encontrada no artigo “*Class Dynamics of Rural Transformation in Brazil: A Critical Assessment of the Current Agrarian*” (Escher, 2020) e no trabalho “*Back to the Past: Authoritarian Populism, Disruptive Governance and Policy Dismantling in Rural Brazil*” (Borsatto, Macedo, Junior e Souza-Esquerdo, 2022) que esta parte teórica da investigação se conecta.

Escher (2020), numa análise da crise política brasileira dos anos 2010s, busca desmembrar o binarismo agricultura patronal versus agricultura familiar, demonstrando como ambas representam, na prática, uma grande heterogeneidade constitutiva. O autor compreende a má interpretação da estrutura de classes presentes no cenário agrário brasileiro como sendo um dos fatores para a instabilidade política e económica que levou o país ao golpe parlamentar de 2016 e à “ascensão do populismo de direita e do neoliberalismo autoritário” (p.20, tradução nossa) de Jair Bolsonaro.

Para Escher (2020), a orgânica ministerial pré-golpe parlamentar de 2016 (e que retorna com a recente eleição de Lula em 2022) traduzia este binarismo, com o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), a representar os interesses do que seria o conjunto da agricultura patronal, e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a promover políticas públicas para o segundo grupo. Para o autor, com o tempo, “esta relação incerta de forças no seio do bloco de poder para assegurar a hegemonia nos aparelhos de Estado (...) gerou ambiguidade e desconfiança nas lealdades políticas, provocando crescentes contestações” (p.17, tradução nossa). Por fim, Escher (2020) argumenta que esta abordagem governativa teria encontrado “os seus limites numa conjuntura de crises económicas e políticas e numa barreira estrutural muito grande representada pela estrutura agrária extremamente desigual e pela poderosa e intransigente classe dominante rural” (p.19, tradução nossa).

Se esta proposição da discussão do binarismo agricultura familiar e agricultura patronal (ao longo dos últimos anos, não apenas do governo Bolsonaro) se faz interessante do ponto de vista da discussão do conceito de populismo que aqui trabalhamos, esta articulação se encontra ausente do trabalho do autor, que utiliza o termo apenas enquanto premissa do que seria o governo de Bolsonaro – um populismo de direita – sem desenvolver a sua relação com o processo político que descreve⁶⁵.

Diferentemente, Borsatto et al. (2022) são mais explícitos acerca da relação entre o populismo e a análise que fazem do desmonte do Programa de Aquisição de Alimentos pelo

⁶⁵ O autor tampouco se propõe a fazer esta articulação, não sendo esta, portanto, uma crítica ao artigo, mas antes um apontamento.

governo Bolsonaro e do abandono de uma Agenda de Desenvolvimento Territorial Sustentável em sua administração. Os autores buscam demonstrar com sua análise que o “populismo autoritário no Brasil está rompendo pressupostos políticos socioambientais anteriores e apoiando um modelo agroextrativista predatório de desenvolvimento rural” (p.64, tradução nossa). Mencionam ainda como a utilização de um discurso populista contribui para a defesa de uma governança disruptiva frente a essas políticas, cuja retórica se fundamenta na ideia de “que esta rutura é desejável e benéfica para todos” (Ibidem).

Articulando o conceito de governança disruptiva, os autores demonstram também como o desmonte de políticas públicas de impacto direto na agricultura familiar e na pluralidade de territórios e culturas foi feito a partir de uma estratégia de hipervisibilidade – a fim de reafirmar o caráter antissistema do governo de Bolsonaro – e de mecanismos que apenas demandassem alterações não-estatutárias, i.e., que não exigissem a aprovação do Congresso Nacional. Dois princípios que compõem o populismo que aqui apresentámos.

Assumimos, assim, nesta investigação, a premissa teórica de que a eleição de Bolsonaro representou a ascensão do populismo de ultradireita no país, impulsionado pela utilização das redes e plataformas digitais. O que esta pesquisa busca compreender, portanto, no que diz respeito à temática agrária, é se as dimensões populistas que aqui trabalhamos estão também presentes nos discursos sobre a questão agrária no país – tal como mencionam, sem maior aprofundamento, Borsatto et al. (2022) – e como os mecanismos ideológicos do populismo incidem sobre a representação mediada da terra no novo modelo comunicacional.

Parte dessa pesquisa buscará triangular, assim, a relação entre a ascensão do fenómeno do populismo de ultradireita e as dinâmicas plurais da constituição agrária no Brasil, reunindo-se a trabalhos que abordam o tema em outros países em que o fenómeno também despontou, tal como Jakobsen e Bo Nielsen (2022), que exploram a relação entre o autoritarismo populista de Narendra Modi e a contradição entre a estigmatização “violenta” do consumo de carne bovina na Índia em paralelo ao projeto económico neoliberal de sua exportação em seu governo – que caracteriza ainda uma dupla vitimização de certos grupos rurais.

Com o recorte temporal apresentado por esta investigação, buscamos, por fim, observar estas questões ao longo de toda a segunda década dos anos 2000s, a fim de que esta ascensão populista e uma possível inter-relação com a questão agrária possa ser observada enquanto um processo, que não irrompe ‘de lugar nenhum’, e que por sua vez vê-se inserido no quadro de transformações do modelo de comunicação política no país.

1.5. Para finalizar

Compreendemos, então, o populismo enquanto uma ideologia subsidiária que, a partir dos modos de operação da ideologia da unificação e da fragmentação, empregados concomitantemente, buscam o estabelecimento ou a manutenção de determinada

hegemonia. Entendemos que essa construção ideológica se reflete no discurso – com suas componentes linguísticas e não-linguísticas e seus elementos que de forma explícita ou dissimulada apresentam diferentes intervenientes, pessoas, objetos, instituições, interações, etc. Entendemos ainda que esta ideologia se manifesta a partir de estilos e performances comunicativas próprias nos diferentes palcos mediáticos que hoje compõem a comunicação em rede.

Vimos a sua incompatibilidade com a democracia liberal. E reforçamos a sua oposição ao ideal pluralista enquanto nociva ao estabelecimento de um sistema político que respeite a diversidade ontológica que descrevemos ao tratar da questão da terra na introdução a esta tese.

Descrevemos o recente reacender do fenómeno concomitantemente ao desenvolvimento das novas tecnologias da comunicação. Aqui reforço, porém, o equívoco no estabelecimento de uma relação causal direta entre ambos. Nesse contexto, reiteramos também a priorização nesta investigação do conceito de mediação – em oposição ao de mediatização, conforme elaborado na introdução desta tese.

Observamos ainda como o contexto de crise social, económica e comunicacional do início do século XXI apresenta-se como um terreno fértil a ascensão do fenómeno, propulsionada pela afinidade eletiva descrita entre o populismo e as redes e media sociais digitais, bem como com o processo de celebração da política, caro à manutenção dos media hegemónicos nesse novo arranjo comunicacional.

Por fim, vimos como a atual literatura atribui à vitória de Jair Bolsonaro a responsabilidade pela re-ascensão do fenómeno no país, e este associado ao espectro político da ultradireita.

Buscámos com a primeira fase de nossa pesquisa triangular, portanto, os estudos do populismo, da questão da terra no país – dando especial atenção a pluralidade de relações que diferentes povos estabelecem com o objeto desta pesquisa – e a transformação do modo de comunicação de massas para o modo de comunicação em rede.

CAPÍTULO 2

MST, movimentos sociais e os media

2.1. O Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra

Começamos este capítulo com uma descrição do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), a fim de que seja possível situá-lo, mais à frente, nas diferentes discussões e dimensões de análise que perpassam, hoje, os estudos dos movimentos sociais.

Não sendo o objetivo central desta pesquisa debruçar-se de forma aprofundada sobre a história do MST, buscaremos contextualizá-lo nesta tese a partir de alguns dos conceitos sugeridos por Tarrow e Tilly (2015) para a descrição de organizações de movimentos sociais que, alertam os autores, se trata de uma etapa preliminar importante neste campo de investigação.

Buscaremos, portanto, apresentar o “contexto político” e o processo de formação e expansão da organização, as “reivindicações coletivas” do MST e as suas transformações ao longo do tempo, a “identidade política” coletiva deste ator, os seus principais “repertórios contenciosos”, “lugares” de ação e “eventos” que constituem a sua história do ponto de vista simbólico e material.

Da mesma forma, buscaremos apresentar em breves linhas os ‘processos de decisão’ e as “formas de organização” (della Porta, 2015) do Movimento Sem Terra, bem como a sua “organização em rede” (della Porta e Diani, 2006 [1999]) – nacional e transnacional. Dado o teor de nossa pesquisa, daremos ainda algum destaque nesta descrição à transformação de seu “repertório de comunicação” (Mattoni e della Porta, 2015; Mattoni, 2013), sem adentrar ainda, porém, nas disputas de sentido e dilemas que se apresentam dentro da organização⁶⁶.

2.1.1. Comunidades Eclesiais de Base e Comissão Pastoral da Terra, ocupações e o ‘novo sindicalismo’

Da literatura que descreve o processo de mobilização do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (Nascimento, 2019; Fernandes, 2012a; 2012b; Comparato, 2001; entre outros), destaco nesta introdução três principais pontos que se repetem ao longo da mesma: o papel das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nas ‘estruturas de mobilização’ (McAdam, 1999) da organização; as primeiras

⁶⁶ Estes elementos descritivos não estão, porém, dispostos nesta primeira secção do capítulo pela ordem apresentada nesta breve introdução. Optou-se, portanto, por uma descrição mais fluida e menos pontual destes conceitos e seus reflexos no Movimento Sem Terra.

ocupações de terra realizadas pelo que viria a se tornar o MST, antes ainda da sua fundação em 1984; e a relação deste com o chamado “novo sindicalismo”, que desponta ao fim da ditadura civil-militar brasileira de 1964.

Organizadas desde a década de 60 no Brasil, as Comunidades Eclesiais de Base representam grupos religiosos ligados à corrente cristã da teologia da libertação⁶⁷. Se organizam em torno de paróquias ou capelas e são integradas por atores membro da classe trabalhadora de suas regiões (Betto, 1981). Foram, segundo Fernandes (2012a), “lugares sociais onde se constituíram os espaços de reflexão sobre a realidade e onde se desenvolveram as experiências para a organização dos trabalhadores rurais contra a política agrária em questão” (p.12).

Como comentado por della Porta e Diani (2006), considerando o período de repressão autoritária configurado na ditadura civil-militar brasileira, destaca-se a importância das CEBs enquanto estruturas de mobilização importantes na formação e mobilização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: “quanto maior o fechamento de oportunidades institucionais, mais importante é a presença de aliados para os movimentos (...)” (pp.211-2, tradução nossa), tal como nos Estados Unidos as “igrejas, certas fundações e agências envolvidas em programas de combate à fome apoiaram o movimento dos direitos civis (Morris 1984; McAdam 1982)” (Ibidem, p.212, tradução nossa)⁶⁸.

Na década seguinte, em 1975, viria a ser criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), “com o objetivo de assessorar sindicatos, associações de pequenos produtores, movimentos sociais e outras iniciativas populares, prestando-lhes assessoria pastoral, teológica, metodológica, jurídica, política e sociológica” (Comparato, 2001, p.117). Com o apoio da CPT, se observa, então, ao final da década de 1970 uma intensificação das ocupações de terra na região Centro-Sul do país, nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul (Fernandes, 2012a; 2012b).

Ainda que tenha como marco de fundação o I Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais Sem Terra em Cascavel, Paraná, em 1984, a história da organização remonta, assim, à década de 1970, em que a ocupação, até hoje, segundo o próprio MST, a sua “forma de luta mais importante” (MST, s/d)⁶⁹, já despontava enquanto principal ‘forma de protesto’ da organização – desse modo entendido pela sua “capacidade de mobilizar a opinião pública

⁶⁷ Na contribuição de Löwy (2016[1996]) sobre o tema, a Teologia da Libertação representava uma interpretação marxista da realidade por uma parte (pequena, mas, segundo o autor, significativa) do clero, que se deu num determinado momento histórico – início da década de 60 – e numa determinada região geográfica do mundo – a América Latina. Seria o resultado de uma “afinidade eletiva” (*Wahlverwandtschaften* em Weber) entre o cristianismo e o socialismo e da sequência de eventos político-sociais conflituosos na região (pp.123-6).

⁶⁸ Na secção seguinte melhor explicaremos estes conceitos utilizados por della Porta e Diani (2006) – “estruturas de mobilização”, “fechamento de oportunidades institucionais”, etc. –, aqui introduzidos apenas para a descrição geral da organização.

⁶⁹ Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/#~:text=A%20ocupa%C3%A7%C3%A3o%20de%20terras%20%C3%A9,denuncia%20terras%20griladas%20ou%20improdutivas>. Acesso em: 27 ago. 2024.

através de formas de ação pouco ortodoxas e assim pressionar tomadores de decisão” (della Porta e Diani, 2006, p.165, tradução nossa).

No âmbito das ocupações de terra, compreendemos que esta forma de protesto foi importante, ainda, para o ‘enquadramento’ da própria identidade coletiva do MST enquanto “sem terra”⁷⁰: “[d]esde o início do MST as ocupações de terra se tornaram a forma como o movimento se apresenta à sociedade” (MST, 2021). Pensamos a identidade coletiva aqui, portanto, não como algo ‘transhistórico’ ou natural, mas que parte, também, de um enquadramento identitário através da mobilização da própria organização (Polletta e Jasper, 2001).

Apesar de, do ponto de vista histórico e material, se tratarem de atores excluídos do acesso à terra, é a partir da sua mobilização que se constituem enquanto “sem terra”: “[u]ma ocupação de terra se inicia com a formação dos grupos de famílias, que inclui a realização dos trabalhos de base e a conscientização que se desenvolve nos acampamentos, enfrentamentos, manifestações, negociações, na conquista da terra. (...) Estes, *no processo da luta popular, vão se constituindo e criando a identidade Sem Terra*” (MST, s/d, grifo nosso)⁷¹. É, portanto, uma condição material de existência, ao mesmo tempo que deriva de um processo de ‘enquadramento identitário’ (Polletta e Jasper, 2001) e que, por sua vez, parte da experiência contida no ‘repertório de ação’ (Tilly, 1976) da organização.

De volta ao terceiro ponto constantemente explorado na literatura sobre o MST, reiteramos a importância de sua relação com o chamado “novo sindicalismo” que despontava no contexto histórico de enfrentamento à ditadura civil-militar brasileira na década de 1980. À frente deste movimento, se sobressaía a figura de Luiz Inácio Lula da Silva, então líder sindicalista, responsável pelo maior ciclo de greves realizadas no contexto ditatorial do país, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores em 1980 e da Central Única dos Trabalhadores em 1983.

Também este novo sindicalismo tem em suas bases o apoio e influência dos já comentados setores progressistas da Igreja Católica. É a Comissão Pastoral da Terra, por exemplo, ator decisivo na integração dos trabalhadores rurais na base política do Partido dos Trabalhadores (Nascimento, 2019). Trabalhadores que, pouco mais tarde, também se organizariam sob a sigla “MST”, integrando concomitantemente diferentes organizações – ou, como discutiremos mais à frente, diferentes arenas políticas (Jasper, 2015a; 2015b).

Para além de exemplificar a importância dos sindicatos no surgimento de novos atores políticos (ao que também se refere della Porta e Diani, 2006), este ponto se faz relevante em minha tese por ajudar a caracterizar a fluidez e porosidade que apresentam as relações entre

⁷⁰ É possível encontrar, na história da organização, a referência a algumas dessas ocupações enquanto eventos simbólicos na construção da memória coletiva (Zamponi, 2013) do MST, como a ocupação da Fazenda Anoni em 1985, que teve livro e filme produzidos em sua rememoração.

⁷¹ Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 27 ago. 2024.

sindicatos, organizações de movimentos sociais e partidos políticos – intervenientes (Jasper, 2015a) do processo político que se sobrepõem uns aos outros, como melhor detalharemos ao tratar mais à frente da abordagem estratégica interacionista. Dada a natureza desta investigação, que busca analisar o diálogo entre o que seria uma comunicação mais “institucional” e outra mais “de base” (Blumler, 2016) sobre a terra, destaco esta inter-relação na origem da organização que analiso como forma de chamar a atenção para a seguinte perspectiva: as fronteiras entre diferentes intervenientes e arenas políticas são contextuais e relacionais (Jasper, 2015a).

2.1.2. Socio-territorialização do MST, violência e marcos simbólicos

Um dos processos que aqui considero mais relevantes na análise do desdobramento do Movimento Sem Terra se configura no que Fernandes (2000; 2012a; 2012b) aborda como socio-territorialização e que Bringel (2012) explica como a forma com que o MST se organiza e atua em vários lugares simultaneamente, espacializando “a resistência para conquistar novas frações de território” (p.33), diferenciando-o, assim, de organizações de movimentos sociais e ocupações de terra isolados e caracterizando-o como um “movimento social territorializado ou socioterritorial” (Fernandes, 2000, p.288).

Neste processo de socio-territorialização a partir das ocupações, ainda segundo Fernandes (2000), os acampamentos se tornam “uma forma de materialização da organização dos sem-terra e trazem em si, os principais elementos organizacionais do movimento” (p.293), que continuam nos assentamentos conquistados a partir do título da terra.

Pensando nesta capilarização do MST e na sua socio-territorialização a partir das ocupações, acampamentos e assentamentos⁷², se faz também importante descrever como funcionam os modelos de decisão e estas formas de organização do MST, citadas pelo autor e explicadas no site da própria organização:

Nos assentamentos e acampamentos, as famílias organizam-se em núcleos que discutem as necessidades de cada área. Nesses núcleos, são escolhidos os coordenadores e as coordenadoras do assentamento ou do acampamento. A mesma estrutura se repete em nível regional, estadual e nacional. Um aspecto importante é que as instâncias de decisão são orientadas para garantir a participação das mulheres, sempre com dois coordenadores/as, um homem e uma mulher. E nas assembleias de acampamentos e assentamentos, todos têm direito ao voto: adultos, jovens, homens e mulheres. (MST, s/d)⁷³.

Estas coordenadoras e coordenadores hoje se dividem entre os seguintes setores: “Frente de Massas”; “Formação”; “Educação”; “Produção”; “Comunicação”; “Projetos”; “Gênero”;

⁷² O MST se encontra estabelecido em 24 dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, não estando presente nos estados do Amazonas e Acre.

⁷³ Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 27 ago. 2024.

“Direitos Humanos”; “Saúde”; “Finanças”; “Relações Internacionais”; “Cultura”; “Juventude”; e “LGBT Sem Terra” (Ibidem).

Por fim, para além destas instâncias, são os Congressos Nacionais, que acontecem, em média, a cada cinco anos⁷⁴, o principal momento e espaço de definição de diretrizes da organização. E, “[a]lém dos Congressos, a cada dois anos o MST realiza seu encontro nacional, onde são avaliadas e atualizadas as definições deliberadas no Congresso” (Ibidem).

Sobre o modelo de decisão adotado pelo MST, della Porta (2015) escreve: “[n]a longa ocupação dos Sem Terra no Brasil, à medida que os acampamentos eram criados e então geridos por camponeses sem-terra, uma ênfase semelhante era colocada na inclusão de todos os membros nos processos de tomada de decisão que frequentemente endereçavam as principais questões na gestão cotidiana da terra ocupada” (p.380, tradução nossa). Bringel e Echart (2008) também exemplificam, a partir do MST, “práticas espaciais (...) que vêm construindo, na América Latina (com experiências efêmeras ou mais duradouras), contrapoderes e espaços de democracia radical” (p.467).

Para além da rede nacional que o MST, enquanto “movimento social socio-territorial” forma, destacamos também a sua inserção em redes transnacionais, seja na regional Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC) ou na Via Campesina, rede de organizações de movimentos sociais camponeses que compreende os cinco continentes em sua variabilidade de modos de vida. Presente desde a fundação desta última, o MST, junto a Via Campesina, foi um dos principais mobilizadores do Fórum Social Mundial de Porto Alegre em 2005, integrando-se naquele momento na rede dos chamados movimentos sociais altermundialistas ou pela Justiça Global, que obteve relevante destaque na literatura dos movimentos sociais durante os anos 2000 (della Porta e Doerr, 2018; Baumgarten, 2013; della Porta, 2005; etc.).

Movimentos diversos e heterogêneos caracterizados pela reunião de identidades também heterogêneas em torno de pleitos variados, mas necessariamente em oposição à globalização pelo neoliberalismo característica do período (Baumgarten, 2013) e que adotou como principal forma de ação a realização de cimeiras paralelas às oficiais, bloqueios, *sit-ins*, etc. (Gerbaudo, 2017b) – tendo como marco a chamada batalha de Seattle de 1999, quando diferentes organizações de movimentos sociais e ONGs se reuniram em protesto contra a cimeira da Organização Mundial do Comércio (OMC) no estado de Washington. Como forma de organização política, della Porta (2005) destaca a priorização por aspetos relacionados a democracia deliberativa em seus estatutos – como a ênfase na horizontalidade, participação

⁷⁴ No ano em que finalizo esta tese, dada a série de eventos ocorridos nos últimos anos – sendo a Pandemia Covid-19 o principal, mas também a tragédia climática que assolou a região Sul do Brasil no presente ano – o MST apresenta um intervalo de dez anos entre o último Congresso (2014) e o próximo, a acontecer em 2025.

e transparência na tomada de decisões (ainda que na prática haja constrangimentos e críticas por parte de ativistas ao seu funcionamento).

Dentro da lógica de intervenientes e arenas (Jasper e Duyvendak, 2015a; 2015b), a ser aprofundada adiante, mais uma vez, observamos o trânsito do próprio MST e de intervenientes individuais que fazem parte da organização em diferentes arenas políticas e integrando, simultaneamente, diferentes intervenientes coletivos – de redes locais a globais.

Voltando ao final da década de 1980 e à década de 1990, por fim, referimos aqui a marcos violentos que se destacam na literatura sobre o Movimento Sem Terra, parte de um processo que Fernandes (2012a) chamou de resistência às “três cercas” (pp.29-30): a do latifúndio improdutivo, terras devolutas e sem função social; a das milícias armadas, do que chamou de militarização da questão agrária; e, por fim, a da judicialização da luta pela terra – em que o poder judiciário interfere contra as reivindicações Sem Terra e garante a impunidade da repressão armada contra a organização.

Destaca-se, então, aqui o massacre de Corumbiara, Rondônia, a 15 de julho de 1995, em que morreram doze pessoas, e o massacre de Eldorado dos Carajás, a 17 de abril de 1996, no estado do Pará, em que a Polícia Militar assassinou 19 militantes Sem Terra. Este último episódio recaiu sobre famílias que se dirigiam à capital do estado, Belém, com o objetivo de negociar com o governo o assentamento das terras em que acampavam. O evento se transformou para o MST num marco simbólico, passando a configurar, no calendário Sem Terra, como o “Dia Internacional da Luta camponesa” (Fernandes, 2012a) e marcando a narrativa de resistência da organização à violência no campo – que não se limita a estes episódios⁷⁵.

Frente à violência enfrentada por seus militantes, outras formas de protesto passaram a ter protagonismo no repertório de ação do MST, em especial as marchas e manifestações, também nos meios urbanos, tendo em vista a comunicação da organização com uma parcela mais ampla da população brasileira, buscando denunciar estes episódios e fortalecer a – até então – principal reivindicação coletiva da organização, uma reforma agrária estrutural no país. Neste período, desponta a Marcha Nacional por Terra, Emprego e Justiça, exatamente um ano após a chacina de Eldorado dos Carajás.

Para além destas marchas, outras formas de protesto mostravam-se já influentes na organização, como a ocupação de prédios públicos, por exemplo, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e seus respectivos órgãos locais, responsáveis pelo processo de desapropriação e titulação fundiária no país (Fernandes, 2000). Por fim, no site do MST, encontramos em destaque as formas de protesto que, juntos, compreendem o repertório de

⁷⁵ Segundo a ONG Conectas, em 2022, o Brasil seguiu sendo um dos países de maior letalidade para ativistas ambientais e fundiários e líderes comunitários rurais: “Só no Brasil foram 342 ataques letais, tornando o país o lugar que mais mata ativistas pela terra. Colômbia, Filipinas, México e Honduras surgem em seguida no ranking, com 322, 270, 154 e 117 mortes, respectivamente” (Conectas, 2022).

ação reivindicado pela organização, dentre elas: “Ocupação de terras”; “Acampamentos”; “Marchas”; “Ocupação de prédios públicos”; “Acampamentos e manifestações nas cidades”; “Acampamentos diante de bancos”; “Vigílias”, etc. (MST, s/d)⁷⁶.

Não sendo o foco desta pesquisa, referimos brevemente que ao longo de sua história, tendo a ocupação um lugar de destaque simbólico, como vimos acima, no repertório de protestos do MST, sua relevância e a de outras formas de ação política alternam-se ao longo do tempo, dado contextos relacionais, cognitivos e emotivos com a conjuntura política externa e os contextos organizacionais internos da organização.

2.1.3. Reivindicações e as suas transformações ao longo de 40 anos

Um ano após a sua fundação no já citado 1º Encontro Nacional Sem Terra, organiza-se o 1º Congresso Nacional do MST, em que as reivindicações, traduzidas nos lemas (reunidos na *tabela 3* abaixo) “Terra para quem nela trabalha” e “Ocupação é a Única Solução” representavam a definição dos princípios que passariam a orientar a organização em seus primeiros anos – “a luta pela terra, pela Reforma Agrária e pelo socialismo”⁷⁷ (MST, s/d)⁷⁸ – e o já comentado até então principal instrumento de protesto da organização – a ocupação.

Já em seu 2º Congresso Nacional, o MST reúne às suas principais reivindicações a elaboração de políticas agrícolas (equipamento, infraestrutura, subsídios, etc.) voltadas para as terras da Reforma Agrária, tendo como lema as palavras de ordem “Ocupar, Resistir, Produzir”. Começamos, então, a observar, aos poucos, a forma como os próprios desdobramentos do Movimento Sem Terra, por exemplo, o alcance de um de seus objetivos – terra (ainda que apenas de uma pequena parcela das reivindicadas) – influenciariam na elaboração das consecutivas diretrizes do grupo.

Em seu 3º Congresso, junta às suas bandeiras a integração da luta campo-cidade, reivindicando a melhora de vida nos centros urbanos – a redução de seu inchaço populacional e o acesso a alimentação saudável pelos mais vulneráveis (“Reforma Agrária, uma luta de todos”). Num contexto de intenso êxodo rural devido à intensificação do neoliberalismo no campo (Fernandes, 2012a), observamos mais uma vez as transformações no enquadramento das reivindicações da organização, que se constroem a partir de fatores conjunturais externos e internos ao mesmo. Neste sentido os processos de diagnóstico e prognóstico elaborados pelas organizações de movimentos sociais (Snow e Benford, 1988; 2000), presentes na literatura da *frame analysis* (como detalharemos mais à frente), nos fornecem um importante instrumento teórico para pensar as constantes transformações pelas que passa o MST, como ficará ainda mais marcado nos anos seguintes.

⁷⁶ Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 27 ago. 2024.

⁷⁷ De inspiração marxista, Fernandes (2000) reconhece como então principais referências teóricas do MST, os seguintes pensadores no âmbito internacional: Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Lenin e Rosa Luxemburgo.

⁷⁸ Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/>. Acesso em: 27 ago. 2024.

É a partir do 4º Congresso Nacional, no ano 2000, que elementos do que viria a ser cunhado pela organização, em seu 6º Congresso, como Reforma Agrária Popular passa a ganhar forma, evidenciando aspetos que hoje o MST atribui à importância do modelo agroecológico de produção e que melhor discutiremos na secção abaixo “Reforma agrária popular agroecológica: ponte entre teorias”.

No “Manifesto do MST ao Povo Brasileiro” (MST, 2000), lemos: “É preciso implementar uma reforma agrária, associada com um novo modelo agrícola, que garanta renda aos agricultores e futuro para quem vive no meio rural”. No documento “Linhas políticas reafirmadas no IV Congresso Nacional do MST – 2000” (MST, 2009a), identificamos que este “novo modelo agrícola”, por sua vez, deveria desenvolver “ações concretas na construção de um novo modelo tecnológico, que seja sustentável do ponto de vista ambiental, que garanta a produtividade, a viabilidade econômica e o bem estar social”; fortalecer a aliança campo-cidade; “[r]esgatar a importância do debate em torno de questões importantes como: meio ambiente, biodiversidade, água doce, defesa da bacia de São Francisco e da Amazônia”; dentre outros pontos que hoje integram o projeto de Reforma Agrária Popular da organização.

Em 2007, no 5º Congresso Nacional, estes aspetos são então elaborados e reforçados, abrangendo ainda reivindicações dos povos indígenas e quilombolas: “[l]utar por um limite máximo do tamanho da propriedade da terra. Pela demarcação de todas as terras indígenas e dos remanescentes quilombolas. A terra é um bem da natureza e deve estar condicionada aos interesses do povo” (MST, 2007), bem como contra a utilização de sementes transgênicas e o uso generalizado de agrotóxicos no campo: “[d]efender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno” (Ibidem), entre outros pontos.

É então no 6º Congresso Nacional do MST, em 2014, que a organização consolida o seu novo projeto de Reforma Agrária. Conforme anunciam em seu site, “[a]o longo do último período, os Sem Terra aprofundaram o debate em torno da questão agrária, e a luta pela Reforma Agrária ganhou um novo adjetivo: Popular” (MST, s/d)⁷⁹. No contexto da expansão socio-territorial da organização e do avanço do agronegócio no país (Pompeia, 2021), como melhor comentaremos à frente, vemos então o MST re-conceitualizar um dos seus principais objetivos:

[O] conceito de reforma agrária clássica passa a ser substituído pelo conceito da reforma agrária popular, que agora traz em sua dimensão não apenas a necessidade de terra para quem nela trabalha, categoria central na década de 1980 e 1990, mas a necessidade de produzir alimentos saudáveis a toda população, adquirindo o caráter popular da reforma agrária.

79

Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/hoje/#:~:text=Ao%20longo%20do%20C3%BAltimo%20per%20C3%ADodo,MST%20ou%20da%20Via%20Campesina. Acesso em: 27 ago. 2024.>

Cada vez mais a luta pela reforma agrária implica o enfrentamento ao capital, que se manifesta na luta contra as grandes empresas transnacionais, como as do agronegócio, responsáveis pela produção dos agrotóxicos, sementes transgênicas e o esgotamento dos recursos naturais. (MST, 2021).

Tabela 3. Congressos Nacionais do MST e seus lemas

Ano	Congresso	Lema (s)
1984	1º Congresso Nacional do MST	"Terra para quem nela trabalha" "Ocupação é a única solução"
1990	2º Congresso Nacional do MST	"Ocupar Resistir Produzir"
1995	3º Congresso Nacional do MST	"Reforma Agrária, uma luta de todos"
2000	4º Congresso Nacional do MST	"Por um Brasil sem latifúndio"
2007	5º Congresso Nacional do MST	"Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular"
2014	6º Congresso Nacional do MST	"Lutar Construir Reforma Agrária Popular!"

Adaptado do website do MST.

Apresentada esta descrição mais generalista acerca da organização, voltamo-nos agora ao papel da comunicação nesta trajetória de constantes transformações no/ do MST, que hoje congrega 160 cooperativas, 120 agroindústrias e 1,9 mil associações comunitárias – múltiplos intervenientes-arenas –, dos quais fazem parte as mais de 450 mil famílias assentadas e 90.000 famílias acampadas, base social e militantes Sem Terra (MST, s/d)⁸⁰.

2.1.4. A comunicação nesse processo

Em diferentes momentos citamos o conteúdo expresso no site do MST por entender que a forma como ali se apresenta representa também a forma como decidem coletivamente – dentro do Setor de Comunicação da organização – enquadrar as suas abordagens para um público interlocutor mais amplo, i.e., os diferentes tipos de intervenientes com quem o Movimento Sem Terra interage: interlocutores ‘comuns’, *mass* e novos media, instituições governamentais e não governamentais, os seus próprios militantes, etc. Della Porta e Diani (2006), por exemplo, chamam a atenção para o cuidado com que as organizações de movimentos sociais devem pensar a sua comunicação, uma vez que interagem com estes diferentes atores e nem todos possuem as mesmas predisposições para com o movimento.

⁸⁰ Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 27 ago. 2024.

Benford e Snow (2000) também chamam atenção para esta questão: “os movimentos sociais têm a necessidade de se dirigir a audiências múltiplas, que variam em termos dos seus interesses, valores, crenças e conhecimentos, bem como no que diz respeito aos vários papéis que podem potencialmente desempenhar no movimento ou num contramovimento” (p.630, tradução nossa).

Para introduzir esta subsecção, tomamos então emprestada a ênfase que o MST dá, em seu site, para a comunicação em si enquanto instrumento contra-hegemónico, defendendo a construção de meios próprios pela organização⁸¹. Apresenta ainda, como uma de suas “bandeiras” (MST, s/d)⁸², a democratização da comunicação, a oposição ao monopólio mediático, a defesa, mais uma vez, da construção de meios próprios e a oposição entre comunicação e mercadoria.

A adjetivação que o MST atribui à comunicação que defende – contra-hegemónica – encontra repercussão, por sua vez, na discussão que faz a literatura académica sobre a comunicação Sem Terra (Martins, 2018, 2012; Barbosa, 2017, 2014; Bastos, 2018; Cunha, 2013; Guindani e Engelmann, 2012). A ideia de contra-hegemonia é constantemente referenciada por esses autores – e pela própria organização (Bezerra, 2021) – a partir do conceito de hegemonia proposto pelo filósofo italiano António Gramsci⁸³, seja ao se referirem à comunicação enquanto instrumento de disputa hegemónica por uma outra política agrária e outro modo de produção agrícola, seja para comentar as táticas de comunicação internas da organização, com o propósito de formação e conscientização de seus militantes.

Na perspetiva de Barbosa (2017), a partir de pesquisa realizada em 2013, a comunicação do Movimento Sem Terra, naquele momento, teria obtido passos significativos nesta última conceção: “[s]e a formação de um jornal que articularia as esquerdas não obteve o sucesso imaginado, a formação de militantes e dirigentes para construir e articular outras formas de comunicação nos assentamentos e acampamentos deu passos mais significativos” (p.140). Martins (2012), ao analisar a comunicação do 5º Congresso Nacional do MST (em 2007, portanto), em que entende haver uma clara disputa ideológica entre dois modelos socioculturais para o campo – um do agronegócio hegemónico, outro do programa político do MST –, chega à conclusão similar. Para Martins (2012) a organização não havia conseguido

⁸¹ Se aproximando da ideia de apropriação da tecnologia – ponto que discutiremos ao longo desta tese, no contexto atual dos novos media.

⁸² Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 27 ago. 2024.

⁸³ Ao comentar o papel dos “intelectuais” enquanto “comissários do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político”, Gramsci (1982 [1949]) trabalha o conceito de hegemonia a partir da combinação entre consenso e coerção: “1) do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo” (p.11).

“afirmar uma contra-hegemonia no contexto do congresso” (p.132). Continua, porém, afirmando que:

[n]ão obstante, se tomarmos a construção de uma contra-hegemonia como um processo que deve ser deflagrado antes mesmo da conquista do poder político, temos que o MST logrou algum êxito em suas ações.

O Movimento continua agindo e mantendo sua unidade baseada em uma série de princípios e de visões de mundo que conformam uma ideologia política partilhada por uma parte expressiva de seus militantes. Muitos desses “Sem Terra” atingem um grau de consciência que os permite ir além do estágio econômico-corporativo das reivindicações, encampando lutas totalizantes e de solidariedade aos demais movimentos sociais, condição que, seguindo o entendimento gramsciano, é indispensável à emancipação dos subalternos. (Ibidem).

Buscaremos, então, ao longo desta tese, olhar a comunicação mais recente do MST, no contexto das novas tecnologias da comunicação, também a partir da ideia de disputa hegemônica entre os modelos apresentados na comunicação de campanhas presidenciais e analisados na primeira fase desta pesquisa e o apresentado pela organização neste mesmo período.

Como discutido por Maria Silva, integrante do Setor de Comunicação do MST, no “3º Encontro virtual de comunicadores e comunicadoras anti-imperialistas da América Latina e Caribe”⁸⁴ (2022), a história da comunicação da organização se inicia antes de sua formalização em 1984. Tal como comentado acerca das mobilizações em torno das CEBs e das ocupações que precedem a sigla MST, também os meios de comunicação, próprios do que viria a se constituir o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, precedem o 1º Encontro Nacional Sem Terra de 1984.

Em 1981, é divulgado o primeiro canal de comunicação da organização: o Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra (*Figura 1*), que denunciava e solicitava o apoio às famílias acampadas numa rodovia da região de Ronda Alta, Rio Grande do Sul. O boletim informativo pedia que as “manifestações de solidariedade” fossem “enviadas diretamente ao Movimento dos Agricultores Sem Terra”⁸⁵ – Paróquia Nossa Senhora dos Navegantes – Ronda Alta/ RS – CEP 99.670”⁸⁶, ilustrativo da descrição que apresentamos na seção inicial.

Em sua fala, Silva (2022) explica que a comunicação surge então, num primeiro momento, para “dialogar com a sociedade”: buscar o apoio à resistência das famílias sem terra então acampadas e ameaçadas pela repressão do governo local.

⁸⁴

Disponível

em:

https://www.youtube.com/watch?v=SzqhExLeqo&ab_channel=TERTULIASENCUARENTENAHV. Acesso em: 16 nov. 2022.

⁸⁵ Também conhecido como MASTER, foi uma organização de movimento camponês relevante no início da década de 1960, desmobilizado em concomitância ao declínio de Lionel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), então governador do Rio Grande do Sul e aliado político dos agricultores sem terra. Após o golpe civil militar de 1964 o movimento teria entrado no que Melucci (1989) chama de estado de latência (que aqui sugerimos, mas não podemos afirmar não sendo este o escopo da pesquisa). 20 anos depois, parte de sua liderança estaria a frente do processo de organização do MST (CONAFER, 2018).

⁸⁶ Disponível em: <https://mst.org.br/download/boletim-sem-terra-no-01-1981/>. Acesso em: 27 dez. 2022.

Em 1984 o Boletim Sem Terra se apresenta, pela primeira vez, após o Encontro que reconheceria o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra enquanto organização de movimento social organizado, como Jornal Sem Terra. A sua primeira edição, de número 36, descreveria a mobilização Sem Terra, a relação com outros movimentos sociais, apresentaria uma entrevista com Dom José Gomes, um artigo de Frei Sergio Görgen com referência às Ligas Camponesas no Nordeste e, dentre outros conteúdos, a defesa da Reforma Agrária não só enquanto política de distribuição de terras, mas de uma nova política agrícola (Cunha, 2013)⁸⁷. Hoje, o Jornal Sem Terra é editado não mais mensalmente, mas em edições especiais.

Silva (2022) aponta ainda que, se num primeiro momento o Boletim Informativo tinha como principal objetivo o diálogo com a sociedade, passou também a ser instrumento fundamental para a formação e organização dos acampamentos. Como os índices de analfabetismo eram altos, explica que a leitura e o debate em torno do conteúdo das edições do Jornal Sem Terra que chegavam aos acampamentos – feitas por um mediador – era um instrumento importante de formação e organização coletiva da organização. Segundo Silva (2022), “as notícias que chegavam no jornal, mensalmente, era o que fazia com que as famílias debatessem as questões apresentadas e se organizassem a partir disto” (53’38”-52”, tradução nossa), se aproximando da concepção leninista do jornal como organizador coletivo (Cunha, 2013; Barbosa, 2013).

Ainda segundo Silva (2022), com o que tratamos aqui por socio-territorialização do MST e sua capilarização por todo o país, o Jornal Sem Terra cumpria ainda a função de apoio na construção de uma identidade Sem Terra, possibilitando que os eventos marcantes que aconteciam numa região fossem reconhecidos por todos os Sem Terra do país enquanto parte da história coletiva do MST.

Vinte e seis anos após o primeiro Boletim Sem Terra, é também criado o Jornal Sem Terrinha, fruto da orientação política interna da organização de construção de escolas – de orientação freiriana – nas regiões onde se encontrava organizado (Barbosa, 2014).

Figura 1. Boletim Sem Terra Nº 01/1981

⁸⁷ A partir deste último ponto, observamos que a principal reivindicação contida no lema do 2º Congresso Nacional da organização, de 1990, já se encontrava presente no surgimento do mesmo, demonstrando, ao mesmo tempo, a consistência e a fluidez na construção de seus *frames* de diagnóstico, prognóstico e motivacional (Snow e Benford, 1988; 2000).

SEM TERRA

BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA DE
SOLIDARIEDADE AOS AGRICULTORES SEM TERRA

CARTA DOS COLONOS ACAMPADOS EM RONDA ALTA

" Nós somos mais de 500 famílias de agricultores que vivia-
mos nesta região (Alto Uruguai), como pequenos arrendatários, posseiros
da área indígena, peões, diaristas, meeiros, agregados, parceiros, etc.,
Desse jeito já não conseguimos mais viver, pois trás muita insegurança
e muitas vezes não se tem o que comer. Na cidade não queremos ir, porque
não sabemos trabalhar lá. Nos criamos no trabalho da lavoura e é isto
que sabemos fazer.

Muitos de nós já se inscreveram três, quatro ou cinco vezes
na sede da Fazenda Sarandi para conseguir um pedaço de terra. No ano pas-
sado recorremos aos políticos e ao Secretário da Agricultura e nada con-
seguimos. Fomos aos sindicatos e estes pouco puderam fazer. Como não te-
mos a quem recorrer, resolvemos acampar na beira da estrada para ver se
em conjunto conseguimos uma solução.

Estamos muito mal alojados, muitos até passam fome e frio,
mas estamos dispostos a ficar aqui até conseguirmos terra que precisamos
para trabalhar como colonos.

Sabemos que tem terra no Estado para todos nós e para mu-
itos mais que como nós também precisamos, só que estas terras estão na mão
dos ricos que não precisam delas para viver. Muitos deles até moram na
cidade, como é o caso de vários que se apossaram de grande parte da Fa-
zenda Sarandi que foi desapropriada para os colonos, mas acabou sendo en-
tregue pelo governo para amigos dele que não precisam. Só estas ter-
ras dá para todos nós e muito mais gente.

Como agricultores achamos que temos o direito a ter um pe-
dacinho de terra para plantar alimentos para nossas famílias e para nós
da cidade. Não queremos a terra dada, queremos pagá-la com o nosso tra-
balho.

Muita gente do governo veio aqui para fazer nós desistir e
ferecendo emprego pelo salário mínimo, e terras no norte, de onde estão
voltando nossos companheiros que foram levados para lá. Também muita gen-
te veio nos dar apoio, muitas entidades e até sindicatos nossos e várias
igrejas, etc...

Solicitamos seu apoio, do jeito que der, para esta nossa
luta. Ficamos muito contentes e agradecidos com esse seu apoio, pois que-
remos ficar aqui acampados até conseguirmos nossa terra para trabalhar."

" PREÇO DA PAZ, É TERRA E JUSTIÇA PARA TODOS "

" TERRA PARA QUEM TRABALHA NELA "

CARTA DECIDIDA EM ASSEMBLÉIA EM 15 DE MAIO DE 1981.

VEJA COMO APOIAR NA ÚLTIMA PÁG.

Voltando à década de 1990, nos marcos de repressão, violência e avanço do neoliberalismo no país, observa-se o surgimento de outros media independentes, como as rádios alternativas, reforçando a percepção da necessidade de disputar “a batalha da comunicação social” (Silva, 2022). Sobre este meio, ao contrário do Jornal, “em que há uma produção mais centralizada”, Barbosa (2017) explica que “o rádio está presente nos acampamentos e assentamentos por meio de rádios livres e comunitárias, muitas delas organizadas pelos próprios militantes. Há casos de programas, produzidos por assentados, que são veiculados em outras rádios comunitárias e, ainda, de emissoras mantidas por assentamentos” (p.144).

Em 1997, surgem duas referências da comunicação da organização para a ampliação do diálogo com a sociedade abrangente: a Revista Sem Terra (extinta em 2010) e a página web do MST. Ainda fruto da percepção da importância de fazer frente aos media tradicionais de grande circulação – e ao seu discurso predominantemente criminalizador ou pejorativo (Aragão, 2019; Silva e Sousa, 2013; Ferreira, 2012; Intervenções, 2011) –, a fim de estabelecer “um contraponto ao que é veiculado nos grandes meios de comunicação de massa e, ainda, colocar em pauta um discurso ideológico próprio” (Ferreira, 2018, p. 215), em 2000, o MST “organiza o Setor de Comunicação, ligado à Coordenação Nacional do MST, cuja função é a produção de materiais e a assessoria de comunicação” (Ibidem).

Para Silva (2022), a criação do Setor de Comunicação do MST, organizado em todos os estados e regiões onde atua a organização, representa a compreensão por parte do mesmo da dimensão política e organizativa da comunicação. E isto num contexto em que, no decorrer dos anos 2000, tal como analisado por Martins (2012; 2018), a disputa hegemônica com um fortalecido setor produtivo e financeiro do agronegócio, inclusive do ponto de vista da indústria cultural (Chã, 2016), se fazia cada vez mais presente.

É neste período, início dos anos 2000 que acontece também em Porto Alegre a terceira edição do Fórum Social Mundial, do qual participou ativamente o MST e a Via Campesina, no contexto dos já descritos movimentos sociais alterglobalização ou pela Justiça Global (Baumgarten, 2013; della Porta, 2005). No Fórum, concretiza-se, então, a proposta feita no ano anterior pelo Movimento Sem Terra, em consonância com a “Consulta Popular” (outra rede de movimentos): a criação do Jornal Brasil de Fato (Cassol, 2010), agência de notícias que reúne, ainda hoje, diferentes organizações de movimentos sociais, intervenientes coletivos e individuais que se reconhecem de esquerda. Sobre o desencadear da comunicação Sem Terra, Cecília Peruzzo (2013) – importante teórica do que chamou “comunicação popular/ comunitária”⁸⁸ – sintetiza: “[o] Movimento dos Trabalhadores Rurais

⁸⁸ Entende-se por comunicação popular aquela que é realizada de forma democrática por grupos subalternos direcionada a seus pares e que visa reverter relações de dominação, num processo de participação e conscientização inspiradas na pedagogia paulo-freireana (Peruzzo, 2008). Neste tipo de comunicação, muitas vezes não há distinção entre emissor e receptor e nela são tratadas temáticas específicas e comuns (Idem, 2016).

Sem Terra (MST) passou de pequenos boletins informativos ao uso de revistas e ao papel de protagonista de uma agência de notícias, a Brasil de Fato” (p.166).

Acrescento ainda que essa transformação se dá no contexto que Castells (2007) atribui à sociedade em rede, uma em que “[a] expansão dos meios de comunicação social e a passagem para um ciclo noticioso de 24 horas criaram novas oportunidades para os atores políticos não tradicionais influenciarem a definição e o enquadramento da agenda política” (p.254, tradução nossa). Também nesse âmbito, Accornero (2017), ao analisar o movimento anti-austeridade Geração à Rasca, demonstra como este “conseguiu influenciar a forma como os meios de comunicação social cobriram os protestos, impondo enquadramentos específicos e, em certa medida, definindo a agenda [de notícias]” (p.201, tradução nossa), num processo em que os media utilizados pelos movimentos sociais se transformam eles mesmos em fontes noticiosas. Ainda sobre o assunto, Accornero (2017) remete este processo à criação do Indymedia ou Centro de Media Independente (CMI) no contexto dos referidos movimentos pela justiça global – que também mencionámos ao falar do MST, sua relação com o Fórum Social Mundial de 2003 e a criação da agência de notícias Brasil de Fato.

Um pouco mais à frente, em 2007, é também criada a hoje chamada Brigada Audiovisual Eduardo Coutinho, em associação com outras organizações de movimentos sociais e instituições, como o Movimento dos Atingidos por Barragens e a própria CPT, para a produção de conteúdos audiovisuais que apresentam a luta pela terra a partir da visão de mundo destes movimentos.

Ainda dentro da disputa de modelos de produção e reprodução social para a terra e chegando ao 6º Congresso Nacional do MST, em 2014, Silva (2022) chama a atenção para os contornos estratégicos que adquire a comunicação dentro da organização:

o agronegócio passa a reunir também grandes empresas de telecomunicação, como a Rede Globo, mas também gigantes tecnológicos – como Google, Apple, Amazon. Então, para nós a democratização da terra se transforma também na luta contra os gigantes da tecnologia das comunicações que seguem até agora concentrando os meios de comunicação nos países e em todo o mundo. (1º7”-47”).

Desta fala, destacamos a referência de Silva (2022) ao canal Rede Globo, rede de televisão com maior audiência no Brasil e parte, desde 2003, do conselho administrativo da Associação Brasileira do Agronegócio (Pompeia, 2021). A empresa de comunicação foi ainda responsável, em 2016, pela produção e veiculação da campanha “O Agro é Tech, o Agro é Pop, o Agro é Tudo” (no ar até o momento em que escrevo esta tese) – material promocional que busca associar a imagem do agronegócio ao respeito ao meio ambiente, à diversidade e

Na recente era da comunicação digital, teria havido tanto uma expansão destas possibilidades, quanto riscos colocados por comunicações “anti-utópicas” (Idem, 2023).

ao desenvolvimento social, para além do económico –, e a qual o MST constantemente busca contraditar⁸⁹.

Por fim, destacamos também a referência a associação entre empresas do setor tecnológico e o agronegócio, importante para a abordagem da economia política dos media com a qual também buscaremos compor a compreensão do discurso do MST nos espaços híbridos-digitais, um dos objetivos desta investigação. Neste âmbito, de acordo com a organização não governamental GRAIN (2021), até o momento, a Microsoft, Apple, Amazon, Facebook, Google e Alibaba haviam desenvolvido, investido ou adquirido projetos e empresas ligados às cadeias de insumos, produção e/ou distribuição de alimentos.

É também neste contexto que, em 2009, o Movimento Sem Terra entra na plataforma digital Twitter e, em 2010, na rede social Facebook, quando também cria um canal no YouTube. Se junta, em 2017, ao Instagram e, para além destas redes, o MST disponibiliza um canal oficial de Whatsapp destinado, também, ao público externo da organização, cuja entrada está condicionada a um pequeno questionário; e está, desde 2023, presente ainda na plataforma TikTok. Este parágrafo apresenta-se mais curto, mas é ele que esperamos desenvolver ao longo desta tese.

Em 2019, dez anos, então, após as novas tecnologias da informação entrarem para o seu ‘repertório de comunicação’ (Mattoni, 2013), o MST organiza o 1º Seminário Nacional de Comunicação: “o MST na batalha das ideias”, em que buscam discutir “o papel da comunicação nos dias de hoje” e “debater sobre uma nova Cultura Política da Comunicação baseada em valores democráticos e socialistas” (MST, 2019)⁹⁰. No vídeo, que busca – a partir do enquadramento próprio da organização – resumir alguns dos principais pontos discutidos durante o Encontro, expõem, no âmbito da discussão acerca destes novos media, a fala de Martins (2019), autora já citada nesta secção (2012; 2018), e Valente (2019).

Martins (2019) se refere às transformações do capitalismo na década de 1970 e a reestruturação, dentro desse contexto, das próprias tecnologias da informação e da comunicação, que hoje apresentam sistemas com alta “capacidade de processamento, de armazenamento e de captura de dados” (4’12”-17”), que por sua vez ampliam a capacidade

⁸⁹ Como a campanha do MST nas redes sociais, que utiliza a mesma identidade visual da publicidade original para informar “Agro é golpe, Agro é fome, Agro é fogo” (2022), desdobrando-se em diferentes materiais, como o que relaciona o setor produtivo do agronegócio ao aumento do câncer infantojuvenil. Disponível em: https://twitter.com/stedile_mst/status/1595114651507097601/photo/1 e https://twitter.com/MST_Oficial/status/1603107032512565254. Acesso em: 28 dez. 2022. Outros exemplos podem ser encontrados nas reportagens: “O agro não é pop – De Olho no Agronegócio” (MST, 2018a); “AGRO É TÓXICO: Somos o país que mais consome agrotóxicos no planeta?!” (MST, 2020); “O ‘agro’ é sujo: veneno, mortes e destruição da natureza definem agronegócio” (MST, 2018b); etc. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/09/24/o-agro-nao-e-pop-de-olho-no-agronegocio/>; [https://mst.org.br/2020/11/12/agro-e-toxico-somos-o-pais-que-mais-consome-agrotoxicos-no-planeta/#:~:text=Em%202017%2C%20com%20cerca%20de,audi%C3%AAncia%20em%20Bras%C3%ADlia%2C%20em%202019](https://mst.org.br/2020/11/12/agro-e-toxico-somos-o-pais-que-mais-consome-agrotoxicos-no-planeta/#:~:text=Em%202017%2C%20com%20cerca%20de,audi%C3%AAncia%20em%20Bras%C3%ADlia%2C%20em%202019;); e <https://mst.org.br/2018/07/19/o-agro-e-sujo-veneno-mortes-e-destruicao-da-natureza-definem-agronegocio/>. Acesso em: 19 ago. 2024.

⁹⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S4QvI63dHzQ>. Acesso em: 27 ago. 2014.

de vigilância das empresas e do Estado. Martins afirma, então, a não neutralidade da tecnologia e advoga por uma disputa de sentido das técnicas e tecnologias em prol dos movimentos sociais – defendendo, por exemplo, o desenvolvimento de táticas de proteção de dados, uma “internet livre”, etc⁹¹. Valente (2019) também chama a atenção para a concentração da circulação da informação nessas plataformas digitais, por sua vez, centralizadas em poucos grupos económicos que atuam a partir de um modelo próprio de micro-direcionamento de mensagens.

Argumento que a escolha destas duas falas na edição do vídeo representa uma determinada atribuição de sentido, naquele momento, por parte do MST, enquanto interveniente coletivo, às novas tecnologias da informação e da comunicação. Esta questão e outras, correlatas, buscarão ser aprofundadas ao longo desta tese.

Por fim, para terminar esta secção, rapidamente comento outros modos de comunicar do Movimento Sem Terra, seja do plano artístico-cultural (Barbosa, 2017); a partir de sua mística (Aguiar, 2019; Coelho, 2014; Vargas Netto, 2007); ou das próprias ações de protesto da organização (Oliveira, 2018) – que também envolvem, por sua vez, práticas culturais e performativas *stricto sensu* (e.g. Juris, 2014).

Exemplo deste último ponto, em pesquisa etnográfica no assentamento Itapuí, Rio Grande do Sul, Oliveira (2018) descreve em um de seus relatos que numa conversa com uma assentada, ao perguntar-lhe “qual o meio de comunicação mais importante usado na luta”, ela lhe respondeu “que foi a marcha a Porto Alegre” (p.95), quando da pressão pela ocupação da Fazenda Annoni, uma das mais emblemáticas ações do MST e a responsável por uma de suas primeiras conquistas de terra.

Barbosa (2017), sobre o primeiro ponto, cita as performances artístico-culturais como uma das principais formas de comunicar da organização, “desde as rodas de história, passando por músicas, encenações teatrais e até a comunicação por meio dos murais” (p.145), seja enquanto instrumento de formação, organização coletiva e/ou informação e divulgação.

Já a mística⁹², parte da dimensão ritualística (Ulrich et al., 2014) da organização, e que permeia uma vasta literatura sobre o mesmo, se faz também importante enquanto meio de

⁹¹ No âmbito deste ponto levantado por Martins (2019), vemos no filme “Chão”, de Camila Freitas (2019), num momento em que diferentes grupos dentro do MST se mobilizam para a ocupação de terra pertencentes ao então Ministro da Agricultura do período em que se passa o filme (2016-18), o agropecuarista Blairo Maggi, a solicitação, por parte de uma das coordenadoras do MST aos restantes militantes, de não utilizarem sob nenhuma hipótese os celulares/ telemóveis – de forma que a ação não fosse previamente interceptada. A coordenadora afirma ainda que haverão pessoas responsáveis pelo registro da ação, a ser enquadrada e transmitida, portanto, de forma unificada pela organização. Na fala a que nos referimos, a coordenadora chama de “segurança da informação” a este processo: “(...) e nós temos que nos atentar, neste momento, a um item que chama segurança da informação” (Chão, 2019, 1º27’19”-24”).

⁹² Segundo Indursky (2014), a mística ecoa no discurso da organização “a memória de sua origem religiosa”. Porém, continua, “ao ser inscrita no âmbito das práticas do MST, é resinificada, tomando contornos diferentes. (...) [É] uma prática político-ritualística que acompanha as ações do MST e, através da quais, a Forma-Sujeito Sem Terra interpela os sem-terra, convertendo-os de indivíduos acampados em sujeitos identificados com os saberes e as práticas do MST” (p.112).

comunicação Sem Terra. A arte, segundo Vargas Netto, veículo da mística, “deve ser encarada como forma privilegiada de expressão, crítica, denúncia, comunicação e partilha” (p.319) da organização. Por fim, segundo Coelho (2014), na concepção do MST, “[a] autonomia, a identidade própria, o seu jeito de pensar a luta e a permanência na terra, a formação dos seus militantes e participantes, o entendimento da política, as estratégias de ocupação, comunicação e convencimento da opinião pública, a reforma agrária, estão adensados nas práticas da mística” (p.14, grifo nosso).

Apresentado um panorama geral da comunicação do MST ao longo de seus 40 anos de existência (enquanto sigla), voltamo-nos agora para a discussão teórica deste processo, tendo como principal referência o estudo dos movimentos sociais, em um primeiro momento, e da relação entre media e militância, em uma segunda etapa – terceira secção deste capítulo.

2.2. Abordagens teóricas e intersecções para a análise do MST

Ao longo dos anos 2010, McAdam e Tarrow (2010; 2019) apontaram que a literatura produzida no campo teórico dos movimentos sociais, desde que se constituiu como campo científico específico, teria paulatinamente vindo a negligenciar a relação deste com o seu contexto. Se nas décadas de 1970 e 1980, num campo de estudos ainda emergente, era imprescindível que seus pesquisadores buscassem em campos científicos estabelecidos – como a economia política, os estudos das organizações, as ciências políticas, etc. – as bases de referência para as suas pesquisas, com o desenvolver de um campo de estudos próprio, este se teria tornado progressivamente auto-referenciável e isolado de outras áreas de estudo (McAdam e Tarrow, 2019), traduzindo-se na crítica que estes autores chamaram de “*movement-centric bias*” (Ibidem, p.32).

Na esteira desta crítica, McAdam e Tarrow (2019), ao comentar acerca da discrepância entre pesquisas que levam em consideração dimensões relacionadas às dinâmicas internas das organizações de movimentos sociais (identidade coletiva, emoções, *framings*, mobilização, organização e repertórios táticos) e trabalhos focados em dimensões mais abrangentes e contextuais destes movimentos (capitalismo, instabilidade económica, sistemas eleitorais, partidos políticos, etc.), advogam por um maior “equilíbrio e interação entre este foco *interno* nas dinâmicas dos movimentos sociais e como estes movimentos se relacionam, se envolvem, nascem dos e muitas vezes modificam os contextos políticos, económicos, culturais e jurídicos *externos* aos quais estão inseridos” (p.33, tradução nossa, grifos no original).

Poucos anos antes, Jasper (2015a), na introdução do livro “*Players and Arenas*” (Jasper e Duyvendak, 2015a), discute estes dois tipos de abordagens propondo contribuições teóricas que buscam, precisamente, integrar ambos os níveis de análise a partir de uma perspectiva estratégica interacionista para os movimentos sociais:

Por um lado, as teorias das grandes mudanças estruturais – modernização, mercados, construção de nações, urbanização – já não têm muito a dizer sobre a prática do protesto, comentando antes as condições de possibilidade da ação coletiva na grande amplitude da história. Por outro lado, as teorias culturais que se centram nas perspectivas dos manifestantes, incluindo as suas emoções, queixas e escolhas, têm tido dificuldade em ir além delas e em estabelecer uma ligação com as arenas de onde eventualmente os resultados emergem.

Uma perspectiva estratégica pode ser capaz de colmatar esta lacuna, dando um peso igual e simétrico aos manifestantes e aos outros intervenientes com quem se envolvem, e concentrando-se igualmente nos intervenientes e nas arenas em que interagem (Jasper, 2004). (Jasper, 2015a, p.9, tradução nossa).

Como se ilustrará nas subseções abaixo, compreendemos, então, nesta tese que a intersecção de diferentes elementos provenientes das diferentes abordagens do que aos poucos constituiu este campo de estudos dos movimentos sociais – e que aqui passaremos a descrever em linhas gerais⁹³ – são úteis para a análise do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra e a sua comunicação. Para tal, utilizaremos então como intermediária a perspectiva interacionista proposta por Jasper (2015a), acrescida de algumas considerações críticas sobre esta abordagem tecidas ao final desta apresentação, em consonância ainda com o enfoque adotado por Accornero (2022; 2019) em suas análises, que considera “abordagens estruturalistas e não estruturalistas enquanto complementares” (2022, p.1069, tradução nossa).

É também comum, na literatura sobre o campo, uma espécie de divisão temporal sobre estas abordagens, que de alguma forma se repetirá em nossa breve descrição destas linhas teóricas. Apesar desta escolha, que se dá por uma questão de organização textual, gostaríamos que não fosse depreendido dela uma ideia evolucionista simplista aplicada às próprias teorias.

Num primeiro momento, então, deste que aqui tratamos como o campo teórico dos movimentos sociais, em meados da década de 1960 e 1970, os modelos teóricos behavioristas, que atribuíam às ações coletivas um sentido de irracionalidade, seriam contestados por explicações que insistiriam na racionalidade política do protesto (Polletta,

⁹³ Não sendo possível a tudo abranger, destacamos, dentre os autores que deixaremos de fora, mas que sabemos fundamental para este campo teórico, a teoria dos movimentos sociais de Alain Touraine em seus diferentes momentos: um primeiro em que é central o movimento operário e a compreensão da classe enquanto fator de oposição; um segundo, em que surgem os chamados “novos” movimentos sociais (e.g. feminista, ambientalista, etc.), em que esta oposição perde centralidade; e um terceiro, em que o autor trabalha o que considera ser a passagem de uma sociedade industrial para uma pós-industrial ou ‘programada’ (Peralva, 2019; Touraine, 2006). Entendemos que esta última discussão também pode ter grande relevância para a análise que aqui propomos – em que pesa a “separação patológica entre o sujeito e o sistema” (Peralva, 2019, p.274) comum num momento de financeirização e neoliberalização do campo que reforça a construção dos excluídos, dos “sem” (papéis, teto, ou, neste caso, terra). No contexto da sociedade programada, Peralva (2019) explica: “[e]nquanto a sociedade industrial havia atribuído um lugar central ao maquinismo e ao trabalho, a sociedade pós-industrial era dominada pelos grandes aparelhos de produção do conhecimento e pela indústria cultural (...) ampliando o campo da dominação, que passava a integrar fabricação, informação, formação e consumo mais estreitamente que antes” (p.168). Neste quadro, frente a um ‘domínio total’ (como se observa a partir da análise de dados secundários e de trabalhos como o de Chã (2016) sobre a relação entre a indústria cultural e o agronegócio no Brasil), os movimentos seriam, antes de tudo, “pautados por um apelo à democracia e à dignidade humana, princípios mais do que tudo de natureza ética” (Peralva, 2019, p.177). Levaremos estas questões em consideração, mas não entraremos, nesta tese, no mérito da diferenciação entre movimentos sociais – ‘velhos’, ‘novos’, ‘novos novos’, etc. – e da viabilidade de enquadrar o MST em uma ou outra definição.

2008). Estas últimas, pensadas a partir do trabalho de McCarthy e Zald (1977), “explicam a mobilização dos movimentos sociais, resultados, e longevidade do ponto de vista dos recursos disponíveis para os movimentos” (Boutcher e Stobaugh, 2013, p.2, tradução nossa). Nesta abordagem, que ficaria conhecida como a *teoria da mobilização de recursos*, Zald (1977), como Oberschall (1973) e Tilly (1978) definiriam, então, os “movimentos sociais como ações racionais, intencionais e organizadas” (della Porta e Diani, 2006, p.14, tradução nossa).

Já no início dos anos 1980, Doug McAdam, a partir da pesquisa seminal sobre o Movimento pelos Direitos Civis nos Estados Unidos, desenvolve a chamada *teoria do processo político*. O livro resultante desta pesquisa, em sua primeira edição (1982), defende uma relação causal entre mudanças no que seria a política institucional, as chamadas *estruturas de oportunidade política* “(como a expansão e influência do voto negro nas eleições, abertura no sistema jurídico federal, as posições políticas do país na política internacional, etc.)” (Rios, 2009, p.115) e as *estruturas de mobilização política* “(como as igrejas, escolas, associações, organizações sociais)” (Ibidem). Entre estas duas principais estruturas, “mediando entre oportunidade e ação, estão as pessoas e os significados subjetivos que atribuem às situações em que se encontram” (McAdam, 1982, p.48, tradução nossa).

Ao longo do desenvolvimento desta abordagem, McAdam (1999) articula perspectivas racionalistas, culturalistas e estruturalistas, integrando os níveis macro e micro de análise, a partir de uma abordagem cognitivista: é como os militantes apreendem o mundo social e as estruturas de oportunidade política à sua volta que influiria na forma como se mobilizam, ou não. Para o autor, então, as estruturas podem ser absorvidas pelos militantes a partir de diferentes interpretações, fazendo com que as mesmas EOPs tenham diferentes resultados em diferentes contextos.

Segundo Rios (2009), “apesar da cognição oferecer margem para os sentimentos e sensações, o autor pretende reforçar os aspetos racionais (ou conscientes) da perspectiva cognitiva, por conta disso enfatiza a percepção dos atores num dado contexto político, e não suas emoções” (p.117). Apesar da cultura estar, de certa forma, presente na reelaboração da teoria do processo político em McAdam (1999), a sua instrumentalização deixa ainda lacunas que buscarão ser preenchidas pela chamada *abordagem culturalista* no estudo dos movimentos sociais, que tem em seu expoente nomes como James Jasper, Jeff Goodwin e Francesca Polletta.

Antes de adentrar nesta abordagem, outras duas correntes fazem-se importantes para o trabalho desta pesquisa – trata-se do desenvolver da teoria do processo político nas abordagens da *framing analysis* (Snow e Benford, 1988; Benford e Snow, 2000) e da contribuição da ideia de *estruturas de oportunidade discursiva* em Koopmans e Statham (1999) para o estudo dos movimentos sociais.

A primeira, desenvolvida ainda na década de 1980, tem para esta tese como uma de suas principais contribuições a atribuição de agência aos atores envolvidos nos processos de mobilização, manutenção e desmobilização dos movimentos sociais. Inspirada no trabalho de Erving Goffman (1986 [1974]), a atribuição de *frames* teria a função de organizar as experiências destes atores e guiar a ação coletiva dos movimentos sociais. Este processo estaria ainda dividido em três diferentes etapas: de diagnóstico dos problemas a serem enfrentados e dos responsáveis pelos mesmos (*diagnostic framing*); de prognóstico, que prevê a solução para os problemas identificados – um plano e estratégias para levá-la adiante (*prognostic framing*); e o que os autores chamam de *framing* motivacional, que compele os indivíduos a aderirem ou se manterem em determinado movimento (Benford e Snow, 2000).

Destaco, desta abordagem, a ideia de que “enquadramentos da ação coletiva não são meramente agregados de atitudes e percepções individuais, mas também o resultado da negociação de um significado partilhado” (Gamson 1992, p. 111 apud Benford e Snow, 2000, p.614, tradução nossa, grifo nosso), que, como ficará melhor explícito à frente, consideramos, neste ponto em específico, ecoar a abordagem estratégica interacionista de Jasper (2015a).

Por fim, outro ponto que consideramos relevante destacar da teoria da *frame analysis*, refere-se ao que os autores chamam de ressonância e a sua ligação com aspetos culturais da sociedade em que estão inseridas as organizações de movimentos sociais sob análise: “a relativa atratividade ou ressonância dos enquadramentos propostos está ligada a tradições e narrativas culturais” (Snow, 2004, p.401, tradução nossa). A esta abordagem, alinha-se então a ideia de estruturas de oportunidade discursiva, conceitualizada por Koopmans e Statham (1999) e que se destaca nas análises de discurso dos movimentos sociais.

Em pesquisa sobre os diferentes resultados (em termos eleitorais, legislativos e de aceitação cultural) da extrema-direita na Itália e Alemanha – tendo em comum entre os países o passado fascista e nazista, respetivamente – os autores buscaram analisar, para além das estruturas de oportunidade política, o que chamaram de *estrutura de oportunidade discursiva* no que diz respeito à compreensão cultural da ideia de nação em um e outro país. Uma das hipóteses dos autores, comprovada em sua pesquisa, informava que determinada concepção – discursiva-cultural – da nação e da cidadania, se baseada em elementos étnicos ou cívicos, influenciaria nestes resultados, estando a primeira concepção ligada a uma maior abertura a movimentos de extrema direita e explicando, por exemplo, o impacto que tiveram em políticas públicas para a imigração na Alemanha, apesar das poucas estruturas de oportunidade política que partidos com esta orientação ideológica tinham no país.

Voltando-nos, então, para pensar aspetos culturais no campo de estudo dos movimentos sociais, importa, em primeiro lugar, identificar a concepção de cultura que aqui adotamos. Neste âmbito, ecoamos a elaboração de Polletta (2004; 2008), que propõe a revisão da dicotomização entre estrutura e cultura, segundo a qual, na teoria do processo político, a

primeira representaria os aspetos objetivos na análise dos movimentos sociais, enquanto a segunda, aspetos subjetivos, flexíveis e efêmeros. Subvertendo esta compreensão, Polletta (2004) descreve as estruturas e as oportunidades políticas como elementos também culturais e a própria cultura como algo que estrutura (ou desestrutura) as decisões dos atores coletivos:

A cultura é, portanto, modelada e modeladora; é facilitadora e limitativa; e é observável em práticas linguísticas, regras institucionais e rituais sociais, não existindo apenas na cabeça das pessoas⁹⁴. Esta conceção de cultura coloca-nos em melhor posição para compreender concetual e empiricamente a geração de oportunidades culturais, mas ‘objetivas’ – *objetivas no sentido de anteriores às atividades interpretativas dos insurgentes (...)*; para compreender o carácter duradouro da cultura (...); e para identificar o papel das instituições e processos políticos na constituição de reivindicações, identidades e objetivos. (Polletta, 2004, p.100, grifo nosso, tradução nossa).

Esta perspetiva de cultura ressoa, por fim, um aspeto da virada ontológica na antropologia contemporânea cara à conceção de ‘terra’ e dos modos de relação com a terra (e, portanto, da comunicação sobre esta) nesta pesquisa: em contraste com o relativismo cultural na antropologia moderna, que enfatiza as diferentes interpretações ou visões sobre um mesmo mundo, a virada ontológica compreende a existência objetiva de diferentes mundos, ou, nos termos aqui colocados, de diferentes estruturas. É a partir desta lógica que esta abordagem antropológica contesta também a separação entre natureza e cultura. No caso do estudo dos movimentos sociais, como Polletta (2004), contestamos a separação teórica entre cultura e estrutura.

Ainda no âmbito desta definição de cultura no estudo dos movimentos sociais, reiteramos a definição de estrutura que Polletta (2004) também sublinha: “[a]s estruturas, na definição persuasiva de Sewell (1992), são esquemas culturais investidos e que sustentam recursos, por outras palavras, esquemas que refletem e reproduzem um poder desigualmente distribuído” (p.102, tradução nossa).

Tendo em vista esta abordagem, relembramos também aqui as diferentes formas que podem assumir o estudo da cultura/ estruturas culturais e da sua relação com os movimentos sociais. Em “*Conceptualizing culture in social movement research*”, Baumgarten, Daphi e Ullrich (2014) organizam o livro de acordo com três destas linhas: a cultura como quadro ou condição formativa dos movimentos sociais; a cultura “interna” dos movimentos (que se reflete também em suas estruturas organizacionais [Polletta, 2008]); e as transformações socioculturais como resultados das atividades dos movimentos sociais.

Por fim, destacamos da chamada virada cultural nos estudos dos movimentos sociais a contribuição da análise das emoções (Goodwin e Jasper, 1999; Gould, 2004, Jasper, 2011, etc.) neste campo. Começamos por ressaltar a contestação de outra dualidade comumente presente nestes estudos, que coloca, em um polo, a racionalidade; noutro, as emoções. Como

⁹⁴ Tal como contribui Geertz (1978) no âmbito dos estudos culturais na antropologia, que retira do plano individual a atribuição de significados e entende que os símbolos são públicos e não privados; são, portanto, partilhado entre os atores e só assim existem.

reafirma Jasper (2011), sentir e pensar não são sistemas opostos. São processos paralelos de avaliação e interação com o mundo, que ajudam seus intervenientes na *negociação* deste.

Ainda que já presente em outras abordagens aqui descritas, as emoções representariam mais um instrumento estratégico dentre outros. Em Tarrow (2011 [1994]), por exemplo, ressalta-se o papel da atribuição de emoções a determinados símbolos, por parte de líderes de organizações de movimentos sociais, a fim de mobilizar os seus militantes. Aqui, entretanto, ecoamos Gould (2004): “[e]mbora uma investigação das utilizações estratégicas das emoções ilumine um papel importante que as emoções desempenham nos processos dos movimentos sociais, esta visão instrumentalista das emoções é apenas parcial” (p.159, tradução nossa).

Compreendendo a importância também do papel das emoções na análise da comunicação do Movimento Sem Terra, consideramos relevante traduzir os cinco tipos de sentimentos elencados por Jasper (2011) e a sua presença nos movimentos sociais, a saber, 1) os impulsos – sentimentos urgentes e imediatos –, como a luxúria, a fome, os vícios e a exaustão; 2) as emoções reflexas – respostas automáticas rápidas aos eventos e informações –, como a raiva, o medo, a alegria e a surpresa; 3) os humores – sentimentos persistentes, normalmente não direcionados a objetos específicos; 4) comprometimentos afetivos e lealdades – sentimentos relativamente estáveis, positivos ou negativos, sobre os outros ou sobre objetos –, como o amor, o ódio, a confiança, o respeito ou o desprezo; e 5), por fim, as emoções morais – sentimentos de aprovação ou desaprovação (incluindo de nós próprios e das nossas ações) baseados em intuições ou princípios morais, como a vergonha, a culpa, o orgulho, a indignação, etc. (Jasper, 2011, pp.286-7).

Expostas de forma breve as diferentes abordagens que permearam os mais de cinquenta anos de teoria dos movimentos sociais enquanto campo de estudos – relativamente⁹⁵ – autônomo, voltamo-nos agora para os anos 2000s, em que, nas palavras de Jasper (2015a), “têm sido excitantes para aqueles que estudam protestos, com uma vaga de atividades que vão desde as revoluções no mundo de língua árabe até às cidades de tendas em Israel, na Europa e nos Estados Unidos, seguidas pela Turquia, Brasil e outros países” (p.9, tradução nossa).

Ainda segundo o autor, apesar desta efervescência empírica, a teoria dos movimentos sociais teria chegado a um impasse, cujo teor começámos essa secção teórica: abordagens em um ou outro extremo, entre estruturalistas e culturalistas, não mais conseguiriam responder à análise das ações de protesto em curso. E é a partir desta premissa que Jasper e Duyvendak apresentam dois volumes em 2015 que buscam contribuir para a resposta a esse impasse. Em “*Players and Arenas*” e “*Breaking Down the State*” os autores juntam-se a

⁹⁵ Reconhecendo, ao mesmo tempo, que não há nenhum campo teórico exatamente autónomo e independente de outros.

outros a fim de desenvolver e apresentar investigações que dialogam com uma nova perspectiva, compreensiva e interacionista, para o estudo dos movimentos sociais.

Conforme já mencionado, entendendo que diferentes elementos das diferentes abordagens aqui expostas mantêm-se relevantes para a análise que temos à frente, indicamos que esta perspectiva nos parece a mais adequada para o estudo dos *dilemas* que envolvem a comunicação contemporânea e a sua aplicabilidade nas escolhas das organizações de movimentos sociais ligadas à terra, aqui trabalhadas a partir do caso Sem Terra. Assim, orientámo-nos nesta pesquisa também a partir da ponte que Goodwin e Jasper (2015 [2003]) fazem entre estas diferentes abordagens encontradas nos estudos dos movimentos sociais: se os chamados culturalistas trouxeram à tona “a importância de percepções, ideias, emoções e queixas” (p.12, tradução nossa), estas são analisadas, hoje, “no contexto de mudanças sociais e políticas mais amplas, e não isoladas delas” (Ibidem). Como resumem os autores, “existe uma interação entre as ideias, a mobilização e o contexto abrangente” (Ibidem).

Voltando, então, à perspectiva estratégica interacionista, passamos a apresentar alguns dos conceitos bases que Jasper e Duyvendak (2015a) trazem para compreendê-la. Em primeiro lugar, de acordo com Jasper (2015a), *intervenientes*⁹⁶ são “aqueles que se envolvem numa ação estratégica com algum objetivo em mente” (p.10, tradução nossa), suas fronteiras variam em termos de porosidade e podem se confundir e interseccionar entre si (como vimos acerca do processo de mobilização Sem Terra – mas não só nesse momento –, em que intervenientes como os sindicatos, o PT, as CEBs, a CPT e o próprio MST justapunham-se uns aos outros). Para Jasper, os intervenientes se definem e redefinem, ainda, “através de suas interações e de conflitos” (p.11).

Segundo o autor, quando olhamos para os processos internos destes intervenientes, estes também passam a ser vistos como arenas que, por sua vez, são definidas como um “pacote de regras e recursos que permitem ou encorajam certos tipos de interações, com algo em jogo” (Jasper, 2015a, p.14, tradução nossa). É então dentro das arenas que os intervenientes pensam as estratégias que utilizarão para atingir os objetivos que têm em mente, ignorando, confrontando e/ ou buscando alterar as regras ali colocadas (que podem ser escritas, formais, morais, combinadas, etc.). Aqui, ecoamos também a definição de estratégia em Jasper (2015a) enquanto “esforços para levar os outros a fazer o que se quer que eles façam” (p.19, tradução nossa).

Contestando abordagens mais estruturalistas, o autor afirma que enquanto nestas é possível deduzir o objetivo dos intervenientes a partir de determinada estrutura, na abordagem estratégica, apenas a partir da análise empírica das interações entre intervenientes e arenas

⁹⁶ Cf. explicação para esta tradução na introdução desta tese.

é possível compreender estes processos, em que pesam também elementos da abordagem culturalista, como as já comentadas emoções. Nesta perspectiva devem, então, ser observadas e ressaltadas “as compensações, os pontos de escolha e os *dilemas* que os intervenientes enfrentam quando negociam as arenas” (p.20, tradução nossa, grifo nosso).

Outro ponto importante desta abordagem é a premissa da agência: na análise dos intervenientes individuais e coletivos, deve importar a capacidade de escolha e de decisão dos mesmos, frente à interação com outros intervenientes e às regras colocadas por cada arena (inclusive a arena que cada interveniente pode, também, constituir). Esta perspectiva da agência contesta, ainda, o que o autor chamou de modelo “chave e fechadura”: na versão estruturalista, ativistas procurariam uma brecha a fim de alcançar os seus objetivos; numa abordagem mais culturalista desta, ativistas trocariam os *frames* até acharem um que apresentasse maior ressonância e, assim, chance de sucesso. Para Jasper (2015a), nestas abordagens a agência se resume a essa busca/ troca de chaves. Através da abordagem estratégica, interacionista, o que se observa são diferentes intervenientes interagindo entre si, se adaptando uns aos outros, se antecipando uns aos outros e operando ações para realizar os seus objetivos e confrontar os seus adversários.

Para este fim Jasper (2015a) propõe que se observe estas interações *diacronicamente*, a fim de que se possam observar as transformações nos intervenientes, arenas, estratégias e decisões tomadas pelos primeiros, processo caro à esta pesquisa, no que concerne as escolhas e ações do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no que diz respeito ao seu “repertório de comunicação” (Mattoni, 2013) e à utilização deste frente aos três diferentes eixos que esta etapa da pesquisa compõe e que descreveremos melhor abaixo – as eleições presidenciais ao longo dos anos 2010 no Brasil; a transição na defesa de um projeto de reforma agrária clássica para a reforma agrária popular agroecológica pelo MST; e a transformação nas tecnologias da comunicação e a relação da organização com estas nesse mesmo período.

A partir de algumas críticas que aprofundaremos a seguir, Duyvendak e Fillieule (2015) descrevem-nos outro conceito, dentro desta abordagem, que considero também importante para o trabalho aqui desenvolvido: a ideia de dilemas estratégicos, padrões de interação entre determinados tipos de intervenientes em determinados tipos de arena. Apesar de afirmarem que este tipo de abordagem, por outro lado, só admite generalizações na medida em que os casos de estudo empíricos permitirem, entendemos que este conceito nos ajuda a pensar alguns pontos que esta tese coloca. Por exemplo, como se dão as escolhas estratégicas do MST para a comunicação da terra frente ao desenvolvimento de novas tecnologias da comunicação – como a organização atribui sentido e age frente a estes intervenientes-arena (relação teórica que melhor discutiremos na secção 2.3.).

A relação de movimento sociais (a que Jasper chamou “ficção necessária”) com os diferentes media impõem, assim, dilemas estratégicos. É considerando este argumento que buscar-se-á, então, compreender os dilemas estratégicos do MST frente aos diferentes media em que atua, com especial atenção às novas tecnologias da comunicação e, especificamente, ao Twitter, num contexto relacional com os discursos dos presidentiáveis que analisámos na primeira etapa desta investigação (cf. subsecção 2.2.1.) e com as transformações no projeto político-ontológico interno da própria organização (cf. subsecção 2.2.2.).

Importa para esta tese, então, compreender os dilemas estratégicos dentro deste escopo teórico, e, assim, a escolha que organizações de movimentos sociais socioambientais⁹⁷ fazem constantemente frente a estes novos meios de comunicação: utilizá-los a partir de plataformas já existentes? Construir outras autônomas? De que forma? Para objetivos e funções específicas? Em contextos específicos? Etc. Proponho, assim, colocar estas questões para, a partir de então, buscar estes padrões de interação neste tipo de resistência agrária.

As respostas a estas perguntas, tal como propõe a SIP, também só podem ser alcançadas a partir da observação e análise da interação destas organizações internamente – destas, portanto, enquanto arenas –, a partir das transformações ocorridas no próprio MST ao longo de sua socio-territorialização (que comentaremos na subsecção 2.2.2.), e com os diferentes intervenientes com que dialogam externamente. Devemos considerar na análise, portanto, intervenientes e arenas tão díspares quanto acampamentos e assentamentos do MST, suas coordenações regionais e nacionais; os diferentes setores e organizações do agronegócio, bem como empresas e latifúndios; presidentiáveis e seus partidos; público espectador – dentre simpatizantes e detratores, etc.

De alguma forma, tal como Jasper (2015a; 2021) propõe⁹⁸, buscamos então dialogar com a Teoria do Ator Rede em Latour (2006), em que o autor sugere que “[q]uando seus informantes misturam organização, hardware, psicologia e política em um mesmo enunciado”, que não se “reparta tudo isso por diferentes recipientes”, mas tentar, “ao contrário, seguir as ligações que eles fazem entre estes elementos, que pareceriam incomensuráveis se você seguisse as categorias acadêmicas usuais do social” (Latour, 2006, p. 339, tradução nossa).

É a partir desta abordagem, então, que tentaremos descrever os diferentes objetivos e possibilidades, atribuições de sentido, capacidades e recursos que, neste diálogo sobre a terra, o MST apresenta ao longo destes quase dez anos, pois, como também afirma Jasper (2015a), estes, como os intervenientes, mudam com o tempo.

⁹⁷ No qual integro o MST, mas também a luta dos povos indígenas, ribeirinhos, extrativistas, etc., movimentos, portanto, de resistência ao modo hegemônico de exploração da terra.

⁹⁸ “Para usar um termo da teoria do ator-rede, as arenas são conjuntos de objetos e indivíduos que, juntos, realizam ações” (Jasper, 2021, p.253, tradução nossa).

Das críticas a esta abordagem que consideramos relevantes para pensar a teoria que orienta a análise desta investigação, concordamos com Duyvendak e Fillieule (2015) que contestam a ênfase que consideram demasiada ao “aqui e agora” na introdução de Jasper (2015a) à análise da interação entre intervenientes e arenas. Os autores chamam a atenção para o sistema de disposições que cada interveniente possui e que também influenciam as suas escolhas estratégicas. Neste sentido, nem toda a explicação das escolhas, das estratégias, está no momento do protesto, nas interações *per se*: “a verdade do mundo social não se limita inteiramente à ordem da interação” (p.310, tradução nossa). Também não estaria somente nas predefinições colocadas pelos sistemas de disposição ou *habitus* (Bourdieu, 1983 [1976]) dos intervenientes. Mas num meio termo, a que chamaram de ‘interacionismo disposicional’. Em comentário semelhante, Accornero (2016) chama a atenção para o fato de que “as identidades, as estratégias e os objetivos não surgem completamente através das interações entre os intervenientes, são também o resultado do historial específico de cada um deles” (p.638, tradução nossa).

Nesse sentido, avaliamos importante considerar nas interações analisadas também a participação da memória coletiva e individual que perpassam os movimentos sociais, relacionadas aos seus próprios repertórios de ação e comunicação, contextos, intervenientes terceiros com quem interagem, como aliados, opositores, movimentos sociais anteriores, etc. Em nosso trabalho, faz-se importante, por exemplo, levar em consideração o passado de interação que diferentes organizações e movimentos de protesto tiveram/ tem com os diferentes media, bem como a memória individual de seus ativistas em relação a estes e outros aspetos, a fim de compreender as formações de sentido e orientações de ação no presente no que diz respeito à sua atuação no âmbito digital⁹⁹.

Numa perspectiva também interacionista, Accornero (2019), por exemplo, contribui para pensarmos estas relações – entre movimentos sociais, processos políticos e a co-construção da memória individual e coletiva, do ponto de vista biográfico dos ativistas e do passado histórico e político comum, respetivamente. Seu artigo aponta, assim, “o papel criativo que intervenientes individuais desempenham na interação com intervenientes coletivos na formação da história e sua memória” (p.449, tradução nossa) e de como estas, por sua vez, afetam as trajetórias biográficas dos ativistas e os próprios processos políticos. Nessa relação, argumentamos, as escolhas estratégicas que intervenientes individuais e coletivos fazem ao longo de sua biografia e trajetória são elas também influenciadas por esta co-construção de memórias, não sendo, assim, resultado, somente, das interações “aqui e agora”.

Uma segunda crítica e complementaridade que aqui propomos à abordagem estratégica interacionista se trata da importância que atribuímos nesta tese, para a análise dos

⁹⁹ Lembramos que também o caminho reverso se verifica: “o papel dos media - especialmente e cada vez mais dos novos media - na formação da memória” (Accornero, 2019, p.443, tradução nossa).

movimentos sociais, e minorada por Duyvendak e Fillieule (2015), às macroestruturas materiais e sistêmicas de poder. Se por um lado os autores defendem a abordagem estratégica como ponte entre níveis de análise mais macro e mais micro, reafirmam a sua discordância quanto a importância dos sistemas económicos-políticos, caros a esta pesquisa para a análise dos media:

Prestar atenção ao contexto mais amplo – como os autores fazem neste livro – não significa, no entanto, que se deva dar prioridade aos macro-fatores sobre os meso e micro, ou aos aspetos políticos e económicos sobre os culturais e emocionais. Pelo contrário, em vez de um regresso aos tempos marxistas e estruturalistas que privilegiam os macro-fatores, a SIP propõe-se fazer, o que chamaríamos, um movimento lateral. Nas palavras de Jasper: 'Os principais entraves ao que os manifestantes podem realizar não são determinados diretamente pelas estruturas económicas e políticas, mas sim impostos por outros intervenientes com objetivos e interesses diferentes' (Jasper, este volume). (Duyvendak e Fillieule, 2015, p.297, tradução nossa).

Argumento, porém, que estes “outros intervenientes com objetivos e interesses diferentes” tem em suas ações e interações com determinadas organizações de movimentos sociais também um legado importante deixado pelo sistema em que estão inseridos. No caso de nossa pesquisa, por exemplo, compreendemos que as escolhas estratégicas de determinados intervenientes e as interações que terão com terceiros têm, em si, o ‘legado’ da exclusão agrária.

E que esta exclusão, concentração de terras, por sua vez, tem num primeiro momento a ‘pegada’ do sistema colonial que, dentre outros aspetos, conteve em si o genocídio indígena, a escravização de povos africanos, as capitánias hereditárias e o sistema de sesmarias, etc. – elementos importantes para pensar a questão agrária, hoje, no Brasil (Fernandes, 1999) –, marcas da expansão do capital (Prado Jr., 1979) e do que Harvey (2005) chamou de acumulação por espoliação, até hoje presentes no sistema capitalista neoliberal, como tratámos na introdução a esta tese. Em outras palavras, nesse sentido concordamos com McAdam e Tarrow (2019) quando afirmam que é preciso “trazer de volta o capitalismo” (p.35, tradução nossa) nos estudos da relação entre movimentos sociais e contexto político.

Compreendendo aqui, porém, que Jasper (2015a) apresenta uma postura menos categórica na minoração destes aspetos macroestruturais sistêmicos, aproximamo-nos então de suas perguntas iniciais: “Como é que podemos reconhecer a experiência sentida dos participantes sem perder os conhecimentos da escola estrutural? Como podemos identificar os efeitos do capitalismo global ou dos Estados neoimperialistas ao nível dos indivíduos e das suas interações?” (p.10, tradução nossa).

Uma última crítica à abordagem estratégica interacionista recai, a partir também da contribuição da virada ontológica da antropologia contemporânea, na recusa de Jasper (2015a) em incluir intervenientes “não-humanos” nas explicações sociopolíticas: “[p]ara mim, explicamos a política quando reunimos uma longa sequência de ações e reações de intervenientes em arenas. (Embora, ao contrário de Latour, eu prefira restringir os atores a

seres humanos, em parte porque as emoções são centrais para a ação. Os objetos têm impactos causais, mas não têm emoções.)” (p.28, tradução nossa). Como mencionado em outros momentos desta tese, pensar a terra e a comunicação sobre esta nessa pesquisa passa, também, por entender que há diferentes experiências ontológicas que informam o que possui ou não, por exemplo, o atributo das emoções, ou, ainda, o da agência.

No âmbito específico de um estudo que envolve diferentes relações com a terra, com os media e seus atributos, consideramos relevante poder incluir como intervenientes aqueles por quem outros intervenientes fazem algo para – como é o caso de entes não-humanos presentes no meio socioambiental – ou através de quem interagem com terceiros e/ ou outros múltiplos intervenientes – como é o caso dos algoritmos na plataforma Twitter. Argumentamos que incluir este aspeto é importante, portanto, em especial quando levamos em consideração dois de nossos eixos de análise: o desenvolvimento da proposta agroecológica do MST nas últimas décadas – proposta essa que contempla relações socioambientais outras que não só humanas; e o desenvolvimento de tecnologias que têm, elas mesmas, diferentes níveis de autonomia frente aos intervenientes que articulam (e.g. MST, oponentes e aliados, presidenciáveis, público espectador, etc.).

Apresentadas, então, em linhas gerais as diferentes abordagens teóricas dos movimentos sociais, os principais atributos e algumas adições à abordagem estratégica interacionista, busco nas seções abaixo relacionar este quadro teórico aos eixos que levarei em consideração em minha análise, dado o teor de minha pesquisa, e em consonância com a primeira etapa desta investigação, a saber, os discursos sobre a terra de Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro nos anos eleitorais de 2010, 2014 e 2018. Como todo o processo de pesquisa, estes eixos são escolhas e não abarcarão todas as nuances presentes na construção da disputa de sentidos e ações sobre a terra na comunicação do MST. Esperamos, porém, que sejam suficientemente compreensivos para pensarmos, hoje, este tipo de discurso mediado. São eles as eleições presidenciais ao longo dos anos 2010 no Brasil; a abordagem popular e agroecológica no ‘novo’ projeto de reforma agrária defendido pelo MST; e a transformação nas tecnologias da informação e na relação entre media e movimentos sociais nesse mesmo período.

2.2.1. Eleições e movimentos sociais

Um dos eixos acima referidos relaciona-se especificamente ao período temporal de nossa análise, que gira em torno de três anos eleitorais, por considerarmos estes, períodos em que projetos políticos são apresentados à sociedade civil – incluindo propostas programáticas para a questão agrária brasileira. McAdam e Tarrow (2010) chegaram a considerar os períodos eleitorais, junto aos movimentos sociais, como um dos dois maiores modos conflituais num

sistema democrático (p.532), imprescindíveis, portanto, para a disputa sobre a hegemonia do modo de se relacionar com a terra que aqui analisamos.

Objetivando compreender o diálogo e a interação entre os projetos ideológicos presentes nos discursos dos presidentiáveis então eleitos Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro e a organização de movimento sobre a qual aqui discorreremos, faz-se importante comentar alguns pontos teóricos desta relação/ interação entre movimentos sociais e eleições partidárias.

Tal como proposto por Jasper (2015a) e comentado acima, compreendemos que as fronteiras entre instituições são porosas e intervenientes participam de mais de um coletivo, sobrepondo diferentes tipos de organizações, instituições e movimentos, ponto que deverá ser levado em consideração em especial na análise da interação entre as campanhas de Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, e a comunicação do MST, em que alguns de seus membros também compõem o PT, tendo eleito em 2022 (já fora do escopo de nossa análise, mas ainda assim indicativo do que informamos) seis deputados através do mesmo.

Acerca das abordagens do campo teórico dos movimentos sociais que aqui destacaremos, ainda que orientada pelas contribuições da abordagem estratégica interacionista (Jasper, 2021; Jasper e Duyvendak, 2015a; 2015b), consideramos importante discutir também a teoria do processo político, visto os seus principais expoentes terem um longo percurso de contribuição teórica acerca das relações entre movimentos sociais, partidos políticos (Tarrow, 2021; Milkis e Tichenor, 2019) e, especificamente, o processo eleitoral (McAdam e Tarrow, 2019; 2010). A esta abordagem, acrescentamos ainda a já comentada contribuição culturalista de Polletta (2004) às estruturas políticas, aplicada a essa relação entre movimentos sociais, partidos e eleições. Por fim, é importante pensar que esta relação/ interação, envolve ainda intervenientes terceiros que devem ser levados em conta na análise (McAdam e Tarrow, 2019) – de diferentes setores do agronegócio a públicos espectadores – , como também vemos na abordagem estratégica interacionista.

Em artigo importante para o tema aqui discutido, *“Ballots and Barricades: On the Reciprocal Relationship between Elections and Social Movements”*, McAdam e Tarrow (2010) apontam seis diferentes formas que esta relação pode se dar e que aqui passo a descrever.

Em primeiro lugar, novas formas de ação coletiva, trazida pelos movimentos sociais, podem influenciar a forma como as campanhas eleitorais são conduzidas – ponto que é particularmente importante para pensarmos a influência recíproca que a forma de utilização das novas tecnologias da comunicação por um e outro interveniente tem nas *escolhas estratégicas* de ambos. Nessa direção, no texto aqui referido os autores citam, como exemplo de “técnicas inovadoras que foram transferidas dos movimentos para as campanhas eleitorais” (p.535, tradução nossa), a influência dos repertórios digitais dos movimentos sociais nas campanhas de Howard Dean (2004) e Barack Obama (2008).

Em segundo lugar, organizações de movimentos sociais se juntam a coalizões eleitorais ou, em última instância, se tornam elas mesmas partidos políticos a disputar eleições – ponto relevante, como já comentado, para pensar a interação entre o MST e os discursos analisados nas campanhas de Rousseff, do PT, partido historicamente¹⁰⁰ aliado e a que também se justapõe o MST (resgatando novamente a ideia de *porosidade das fronteiras* entre intervenientes e arenas), cujos integrantes – em parte – apresentam o que os autores chamaram de dupla-lealdade (ao movimento social e ao partido).

Em terceiro, organizações de movimentos se engajam proactivamente nas campanhas eleitorais em torno de algum partido ou candidato – ponto também sob análise em nosso estudo da comunicação sobre a terra, pensando especificamente em termos de apoio a projetos para o campo; e, no campo oposto, em quarto lugar, os autores comentam que os movimentos sociais podem se apresentar reativos em períodos de mobilização eleitoral – relação que consideram ser mais comuns em sistemas ditatoriais, mas que, argumento, também se faz relevante em períodos de ameaça à democracia, como é o caso da ascensão da extrema direita populista que analisamos nesta tese.

Em quinto lugar, McAdam e Tarrow (2010) afirmam que os movimentos sociais podem contribuir para o que chamaram de polarização dentro dos partidos políticos, relação que é extrapolada por Tarrow (2021) ao comentar a polarização do sistema partidário nos Estados Unidos (e não só de um partido, internamente), com o que chama de extremização da direita Republicana relacionada aos movimentos sociais em torno da figura de Donald Trump.

Por fim, em sexto lugar, os autores afirmam que mudanças em regimes eleitorais tem um impacto de longo prazo na mobilização e desmobilização dos movimentos sociais, afirmação com um forte legado da teoria da estrutura de oportunidade política defendida pelos autores.

Os mesmos autores, em “*Political context of social movements*” (2019), mantendo elementos caros à teoria do processo político e das estruturas de oportunidade política, apresentam uma interpretação baseada na reciprocidade da mesma: não são apenas as estruturas que oferecem, a partir da interpretação dos demais intervenientes no processo político, oportunidades e ameaças, mas também o contrário – organizações de movimentos sociais, seus repertórios de ação, objetivos, identidades, etc. influem nas estruturas políticas e, como vemos em Fligstein e McAdam (2019) acerca deste tipo de influência recíproca, também em atores relacionados ao campo do “mercado”.

McAdam e Tarrow (2019) contestam, também, a centralidade do Estado na análise do processo e contexto político: “a grande variedade de movimentos que encontramos no mundo contemporâneo visa um conjunto muito mais variado de objetivos e contextos institucionais do que o sugerido pela versão centrada no Estado do modelo de processo político” (p.31,

¹⁰⁰ O que não quer dizer permanentemente alinhado e aliado ao MST.

tradução nossa) – ponto relevante em minha análise, abordado através da ênfase dada a multiplicidade de intervenientes e arenas com e nos quais convivem e se justapõem a unidade de análise que aqui chamamos movimento social (Jasper, 2015a).

Para a análise a partir do eixo discutido nesta subsecção, adotamos, assim, a perspectiva de McAdam e Tarrow (2019): considerando um dos principais atuais opositores do MST os diferentes setores e organizações do agronegócio no Brasil, como se verá na subsecção a seguir, compreendemos que é também importante conectar os “desafios a atores não estatais com as mudanças nos contextos políticos” (Ibidem, p.35, tradução nossa) – no caso de nossa análise, com a transformação nos projetos ideológicos encontrados nos discursos de campanha de Rousseff a Bolsonaro, entre 2010 e 2018.

É nesse contexto de influências recíproca, por fim, que McAdam e Tarrow (2019) chamam a atenção para dois tipos de relação importantes no estudo do contexto político: entre movimentos sociais e sistema eleitoral e entre movimentos sociais e o sistema jurídico, dos quais nos atentamos ao primeiro. Segundo os autores, “[e]leições oferecem oportunidades de contestação tanto nos regimes democrático-liberais como nos regimes autoritários” (p.34, tradução nossa). Complementamos, na linha teórica dos mesmos, que não só as eleições oferecem oportunidades e ameaças aos movimentos, como os movimentos podem oferecer oportunidades e ameaças tanto às eleições em si (e.g. movimento “*Make America Great Again*” e o “Trumpismo” em Tarrow, 2021) quanto a determinados partidos dentro das eleições. Por fim, ressaltamos que este apoio é, também ele, recíproco: movimentos sociais podem oferecer a sua militância a determinados partidos, assim como os partidos podem legitimar a militância de determinados movimentos (Tarrow, 2021).

Voltando-nos para este que é um dos últimos trabalhos de Sidney Tarrow, em que o autor desdobra os acontecimentos recentes na política estadunidense com Donald Trump, destacamos a sua relevância para pensar o MST e a ascensão da extrema direita no Brasil, hoje, nos desdobramentos da análise da comunicação de ambos nesta última década:

Entre a era da centralidade do partido no século XIX e o período recente, argumentarei que os movimentos se envolveram mais profundamente em relações íntimas com o sistema partidário e que esta é a fonte última da polarização que é a marca da política americana atual. Na atual “sociedade de movimento”, argumentarei, as fronteiras entre movimentos e partidos são mais fluidas do que eram no passado e desenvolveu-se um vasto leque de organizações “híbridas” no espaço entre os movimentos ideologicamente motivados e os partidos transacionais. (Tarrow, 2021, p.25). (Tarrow, 2021, p.25, tradução nossa).

Com esta premissa em mente, Tarrow (2021) afirma que, no contexto estadunidense do século XXI, há uma presença crescente de “movimentos formativos” (Milkis e Tichenor, 2019) – movimentos de alta ‘contenciosidade’, capacidade de articulação, e, ao mesmo tempo, com grande acesso à política institucional. É também com estes conceitos em mente que as redes Sem Terra deverão ser analisadas ao longo desta década já terminada.

Destacamos que o autor revela, porém, ainda um forte apelo às estruturas de oportunidade política – e.g. "As mudanças na estrutura institucional afetaram de forma crucial a força e a direção das relações movimento/partido" (p.238, tradução nossa). À essa dimensão, considero necessário acrescentar tanto a perspectiva de Polletta (2004) de que estas "estruturas institucionais" são, também, culturais (e.g. Chauí [1995] defende que existe uma cultura de autoritarismo e violência na sociedade e institucionalidade brasileira), quanto elementos das outras abordagens aqui comentadas. Aspectos emocionais – como a ideia de comprometimento afetivo e lealdade –, por exemplo, dada a história comum entre o MST e o PT, como comentado na primeira secção desse capítulo, argumento, não podem ser negligenciadas em nossa análise.

Voltando-nos à contribuição, por fim, da teoria dos intervenientes e arenas para o estudo da relação entre movimentos sociais e o processo eleitoral, destacamos a ideia de estruturas políticas, Estado, arenas e agregados de arenas em Jasper e Duyvendak (2015b) e Jasper (2021). Em "*Breaking down the State*", Jasper (2015b) decompõe o Estado em diferentes arenas "em que participam diversos intervenientes: tribunais, eleições, audições administrativas, etc. As unidades do Estado também participam noutras arenas, como os mercados, os meios de comunicação social e a opinião pública" (pp.11-12, tradução nossa). Em "*Linking Arenas: structuring concepts in the study of politics and protest*", o autor aprimora esta discussão: "[f]alar de arenas mediáticas ou eleitorais é já falar de agregações. Podemos falar do campo eleitoral como compreendendo muitas arenas" (Jasper, 2021, p.252, tradução nossa).

Na sequencia, tal como sugerimos nesta secção, afirma que aqui é possível voltar à velha linguagem do 'sistema político' e 'estruturas', mas desta vez como "coleções de arenas": "'estrutura política' é um termo perfeitamente adequado (...), embora tenha ficado um pouco distorcido quando foi transformado em 'estruturas de oportunidades políticas'" (Ibidem, p.253, tradução nossa) e, ecoando Polletta (2004), complementa: "[é] preciso ter cuidado para não os descrever como demasiado eternos, demasiado externos aos intervenientes, e objetivos em vez de culturalmente interpretados" (Ibidem), perspectiva que buscarei refletir ao longo desta tese.

A partir deste quadro teórico é que buscamos, portanto, analisar a comunicação do MST – as atribuições de sentido que dão às transformações nos media e as ações que empreendem a partir dos mesmos – em diálogo com os discursos dos presidencialistas analisados numa primeira etapa desta investigação e com os seus próprios projetos, programas políticos e modos de relação com a terra, que abordaremos a seguir. É levando em consideração as interações e sobreposições entre intervenientes (e.g. movimentos sociais e partidos políticos), arenas (e.g. plataformas digitais e espaços de decisão de movimentos sociais) e intervenientes e arenas (e.g. movimentos sociais e plataformas digitais e vice-versa)

que buscaremos, então, observar os contextos eleitorais de 2010, 2014 e 2018 em que se dá a nossa investigação.

2.2.2. Reforma agrária popular agroecológica: ponte entre teorias

Outro dos três eixos em torno do qual orbita a análise da comunicação do MST que aqui propomos narra sobre as transformações que aqui chamarei político-ontológicas da organização. Estas mudanças serão, por sua vez, comentadas a partir do desenvolvimento da chamada reforma agrária popular (distinguida aqui da reforma agrária clássica), introduzida na subsecção “Reivindicações e as suas transformações ao longo de 40 anos”, da qual focarei na dimensão da defesa do modo de produção agroecológico e plural que passou, então, a ser reivindicado pela organização. Se buscará, por fim, relacionar estas mudanças a elementos presentes nas diferentes abordagens do campo de estudo dos movimentos sociais comentadas nas seções anteriores.

Reunimos aqui, portanto, em primeiro lugar, diferentes argumentos que buscam compreender as razões pelas quais o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra teriam adotado, paulatinamente, ao longo de mais de vinte anos, a defesa do modo de produção agroecológico em seu discurso e na organização produtiva de seus assentamentos e acampamentos. Como se verá, estes argumentos dialogam com aspetos variados das abordagens aqui elencadas – desde estruturas macroeconómicas como o avanço do neoliberalismo no campo, a elementos da *framing analysis*, relacionadas ao diagnóstico da expansão política, económica e cultural do agronegócio no Brasil ao longo desse período e a necessidade de fazer frente a esta narrativa, dentre outros. A estes, buscarei acrescentar um argumento que mais uma vez dialoga com a virada ontológica na antropologia – a influência das diferentes naturezas, ou ‘mundos’, que a expansão socio-territorial teria trazido à organização.

Borsatto e Carmo, acerca da “Construção do Discurso Agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” (2013), trazem uma reflexão político-teórica pertinente para pensar, em paralelo, a transformação do MST: os autores a relacionam a uma mudança nos fundamentos teóricos da organização – de uma visão primeiramente baseada no marxismo ortodoxo e num modo de produção coletivista homogêneo para uma visão predominantemente “chayanoviana”, que aqui passamos a explicar.

Dentro do pensamento marxista clássico para a ‘questão agrária’, despontam pensadores como Karl Kautsky e Vladimir Lênin. De forma resumida, de acordo com o primeiro, os camponeses estariam fadados a desaparecer, absorvidos pela grande indústria e deles não se deveriam ocupar os pensadores da revolução socialista (Abramovay, 2007 [1992]); Lênin, ao contrário, os veria não como uma massa homogênea, mas um grupo no qual os correspondentes ao proletariado urbano deveriam ser contemplados no processo

revolucionário (Ibidem). Na visão de Kautsky, o futuro da agricultura estaria em grandes unidades de produção socialista, assim como para Lênin, através do cooperativismo, a agricultura também deveria ser estabelecida em “grandes unidades de explorações agrícolas, fortemente mecanizadas, tecnificadas e, conseqüentemente, de alta produtividade” (Borsatto e Carmo, 2013, p.649).

Já no pensamento de Alexander Chayanov, economista soviético dedicado exclusivamente à pesquisa agrária, entretanto, o campesinato não deveria ser observado a partir dos modelos de análise da economia clássica: para o autor, seria “indiscutível [a] dominação exercida pelo capital financeiro e comercial nas trocas mundiais, assim como o papel incontestável que desempenha na organização atual da economia mundial, mas não devemos de modo algum estender tal tese a todos os fenômenos da nossa vida econômica” (1924, p.479). Assim, para Chayanov¹⁰¹, a organização campesina deveria respeitar as unidades de produção familiares e os chamados *ótimos diferenciais* – diferentes tipos de culturas, bem como diferentes condições naturais, requerem diferentes tamanhos de propriedade.

Para Borsatto e Carmo (2013), há, portanto, em meados da década de 1990 um início de transformação nas bases teóricas do MST, que até então via em alguns dos pressupostos da chamada Revolução Verde – mecanização, tecnologização e monoculturalização da agricultura –, porém adaptados a um projeto de socialização do campo, o modelo de produção agrícola a ser seguido. Esta mudança, na direção da concepção chayanoviana de respeito às unidades familiares e ao chamado “ótimo diferencial”, que começa a se consolidar em seu IV Congresso Nacional (2000), onde pela primeira vez aparece o tema da agroecologia, tem, reúno aqui, diferentes raízes.

Um primeiro argumento relaciona-se, mormente, à abordagem das estruturas de oportunidade política no estudo dos movimentos sociais. É comum na literatura a compreensão de que na década de 1990 o MST se viu frente às reformas neoliberais no Estado brasileiro (Pinto, 2015; Borsatto e Carmo, 2013; Fernandes, 2012a; Fernandes, 2000), “que pôs fim às políticas setoriais, de preços mínimos e abriu os mercados”, bem como trouxe “o fim do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera) em 1999” (Borsatto e Carmo, 2013, p.656).

Nesse contexto de *estruturas* – não de oportunidades, mas de restrições – *políticas* e econômicas (portanto, também de *recursos*), Pinto (2015) argumenta que o MST começa a

¹⁰¹ Apesar das divergências teóricas com Lênin, assumiu o posto de diretor do Instituto de Economia Agrícola durante a Nova Política Econômica, cujos preceitos foram revogados por Joseph Stalin após a morte do primeiro, quando se consolidaram as coletivizações forçadas na URSS agrária. Em 1930 Chayanov foi então acusado de formar o Partido Camponês e nos anos de 1960 consta como um dos nomes desaparecidos: “o nome de Chayanov aparece timidamente na Enciclopédia Soviética, sem a data de sua morte e com o pedido aos leitores de que se alguém tivesse informação a respeito, que informasse os editores da enciclopédia” (Abramovay, 2007 [1992], p.64).

se afastar de um modelo de produção que exige grandes aportes de capital e a se aproximar do debate agroecológico, respaldado ainda pela crescente importância do debate ambiental no âmbito internacional – ao que também resgatamos a ideia de *estruturas* de oportunidade *discursiva* em Koopmans e Statham (1999):

No contexto da liberalização econômica neoliberal, esse processo de concentração fundiária e de orientação produtiva para monoculturas produtoras de *commodities* se intensificou, gerando uma dependência externa cada vez maior e uma crescente poluição ambiental vinculada a esse modelo de produção, o que influenciou, em parte, a entrada do MST nos debates sobre a questão ambiental. (Pinto, 2015, pp.296-7, tradução nossa).

A este argumento, soma-se a questão do desenvolvimento temporal e espacial da organização – que nos anos 2000 já contava com assentamentos com histórico de produção agrícola de pelo menos quinze anos –, cujas implicações variam de questões ligadas à mobilização de recursos produtivos a aspectos culturais, relacionados às transformações na *identidade coletiva*, fruto das negociações contínuas entre intervenientes (individuais e coletivos) que passavam paulatinamente a compor o MST.

Sobre o primeiro ponto, retornamos às entrevistas realizadas por Pinto (2015) com assentados pioneiros na implementação do modo de produção, num primeiro momento, orgânico, e a seguir, agroecológico em assentamentos da organização. Depreende-se delas que o modelo de produção da Revolução Verde mostrava-se afim a estruturas em que a composição mão-de-obra versus capital se dava a partir da preponderância do último sobre o primeiro, i.e., em que há um grande aporte financeiro e uma reduzida utilização de mão-de-obra. Recursos estes que condiziam com a estrutura produtiva empresarial, de diferentes setores do agronegócio, porém opostas a que apresentavam os assentamentos do MST, com recursos financeiros restritos e ampla utilização de mão-de-obra.

Nesse contexto e em função desta equação (pouco capital, muita mão-de-obra), a questão dos insumos agrotóxicos se teria tornado um problema material nos assentamentos. Segundo Rodrigo Lopes, entrevistado por Pinto (2015), “o principal elemento que mais influenciou o debate na época (...) foi o elemento da saúde. Nós tivemos muitas pessoas hospitalizadas naquele período de 1998/1999, devido ao uso de agrotóxicos... de veneno” (p.306). Como eram os próprios agricultores que, manualmente, faziam uso desses insumos, este impacto – que apenas se materializa com um certo tempo de existência dos acampamentos, assentamentos e, portanto, produção agrícola da organização –, argumenta o autor, foi também responsável pelas transformações que viriam a acontecer dentro do MST¹⁰².

Reunindo ambos os argumentos, das premissas neoliberais que passavam a conduzir as estruturas políticas e econômicas no país aos recursos materiais próprias da organização,

¹⁰² Ainda hoje, este argumento é repercutido em relatos etnográficos, como a da assentada Maria Ana da Silva, entrevistada por Godinho (2021): “Outra coisa, você só come o que você planta, aí você não vai plantar uma coisa para você usar veneno para você se matar, para você mesmo se matar” (p.102).

trazemos mais uma vez Pinto (2015) acerca da relação entre o ‘novo’ *frame* agroecológico da proposta de reforma agrária popular e o debate climático-ambiental transnacional, no qual o MST encontrou ressonância:

Para além de uma suposta consciência ambiental pós-materialista contemporânea, fatores diretamente ligados à sobrevivência económica e física dos camponeses serão condicionantes centrais na assimilação (deliberada ou não) de uma crescente preocupação ambiental dentro do MST, e programaticamente nas definições de suas bandeiras políticas. (p.307, tradução nossa).

Sobre o segundo ponto, ainda associado a evolução temporal do MST, relaciona-se também o já comentado processo de socio-territorialização da organização, em que observamos a expansão geográfica deste por regiões em que, inicialmente, na década de 1980, não atuava. Argumento que neste processo de expansão geoterritorial, outros modos de se relacionar com a terra foram, então, entrando em diálogo e permeando as próprias fronteiras do MST, num processo que aqui relaciono ao que Mauro Almeida (2007) chamou de “morte do campesinato”:

A dissolução nominalista do campesinato e das “sociedades agrárias” enquanto categoria mestra é real; mas não menos real é a reativação da política indígena, nativa, *grass-root*, étnica. O fim do campesinato se dá ao mesmo tempo em que se ativam como nunca discursos e práticas de democratização rural, de autogoverno ambiental, de políticas de gênero contra-hegemônica cujos atores são atingidos por barragens, de indígenas que passaram por movimentos de revivalismo étnico, caboclos que se redescobriram índios, seringueiros que se transfiguraram em povos da floresta, caiçaras que se tornaram povos dos mares, marginais que viraram quilombolas, mulheres-ecólogas, velhos; sem-terra, sem-teto. (p.170).

É nesse sentido ainda que argumento ter havido, ao longo dos anos, o que Almeida (2013) chamou de encontros pragmáticos entre diferentes ontologias rurais convergindo na forma como o MST apresenta, hoje, o seu Programa Agrário (2014), diretamente relacionado ao princípio da diversidade da agroecologia – em seus diferentes aspetos, da agrobiodiversidade à diversidade de sujeitos e culturas (Engelmann, 2018a):

Os camponeses, trabalhadores/as do campo e povos tradicionais (indígenas, extrativistas, quilombolas) têm sido protagonistas de práticas de um modo de fazer agricultura que representa um contraponto à agricultura capitalista e se constituem na resistência e nas lutas de enfrentamento direto ao capital. (MST, 2013, p.33).

Para Almeida (2013), nos encontros pragmáticos diferentes ontologias podem convergir, ainda que a partir de diferentes pressupostos ontológicos, não devendo ser confundido com meros “acordos práticos visando fins utilitários” (p.12). Convergência que, argumento, pauta o que aqui chamarei de ‘expansão ontológica’ do Movimento Sem Terra (em concomitância e em função da expansão temporal e socio-espacial do mesmo tratada na secção anterior).

Neste sentido, defendo ainda que a identidade coletiva Sem Terra passa, também ela, a ser negociada a partir destes encontros – entre diferentes outras identidades coletivas e individuais, dantes afastadas do movimento e agora parte ou em diálogo com ele e se revelando a partir do já comentado *frame* da agroecologia, cujo conceito reflete em si o respeito à “biodiversidade, com o cultivo de policulturas, agroflorestas, que desenvolvem a diversidade de culturas, saberes, cores, sabores, etc.” (Engelmann, 2018a, p.3).

Acerca do processo de construção e reconstrução das identidades coletivas, Polletta e Jasper (2001) comentam um conceito que acreditamos dialogar com este ponto – a ideia de “identidades transversais” (p.292, tradução nossa)¹⁰³ nos movimentos sociais e a necessidade que as organizações de movimentos têm de gerir continuamente suas identidades coletivas. Identidades estas que podem pré-datar os próprios movimentos – como é o caso do que aqui estamos a discutir – e que são, também elas, passíveis de reconstrução.

A partir do argumento pluralista da agroecologia, entendemos, assim, que a identidade coletiva Sem Terra compreende uma série de diferentes identidades transversais (Polletta e Jasper, 2001) – relacionadas não só aos diversos modos de relação com a terra contidos na pluralidade ontológica do país, mas na própria interseccionalidade de pautas e intervenientes que compõem a organização – individuais e coletivos –, que por sua vez abriga a luta antirracista, LGBTQIAPN+, feminista, etc.

Da mesma forma, adotando, assim, outros elementos da abordagem culturalista, compreendemos que este processo reflete ainda “o problema do pluralismo” trazido por Zamponi (2013) ao tratar da relação entre memória coletiva e identidades nacionais, e que aqui estendo às identidades dos movimentos sociais. Segundo Zamponi (2013), “diferentes comunidades dialogam com diferentes conjuntos de símbolos e práticas, e o mesmo indivíduo pode pertencer a mais do que um grupo, desenvolvendo uma identidade de múltiplos níveis baseada em diferentes práticas mnemónicas” (p.1, tradução nossa). Argumentamos, então, haver um entrecruzamento de memórias coletivas, pelo autor definida enquanto “memórias compartilhadas por uma comunidade ou um grupo” (Ibidem, tradução nossa), que se reúnem ao MST a partir de sua ‘expansão ontológica’ e que se fazem, também elas, importantes para pensar a transformação na principal pauta da organização – da reforma agrária clássica à reforma agrária popular agroecológica, num processo de contínua negociação, também, mnemónica.

Na direção do que vimos argumentando, no site do MST, na secção “bandeiras”, podemos ler, dentre outros tópicos, a explicação do que compõe, para a organização (e do que decidem apresentar como sendo), a Reforma Agrária Popular. Dentre outros pontos, destaco aqui, portanto, a afirmação em “[g]arantir a posse e uso da terra para todas as comunidades originárias, dos povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros, geraizeiros e quilombolas” (MST, s/d)¹⁰⁴, coletivos que entendemos compor este entrecruzamento de memórias coletivas supramencionadas.

E, introduzindo o próximo e último argumento acerca da transformação agroecológica do MST, a organização reitera os seguintes pontos:

¹⁰³ No original, “*cross-cutting identities*” (Polletta e Jasper, 2001, p. 292).

¹⁰⁴ Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 27 ago. 2024.

É preciso organizar a produção agrícola nacional tendo como objetivo principal a produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados (transgênicos) para toda a população, aplicando assim, o princípio da soberania alimentar. A política de exportação de produtos agrícolas deve ser apenas complementar, buscando maior valor agregado possível e evitando a exportação de matérias-primas. (Ibidem).

Este trecho se relaciona, por fim, a uma “disputa ideológica” (Martins, 2018, p.61) importante no que diz respeito às práticas agrícolas contemporâneas, que envolve um terceiro conjunto de intervenientes – os diferentes setores do agronegócio. Frente à consolidação deste no cenário rural do país, que aqui falaremos no singular, mas que entendemos refletir diferentes organizações e mesmo diferentes concepções produtivas¹⁰⁵, trazemos à luz a necessidade do MST, dentro de um contexto de transformação no campo no Brasil, transformar, também, as suas reivindicações, identidades, estratégias, formas de ação, etc., como vimos aqui discorrendo.

Ao longo dos anos 2000, vemos o avançar exponencial do agronegócio – em termos de participação econômica no superavit comercial do país (como vimos no *gráfico 1* na introdução desta tese); de influência política através do que Pompeia (2021) chamou de engenharia institucional; e de amplificação do setor na indústria cultural brasileira (Chã, 2016). Pompeia (2021) explica como o chamado boom das *commodities* dos anos 2000 “implicou um conjunto de mudanças profundas no campo do agronegócio” (p.203):

Em função (i) do grande reordenamento no comércio global de commodities agropecuárias, (ii) da capacidade — fundamentada em estratégia privada-estatal — de aumento da produção no Brasil, (iii) das potencialidades das exportações daqueles produtos para o balanço de pagamentos do país e (iv) da consolidação de um aparato de legitimação, entre outros fatores, agentes do agronegócio passaram a contar com situação crescentemente favorável ao atendimento de pleitos caros aos principais complexos agroindustriais. (Ibidem, p.204).

Em concomitância, e relacionado a este fenômeno, Chã (2016), ao analisar desde editais públicos de fomento à educação e cultura à produção de ficções, publicidade e notícias sobre o setor, demonstra como o agronegócio, também na perspectiva da hegemonia em Gramsci, vem transformando a correlação de forças acerca do imaginário sobre o campo no Brasil. Na narrativa da disputa agrária, o grande latifúndio improdutivo teria dado lugar ao ‘moderno’ agronegócio e o MST passa então a disputar a terra e o imaginário do campo com este ator. E, como afirma Barbosa (2014), “o discurso do agronegócio é modernizante: o campo é produtor de riquezas que contribuem para o desenvolvimento do Brasil. (...) Assim, o embate com o agronegócio é muito mais complexo de ser explicado, tanto para a sociedade quanto para os camponeses da base” (p.11).

¹⁰⁵ Não nos estendemos nesta tese acerca da heterogeneidade contida no próprio setor do agronegócio do país. Uma análise desta heterogeneidade inerente à própria formação do que Beatriz Heredia, Moacir Palmeira e Sérgio Pereira Leite chamam de “sociedade e economia do agronegócio” (2010) pode ser explorada a partir da pesquisa “Sociedade e Economia do Agronegócio: um estudo exploratório”, coordenado pelos autores supracitados e Leonilde Medeiros. Disponível em: <https://campohoje.net.br/>. Acesso em: 16 fev. 2021.

Nesse contexto, tal discurso hegemónico pode ser ele mesmo, como em Koopmans e Statham (1999), elemento que ajuda a explicar a nova abordagem agroecológica do MST. Neste caso, não por ‘permitir’ a sua articulação, mas por catalisar a formação de um contradiscurso.

É nesse contexto de disputa ideológica que Martins (2018), por exemplo, relata como, a partir de preceitos da agroecologia, esta imagem positiva do agronegócio busca ser contestada e denunciada. Argumentamos, assim, que a partir da transformação do cenário rural no Brasil, o MST apresenta, então, um prognóstico adaptado ao novo diagnóstico que faz do problema agrário: não mais somente o latifúndio improdutivo, mas, *também*, o modelo de produção e distribuição do agronegócio. Este, por sua vez, identificado pela organização enquanto ameaça à soberania alimentar da população mundial, prejudicial ao meio ambiente e às relações trabalhistas no campo, bem como negligente para com a alimentação da população do país, uma vez que voltado predominantemente ao mercado externo. Entendemos que o *frame* agroecológico, traduz-se, portanto, num ‘novo’ *frame* prognóstico e de mobilização, frente à disputa de sentidos do ideal rural em meio aos intervenientes internos e externos à organização. Se e como estes *frames* são traduzidos na comunicação do MST é o que também buscaremos compreender em nossa análise.

Tal como defendido por Goodwin e Jasper (2015) e pela perspectiva estratégica interacionista (Jasper, 2015a; 2015b), consideramos que esta pode, também neste caso, articular os diferentes elementos teóricos comentados ao longo desta secção, que vão de aspetos mais macroestruturais – como a adoção de políticas neoliberais pelo Estado brasileiro na década de 1990 – a um nível mais micro de análise – como a negociação de identidades individuais e coletivas fruto da expansão ontológica pela qual passa a organização ao longo de sua expansão socio-territorial.

De uma forma geral, a compreensão do processo de transformação do Movimento Sem Terra passa, argumento, justamente pela interação e justaposição dos intervenientes e arenas elencados nesta secção, ainda que não nos tenhamos assim referido a eles.

I.e., passa pela interação entre diferentes intervenientes coletivos e individuais que passam a compor o MST, ao longo dos anos, de uma pluralidade de ontologias que se encontra com os até então ‘já estabelecidos’ Sem Terra, bem como a relação destes com a interação entre intervenientes terceiros, como os diferentes setores do agronegócio, o ‘cidadão comum’, urbano e rural, público espectador desta disputa de narrativas, e diferentes participantes dos media, Estado e processo eleitoral (e.g. presidenciais; Ministério da Agricultura e Agropecuária e o Ministério do Desenvolvimento agrário; corpo judiciário e legislativo – dentro deste, as diferentes bancadas e grupos político-partidários; e por aí em diante).

Passa também pela interação destes intervenientes em diferentes arenas: internas à organização (como os congressos deliberativos do MST), do plano local (assembleias de assentamentos) ao plano nacional (congressos nacionais); e externas e híbridas, como as disputas/ negociações em arenas governamentais (a partir, por exemplo, dos intervenientes supracitados), e, foco desta tese, nas arenas mediáticas, mais especificamente a partir do conjunto de regras e recursos (e destes também enquanto intervenientes) que apresentam as novas tecnologias da comunicação.

Como nos sugere Jasper (2015a), buscaremos, então, na análise que se lê nos capítulos correspondentes, traçar estas interações, ao longo da segunda década dos anos 2000, observando:

os objetivos dos intervenientes, as regras das arenas, os significados que os intervenientes atribuem a essas arenas, bem como os recursos e competências que trazem consigo ou adquirem nas arenas. Podemos também observar processos como a troca de arena, a formação de alianças e a tomada de decisões. *Também devemos ser capazes de ver as mudanças: os processos pelos quais intervenientes emergem, mudam e se dissolvem; as fronteiras e os interesses em jogo mutáveis das arenas.* Ao analisar as interações e as escolhas que os vários intervenientes fazem durante as mesmas, pretendemos ter uma visão totalmente dinâmica da forma como o protesto se desdobra. (Jasper, 2015a, p.23, tradução nossa, grifo nosso).

Em nosso caso, buscaremos, a partir deste processo analítico, compreender como as escolhas e atribuições de sentido e ação da comunicação Sem Terra se desenvolvem ao longo desse período (e.g. a decisão por determinados media e como utilizá-los), compreendendo se e como dialogam com a possibilidade de resistência da pluralidade ontológica que vimos nesta subsecção e que buscamos defender nessa tese.

2.3. Movimentos sociais, media digital, intervenientes e arenas

O último eixo em torno do qual analisamos nesta tese a comunicação do Movimento Sem Terra se dá pela transformação que observamos, nestes últimos dez anos, nas tecnologias da informação e da comunicação, que aqui também abordaremos a partir da teoria dos intervenientes e arenas em Jasper e Duyvendak (2015a; 2015b).

A fim de analisar os chamados ‘dilemas estratégicos’ que o MST enfrenta face às novas tecnologias da informação, partindo da análise das plataformas digitais, mais especificamente do Twitter, compreendemos que é importante observar desde aspetos macroestruturais – em que pesa a contribuição da economia política dos media – a elementos ligados ao nível micro de análise – tais como as emoções que circundam os intervenientes envolvidos no processo comunicacional, individuais e coletivos. E, na intersecção entre ambos, como defendido em outros momentos deste capítulo teórico, consideramos importante trazer a abordagem estratégica interacionista para este contexto de análise.

Dentro desta abordagem, consideraremos os diferentes media como diferentes arenas – com suas regras e recursos específicos (Jones, Mozaffari e Jasper, 2020; Zhelnina, 2018;

Ince, Rojas e Davis, 2017), o que, por sua vez, dialoga com as abordagens da ecologia dos media e dos sistemas híbridos trabalhadas por Mattoni e Ceccobelli (2018), Mattoni (2017) e della Porta e Mattoni (2015). Da mesma forma, a partir da economia política dos media (Fuchs, 2012; Treré, 2016), entenderemos nesta tese os meios de comunicação, em específico as plataformas digitais e o Twitter, enquanto corporações que atuam no âmbito do mercado e, portanto, também enquanto intervenientes: “aqueles que se envolvem numa ação estratégica com algum objetivo em mente” (Jasper, 2015a, p.10, tradução nossa; cf. p.91 desta tese) e estes, por sua vez, enquanto agentes dentro de um sistema específico, marcado pelas contradições do capitalismo (Fuchs, 2012).

Esta dupla visão de nosso objeto/ sujeito de análise vem ao encontro, por sua vez, da compreensão de Jasper (2015a) acerca de ambos os conceitos: dependendo de qual interação estamos a observar, intervenientes podem ser arenas e vice-versa. Nesta linha de raciocínio, pegamos então emprestado de Jasper (2015a) perguntas que ajudam a orientar a segunda etapa desta pesquisa:

Como é que estes atores funcionam habitualmente: o que pretendem, que meios têm à sua disposição, que constrangimentos enfrentam? (...) Qual é a sua estrutura interna, quando vista como uma arena e não como um ator? Como é que toma decisões formais e informais? (...) (p.14, tradução nossa).

Considerações que devemos atentar tanto em relação ao MST, quanto às arenas onde atua.

Cara a esta tese e na sequência destes questionamentos, destaco ainda o comentário do autor acerca da interação entre diferentes intervenientes-arenas: as capacidades de cada um, nestas arenas, não estão “igualmente distribuídas” (Ibidem, tradução nossa). Jasper (2015a) aponta ainda que “as posições numa arena ... permitem aos intervenientes fazer certas coisas, fornecendo-lhes um conjunto distinto de regras e recursos (...). Algumas posições ... são mais vantajosas do que outras (...)” (p.16, tradução nossa). Ainda neste âmbito, Jasper (2015a) compreende as arenas enquanto lugares revestidos de história: “decisões passadas, recursos investidos e significados culturais” (Ibidem, p.17, tradução nossa), em que as desigualdades se refletem em torno do que cada interveniente pode trazer a essas arenas e melhor ou pior nelas atuar. Compreensão que pretendemos, portanto, levar em consideração ao analisar a atuação do MST em torno de sua comunicação sobre a terra.

Ainda de acordo com esta abordagem, arenas apresentam estruturas físicas (salas, paredes, etc.) e metafóricas (normas formais e informais, tradições, etc.). Neste sentido, acrescentamos às estruturas físicas os dispositivos que estruturam as redes sociais digitais – sistemas algorítmicos, binários, cabos de energia, redes de conexão, etc., – a fim de compreender como se dá a junção entre ambas estas estruturas no plano de nossa análise. Argumentamos, por exemplo, que é a partir das possibilidades destes sistemas físicos integradas às normas de funcionamento orientadas ao mercado de consumo (Pariser, 2011)

que observamos o que Hepp e Couldry (2018; 2017) chamaram de mediatização profunda – a dataficação e a fragmentação profunda da audiência, como comentámos na introdução.

Outra consideração que aqui julgamos importante acerca da ‘aplicabilidade’ do termo arena para a análise dos media de uma forma geral e das redes sociais digitais em específico está no argumento proposto por Jasper (2015a) acerca da mutabilidade desta: “[a]s arenas não ficam simplesmente paradas à espera da próxima ronda de desafios. Os intervenientes trabalham constantemente para fortalecer as suas posições, como sugeriu Gramsci” (pp.21-2, tradução nossa). Em especial para o tipo de investigação que aqui propomos, esta premissa torna-se ainda mais relevante: entre um ciclo eleitoral e outro, aqui sob análise, é preciso observar as transformações estruturais e propositivas de cada interveniente. E de cada arena. E o que podem representar, enquanto escolhas deliberadas ou não.

Nestas escolhas, voltamos então a chamar a atenção para o que Duyvendak e Fillieulle (2015) chamaram de “dilemas estratégicos” (pp.312-3), padrões de atuação entre intervenientes e arenas (e intervenientes-arenas em arenas-intervenientes). Sobre os dilemas que acreditamos sustentar a nossa pesquisa, voltamo-nos mais uma vez a Jasper (2015a): intervenientes podem se decidir por entrar ou não em uma arena (p.19); podem buscar influenciar outros intervenientes numa determinada arena ou criar a sua própria versão desta arena (p.16); podem ter como estratégia alterar as estruturas de uma dada arena (Ibidem) ou, novamente, criar outra similar, porém fora do raio de influência dos intervenientes que ditam, primariamente, as regras da primeira; etc. São “os riscos (conhecidos e desconhecidos), os custos, e os benefícios que contribuem para os dilemas recorrentes” (Jasper, 2015a, p.22, tradução nossa).

Mais uma vez, nos apoiamos nas perguntas colocadas por Jasper (2015a) para guiar a pesquisa sobre a comunicação da terra pelo MST e os dilemas que a organização enfrenta frente às transformações nas tecnologias da comunicação aceleradas desde a década de 70, bem como a sua relação com nossos outros objetos-sujeitos de análise, os presidencializáveis eleitos em 2010, 2014 e 2018:

Ao distinguir os intervenientes, as arenas e os objetivos e capacidades dos intervenientes (especialmente os seus recursos e competências), esperamos observar melhor as interações entre eles. Por que os jogadores escolhem as arenas que escolhem, mudando frequentemente de uma para outra? Como é que eles adaptam as suas capacidades às arenas e escolhem as arenas que melhor se adequam às suas capacidades? Que posições ocupam numa arena e o que é que essas posições lhes permitem fazer? Também podemos observar quando há boas correspondências e quando há incompatibilidades entre as capacidades de um interveniente e uma arena. (Jasper, 2015a, p.18, tradução nossa).

2.3.1. As redes e media sociais online enquanto arenas

Em resenha da obra acima trabalhada, Zhelnina (2018) chama a atenção para a dificuldade de compreendermos, a partir da abordagem estratégica interacionista, o lugar das redes sociais digitais. A partir da já comentada crítica à perspectiva que seria demasiadamente

voltada ao “aqui e agora”, a autora aponta que arenas menos “observáveis”, como as plataformas digitais, ficariam em uma espécie de limbo:

No turbilhão de espaços não físicos de interação, não é totalmente claro como identificar uma arena: uma pessoa em frente ao seu computador a publicar numa plataforma de redes sociais é o único interveniente na arena física do seu quarto, ou a arena é o conglomerado de cabos, aparelhos, ecrãs e sinais elétricos que permitem que pessoas de todo o mundo discutam sobre política? (p.109, tradução nossa).

Aqui, argumentamos, porém, que estas redes não só são ‘observáveis’, como apresentam dilemas e possibilidades de escolhas estratégicas palpáveis, não sendo possível, no estudo da relação entre movimentos sociais e redes digitais, separar as análises de suas práticas ‘offline’ e ‘online’ (pelo que deduzimos que são múltiplas as arenas que se interpõem nesse contexto – i.e., do quarto do utilizador, para utilizar o mesmo exemplo, aos aparelhos tecnológicos e plataformas através das quais interagem com outros intervenientes).

Para a compreensão das redes sociais digitais enquanto arenas importantes para pensar a atual interação entre movimentos sociais e os demais intervenientes com quem interagem (outros media, diferentes instituições governamentais, empresas privadas e suas redes, público expectador – simpatizante, detrator ou neutro –, outras organizações de movimentos sociais, etc.), trazemos, então, à luz o recente trabalho organizado por Mozaffari e Jones (2020) acerca de movimentos patrimoniais – que os autores chamam de *heritage movements* – na Ásia. Se num primeiro relance parece um campo distante do que aqui analisamos, argumentamos que não o é, pois compreendermos o MST, no contexto da expansão ontológica e da reivindicação do resgate do modo de produção agroecológico enquanto, também, um movimento patrimonial, cujo principal objetivo é “a conservação de um ou mais sítios, objetos, *ou práticas, devido à interpretação de sua importância para o presente*” (Mozaffari e Jones, 2020, p.10, tradução nossa, grifo nosso).

Em segundo lugar, a partir deste trabalho observamos a importância da interação entre estes movimentos¹⁰⁶ e as redes sociais digitais enquanto arenas importantes para disputas contenciosas e tomadas de decisão (Jones, Mozaffari e Jasper, 2020). De acordo com os autores,

[o]s cenários e as estruturas materiais e imateriais que moldam as disputas pelo património estão tanto online como offline.

Como podemos ver, as arenas têm características diferentes e servem objetivos diferentes (embora não fixos), e por vezes com resultados imprevisíveis. Embora exista normalmente uma lógica na escolha das arenas, nem a lógica nem o timing são lineares, e os intervenientes operam normalmente em várias arenas em simultâneo. (p.42, tradução nossa).

Tanto a não linearidade anunciada pelos autores, quanto a concorrência de diferentes arenas (que aqui abordaremos a partir da perspectiva da ecologia dos media em Mattoni, 2017) deverão ser levadas em consideração quando da análise dos dilemas e estratégias do MST frente a cada ano eleitoral de nossa investigação.

¹⁰⁶ E, aqui, argumento que isto pode ser generalizado a outros tipos de movimentos sociais.

Nesta coletânea, fica claro, por fim, a importância de observar, na pesquisa deste tipo de organizações de movimentos (e, acrescento, outros), “como as regras e estruturas das redes sociais influenciam nos debates e interações” (Ibidem) entre os intervenientes. Ou, a partir da articulação que Ince et al. (2017) fazem com a teoria da *frame analysis*, como as redes sociais digitais passam a ser arenas onde os movimentos sociais constroem e apresentam os seus *frames* ao público espectador¹⁰⁷:

As redes sociais são também um fórum onde 'o cidadão comum' pode interagir diretamente com um movimento. Em alguns casos, a interação pode ser simples. Um utilizador do Twitter ou do Facebook pode partilhar conteúdos gerados por um movimento social. As redes sociais também permitem que os indivíduos tenham interações mais complexas com um movimento. Podem falar uns com os outros sobre um movimento, contactar líderes de movimentos que tenham presença nas redes sociais, debater a legitimidade do movimento e contribuir para o discurso geral em torno de um movimento social. Todas estas atividades afetam a forma como um enquadramento surge e molda o crescimento de um movimento. (Ince et al., 2017, p.1817, tradução nossa).

2.3.2. Arenas sobre arenas: a ecologia dos media e a análise dos intervenientes ali inseridos

Em consonância com a abordagem estratégica interacionista, compreendemos importante nesta explanação teórica, a abordagem da ecologia dos media e das práticas mediáticas trazidas por Mattoni (2017), em que importa a agência dos intervenientes diante das “regras e recursos” disponíveis em cada arena e, o que aqui destaco, “um relato da constituição múltipla e por vezes cacofónica de ecologias mediáticas híbridas, em que o digital e o não-digital, o online e o offline, o mainstream e o alternativo são categorias cujas fronteiras se tornam ainda mais ténues” (p.3).

Argumentamos que nesta “ecologia híbrida” se sobrepõem e interagem diferentes arenas mediáticas, tais como as definimos nas seções anteriores. Para della Porta e Mattoni (2015), nestes sistemas, os movimentos sociais passam a interagir com múltiplos tipos de tecnologias mediáticas, através de diferentes canais e organizando diferentes tipos de conteúdo. Neste processo, desenvolvem o que Mattoni (2013) chamou de “repertórios de comunicação”, mobilizando e combinando, tal como elaboramos acerca da comunicação em rede (Cardoso, 2002; 2009), antigas e novas tecnologias da comunicação: “sublinhando, assim, que a emergência de novas tecnologias mediáticas não se traduz na rejeição automática das tecnologias mediáticas mais antigas. Pelo contrário, os ativistas tendem a utilizar as duas de forma cumulativa” (Mattoni, 2017, p.4, tradução nossa).

Treré (2016) também chama a atenção no estudo das relações entre media e movimentos sociais ao que chama de fascinação pelo ‘novo’ e defende o cuidado, nas análises destas interações, em observar as práticas comunicacionais que estejam também relacionadas aos media menos visíveis e ‘atrativos’ e à intersecção entre media ‘digitais’ e ‘analógicos’. O autor

¹⁰⁷ Em Jasper e Duyvendak (2015a; 2015b), “*bystander public*”.

crítica, então, a “tendência para se centrar apenas num meio de comunicação ou plataforma tecnológica de cada vez (...) em vez de aprofundar as *relações complexas, as negociações e os contrastes* entre múltiplos meios de comunicação num ecossistema mais vasto e convergente (...)” (p.43, tradução nossa, grifo nosso).

Reconhecendo esta crítica enquanto uma possível limitação desta investigação, buscamos através da análise de redes e das entrevistas resgatar, apesar do enfoque na plataforma Twitter no caso da ARS, as interações desta com a totalidade de práticas e compreensões comunicativas da organização, procurando, assim, “explorar a dinâmica de hibridização e de retroalimentação entre as dimensões online e offline das práticas dos ativistas” (Ibidem, p.47, tradução nossa). Assim, se nas entrevistas aprofundamos esta perspectiva, na própria ARS, apesar de partimos da conta oficial do MST no Twitter, reiteramos que mesmo nesta etapa buscamos dar especial atenção a possíveis menções – diretas ou indiretas – a outros media analógicos e digitais, como ficará em evidência no capítulo dedicado à análise da comunicação da organização.

Também neste sentido, tal como a abordagem tecno-política defendida por Gerbaudo (2017a) e Treré (2016), a ecologia dos media advoga uma não centralidade da tecnologia e do digital na análise da relação entre media e movimentos sociais, o que buscamos adotar na própria análise do Twitter do MST.

Ainda, a própria análise do digital pode (e deve) ser realizada a partir das práticas offline do ator sob análise – premissa que pegamos emprestado da etnografia digital (Pink et al., 2016; Lane, 2016) –, motivo pelo qual identificamos nas transformações ontológicas do MST um dos eixos de análise de sua comunicação. Argumento que esta perspectiva contribui ainda para uma visão não maniqueísta destas interações, em que, como já abordado, pesam os dilemas que cada tipo de movimento social enfrenta frente a cada face desta ecologia mediática.

Há ainda, em concordância com a pesquisa que propomos, a sugestão da investigação diacrônica, uma vez que, dentro da abordagem da ecologia dos media, importa compreender a introdução e transformações, ao longo do tempo, da apropriação das diferentes lógicas dos media pelos movimentos sociais enquanto intervenientes coletivos e pelos seus militantes enquanto intervenientes individuais que os compõem, ponto que também buscamos incorporar nas entrevistas desta investigação.

Reunindo estes argumentos, 1) da necessidade de uma análise que não negligencie a relação entre ‘antigos’ e novos media; 2) bem como a transformação nesta interação ao longo do tempo; e 3) da relação entre a utilização dos media analisados na comunicação do movimento social e na sua utilização pelos militantes que dele fazem parte, ecoamos della Porta e Mattoni (2015):

Embora seja indubitável que as tecnologias dos media evoluíram ao longo do tempo, o foco na tecnologia mais recente corre o risco de negligenciar as semelhanças entre as tecnologias dos media mais antigas e mais recentes em termos de utilização pelos movimentos sociais. Por esta razão, a compreensão da participação dos ativistas na criação de fluxos de comunicação política também ganharia com a pesquisa comparativa longitudinal sobre como os ativistas mudaram ao longo do tempo como agentes de comunicação política dentro e fora do meio do movimento social. (p.7, tradução nossa).

Nesse contexto, numa perspectiva mais meso da análise da interação entre intervenientes nas plataformas/ arenas digitais, recupero Mattoni (2017), que traz à luz a ideia de “ancoramento” proposta por Couldry (2004) enquanto processo através do qual as práticas mediáticas transformam a forma como os indivíduos operam as práticas sociais, e propõe uma inversão deste conceito. Para a autora, as práticas sociais também contribuem para a forma como estes indivíduos operam as práticas mediáticas. Nesse sentido, advoga que se compreenda “o potencial de ancoramento de práticas mediáticas de acordo com os tipos de movimentos sociais que se apropriam das tecnologias mediáticas” (Mattoni, 2017, p.8, tradução nossa). Aqui, resgatamos mais uma vez, então, a ideia de “dilemas estratégicos” (Duyvendak e Fillieule, 2015) – padrões de interação entre determinados intervenientes em determinadas arenas (neste caso, mediáticas) – buscando compreender, na comunicação sobre a terra do MST, como a organização e seus militantes, a partir de seu histórico e práticas socioambientais ‘offline’, utilizam as redes e media sociais digitais.

Também Treré (2016) advoga a importância das práticas mediáticas e dos processos de mediação, resgatando as contribuições de Jesus Martín-Barbero (1987) e Silverstone (2006), a fim de superar “concepções mediocêntricas na investigação sobre dinâmicas tecnológicas em movimentos sociais” (Treré, 2016, p.53, tradução nossa), tal como também propusemos em nossa introdução a partir do enfoque no conceito de mediação. A partir desta premissa teórica, compreende-se em Treré (2016) a possibilidade de superação de determinismos (seja tecno-otimistas ou tecno-pessimistas) e a importância das práticas dos ativistas neste processo “de adaptação, apropriação, rejeição, paranoia, esquecimento e resistência em relação às tecnologias digitais” (Ibidem, p.54, tradução nossa). Neste sentido, sugere, a análise não deve recair tanto nas tecnologias em si, mas como cada interveniente se relaciona com elas – lógica que melhor abordaremos a seguir.

Já num nível mais micro de análise, na perspectiva da interação entre movimentos sociais – enquanto intervenientes coletivos compostos por intervenientes individuais – com intervenientes terceiros em plataformas digitais (e estas enquanto uma dentre outras arenas mediáticas), adotamos a concepção de Ahmed, Jaidka e Cho (2016b) que, ao analisar as dinâmicas emocionais no protesto que ficou conhecido como “Nirbhaya”¹⁰⁸, na Índia, concluem

¹⁰⁸ O protesto, que expressava a revolta contra a série de estupros coletivos na Índia, leva o nome de uma das mulheres vítimas deste crime.

haver uma “relação próxima entre protestos online e offline, onde protestos online espelham os objetivos, tendências e padrões emocionais dos protestos offline” (p.15, tradução nossa).

Já as considerações acerca de uma análise mais macro desta interação entre movimentos sociais e arenas mediáticas deixaremos então para a próxima subsecção, em que estas arenas se transformam – do ponto de vista analítico – em intervenientes: instituições privadas com interesses económicos e políticos próprios e inseridos nas lógicas de mercado capitalistas.

2.3.3. As redes e media sociais online enquanto intervenientes

Em “*Players and Arenas*”, Jasper (2015a) afirma que os media são intervenientes e arenas “cruciais” para a política. Não definindo, na maior parte do tempo, a qual tipo de media se refere, subentendemos que primordialmente conjectura acerca dos *mass media* – explicitado em alguns momentos de seu ensaio: “(...) *intervenientes* como sindicatos e profissões; instituições culturais como universidades, artistas, *meios de comunicação de massa* e organizações religiosas” (p.23, tradução nossa, grifo nosso).

Se referindo de uma forma geral aos “media”, o autor também dá indicações de se tratar dos chamados media tradicionais: “[c]omo intervenientes, os repórteres, editores e outros têm as suas próprias perspectivas sobre as questões, os seus próprios objetivos (geralmente a dimensão da audiência e os lucros), normas profissionais e intervenções habituais” (Jasper, 2015a, p.19, tradução nossa). Ao que compreendemos que o autor ali dialoga, portanto, com uma longa tradição nos estudos dos media – que remonta a Escola de Frankfurt – e que observa a participação dos *mass media* na mediação e ação direta do poder político e económico (tal como aponta, “[s]ão possíveis generalizações mais teóricas para os intervenientes que já foram bem estudados, como os meios de comunicação social” [Ibidem, p.314, tradução nossa]).

Nos ateremos nesta secção teórica, entretanto, compreendendo que um media não está isolado do outro (Cardoso, 2009; Mattoni, 2017; Mattoni e Ceccobelli, 2018), a pensar em específico a relação da condição de “intervenientes” com as novas tecnologias da comunicação.

Em “*Communication, Power and Counter-power in the Network Society*”, Castells (2007) descreveu o que cunhou como o surgimento de uma “autocomunicação de massas” e o seu papel enquanto meio “extraordinário para movimentos sociais e indivíduos rebeldes construírem a sua autonomia e confrontarem instituições da sociedade em seus próprios termos e em torno de seus próprios projetos” (p.249, tradução nossa), caracterizando este novo tipo de comunicação enquanto um mais horizontal e mais afastado do controle das grandes corporações e do Estado. Na condição de arenas, portanto, com suas normas, recursos e estruturas, as redes sociais, em seus primeiros anos de existência, foram recebidos

por parte do meio acadêmico numa perspectiva otimista em que a interação movimentos sociais/ novos media seriam primariamente pautados por uma espécie de ‘afinidade eletiva’ (cf. nota 47).

Ao fim deste mesmo artigo, porém, Castells (2007) chama a atenção para o que aqui associo ao que António Gramsci (2007) chamou de período de *interregno* (cf. nota 44). Segundo Castells,

Novas *instituições* acabarão por se desenvolver, criando uma nova forma de espaço público, ainda desconhecida para nós, mas que ainda não chegou. O que a investigação académica pode observar é a tentativa dos *detentores do poder* de reafirmarem o seu controlo no domínio da comunicação, uma vez que reconheceram a capacidade decrescente das instituições para canalizarem os projetos e as exigências das pessoas em todo o mundo. Esta tentativa de novas formas de controlo recorre sobretudo aos meios de comunicação social. Por outro lado, as *élites dominantes* são confrontadas com os movimentos sociais, os projetos de autonomia individual e as políticas insurgentes que encontram um terreno mais favorável no domínio emergente da autocomunicação de massa. Nestas circunstâncias, está a ter lugar uma nova ronda de criação de poder no espaço da comunicação, uma vez que os *detentores do poder compreenderam a necessidade de entrar na batalha das redes de comunicação horizontais*. Isto significa vigiar a Internet, como nos Estados Unidos; utilizar o controlo manual das mensagens de correio eletrónico quando os robôs não conseguem fazer o trabalho, como nos últimos desenvolvimentos na China; tratar os utilizadores da Internet como piratas e batoteiros, como em grande parte da legislação da União Europeia; comprar sítios web de redes sociais para domesticar as suas comunidades; possuir a infraestrutura de rede para diferenciar os direitos de acesso; e infinitos outros meios de policiar e enquadrar o mais recente tipo de espaço de comunicação. (2007, pp.258-259, tradução nossa, grifos nossos).

Identificando enquanto intervenientes estas “novas instituições”, “detentores do poder”, “elite dominante”, etc. (ali apresentados de forma genérica), começamos então a traçar a ideia de que estas redes seriam – tal como as organizações de movimentos sociais – intervenientes coletivos, compostos por outros tantos individuais, com interesses e objetivos próprios. Nesse campo, entendemos relevante a abordagem marxiana de Fuchs (2012). A partir do chamado Estudos Críticos da Internet ou da Economia Política Crítica (EPC) da comunicação, Fuchs (como sugerido por McAdam e Tarrow, 2019) “traz de volta o capitalismo” para a análise. Segundo o autor,

A Crítica da Economia Política dos Media e da Comunicação estuda ‘as relações de poder que constituem mutuamente a produção, a distribuição e o consumo de recursos, incluindo os recursos de comunicação’ (Mosco 2009, 2). Esta abordagem debruça-se sobre ‘a forma como o sistema mediático’ interage e afeta ‘a disposição geral do poder na sociedade’ (McChesney 2007, 77). (Fuchs, 2012, p.398, tradução nossa).

Razão pela qual argumentamos que se trata de uma abordagem importante para o estudo das novas tecnologias enquanto intervenientes, “aqueles que se envolvem numa ação estratégica com algum objetivo em mente” (Jasper, 2015a, p.10, tradução nossa, cf. pp.90 e 109 desta tese).

Antes de prosseguir, importa refletir, tal como Jasper (2015a) aponta, que as interações entre intervenientes não são ou devem ser necessariamente contenciosas e podem ser, também, de cooperação. A partir do conceito de “dilemas estratégicos”, inferimos que também as novas tecnologias da comunicação, enquanto intervenientes coletivos (e.g. a corporação

Twitter, Inc.) que encerram intervenientes individuais, possuem agência. E fazem escolhas acerca de como e com quais outros intervenientes interagirão (por exemplo, com quais tipos de movimentos sociais), que, por sua vez, são também influenciadas pelas normas do mercado em que estão inseridas (Pariser, 2011).

Voltando à Economia Política Crítica dos media e tomando como premissa a já mencionada ideia de mediatização profunda (Couldry e Hepp, 2017) – em que as relações sociais estão mediadas pela fragmentação acentuada da audiência a partir da dataficação e algoritmização da comunicação –, retomamos aqui a discussão acerca do colonialismo digital (Faustino e Lippold, 2022) e de dados (Couldry e Mejias, 2021) que comentámos na introdução. Desse campo teórico, entendemos que a partir de aspetos técnicos, políticos e económicos da comunicação digital, configura-se uma (não tão) nova divisão do trabalho, transformando determinados espaços sociopolíticos em “mero território de mineração extrativista de dados informacionais” (Faustino e Lippold, 2022, p.22), mobilizada, por sua vez, por intervenientes com quem também interagem as organizações de movimentos sociais.

No âmbito desta pesquisa, por exemplo, importa referir a crescente utilização das novas tecnologias informacionais (aqui não nos referindo estritamente às plataformas digitais de comunicação) para a maximização da produtividade e do lucro de um dos intervenientes mais caros à esta análise – as empresas do setor do agronegócio –, através de diferentes técnicas de *data mining* (Oliveira, Mendes-Moreira e Ferreira, 2018; Majumdar, Naraseeyappa e Ankalaki, 2017)¹⁰⁹. Setor que, tal como visto na secção anterior, representa, hoje, a principal oposição do Movimento Sem Terra, enquanto modo de produção e relação com a terra.

Assim, na análise das interações entre movimentos socioambientais e novas tecnologias, é preciso considerar a relação entre estas últimas e intervenientes a quem se opõem os primeiros, buscando compreender qual interação de cooperação se faz hegemónica e, em última instância, ‘eletivamente afim’. Nesse contexto, aqui retornamos também a proposta da primeira etapa desta tese, a compreensão do populismo, no que se refere às novas tecnologias da comunicação, e a sua relação com o tratamento discursivo sobre a terra no Brasil contemporâneo.

Retornando à EPC, segundo Treré (2016), bem como as abordagens da ecologia dos media e da tecno-política, esta possibilita observar as tecnologias a partir de seu “papel gerador e constitutivo e não meramente instrumental” (p.59, tradução nossa). Revestido deste papel, o autor advoga ainda que se observe “a interação entre atores, práticas e artefactos

¹⁰⁹ *Data mining*, ou mineração de dados, pode ser descrito como “os processos de construção de modelos que podem ser utilizados para nos ajudar a compreender o mundo e a fazer previsões” (Oliveira et al., 2018, p.4, tradução nossa). No setor do agronegócio, as técnicas de mineração de dados operacionalizam desde o cruzamento de dados sobre o solo, genética das culturas e dos animais, elementos climáticos, etc. à apreciação da demanda, do preço das *commodities* no mercado, da logística de distribuição, etc. (Oliveira et al., 2018; Majumdar et al., 2017), integrando aspetos de dentro e fora da porteira, a jusante e a montante, do setor do agronegócio.

tecnológicos” (p.45, tradução nossa) levando em consideração “a coexistência e a coevolução entre eles” (Ibidem). Deste trecho, chamamos a atenção para a ideia de coevolução, levando em consideração a característica da mutabilidade atribuída às arenas e intervenientes por Jasper (2015a) – e que buscamos observar ao longo da pesquisa longitudinal aqui desenvolvida.

Ainda sobre a importância da Economia Política Crítica dos media, o autor destaca que esta abordagem:

é fundamental para interpelar a complexidade da natureza corporativa e os riscos de muitas das plataformas tecnológicas utilizadas no ativismo contemporâneo. Através de vários trabalhos (Andrejevic 2011; Fuchs, 2013; McChesney, 2013, só para citar alguns autores de uma bibliografia cada vez maior), sabemos que o principal objetivo de redes corporativas como o Facebook reside na exploração dos conteúdos dos utilizadores para os monetizar dentro de uma lógica mercantil neoliberal. (Treré, 2016, p.50, tradução nossa).

Ainda dentro da conceção das redes sociais digitais enquanto intervenientes políticos e económicos, destacamos também a outra abordagem que Treré (2016) comenta, aqui já mencionada, da tecno-política. Segundo Gerbaudo (2017a), em seu estudo acerca do que chamou as duas ondas de ativismo digital, a tecno-política, termo cunhado por Stefano Rodotà (1997) e popularizado pelo trabalho de Javier Toret (2013), faz-se importante a fim de complexificar a investigação deste fenómeno:

Referindo aos dois conceitos constitutivos da noção de tecno-política – tecnologia e política – podemos argumentar que, até agora, os estudos sobre ativismo digital se têm centrado excessivamente no primeiro elemento, negligenciando o segundo. Os académicos têm tendido a ler a transformação política como resultante da transformação tecnológica, esquecendo-se assim de que o inverso também acontece, ou seja, que as mudanças nas orientações políticas e ideológicas modificam a forma como a tecnologia é concebida e utilizada. (Gerbaudo, 2017a, p.479, tradução nossa).

Constituindo, portanto, uma relação reflexiva, que caminha em ambas as direções.

Da mesma forma, Earl e Kimport (2011), sobre os media digital e a sua participação nas transformações sociais, também concordam: “As tecnologias não conduzem inevitavelmente a mudanças sociais ou políticas específicas. Em vez disso, são as utilizações que as pessoas fazem das tecnologias – por vezes mundanas e por vezes amplamente inovadoras – que conduzem a (diferentes tipos de) mudanças sociais e políticas” (p.31, tradução nossa).

Por outro lado, observando as plataformas digitais na condição de intervenientes e resgatando o que falamos acerca da possibilidade de interações conflituosas ou de cooperação entre estas e os movimentos sociais, Treré (2016) discute as também já mencionadas conceções redutoras que tendem a celebrá-las “como veículo de mudança social quase revolucionária, ou as criticando enquanto instrumento de alienação e produtoras de isolamento” (p.48, tradução nossa). A fim de contornar esta conceção maniqueísta, mais uma vez advogamos pela abordagem estratégica interacionista. Esta que reúne à análise da interação entre estes intervenientes os elementos comentados na segunda secção deste capítulo: por um lado, os sistemas de disposição culturais e as memórias individuais e

coletivas dos intervenientes envolvidos e, por outro, as lógicas particulares do sistema político-económico capitalista, bem como a relação com intervenientes não-humanos, como os algoritmos e a própria 'terra' ou outros elementos socioambientais, partícipes do tema desta pesquisa em específico.

Por fim, em concordância com esta abordagem, Treré (2016) defende que a crítica às narrativas (meramente) emancipadoras acerca das possibilidades dos media digitais para a transformação social deverá vir das próprias práticas ativistas e das suas negociações com as redes sociais, estruturando "as múltiplas formas inovadoras e alternativas de resistência ao neoliberalismo financeiro explorador em diferentes contextos, culturas políticas e cenários sociais" (p.55, tradução nossa), uma vez que "em diferentes contextos sociais há diferentes negociações e interações entre atores e plataformas" (Ibidem, p.50).

Esse quadro teórico não aborda, portanto, as plataformas digitais de comunicação enquanto intervenientes, ou arenas (dependendo do ponto de vista de análise), politicamente neutros, mas, pelo contrário, enquanto envoltos num contexto de hegemonia político-económica do capital, ao mesmo tempo em que a tecnologia em si se mostra passível de *ocupação* ou, por vezes, de *apropriação* contra-hegemónica (distinção que abordaremos ao longo da análise do MST e conclusão desta tese). Nas palavras de Antônio Bispo dos Santos, "as comunidades contra colonizadoras, além das suas tradicionais armas de defesa, aos poucos, vêm se apropriando das armas de ataque dos colonizadores" (Bispo dos Santos, 2015, p.77).

É dentro desta perspetiva, por fim, que intento compreender como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, nessa transição tecnológica e político-económica dos últimos anos (e, portanto, também ideológica), atuou nessas arenas, passou a interagir com estes intervenientes e quais são as atribuições de sentido a eles direcionadas. Compreender, portanto, se por um lado são percebidos como parte dos media hegemónicos e/ ou, por outro, como ferramenta que contribui para o rompimento com o projeto colonizador do capital tecnológico e agrário.

2.3.4. Estudos em ativismo digital: aonde entra o MST?

Nesta última subsecção buscaremos confrontar diferentes agrupamentos de estudos da relação entre media digitais e os movimentos sociais e de protesto decorridos desde o advento da rede mundial de computadores, em 1989, até períodos mais recentes da ainda breve história da "comunicação em rede" (Cardoso, 2002; 2009).

Em primeiro lugar, a partir de diferentes agrupamentos dos estudos da relação entre media digital e ativismo, observamos uma propensão na literatura académica em destacar as redes sociais online, ou a chamada web 2.0., enquanto um importante divisor de águas para

as pesquisas dedicadas ao assunto – ainda que não seja o único e que esteja desenvolvido de forma deveras diferente pelos diferentes autores aqui trazidos.

Beissinger (2017), por exemplo, sobre esta temática, traz à luz a emergência do que chamou de uma sociedade civil “virtual” em diferentes países do mundo, onde nem sempre esteve presente uma sociedade civil “convencional” forte. Gerbaudo (2017a), a partir do advento das redes sociais online, trabalha a passagem do que chamou de um “cyber-autonomismo” a um “cyber-populismo”. Treré (2016) divide os estudos do ativismo digital também em duas principais “vagas” – uma durante o período da chamada web 1.0., outra após o surgimento das redes sociais digitais, quando se configura uma internet mais interativa, a chamada web 2.0. Bennett e Segerberg (2015) diferenciam nestes estudos o que chamaram de lógica “conectiva”, em comparação à lógica “coletiva” tradicionalmente estudada no campo teórico dos movimentos sociais, bem como, num meio termo, o que entenderam se tratar de uma lógica híbrida. Earl e Kimport (2011), por fim, diferenciaram os estudos sobre os novos media e ativismo entre aqueles assentes na questão da escala e catalisação das mobilizações e os que consideram o seu impacto no modo de organização e participação dos/ nos movimentos sociais, independentemente do marco do surgimento de uma web mais interativa, relacionada às novas plataformas digitais em rede.

Em 2011, Earl e Kimport, em *“Digitally Enabled Social Change: Activism in the Internet Age”* identificaram então duas principais abordagens no estudo das relações entre media e ativismo: uma que previa que a utilização dos novos meios de comunicação tem, primordialmente, influência no aumento do tamanho, velocidade e alcance do ativismo; outra que compreendia que essas transformações influenciam também na forma como se organiza e se participa nos processos de transformação social. Sobre o primeiro, as autoras citam, por exemplo, a extensa literatura acerca da utilização da internet, em seus primeiros estágios de desenvolvimento, pelo movimento Zapatista (México), enquanto instrumento utilizado por este ator para a transmissão transnacional de sua mensagem política. Em relação ao segundo grupo de estudos, estes creditariam ao uso da internet não apenas uma questão de aumento de escala, mas uma transformação na forma como se organizam, demandando, portanto, uma teoria “2.0” para estes estudos. Nesse âmbito, Earl e Kimport (2011) destacam a particularidade do uso desses media e suas “*affordances*”, que resultam, por exemplo, em reduzidos custos de organização e participação nas ações de protesto e na não necessidade de copresença física para a ação coletiva.

A compor, argumento, este segundo grupo, Bennett e Segerberg (2015) defendem que é preciso pensar no estudo das relações entre movimentos sociais e de protesto e os novos media a partir de uma outra lógica – independente da lógica de ação coletiva já amplamente estudada na teoria dos movimentos sociais –, por eles chamada de “lógica de ação conectiva” – esta, sim, já ancorada no advento das redes sociais digitais: “[o]s processos organizacionais

dos meios de comunicação social desempenham um papel importante na forma como estas redes funcionam, e a sua lógica não exige um forte controlo organizacional ou a construção simbólica de um 'nós' unificado" (p.179, tradução nossa). A partir de características próprias ao meio digital, portanto, Bennett e Segerberg (2015) dividiram as possibilidades de utilização/ interação entre estes media e redes de movimentos de protesto em três grupos.

Um primeiro, a que chamaram de "*Organizationally Brokered Networks*", ou o que traduzimos por "redes organizacionalmente mediadas", que estariam ainda sob a lógica de ação coletiva, em que os media digitais e as tecnologias sociais são privilegiadamente utilizados para "mobilizar e administrar a participação e coordenar objetivos, em vez de convidar a interpretações personalizadas dos problemas e a uma ação auto-organizada" (Bennett e Segerberg, 2015, p.187, tradução nossa). No outro extremo, um outro modelo de interação com estes novos media, a que chamam "*Crowd-Enabled Networks*", "redes ativadas por multidões", já sob uma lógica de ação conectiva, reporta a redes auto-organizadas, sem atores organizacionais centrais, que utilizam as tecnologias "como importantes agentes organizacionais (...). Em vez de *frames* de ação coletiva, os *frames* de ação pessoal tornam-se as unidades de transmissão através de redes sociais de confiança" (Ibidem, tradução nossa). Entre um e outro modelo teórico estariam as redes que se regem por uma lógica híbrida, a chamada "*Organizationally Enabled Networks*", "redes organizacionalmente ativadas", também sob a lógica de ação conectiva: "[e]ste tipo intermédio implica que os atores organizacionais formais dão um passo atrás na projeção de agendas fortes, marcas políticas e identidades coletivas, em favor da utilização de recursos para implantar tecnologias sociais que permitam a formação de redes públicas difusas em torno de temas de ação personalizados" (Ibidem, tradução nossa).

Gerbaudo (2017a), por sua vez, parte da crítica à perspectiva teórica tecno-determinista¹¹⁰ e da defesa da aqui já descrita abordagem tecno-política para defender a existência de dois momentos nesta relação entre media digitais e movimentos sociais, a que chamou de cyberautonomismo e cyberpopulismo. Ainda que relacionados a diferentes estágios do desenvolvimento tecnológico, como se verá na descrição desses fenómenos, Gerbaudo (2017a) enfatiza a importância das transformações ideológicas¹¹¹ nos movimentos sociais, junto às transformações das tecnologias da comunicação neste processo. Nesse sentido, importam não só as mudanças técnicas, mas também, por exemplo, as *atribuições de sentido*

¹¹⁰ Segundo o autor – e que aqui concordamos –, “[u]m dos principais problemas das narrativas tecno-deterministas é a forma como a tecnologia é vista como a variável independente sempre destinada a determinar a lógica de ação dos movimentos sociais e, conseqüentemente, a conduzir numa determinada direção. Esta abordagem negligencia o que poderíamos descrever como a 'autonomia relativa dos processos políticos e culturais em relação à tecnologia', ou seja, a forma como a cultura e a política são influenciadas pela tecnologia, mas não são redutíveis a ela. A tecnologia não define sozinha o ativismo, mas o ativismo é sempre informado pelos conteúdos culturais que canaliza, pelas ideias, imagens e pontos de vista que apresenta” (pp.481-2, tradução nossa).

¹¹¹ Em que aqui ideologia assume um sentido diferente do crítico adotado nesta tese.

que os ativistas e militantes conferem a estas redes, que, segundo o autor, dependem dos contextos sociais e culturais da organização de movimento que se analisa, ponto que será importante para a compreensão da comunicação do MST nesta investigação.

Em linhas gerais, Gerbaudo (2017a) identifica, então, duas principais ondas de ativismo digital. Numa primeira fase da rede mundial de computadores, a internet (na chamada web 1.0) teria sido compreendida por esses movimentos enquanto espécie de Zona Autônoma Temporária (tal como proposto pelo filósofo anarquista Hakim Bey), ilhas independentes do poder do Estado e do capital; num segundo momento, já com o advento das redes sociais online, a chamada web 2.0 se transformaria em espaços de encontro e mobilização, constituindo o que o autor chamou de cyberpopulismo, a partir da inter-relação entre a arquitetura destas redes e as atribuições de sentido dadas às mesmas no princípio de sua utilização¹¹².

Se Gerbaudo (2017a) divide o ativismo digital entre esses dois fenômenos, Treré (2016) divide os estudos dos mesmos também em duas principais ondas – estas também claramente marcadas pelo surgimento das redes sociais digitais: “[é] possível traçar uma linha ideal entre os estudos sobre o ativismo digital realizados antes e depois do aparecimento das redes sociais” (p.41, tradução nossa).

Beissinger (2017), similarmente, também se refere às redes sociais enquanto parte do processo de diferenciação do que chamou de sociedade civil “convencional”¹¹³ e sociedade civil “virtual” – a que se mobiliza através da internet (p.359) –, oferecendo como exemplos empíricos ações de protesto ocorridas após o advento destas redes¹¹⁴: o Euromaidan na Ucrânia, em 2013; a Revolução Tunisiana entre 2010 e 2011; a Egípcia em 2011; e, com destaque em seu trabalho, os protestos de Moscou em 2011-12. O autor busca, assim, mostrar como surgiu, em um subconjunto de casos, apesar de organizações políticas fracas, “uma atividade robusta da sociedade civil ‘virtual’, ligada através da Internet e não através de laços presenciais, que estimula explosões invulgares de ativismo cívico coordenado através dos meios de comunicação social e não através da organização política convencional” (p.352, tradução nossa).

Tal como a lógica exclusivamente conectiva em Bennett e Segerberg (2015), a quem o autor se refere para construir a sua análise, o estudo deste “subconjunto de casos” (Beissinger, 2017, p.352) discorre sobre redes de informação em grande escala que permitem que os indivíduos coordenem suas ações “sem uma forte presença organizacional e sem

¹¹² Sobre este aspeto, cf. também Gerbaudo (2018) no capítulo anterior.

¹¹³ Termo que podemos argumentar ser atualmente anacrônico, uma vez que podemos replicar que o virtual/híbrido é hoje também “convencional”. Continuaremos o utilizando, porém, aqui e adiante, para nos referir às organizações da sociedade civil que se organizaram, privilegiadamente, no âmbito *offline*.

¹¹⁴ Não sendo estas, como em qualquer caso de estudo na comunicação em rede, os únicos media que dialogam com estes protestos.

compartilhar identidades comuns” (Ibidem, p.361, tradução nossa), tal como apresentado por Earl e Kimport (2011). Neste sentido, é importante diferenciar o objeto-sujeito de estudo desta tese deste tipo de premissa e campo de investigação, pelo que mostra a descrição do MST no início deste capítulo.

Se por um lado será importante perceber como expressões individuais e pessoais – próprias da lógica conectiva proposta por Bennett e Segerberg (2015) ou da sociedade civil “virtual” em Beissinger (2017) – dialogam com a comunicação do MST enquanto coletivo, argumento que, dada a natureza do mesmo, não se poderá analisá-lo apenas por esse prisma. Neste sentido, a ser compreendido a partir da pesquisa aqui apresentada, buscamos entender este encontro entre diferentes lógicas – coletivas e conectivas – e como se articulam no plano da questão agrária no Brasil ao longo dos anos analisados.

Com campos de investigação similares – as manifestações que ocuparam praças e redes digitais no Egito, Espanha e Nova Iorque em meados de 2011 –, Gerbaudo (2012) discute em específico a relação entre o Twitter e estes protestos. O autor apresenta, porém, abordagem diferente destas que há pouco mencionamos e da qual nos aproximamos: “[s]ublinho que a utilização das redes sociais deve ser entendida como um complemento às formas existentes de encontros presenciais (e não como um substituto), mas também como um veículo para a criação de novas formas de proximidade e de interação presencial” (Gerbaudo, 2012, p.13, tradução nossa).

Voltando então à divisão recomendada por Treré (2016), temos, num primeiro momento, a utilização da internet pelo levante Zapatista de 1994, a utilização da ‘web 1.0’ pelos movimentos pela justiça global no final dos anos 1990, início dos 2000, e a criação do CMI em 1999; e, em seguida, numa segunda onda de ativismo digital, após a segunda metade dos anos 2000, protagonizada pelo surgimento das redes sociais online, o paulatino crescimento do número de utilizadores destas e o seu uso por ativistas espalhados pelo mundo.

Destacamos ainda, em consonância com outros momentos deste capítulo teórico, a relevância que o autor atribui à consideração pela inserção das plataformas digitais em contextos comunicativos, sociais e políticos mais amplos – resgatando, por exemplo, o trabalho de Bennett e Segerberg (2013) sobre o papel do “Twitter no âmbito de complexas ‘ecologias de protesto’ que evoluem ao longo do tempo (em perspectiva diacrónica)” (Treré, 2016, p.45, tradução nossa). E defendendo uma análise integrada dessas plataformas digitais com outros media, tal como advoga a abordagem da ecologia dos media aqui trabalhada através de Mattoni (2017).

Da mesma forma, destacamos a defesa do autor por análises que também levem em consideração as práticas comunicativas inseridas em “processos sociais, culturais, políticos e económicos mais complexos” (p.46, tradução nossa), tal como advogamos a partir da perspectiva das práticas mediáticas (Couldry, 2004; Mattoni, 2017). Dentro deste quadro

teórico e em consonância com o que aqui propomos, por fim, Treré (2016) sugere “estudos de perspectiva diacrónica que tenham em conta que meios são utilizados, para que fins e em que momento/fase do desenvolvimento da mobilização e do protesto” (p.46, tradução nossa), conselho que buscamos seguir nesta investigação.

Buscando, então, reunir as contribuições aqui trazidas nesta exposição teórica, sumário nos tópicos abaixo diferentes agrupamentos de estudos relacionados ao ativismo digital. Se num primeiro momento se cogitou a ideia de ‘fases’ para esta divisão, compreendemos, porém, que esta apresentaria uma confusão cronológica, uma imagem equivocada de linearidade ou evolucionismo na interação entre media e movimentos sociais ou no estudo desta. Como todos os modelos e organizações teóricas, convém lembrar, também, que não encerram todos os casos e não devem ser lidos de forma exclusiva. Com isto em perspectiva e partindo da importância do diacronismo, proporemos, então, ao final, um novo esquema de compreensão entre media e movimentos sociais, cujas características buscaremos descrever a partir dos *dilemas estratégicos* observados em nosso estudo de caso.

ø. Estudos e movimentos anteriores à rede mundial de computadores (até 1989). *Sociedade civil convencional* (Beissinger, 2017). Repertórios de ação e comunicação (Mattoni, 2013) não digitais. *Lógica de ação coletiva* apenas (Bennett e Segerberg, 2015).

i. Movimentos surgidos posteriormente à rede mundial de computadores até o advento das redes sociais digitais (década de 1990 a meados dos anos 2000). *Sociedade civil convencional* (Beissinger, 2017). *Repertórios de ação e comunicação* (Mattoni, 2013) *híbridos* (Mattoni e Ceccobelli, 2018). *Lógica de ação coletiva* através de *Redes Organizacionalmente Mediadas* à *lógica de ação conectiva* através de *Redes Organizacionalmente Ativadas* (Bennett e Segerberg, 2015). *Primeira onda* de estudos sobre ativismo digital (Treré, 2016). *Cyberautonomismo* enquanto orientação tecno-ideológica (Gerbaudo, 2017a; 2017b). E.g. levante Zapatista de 1994; criação da Indymedia ou CMI (1999) no contexto dos movimentos pela justiça global; etc.

ii. Movimentos surgidos posteriormente ao advento das redes sociais digitais (anos 2010). *Sociedade civil virtual* (Beissinger, 2017). *Repertórios de ação e comunicação* (Mattoni, 2013) *híbridos* (Mattoni e Ceccobelli, 2018), com ênfase nas *táticas digitais* (Earl e Kimport, 2011). *Lógica de ação conectiva* através de *Redes Ativadas por Multidões* (Bennett e Segerberg, 2015). *Segunda onda* de estudos sobre ativismo digital (Treré, 2016). *Cyberpopulismo* enquanto orientação tecno-ideológica (Gerbaudo, 2017a; 2017b). E.g. Revolução Tunisiana (2010-11), Revolução Egípcia (2011), Occupy Wall Street (2011-12), Euromaiden (2013), protestos na Rússia (2011-12), etc.

Tendo em vista o nosso estudo de caso, descrito na primeira secção deste capítulo teórico, propomos, então, outro esquema de interação entre media e movimentos sociais, levando em consideração elementos destes agrupamentos anteriores e que esperamos

complementar a partir da análise empírica proposta nesta tese. Observando o aviso de Duyvendak e Fillieule (2015), reforçamos, porém, que este ponto “iii.” não se trata de uma “generalização teórica”, mas de uma proposta de análise para o nosso caso:

“generalizações teóricas” significam generalizações em consonância com o estudo de caso, com base em mais (dos mesmos) casos. No fundo, a SIP é uma abordagem indutiva, robustamente empírica, que só permite generalizações – teorização – enquanto os estudos de caso concretos o permitirem, dado o carácter dinâmico, complexo e situado da interação estratégica. (Duyvendak e Fillieule, 2015, p.314, tradução nossa).

Esperamos, portanto, que esta pesquisa possa contribuir para informar sobre uma dentre estas que são “formas ‘típicas’ de interação estratégica entre manifestantes e outros intervenientes em arenas específicas nas suas formas situadas e disposicionaisadas” (Duyvendak e Fillieule, 2015, p.314) e que, no nosso caso em estudo, representam:

iii. Movimentos surgidos anteriormente ao advento das redes sociais digitais e mesmo à rede mundial de computadores e que seguem navegando as transformações tecnológicas e ideológicas ocorridas desde então.

Pretendemos, assim, ao fim desta tese, poder caracterizar este *tipo* e, por fim, discutir o seu reflexo na representação mediada da terra no Brasil dos últimos anos a partir da prática de comunicação Sem Terra.

2.4. Para finalizar

Observamos, então, o MST enquanto uma organização de movimento social constituída na década de 1980, mas cuja identidade coletiva, que se traduz no *frame* Sem Terra, apresenta raízes anteriores à sua própria fundação. Vimos a importância do primeiro principal repertório de ação da organização, as *ocupações* de terras em propriedades ilegais, se constituir, aos poucos, também no quadro identitário do mesmo, i.e., enquadradas enquanto forma de apresentação da organização à sociedade. Vimos também a importância das estruturas de mobilização políticas ligadas às CEBs e à CPT no percurso do MST; bem como a relação entre o mesmo e o Partido dos Trabalhadores, a CUT e Lula da Silva, em sua fundação. Por fim, destacámos a importância do processo de socio-territorialização do MST, a sua capilarização pelo país e o processo de criminalização e de ataques violentos contra o mesmo. Vimos a transformação de suas reivindicações ao longo do desenvolvimento espaço-temporal que passou o Movimento Sem Terra. Ficou também explícito a importância da comunicação e a constituição de uma ecologia mediática plural ao longo de sua história.

Apresentamos neste capítulo, ainda, algumas das diferentes abordagens que integram o campo de estudos dos movimentos sociais e buscámos observar as suas interseções com o próprio estudo do MST. Destacamos desta secção a análise de enquadramento (*frame analysis*), a busca pela compreensão de como os atores partícipes em movimentos sociais organizam as suas experiências e guiam a ação coletiva em questão; a ideia de estruturas de

oportunidades discursivas, em que determinados contextos culturais possibilitam ou restringem determinadas ações políticas. Nesse ponto, destacamos ainda a importância de compreender as estruturas enquanto sendo culturais e, as culturas, enquanto estruturadas e estruturantes. Destacamos ainda o estudo das emoções nos movimentos sociais enquanto exemplo de análise que vai além da abordagem macro das estruturas (de oportunidades) políticas que incidem sobre as organizações de movimentos. Dos desdobramentos da teoria do processo político, destacamos a relação entre eleições e movimentos sociais, pela natureza própria deste trabalho. E evidenciamos, por fim, a abordagem estratégica interacionista que, ecoando os seus expoentes, buscam a ligação entre todos os níveis – micro, meso e macro – de análise.

Entendemos ainda que é esta a abordagem que melhor dialoga com a nossa pesquisa, ao propor a análise caso a caso dos movimentos sociais, suas interações com outros intervenientes e com diferentes arenas – políticas, mediáticas, etc. Ao tratarmos os media, as organizações de movimentos sociais e outros atores políticos enquanto, simultaneamente, arenas e intervenientes, objetivamos nesta pesquisa encontrar padrões de interação entre determinados tipos de intervenientes em determinados tipos de arena – os chamados dilemas estratégicos. E isto considerando, reiteramos aqui, a ideia de que estas interações são também informadas pelos sistemas disposicionais de cada interveniente, as suas experiências prévias frente a determinada arena e situação e ao legado deixado pelas relações de dominação típicas de um sistema agrário e mediático formado pela expansão do capitalismo no país.

Uma vez que não consideramos as diferentes abordagens dos movimentos sociais enquanto perspectivas de análise isoladas, buscaremos, assim, integrá-las ao longo de nossa investigação.

Por fim, observámos as diferentes nuances nos estudos entre movimentos sociais, ativismo e novos media. Separámo-los em dois principais grupos e argumentámos a necessidade de observarmos qual padrão de interação apresenta o MST, que entendemos não se enquadrar diretamente em nenhum destes agrupamentos teóricos e cuja formação remonta períodos prévios ao advento tanto da chamada web 1.0, quanto das redes e media sociais digitais, mas que atravessa estas transformações tecnológicas ocorridas desde então.

Transformações estas que se deram não só para o MST, mas para todos os intervenientes políticos com quem interagem, inclusive presidenciáveis e seus projetos ideológicos, cujas bases teóricas apresentamos no capítulo anterior e os resultados de análise apresentaremos no capítulo quatro mais à frente. É observando, portanto, a mudança do paradigma comunicacional de massas para um em rede, e a sua intersecção com as transformações politico-ideológicas no país, bem como da própria relação do MST com a terra nesse período, que buscaremos, por fim, conduzir esta pesquisa.

Desenho da investigação empírica e métodos

Retorno, nesta introdução ao capítulo metodológico, ao objetivo principal desta investigação: compreender as transformações na comunicação política sobre a terra no Brasil contemporâneo e as suas disputas, levando em consideração a crescente utilização das novas tecnologias da comunicação ao longo desse tempo e a sua integração no modelo de comunicação em rede (Cardoso, 2002). Esta proposta se desenvolve a partir 1) da análise dos discursos relacionados ao tema nas campanhas presidenciais de 2010, 2014 e 2018, num contexto de ascensão do chamado populismo digital e 2) da comunicação articulada pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra neste mesmo período.

Pela natureza própria deste trabalho de pesquisa, em primeiro lugar expõe-se que foi necessário dividi-lo em duas fases consistentemente diferentes de investigação, antes de cruzar os resultados e integrá-los a partir da perspectiva inter-relacional comentada no capítulo teórico anterior. Destarte, também este capítulo será dividido em duas seções principais diferentes. Uma primeira que apresentará as abordagens metodológicas selecionadas para a análise das campanhas políticas. E uma segunda seção que irá explicar os métodos adotados para a análise da comunicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Em cada uma destas seções, buscamos justificar cada escolha de acordo com as adequações e possibilidades inerentes a cada um de meus objetos de pesquisa e sujeitos envolvidos na investigação.

Cada um do que aqui chamaremos, então, primeiro e segundo momentos da investigação reflete, por fim, objetivos de pesquisa específicos. Buscamos, então, no primeiro momento:

- i. descrever como a questão da terra é abordada durante as campanhas à presidência da república no Brasil em 2010, 2014 e 2018 nos discursos dos candidatos posteriormente eleitos;
- ii. compreender os modos de operação da ideologia (Thompson, 2011) presentes nos discursos analisados e o que significam em termos de projeto político-ontológico para a terra no Brasil;
- iii. e compreender a relação entre os diferentes modos de mediação dos discursos analisados e as abordagens à terra explicitadas ao longo desta investigação, tendo em vista a já amplamente estudada relação entre media e populismo (Álvares e Dahlgren, 2016);

E, no segundo momento:

- i. descrever como a comunicação do MST foi articulada no Twitter nos anos eleitorais analisados na primeira etapa desta investigação e como ali apresenta a sua proposta de Reforma Agrária Popular agroecológica, frente aos projetos político-ontológicos identificados no momento de pesquisa anterior;
- ii. compreender quais as atribuições de sentido que a organização direcionou à utilização dos novos media (Gerbaudo, 2018) e a sua integração aos diferentes modos de comunicação (Cardoso, 2023) desde a sua entrada na plataforma Twitter até os dias atuais;
- iii. e quais as estratégias de comunicação do MST, enquanto escolhas feitas pela organização na condição de interveniente coletivo e influenciadas pelas interações com intervenientes terceiros em determinadas arenas políticas e mediáticas (Jasper e Duyvendak, 2015a; 2015b). Na compreensão destas escolhas, levaremos também em consideração o legado deixado pelas desigualdades estruturais inerentes à consolidação do sistema capitalista no meio rural brasileiro e pelas práticas mediáticas e memórias coletiva e individuais de seus integrantes (Duyvendak e Fillieulle, 2015; Accornero, 2016). Cada fase e cada um desses objetivos, por sua vez, indicaram-nos métodos de investigação diferentes, que serão detalhadamente abordados nas seções que seguem.

Comum a ambas está o desenho longitudinal da pesquisa, dada a vontade, já expressa, de compreender as transformações da comunicação sobre a terra no contexto contemporâneo da política brasileira. Apesar do desenho investigativo não apresentar uma amostra específica a ser analisada em diferentes ocasiões temporais (Bryman, 2012 [2001]), busca-se observar o mesmo fenómeno da comunicação política – nas campanhas presidenciais e em movimentos sociais – sobre a terra em diferentes fases de apresentação e domesticação dos media (Silverstone, Hirsch e Morley, 1992; Lopes, 2008), caracterizando (de uma forma mais genérica) como longitudinal a pesquisa aqui apresentada. Identificaremos, também, nas seções abaixo, os desenhos de pesquisa mais específicos utilizados em cada um dos momentos de investigação acima assinalados.

Também comum aos dois momentos de pesquisa está a escolha majoritária por métodos qualitativos de análise e as três dimensões associadas a este tipo de opção (Bryman, 2012): a indução como principal orientação da investigação, i.e., as conclusões teóricas provêm, predominantemente, das descrições realizadas durante a análise empírica antes que de hipóteses pré-estabelecidas; trata-se de uma abordagem interpretativista dos dados recolhidos ao longo da pesquisa; e relaciona-se ao que Bryman (2012) chama de posição ontológica construtivista, que entende que “as propriedades sociais são resultados das interações entre indivíduos, e não fenómenos ‘exteriores’ e separados daqueles que participam na sua construção” (p.380, tradução nossa).

Através desta abordagem, também damos atenção nesta investigação à lógica da teoria fundamentada nos dados (ou *grounded theory*), partilhando especialmente de uma de suas orientações – encontrar novos olhares e interpretações dos processos sociais através da comparação e da re-contextualização dos dados empíricos (Dey, 2004), buscando, porém, um equilíbrio com o uso analítico dos conceitos pré-estabelecidos e amplamente discutidos nos capítulos anteriores (Ibidem).

Como se verá adiante, essa abordagem se faz especialmente marcante no segundo momento desta investigação. É nesse campo que a abdução (Bryman, 2012; della Porta, 2014; Mattoni, 2014) enquanto orientação de investigação se faz, também, importante. Bryman (2012) explica que esta lógica, em que o processo indutivo também se encontra presente, diferencia-se no facto de que o relato teórico se fundamenta na “visão de mundo dos participantes da pesquisa” (p.401, tradução nossa).

Como se poderá observar nas seções abaixo, instrumentos quantitativos foram também utilizados de forma complementar aos métodos qualitativos empregados nesta investigação.

3.1. Análise de dados secundários

Preliminar aos dois momentos de pesquisa descritos acima, foram reunidos dados estatísticos de diferentes fontes, os quais e as quais encontram-se elencados abaixo:

- i. Degradação e transformação de biomas:
 - a. Taxas de desmatamento da Amazônia Legal e Mata Atlântica (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais [INPE], 2020);
 - b. Número de focos de queimada da Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal (INPE, 2020);
 - c. Dados relativos à cobertura do solo – florestas naturais; *plantation* florestais; formação natural não florestal; cultivos perenes; mosaico de cultivos; soja; cana-de-açúcar; mosaico de agricultura e pasto; pasto; praias e dunas; mineração; outras áreas não vegetadas; infraestrutura urbana; aquacultura; rios, lagos e oceanos – e transformação na cobertura do solo (MapBiomas, 2020);
- ii. Reforma agrária – assentamentos de trabalhadoras e trabalhadores rurais; decretos desapropriatórios (HA); decretos desapropriatórios (imóveis); implantação de projetos (HA); implantação de projetos (imóveis) (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária [INCRA], 2020);
- iii. Identificação, declaração e homologação de terras indígenas (Instituto Socioambiental [ISA], 2020);
- iv. Homologação de terras quilombolas (Comissão Pró-Índio de São Paulo [CPISP], 2020);
- v. Safra agrícola – geral e da soja (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola [LSPA], 2020);

- vi. Superávit comercial e participação do agronegócio nas exportações brasileiras (MAPA, 2020) e exportação de soja em 2020 (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços [MDIC], 2020);
- vii. Ações de protesto e resistência na terra – acampamentos (novos acampamentos, novas famílias acampadas, acampamentos organizados pelo MST); manifestações (manifestações, pessoas envolvidas nas manifestações, manifestações organizadas pelo MST); e ocupações/ retomadas (imóveis ocupados, ocupações/ retomadas em hectares, famílias envolvidas nas ocupações, ocupações organizadas pelo MST) (CPT, 2020);
- viii. Violência na terra – áreas em conflito (conflitos, famílias afetadas por conflitos, área em conflito); vítimas de assassinatos no campo; e trabalho análogo à escravidão (imóveis denunciados por trabalho escravo, trabalhadores envolvidos em denúncias de trabalho escravo, trabalhadores libertados vítimas de trabalho escravo, menores de idade vítimas de trabalho escravo) (CPT, 2020).

A maior parte dos dados acima recolhidos trazem um histórico desde 1985, período de redemocratização do país, quando se pôde retornar à transparência destes tipos de pesquisa. No tratamento destes dados, foram construídos gráficos com toda a série histórica (quando disponíveis) e, de cada um destes pontos, um gráfico relativo à década que esta investigação compreende – de 2010 a 2019.

Compreendendo que a análise de dados secundários não responde, sozinho, a nenhum dos objetivos específicos mencionados acima, defendo aqui a importância desta etapa por três principais razões.

Em primeiro lugar, trata-se de um mapeamento da situação agrária no país fundamental para a contextualização dos discursos analisados através da Análise Crítica do Discurso, uma vez que, como veremos a seguir, se trata de uma abordagem que compreende a interpretação do discurso a partir, não só do texto e de sua estrutura linguística, mas também do contexto social, político e económico relacionado ao evento discursivo (Resende e Ramalho, 2011).

Da mesma forma, faz-se importante esta contextualização socioambiental do Brasil a fim de dialogar de forma mais fluida com os interlocutores do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra, estabelecendo com os mesmos uma relação de compreensão prévia do contexto brasileiro de que tratamos na pesquisa.

Por fim, com esta etapa da pesquisa construiu-se uma base de dados de relevância para a grande área temática deste trabalho – a terra. Neste sentido, a reunião e a sistematização visual destes dados no *apêndice 1* da tese visa auxiliar futuras pesquisas que deles os necessitem, e sobre os quais busquei ser o mais abrangente possível, dentro das possibilidades ofertadas por fontes fidedignas.

Para além da visualização completa desta etapa da pesquisa no *apêndice 1*, alguns dos gráficos produzidos estarão integrados às explicações interpretativas presentes ao longo dos

capítulos dedicados a análises de dados, tanto dos discursos eleitorais de Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro, quanto da análise da comunicação Sem Terra.

3.2. As campanhas presidenciais de 2010, 2014 e 2018

Conforme comentado na introdução deste capítulo, esta primeira secção tratará do que chamei de primeiro momento da pesquisa, isto porque, em termos de cronograma, foi o primeiro conjunto de etapas a se concretizar ao longo dos quatro anos de investigação.

Em termos de desenho de pesquisa, se por um lado tenho como principal orientação o já comentado desenho longitudinal, por outro, pelas orientações e relações políticas díspares dos dois candidatos que integram esse momento da investigação, Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, e Jair Bolsonaro, então candidato pelo Partido Social Liberal (PSL) em 2018¹¹⁵, compreendemos que o trabalho realizado acaba por se configurar, também, enquanto uma análise comparativa entre dois modelos políticos diferentes, melhor compreendidos após a própria investigação empírica.

Nesse sentido, seguimos as orientações de Bryman (2012), estudando dois casos contrastantes e utilizando métodos de pesquisa idênticos que resultam numa lógica de comparação que auxilia na compreensão do fenómeno social, neste caso, da comunicação social e sua projeção sobre a questão agrária no país.

Dois principais métodos de pesquisa foram então aplicados à análise das campanhas presidenciais brasileiras dos candidatos eleitos entre 2010 e 2018: uma análise temática de conteúdo e a abordagem teórico-metodológica da análise crítica do discurso. Enquanto a primeira visava responder o primeiro objetivo específico acima elencado, i.e., descrever como a questão da terra é abordada durante as campanhas à presidência da república no Brasil em 2010, 2014 e 2018 nos discursos dos candidatos posteriormente eleitos; a segunda buscou responder aos demais objetivos: compreender os modos de operação da ideologia presentes nos discursos analisados e o reflexo que têm nos projetos político-ontológicos para a terra no Brasil e compreender a relação entre o uso dos diferentes media e as abordagens sobre a terra, tendo ainda em vista a relação entre media e populismo.

Ao mesmo tempo, como melhor abordaremos na subsecção dedicada à ACD, por se tratar de uma abordagem que compreende outras dimensões que não somente textuais e linguísticas do discurso para a sua interpretação, entende-se que os resultados da análise temática de conteúdo são, também eles, integrados enquanto mais um instrumento para a Análise Crítica do Discurso, tal como será apresentado no capítulo seguinte, referente à análise dos dados. Trata-se, portanto, de um método complementar ao que aqui trataremos

¹¹⁵ Bolsonaro deixa este partido em 2019 e, em 2021, se filia ao Partido Liberal (PL), pelo qual concorre as eleições de 2022.

como principal abordagem teórico-metodológica deste primeiro momento da pesquisa – a ACD.

3.2.1. Análise temática de conteúdo

Para o desenvolvimento desta etapa da investigação, foram recolhidos os debates televisivos referentes à primeira e à segunda volta em que participaram os candidatos Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro em 2010, 2014 e 2018, transmitidos pela Rede Bandeirantes e Rede Globo de Televisão e, no caso de 2018, foi também recolhida, transcrita e analisada uma entrevista concedida por Bolsonaro à Rede Record (emissora de eleição do então candidato) – decorrida na mesma data em que os demais candidatos participavam do debate na Rede Globo, às vésperas da 1ª volta eleitoral –; e entrevistas realizadas às outras duas emissoras, Rede Bandeirantes e Rede Globo, na segunda volta, cedidas pelo candidato após a vitória no 1º turno.

A escolha pela Rede Bandeirantes de comunicação se dá pelo fato desta ter sido a pioneira na transmissão de debates televisivos e, desde então, ter veiculado em todos os anos eleitorais debates de presidenciáveis em campanha, constituindo uma referência neste gênero de discurso no Brasil. E pela Rede Globo de televisão, pelo fato desta ser a emissora com maior pontuação de audiência no horário nobre pelo IBOPE¹¹⁶, alcançando, assim, um público alargado de telespectadores, potenciais eleitores.

Sobre a decisão desta pesquisa pela análise dos pronunciamentos de Bolsonaro nas entrevistas televisionadas supracitadas, a despeito das sensíveis diferenças entre o formato dos debates e das entrevistas, justificamos esta escolha pelo fato de que dos quatro debates analisados nos anos anteriores – Rede Bandeirantes e Rede Globo, 1ª e 2ª voltas –, somente o primeiro contou com a participação do candidato. A fim de compensar esta escassez de material, decidiu-se, então, por transcrever e analisar as entrevistas cedidas por Bolsonaro à Rede Record¹¹⁷, à Rede Bandeirantes e à Rede Globo. Aponto ainda que estas últimas duas entrevistas apresentam um tempo de duração deveras reduzido se comparado ao tempo de discurso dos candidatos em debates televisivos. Por este fator e outros, como a ausência de candidatos adversários que instigassem diferentes temas, esta parte da análise se apresentou, por um lado, limitada. Por outro, indicativa do que realmente importava ao candidato transmitir aos seus eleitores em rede nacional de televisão.

Num primeiro momento, os trechos dos debates e entrevistas relacionados à questão da terra no país foram transcritos por completo, incluindo, portanto, os pronunciamentos dos demais candidatos envolvidos em cada ano eleitoral, e de jornalistas e eleitores que por vezes

¹¹⁶ Disponível em: Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/audiencia-do-horario-nobre-15-mercados-15-04-a-21-04-2019-2-2-2-2-2-2-2/>. Acesso em: 1 jun. 2019.

¹¹⁷ Propriedade do líder religioso Edir Macedo que, em 2018, apoiou a candidatura de Jair Bolsonaro.

intermediavam e/ ou participavam do debate. Apesar desta investigação se debruçar somente sobre os candidatos que posteriormente venceriam a corrida presidencial, entendeu-se necessário aplicar um primeiro tratamento de dados a todo o programa televisionado – sejam os debates ou entrevistas – a fim de obter uma visão geral do todo do evento discursivo, compreender o seu contexto e as suas relações, o que, depois, viria a auxiliar o desenvolver da ACD. Destarte, se pôde compreender, por exemplo, se determinados assuntos eram trazidos primordialmente pelo candidato sob análise, ou se estes apenas abordavam o tema compelidos pela mediação de intervenientes terceiros. Ou, noutro caso de análise desenvolvida durante a ACD, se o tom do discurso de Rousseff ou Bolsonaro se tratava de resposta a intervenientes outros ou se manifestava-se espontaneamente a partir dos próprios candidatos.

Abaixo (*tabela 4*) apresento, a modo de exemplo, como este primeiro tratamento dos dados foi realizado. Numa tabela, foram adicionados elementos referentes aos trechos correspondentes a qualquer temática relacionada à terra nos debates e entrevistas transcritos, em que identificamos o enunciador, o momento do debate/ entrevista, do que se tratava o trecho e o tempo dedicado ao assunto em cada programa televisivo.

Tabela 4. 1º tratamento dos debates e entrevistas televisionados (exemplo)

TODOS OS CANDIDATOS 2010						
1o TURNO						
BAND						
Intervenientes	Onde no debate	Tópicos abordados	In	Out	Total	
1o bloco	Plínio de Arruda Sampaio	Pergunta	00:23:38	00:24:18	00:00:40	
	Dilma Rousseff	Resposta	00:24:32	00:24:47	00:00:15	
	Plínio de Arruda Sampaio	Réplica	00:25:57	00:26:36	00:00:39	
	Dilma Rousseff	Tréplica	00:26:42	00:27:40	00:00:58	
	José Serra	Resposta [à Rousseff]	00:27:42	00:28:45	00:01:03	
	Dilma Rousseff	Réplica	00:30:14	00:31:35	00:01:21	
2o bloco	Plínio de Arruda Sampaio	Pergunta	00:32:08	00:32:45	00:00:37	
	José Serra	Resposta	00:32:47	00:33:37	00:00:50	
	Plínio de Arruda Sampaio	Réplica	00:06:12	00:06:30	00:00:18	
	Dilma Rousseff	Tréplica	00:06:30	00:07:20	00:00:50	
	José Serra	Resposta	00:08:10	00:08:18	00:00:08	
	Plínio de Arruda Sampaio	Réplica	00:08:26	00:08:50	00:00:24	
3o bloco	Dilma Rousseff	Tréplica	00:08:55	00:09:57	00:01:02	
	Plínio de Arruda Sampaio	Pergunta	00:12:08	00:12:37	00:00:29	
	José Serra	Resposta [à Silva]	00:01:30	00:03:32	00:02:02	
	Dilma Rousseff	Réplica	00:05:49	00:06:35	00:00:46	
	José Serra	Resposta	00:07:21	00:08:14	00:00:53	
	Dilma Rousseff	Tréplica	00:09:01	00:09:34	00:00:33	
4o bloco	Plínio de Arruda Sampaio	Pergunta	00:15:22	00:15:50	00:00:28	
	Dilma Rousseff	Resposta [a Sampaio]	00:17:28	00:18:33	00:01:05	
	Plínio de Arruda Sampaio	Réplica	00:18:37	00:18:54	00:00:17	
	Dilma Rousseff	Tréplica	00:19:39	00:20:42	00:01:03	
	Jornalista Joelmir Beting	Pergunta	00:11:08	00:11:50	00:00:42	
	Marina Silva	Reposta	00:11:52	00:13:48	00:01:56	
5o bloco	Plínio de Arruda Sampaio	Comentário	00:14:17	00:14:53	00:00:36	
	Marina Silva	Réplica	00:14:56	00:15:54	00:00:58	
	Jornalista João Paulo Andrade	Pergunta	00:16:04	00:16:33	00:00:29	
	Plínio de Arruda Sampaio	Resposta	00:16:34	00:17:56	00:01:22	
	Marina Silva	Comentário	00:18:03	00:19:08	00:01:05	
	Plínio de Arruda Sampaio	Réplica	00:19:12	00:20:14	00:01:02	
Total	José Serra	Considerações finais	00:02:19	00:02:42	00:00:23	
	Marina Silva	Considerações finais	00:06:22	00:07:48	00:01:26	
Tempo total de debate					01:38:59	
Porcentagem dedicada à "terra"					26,94%	

Do material transcrito, foram separados, então, os enunciados pelos candidatos, cujos discursos são objetos dessa investigação. Por fim, todos os trechos que se relacionassem às dimensões i. socioambiental; ii. político-institucional; iii. político-econômica; e iv. moral da terra foram codificados de acordo com as seguintes categorias de análise: ‘políticas ambientais’, ‘acontecimentos climáticos’, ‘bioma, técnicas e tecnologia’, ‘segurança alimentar’, ‘povos tradicionais’, ‘programas sociais’, ‘educação’, ‘habitação’ e ‘saúde’, ligadas à primeira dimensão; ‘políticas agrárias’, ‘latifúndio e poder’, ‘concerto político’, ‘apoio popular’, ‘movimentos sociais, ativismo e ação coletiva’ e ‘segurança no campo’, relacionadas à segunda dimensão; ‘políticas agrícolas’, ‘desenvolvimento econômico’, e ‘política macroeconômica’, associadas à terceira dimensão; e, por fim, ‘corrupção’, e ‘propriedade privada’, correspondentes à dimensão moral da análise.

As categorias, inspiradas na revisão bibliográfica sobre a questão da terra no Brasil, foram estabelecidas no decorrer da própria análise, constituindo, portanto, o que Bardin (2011) comentou enquanto categorias que emergem “diretamente do texto” (p.179), em oposição aos quadros de categorias elaborados *a priori*.

Na *tabela 5* abaixo, apresentamos um exemplo de como esta codificação foi realizada – neste momento, já direcionada somente aos pronunciamentos realizados por Rousseff, em 2010 e 2014, e Bolsonaro, em 2018.

Tabela 5. Codificação para análise temática de conteúdo dos pronunciamentos de Rousseff e Bolsonaro em rede televisiva (exemplo)

DILMA ROUSSEFF 2010							
1o TURNO							
BAND							
	Quem coloca o tema?	Onde no debate	Tópicos abordados	Categorias	In	Out	Total
1o bloco	Plínio de Arruda Sampaio		Contra o desmatamento	Políticas ambientais	0:24:32	0:24:47	0:00:15
		Resposta	Contra limite à propriedade privada pela diversidade brasileira	Política de terras	00:25:57	00:26:36	00:00:39
	Dilma Rousseff	Tréplica	Política agrícola para assentamentos	Políticas agrícolas	00:27:42	00:28:06	00:00:24
			Programa de Aquisição de Alimentos	Programas sociais	00:28:38	00:28:45	00:00:07
2o bloco	José Serra	Tréplica	Investimento em infraestrutura - portos e estradas	Desenvolvimento econômico	00:32:08	00:32:45	00:00:37
	Dilma Rousseff	Resposta	Interiorização do ensino superior	Educação	00:12:08	00:12:37	00:00:29
3o bloco	Dilma Rousseff	Pergunta	Luz para Todos	Programas sociais	00:05:49	00:06:35	00:00:46
		Réplica			00:09:01	00:09:34	00:00:33
	Dilma Rousseff	Tréplica	Luz para Todos	Programas sociais	00:15:22	00:15:50	00:00:28
		Resposta	Crédito agrícola para agricultura familiar	Políticas agrícolas	00:17:28	00:18:33	00:01:05
			70% da alimentação deve-se à agricultores familiares	Segurança alimentar			
	Dilma Rousseff	Tréplica	Reforma agrária e reassentamentos	Política de terras	00:19:39	00:20:42	00:01:03
			Programa de Aquisição de Alimentos e merendas escolares	Programas sociais			

Para a análise de conteúdo do Twitter, todos os tweets¹¹⁸ das contas @dilmabr e @jairbolsonaro publicados do dia 1º dia de janeiro de cada ano eleitoral até a data da segunda volta das presidenciais foram coletados pelo MediaLab/ CIES-Iscte através do projeto de código aberto *Twint* (linguagem *Python*). A seguir, os tweets foram filtrados a partir de um programa lexical constituído de 191 palavras reunidas a partir da revisão de literatura e do tratamento de dados secundários sobre o tema desta investigação conforme listado no *apêndice 2*. Esta seleção de tweets foi então codificada a partir das mesmas categorias utilizadas na análise temática dos debates e entrevistas televisionados.

Desta etapa inicial, identificou-se o percentual de trechos de debates e entrevistas e de tweets pertencentes a cada uma das categorias de análise e foi extraída uma amostra estratificada – aleatória no caso dos trechos de discursos televisionados e por taxa de engajamento no caso dos tweets – de cada um destes grupos de categorias, a fim de sobre ela desenvolver a Análise Crítica do Discurso. Um em cada três trechos de discursos televisionados e um em cada nove tweets codificados em cada grupo formado pelas categorias supracitadas foram analisados a partir da ACD, constituindo um *corpus* de análise de 17 trechos de debates e entrevistas televisivos e de 20 tweets no total.

Conforme *tabelas 6 e 7*, a partir deste processo de seleção, foram analisados 7 trechos de debates televisivos nas eleições de 2010 e nenhum tweet – indicando a baixa relevância deste meio na campanha de Rousseff deste ano; 8 trechos de debates e 13 tweets em 2014;

¹¹⁸ Excluídos retweets. Não sendo possível se debruçar sobre todas as nuances de nossos objetos de investigação, justificamos a nossa escolha pelo facto de nosso principal interesse estar na intencionalidade do discurso na produção de seu conteúdo e não apenas no repasse (ainda que modificado) da mensagem. Esta escolha fez parte da adequação do projeto à sua exequibilidade.

e 1 trecho de debate televisivo e 1 trecho de entrevista televisionada na campanha de 2018, bem como 7 tweets da página @jairbolsonaro – indicando uma maior relevância deste último meio na campanha do então candidato.

Tabela 6. Análise temática de conteúdo com seleção de amostra para Análise Crítica do Discurso – debates e entrevistas televisionados

DILMA ROUSSEFF 2010				DILMA ROUSSEFF 2014				JAIR BOLSONARO 2018			
Dimensões	Categorias	Referências	ACD	Dimensões	Categorias	Referências	ACD	Dimensões	Categorias	Referências	ACD
Socioambiental	Políticas ambientais	6	2 17%	Socioambiental	Políticas ambientais	6	2 17%	Socioambiental	Políticas ambientais	2	0 11%
	Acontecimentos climáticos	2	0 6%		Acontecimentos climáticos	3	1 8%		Acontecimentos climáticos	0	0 0%
	Bioma, técnicas e tecnologia	1	0 3%		Bioma, técnicas e tecnologia	3	1 8%		Bioma, técnicas e tecnologia	1	0 5%
	Segurança alimentar	2	0 6%		Segurança alimentar	1	0 3%		Segurança alimentar	0	0 0%
	Povos tradicionais	0	0 0%		Povos tradicionais	1	0 3%		Povos tradicionais	2	0 11%
	Programas sociais	8	2 23%		Programas sociais	1	0 3%		Programas sociais	0	0 0%
	Educação	2	0 6%		Educação	0	0 0%		Educação	0	0 0%
Político-institucional	Habitação	2	0 6%	Político-institucional	Habitação	0	0 0%	Político-institucional	Habitação	0	0 0%
	Saúde	0	0 0%		Saúde	2	0 6%		Saúde	0	0 0%
	Política de terras	4	1 11%		Política de terras	1	0 3%		Política de terras	2	0 11%
	Latifúndio e poder	0	0 0%		Latifúndio e poder	2	0 6%		Latifúndio e poder	0	0 0%
	Concerto político	0	0 0%		Concerto político	0	0 0%		Concerto político	3	1 16%
	Apoio popular e agenda de campanha	0	0 0%		Apoio popular e agenda de campanha	0	0 0%		Apoio popular e agenda de campanha	1	0 5%
	Movimentos sociais, ativismo e ação coletiva	0	0 0%		Movimentos sociais, ativismo e ação coletiva	0	0 0%		Movimentos sociais, ativismo e ação coletiva	2	0 11%
Político-econômico	Segurança no campo	0	0 0%		Segurança no campo	0	0 0%		Segurança no campo	2	0 11%
	Políticas agrícolas	4	1 11%	Político-econômico	Políticas agrícolas	3	1 8%	Político-econômico	Políticas agrícolas	0	0 0%
	Desenvolvimento econômico	4	1 11%		Desenvolvimento econômico	7	2 19%		Desenvolvimento econômico	3	1 16%
	Política macroeconômica	0	0 0%		Política macroeconômica	2	0 6%		Política macroeconômica	0	0 0%
Moral	Corrupção	0	0 0%	Moral	Corrupção	4	1 11%	Moral	Corrupção	1	0 5%
	Propriedade privada	0	0 0%		Propriedade privada	0	0 0%		Propriedade privada	1	0 5%
TOTAL ACD (3=1)			7	TOTAL ACD (3=1)			8	TOTAL ACD (3=1)			2

Tabela 7. Análise temática de conteúdo com seleção de amostra para Análise Crítica do Discurso – Twitter

DILMA ROUSSEFF				DILMA ROUSSEFF				JAIR BOLSONARO			
2010 - 1 de jan a 31 de out				2014 - 1 de jan a 26 de outubro				2018 - 1 de jan a 28 de out			
Dimensões	Categorias	Referências	ACD	Dimensões	Categorias	Referências	ACD	Dimensões	Categorias	Referências	ACD
Socioambiental	Políticas ambientais	5	0 25%	Socioambiental	Políticas ambientais	24	2 14%	Socioambiental	Políticas ambientais	11	1 11%
	Acontecimentos climáticos	1	0 5%		Acontecimentos climáticos	25	2 14%		Acontecimentos climáticos	0	0 0%
	Bioma, técnicas e tecnologia	1	0 5%		Bioma, técnicas e tecnologia	17	1 10%		Bioma, técnicas e tecnologia	4	0 4%
	Segurança alimentar	0	0 0%		Segurança alimentar	8	0 5%		Segurança alimentar	1	0 1%
	Povos tradicionais	0	0 0%		Povos tradicionais	4	0 2%		Povos tradicionais	11	1 11%
	Programas sociais	0	0 0%		Programas sociais	13	1 7%		Programas sociais	0	0 0%
	Educação	0	0 0%		Educação	1	0 1%		Educação	0	0 0%
Político-institucional	Habitação	0	0 0%	Político-institucional	Habitação	0	0 0%	Político-institucional	Habitação	0	0 0%
	Saúde	0	0 0%		Saúde	2	0 1%		Saúde	0	0 0%
	Política de terras	0	0 0%		Política de terras	1	0 1%		Política de terras	3	0 3%
	Latifúndio e poder	0	0 0%		Latifúndio e poder	5	0 3%		Latifúndio e poder	0	0 0%
	Concerto político	0	0 0%		Concerto político	2	0 1%		Concerto político	4	0 4%
	Apoio popular e agenda de campanha	5	0 25%		Apoio popular e agenda de campanha	2	0 1%		Apoio popular e agenda de campanha	26	2 25%
	Movimentos sociais, ativismo e ação coletiva	1	0 5%		Movimentos sociais, ativismo e ação coletiva	5	0 3%		Movimentos sociais, ativismo e ação coletiva	8	0 8%
Político-econômico	Segurança no campo	0	0 0%	Político-econômico	Segurança no campo	0	0 0%	Político-econômico	Segurança no campo	6	0 6%
	Políticas agrícolas	3	0 15%		Políticas agrícolas	10	1 6%		Políticas agrícolas	0	0 0%
	Desenvolvimento econômico	4	0 20%		Desenvolvimento econômico	47	5 27%		Desenvolvimento econômico	18	2 17%
	Política macroeconômica	0	0 0%		Política macroeconômica	0	0 0%		Política macroeconômica	2	0 2%
Moral	Corrupção	0	0 0%	Moral	Corrupção	9	1 5%	Moral	Corrupção	0	0 0%
	Propriedade privada	0	0 0%		Propriedade privada	0	0 0%		Propriedade privada	9	1 9%
TOTAL ACD (9=1)			0	TOTAL ACD (9=1)			13	TOTAL ACD (9=1)			7

A análise temática empregada, inspirada no guia “Análise de Conteúdo” de Bardin (2011), não pretendeu ser exaustiva e tem um caráter mais descritivo, uma vez que, conforme já comentado, trata-se de um ponto inicial de partida para a metodologia principal deste momento da pesquisa, que se dá com o desenvolvimento da Análise Crítica do Discurso sobre as referidas campanhas presidenciais.

Deste modo, importa também referir que o princípio da “exclusão mútua”¹¹⁹ proposto por Bardin (2011, p. 149) não foi observado no caso desta pesquisa, de forma que cada uma das falas ou tweets dos candidatos puderam receber mais do que uma codificação. Justifico este

¹¹⁹ “As categorias deveriam ser construídas de tal maneira, que um elemento não pudesse ter dois ou mais aspectos suscetíveis de fazerem com que fosse classificado em duas ou mais categorias. Em certos casos, pode pôr-se em causa esta regra, com a condição de se adaptar o código de maneira a que não existam ambiguidades no momento dos cálculos (multicodificação)” (Bardin, 2011, p. 120).

processo pelo pressuposto de que para compreender as disputas que se desdobram sobre a terra no Brasil contemporâneo nos parece importante a não compartimentalização, em termos de desdobramento da análise, das dimensões supra-apresentadas. O diálogo entre diferentes categorias em um mesmo trecho analisado mostra-se profícuo, por fim, quando do desenvolvimento da Análise Crítica do Discurso sobre os mesmos.

Sobre estes trechos de debates e entrevistas televisionados e tweets, uma série de tópicos de análise (Resende e Ramalho, 2011) foram colocadas a fim de desenvolver a ACD e, ao fim, identificar os modos de operação da ideologia (Thompson, 2011) mobilizados em cada discurso, processo que descreveremos na secção abaixo.

3.2.2. Análise Crítica do Discurso

Antes de passarmos à descrição da operacionalização da Análise Crítica do Discurso desenvolvida sobre o corpus de análise mencionado acima, consideramos importante dedicar uma secção deste capítulo aos princípios teóricos que acompanham o método principal deste primeiro momento de investigação da tese.

Relacionada ao campo da linguística crítica, a ACD enquanto rede de pensamento académico sistematizado desenvolve-se na década de 1990. Desde então, uma vasta variedade de perspectivas, empíricas e teóricas, se emaranharam na abordagem teórico-metodológica da ACD, das quais orientam esta investigação os princípios do enfoque sociocognitivo de van Dijk (1993) e da base histórico-discursiva de Wodak (2001), bem como o sentido que Fairclough (1995) dá para o campo. Se por vezes estas abordagens são tratadas em separado, aqui defendemos que suas características não são mutuamente excludentes, podendo, portanto, ser combinadas para um pensamento mais abrangente sobre o tema que aqui estudamos.

No processo de operacionalização desta abordagem, destacamos a importância do manual teórico e prático “Análise de Discurso (para a) Crítica: o Texto como Material de Pesquisa”, das linguistas Viviane Ramalho e Viviane de Melo Resende (2011). Nele, as autoras reúnem diversas linhas deste campo metodológico, do qual destacamos as contribuições de Fairclough (2003) para análise do texto nas ciências sociais; a análise dos atores sociais de van Leeuwen (2008); e das “vozes” presentes no discurso, de Fairclough e Chouliaraki (1999). Presente neste material, também ressaltamos a divisão e caracterização dos modos de operação da ideologia no discurso mediático sugeridas por Thompson (2011), conforme comentámos no primeiro capítulo desta tese e que retomaremos e aprofundaremos a seguir.

3.2.2.1. Princípios teóricos da abordagem

Entendemos que ao falar de discurso, antes de adentrarmos na teoria da ACD propriamente dita, é preciso voltar à Michel Foucault e ao seu texto clássico *A Ordem do Discurso* (1999 [1970]) a fim de compreender sobre que discurso falamos nesse primeiro momento da investigação¹²⁰. Compreendemos então o estudo do discurso a partir dos *acontecimentos discursivos*, que “consiste em tratar, não das representações que pode haver por trás dos discursos, mas dos discursos como séries regulares e distintas de acontecimentos” (p.59), isto é, do discurso enquanto materialidade, ou do que Foucault chamou de “materialismo do incorporal” (p.58), buscando compreender os sistemas de ordenamento, exclusão, rarefação, do poder de afirmação de um discurso, e por aí em diante, presentes nos eventos discursivos.

Ainda, antes de adentrarmos na ACD, aproveitamos a ideia de materialidade do discurso para reforçar o exposto no primeiro capítulo da tese, diferenciando a análise que propomos nesta pesquisa da análise teórica do discurso, fundamentada na teoria de Laclau e Mouffe (Carpentier, 2010). Retomo então que, embora importante, a base teórica da ATD desconsidera elementos fundamentais para a análise do discurso enquanto acontecimento, uma vez que, se comparada à ACD, como já comentamos, não endereça componentes materiais e relacionais do discurso (Carpentier, 2010), elementos que entendemos indispensáveis em nossa pesquisa sobre a comunicação da terra e as disputas ideológicas históricas que a envolvem.

Nesse contexto compreendemos fundamental, então, pensar a comunicação sobre a terra no Brasil dos anos 2010 a partir da abordagem teórico-metodológica da Análise Crítica do Discurso (van Dijk, 2001; Wodak, 2001; Fairclough, 1995; van Dijk, 1993). É nesse sentido que conduzimos o nosso trabalho a partir de quatro pontos que Wodak (2001) destaca ao comentar sobre o que é a ACD (pontos que são, também, segundo a autora, alvo de críticas à metodologia): trata-se de uma abordagem hermenêutica para a análise textual; exige a compreensão de um contexto alargado para a interpretação do texto; demanda o uso de um quadro teórico amplo; e revela um posicionamento político explícito assumido pelos investigadores, como é o caso desta pesquisa.

Se o objetivo principal desta investigação pode ser resumido na compreensão das transformações na comunicação política sobre a terra no Brasil contemporâneo e as disputas que encerra, argumentamos que a análise das campanhas de presidenciais eleitos em seus respectivos anos eleitorais, que compreendem os projetos hegemônicos para a questão da terra no país, deve, incontornavelmente, buscar observar as estruturas de dominação

¹²⁰ Ainda que na própria ACD, eventualmente, se faça uma distinção explícita do pensamento Foucaultiano: “a ACD difere de outras abordagens críticas (por exemplo, Foucaultiana, ‘pós-moderna’, ‘pós-estrutural’, construtivista social, etc.) do discurso na sua visão dos textos falados, escritos e multimidiados. A ACD vê os textos como um momento na produção e reprodução material da vida social, e analisa o ‘trabalho’ social feito nos textos como um foco significativo da crítica social materialista” (Fairclough e Graham, 2002, p.5 apud. Cruz, 2019). Sobre esta questão, em específico sobre a construção da ACD em Norman Fairclough, cf. Cruz (2019).

potencialmente presentes nesses discursos. Observar, então, o que van Dijk (1993) chamou de “exercício do poder pelas elites, instituições ou grupos, que resultam na desigualdade social, incluindo a desigualdade política, cultural, de classes, étnica, racial e de gênero” (pp.249-250, tradução nossa). Desigualdades essas que, conforme vimos na introdução, fazem parte da história e atualidade da questão agrária brasileira. O que buscamos desenvolver nesta etapa da pesquisa relaciona-se, assim, à compreensão do discurso no exercício de reprodução dessas estruturas de dominação.

Sob essa perspectiva, van Dijk (2001) defende uma análise que compreenda a triangulação discurso-cognição-sociedade, abordagem que, defendendo, dialoga ainda com a perspectiva teórica mais ampla desta investigação, que busca trabalhar os níveis micro, meso e macro de análise. Isto porque para van Dijk (2001), *discurso* representa o “‘evento comunicativo’, incluindo a interação conversacional, o texto escrito, bem como gestos corporais associados, expressões faciais, diagramação do texto, imagens e qualquer outra ‘semiose’ ou dimensão multimodal de significação” (p.98, tradução nossa); *cognição* “envolve tanto a pessoal quanto a social, crenças, objetivos, assim como avaliações e emoções e qualquer outra estrutura ‘mental’ ou da ‘memória’, representações ou processos envolvidos no discurso e na interação” (Ibidem); e *sociedade*

pretende incluir tanto o nível local, microestruturas tais como as interações interpessoais, quanto as estruturas mais globais, societais e políticas, definidas em termos de grupos, relações entre grupos (como as de dominação e desigualdade), movimentos sociais, instituições, organizações, processos sociais, sistemas políticos até as estruturas mais abstratas das sociedades e das culturas. (Ibidem).

Levando em consideração os objetivos específicos relacionados a essa etapa da pesquisa, i.e., compreender os modos de operação da ideologia (Thompson, 2011) presentes nos discursos analisados e o que significam em termos de projeto político-ontológico para a terra no Brasil (ii.) e compreender a relação entre os diferentes modos de mediação dos discursos analisados e as abordagens à terra explicitadas ao longo desta investigação, tendo em vista a relação com o fenômeno do populismo (iii.), entendemos que a abordagem da ACD nos auxilia em dois sentidos, que passo a descrever.

Primeiro e fundamentalmente, nos auxilia na compreensão da interlocução entre discurso e ideologia. Nesse sentido, importa também retomar o que este termo significa nesta tese e que aqui diferenciamos da concepção elaborada por van Dijk (2005)¹²¹: reiteramos, então, aqui a concepção crítica e negativa da ideologia, descrita por Thompson (2011) como o “sentido a serviço do poder” (p.16) no estabelecimento ou manutenção de uma relação de poder

¹²¹ Em “*Ideología y análisis del discurso*”, van Dijk (2005) rejeita a concepção crítica de ideologia que aqui adotamos, e que defendemos em função do objeto de análise referente a este primeiro momento da pesquisa. Para van Dijk (2005), as ideologias “não são necessariamente ‘negativas’ (há ideologias racistas como há antirracistas, comunistas e anticomunistas); não são uma espécie de ‘falsa consciência’ (seja o que for que isso signifique); não são necessariamente dominantes, pois podem também definir a resistência e a oposição (...)” (p.11, tradução nossa).

assimétrica, i.e., de uma “relação de dominação” (Ibidem), tal como também defende Fairclough (1995).

Nesse sentido, também posicionamos esta pesquisa e as análises decorrentes desta – seja em relação as questões agrárias em si, seja em relação às transformações no sistema mediático –, também como Fairclough (1995), dentro das relações de poder organizativas do sistema capitalista.

Em segundo lugar, defendemos que a abordagem sociocognitiva da ACD nos ajuda, ainda, a identificar se há e como se dá a construção de modelos sociocognitivos acerca dos grupos “nós” e “eles” caracterizados nos discursos populistas, como descrevemos no segundo capítulo deste trabalho. É através da base sociocognitiva da ACD que buscamos, assim, a partir de uma análise do contexto sociopolítico da estrutura agrária brasileira, dos media referenciados e do texto das campanhas analisadas (sua formação semântica e sintática), identificar estes modelos e os seus mecanismos de sanção e reprodução do poder.

Para além da abordagem sociocognitiva até aqui descrita, também nos apoiamos nesta pesquisa em algumas das características da abordagem histórico-discursiva de Ruth Wodak (2001, pp.69-70), a saber: a interdisciplinaridade da abordagem na teoria e na prática investigativa (defendida enquanto multidisciplinariedade em van Dijk, 2001)¹²²; a orientação para o problema social, em que o foco não está em aspetos linguísticos específicos; o ecletismo teórico e metodológico (tal como apresentamos nesse capítulo); o movimento constante de ida e volta entre as teorias de médio alcance mobilizadas na pesquisa e os dados empíricos; a multiplicidade de gêneros sob análise (por exemplo, a inter-relação que propomos fazer, nesta investigação, entre os debates televisivos, as entrevistas e as publicações na plataforma Twitter); a consideração pelas relações intertextuais e interdiscursivas que os trechos analisados possam apresentar; e por fim, a relevância do contexto histórico para o desenvolvimento da análise.

Por fim, salientamos que esta é uma pesquisa que se posiciona politicamente pela pluralidade ontológica agrária, pela defesa da diversidade dos modos de vida, de relação com a terra e de produção agrícola; se opondo, portanto, à hegemonia da monocultura (Shiva, 2002 [1993]) capitalista, que necessita impreterivelmente da destruição das economias naturais (Luxemburgo, 1970) e “do mosaico de sociodiversidade e de biodiversidade” (Almeida, 2016, p.21) para existir.

¹²² Ainda sobre este ponto, a interdisciplinaridade ou multidisciplinariedade da ACD deve ser observada tanto para a investigação do contexto e a sua relação com o texto analisado (Weiss e Wodak, 2003), quanto para a compreensão da ideologia (van Dijk, 2001; 2005) relacionada ao discurso. Elementos estes que, segundo Meyer (2001), distinguem a ACD de outras abordagens teórico-metodológicas e que buscamos apresentar em nossa tese a partir do diálogo entre a sociologia da comunicação, as ciências políticas, a virada ontológica da antropologia contemporânea, a economia política dos media, os estudos interacionistas das organizações, etc.

Sendo este um dos principais alvos de crítica à ACD, defendemo-nos aqui com o argumento de Fairclough (1996), em resposta à Widdowson (1995) e à crítica feita por este último autor à parcialidade “ideológica” do método:

O que Widdowson está a oferecer aqui é uma versão da distinção liberal clássica entre ideologia e ciência (ou teoria): por um lado, ideologia, compromisso, preconceito e parcialidade (ACD); por outro lado, ciência e imparcialidade (e.g. Widdowson). Há, no entanto, uma questão sobre o significado de ideologia: Widdowson usa o termo no sentido de ideologias políticas, compromissos explícitos com posições políticas particulares; enquanto o termo é usado na ACD – e amplamente na literatura sobre ideologia – no sentido de pressupostos que são incorporados em práticas (...) que sustentam relações de dominação, geralmente de forma dissimulada. (...) A implicação disto é que uma oposição categórica entre ciência (ou teoria) e ideologia não pode ser sustentada - mesmo a ciência mais pura pode funcionar ideologicamente (Ashmore et al. 1994). Tanto a ACD como Widdowson oferecem teorias do discurso e fazem análises do discurso. Resta saber se funcionam ideologicamente [sustentando, portanto, relações de dominação]. (Fairclough, 1996, p.53, tradução nossa).

3.2.2.2. Operacionalização da análise

Apresentado o panorama teórico sobre a qual se apoia a ACD desenvolvida nesta tese, voltamo-nos, como nas demais seções deste capítulo, à forma como operacionalizamos esta etapa de análise. Devemos aqui especial atenção ao texto de Ramalho e Resende (2011) acima citado, em que as autoras, também após elucidações teóricas basilares para a abordagem, reúnem, a partir de Fairclough (2003), uma série de “questões para análise textual” (pp.114-6) que buscamos responder acerca de cada um dos 37 elementos discursivos selecionados em nossa amostra (dentre tweets e trechos de debates e entrevistas televisivos).

No desenvolver desta etapa respondemos, então, para cada trecho televisionado e tweet (e as diferentes modalidades de linguagem que por vezes integravam – textos, imagens e vídeos), aos seguintes tópicos de análise: contexto (socioambiental, político-institucional, político-económico e/ ou moral); estrutura genérica; intertextualidade; interdiscursividade; presunção; representação de atores sociais; representação de eventos sociais; estilo – incluindo tom de voz, linguagem corporal, vocabulário, figuras de linguagem empregada, formatação do texto e/ou da imagem, etc.; modo gramatical¹²³; coesão gramatical; modalidade semântico-formal e avaliação. Para esta etapa de desenvolvimento da ACD, um questionário para autorresposta foi construído¹²⁴ e pode ser consultado no *apêndice 3*.

Ao fim deste questionário colocamo-nos também a proposta de, a partir das respostas elaboradas nos tópicos anteriores, compreender e relacionar qual ou quais os modos de operação da ideologia (Thompson, 2011) estariam presentes nos eventos discursivos analisados. É a partir de Thompson (2011), autor também discutido nas bases teóricas de Resende e Ramalho (2011), que tomamos, então, emprestado as categorias analíticas para

¹²³ Em Fairclough (2003), no original, “*grammatical mood*”.

¹²⁴ Inspirado no processo de investigação apresentado por Christoph Steinhardt na Conferência Doutoral “*Media-based protest and contentious politics in China*” organizada pela Escola de Sociologia e Políticas Públicas do Iscte-lul.

a identificação dos modos de operação da ideologia, sendo elas as estratégias de legitimação, dissimulação, reificação, unificação e fragmentação – estas duas últimas, destacadas em nosso primeiro capítulo teórico, sobre o populismo.

Segundo o autor, as relações de dominação podem, assim, ser estabelecidas e sustentadas: “pelo fato de serem representadas como legítimas, isto é, como justas e dignas de apoio” (Thompson, 2011, p.82) – no caso da *legitimação*; “pelo fato de serem ocultadas, negadas ou obscurecidas, ou pelo fato de serem representadas de uma maneira que desvia nossa atenção ou passa por cima de relações e processos existentes” (Ibidem, p.83) – através da *dissimulação*; “pela retratação de uma situação transitória, histórica, como se essa situação fosse permanente, natural, atemporal” (Ibidem, p.87) – por meio da *reificação*; “através da construção, no nível simbólico, de uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa identidade coletiva, independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los” (Ibidem, p.86)¹²⁵ – pela *unificação*; e, pelo contrário, “segmentando aqueles indivíduos e grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio real aos grupos dominantes, ou dirigindo forças de oposição potencial em direção a um alvo que é projetado como mau, perigoso ou ameaçador” (Ibidem, p.87)¹²⁶ – através, por fim, da *fragmentação*.

Conforme se pode, portanto, observar no *apêndice 3*, ao fim de cada questionário descritivo e interpretativo das questões de análise resumidas por Resende e Ramalho (2011) e inspiradas em Fairclough (2003), buscamos então identificar qual ou quais destes modos de operação da ideologia se encontravam presentes em cada elemento discursivo analisado e descrever o porquê e como se relacionavam com as perguntas previamente respondidas.

Após o desenvolvimento destas etapas da ACD, surgiu a necessidade de uma nova etapa de análise, a fim de trabalhar os textos desenvolvidos durante esse processo, de forma que, do conteúdo gerado nestes questionários, pudéssemos identificar padrões e chegar a conclusões mais sucintas acerca deste primeiro momento de investigação.

Na releitura deste material identificámos, assim, a importância de duas das questões de análise mencionadas acima (Resende e Ramalho, 2011; Fairclough, 2003) enquanto centrais no diálogo com a identificação dos modos de operação da ideologia que predominavam em cada ano analisado: a *representação dos atores sociais* (van Leeuwen, 2008) e o *estilo* empregado nos diferentes media e candidatos analisados, o que Resende e Ramalho (2011, p.164) associam ao que Chouliaraki e Fairclough (1999) chamaram de “voz” – o “tipo de linguagem utilizado por uma determinada categoria de pessoas e intimamente relacionado à sua identidade” (Chouliaraki e Fairclough, 1999, p. 63, tradução nossa) – tópico

¹²⁵ Cf. p.40 desta tese.

¹²⁶ Cf. pp.40-1 desta tese.

imprescindível, ainda, para a identificação de padrões na comunicação¹²⁷, proposta deste trabalho.

Ainda sobre esta escolha, considerando a centralidade da pluralidade ontológica evidenciada na antropologia que essa pesquisa tem por base (Almeida 2007, 2013, 2016; Carneiro da Cunha, 2017, 2019; Viveiros de Castro, 2012; Danowski e Viveiros de Castro, 2014; etc.), consideramos relevante buscar explicitar os elementos do discurso que revelassem ou inibissem esta diversidade de atores e suas relações com a terra. Buscamos, assim, expor os mecanismos discursivos através dos quais as estruturas materiais de dominação e de expropriação territorial de modos de vida não capitalistas que compõem a pluralidade ontológica presente no meio rural brasileiro poderiam estar, ou não, presentes no discurso dos então candidatos à presidência do país. Destarte, consideramos importante a análise da representação dos atores sociais enquanto um dos focos desta investigação – i.e., a análise de sua inclusão ou exclusão dos textos, a ênfase em sua agência ou passividade, sua nomeação, categorização (por funcionalização ou identificação), especificação ou generalização, diferenciação, avaliação, etc. – conforme proposta analítica de van Leeuwen (2008).

Importa-nos, assim, o papel socio-semântico que os atores assumem nos discursos analisados. Van Leeuwen (2008), ao reconhecer que “os significados pertencem mais à cultura do que à língua”, ainda que baseie a sua proposta de análise na linguística, propõe um enfoque em “categorias sociais (‘nomeação’, ‘agência’, etc.), antes que em categorias linguísticas (‘nominalização’, ‘supressão do agente passivo’, etc.)” (p.25, tradução nossa). Proposta que seguimos em nossa análise.

Ainda, dado o interesse central desta tese, que busca a análise da questão agrária enquanto processo reflexivo dos e nos modelos de comunicação, mais uma vez reiteramos que a análise do estilo – que pode variar dentre os diferentes palcos mediáticos à disposição, dada a sua arquitetura, funcionalidades e sentidos atribuídos –, também se faz primordial para esta última etapa de desenvolvimento da ACD (a extração de padrões e sintetização de conclusões). Nesse âmbito, compreendemos também que o estilo “expressa, de alguma forma, como essas pessoas se identificam e como identificam outras pessoas” (Resende e Ramalho, 2011, p.67) e que a explicitação da existência, ou não, de uma fronteira¹²⁸ constituinte destas identidades sociocognitivas (van Dijk, 1993) contribui, por fim, para tornar perceptível as ideologias refletidas nos discursos.

Será, então, a partir dessas questões analíticas enquanto eixo central e com as demais orbitando a nossa análise, bem como da interlocução destas questões com cada meio de comunicação e gênero discursivo analisado, que apresentaremos, no capítulo que segue, os

¹²⁷ Como o padrão do populismo comunicacional desenvolvido por Moffit (2016) e Cardoso (2023).

¹²⁸ Ainda que imaginárias, tomando emprestado o termo de “comunidades imaginadas” em Anderson (1983).

padrões nos modos de operação da ideologia identificados no decorrer da ACD e buscaremos elaborar se refletem, e em que medida, dimensões do fenómeno do populismo tal como o definimos em nosso primeiro capítulo teórico.

3.3. A comunicação do MST

Voltamo-nos agora, então, para o que chamamos de segundo momento da investigação. Se ao longo do período de pesquisa referente às etapas anteriormente descritas, acompanhou-se as notícias referentes ao Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra e as redes do próprio ator coletivo, apenas após o fim deste primeiro momento dedicamo-nos à análise sistemática propriamente dita do que aqui nos referiremos, também, por comunicação Sem Terra, utilizando-nos do enquadramento discursivo reivindicado pelos nossos interlocutores.

Como nas etapas anteriores, reiteramos o desenho longitudinal também nesta fase da investigação e este enquanto necessário à perspectiva estratégica interacionista do estudo dos movimentos sociais, dada a proposta que esta abordagem apresenta de que observemos os diferentes intervenientes e arenas considerando a mutabilidade das atribuições de sentido, capacidades, recursos e objetivos dos primeiros e das estruturas e normas destas últimas (Jasper, 2015a).

Concomitante a este, destacamos também o desenho de estudo de caso (Bryman, 2012) enquanto importante nesta fase da investigação. Neste sentido, identificamos enquanto “caso” o MST, sujeito coletivo que, pelos motivos também tratados na introdução, torna-se o nosso foco de análise como um “caso representativo” ou “exemplificativo” (Ibidem, p.70). Tal como Bryman (2012) preferiremos a segunda denominação, pelo mal-entendido que a palavra “representativo” pode incorrer no âmbito metodológico da pesquisa.

Trata-se o MST, nesta investigação, portanto, de um caso exemplificativo de atores que apresentam, na contramão de projetos hegemónicos para a terra no Brasil, uma comunicação que possui objetivos específicos de autonomia (no sentido exposto na introdução desta tese), e através da qual orienta-se a resistência a projetos de homogeneização do meio rural no país. Apesar de não ser o único interveniente do processo político a se enquadrar nesta descrição, argumentamos que o Movimento Sem Terra apresenta características específicas, que descreveremos abaixo enquanto contextos analíticos e que orientaram a escolha pelo MST enquanto estudo de caso conforme apresentámos na introdução a esta tese.

O primeiro elemento deste contexto analítico refere-se à entrada do MST na plataforma digital aqui analisada em período similar a entrada de presidentes eleitos na mesma. Lembramos então que Rousseff aderiu à plataforma Twitter em 2010 e o MST, em 2009. Sendo o nosso recorte de pesquisa o período referente à segunda década dos anos 2000s, fez-se importante a escolha de um caso como o MST, que começa a utilizar os novos media,

integrando-o no então novo modo de comunicação em rede, neste referido período, e tornando possível compreender as transformações que as tecnologias da comunicação refletiram na comunicação da terra narrada por atores dentro e fora do espectro político-económico hegemónico.

O segundo elemento contextual de análise refere-se às transformações no discurso e na *práxis* do próprio MST, tal como descrito no capítulo bibliográfico anterior. Sendo a questão agroecológica cara a essa tese, pela representação plural que faz da terra, analisar um caso como o MST nos permitiria observar essa transformação no âmbito interno da organização e as possíveis interações entre a construção da proposta de reforma agrária popular agroecológica pelo movimento e as transformações nas tecnologias de mediação citadas acima.

Por fim, sendo uma pesquisa que também pretende observar as interações entre os intervenientes analisados em ambos os momentos da investigação, a escolha pelo MST contribui para este objetivo. Tal como a revisão de literatura nos apresenta no capítulo anterior, a organização apresenta um histórico particular de relação com o Partido dos Trabalhadores, de Dilma Rousseff. E, tal como comentado acerca da decisão pela escolha do tema “terra” em nossa pesquisa, em investigações anteriores e paralelas realizadas sobre a comunicação de campanha de Jair Bolsonaro, observou-se um especial interesse do então candidato pelo Movimento Sem Terra.

Em suma, o desenho de estudo de caso aqui apresentado relaciona-se com estes três principais contextos analíticos, ou eixos de análise: i. as transformações nas tecnologias da comunicação e informação na comunicação política no Brasil; ii. a transformação no modelo de produção e relação com a terra a partir da reivindicação da agroecologia pelo MST; e iii. a transformação nos modos de operação da ideologia e dos projetos político-económicos explicitados nas campanhas presidenciais analisadas no primeiro momento desta pesquisa. Contextos a partir dos quais podemos mais uma vez estabelecer a relação entre os desenhos longitudinal e de estudo de caso – “frequentemente” relacionados, segundo Bryman (2012, p.71, tradução nossa) –, dado o especial interesse pelos processos de *transformação* na pesquisa aqui proposta.

Por fim, a escolha pelo MST como estudo de caso deste segundo momento de investigação reflete a orientação de Bryman (2012) sobre este desenho de pesquisa e a escolha por um caso exemplificativo que permita ao “pesquisador analisar processos sociais chave. Por exemplo, um investigador pode procurar aceder a uma organização porque se sabe que esta implementou uma nova tecnologia e quer saber qual foi o impacto dessa nova tecnologia” (p.70, tradução nossa). Levando isto em consideração, compreendemos também estas etapas investigativas enquanto primordialmente indutivas, i.e., hipóteses e inferências foram construídas a partir da análise dos dados empíricos recolhidos sobre o MST; e

abduativas, i.e., buscou-se um diálogo constante entre teoria e descrição dos dados empíricos, priorizando a perspectiva dos participantes da investigação. Neste caso, do MST enquanto interveniente coletivo e de nossos entrevistados enquanto intervenientes individuais.

A fim de desenvolver este segundo momento da investigação, duas diferentes etapas e métodos foram então sugeridos, uma Análise de Redes Semânticas e a análise de entrevistas semiestruturadas a coordenadores e ex-coordenadores nacionais do coletivo de comunicação do MST. Buscando triangulá-los sob a perspectiva de uma escolha metodológica que reflete uma “atitude pluralista” comum às investigações levadas adiante na área dos estudos dos movimentos sociais (della Porta, 2014, p. 2, tradução nossa), a análise de redes semânticas trouxe-nos os primeiros elementos – temas e hipóteses emergentes – que seriam aprofundados a partir das entrevistas qualitativas a integrantes da organização.

Neste sentido, a análise de redes semânticas se relaciona diretamente ao primeiro objetivo específico deste momento investigativo, i.e., descrever como a comunicação Sem Terra foi articulada no Twitter nos anos eleitorais analisados na primeira etapa desta investigação e como ali apresenta a sua proposta de Reforma Agrária Popular agroecológica frente aos projetos políticos que identificamos na fase anterior da investigação. Tem, portanto, por um lado, um cariz mais descritivo que a segunda etapa desta fase da pesquisa, mas, por outro, apresenta-se já deveras interpretativa (como veremos na subsecção abaixo).

Já a segunda etapa deste momento da investigação – as entrevistas semiestruturadas – propõe-se à compreensão das atribuições de sentido do movimento em relação aos diferentes media e a sua integração no modo de comunicação em rede, bem como a compreensão das suas escolhas estratégicas e das condicionantes enfrentadas pelo MST no atual contexto comunicacional. Tal como vimos a partir de nossos objetivos específicos.

Retornando o comentado na introdução deste capítulo, reitero ainda a opção pela teoria baseada nos dados (*grounded theory*) no desenho metodológico deste momento da investigação, levando em consideração que a análise do Movimento Sem Terra e a sua relação com os diferentes media suscitava um olhar aparte das pré-estabelecidas divisões teóricas existentes dentro da literatura sobre ativismo digital, conforme os tópicos expostos no capítulo anterior. É nesse sentido que ecoamos Mattoni (2014) acerca da sua decisão pela teoria fundamentada nos dados e pela análise das “práticas mediáticas” dos movimentos sociais, ao invés da análise de relações entre movimentos sociais e media específicos – seja da relação dos primeiros frente aos meios de comunicação de massa hegemônicos tradicionais, seja frente às novas tecnologias enquanto “instrumentos poderosos” (Ibidem, p.24, tradução nossa) para os intervenientes envolvidos nestas organizações, etc.:

em tempos de “convergência dos media” (Murray 2003; Jenkins 2006) e de “multiplicidade dos media” (Couldry 2012), estas clivagens faziam cada vez menos sentido quando se consideravam as mobilizações. Por isso, decidi que queria reconstruir e analisar as “práticas mediáticas” (Couldry 2004) ativistas desenvolvidas no contexto das mobilizações. (Ibidem).

É também nesse sentido que ambas as etapas desta segunda fase da investigação mantêm uma relação em que a coleta dos dados, a sua análise e a construção teórica se tornam processos mutuamente conectados, sem que a revisão teórica sobre os temas colocados seja negligenciada (Mattoni, 2014). Mais uma vez reiterando a lógica abdutiva também já comentada na introdução deste capítulo: “este processo circular de investigação é particularmente importante na teoria fundamentada nos dados, na qual é geralmente mais evidente e explícito do que noutras estratégias de investigação qualitativa” (Mattoni, 2014, p.28, tradução nossa).

Ainda sobre a relação entre ambas as etapas desta fase da pesquisa, salientamos também o cuidado que buscamos ter ao longo do processo investigativo de não negligenciar a importância da triangulação entre o ‘online’ e o ‘offline’ nos estudos da “ecologia mediática” (Mattoni, 2017) dos movimentos sociais. Movimento este que encontra eco na já mencionada abordagem da etnografia digital de Pink et al. (2016) e Lane (2016).

Veremos mais detalhadamente cada uma destas etapas nas subseções seguintes.

3.3.1. Análise de Redes Semânticas

Para o desenvolvimento desta etapa de investigação, tal como para a análise de conteúdo, contou-se com a ajuda do MediaLab/ CIES-Iscte, na figura do investigador Décio Telo, para a recolha dos *tweets* da conta @MST_Oficial referente ao mesmo período aplicado às contas de Rousseff e Bolsonaro, i.e., do dia 1º dia de janeiro de cada ano eleitoral até a data da segunda volta das presidenciais – em prol de uma isonomia investigativa com o primeiro momento da pesquisa. Esta recolha também foi realizada através do projeto de código aberto *Twint* (linguagem *Python*).

As publicações recolhidas foram então computacionalmente processadas em nós e arestas com o auxílio do investigador Nuno Palma, em que os nós se referiam às 100 primeiras palavras por ordem crescente de frequência e, as arestas, à coocorrência de dois termos em um mesmo tweet. Ainda sobre os nós de nossa rede, estes se referiam apenas a substantivos, verbos, adjetivos, advérbios, pronomes pessoais e possessivos, tendo sido excluídas outras classes de palavras – preposições, conjunções, numerais, pronomes demonstrativos, indefinidos, etc. Em relação às arestas, quanto maior o número de publicações com a mesma coocorrência, maior o peso da aresta.

Por fim, a visualização das redes semânticas formadas por esses nós e arestas foi feita através do software – também de código aberto – *Gephi*. Nos grafos que optamos por apresentar na tese (*grafos 1, 2 e 3*) os nós de maior dimensão representam as palavras com maior “grau de centralidade”, i.e., que apresentavam um maior número de conexões com outras palavras (Segev, 2022). Os nós de maior grau de centralidade foram, assim, representados por esferas maiores, diminuindo conforme também diminuía a centralidade do

termo no conjunto de publicações analisadas. As ligações entre nós mais espessas e com tons mais escuros ou afiladas e com tons mais claros representavam, por sua vez, o peso de cada aresta, i.e., as duplas de palavras com maior coocorrência no conjunto de dados recolhidos e as com menor coocorrência, respetivamente. Já a paleta de cores utilizada em cada grafo refere-se aos diferentes agrupamentos ou *clusters* encontrados em cada ano, medido no *Gephi* a partir da modularidade *Louvain*¹²⁹, que por sua vez reconhece os diferentes grupos a partir da “densidade de ligações internas às comunidades [de palavras]” (Segev, 2022, p. 22, tradução nossa).

Correspondentemente, os principais elementos estatísticos que levámos em conta em nossa análise foram a média do grau de centralidade, a densidade do grafo, relacionada a media do coeficiente de agrupamento dos nós e a sua modularidade, expostos na *tabela 20*.

Em termos de layout algorítmico para a visualização das redes, demos preferência pelo *ForceAtlas 2*, que, segundo os seus desenvolvedores:

se trata de um layout direcionado por forças: simula um sistema físico para espacializar uma rede. Os nós se repelem uns aos outros como partículas carregadas, enquanto as arestas atraem os seus nós, como molas. Estas forças criam um movimento que converge para um estado de equilíbrio. Espera-se que esta configuração final ajude a interpretação dos dados. (Jacomy et al, 2014, p. 2, grifo nosso, tradução nossa).

Por fim, no software *Gephi*, no dispositivo “Visão geral” do programa, também é possível observar individualmente cada nó e as relações semânticas específicas estabelecidas por este nó (conforme exemplo exposto na *figura 2*). Na secção “Laboratório de dados” também é possível observar com maior precisão o ranking do grau de centralidade de cada palavra (exemplo na *figura 3*) e do peso de cada ligação, i.e., da repetição de coocorrências entre termos (*figura 4*). A partir deste último, destacamos a importância de observar “os caminhos predominantes entre as palavras, que podem revelar as principais narrativas que aparecem no texto” (Segev, 2022, p.22, tradução nossa). A análise realizada tem, portanto, como base não somente os grafos representados nos capítulos seguintes, mas também as secções “Laboratório de dados” e “Visão geral”, disponibilizados pelo software.

¹²⁹ Disponível em: https://gephi.org/tutorials/gephi-tutorial-quick_start.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.

Figura 2. Janela de visualização “Visão geral” do Gephi – nó epicentral: “agronegócio”

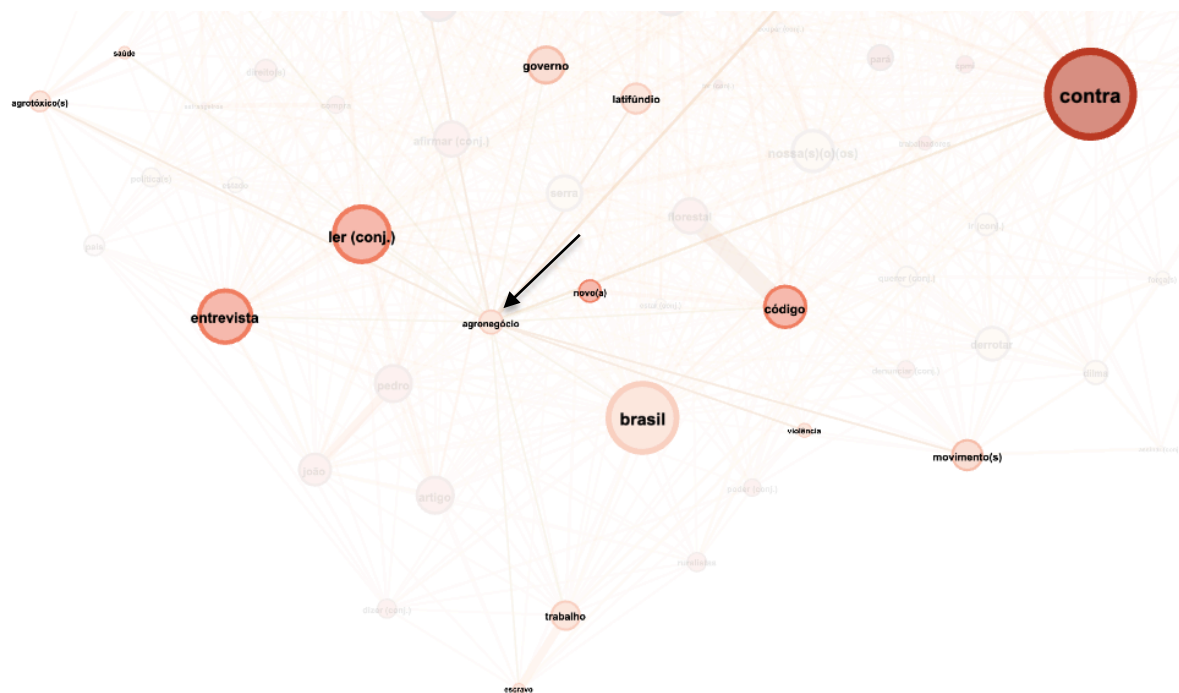


Figura 3. Janela de visualização “Laboratório de dados” do Gephi - nós

Data Table													
Nodes	Edges	Configuration											
Id	Label	Interval	frequency	Eccentricity	Closeness Centrality	Harmonic Closeness Centrality	Betweenness Centrality	Modularity Class	Clustering Coefficient	Number of triangles	Degree		
mst	mst		235	2.0	0.819672	0.89	575.06951	4	0.243423	731	78		
reforma	reforma		130	2.0	0.8	0.875	425.95539	2	0.253694	704	75		
agrária	agrária		115	2.0	0.740741	0.825	293.109424	2	0.275962	574	65		
contra	contra		71	2.0	0.699301	0.785	310.133532	4	0.251188	402	57		
não	não		66	2.0	0.653595	0.735	142.978786	2	0.324699	351	47		
brasil	brasil		55	2.0	0.649351	0.73	174.549349	1	0.287923	298	46		
veja	ver (conj.)		57	2.0	0.645161	0.725	134.296066	4	0.336364	333	45		
terra	terra(s)		111	2.0	0.628931	0.705	105.177795	0	0.364634	299	41		
leia	ler (conj.)		33	2.0	0.617284	0.69	84.48226	0	0.376956	265	38		
vídeo	vídeo		81	2.0	0.613497	0.685	71.908963	4	0.373874	249	37		
entrevista	entrevista		47	2.0	0.609756	0.68	77.412716	0	0.342857	216	36		
nacional	nacional		30	2.0	0.609756	0.68	73.357036	4	0.368254	232	36		
ato	ato		35	2.0	0.591716	0.655	40.838962	4	0.43871	204	31		
rio	rio		18	3.0	0.588235	0.653333	72.672104	2	0.337634	157	31		
luta	luta(s)		52	2.0	0.588235	0.65	38.140708	2	0.43908	191	30		
código	código		52	2.0	0.584795	0.645	37.856157	0	0.450739	183	29		
rt	rt		37	2.0	0.584795	0.645	37.327684	2	0.359606	146	29		
nossa	nossa(s)(o)(as)		48	2.0	0.584795	0.645	32.788943	3	0.460591	187	29		
anos	anos		40	2.0	0.578035	0.635	38.25964	4	0.472934	166	27		
pedro	pedro		27	2.0	0.574713	0.63	28.704109	0	0.486154	158	26		
artigo	artigo		26	2.0	0.574713	0.63	35.916247	0	0.4	130	26		
governo	governo		23	2.0	0.574713	0.63	58.398945	3	0.383077	118	26		
florestal	florestal		41	2.0	0.571429	0.625	25.462198	0	0.483333	145	25		
serra	serra		33	2.0	0.571429	0.625	37.713869	3	0.413333	124	25		
afirma	afirmar (conj.)		30	2.0	0.571429	0.625	54.611529	0	0.433333	103	25		
apoio	apoio		29	2.0	0.571429	0.625	30.646093	4	0.473333	142	25		
campo	campo		23	3.0	0.568182	0.623333	35.045385	2	0.39	117	25		
grande	grande(s)		21	3.0	0.564972	0.621667	27.80233	2	0.436867	131	25		
fazem	fazer (conj.)		57	3.0	0.564972	0.618333	38.90177	4	0.394928	109	24		
derrotar	derrotar		17	2.0	0.568182	0.62	24.379654	3	0.442029	122	24		

Figura 4. Janela de visualização “Laboratório de dados” do Gephi – arestas

Source	Target	Type	Id	Label	Interval	Weight
reforma	agrária	Undirected	17			89.0
código	florestal	Undirected	154			41.0
mst	reforma	Undirected	3435			21.0
via	campesina	Undirected	57			18.0
joão	pedro	Undirected	1005			18.0
trabalho	escravo	Undirected	160			17.0
reforma	luta	Undirected	1442			13.0
reforma	não	Undirected	1455			13.0
mst	ocupa	Undirected	777			12.0
agrária	mst	Undirected	1788			12.0
video-	mst	Undirected	3279			12.0
limite	propriedade	Undirected	1810			11.0
video-	veja	Undirected	3933			11.0
entidades	ato	Undirected	70			10.0
eu	apóio	Undirected	1014			10.0
saúde	agrotóxicos	Undirected	1540			10.0
fazem	ato	Undirected	1628			10.0
veja	mst	Undirected	3305			10.0
contra	mst	Undirected	284			9.0
agrária	não	Undirected	1462			9.0
rt	não	Undirected	1477			9.0
mst	anos	Undirected	4290			9.0
contra	código	Undirected	150			8.0
mst	encontro	Undirected	292			8.0
ato	contra	Undirected	300			8.0
ato	mst	Undirected	301			8.0
mst	promove	Undirected	504			8.0
contra	reforma	Undirected	564			8.0
contra	agrária	Undirected	565			8.0
mst	latifúndio	Undirected	778			8.0

Estas etapas aqui elencadas, por fim, seguem uma proposta simplificada da encontrada em Elad Segev (2022), na introdução e manual de condução da ARS do livro “*Semantic Network Analysis in Social Sciences*”, para quem o método possibilita a leitura de uma grande quantidade de dados, de especial importância na contemporaneidade, em que se faz crucial a possibilidade de análise dos chamados *big data*. Para Segev (2022), o método tem como principal objetivo mapear temáticas e vieses contidos em notícias, publicações online, trabalhos acadêmicos, etc., “e compreender como eles se relacionam entre si, antes de conduzir uma análise quantitativa ou qualitativa mais aprofundada” (p.3). É também com esta perspectiva que a proposta desta pesquisa previu a condução de entrevistas semiestruturadas seguida de análise qualitativa das mesmas após a análise das redes semânticas aqui discutida.

Para o mesmo autor, em análises como esta que apresentamos aqui, é preciso mapear os fluxos de comunicação e o conteúdo da interação, revelando a importância da análise das redes de palavras – que, em suma, constitui a análise de redes semânticas. Voltando-nos à abordagem estratégica interacionista (Jasper, 2015a) que discurremos no capítulo anterior, reforçamos o porquê da escolha deste método enquanto ponto de partida para a análise do Movimento Sem Terra, dado o seu cariz inerentemente interacionista. Nesse âmbito e relacionando-o aos objetivos desta fase da investigação, apoiamo-nos no que Segev (2022) nos salienta: “o estudo da *escolha* das palavras, das suas combinações únicas e dos seus contextos pode (...) ajudar-nos a desvendar significados e desejos ocultos” (p.2, tradução nossa, grifo nosso).

Voltando-nos para a teoria e história da análise de redes semânticas a partir de Doerfel (1998), este método se insere dentro do campo das análises de redes de significado, junto a outros dois tipos de análise de redes: interpretativas (que conjuga a análise de conteúdo tradicional) e atitudinais (que elabora redes a partir de respostas a questionários fechados). Consideramos importante discutir aqui – tal como Segev (2022) também o faz – a diferença e consequente prós e contras da opção da análise de redes semânticas em relação às demais, em especial à análise de conteúdo, dada as características particulares de nosso segundo momento de investigação – a comunicação Sem Terra:

O ponto forte da análise de conteúdo tradicional é o facto de os codificadores serem capazes de captar a valência das respostas. No entanto, o seu defeito é que a “riqueza dos dados” e a “multiplicidade de significados” são reduzidas a algumas categorias. (Doerfel, 1998, p. 21, tradução nossa).

Neste sentido, entendemos importante a realização desta etapa enquanto processo em que os tópicos emergentes da análise (e.g. ‘novo código florestal’ em 2010 ou ‘mulheres’ em 2018) não se encerram em categorias analíticas fechadas, ainda que os contextos analíticos previamente comentados tenham tido relevância durante o processo de interpretação da rede formada (e.g. o projeto de reforma agrária popular da organização, os diferentes media utilizados pelo MST, e os diferentes candidatos envolvidos nas campanhas presidenciais de cada ano eleitoral). Argumentamos, por fim, que este processo interpretativo deixa em aberto a possibilidade de melhor compreender estes tópicos surgidos na ARS a partir das considerações de nossos interlocutores durante a etapa posterior de análise, nas entrevistas a coordenadores nacionais da organização, posicionando-nos, assim, de forma mais aberta às interpretações e considerações do sujeito coletivo que investigamos neste trabalho. Ainda de acordo com esta lógica, Segev (2022) complementa:

Ao contrário das análises de conteúdo qualitativas e quantitativas tradicionais, os temas e tópicos emergentes são posicionados num continuum com uma relação clara entre si, e não como unidades isoladas. Desta forma, a análise de redes semânticas proporciona uma ponte entre os métodos quantitativos e qualitativos (Danowski, 1993). (p.7, tradução nossa).

Da mesma forma, nesta etapa surgem hipóteses, outra das funções deste método elencadas por Segev (2022), que também buscamos explorar na etapa de pesquisa seguinte. Assim, entendemos que o trabalho de análise realizado na ARS se dá também de forma complementar e instrumental para a condução e análise das entrevistas a ser discutida na subsecção abaixo. Seguimos, assim, a lógica de Drieger (2013): “[a] análise da estrutura de uma rede permite obter uma *visão topológica*. Esta visão geral pode ser utilizada como ponto de partida para a *exploração e navegação pormenorizadas* sobre um determinado ponto de interesse” (p.12, tradução nossa, grifo no original).

Por fim, o desenho de investigação aqui proposto, que combina a ARS e entrevistas semiestruturadas, inspira-se na pesquisa conduzida por Lokot e Boichak (2023) acerca das mobilizações transnacionais em torno dos protestos Euromaiden na Ucrânia em 2014. Outras

investigações no campo de estudo dos movimentos sociais também foram importantes neste contexto, ainda que apresentando divergências da proposta desta pesquisa.

Diversas investigações nesta área, em especial a partir dos protestos que, como discutido no capítulo anterior, representam o que Bennet e Sergerberg (2015) chamaram de lógica conectiva nos movimentos sociais – por exemplo, os diversos movimentos reunidos na chamada Primavera Árabe e *Occupies* – debruçaram-se sobre o método de Análise de Redes Sociais, tais como Tremayne (2014) acerca do movimento *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos da América e Ogan e Varol (2016) sobre os protestos em torno do *Gezi Park* na Turquia. Este último, bem como Wang e Caskey (2016) acerca da *hashtag #OccupyWallStreet* durante os protestos de mesmo nome decorridos em 2011 em Nova Iorque, desenvolveram ainda, combinada à análise de redes sociais, uma análise de conteúdo sobre o material recolhido.

A Análise de Redes Sociais, método consolidado nos estudos dos movimentos sociais e que toma proeminência nos últimos anos com o desenvolvimento das novas tecnologias da comunicação e de softwares específicos para este tipo de pesquisa (Krinsky e Crossley, 2014), é de fundamental importância para revelar as estruturas de poder e a forma como as comunidades online funcionam (e.g. quem são os atores influenciadores primários, transmissores, influenciadores ocultos, etc. – cf. Tremayne, 2014). Mas é a partir da Análise de Redes Semânticas que se faz possível compreender as estruturas, significados e vieses contidos nos textos produzidos pelos atores sob análise (Segev, 2022). Motivo pelo qual decidimo-nos, na impossibilidade de empregar ambas as metodologias (em função do tempo e de recursos desta pesquisa), pela segunda.

Sobre este ponto, ainda Segundo Krinsky e Crossley (2014),

[a] forma como uma rede “funciona” e os seus efeitos dependem, em grande parte, do conteúdo das interações (laços) dos seus membros. Além disso, como vários autores argumentaram, a teoria dos grafos e/ou métodos estatísticos da ARS [Análise de Redes Sociais] captam apenas um aspeto das redes e do seu alcance, não se envolvendo suficientemente com questões de significado e identidade, sendo assim necessário utilizar também métodos qualitativos, numa estratégia de métodos mistos (Crossley, 2010; Edwards, 2009; Emirbayer & Goodwin, 1994; Mische, 2003). (p.3, tradução nossa).

É nesse âmbito que compreendemos a Análise de Redes Semânticas enquanto método mais alinhado ao que pretendemos nessa investigação. Ainda que, tal como a Análise de Redes Sociais, dependa da complementaridade das entrevistas realizadas.

Neste sentido, esta etapa de nossa investigação dialoga de forma mais próxima – em termos metodológicos – com a proposta de Xiong, Cho e Boatwright (2019) que buscam, através da ARS, “compreender como as ideias feministas, significados, e narrativas são moldados nas redes virtuais” (p.3, tradução nossa) do movimento *#MeToo*. Isto, uma vez que o nosso principal interesse, nesta etapa da investigação, é também a descrição da

comunicação do MST, os significados do termo ‘terra’ e da questão agrária para a organização e as narrativas formatadas em cada ano eleitoral sob análise.

Compreendemos, porém, os limites desta etapa de pesquisa e os benefícios que uma análise de conteúdo aplicada diretamente aos tweets recolhidos poderiam ter para a complementaridade desta pesquisa (metodologia que difere, destaco, da análise de redes interpretativas mencionada acima). Mais uma vez, entretanto, a impossibilidade de realizar a AC sobre uma amostra mínima representativa (n=222 em 2010; n=211 em 2014; e n=253 em 2018¹³⁰) dado o volume de tweets apresentados em cada período de análise (1.224, 946 e 3.746, respectivamente) e a escolha, pelos motivos expostos a seguir, pela realização de entrevistas semiestruturadas a militantes do Setor de Comunicação da organização, levaram-nos a abdicar deste método.

Destaco, assim, enquanto pesquisas que desenvolveram metodologia similar a esta etapa da investigação, a já comentada Análise de Redes Semânticas de Xiong, Cho e Boatwright (2019) acerca do movimento *#MeToo*; a investigação de Suitner et al. (2022) sobre o movimento *Fridays For Future*, cujo trabalho de recolha de dados se deu em torno de *hashtags* relacionadas à questão climática em 2017, 2018 e 2019; a pesquisa de Mikhailova e Gradoselskaya (2019) sobre a representação semântica de *ingroups* e *outgroups* no movimento lésbico-feminista russo a partir da construção de redes de palavras relacionadas aos pronomes “nós” e “eles”; o trabalho de Eddington (2018) a partir do slogan “*Make America Great Again*”, cuja construção da rede também se fez a partir da *hashtag* homônima ao movimento; e a investigação de Xi, Chen e Zhang (2022) acerca das estruturas identitárias refletidas nos tweets de cidadãos de Hong Kong e a sua transformação durante os protestos de 2019-2020.

Partindo do mesmo método – a Análise de Redes Semânticas –, saliento, então, as diferenças empregadas nesta investigação, dada a já comentada lógica de pesquisa fundamentada nos dados (*grounded theory*) deste trabalho e as características próprias do Movimento Sem Terra – se colocadas em perspectiva frente aos movimentos elencados nas investigações supracitadas.

Assim, apesar de atentar à utilização de *hashtags*¹³¹, a recolha de dados nesta pesquisa não parte desta funcionalidade da plataforma, mas de todo o conteúdo publicizado pelo Movimento Sem Terra, possibilitando a observância dos direcionamentos (“@”), *hashtags* (“#”) e da rede de palavras totais empregadas pelo MST. Tampouco construímos as redes de

¹³⁰ Com uma taxa de confiabilidade de 90% e margem de erro de 5%, baseado na calculadora de tamanho de amostra online Qualtrics. Disponível em: <https://www.qualtrics.com/pt-br/gestao-de-experiencia/pesquisa-de-mercado/determine-sample-size/>.

¹³¹ Pela funcionalidade própria das *hashtags*, as questões que envolviam a sua utilização foram, assim, as primeiras que, de forma bem sucedida, aplicaram a Análise de Redes Semânticas à área de estudo dos movimentos sociais (Mikhailova e Gradoselskaya (2019).

análise a partir de *ingroups* e *outgroups* dentro do Twitter da organização, em que estas dinâmicas, se identificáveis, partiriam de sua rede total de palavras. Por último, apesar da já discutida questão da porosidade de fronteiras, a intenção desta investigação se dá pelo detalhamento e compreensão das questões relacionadas à terra no período analisado a partir de um estudo de caso exemplificativo de grupos que têm interesses pluralistas no diálogo com os discursos hegemônicos analisados no primeiro momento desta pesquisa. Assim, as redes analisadas são então formadas a partir de um interveniente específico, i.e., da página oficial do Movimento Sem Terra. E não a partir de uma premissa – e.g. polarização do discurso (como em Mikhailova e Gradoselskaya, 2019); funcionalidade – e.g. hashtags (como em Suitner et al., 2022); ou região (como em Xi, Chen e Zhang, 2022) – e.g. Brasil¹³².

Por fim, da já comentada Análise de Redes Sociais, reitero a importância que algumas das dimensões observadas através do método (Krinsky e Crossley, 2014) têm, também, para a Análise de Redes Semânticas aqui empregada. Assim, é através da ARS que algumas primeiras impressões sobre a centralidade de temas, reivindicações, repertórios, eventos e intervenientes (representados pelas menções '@'); e a densidade da integração entre os diferentes significantes presentes nas redes buscaram ser observados na comunicação do MST. Impressões essas que buscamos aprofundar através das entrevistas semiestruturadas comentadas abaixo.

3.3.2. Entrevistas semiestruturadas

Apresentamos, assim, a última etapa desta investigação, o emprego e análise de entrevistas semiestruturadas, que buscou compreender quais as atribuições de sentido destinadas aos novos media pela comunicação Sem Terra e quais as estratégias¹³³ de comunicação do MST empregadas no período concernente a esta pesquisa, a segunda década dos anos 2000.

A escolha por entrevistas semiestruturadas segue a lógica comentada na subseção acima sobre a ARS, buscando manter uma maior abertura frente ao que nossos entrevistados considerassem mais importante aprofundar, de forma que categorias, conceitos e teorias pudessem, também, emergir dos dados recolhidos (Blee e Taylor, 2002; Bryman, 2012). Nesse sentido, como comentado na introdução desta seção, nessa fase da pesquisa também se destaca a abordagem da teoria fundamentada nos dados (Bryman, 2012; Mattoni, 2014).

Levando em consideração a proposta desta pesquisa em detalhar a transformação nos processos comunicativos do Movimento Sem Terra, interrelacionando-a às transformações

¹³² A pesquisa de Xi, Chen e Zhang (2022) lança luz, entretanto, a um importante aspecto a ser observado em pesquisas futuras – como a população do país, de uma forma geral, “cocria” (para utilizar o conceito empregado por Xiong, Cho e Boatwright [2019]) significados acerca da questão da terra no Brasil ou mesmo acerca da organização de movimento sob análise nesta tese. Trata-se, porém, de objetivos de pesquisa que vão além do escopo desta investigação.

¹³³ Considerando as escolhas e restrições elaboradas no capítulo anterior.

no modo de produção reivindicado pela organização e nas mudanças político-conjunturais do país, a partir também da *atribuição de sentido* que seus integrantes-dirigentes davam e dão aos diferentes media, consideramos então importante a condução de entrevistas semiestruturadas em profundidade. Segundo della Porta (2014), “entrevistas em profundidade são preferíveis, especialmente quando o investigador pretende fazer uma descrição pormenorizada: é dada atenção ao processo e é dado interesse às *interpretações que os entrevistados dão do próprio processo*” (pp. 228-9, tradução nossa, grifo nosso).

Já Blee e Taylor (2002) mostram como as “entrevistas semiestruturadas são capazes de fornecer uma perspectiva *longitudinal* ao ativismo dos movimentos sociais” (p.95, tradução nossa, grifo no original) e, assim, sondar complexidades presentes nas relações de causa e efeito. Entendemos, então, que entrevistas semiestruturadas possibilitam também a captura do ritmo de utilização e integração (e os seus motivos) dos diferentes media ao longo do tempo dentro da organização sob análise. Dado o cariz longitudinal desta pesquisa, que busca a compreensão destes processos ao longo da segunda década do século XXI, entendemos, portanto, importante a condução deste tipo de entrevistas.

A partir de Blee e Taylor (2002) e Blee (2013) observamos quatro principais tipos de entrevistas semiestruturadas: história oral, história de vida, entrevistas com informantes-chave e grupos focais. Utilizamos nesta tese elementos relativos aos três primeiros tipos. Se elementos concernentes às entrevistas com informantes-chave buscavam a compreensão das estratégias e modos de organização do MST no que diz respeito à sua comunicação, elementos relativos à história oral (como os entrevistados recontavam fatos políticos importantes do período analisado) e à história de vida dos entrevistados (e.g. primeira interação destes com o elemento ‘terra’ ou com o Twitter) buscavam a compreensão destas transformações a partir da perspectiva destes mesmos informantes-chaves. Interlocutores estes que não só possuem ou possuíam um papel importante nos setores dirigentes da comunicação do MST, mas que são, em sua maioria, provenientes da base social da organização.

Buscámos, assim, a compreensão das escolhas estratégicas e constrangimentos enfrentados pela organização, bem como a atribuição de sentido dada aos diferentes modelos comunicacionais a partir das explicações de seus integrantes, que, ao também recontarem parte¹³⁴ de suas histórias de vida e de momentos políticos importantes da década analisada, lançam luz aos processos de transformação pelos quais o MST passou nesse período.

Neste sentido, decidiu-se por entrevistar, para esta tese, atuais e ex-integrantes do Setor Nacional de Comunicação do MST, uma vez que compreendemos que estes abrangeriam

¹³⁴ Conforme ficará claro na descrição do guião de entrevistas preparado para esta investigação, as perguntas buscaram se inspirar no método da história de vida, mas não se propunha, pelo cariz desta investigação e constrangimentos de tempo desta pesquisa, a recontar toda a história de nossos entrevistados. Havia, assim, uma maior interferência da entrevistadora a fim de que pontos-chave concernentes à pesquisa fossem privilegiados.

aspectos relacionados à vivência de base no Movimento Sem Terra e, ao mesmo tempo, estariam aptos a relatar questões relacionadas às decisões estratégicas do mesmo, incluindo aspectos da comunicação interna e externa da organização.

A seleção de entrevistados para esta investigação levou em consideração o cariz longitudinal do trabalho – pelo que seria importante haver pelo menos um informante-chave de cada um dos períodos de nossa pesquisa (integrantes à frente da Coordenação Nacional do Setor de Comunicação no início da década de 2010, meados e finais da década) – e se deu a partir do método “bola de neve” (della Porta, 2014; Mattoni, 2014), em processo que descrevemos a seguir.

Em primeiro lugar, foi estabelecido contacto com a militante e coordenadora nacional do Setor de Cultura do MST ‘A.’, cujo nome havia sido sugerido por uma pesquisadora do Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa e por um jornalista e produtor cultural, cuja instituição (em Guimarães, Portugal) havia recentemente exibido o filme Chão (Camila Freitas, 2019) – obra que conta a história da formação de um dos acampamentos do MST e seus desdobramentos no ano do golpe parlamentar contra Rousseff, em 2016¹³⁵.

Para esta conversa inicial foi preparado um documento explicativo desta investigação e em abril de 2023 foi realizada uma videochamada através do aplicativo WhatsApp para que eu melhor pudesse apresentar a mim e a pesquisa à organização. Após esta primeira conversa, A. introduziu-me a três integrantes do MST: o historiador e coordenador nacional do Setor de Comunicação no início dos anos 2010, ‘B.’ – segundo minha interlocutora, fundamental dado o traço longitudinal de meu projeto; o então atual coordenador nacional de comunicação do MST e que também havia estado à frente do Setor no final dos anos 2010, ‘C.’; e o então atual coordenador nacional da Redação da organização, ‘D.’.

A partir destas primeiras entrevistas, outros contactos foram então sendo apresentados até que entendemos haver um ideal representativo da coordenação de comunicação da organização e compreendemos que as entrevistas já não nos traziam novos elementos (no que diz respeito aos nossos objetivos de pesquisa), atingindo o chamado ponto de saturação teórica desta etapa de pesquisa. Levando em consideração a lógica abductiva de pesquisa em movimentos sociais (della Porta, 2014; Mattoni, 2014), percebeu-se que essa estratégia era a que melhor funcionava durante o processo de entrevistas: um entrevistado, ao responder determinada questão, ou ao ser confrontado com algo que dizia não se lembrar, sugeria quem o poderia fazer por ter um papel de destaque naquele momento. Questões que vinham à tona (ou não), portanto, em determinadas entrevistas acabavam por determinar o entrevistado seguinte.

¹³⁵ Para além da decisão pelo anonimato de todos os entrevistados nesta investigação, demos preferência por não informar os nomes das outras pessoas envolvidas diretamente com esses contactos.

Foram então conduzidas e analisadas 8 entrevistas, para além da conversa inicial com A. Com os três interlocutores acima referidos; com um dos integrantes que acompanhou a entrada do MST nas redes e media sociais digitais entre 2009 e 2010 e fez parte da coordenação da Campanha Lula Livre de 2019, 'E.'; com uma das integrantes à frente da Brigada de Audiovisual Eduardo Coutinho e parte do Setor Nacional de Comunicação durante o período de nossa pesquisa, 'F.'; com a responsável pela Frente de Tecnologia da Informação (Frente de TI) do MST, dos anos 1990 até então, 'G.'; e com outras duas militantes que passaram pela coordenação do Setor Nacional de Comunicação do MST ao longo do período de nossa investigação, 'H.' e 'I.'.

Para esta etapa de análise foi então elaborado um guião de entrevista (*apêndice 4*)¹³⁶, que aqui descrevemos a partir de três principais blocos de perguntas, para além do convencional questionário sociodemográfico: um primeiro, em que se sobressai a inspiração no método da história de vida; um segundo referente a perguntas mais diretas acerca das estratégias de comunicação da organização – mas que também devem ser analisadas, em parte, à luz das questões relacionadas às memórias individuais e coletiva dos entrevistados; e um terceiro, relacionado aos três marcos temporais desta investigação – os anos referente às presidenciais de 2010, 2014 e 2018 –, e que, por isso, também exige esta atenção dada a construção das memórias, tal como o método da história oral o faz.

O primeiro bloco foi dividido, por sua vez, em três sub-blocos: um primeiro com perguntas acerca da relação do entrevistado com a terra – em termos agrícolas e afetivos; um segundo acerca da relação do entrevistado com o MST e outros intervenientes coletivos; e um terceiro acerca das práticas mediáticas, que dividi ainda em 'individuais' e 'coletivas' dos entrevistados e do MST, respetivamente.

O primeiro sub-bloco buscou compreender aspetos relacionados à implementação gradual do projeto da reforma agrária popular agroecológica pelo MST e ao critério da diversidade de modos de se relacionar com a terra para os entrevistados em particular e para a organização em geral, enquanto interveniente coletivo. Do segundo sub-bloco, buscou-se compreender aspetos relacionados à trajetória de nossos entrevistados no Movimento Sem Terra e em seu Setor de Comunicação – observando as suas transformações ao longo da década estudada –, bem como aspetos relacionados à porosidade de fronteiras entre intervenientes coletivos diferentes, incluindo o MST, conforme elaborado no capítulo anterior. Do terceiro, procurámos traçar um perfil das práticas mediáticas dos entrevistados para que depois pudéssemos relacioná-las às práticas mediáticas do próprio MST enquanto interveniente coletivo.

¹³⁶ O guião foi adaptado para os diferentes entrevistados, levando em consideração o período em que estiveram à frente da coordenação de comunicação da organização; a função que haviam exercido ou exerciam no momento da condução das entrevistas; questões suscitadas em entrevistas anteriores, etc.

No segundo bloco, perguntas mais diretas foram colocadas sobre a forma como o MST organiza, pauta e constrói a sua comunicação, tanto a direcionada aos seus próprios militantes, quanto a intervenientes terceiros. Visava, assim, compreender as escolhas estratégicas para a comunicação do MST, pensadas a partir da abordagem estratégica interacionista desenvolvida acima, tendo como referência Jasper e Duyvendak (2015a) e as críticas à abordagem comentadas no capítulo anterior.

Neste bloco, buscou-se, então, a partir da ideia de intervenientes e arenas, compreender o papel das assembleias, congressos e encontros do MST para a comunicação da organização; compreender quem pauta e organiza as decisões acerca da comunicação Sem Terra; em que instância – local, regional e nacional – cada decisão é tomada; compreender se há uma orientação geral acerca de quais media específicos devem ser utilizados enquanto meios de comunicação e de informação por assentados e acampados; compreender se existem e quais são as orientações centrais para os produtores de conteúdo da organização; e, ao fim, compreender estas questões também à luz da história oral e da relação entre as diferentes fases de desenvolvimento das tecnologias da comunicação e da trajetória política da organização (e.g. quando do surgimento do MST; da relação deste com os movimentos pela justiça global entre os anos 1990 e 2000 no início da utilização da internet por movimentos sociais; da interação entre a organização e outros coletivos de media independente depois do advento das redes sociais digitais; etc.)¹³⁷.

Ainda neste segundo bloco de perguntas, abordou-se especificamente o Twitter, a fim de auxiliar no diálogo com a etapa anterior da ARS, buscando compreender se e como as transformações na arquitetura e nos mecanismos do Twitter ao longo da década analisada influenciaram na comunicação da organização e entender as transformações nas atribuições de sentido que esta plataforma tem para o MST. De forma geral, buscamos compreender quais atributos da plataforma eram utilizados pelo movimento, com qual objetivo, direcionado a qual público e qual o sentido que têm para um coletivo como o MST. De forma mais específica, buscou também focar em aspetos relacionados à utilização e restrições provocadas pelas estruturas algorítmicas deste media dentro do contexto de mediatização profunda da comunicação contemporânea (Couldry e Hepp, 2017) e entender o que isto hoje significa para a comunicação da organização.

Por fim, no terceiro e último bloco comentado, para cada ano eleitoral central para esta pesquisa, também em diálogo com a etapa anterior da ARS, uma série de perguntas foram colocadas a fim de compreender a ênfase em determinados assuntos e as reações afetivas a esses tópicos, explorando hipóteses e concepções extraídas da etapa de pesquisa anterior.

¹³⁷ I.e., também as fases que precederam nosso recorte temporal, tendo em vista a sua contextualização.

Chamamos a atenção, portanto, transversal a todos os blocos, e essencial para o primeiro conjunto de perguntas, para os métodos da história de vida e da história oral e a observância que estes implicam da noção de memória, enquanto propiciadora do cruzar do individual com o coletivo (de Oliveira, 2010), conjugando experiências individuais e histórias de vida com o contexto político, social e cultural de cada período sob análise.

Retomamos aqui que esta tese adota a perspectiva de que as escolhas estratégicas de comunicação da organização passam pela intersecção das interações entre intervenientes (individuais e coletivos), experiências anteriores destes intervenientes e legados sistêmicos refletidos nestas interações. Por isso, argumentamos que a história oral e a intersecção entre histórias de vida e contextos sociopolíticos que aquela possibilita contribuem nesta investigação para a compreensão dos processos de transformação nas escolhas e constrangimentos enfrentados pelo interveniente coletivo MST no que diz respeito à mobilização dos diferentes atributos da comunicação em rede para o projeto de autonomia coletiva do movimento.

Nesse âmbito, Portelli (1997) também chama a atenção para aspetos dessa orientação metodológica e a sua relação com a construção de significados, outro dos interesses desse segundo momento da investigação: os sentidos atribuídos aos diferentes meios de comunicação pelo MST. O autor ressalta que as fontes orais contam “menos sobre eventos que sobre significados” (p.31), possibilitando a análise não apenas de fatos, mas as vontades e as crenças dos sujeitos envolvidos na pesquisa sobre determinado assunto.

Ainda sobre a relação entre história oral e memória, Portelli (1997) chama também a atenção para o que é descrito como “distorção da memória imperfeita” (p.33), mas que defende não ser uma característica apenas das fontes orais, mas também das “tradicionais” fontes escritas – documentos, discursos de lideranças políticas, etc. Sob essa lógica, consideramos ainda importante reiterar aqui o argumento do autor de que tais fontes não existem separadamente: fontes escritas podem estar baseadas na oralidade e fontes orais estão saturadas da palavra escrita. Assim, para Portelli (1997), a utilidade deste método não está tanto na preservação do passado, mas na compreensão do sentido que este tem, construído na memória e percepção de nossos interlocutores, e que nos auxilia, por sua vez, na compreensão da comunicação Sem Terra feita nos dias atuais.

Ainda sobre a questão da memória presente neste método, Oliveira (2010) salienta que é preciso ter atenção “aquilo que tem sido chamado o ‘handicap do a posteriori’, o conhecimento daquilo que sucedeu em seguida, que contribui para a reconstrução do passado em função dum sentido que dá legibilidade à realidade recordada, bem como àquilo que posteriormente aconteceu” (p.152).

Sobre este processo de construção relacional da memória, retomamos também o trabalho de investigação de Accornero (2019) mencionado no capítulo anterior e reiteramos a

importância, nesse processo de análise, de ter em perspectiva a construção também mutuamente influente da memória individual de nossos entrevistados e da memória coletiva do grupo, bem como desta última na trajetória do MST enquanto interveniente do processo comunicacional.

Acerca da análise das entrevistas semiestruturadas que empregamos nesta pesquisa, inspiramo-nos mais uma vez na abordagem fundamentada nos dados descrita a partir do processo investigativo de Mattoni (2014). A autora descreve-nos três principais etapas que buscamos seguir, ainda que de forma adaptada.

Em primeiro lugar, realizou-se uma codificação aberta, em que a leitura de cada texto transcrito das entrevistas¹³⁸, através do software MAXQDA, indicou-nos centenas de códigos emergentes. Sobre esta etapa, Mattoni (2014) comenta: “[e]mbora algumas ideias gerais sobre o campo possam orientar a codificação aberta, por vezes explicitamente e muitas vezes implicitamente, nesta fase os investigadores devem deixar que os códigos surjam dos dados sem restrições particulares devido à presença, por exemplo, de listas de códigos já existentes” (p.30, tradução nossa).

Numa segunda etapa, Mattoni (2014) sugere uma “codificação axial”, em que categorias são criadas a partir do estabelecimento de relações entre os códigos previamente identificados. Num processo diferente do descrito pela autora, construímos nesta etapa uma grelha de análise – elaborada a partir dos diferentes blocos contidos no guião de entrevistas que descrevemos acima. A partir do preenchimento desta grelha, diferentes relações entre os códigos trazidos à luz na etapa anterior foram, então, observadas e considerações acerca da comunicação Sem Terra passaram a ser lapidadas. É a partir da análise desta grelha que chegamos, por fim, à terceira etapa descrita por Mattoni (2014), a “codificação específica”, em que os conceitos mais relevantes para o interesse da investigação foram, então, selecionados. Conceitos e elaborações acerca da comunicação Sem Terra que buscamos apresentar nas últimas seções do capítulo cinco e na conclusão desta tese.

Por fim, reiteramos o nosso foco em observar a estrutura da comunicação sobre a terra a partir do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra de forma a levar em consideração as escolhas e interações entre diversos intervenientes e arenas (Jasper, 2015a). Sem perder de vista, porém, que estas escolhas também refletem os sistemas disposicionais (Duyvendak e Filliello, 2015), as experiências prévias (Accornero, 2016) desses intervenientes e os legados e estruturas do sistema socioeconómico capitalista, caros à questão agrária brasileira (Prado Jr., 1979), bem como as operações ideológicas que buscamos identificar nas etapas anteriores de pesquisa.

¹³⁸ Com média aproximada de duração de duas horas e meia.

3.4. Para finalizar

Descritos os desenhos de pesquisa e métodos propostos para a condução desta tese, bem como tecidas algumas considerações teóricas acerca dos mesmos e da sua relação com cada momento da investigação, evidenciamos a grande variedade de processos empreendidos para a recolha e tratamento de dados nesta pesquisa, constituindo de forma explícita uma abordagem mista – em termos quantitativos e qualitativos (com predominância deste último) – e multifacetada. Sendo este um projeto inerentemente multidisciplinar e, sobretudo, que visa pôr em diálogo diferentes intervenientes partícipes do processo de comunicação sobre a terra no Brasil na segunda década dos anos 2000, compreendemos, assim, incontornável esta também multiplicidade metodológica que aqui apresentámos.

A terra nas eleições presidenciais

4.1. Alguns dados iniciais

Começo a exposição de dados a partir do primeiro tratamento mais generalista que mencionamos ter feito, antes da análise de conteúdo e do desenvolvimento da Análise Crítica do Discurso propriamente ditos. Trata-se de uma visão quantitativa geral da conta do Twitter de Dilma Rousseff e de uma compreensão também generalista acerca dos atores políticos que mais traziam à tona o tema de nossa pesquisa durante os debates televisivos.

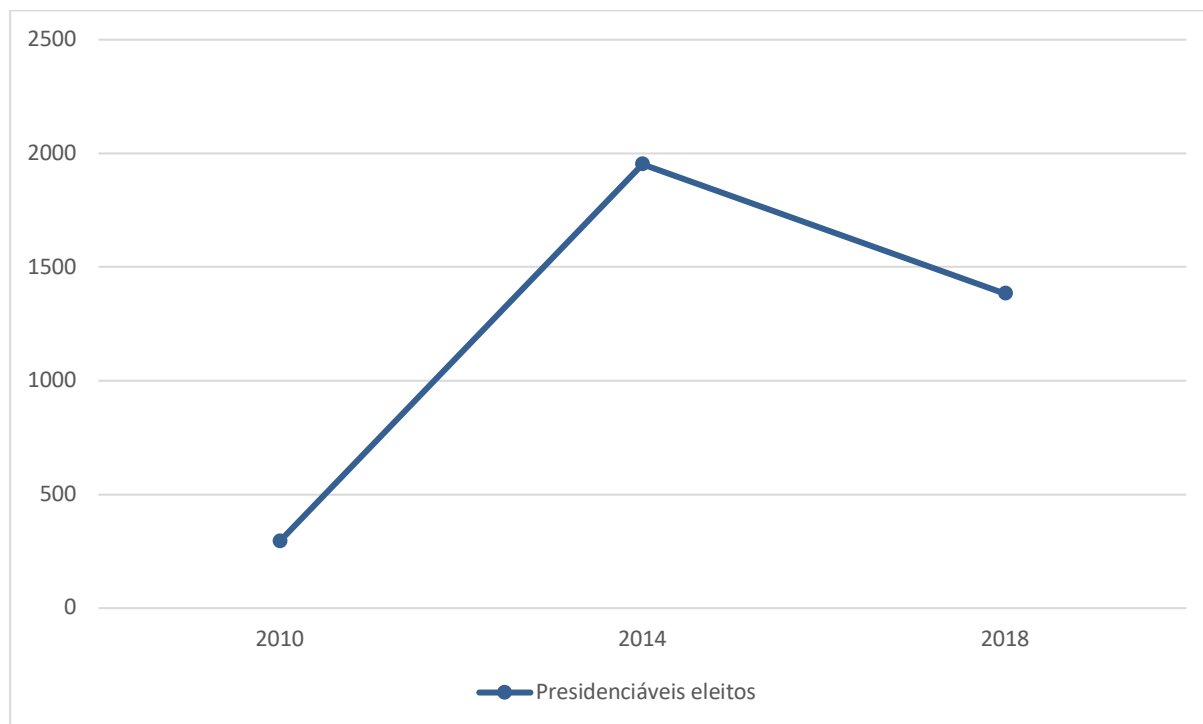
Quando começamos a análise das campanhas presidenciais por 2010, a primeira constatação que se fez foi acerca da baixa utilização da plataforma Twitter por Dilma Rousseff, então candidata da *situação* – uma vez que concorria pelo Partido dos Trabalhadores (tendo Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República desde 2003). Foram extraídos um total de 294 tweets da conta oficial de Rousseff. A título de comparação, no mesmo período, o MST publicou 1.224 tweets (como veremos mais detalhadamente no capítulo a seguir) e o então candidato da oposição e seu principal adversário de campanha, José Serra (Partido da Social Democracia Brasileira), publicou cerca de 1.230 tweets¹³⁹ (Aggio, 2016).

Se observamos o gráfico de evolução da quantidade de tweets totais¹⁴⁰ publicados pelos presidenciais eleitos nos três períodos eleitorais sob análise (janeiro a outubro de 2010, 2014 e 2018), percebemos um aumento significativo de 2010 a 2014 (mas também uma redução deste número em 2018, sobre o que falaremos mais à frente). Em 2010, apenas 294 tweets foram encontrados entre 1º de janeiro e 31 de outubro; em 2014, foram 1952 tweets entre 1º de janeiro e 26 de outubro; e em 2018, 1.384 publicações entre 1º de janeiro e 28 de outubro.

¹³⁹ Excluídos retweets, tal como trabalhamos nesta investigação.

¹⁴⁰ Não apenas os relacionados ao tema de nossa investigação.

Gráfico 2. Número de tweets entre 1º de janeiro e data da segunda volta eleitoral – presidenciais eleitos



Compreendemos o baixo número de atividades da então candidata em 2010 no Twitter – a primeira plataforma digital que aderiu dentre as já existentes como o Facebook e o YouTube – como um indício de que a sua campanha ainda pouco se integrava a uma comunicação política em rede, estando ainda baseada na chamada segunda era da comunicação política, um momento da comunicação de campanhas marcado pela intensificação da profissionalização da advocacia política (Blumler, 2001; 2016). Este dado, mesmo que superficial, vai ainda ao encontro de outras pesquisas realizadas sobre as campanhas digitais de 2010 que demonstravam uma utilização limitada por Rousseff (Araújo, 2011) e mesmo por José Serra, cujas “estratégias eleitorais, mesmo no Twitter, continua[va]m sendo condicionadas por concepções tradicionais do marketing político” (Marques, Silva e Matos, 2011, p.344).

Este número, aliado ao fato da campanha de 2014 ter contado com uma presença forte da candidata no Twitter e a manutenção da importância atribuída aos debates televisionados, bem como ao fato da campanha de Jair Bolsonaro em 2018 se ter alheado destes últimos, privilegiando as redes e media digitais – de forma integrada, porém, a outros gêneros mediáticos, incluindo formatos televisivos, como se verá à frente –, indica-nos ainda que o quadro observado em 2010 se vai alterando ao longo do tempo para um modo de comunicação em que convergem os atuais diferentes modelos comunicacionais que vimos na introdução, no chamado modo de comunicação em rede (Cardoso, 2023), um mercado na

comunicação política pela personalização das campanhas eleitorais possibilitada pelas redes e media sociais digitais (Vergeer, Hermans e Sams, 2011; Vergeer, 2015).

Sobre a comparação entre a utilização dos diferentes media analisados ao longo do nosso recorte temporal, comento que a observância da preponderância da campanha política televisiva sobre a comunicação política via Twitter em 2010 e o fenómeno oposto em 2018, bem como o facto de que em 2014 ambos os meios apresentavam relevância similar, são fruto de interpretações não só do âmbito quantitativo, mas também qualitativo (mais ainda deste último). Isto porque compreendemos incoerente trabalhar somente numericamente com objetos deveras distintos – trechos de debates televisivos e tweets publicados. Em geral, a quantidade relativa a este último tende a ser significativamente maior¹⁴¹, levando em consideração que são publicações feitas ao longo de todo o ano eleitoral, enquanto os debates analisados em nossa pesquisa restringem-se a 4 eventos por ano, para além das características próprias de utilização de cada média.

Acerca da temática da terra em específico, observamos nos três anos de análise um elemento em comum: a baixa percentagem de tweets que abordam o nosso tema nas diferentes dimensões que analisámos (socioambiental, político-institucional, político-económico e moral). Apenas 5,44% dos tweets (16 no total) foram filtrados a partir do programa lexical que mencionámos acima (*apêndice 2*) em 2010; 7,48% dos tweets (146 no total) em 2014; e 5,06% (70 no total) em 2018.

Ainda que não seja essencial a essa pesquisa – em que importa antes a compreensão do que é representado, identificado e acionado no universo ainda que reduzido de pronunciamentos sobre a terra –, compreendemos esta baixa incidência pelo facto de que questões diretamente ligadas à terra (como o tópico “agricultura”, proposto pela pesquisa realizada pelo IBOPE em 2018) não se encontravam dentre as principais preocupações do eleitorado brasileiro nos últimos anos, cujos maiores colégios eleitorais estão atualmente nos grandes centros urbanos¹⁴². Em 2010¹⁴³ os principais problemas apontados foram a saúde e a segurança pública (Datafolha, 2010); em 2014¹⁴⁴ e 2018¹⁴⁵, também a saúde e a segurança pública, para além da educação (IBOPE/CNI, 2014; IBOPE, 2018). Como veremos à frente,

¹⁴¹ Com exceção de 2010, em que os trechos identificados em debates televisivos e o número de *tweets* filtrados sob a temática geral deste trabalho apresentaram o mesmo número de referências.

¹⁴² Capitais das cidades de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Salvador (BA) e Fortaleza (CE) (Tribunal Superior Eleitoral, 2020). Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Novembro/eleicoes-2020-conheca-os-maiores-colegios-eleitorais-do-pais-e-o-perfil-do-eleitorado-brasileiro>. Acesso em: 27 ago. 2024

¹⁴³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj2209201001.htm>. Acesso em: 22 fev. 2024.

¹⁴⁴ Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/qualidade-de-vida/brasileiro-elege-saude-seguranca-e-educacao-como-prioridades-para-2014-revela-pesquisa-da-cni/>. Acesso em: 22 fev. 2024.

¹⁴⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/26/saude-e-o-problema-mais-citado-pelos-eleitores-nos-estados-do-pais-apontam-pesquisas-ibope.ghtml>. Acesso em: 22 fev. 2024.

tópicos esses que até entram em nossa pesquisa, mas apenas quando relacionados ao recorte temático da mesma¹⁴⁶.

Já quando observamos os debates televisivos (e as entrevistas no caso de 2018), vemos uma disparidade maior da porcentagem do tempo do debate dedicada a questão da terra.

Em 2010, o debate com menor tempo dedicado ao nosso tema, televisionado na segunda volta das eleições, apresentou 8,17%, enquanto o que mais dedicou tempo à terra, apresentou 32,08%, também no segundo turno das eleições, dessa vez na Rede Globo de televisão, como vemos nas tabelas abaixo. Neste ano, dois padrões são observados: Dilma Rousseff apresenta o tema quando o integra à categoria 'programas sociais' (como melhor veremos na seção a seguir) e, no geral, o tema é trazido à tona por atores terceiros – sejam eleitores selecionados pela Rede Globo, no caso deste último debate, ou candidatos com maior relação com a questão agrária no país, no caso da primeira volta e as abordagens de Plínio de Arruda Sampaio (Partido Socialismo e Liberdade)¹⁴⁷. Imposição que, argumento, perde força no gênero discursivo dos tweets e que se acentua em debates televisivos, onde a escolha acerca do que responder está condicionada pelas regras prévias colocadas pelo formato.

Tabela 8. Debate televisionado Dilma Rousseff – 2010 – 1ª volta Rede Bandeirantes

	Quem coloca o tema?	Onde no debate	Tópicos abordados	Categorias	In	Out	Total
1o bloco	Plínio de Arruda Sampaio		Contra o desmatamento	Políticas ambientais	0:24:32	0:24:47	0:00:15
		Resposta	Contra limite à propriedade privada pela diversidade brasileira	Política de terras	00:25:57	00:26:36	00:00:39
	Dilma Rousseff	Tréplica	Política agrícola para assentamentos	Políticas agrícolas	00:27:42	00:28:06	00:00:24
			Programa de Aquisição de Alimentos	Programas sociais	00:28:38	00:28:45	00:00:07
2o bloco	José Serra	Tréplica	Investimento em infraestrutura - portos e estradas	Desenvolvimento econômico	00:32:08	00:32:45	00:00:37
	Dilma Rousseff	Resposta	Interiorização do ensino superior	Educação	00:12:08	00:12:37	00:00:29
	Dilma Rousseff	Pergunta	Luz para Todos	Programas sociais	00:05:49	00:06:35	00:00:46
		Réplica			00:09:01	00:09:34	00:00:33
3o bloco	Dilma Rousseff	Tréplica	Luz para Todos	Programas sociais	00:15:22	00:15:50	00:00:28
		Resposta	Crédito agrícola para agricultura familiar	Políticas agrícolas	00:17:28	00:18:33	00:01:05
	Dilma Rousseff		70% da alimentação deve-se à agricultores familiares	Segurança alimentar			
		Tréplica	Reforma agrária e reassentamentos	Política de terras	00:19:39	00:20:42	00:01:03
			Programa de Aquisição de Alimentos e merendas escolares	Programas sociais			
Total							00:06:11
Tempo total Dilma Rousseff							00:31:55
Porcentagem dedicada à "terra"							19,37%

¹⁴⁶ Colocamos como hipótese também o fato do Twitter ser possivelmente uma plataforma mais acessada no meio urbano que rural, onde questões relacionadas à terra têm uma maior influência direta. Esta caracterização de usuários do Twitter somente é possível encontrar acerca dos EUA, mas não do Brasil. Uma vez que esta é, portanto, apenas uma especulação, decidimos inserir este argumento enquanto nota de rodapé.

¹⁴⁷ O candidato e ex-deputado federal Plínio de Arruda Sampaio participou ainda na década de 1960, anteriormente ao golpe civil-militar de 1964, como relator de diferentes comissões relacionadas a questão agrícola e agrária no país. Já nos anos 2000s coordenou a elaboração do (não executado) 2º Plano Nacional de Reforma Agrária e defendeu o Movimento Sem Terra na Comissão Parlamentar de Inquérito de 2009. Foi ainda presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária entre 1985 e 1990. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/139342/biografia>; <https://mst.org.br/2014/07/10/perdemos-um-grande-lutador-pela-reforma-agraria-no-brasil-plinio-de-arruda-sampaio/>; <https://fpabramo.org.br/2009/09/21/em-defesa-da-democracia-e-do-mst-por-plinio-de-arruda-sampaio-pedro-terra-e-osvaldo-russo/>; [https://abranacional.wordpress.com/blog/sobre/#:~:text=Forum%20diretores%2Dpresidentes%20da%20ABRA,Pinto%20\(1991%2D1998\)](https://abranacional.wordpress.com/blog/sobre/#:~:text=Forum%20diretores%2Dpresidentes%20da%20ABRA,Pinto%20(1991%2D1998).). Acesso em: 5 mar. 2024.

Tabela 9. Debate televisionado Dilma Rousseff – 2010 – 1ª volta Rede Globo

	Quem coloca o tema?	Onde no debate	Tópicos abordados	Categorias	In	Out	Total
2o bloco	Dilma Rousseff	Pergunta	Infraestrutura - ferrovias, hidrovias e rodovias	Desenvolvimento económico	00:00:43	00:01:10	00:00:27
		Réplica	Impacto ambiental Escoação da produção de grãos	Políticas ambientais	00:03:19	00:04:21	00:01:02
3o bloco	Sorteio Globo	Pergunta	Saneamento básico	Políticas ambientais	00:10:51	00:11:19	00:00:28
	Dilma Rousseff	Réplica	Manaus, reserva hídrica e falta d'água	Bioma, técnicas e tecnologia	00:13:14	00:14:16	00:01:02
4o bloco	Plínio de Arruda Sampaio	Resposta	Limite à propriedade privada	Política de terras	00:02:25	00:03:13	00:00:48
	Dilma Rousseff	Considerações finais	Agenda de campanha, Luz para Todos, agricultores e aumento de produção	Programas sociais	00:10:56	00:11:48	00:00:52
			Hidrelétricas	Desenvolvimento económico			
	Total						00:04:39
	Tempo total Dilma Rousseff						00:20:22
Porcentagem dedicada à "terra"						22,83%	

Tabela 10. Debate televisionado Dilma Rousseff – 2010 – 2ª volta Rede Bandeirantes

	Quem coloca o tema?	Onde no debate	Tópicos abordados	Categorias	In	Out	Total
2o bloco	Dilma Rousseff	Réplica	Não privatização do pré-sal e investimento em meio ambiente	Políticas ambientais	00:20:04	00:20:46	00:00:42
4o bloco	José Serra	Resposta	Infraestrutura de portos e rodovias	Desenvolvimento econômico	00:01:51	00:03:43	00:01:52
		Tréplica			00:07:22	00:08:01	00:00:39
Total							00:03:13
Tempo total Dilma Rousseff							00:39:21
Porcentagem dedicada à "terra"							8,17%

Tabela 11. Debate televisionado Dilma Rousseff – 2010 – 2ª volta Rede Globo

	Quem coloca o tema abrangente?	Onde no debate	Tópicos abordados	Categorias	In	Out	Total
1o bloco	Eleitor Robinson Luís	Resposta	Luz para todos e Programa de Aquisição de Alimentos Financiamento para compra de tratores Minha Casa Minha Vida 2 na zona rural	Programas sociais Políticas agrícolas Habitação	00:07:46	00:09:52	00:02:06
		Tréplica	Educação superior para o filho agricultor Crédito e seguro agrícola Agricultura familiar e alimentação	Educação Segurança alimentar	00:11:58	00:14:04	00:02:06
2o bloco	Eleitora Melissa Bonavita	Resposta	Saneamento básico Desastres ambientais (enchentes, etc.) e ocupação de áreas de risco	Políticas ambientais Acontecimentos climáticos	00:00:53	00:02:52	00:01:59
		Tréplica	Minha Casa, Minha Vida Drenagem Despoluição e saneamento	Habitação	00:05:01	00:07:00	00:01:59
3o bloco	Eleitor Pablo Alex	Resposta	Redução gases efeito estufa e combate ao desmatamento Riqueza da Amazônia Proteção do meio ambiente (IBAMA, etc.)	Acontecimentos climáticos Políticas ambientais Política de terras	00:01:02	00:02:59	00:01:57
		Tréplica	Regularização de terras e acesso a créditos Programa de Aquisição de Alimentos para a produção local	Políticas agrícolas Programas sociais	00:05:11	00:07:14	00:02:03
	Dilma Rousseff	Réplica	Luz para Todos e Programa de Aquisição de Alimentos	Programas sociais	00:11:40	00:11:59	00:00:19
Total							00:12:29
Tempo total Dilma Rousseff							00:38:55
Porcentagem dedicada à "terra"							32,08%

Já em 2014, no debate com maior percentagem de tempo dedicada a temas relacionados à terra, 19,49%, durante a primeira volta na Rede Bandeirantes, estes foram principalmente colocados por Rousseff e relacionavam-se, em sua grande maioria, à categoria privilegiada nos debates televisivos em 2014 (como veremos também na próxima secção) – o tema do ‘desenvolvimento económico’. Nos demais debates, ainda que em menor quantidade, os tópicos abordados pela candidata e por terceiros tiveram uma maior variação, como se pode observar nas tabelas abaixo.

Tabela 12. Debate televisionado Dilma Rousseff – 2014 – 1ª volta Rede Bandeirantes

	Quem coloca o tema?	Onde no debate	Tópicos abordados	Categorias	In	Out	Total
2o bloco	Dilma Rousseff	Resposta [a Silva]	Ampliação da cobertura de médicos através do Mais Médicos	Saúde	00:02:26	00:02:47	00:00:21
3o bloco	Dilma Rousseff	Réplica [a jornalista Andrade e a Silva]	Gestão de problemas e infraestrutura de portos, estradas e ferrovias, entre outras questões	Desenvolvimento econômico	00:08:46	00:09:09	00:00:23
	Jornalista José Paulo de Andrade	Réplica [a jornalista Andrade e a Genro]	Conflitos nas áreas demarcadas entre pequenos e médios agricultores e indígenas	Povos tradicionais Política de terras	00:21:35	00:22:13	00:00:38
4o bloco	Dilma Rousseff	Pergunta	Energia para abastecimento do país	Desenvolvimento econômico	00:19:06	00:19:35	00:00:34
		Réplica [a Everaldo]	Energia hidrelétrica e eólica		00:21:42	00:22:34	00:00:52
		Resposta [a Everaldo]	Linhas de transmissão de energia eólica	Desenvolvimento econômico	00:25:32	00:26:05	00:00:33
	Dilma Rousseff	Tréplica [a Everaldo]	Distribuição de recursos advindos de tributos para municípios pequenos	Política macroeconômica	00:27:56	00:28:16	00:00:20
5o bloco	Jornalista Fábio Panunzio	Resposta [a jornalista Panunzio]	Dificuldade de encontrar médicos e atendimento a 50 milhões de brasileiros	Saúde	00:12:03	00:12:34	00:00:31
		Tréplica [a jornalista Panunzio e a Silva]			00:14:37	00:15:06	00:00:29
	Dilma Rousseff	Réplica [a jornalista Casoy e a Jorge]	Regulamentação de portos, entre outros setores	Desenvolvimento econômico	00:21:24	00:21:54	00:00:30
	Dilma Rousseff	Considerações finais	Infraestrutura de transportes adequada ao Brasil	Desenvolvimento econômico	00:35:04	00:35:12	00:00:08
Total							00:05:19
Tempo total Dilma Rousseff							00:27:17
Porcentagem dedicada à "terra"							19,49%

Tabela 13. Debate televisionado Dilma Rousseff – 2014 – 1ª volta Rede Globo

	Quem coloca o tema?	Onde no debate	Tópicos abordados	Categorias	In	Out	Total
3o bloco	Dilma Rousseff	Tréplica [a Silva]	Diretor de fiscalização do IBAMA afastado por desvio de recursos	Corrupção Políticas ambientais	01:17:31	01:17:57	00:00:26
4o bloco	Tema sorteado	Resposta [a Jorge]	Saneamento básico - esgoto e acesso à água	Políticas ambientais	01:32:43	01:34:10	00:01:27
	Dilma Rousseff	Tréplica [a Jorge]	Convivência com a seca no Nordeste	Bioma, técnicas e tecnologia			
			Integração do Rio São Francisco e obras hídricas	Desenvolvimento econômico	01:34:55	01:35:25	00:00:30
	Tema sorteado	Pergunta [a Neves]	Mudanças climáticas	Acontecimentos climáticos	01:36:04	01:36:35	00:00:31
	Dilma Rousseff	Réplica [a Neves]	Redução de gases do efeito estufa e de desmatamento	Políticas ambientais	01:38:06	01:38:53	00:00:47
	Aécio Neves		Cadastro ambiental rural e matriz energética sustentável				
	Luciana Genro	Resposta [a Genro]	Agricultura familiar, Programa de Aquisição de Alimentos	Programas sociais	01:57:50	01:58:20	00:00:30
			Cisternas	Bioma, técnicas e tecnologia			
Total							00:04:11
Tempo total Dilma Rousseff							00:24:02
Porcentagem dedicada à "terra"							17,41%

Tabela 14. Debate televisionado Dilma Rousseff – 2014 – 2ª volta Rede Bandeirantes

	Quem coloca o tema?	Onde no debate	Tópicos abordados	Categorias	In	Out	Total
1o bloco	Dilma Rousseff	Resposta	Crédito do BNDES para investimento na indústria e infraestrutura e do Banco do Brasil para agronegócio e agricultura familiar	Políticas agrícolas	00:13:53	00:14:54	00:01:01
2o bloco	Dilma Rousseff	Resposta	Inflação passageira em função do choque de oferta ocasionado pelo clima	Acontecimentos climáticos	00:02:36	00:03:15	00:00:39
		Tréplica	no setor de alimentação e energia	Política macroeconômica	00:06:11	00:06:27	00:00:16
	Dilma Rousseff	Resposta	Caso SIVAM	Corrupção	00:14:14	00:14:23	00:00:09
		Tréplica	Caso do aeroporto numa fazenda em Cláudio	Políticas ambientais			
				Latifúndio e poder	00:16:54	00:17:10	00:00:16
	Dilma Rousseff	Pergunta	Obras de infraestrutura em terras da família ou próximas a negócios - agropecuária - da família de Aécio	Corrupção	00:17:21	00:18:22	00:01:01
		Réplica		Latifúndio e poder	00:20:25	00:21:03	00:00:38
Total							00:04:00
Tempo total Dilma Rousseff							00:36:03
Porcentagem dedicada à "terra"							11,10%

Tabela 15. Debate televisionado Dilma Rousseff – 2014 – 2ª volta Rede Globo

	Quem coloca o tema?	Onde no debate	Tópicos abordados	Categorias	In	Out	Total
3o bloco	Dilma Rousseff	Pergunta	Questão da falta d'água em São Paulo e falta de planejamento	Acontecimentos climáticos	00:53:19	00:53:28	00:00:09
		Réplica	Projeto de São Lourenço	Bioma, técnicas e tecnologia	00:55:03	00:55:41	00:00:38
			Nordeste com seca sem quadro tão grave				
	Dilma Rousseff	Pergunta	Aumento da safra e do financiamento para agricultura	Desenvolvimento econômico	01:01:32	01:02:06	00:00:34
		Réplica	Crítica às políticas agrícolas do PSDB (juros elevados, sem política de seguro e assistência técnica)	Políticas agrícolas			
			Agricultura familiar e 70% da alimentação no Brasil	Segurança alimentar	01:03:42	01:04:34	00:00:52
	Dilma Rousseff	Resposta	PRONAF do PT com muito maior investimento	Políticas agrícolas	01:06:39	01:07:00	00:00:47
			Caso de corrupção na SIVAM, dentre outros, engavetados	Corrupção	01:07:27	01:07:39	00:00:12
4o bloco	Eleitora Elizabeth da Silva Gomes Andrade	Resposta	Saneamento básico	Políticas ambientais	01:16:01	01:17:40	00:00:47
		Tréplica			01:18:43	01:19:40	00:00:57
Total							00:03:03
Tempo total Dilma Rousseff							00:40:43
Porcentagem dedicada à "terra"							7,49%

Já em 2018, as percentagens de menção a questões relacionadas à terra aparecem reduzidas, com exceção da entrevista concedida a Rede Bandeirantes na segunda volta das eleições. Desponta nesta entrevista categorias como ‘concerto político’, ‘políticas de terras’

(i.e., políticas agrárias), ‘povos tradicionais’, ‘políticas ambientais’ e ‘segurança no campo’, como melhor analisaremos na secção a seguir.

Tabela 16. Debate televisionado Jair Bolsonaro – 2018 – 1ª volta Rede Bandeirantes

	Quem coloca o tema?	Onde no debate	Tópicos abordados	Categorias	In	Out	Total
1o bloco	Jair Bolsonaro	Resposta [a Boechat]	Voltar a comercializar com o mundo todo e agregar valor do que vem do subsolo e a produtos do campo	Desenvolvimento económico	00:50:00	00:50:16	00:00:16
	Jair Bolsonaro	Resposta [a Boulos]	Invasão de propriedade privada na cidade	Movimentos sociais, ativismo e ação coletiva Propriedade privada	00:58:26	00:58:50	00:00:24
4o bloco	Jornalista Sérgio Amaral	Réplica [a jornalista Amaral e Silva]	Ministério dos transportes corrupto Investimento em parcerias privadas para ferrovia e arco viário Indústria da multa	Corrupção Desenvolvimento económico	03:09:37	03:10:22	00:00:45
Total							00:01:25
Tempo total Jair Bolsonaro							00:17:24
Porcentagem dedicada à "terra"							8,14%

Tabela 17. Entrevista Jair Bolsonaro – 2018 – 1ª volta Rede Record

Quem coloca o tema?	Onde no debate	Tópicos abordados	Categorias	In	Out	Total
Jair Bolsonaro	Resposta [a jornalista Ribeiro]	Câmara dos deputados, Onyx Lorenzoni e (a então) deputada Teresa Cristina	Concerto político	00:09:29	00:09:49	00:00:20
Jair Bolsonaro	Resposta [a jornalista Ribeiro]	Visita a Ministro da Agricultura de Israel	Bioma, técnicas e tecnologia	00:15:01	00:15:37	00:00:36
Total						00:00:56
Tempo total Jair Bolsonaro						00:21:40
Porcentagem dedicada à "terra"						4,31%

Tabela 18. Entrevista Jair Bolsonaro – 2018 – 2ª volta Rede Bandeirantes

Quem coloca o tema?	Onde no debate	Tópicos abordados	Categorias	In	Out	Total
Jair Bolsonaro	Resposta [a jornalista Schneider]	Onyx Lorenzoni, reunião com parlamentares e homens do campo Garantia jurídica, terroristas e reintegração de posse Terra indígena Indústria da multa IBMA e ICMBio	Concerto político Política de terras Povos tradicionais Políticas ambientais	0:03:10	0:04:44	00:01:34
Jair Bolsonaro	Resposta [a jornalista Schneider]	Reforma política e tipificar MST como terrorismo Fundir Ministério da Agricultura e do Meio Ambiente e "xiitismo" ambiental Demarcações de terras indígenas Integração do indígena e desenvolvimento do Brasil	Concerto político Movimentos sociais, ativismo e ação coletiva Segurança no campo Políticas ambientais Política de terras Povos tradicionais Desenvolvimento econômico	00:05:06	00:06:11	00:01:05
Jair Bolsonaro	Resposta [a jornalista Schneider]	Posse de arma de fogo na fazenda	Segurança no campo	00:08:11	00:08:24	00:00:13
Total						00:02:52
Tempo total Jair Bolsonaro						00:11:16
Porcentagem dedicada à "terra"						25,44%

Tabela 19. Entrevista Jair Bolsonaro – 2018 – 2ª volta Rede Globo

Quem coloca o tema?	Onde no debate	Tópicos abordados	Categorias	In	Out	Total
Jair Bolsonaro	Resposta [ao jornalista Bonner]	Agradecimento ao homem do campo, seja do agronegócio, seja da agricultura familiar	Apoio popular	0:00:23	0:00:49	00:00:26
Total						00:00:26
Tempo total Jair Bolsonaro						00:07:36
Porcentagem dedicada à "terra"						5,70%

4.2. As temáticas que predominaram o discurso eleitoral sobre a terra

Na próxima secção discutiremos com maior profundidade o que cada pronunciamento selecionado significa enquanto ação, representação e identificação (Resende e Ramalho, 2011) – em termos mediáticos, discursivos e estilísticos – da terra. Nesta, porém, o nosso objetivo será informar as dimensões privilegiadas e ausentes observadas em cada análise temática de conteúdo, sendo, portanto, mais descritiva. Buscaremos também argumentar as razões destas escolhas pelos candidatos sob análise. Em especial, porém, essa secção tem por objetivo ajudar na construção da análise realizada a posteriori, em que então buscaremos compreender o que estas escolhas temáticas significam em termos de formação ideológica

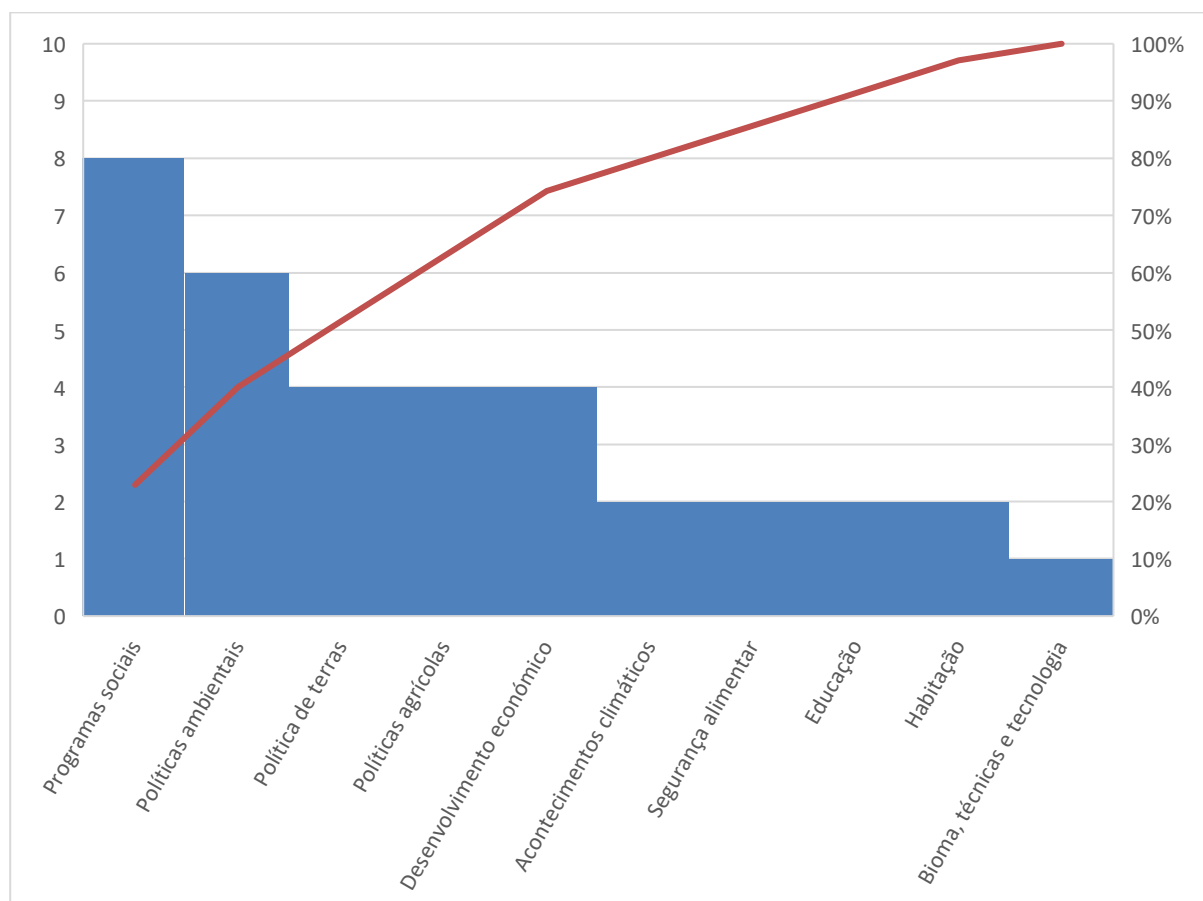
na progressão da comunicação política sobre a terra nos anos 2010s. Para tal, começaremos pela análise dos pronunciamentos televisivos e do Twitter de Rousseff em 2010; a seguir, comentaremos sobre 2014; e, por fim, discutiremos a análise temática de conteúdo da conta de Jair Bolsonaro no Twitter e de seus pronunciamentos em rede televisiva em 2018.

4.2.1. 2010: Dilma Rousseff e os ‘programas sociais’

4.2.1.1. Debates televisivos

Conforme explícito no *gráfico 3* abaixo, observamos que o tema privilegiado por Dilma Rousseff em 2010 nos debates televisivos analisados se trata do que denominamos ‘programas sociais’ – tema ligado às políticas de transferência de renda implementadas ou aprimoradas pelo PT desde a eleição do correligionário de Rousseff, Lula da Silva, em 2003.

Gráfico 3. Análise temática de conteúdo: 2010 – Dilma Rousseff – Debates televisivos



Sugiro que a candidata buscava, dessa forma, integrar a questão da terra à valorização de uma série de programas sociais rurais e estes, por sua vez, a um grupo maior de políticas sociais inauguradas, aperfeiçoadas ou continuadas pelo governo de Lula da Silva. A enunciação reiterada de programas sociais voltados para o meio rural (e.g. Luz Para Todos; parte do Minha Casa, Minha Vida 2; Programa de Aquisição de Alimentos, etc.) ia ao encontro,

assim, de um importante argumento de campanha de Rousseff. Isto porque os beneficiários diretos destes programas, ainda que não constituíssem um vultoso grupo eleitoral, se inseriam dentro da categoria de cidadãos e coletivos beneficiados por programas sociais dos governos do PT de uma forma geral (meio urbano e rural). Sendo estes sim importantes para a consolidação da base política de Lula da Silva (Terron e Soares, 2010), que em 2010 apresentava um índice de aprovação de 87%¹⁴⁸ e constituía um importante elo de sustentação da candidatura de Rousseff.

Em paralelo a esta escolha, observamos a ausência do tema ‘movimentos sociais, ativismo e ação coletiva’ dentre as temáticas abordadas por Rousseff. Esta ausência chama a atenção em função da base histórica do Partido dos Trabalhadores, que “teve na sua origem a confluência dos sindicatos, setores da esquerda da igreja católica e movimentos sociais atuantes nos anos 1970” (Terron e Soares, 2010, p. 312). Ainda em diálogo com a tese destes autores, os mesmos inferem haver, naquele momento, um distanciamento entre as bases eleitorais do PT e de Lula da Silva, que teria resultado em um aumento expressivo dos votos no candidato, mas não no partido, e que aqui relaciono à preferência da candidata pelo tema ‘programas sociais’, em detrimento de um diálogo com sindicatos e movimentos sociais.

Em outras palavras, considero ter havido, então, uma escolha deliberada pela base eleitoral que havia se traduzido nos altos índices de aprovação de Lula da Silva e não pela base ‘histórica’ do partido. Este ponto se reflete ainda no fato da categoria ‘política de terras’ (referentes à reforma agrária) – um dos temas que aparece em terceiro lugar na análise temática – ter vindo à tona mormente em função das perguntas colocadas pelo candidato Plínio de Arruda Sampaio (pelas razões mencionadas na nota 114) e não espontaneamente pela então candidata.

O segundo tema mais abordado por Rousseff, ‘políticas ambientais’, também trazido à tona maioritariamente por terceiros – outros candidatos, jornalistas e eleitores – demonstra que em 2010 o tema agrário já tinha como uma de suas principais interlocuções a preocupação com a questão ambiental. Argumento que este fenómeno se alinhava ao aumento da relevância das pautas ambientais, principalmente em termos de política internacional, tendo em vista a divulgação do quarto relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas em 2007¹⁴⁹ e, principalmente, o anúncio em 2009, pela Organização das Nações Unidas, da realização da Rio +20 no Rio de Janeiro, Conferência da ONU para o Desenvolvimento Sustentável que decorreria 20 anos após sua realização na mesma cidade em 1992.

¹⁴⁸ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>. Acesso em: 24 mai. 2021.

¹⁴⁹ Quando a constatação de que o aquecimento global teria causas antropogénicas passou de “provável” (probabilidade de 66%) para “muito provável” (probabilidade de 90%) (Wilson e Law, 2010 [2007]).

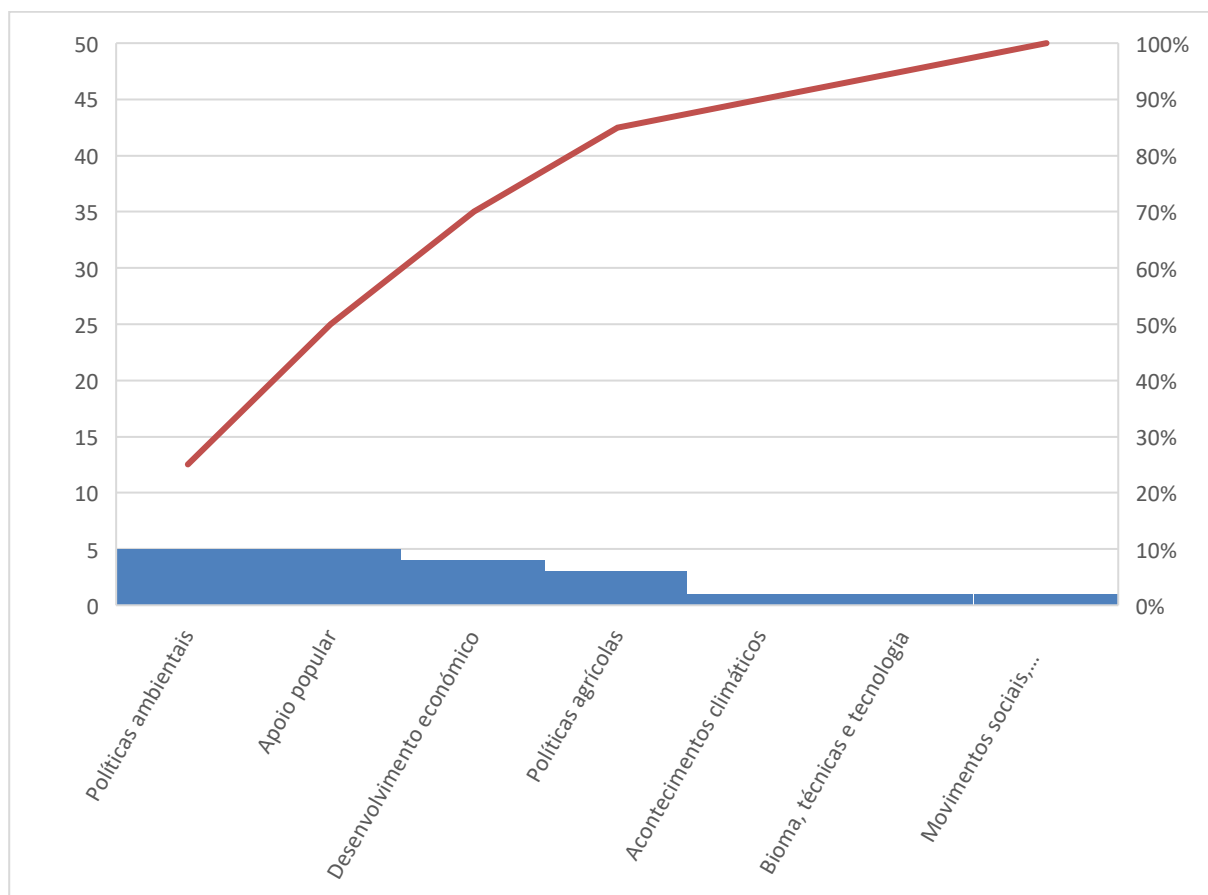
Ainda sobre o tema, atento ainda para a ausência de temáticas ligadas a categoria ‘povos tradicionais’ durante os debates televisivos. Sendo temas constantemente correlacionados dentro de uma perspectiva socioambiental, a exclusão deste último enquanto a categoria ‘políticas ambientais’ é o segundo mais colocado por Rousseff indica uma intenção deliberada da candidata em não abordar o assunto. Associao, por fim, a este resultado, o escalonamento da tensão entre Estado e povos indígenas e ribeirinhos em 2010 em função do licenciamento ambiental prévio para a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte na região da Volta Grande do Xingu (Amazônia), bem como da realização do leilão que definiria o controle da hidrelétrica – que viria afetar diversos povos da região – no início deste mesmo ano.

Para além da já comentada categoria ‘política de terras’, vemos também em terceiro lugar a escolha pelas categorias ‘políticas agrícolas’ e ‘desenvolvimento económico’, cuja compreensão de seu papel aprofundámos a partir da análise discursiva empreendida a posteriori, e que melhor discorreremos na secção seguinte.

4.2.1.2. Twitter

Voltando-nos para os temas mais relevantes dentre as poucas publicações (como comentámos acima) da candidata em sua recém-criada conta oficial no Twitter, temos uma maior incidência da questão ambiental, junto com o que denominei ‘apoio popular’, como se observa no *gráfico 4*. Dada a nossa escolha metodológica para a seleção de amostras para a ACD, conforme descrevemos no capítulo anterior, pouco se aprofundou acerca do discurso de Rousseff por meio deste canal neste ano, pelo que buscámos interpretar de forma mais profunda as escolhas temáticas da candidata no Twitter em 2010.

Gráfico 4. Análise temática de conteúdo: 2010 – Dilma Rousseff – Twitter



Focaremos, assim, em primeiro lugar, na pauta ambiental e a forma como foi mobilizada nesse media. Para além do contexto comentado acima, identificamos como principal forma de apresentação do tópico neste media a vagueza e generalidade das colocações de Rousseff, como a celebração do Dia Mundial do Meio Ambiente – e.g. “Hoje é o Dia Mundial do Meio Ambiente, dia de refletir sobre a preservação do planeta. <http://bit.ly/csDpAk>” (Rousseff, 2010)¹⁵⁰. Nesse âmbito, apesar de destacar o tema em sua campanha (no que diz respeito às questões da terra), este encobria atores e eventos com ele diretamente relacionados, pelo que conflui com o discurso da candidata empregado nos debates televisivos sobre a temática, em que, como veremos aprofundadamente na próxima secção, destacam-se os modos de operação da ideologia da dissimulação, reificação e legitimação.

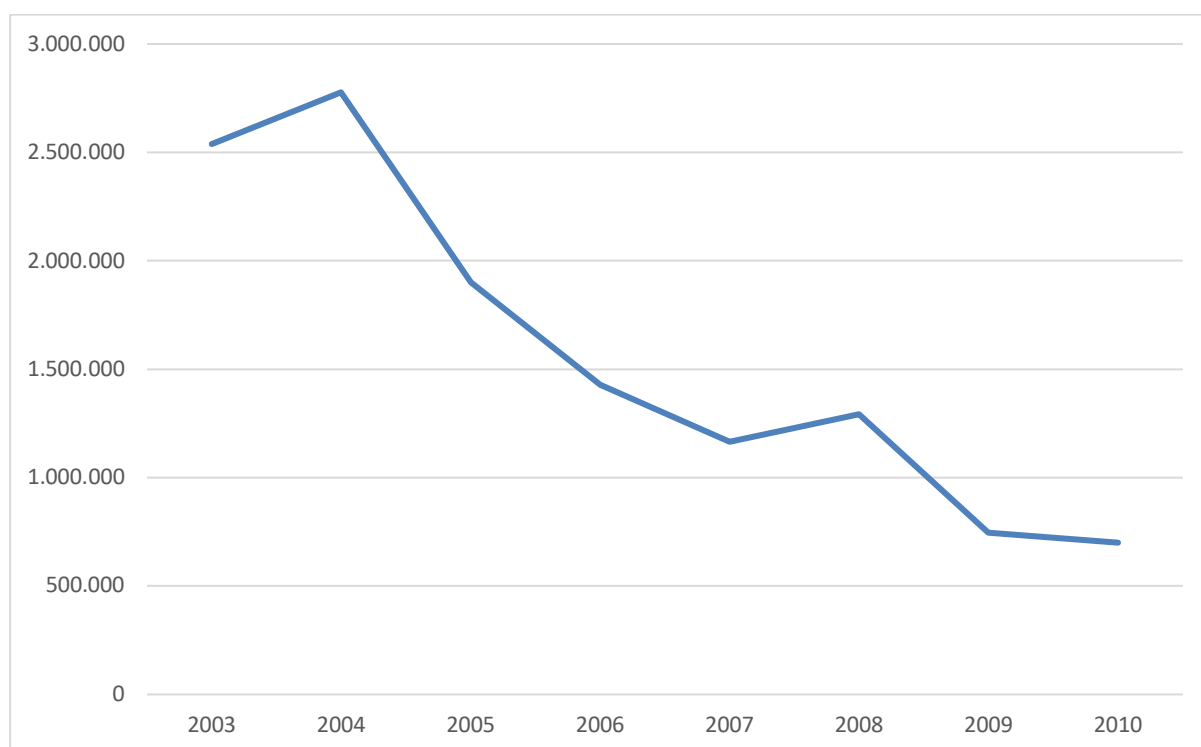
Por outro lado, esta passagem também nos mostra uma possível pouca habitualidade da candidata e sua equipe eleitoral com a plataforma. Ao buscarmos o hiperlink “<http://bit.ly/csDpAk>”, introduzido no tweet exemplificado sem qualquer imperativo de ação (e.g. “acesse”, “veja”, etc.)¹⁵¹, já observamos uma maior elaboração da candidata sobre o

¹⁵⁰ Disponível em: <https://twitter.com/dilmabr/status/15497631120>. Acesso em: 6 mar. 2024.

¹⁵¹ Como o link não se encontra mais disponível, foi necessário acessá-lo através da plataforma de busca “arquivo.org”. Disponível em:

assunto em seu blog, em que constam, por exemplo, os dados relativos à drástica diminuição do desmatamento durante os anos de Lula da Silva na Presidência da República (e que confirmamos a partir de nossa análise de dados secundários – *gráfico 5*). O fato aponta que a integração do Twitter a outras plataformas e media ainda era pouco desenvolvida na campanha de Rousseff dentro de nosso recorte temático, fortalecendo nosso argumento inicial de que aquela ainda era uma campanha primordialmente baseada no modo de comunicação de massas, em detrimento de um em rede.

Gráfico 5. Taxa de desmatamento da Amazônia Legal entre 2003 e 2010 em hectares



Fonte: elaboração nossa com base nos dados do projeto TerraBrasilis do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais¹⁵²

Em segundo lugar, um olhar mais atento à categoria ‘apoio popular’ nos apresenta uma preocupação de Rousseff em utilizar a plataforma primordialmente para apresentação de sua agenda de campanha e dos atores sociais em quem buscava apoio e estabelecer alianças. Começa a se desenhar, assim, de forma tímida – dada a pouca utilização deste media neste pleito eleitoral –, algo que ficará mais claro na ACD desenvolvida no Twitter em 2014: uma busca pela unificação (enquanto modo de operação da ideologia) de diferentes setores

<https://web.archive.org/web/20100608065324/http://www.dilmanaweb.com.br:80/noticias/entry/dia-de-refletir-sobre-a-saude-do-planeta/>. Acesso em: 24 nov. 2021.

¹⁵² Disponível em: http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates. Acesso em: 24 jan. 2021.

sociais: a agricultura patronal e familiar em suas intersecções¹⁵³ – e.g. “Indo a Ribeirão Preto p/o Agrishow (...). Este ano, há também produtos p/agricultura familiar [sic]” (Rousseff, 2010)¹⁵⁴ – ou os setores agroextrativistas e industriais – e.g. “Estou indo p/ Goiás. Tenho relação de carinho e admiração por aquela terra e seu povo. Colhem pequi, exportam softwares... Gente fabulosa! [sic]” (Ibidem)¹⁵⁵.

Sendo pequena a atuação da candidata nesta plataforma em 2010, atentaremos na próxima secção à análise de seu discurso nos debates televisivos, pelo que este ano em nossa análise fica marcado por uma campanha, ainda, primordialmente massmediática.

4.2.2. 2014: Dilma Rousseff e o ‘desenvolvimento económico’

4.2.2.1. Debates televisivos

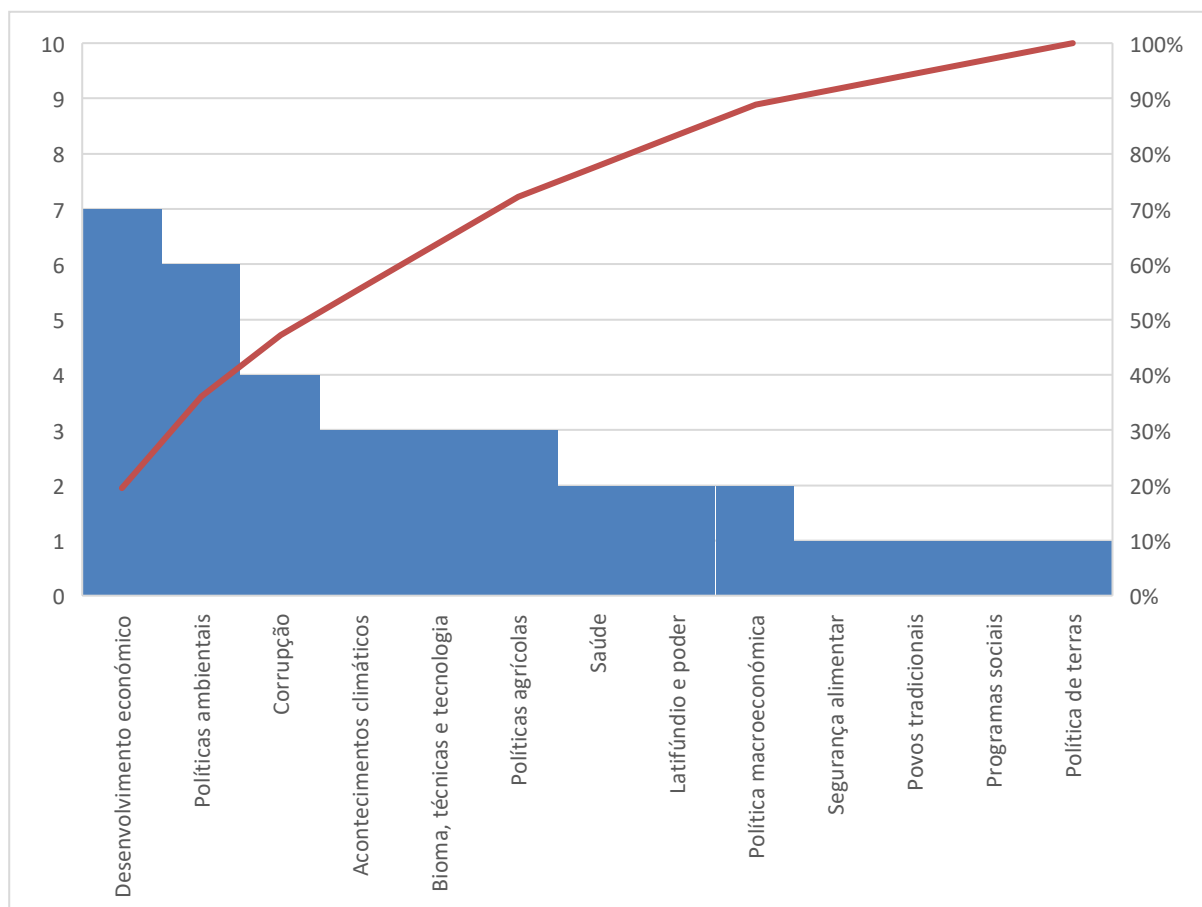
Entrando na análise temática de conteúdo do pleito eleitoral em debates televisivos de 2014, observamos a prevalência da dimensão político-económica e da categoria ‘desenvolvimento económico’. A partir da análise do *gráfico 6* abaixo, colocamos então a hipótese, a ser elaborada na secção seguinte, de que havia uma mudança no discurso de Rousseff em relação ao ator social mais importante em sua narrativa eleitoral, com uma preocupação crescente da candidata em dirigir-se a setores dominantes da economia agrária e industrial e decrescente (em relação ao ano eleitoral anterior) para com as classes sociais beneficiárias dos programas sociais.

¹⁵³ Cf. em Pompeia (2021) a conceção de agronegócio e a ideia de que esta não nascia “em oposição aos *family farmers*” (p. 50). Afirmação a que nos voltaremos mais à frente, durante a ACD.

¹⁵⁴ Disponível: <https://twitter.com/dilmabr/status/13064152543>. Acesso em: 19 dez. 2021.

¹⁵⁵ Disponível em: <https://twitter.com/dilmabr/status/27858978187>. Acesso em: 26 nov. 2021.

Gráfico 6. Análise temática de conteúdo: 2014 – Dilma Rousseff – Debates televisivos



A esse fenômeno, relacionámos o momento político-econômico brasileiro de 2014 e a crise econômica que resultou no final deste ano eleitoral no saldo negativo da balança comercial brasileira pela primeira vez desde 2001 (cf. *gráfico 1*). Argumentamos, portanto, que a candidata também buscava responder em sua campanha eleitoral, em nosso recorte temático sobre a terra, à crise econômica brasileira que vinha se agravando neste período e à crescente relevância do setor agroexportador no equilíbrio destas contas. Sobre o assunto, aponto que de 2011 a 2014 o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do país havia diminuído consideravelmente (ainda que não tivesse deixado de apresentar taxas positivas)¹⁵⁶ e o agronegócio vinha respondendo por mais de 40% do valor das exportações brasileiras, menos de 10% em importações¹⁵⁷, com um saldo comercial positivo 40 vezes maior que o total do país, também conforme *gráfico 1* apresentado nesta tese.

Acerca do segundo e terceiro temas mais comentados por Rousseff nos debates televisivos de 2014, observamos as categorias ‘políticas ambientais’ e ‘corrupção’ – em que

¹⁵⁶ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?edicao=20920&t=series-historicas>. Acesso em: 30 mar. 2024.

¹⁵⁷ Agrostat Brasil a partir de dados da SECEX/ME. Elaboração: CGEA/DNAC/SCRI/MAPA. Disponível em: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano>. Acesso em: 27 jan. 2021.

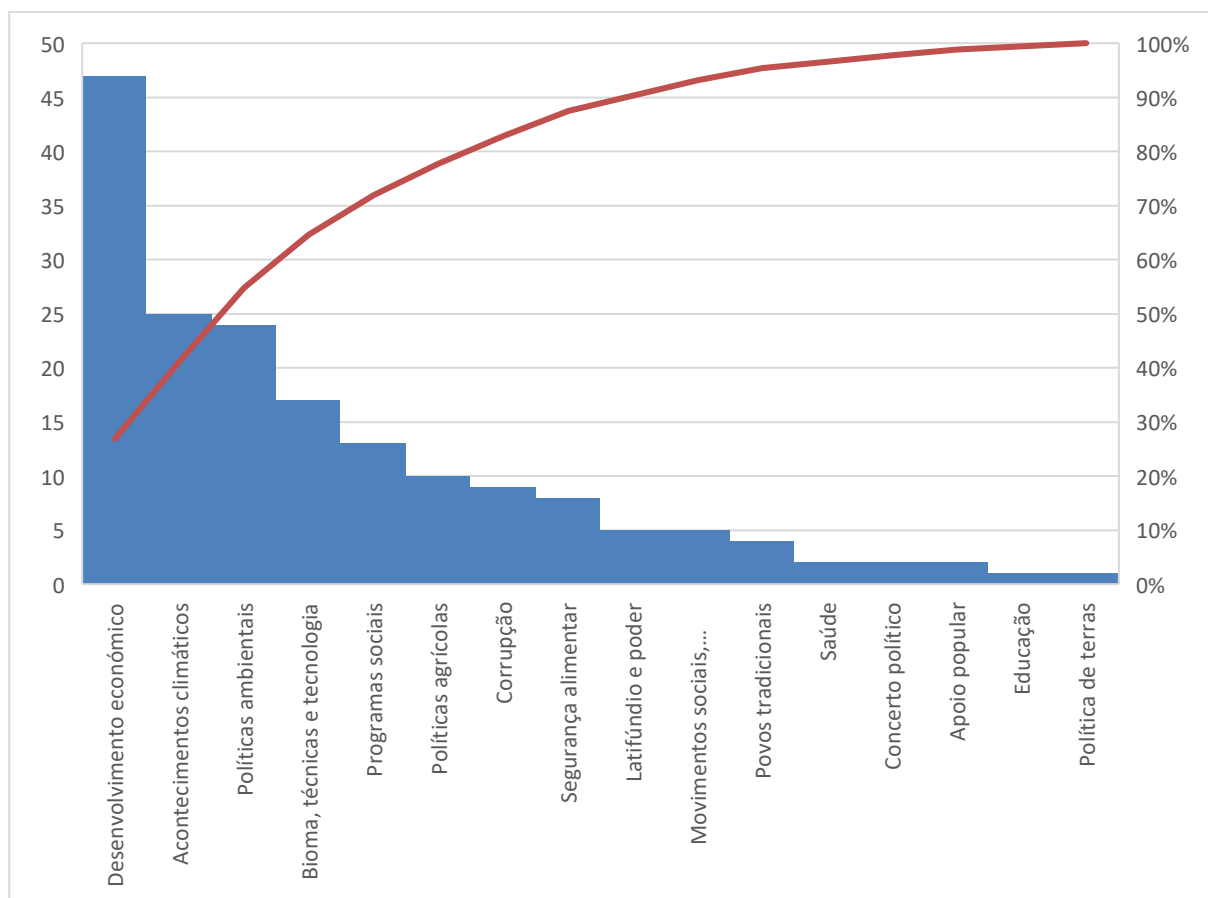
se observa ainda a intersecção entre ambas. Sobre esta última, Rousseff chama atenção nos debates para os casos de corrupção no Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), protagonizado pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no início dos anos 2000, e da construção com dinheiro público de um aeroporto na fazenda de um familiar de Aécio Neves (PSDB), principal adversário político da candidata neste ano. Acompanhamos, assim, ao acirramento da questão da corrupção presente no debate público brasileiro¹⁵⁸ também no discurso parte de nosso recorte de pesquisa. Identificamos que este fenómeno, inclusive o entrecruzamento dos temas 'políticas ambientais' e 'corrupção', vinha da tentativa de Rousseff em ripostar a predominância no debate público da associação entre o seu partido e escândalos de corrupção (Souza e Martins, 2015; Fernandes, 2015). Colocamos, assim, como hipótese que esta inter-relação de temáticas se fez mormente com o intuito de fragmentar o eleitorado de seu adversário, operação ideológica que melhor trabalharemos a partir da ACD na próxima secção.

4.2.2.2. Twitter

Voltando-nos ao Twitter de Rousseff em 2014, observamos uma ainda maior predominância da mesma escolha temática central empregada nos debates televisivos – da categoria 'desenvolvimento económico', conforme *gráfico 7*. Entendemos que esta marcada preponderância do tema em seu Twitter demonstra a real importância que tinha em sua campanha, uma vez que na plataforma digital a candidata não se encontrava *obrigada* (pelas regras dos debates, por exemplo) a responder a outros candidatos, jornalistas e eleitores acerca de temáticas outras. Ainda que esta influência não deva ser excluída, o fato de analisarmos somente os tweets e não retweets em nossa pesquisa reforça este argumento.

¹⁵⁸ Avritzer e Filgueiras (2011) afirmam que “[a] corrupção tornou-se um dos principais problemas para a gestão pública e para a democracia, questão essa amplamente reconhecida pela opinião pública no Brasil” (p. 7).

Gráfico 7. Análise temática de conteúdo: 2014 – Dilma Rousseff – Twitter



Por fim, mencionamos brevemente o segundo e terceiro principais temas colocados pela candidata: ‘acontecimentos climáticos’ e ‘políticas ambientais’.

O primeiro se relacionava principalmente a comentários da candidata sobre desastres resultados de alterações climáticas – chuvas fortes, falta d’água em regiões comumente chuvosas e tópicos afins. Observo, entretanto, que a candidata não menciona em nenhum destes tweets a possibilidade destes fenómenos estarem integrados às alterações climáticas postas numa perspetiva global e sistêmica. Este tema era, então, utilizado por Rousseff para, por um lado, apresentar-se solidária e assim aproximar-se da população atingida por estes fenómenos; e, por outro, imputar responsabilidade à má gestão de adversários políticos – como é o caso da ênfase no caso da crise hídrica de São Paulo (então governado pelo PSDB) ocorrida durante aquele ano eleitoral. Operações que também melhor discutiremos no desenvolvimento da ACD.

Já acerca do tema ‘políticas ambientais’, para além de reforçarmos a já comentada intersecção com a temática da corrupção – como nos debates televisivos –, a candidata refere-se recorrentemente à ampliação do saneamento básico para a população – e desta forma fala também ao eleitorado urbano e maioritariamente periférico. Ainda, para além de proposições genéricas (como a comentada em seu pleito eleitoral anterior), como apagar as

luzes do Palácio do Planalto durante a chamada “Hora do Planeta”, destaca de forma mais direta que em 2010 os índices de desmatamento de seu governo, que reduziram em mais 28% entre 2010 e 2014. Compreendemos, por fim, a utilização do Twitter para a divulgação destes dados como uma forma que a candidata empregou em 2014 para dialogar diretamente com o eleitorado preocupado com as pautas socioambientais – que também incluirá uma parcela do eleitorado urbano (como vimos, atual maioria no país).

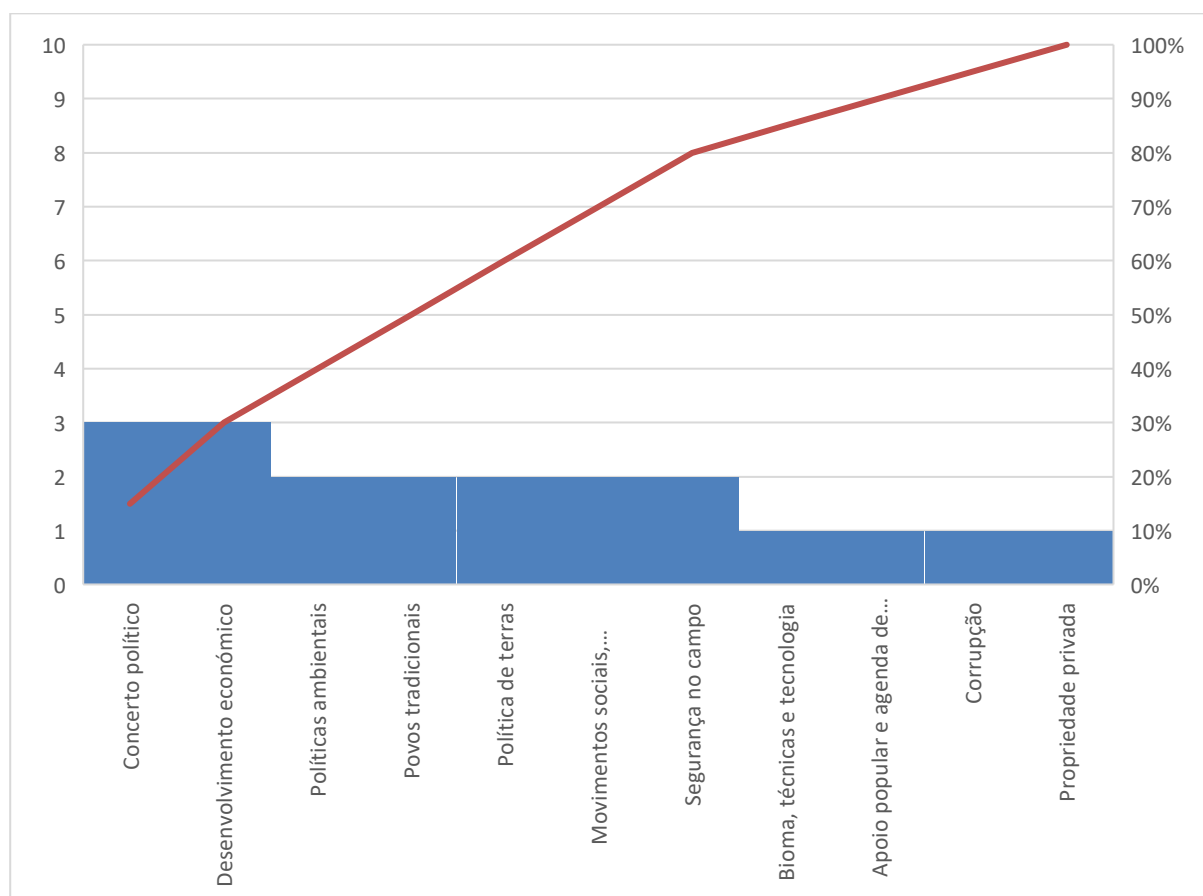
4.2.3. 2018: Jair Bolsonaro, ‘concerto político’ e ‘apoio popular’

4.2.3.1. Debate e entrevistas televisivos

Chegando em 2018, observamos no *gráfico 8* abaixo que os dois temas igualmente mais abordados por Bolsonaro no primeiro debate da primeira volta na Rede Bandeirantes e nas três entrevistas listadas em nosso capítulo metodológico, respondiam às categorias ‘desenvolvimento económico’ e ‘concerto político’, que em sua maioria se apresentavam concomitantemente codificadas. O candidato buscava deixar claro, principalmente nas entrevistas concedidas, a articulação que estava a construir com setores políticos do agronegócio, como a Frente Parlamentar da Agropecuária e a sua então presidente, que se tornaria Ministra do MAPA em seu mandato, Tereza Cristina.

Já os demais temas que aparecem em segundo lugar dentre as escolhas privilegiadas de Bolsonaro – ‘políticas ambientais’, ‘povos tradicionais’, ‘política de terras’, e ‘movimentos sociais, ativismo e ação coletiva’ – são abordados pelo candidato em rede televisiva por um viés declaradamente negativo, com nuances que o difere, pelo que observámos durante a Análise Crítica do Discurso, de seus pronunciamentos em torno de algumas dessas categorias no Twitter (assunto que também desenvolveremos na secção a seguir).

Gráfico 8. Análise temática de conteúdo: 2018 – Jair Bolsonaro – Debates e entrevistas televisivos

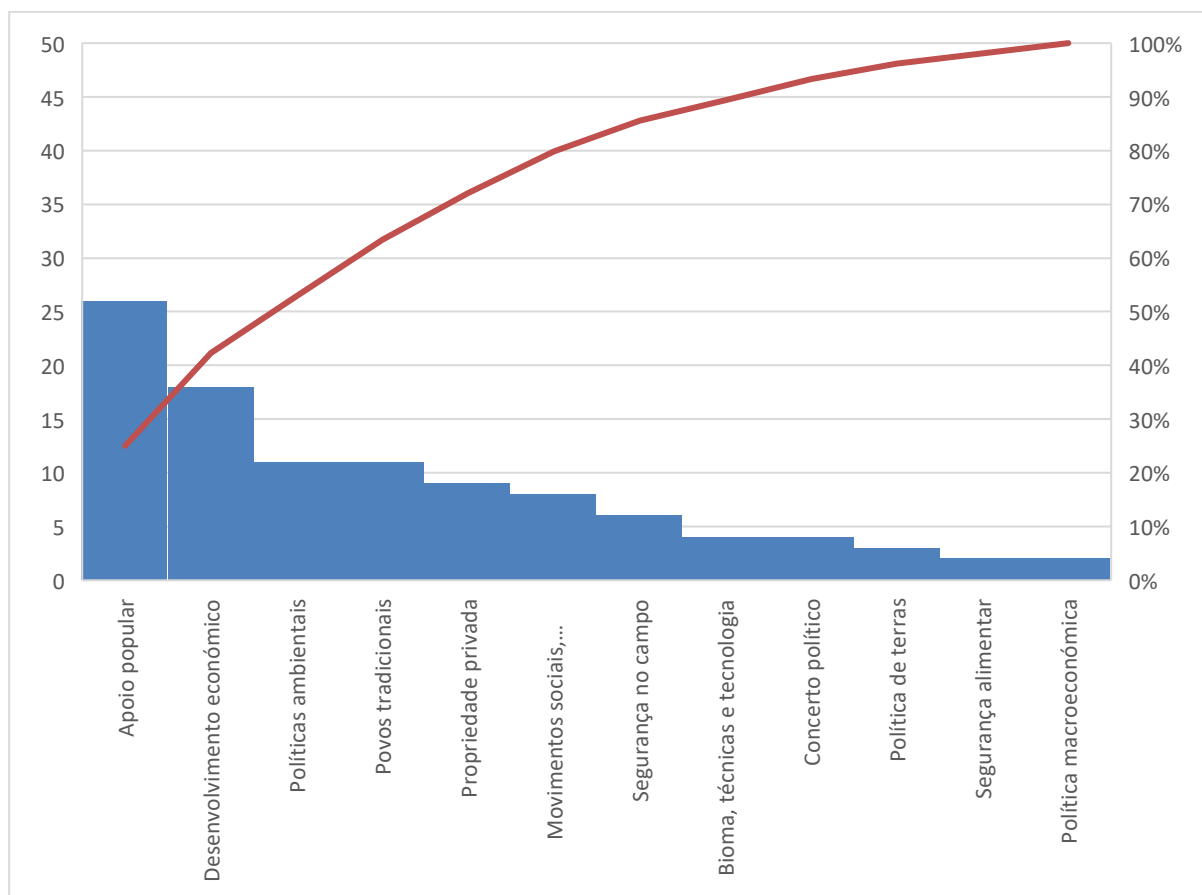


4.2.3.2. Twitter

Sobre a análise de conteúdo da conta de Bolsonaro no Twitter em 2018, observamos em primeiro lugar (*gráfico 9*) que a utilização mais relevante da rede na campanha de Bolsonaro tinha como principal objetivo noticiar a sua agenda, as cidades e as feiras ligadas a produtores rurais que o candidato visitava naquele ano eleitoral, bem como agradecer pelo apoio que alegadamente contava nesses meios. Buscava, assim, falar diretamente às populações locais e estabelecer relações de proximidade, ou o que codificámos como ‘apoio popular’, tal como esboçava a campanha de Rousseff em 2010 no Twitter (de forma, porém, consideravelmente menos extensiva).

Como segundo e terceiro temas mais abordados, respetivamente, temos as categorias ‘desenvolvimento económico’ e ‘povos tradicionais’, no que apontava ser um discurso enaltecendor do setor económico agroextrativista e assimilacionista em relação a povos indígenas e quilombolas, o que também melhor desenvolveremos na próxima secção a partir da ACD.

Gráfico 9. Análise temática de conteúdo: 2018 – Jair Bolsonaro – Twitter



4.3. Crítica do discurso eleitoral sobre a terra

Conforme discutido em nosso capítulo metodológico, nos focaremos na discussão da análise crítica do discurso em dois dos tópicos de análise colocados no desenvolvimento desta etapa, sempre informados ou complementados pelos demais (conforme *apêndice 3*) – a representação de atores sociais (van Leeuwen, 2008) e o estilo empregado no discurso (Resende e Ramalho, 2011).

Com esta análise buscou-se sempre compreender as suas particularidades em cada media (e nos respectivos gêneros analisados – debates e entrevistas televisionadas e as publicações online no Twitter), buscando observar a possível existência de padrões, de forma que ao fim pudéssemos compreender não só os modos de operação da ideologia no que diz respeito ao discurso dos presidentiáveis eleitos sobre a terra, mas a sua correlação com a transformação no modo de utilização dos media que analisamos, paralelamente observando, assim, se e como foram se estabelecendo aspectos ideológico-discursivos populistas nas performances comunicacionais de Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro ao longo deste período em nosso recorte temático de pesquisa – tal como a literatura demonstra ter acontecido no âmbito generalista da política brasileira.

Apresentaremos nas subsecções que seguem os principais resultados relativos a estas questões e os ilustraremos com exemplos de trechos televisionados e tweets. Os tweets exemplificados encontram-se reproduzidos na sua totalidade, já os trechos de pronunciamentos televisionados aqui exibidos são apenas recortes dos mesmos. A amostra completa encontra-se no *apêndice 5*. Para facilitar o reconhecimento destes pronunciamentos, os identificamos a partir do seguinte código: ano-media-id. Assim, no caso do primeiro trecho de debate televisionado em 2010 analisado, por exemplo, a sua referência será 2010-TV-ACD1. Indico também que os destaques efetuados em *itálico* em cada trecho são nossos, não constando nas publicações originais, e buscam indicar o que foi mencionado na análise a que se referem. Por fim, vale apontar que os tweets foram aqui transpostos *ipsis litteris* e que os trechos televisionados ou extraídos dos vídeos integrados em tweets, ainda que não sejam transcrições *princeps*, buscaram manter eventuais traços gramaticais alheios às normas de utilização da língua portuguesa.

4.3.1. Dilma Rousseff

4.3.1.1. 2010: uma campanha ainda pouco digital

Dada a pouca relevância numérica dos tweets de Rousseff em 2010, esta secção se debruçará, aparte dos contextos suscitados pela análise de conteúdo sobre a conta oficial de seu Twitter neste ano, exclusivamente sobre os pronunciamentos da candidata nos quatro debates televisivos indicados. Reitero que isto se dá em função da escolha metodológica pela seleção da amostra em que desenvolveríamos a ACD. I.e., não havendo um número mínimo de 9 tweets por categoria temática resultado da análise de conteúdo, apenas incluímos nesta subsecção os pronunciamentos televisionados, que constituem o *corpus* de relevância para o estudo do discurso da candidata sobre a terra neste ano de campanha, uma que se mostrava ainda pouco integrada ao meio digital.

4.3.1.1.1. O agricultor familiar enquanto ator privilegiado

Começamos então por comentar acerca da centralidade dada ao ator social “agricultor familiar”¹⁵⁹ – e seus correlatos: “agricultores familiares”, “o pequeno agricultor”, “pequenos proprietários”, etc. – encontrado nos pronunciamentos de Rousseff em debates televisivos em 2010 e estes enquanto beneficiários dos ‘programas sociais’, que identificámos enquanto temática privilegiada por Rousseff neste mesmo ano.

¹⁵⁹ Tomámos como ponto de partida desta análise a definição legal de agricultor familiar, i.e., aquele que “não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 módulos fiscais; utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; e dirija o estabelecimento ou empreendimento com a família”. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/541665-legislacao-define-quem-e-considerado-agricultor-familiar/>. Acesso em: 13 mar. 2024.

Como comentámos na secção anterior, compreendemos a popularidade do correligionário de Rousseff Lula da Silva e a existência de uma base eleitoral formada por beneficiários dos programas sociais desenvolvidos em seu governo como o contexto que orienta a preponderância do pequeno agricultor familiar nos discursos da candidata.

A partir deste ponto, destaco também nesta secção o estabelecimento de uma relação de dependência entre o ator ‘agricultor familiar’ (e a agricultura familiar de forma geral) e o ator ‘governo’ e seus ‘programas sociais’ e ‘políticas agrícolas’ (terceira temática encontrada na análise de conteúdo) a partir da estratégia de *passivação* do primeiro no discurso, como podemos observar nos exemplos abaixo.

Trecho I. 2010-TV-ACD3

“(...) *agricultores familiares* que hoje *recebem*, inclusive, um tipo de assistência técnica que nunca receberam antes (...).

Mas não foi só isso que nós fizemos, *nós demos a eles*, através dos programas da agricultura familiar, até uma demanda pra eles comprarem [sic] alimentos”.

Trecho II. 2010-TV-ACD7

“(...) criar instrumentos *para que as populações locais tenham do que viver*. Aí criamos na agricultura familiar programas de aquisição específica para as produções locais”

Ainda de acordo com a classificação de van Leeuwen (2008), observamos que estes atores passivados devem ser distinguidos enquanto *beneficializados*, neologismo cunhado pelo autor¹⁶⁰ que ajuda a corroborar o argumento que apresentámos.

Da construção da representação de dependência entre o ator ‘agricultor familiar’ e os governos de Lula da Silva, destacamos três pontos do discurso de Rousseff que consideramos importante na discussão da relação entre Estado e povos rurais subalternizados (no sentido gramsciano do termo) no país neste período: a *omissão* de outros atores e da sua agência na conquista de direitos e benefícios sociais – tais como movimentos sociais e povos tradicionais opositores à expansão do modo de produção capitalista sobre as suas terras, como comentado na análise de conteúdo; a *funcionalização* económica do ator ‘agricultor familiar’ (*trechos III e IV*); e a homogeneização da categoria ‘agricultura familiar’ através do emprego semântico da sinédoque, i.e., da representação do todo a partir de uma parte, como se verá mais à frente.

¹⁶⁰ No original, “*beneficialized*” (van Leeuwen, 2008, p.33).

Trecho III. 2010-TV-ACD6

“Considero que a agricultura familiar é um elemento fundamental do crescimento econômico do Brasil nos últimos anos (...).

Nós conseguimos, e eu vou dar todo empenho a isso, *aumentar a capacidade do agricultor familiar no Brasil de produzir alimentos* porque é nele, nesse pequeno agricultor [que] está uma das maiores *riquezas* do Brasil que é o fato de que a pessoa *tem a propriedade e produz* o seu alimento.

Trecho IV. 2010-TV-ACD1

“(...) eu sou a favor de processos (...) de reforma e de reassentamento agrário com qualidade baseado na *agricultura familiar* onde a propriedade tenha acesso ao crédito, assistência técnica e *que as pessoas possam viver do seu trabalho*”.

Argumentamos que a partir deste movimento, dá-se a descaracterização ontológica do campesinato¹⁶¹ enquanto modo de vida plural, e a sua predileção enquanto atividade socioeconômica (*trecho V*), que deve ser igualado aos modos de vida urbanos (*trecho VI*).

Trecho V. 2010-TV-ACD2

“(...) exigiam que quem fosse beneficiário do programa, ou seja, o *camp...*, o *agricultor* que não tinha dinheiro se quer pra colocar luz na sua casa pagasse por isso”.

Trecho VI. 2010-TV-ACD6

“(...) eu considero que tem de ser dado, e é isso que eu me comprometo, *tem de ser dado* para o filho do agricultor e para o agricultor *as mesmas condições da cidade*”.

Quanto à homogeneização da agricultura familiar e seu ator correlato a partir do uso da sinédoque enquanto função da linguagem e estratégia ideológica, ressaltamos a representação deste ator social por *generalização* em 2010. Para além do pequeno produtor, destacamos que a expressão agricultura familiar abrange silvicultores, aquicultores, extrativistas (excluídos garimpeiros e faiscadores), pescadores, povos indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais “e demais povos e comunidades

¹⁶¹ Ou a sua “dissolução nominalista” em diferentes povos e modos de vida, como descrevemos a partir de Almeida (2007, p.170) no capítulo teórico anterior.

tradicionais” (Brasil, 2006)¹⁶². A atribuição de sentido à categoria enquanto exclusivamente o conjunto de agricultores beneficiados pelas políticas à jusante e à montante do modo de produção agrícola capitalista (i.e., oferta de crédito para compra de maquinários e insumos e inserção no mercado de venda de alimentos), argumentamos, vem ao encontro da exclusão política de atores não alinhados a este modo de produção e de vida.

Sobre este ponto, voltamos a comentar a não oposição entre a concepção de agronegócio e de agricultura familiar, sendo ambas categorias heterogêneas em si. Pompeia (2021), ao discutir as origens políticas e económicas do primeiro, ressalta que este não nascia “em oposição aos *family farmers*, mas conectada a uma proposta político-econômica que legitimava – e aprofundava – a seleção que já ocorria há décadas entre produtores aptos ou inaptos a se inserir nos sistemas agroalimentares” (Pompeia, 2021, p. 50). Ao fim, a proposta eleitoral de Rousseff buscava, portanto, através da ingerência estatal no setor, conferir uma maior amplitude de acesso de pequenos produtores a esta cadeia económica-produtiva.

Ainda, resgatando as demais temáticas encontradas em terceiro lugar em nossa análise de conteúdo, ‘políticas agrícolas’ e ‘desenvolvimento económico’, e a sua contante associação ao ator aqui evidenciado, observamos que a candidata também omitia, assim, a importância que os ‘programas sociais’ tinham para diferentes setores económicos (e não só seus beneficiários diretos – o ‘agricultor familiar’), como construtoras, bancos, e empresas à montante e à jusante do agronegócio, setor por sua vez pouco diretamente evidenciado neste primeiro ano de análise.

Neste sentido, compreendemos que a análise de conteúdo mais aprofundada feita ao Twitter da candidata deste ano apenas corrobora esta tentativa de conciliação entre os diferentes grupos sociais que compõem o agronegócio, dentre eles o da agricultura familiar inserido no modo de produção capitalista – explícito no tweet que aqui recuperamos da secção analítica anterior: “Indo a Ribeirão Preto p/o Agrishow (...). Este ano, há também produtos p/agricultura familiar” (Rousseff, 2010).

Concluimos por fim que o discurso de Rousseff em 2010 estabelece, assim, no que diz respeito às questões relacionadas ao uso da terra no Brasil, a preferência pelo *agricultor familiar* que participa do modo de produção do *agronegócio*, integrando-o em sua cadeia produtiva e, assim, ocultando o conflito existente entre grupos sociais parte de ambos os campos, retoricamente conciliando-os.

Se por um lado o discurso da então candidata dá o protagonismo ao pequeno produtor, ao grupo que, dentro desta cadeia, detém a menor parcela do poder político e económico; por outro, exclui e negligencia as demandas específicas e a participação de outros grupos

¹⁶² Lei nº 11.326/2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 24 jun. 2022.

socioambientais subalternizados (como também observamos em nossa análise de conteúdo) – silenciados na expressão generalista “agricultor familiar”.

Desta análise, depreendemos a continuação de um discurso, portanto, que exclui a participação de povos e comunidades rurais tradicionais, de coletivos que resistem ao modo de produção capitalista e de seus respectivos modos de vida do projeto político-institucional brasileiro.

4.3.1.1.2. Tranquilidade e assertividade: entre a experiência política e a tecnocracia

Voltando-nos para a elaboração do estilo discursivo empregado pela candidata neste ano eleitoral nos debates televisionados, chama a nossa atenção o modo declarativo e a sua relação com a *afirmação*, enquanto função do discurso (Fairclough, 2003), bem como elementos de estilo presentes nas falas da então candidata que buscavam, primordialmente, transparecer segurança acerca do que discorria e que apresentava, como principais estratégias, o argumento 1) de que o seu governo daria continuidade a políticas com as quais Rousseff já estava familiarizada – representando a *experiência política* da candidata (*trechos VII, VIII e IX*); e 2) que a candidata possuía os conhecimentos técnicos necessários para cumprir com o projeto de campanha – dentro de uma abordagem *tecnocrata* do discurso (*trechos X e XI*).

Acerca do primeiro ponto, o observamos a partir da preponderância dada aos atores (não diretamente relacionados à questão agrária) “Lula da Silva”, “eu” e “nós” – enquanto governos do PT. O tom ora calmo, didático, ora assertivo, mas reiteradamente seguro, vinha, assim, ao encontro da confiança que a candidata depositava no alto índice de aprovação do governo de seu antecessor, do qual também fazia parte enquanto Ministra-Chefe da Casa Civil:

Trecho VII. 2010-TV-ACD6

“No Rio Grande do Sul *nós* tivemos talvez *uma das melhores experiências desses últimos anos* e eu vou levá-la para todo Brasil e de uma forma ainda mais ampla, que é a agricultura familiar. Veja que a agricultura familiar, primeiro, ela foi beneficiada pelo ‘Luz para Todos’. *Tenho a certeza* que quando você saiu lá da sua terra não tinha luz elétrica (...). Hoje tem energia elétrica que permite o uso de irrigação e a melhoria de vida na região”.

Trecho VIII. 2010-TV-ACD7

“Pablo, eu tenho um compromisso com a questão do meio ambiente, *eu assinei em nome do Brasil* a redução da emissão de gás de efeito estufa de 36% a 39% até 2020”.

Trecho IX. 2010-TV-ACD3

“E além disso eu considero que *o nosso país* foi um dos países que *fez a maior e mais profunda reforma agrária dos últimos tempos*”.

Acerca do segundo ponto, observamos, então, a ênfase num estilo discursivo mais tecnocrata e gerencialista, como observado nos trechos abaixo, em especial em passagens que dialogavam diretamente com setores dominantes do agronegócio – em minoria e de forma pouco explícita, mas ainda assim presentes em 2010. A candidata buscava, assim, demonstrar conhecimento sobre os assuntos debatidos a partir de uma abordagem diferente do processo de experiência política observado nos trechos acima:

Trecho X. 2010-TV-ACD4

“(...) tem um *plano nacional de logística*, que foi elaborado e é por causa dele que a gente sabe que é necessário fazer *integração entre ferrovia, hidrovía e rodovias*”.

Trecho XI. 2010-TV-ACD5

“Primeiro, nós tivemos de recontratar todas as *dragagens dos portos* por um período de 3 anos e garantir que a prestação do serviço assegurasse a qualidade da dragagem, ou seja, além de dragar e *garantir uma profundidade de 12 metros pra esses navios de grande porte* que transportam os produtos poderem circular pelos portos brasileiros, nós tivemos também de criar toda uma regulamentação pra conseguir que os portos do Brasil fossem *desburocratizados* porque não se teve nesse período dos 8 anos deles nenhuma iniciativa de *modernização da gestão* de portos no Brasil”.

Estando a ênfase da campanha de Rousseff em 2010 baseada ainda na comunicação de massas e pouco na comunicação digital, conforme discutido no primeiro tratamento de dados desta investigação, entendemos que os elementos de estilo empregados nos temas relacionados à questão da terra neste momento – *experiência política e capacidade técnica* –, dialogam, portanto, diretamente com um momento da comunicação de campanhas marcada pela intensificação da profissionalização da advocacia política (Blumler, 2016; 2001), uma que Gibson e Römmele (2001) chamaram de uma abordagem de caráter mais empresarial¹⁶³.

4.3.1.1.3. A operacionalização da ideologia e algumas conclusões sobre 2010

¹⁶³ No original, “*more businesslike in its approach*” (Gibson e Römmele, 2001, p.32).

Neste primeiro ano analisado, identificamos como principais modos de operação da ideologia (Thompson, 2011) as estratégias de *legitimação*, *dissimulação* e *reificação*.

A primeira responde aos processos de *racionalização* e *universalização* das políticas sociais reivindicadas pela candidata neste ano eleitoral. Estratégias em que “o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações, ou instituições sociais, e com isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio” (Ibidem, pp.82-3) e em que “acordos institucionais que servem aos interesses de alguns indivíduos são apresentados como servindo aos interesses de todos” (Ibidem, p.83), respetivamente.

Estratégias essas que buscavam *legitimar*, assim, um projeto de governo que advogava a continuação da inserção da “agricultura familiar” como um todo dentro da cadeia de produção e consumo capitalista a partir da *reificação* desta, i.e., da compreensão desse modo de produção como o único e natural. Em paralelo e especialmente, foram ocultados, em 2010, mormente a partir do tropo da sinédoque, grupos sociais que resistiam a este modo de vida (como fica claro através de nossa análise de conteúdo), dissimulando a pluralidade de outras formas de existência que não a do pequeno agricultor partícipe da cadeia de produção do agronegócio.

Identificadas estas estratégias ideológicas, falta-nos elaborar acerca de qual ideologia sustentavam e que aqui identificamos enquanto um projeto político-económico ideológico neodesenvolvimentista (Gudynas, 2011) às avessas (Milanez e Santos, 2015), ou o que aqui chamaremos neodesenvolvimentista-extrativista.

Começando pela definição do paradigma do “novo extrativismo” ou “neoextrativismo progressista”, predominante nos governos de esquerda latino-americanos do início do século XXI, o compreendemos a partir de Gudynas (2009; 2011), para quem esta seria uma alternativa “dentro da ideologia do progresso e da modernidade” (2011, p. 47, tradução nossa) e que apresenta “diferenças importantes em relação às estratégias anteriores dos governos conservadores, baseadas na transnacionalização e na subordinação do Estado, mas que, em todo o caso, repete esta apropriação massiva da natureza, as economias de enclave¹⁶⁴ e a inserção global subordinada” (Ibidem, p.35).

Junto a este novo tipo de pensamento neoextrativista, o autor também menciona a ideologia “neodesenvolvimentista” dentre estes que são alternativas *de* desenvolvimento, mas não alternativas *ao* desenvolvimento – tais como os pensamentos teórico-práticos do *buen vivir*, o preceito do pluralismo e das ontologias relacionais, etc. (Gudynas, 2011).

Para Milanez e Santos (2013; 2015) ambos os projetos, a que chamam ideopolíticos, têm como pressupostos a crença no crescimento, na inserção internacional e numa aliança entre

¹⁶⁴ Economias sustentadas pela exportação de recursos ou produtos desenvolvidos no país, mas operado por empresas estrangeiras.

Estado e mercado, mas diferem na preocupação do neodesenvolvimentismo com a industrialização do país e do neoextrativismo com o seu foco na exploração de recursos naturais.

Sobre o lugar do Brasil, naquele momento, entre um e outro projeto, Milanez e Santos (2015) concluem que as políticas voltadas para a implementação de um modelo neodesenvolvimentista, a partir do “fortalecimento do Estado, [da] criação de infraestrutura, [e do] estímulo às exportações” produziram “conseqüências neo-extrativistas” (p.24, tradução nossa). Os autores argumentam que o discurso neodesenvolvimentista deste período não foi capaz de “produzir os resultados prometidos” e que, “[a]o contrário, sua política econômica parece consolidar um perfil neo-extrativista, compreendido como a principal forma de ampliar a participação do extrativismo nas exportações e na estrutura econômica do país” (Ibidem, p.25), caracterizando o que chamaram, então, de um neodesenvolvimentismo às avessas, uma ideologia que, tal como os paradigmas do liberalismo, neoliberalismo e desenvolvimentismo, pode ser caracterizada, “essencialmente, pela função reprodutiva das relações sociais capitalistas” (Milanez e Santos, 2013, p.4).

Por fim, pulsante nos resultados encontrados na análise crítica do discurso de 2010, está um dos principais atributos do neoextrativismo descrito por Gudynas (2009), a legitimação deste projeto através do financiamento de políticas sociais: “como este novo extrativismo contribui para o financiamento dos programas sociais que são fundamentais para que estes novos governos se possam definir como progressistas, conseguem uma legitimidade política inesperada” (p.220, tradução nossa).

Entendemos, então, que em seu discurso eleitoral de 2010, Rousseff utiliza-se das estratégias discursivas discutidas acima a fim de assim sustentar um projeto político-econômico neodesenvolvimentista-extrativista, cujos desdobramentos veremos nos anos a seguir.

Pelo todo descrito, destacamos por fim uma ausência do que nesta tese definimos, em termos discursivo-ideológico-crítico, enquanto populismo. Se por um lado observámos a homogeneização do ator social ‘agricultor familiar’, esta representação se fez através de uma lógica discursiva de omissão antes que de oposição a outros sujeitos e cadeias de atores. Reiteramos, assim, a pouca incidência dos modos de operação da ideologia da unificação e da fragmentação enquanto estratégias de construção de campos políticos antagônicos e moralmente avaliados em bons ou maus; um estilo discursivo primordialmente não-conflitivo; e, reforçando este traço de sua comunicação de campanha, se por um lado movimentos sociais e povos tradicionais não compõem o seu discurso, tampouco é destacada a figura de setores dominantes do agronegócio. Tais setores encontram-se deveras apagados em 2010, tal como são ocultados os eventos conflituosos entre estes (e outros setores econômicos dominantes) e os primeiros – organizações de movimentos sociais e povos tradicionais.

4.3.1.2. 2014: a entrada na comunicação em rede

Como comentámos na primeira secção deste capítulo, em 2014, diferentemente do ano eleitoral anterior, observamos na campanha de Dilma Rousseff uma maior utilização do Twitter e o que sugerimos ser uma relevância equiparada do uso deste à campanha televisada. Ao analisar com profundidade seus pronunciamentos em ambos os media, observamos nessa direção uma consistente integração entre ambos, em especial no que diz respeito à utilização de sua conta oficial no Twitter para a reprodução de pronunciamentos proferidos nos debates televisados, buscando reiterar e complementar determinada mensagem, bem como expandir o eleitorado abrangido pela comunicação massmediática (cf. à frente *trechos XIV e XV*).

Por outro lado, observamos nesta análise mais profunda, que em 2014 há ainda uma utilização limitada das possibilidades apresentadas pelo modelo de autocomunicação de massas, no qual destaca-se a plataforma que analisamos, o Twitter. I.e., se observou aqui uma quase ausência de fontes e modalidades de linguagem variadas, características deste modelo comunicativo (Castells, 2007). A única linguagem visual para além da textual que a candidata utiliza são imagens, que ainda assim correspondem a apenas 6,2% de suas publicações relacionadas a questão da terra. Não há, para além das já referidas reproduções textuais de alguns trechos dos debates analisados, a reprodução de outras fontes – de origem analógica e/ ou digital, como a publicação de vídeos do YouTube, reportagens de jornais impressos ou televisados, etc.: elementos que observaremos no ano eleitoral a seguir¹⁶⁵.

Infere-se destas observações que, diferentemente de 2010, o marketing político de Dilma Rousseff em 2014 já observa uma utilização *extensiva* dos media digitais (neste ano, Rousseff também já possuía contas em outras plataformas, como o Facebook e o YouTube) e algum nível de integração entre diferentes géneros do discurso (como observado em nossa pesquisa, entre tweets e debates televisados), porém de forma ainda pouco *intensiva*, configurando o que entendemos ser uma campanha *limitadamente* em rede.

4.3.1.2.1. O ator oculto

Ao triangular a escolha temática privilegiada por Rousseff em ambos os media com a identificação dos atores sociais durante a Análise Crítica do Discurso, observamos, dentro da categoria ‘desenvolvimento económico’ – o tema mais vezes codificado durante nossa análise de conteúdo – uma preponderante preocupação de Rousseff em dirigir-se a setores *dominantes* da economia agrária e industrial, havendo, assim, uma mudança no discurso da

¹⁶⁵ Sobre o assunto, importa ainda referir que em 2014, diferentemente da quase totalidade do ano eleitoral de 2010, a plataforma Twitter já apresentava a funcionalidade de integrar vídeos e imagens em suas publicações. Disponível em: https://blog.x.com/en_us/a/2010/100 e https://blog.twitter.com/en_us/a/2013/picture-this-more-visual-tweets. Acesso em: 7 out. 2022.

candidata em relação ao ator social mais relevante para a sua narrativa eleitoral, comparado à proeminência do ‘agricultor familiar’ em 2010.

Conforme discutido na secção dedicada à análise de conteúdo, identificamos como contexto a crise económica brasileira e o papel que o setor agropecuário desempenhava em termos macroeconómicos no país (*gráfico 1*). Se a partir da escolha privilegiada pela categoria ‘desenvolvimento económico’ Rousseff buscava reforçar junto ao seu eleitorado (não só o rural, mas também o urbano) a sua preocupação com a economia do país, a relevância do ator com quem dialoga dentro desta categoria demonstra também uma intencionalidade da candidata em responder a este setor por diferentes razões. Em especial, pela posição que detinha (e ainda detém) na balança comercial brasileira, dado o contexto de crise que aqui mencionámos e, sobre o que falaremos melhor na subsecção dedicada aos modos de operação da ideologia, pelo papel que intervenientes-chave deste setor tinham no financiamento de sua campanha durante a candidatura de 2014.

Identificamos ainda que este movimento foi feito, em ambos os media, a partir de três principais operações. Em primeiro lugar, a partir do anúncio de grandes obras de infraestrutura (da transposição do rio São Francisco à construção e beneficiamento de rodovias, portos e ferrovias) – *trecho XII*. Em segundo lugar, a partir da abordagem à tópicos relacionados à segurança energética, dos quais se destacam a ênfase na energia hidrelétrica, em função da realização do leilão, naquele ano, para a construção e operação das linhas de transmissão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte¹⁶⁶ e na construção de parques eólicos, cujos impactos socioambientais também se fazem explícitos nas relações contenciosas com pequenos produtores e comunidades tradicionais (Millanez e Santos, 2013; Dunlap e Arce, 2021; Contreras, 2021) – *trecho XIII*. E, por fim, a partir da exaltação da produção agrícola do agronegócio – *trechos XIV e XV*.

Trecho XII. 2014-TT-ACD3

Este é o *porto do Rio Grande*, fruto da nossa política de conteúdo local para a indústria naval <http://t.co/EGDa2vIwvr>¹⁶⁷

Trecho XIII. 2014-TV-ACD2

“Hoje o *Brasil vai precisar* nos próximos dez anos de *em torno de 70 mil mega watts*, e nós temos que planejar a entrada desses 70 mil mega watts, pastor.

¹⁶⁶ Conforme já exposto, projeto amplamente contestado pelos povos da região da Volta Grande do Xingu pelo alto impacto socioambiental que apresenta.

¹⁶⁷ Como exemplo do que mencionamos, o principal fluxo de cargas que hoje movimenta o porto do Rio Grande, citado por Rousseff no trecho acima, é oriunda do agronegócio: em especial a soja, o trigo, fertilizantes e arroz (G1, 2022). Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/03/28/portos-do-rs-movimentam-carga-recorde-no-1o-bimestre-de-2022-diz-superintendencia.ghtml>. Acesso em: 02 mar. 2022.

Eu acredito que *a maior e a principal fonte é hidrelétrica*, mas outras fontes também são importantes e são suplementares, como é o caso da *energia eólica*".

Trecho XIV. 2014-TV-ACD8

"Durante o meu governo, nós *tivemos um aumento muito grande da safra*".

Trecho XV. 2014-TT-ACD4

"Candidato, nós damos muita importância à agricultura no país. No meu governo, *tivemos um aumento muito gde da safra*. #SomosTodosDilma"

Conforme observado nos trechos acima, importa ressaltar que o diálogo com os setores dominantes do agronegócio não é feito de forma explícita, i.e., a candidata não se dirige nominalmente a intervenientes-chaves destes grupos, nem mesmo explicitamente ao setor, de forma generalista – nossa análise é feita, assim, a partir da observação da *ausência* destes. A título de ilustração, a palavra "agronegócio" aparece apenas uma vez dentre os 146 tweets de Rousseff correspondentes ao tema desta investigação. Apesar de não mencionados, os trechos apresentados exemplificam, porém, o que aqui compreendemos se tratar de um compromisso tácito com as demandas colocadas por diferentes grupos de interesse ligados à agropecuária ao longo dos anos no Brasil (Pompeia, 2021) e da qual destacamos os textos "Proposta de plano de ação aos presidencialistas", redigido pela Abag (2014), e "O que esperamos do próximo presidente 2015-2018", da CNA (2014), que deixam explícitas as demandas pelos pontos supracitados.

Apesar destes setores compreenderem os principais interlocutores de Rousseff em 2014 em ambos os media analisados – ainda que de forma implícita –, destacamos também a inserção de novos atores a quem a candidata se dirige especificamente em sua conta no Twitter em que salientamos a inclusão de movimentos sociais e sindicatos rurais (como vimos, eclipsados em 2010). Observamos ainda um maior equilíbrio na menção a estes atores, sem a preponderância dada ao 'agricultor familiar' encontrada na análise de 2010.

A partir do pressuposto de que o Twitter comprime audiências múltiplas e díspares em uma só, configurando o que Marvick e boyd (2010) chamaram de "colapso do contexto"¹⁶⁸, encontramos na análise de 2014 a utilização de hashtags como principal forma de dialogar com estes múltiplos atores¹⁶⁹. Encontramos, assim, desde hashtags voltadas para o ator

¹⁶⁸ No original, *context collapse*, fenômeno comum a toda comunicação mediada, porém intensificado na utilização dos media digitais sociais.

¹⁶⁹ É preciso levar em consideração que em 2014 o Twitter apresentava as publicações aos seus usuários a partir do "modelo cronológico", e que apenas em 2017 os algoritmos foram alterados, sendo implementado o "modelo de relevância", que possibilita o estabelecimento da estratégia de *microtargeting* comportamental nas campanhas

social privilegiado no discurso (como #Infraestrutura ou #safrabrasileira) a hashtags direcionadas ao pequeno agricultor (como #PAA10Anos, em referência ao Programa de Aquisição de Alimentos, voltado para o agricultor familiar) e à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que coordena, em ação conjunta com diferentes movimentos sociais do campo, a Marcha das Margaridas, conforme exemplo abaixo:

Trecho XVI. 2014-TT-ACD12

“Com a força das Margaridas, nossas trabalhadoras rurais, reafirmo nosso apoio à agricultura familiar #Dilma13NaContag <http://t.co/uyt7mQMGMd>”

Percebemos, assim, uma heterogeneidade de atores constitutiva de sua campanha online de 2014, que melhor discorreremos na subsecção dedicada aos modos de operação da ideologia deste ano eleitoral.

4.3.1.2.2. A introdução de elementos de estilo populistas

Se a temática e o ator privilegiados se mostraram os mesmos em ambos os media apresentados, apesar dos modos gramaticais também coincidirem – com o predomínio do modo declarativo, tanto nos debates televisivos quanto na conta oficial de Rousseff no Twitter –, os estilos associados a estes apresentam importantes divergências. Observamos nos debates televisivos, com algumas exceções ligadas a um crescendo de hostilidade em seu tom de fala, que a candidata apresentava, predominantemente, tom calmo, didático e assertivo, buscando demonstrar, tal como em 2010, conhecimento e segurança acerca do que discorre – dentro, mais uma vez, de uma base de argumentação tecnocrata e gerencialista:

Trecho XVII. 2014-TV-ACD2

Hoje o Brasil vai precisar nos próximos dez anos de em torno de 70 mil mega watts (...). Então, pastor, eu acho que tem de planejar, em energia elétrica, *tem de planejar e gerir*.

Trecho XVIII. 2014-TV-ACD1

(...) ele [o presidente] *tem de agir*, ele tem de *resolver os graves problemas do país* – a educação, a saúde, a segurança; ele tem de resolver os problemas de estradas, de ferrovias, de portos e de aeroportos.

eleitorais. Voltaremos a esse ponto de forma mais aprofundada em diferentes momentos da pesquisa. Disponível em: https://blog.twitter.com/engineering/en_us/topics/insights/2017/using-deep-learning-at-scale-in-tweets-timelines. Acesso em: 7 out. 2022.

Já em sua conta de Twitter, encontramos também um tom de discurso majoritariamente assertivo, mas cuja escrita se apresenta predominantemente coloquial (*trechos XIX e XX*), indicando uma maior proximidade com seus interlocutores, reforçando os estudos que demonstram a correlação entre redes e media sociais digitais e uma maior personalização da comunicação política. Neste sentido, a utilização maciça de hashtags nas publicações online de Rousseff (71,2% de seus tweets) vem também ao encontro deste argumento. Segundo Davis (2013), “[as hashtags] fortalecem *conexões interpessoais* e criam um senso de comunidade através de valores e interesses compartilhados (Zappavigna, 2012)” (p.18, tradução nossa, grifo nosso), fenômeno que compõe a estratégia online de Rousseff aqui observada.

Se observa ainda elementos de estilo relacionados à dimensão da emoção (e.g. *trechos XXI e XXII*), ecoando o que Govil e Baishya (2018) discutiram como sendo “o potencial afetivo dos meios de comunicação em rede” (p.75, tradução nossa) e a sua interlocução com o fenômeno do populismo. Nesta direção, se encontram também presentes nos exemplos abaixo aspetos que Ernst et al. (2018; 2019) descreveram como elementos de estilo relacionados ao populismo – tais como o negativismo, o intimismo e as já citadas coloquialidade e emotividade, bem como os colocados por Moffitt (2016) enquanto “apelo ao povo” e “retórica de crise, ameaças e colapso” (p.8, tradução nossa).

Trecho XIX. 2014-TT-ACD11

Vcs (PSDB) deixaram a agricultura *a pão e água*. Qdo eu falo de futuro, eu tenho credencias. Vcs não davam importância ao agricultor familiar.

Trecho XX. 2014-TT-ACD2

Aécio o Sr. tem que se informar *pra* conhecer melhor o Brasil. Nós finalizamos a Ferrovia Norte Sul *sim*. #QueroDilmaTreze

Trecho XXI. 2014-TT-ACD10

Tenho *muito orgulho* da *parceria* q fizemos no semiárido com os nordestinos e os movimentos sociais. #QueroDilmaTreze <http://t.co/TzOqsLufxV>

Trecho XXII. 2014-TT-ACD7

No Ceará se diz “tempo bonito” para dia de chuva. Por isso, *desejo “tempo bonito” para o CE* e todas regiões q sofrem c/ a falta de chuva

Não sendo elementos ainda predominantes, como se verá na análise de 2018, consideramos importante a observação deste ponto, uma vez que a passagem para uma

campanha em que diferentes media e gêneros discursivos – debates televisionados e tweets – começam a se mostrar mais integrados é também quando o fenômeno populista começa a despontar em nosso material de análise, como melhor discutiremos na subsecção seguinte, ao tratarmos dos modos de operação ideológicos e suas subjacentes ideologias.

4.3.1.2.3. A operacionalização da ideologia e algumas conclusões sobre 2014

Observamos como modo de operação da ideologia que mais vezes desponta nos trechos de debates televisivos e tweets de nossa amostra em 2014, em ambos os media analisados, a *dissimulação*.

Compreendemos que esta operação discursiva-ideológica se dá através de duas principais estratégias discursivas, pela *ocultação*, não nomeação em si dos setores a que o discurso se dirige e pela *eufemização* dos eventos descritos, processo em que “ações, instituições ou relações sociais são descritas ou redescritas de modo a despertar uma valoração positiva” (Thompson, 2011, p.84).

Em primeiro lugar, entendemos então que os setores dominantes do agronegócio são dissimuladamente privilegiados no projeto político-eleitoral de Rousseff em 2014 – i.e., não aparecem explícitos em sua campanha, mas é com eles que a candidata privilegia o diálogo, a partir do estabelecimento de compromissos tácitos com organizações-chave do setor, sendo o anúncio e a comemoração da implantação de grandes obras de infraestrutura o subtema de destaque neste ano eleitoral (dentro de nosso recorte temático).

Sobre este ponto, torna-se importante referir que a candidata possuía naquele ano o apoio político declarado da então senadora e presidente da CNA Kátia Abreu (Rodrigues, 2013)¹⁷⁰ e que, se em 2010 a prestação de contas da candidata não apresenta doação expressiva de empresas do setor (TSE, 2010), em 2014 este quadro se altera e vemos, somente entre as dez primeiras maiores doações à sua campanha, quatro vezes a empresa JBS S.A. (TSE, 2014), nome hegemônico do agronegócio brasileiro e a maior empresa brasileira em facturamento em 2021¹⁷¹, tendo constituído o maior doador de campanha da candidata naquele ano eleitoral¹⁷². Assim, predominantemente sem nomear atores parte dos grupos económicos dominantes da cadeia de produção do agronegócio ou mesmo o setor económico *per se*, Rousseff buscou manter em sua campanha de 2014 a hegemonia daqueles, buscando os *legitimar* – o segundo modo de operação da ideologia que mais desponta em 2014 em

¹⁷⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/poderepolitica/2013/10/1353797-entrevista-com-katia-abreu.shtml>. Acesso em: 3 ago. 2022.

¹⁷¹ Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2022/01/veja-a-lista-forbes-as-100-maiores-empresas-do-agro/>. Acesso em: 3 ago. 2022.

¹⁷² Os dados de 2010 e 2014 foram consultados através do Portal de Dados Abertos do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/>. Acesso em: 14 mar. 2024.

ambos os media – através de elogios indiretos ao setor e da eufemização de suas atividades¹⁷³.

Assim, outro aspeto da dissimulação presente neste ano está também no encobrimento dos impactos socioambientais que as subcategorias que identificámos – grandes obras de infraestrutura, incluindo a construção de Belo Monte e parques eólicos, e a expansão da safra agrícola brasileira – têm sobre uma grande diversidade de povos e comunidades rurais no Brasil. Dessa forma, o discurso de Rousseff ocultava também os prementes conflitos existentes no contexto agrário e ambiental do país, mormente os existentes entre setores e atores hegemónicos da cadeia de produção do agronegócio e os povos e coletivos que se articulam fora da lógica mercadológica destas cadeias produtivas.

Sobre o assunto, ressalto aqui a relação direta entre a expansão da agropecuária e a redução da cobertura de solo florestal no país, motivo pelo qual os mecanismos de dissimulação que aqui apresentamos representam também uma invisibilização da responsabilidade do setor pelos impactos socioambientais que causam. Ilustramos esta relação com a percentagem de perda de floresta natural no país para a atividade económica da agropecuária no *gráfico 10* abaixo. A reforçar este argumento, a última edição da pesquisa levada a cabo pelo projeto MapBiomass (2023) revelou que entre 1985 e 2022:

a área ocupada por florestas naturais passou de 581,6 milhões de hectares para 494,1 milhões de hectares, uma redução de 15%. Desse total, mais de 75 milhões de hectares estavam em propriedades privadas. (...) A quase totalidade (95%) da conversão de florestas naturais no Brasil foi para a agropecuária, ou seja, após o desmatamento a área foi convertida para uso agropecuário – seja pastagens ou cultivo agrícola. (MapBiomass, 2023¹⁷⁴).

¹⁷³ Da lista das dez maiores doações a Rousseff em 2014 também despontam as construtoras Andrade Gutierrez S.A. e Triunfo S.A., cujo “setor económico do doador” identificado nos Dados Abertos do TSE é “construção de rodovias e ferrovias”, que também dialogam com o resultado que encontramos acerca do principal subtema dentro da categoria ‘desenvolvimento económico’. Ainda que relacionados indiretamente ao setor agroextrativista, não nos deteremos neste ponto dado não integrarem, diretamente, este setor a que naturalmente prestamos maior atenção nesta pesquisa.

¹⁷⁴ Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2023/10/20/em-38-anos-o-brasil-perdeu-15-de-suas-florestas-naturais/#:~:text=Novos%20dados%20do%20MapBiomass%2C%20obtidos,1985%20e%202022%20foi%20intens>. Acesso em: 14 mar. 2024.

Gráfico 10. Transformação da cobertura de solo “floresta natural” para “agropecuária” de 1985 a 2019



Fonte: elaboração nossa com base na Coleção 5.0 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil do Projeto MapBiomias¹⁷⁵

Na sequência sobre a dissimulação dos conflitos socioambientais em sua campanha, destacamos ainda a hashtag elogiosa #BeloMonte no Twitter de Rousseff¹⁷⁶ e, mais uma vez, a eufemização do impacto que o empreendimento tinha na região do Xingu – como mencionámos em nossa análise de conteúdo já de 2010, quando apenas o licenciamento ambiental prévio para a Usina havia sido deferido. Entendemos que Rousseff, dentro de uma retórica neodesenvolvimentista, ao reiterar o leilão e a premente inauguração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, buscava, assim, legitimar a construção da mesma, associando-a ao desenvolvimento económico do país¹⁷⁷. Paralelamente, eram colocadas denúncias de “ausência de processos de consulta prévia, livre e informada” (Instituto Socioambiental, 2015) aos povos indígenas da região da Volta Grande do Xingu sobre o empreendimento que viria a impactar diretamente a sua sustentabilidade¹⁷⁸.

Identificamos, assim, nesta campanha de Rousseff o que Gudynas (2009) alertou acerca da faceta neoextrativista progressista e as suas contradições:

¹⁷⁵ Disponível em: <https://plataforma.mapbiomas.org/>. Acesso em: 22 nov. 2020.

¹⁷⁶ Observadas no contexto do pronunciamento 2014-TT-ACD1 acerca de crises energéticas.

¹⁷⁷ Rousseff associa alguns destes tweets à hashtag “#MaisMudançaMaisFuturo”, também adicionada a publicações direcionadas aos setores dominantes do agronegócio.

¹⁷⁸ Dossiê Belo Monte – Não há condições para a Licença de Operação. Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/isa-publica-dossie-belo-monte-nao-ha-condicoes-para-a-licenca-de-operacao>. Acesso em: 13 dez. 2021.

Sob este novo extrativismo, mantém-se um estilo de desenvolvimento baseado na apropriação da natureza, que alimenta um quadro produtivo pouco diversificado e altamente dependente da inserção internacional como fornecedor de matérias-primas, e embora o Estado desempenhe um papel mais ativo e consiga maior legitimidade através da redistribuição de alguns dos excedentes gerados por este extrativismo, *os impactos sociais e ambientais negativos repetem-se* (p.188, tradução nossa, grifo nosso).

No que diz respeito às questões da terra, consideramos, portanto, que a ideologia neodesenvolvimentista-extrativista discutida acerca de 2010 se mantém em 2014, porém com outra estratégia discursiva para a sua legitimação e apresentando traços distintivos, ainda que não preponderantes, de outro modelo ideológico – o neoliberal.

Sobre estes aspetos neoliberais, consideramos que a ênfase na agricultura patronal e no investimento estatal em infraestrutura para esse setor (principalmente em comparação à preponderância do agricultor familiar e das políticas públicas a este direcionadas em 2010) nos aponta que, em 2014, estes aspetos despontavam de forma mais explícita no discurso da candidata. Um em que se reflete a ideia de apropriação de recursos públicos ou comuns pelo setor privado (e.g. apropriação de terras indígenas e públicas para criação de infraestrutura para o segundo), num processo de intensificação da transferência de renda a setores económicos dominantes (Harvey, 2005; 2007).

Argumento, porém, que o estilo político assertivo de Rousseff no que diz respeito à atuação do Estado em relação à categoria privilegiada ‘desenvolvimento económico’ – em destaque, por exemplo, no *trecho XVIII* supracitado – invalida uma identificação plena de seu discurso com a ideologia neoliberal (cujos aspetos emergem com contornos mais bem definidos na análise de 2018) e remete-nos, mais uma vez, a um projeto neodesenvolvimentista às avessas (Milanez e Santos, 2015), que aposta no papel desenvolvimentista do Estado – e deste enquanto complementar ao do setor privado –, ao mesmo tempo em que reforça “aspectos neo-extractivistas da economia nacional” (p.13).

Para além destas interseções ideológicas, vemos, por fim, que começa também a despontar em 2014 elementos caros à ideologia populista, central à esta tese. Aqui, tal como Bickerton e Accetti (2015) e Caramani (2017) defendem, constatamos a possibilidade de complementaridade ou convergência entre este fenómeno e os elementos de um discurso mais tecnocrata que também vemos se manter na campanha de Rousseff neste ano eleitoral (e.g. *trecho XVII*). Como discutimos acima, ficando o primeiro mais em evidência na análise dos discursos online da candidata e, o segundo, nos debates televisionados.

Em paralelo à introdução de elementos de estilo relacionados ao populismo como mencionámos na subsecção anterior, no seguimento de nossa análise identificamos também o aumento da relevância dos modos de operação da ideologia da *fragmentação* e da *unificação*, que relacionámos nesta tese à construção discursivo-ideológica populista.

Sobre a operação da fragmentação, destacamos que a retórica empregada por Rousseff em ambos os media, ligada às estratégias que Thompson (2011) descreve como

diferenciação e expurgo do outro, voltava-se para os seus adversários políticos – numa ampla maioria dos casos, em resposta às mesmas estratégias empregadas por aqueles –, mas não para atores sociais relacionados diretamente ao tema da terra. I.e., em 2014, tal como em 2010, não se observa a construção de campos políticos antagônicos sobre assuntos diretamente ligados à questão agrária, nem mesmo entre atores que apresentam relações reiteradamente conflituosas na história e contemporaneidade do país (como mencionado na introdução a esta tese). Há antes um efeito de conciliação por omissão (ou *eufemização*) dos conflitos que, de fato, a constituição de uma retórica dual e maniqueísta, aspetos centrais em nossa definição de populismo.

O segundo modo de operação da ideologia, a estratégia de unificação, a destacamos pela sua presença despontar somente na plataforma digital Twitter, estando ausente de nossa amostra de pronunciamento nos debates televisivos. Ressaltamos este ponto, pois entendemos que a sua articulação se dá, naquele ano, por um mecanismo específico da plataforma, as já citadas hashtags. Se nos casos supracitados (e.g. #PAA10Anos e #safrabrasileira) estas tinham o papel de formação de nichos de comunidades de interesse partilhado, direcionando as publicações da candidata, vimos que em outros momentos serviram à Rousseff enquanto, também pela lógica da aproximação, unificar atores sociais díspares em torno de sua candidatura (dialogando tanto com setores do agronegócio – *trecho XX* –, quanto com movimentos sociais – *trecho XXI* – através da mesma hashtag #QueroDilmaTreze). No conjunto de seus pronunciamentos, o que se observa, porém, é que esta operação resulta antes numa retórica de conciliação em torno de sua campanha que de conformação de um povo uno em oposição a outro moralmente antagónico.

Ainda, não sendo estes – a fragmentação e a unificação – os *modi operandi* ideológicos predominantes em 2014, observamos a sua intensificação no ano eleitoral seguinte. Assim, retomando a ideia de que o populismo deve ser analisado enquanto um fenómeno ordinal (Ostiguy, 2017), referimos que, pelos motivos expostos, não podemos designar a campanha de 2014 de Rousseff enquanto uma campanha populista em seu sentido pleno, mas antes uma em que o fenómeno passa a ter algum espaço na comunicação política sobre a terra no Brasil.

4.3.2. Jair Bolsonaro

4.3.2.1. 2018: a comunicação em rede se consolida

Observamos na primeira secção deste capítulo uma avultosa utilização do Twitter por Jair Bolsonaro em 2018, ainda que apresente uma queda em termos numéricos comparativamente à utilização por Rousseff em 2014. Entendemos, porém, a partir da análise do ano anterior, que o número de publicações não necessariamente representa uma utilização expandida das possibilidades da comunicação em rede nas campanhas eleitorais, pelo que

considerámos a campanha de Rousseff daquele ano como uma integração ainda incompleta no modo de comunicação em rede (ainda que, comparado a 2010, já demonstre uma forma de utilização deveras diferente).

Nesta mesma lógica, apesar de haver uma queda no número de publicações totais entre 2014 e 2018, conforme demonstra o *gráfico 2*, bem como uma drástica redução no peso do canal televisivo em seu pleito eleitoral, podemos considerar a campanha de Jair Bolsonaro como uma completamente inserida no modo de comunicação em rede.

Isto porque, se resgatarmos a definição deste modelo que trabalhámos na introdução desta tese, não é uma utilização quantitativamente maior de um media digital que constitui o modo de comunicação em rede, mas a integração dos diferentes modelos comunicacionais – de massas, da autocomunicação de massas, interpessoal e um-para-muitos mediada, etc. – que o faz (Cardoso, 2023)¹⁷⁹. Assim, defendo que se dá a consolidação da comunicação em rede na comunicação sobre a terra em campanhas presidenciais no Brasil neste ano pelos motivos que seguem.

Em primeiro lugar, observamos na conta oficial de Bolsonaro (em nosso recorte temático) um aproveitamento expandido – se comparado à 2014 – das possibilidades da plataforma Twitter para a autocomunicação de massas. O candidato utiliza uma grande pluralidade de fontes e modalidades de linguagens (Castells, 2007): dentre fotografias e vídeos, com destaque para esta última modalidade – 42,9% de suas publicações são híbridos (contém textos e outros); e, cara à definição de comunicação em rede aqui utilizada, o candidato utiliza a plataforma para *comunicar o comunicado* em outros media (Cardoso, 2023) e géneros discursivos – no caso de nossa pesquisa, por exemplo, com maior apelo ao Canal Rural e a entrevistas concedidas pelo candidato em outros meios. Alertamos e colocamos como hipótese que o fato de não incluirmos retweets em nossa pesquisa (cf. nota 118) nos impede de observar uma ainda mais ampla integração entre diferentes media, em especial com jornais online¹⁸⁰.

Em segundo lugar, pelos motivos descritos na introdução, optámos pela análise do Twitter de Bolsonaro, mas não foi esta a única ou principal plataforma de campanha do então candidato. Mencionamos, assim, a importância do canal de trocas de mensagem instantânea WhatsApp em sua campanha de 2018 (Evangelista e Bruno, 2019; Cesarino, 2020), bem como de “outras plataformas às quais o conteúdo circulado no aplicativo remetia, como sites alternativos de notícias, vídeos no YouTube, posts no Facebook e Twitter” (Cesarino, 2020, p. 96), etc.

¹⁷⁹ Tal como pressupõe o conceito de ecologias mediáticas (Postman, 1970 apud Milberry, 2012) que mobilizámos enquanto premissa analítica fundamental também na análise da relação entre media e movimentos sociais (Mattoni, 2017), foco da segunda fase desta investigação, como vimos no capítulo teórico acima.

¹⁸⁰ Por outro lado, a limitação é igual para todos os anos de análise, também 2010 e 2014.

Compreendemos a primeira campanha presidencial de Jair Bolsonaro, no que diz respeito às questões relacionadas à terra, assim, como a primeira em que a comunicação política sobre o assunto se pode qualificar, de forma plena, como uma comunicação política em rede, bem como a sua entrada no que Blumler (2016) chamou de quarta era da comunicação política, uma que “implica uma mistura e uma mescla a todos os níveis – estrutura, modos de envolvimento dos atores, lógicas dos meios de comunicação, processos de produção, conteúdos das mensagens e dietas de comunicação dos cidadãos” (p.28, tradução nossa) e em que se expandem as oportunidades de conexão entre atores sociais antes dispersos (Ibidem), como discutiremos na última secção deste capítulo, em diálogo com o quadro teórico do populismo digital.

4.3.2.1.1. O campo se divide

Dada a maior preponderância da comunicação na plataforma Twitter na campanha de Bolsonaro que a participação do candidato nos dois gêneros televisionados analisados neste ano eleitoral, obtivemos uma amostra para a ACD também reduzida no que toca esta última base de dados.

Apesar de reduzida, encontramos nesta amostra de trechos televisionados importantes elementos referentes à construção política do candidato que seria então replicada, com diferentes nuances, em sua conta no Twitter, no qual destacamos o *trecho XXIII*. Nele, em primeiro lugar, observamos a exposição da articulação política que Bolsonaro buscava celebrar, em especial com os atores do poder legislativo brasileiro, *funcionalizados* enquanto tal – “parlamentares” – na representação construída pelo candidato. Essa observação por sua vez vai ao encontro de uma das escolhas temáticas privilegiadas pelo candidato nos debates e entrevistas televisivos – a categoria ‘concerto político’.

Em segundo lugar, destacamos a reiteração explícita da importância do ator social a que chamou “homem do campo”, cuja representação, que se dá pela categorização por *apreciação*, busca posicioná-lo a partir de uma avaliação moral positiva. Em oposição a esta avaliação, ressaltamos, em terceiro lugar, a construção de um grupo de atores que Bolsonaro representa a partir de sua *diferenciação* em relação aos que querem “produzir”, aos que alegadamente tem, portanto, uma função socioeconómica importante a desempenhar pelo país. Nesse contexto, observamos que esta construção também vai ao encontro da outra categoria temática que divide com ‘concerto político’ o lugar de escolha privilegiada na análise de conteúdo realizada neste ano eleitoral nos debates e entrevistas televisivas – a categoria ‘desenvolvimento económico’.

Estabelece-se, assim, a construção dicotómica entre dois grupos políticos, indo ao encontro do que van Leeuwen (2008) descreve como um processo de representação dos atores sociais que “diferencia explicitamente um ator social individual ou um grupo de atores

sociais de um ator ou grupo semelhante, criando a diferença entre ‘eu’ e o ‘outro’, ou entre ‘nós’ e ‘eles’, bem como com os ‘outros’” (p.40, tradução nossa). De um lado temos, portanto, o “homem do campo”, apoiado pelo próprio candidato e pelos “parlamentares” a ele aliados. De outro, os movimentos sociais agrários (“o invasor”) – e predominantemente o nosso sujeito de investigação, o MST, como aponta pesquisas conduzidas em paralelo a esta (Carneiro, 2021)¹⁸¹; funcionários partícipes do sistema democrático liberal responsáveis pela garantia dos direitos de grupos sub-representados (“Ministro da Justiça”); profissionais que integram os órgãos de fiscalização ambiental (“fiscais”); e, em última instância, o próprio meio ambiente.

Trecho XXIII. 2018-TV-ACD2

(...) ele [Onyx Lorenzoni] conseguiu fazer quase dez reuniões, eu sempre presente, *chegamo a juntar ao total 122 parlamentares*, que aceitaram a nossa proposta, eu botei na mesa o que que nós temos que fazer, *algumas pequenas mudanças na Constituição, mudança na legislação, para, por exemplo, atender o homem do campo. O homem do campo é tido como alguém que faz coisa errada, prejudica o meio ambiente, não.. o homem do campo quer uma retaguarda jurídica, a garantia jurídica que hoje a terra é dele, se alguém invadir amanhã, o Estado vai fazer a reintegração de posse, vai enquadrar o invasor como se fosse terrorista*. E mais ainda, eles não querem acordar amanhã com a *portaria do Ministro da Justiça* demarcando a tua fazenda, metade dela pra uma terra indígena, não quer isso. Então o campo precisa disso e outras coisas: infraestrutura, acabar com o fim da indústria da multa – *ICMBio e IBAMA*, parte dos fiscais vão pro campo pra multar os *cara*, e prejudicando *quem quer produzir*. Então isso tudo, no final, nessa reunião com parlamentares, bancada evangélica, bancada católica, o pessoal da segurança, do turismo, *nós buscamos todo mundo na Câmara*. E hoje em dia, conversado, apalavreado, temos 350 parlamentares. O último grande grupo de parlamentares que fecharam comigo foi a bancada do campo.

Nesta conformação de dois campos políticos antagônicos encontramos, assim, dentro da fronteira política do então candidato, os alegadamente responsáveis pelo desenvolvimento económico do país, com quem Bolsonaro transparece *explicitamente* a intenção de se aliar

¹⁸¹ Em pesquisa específica conduzida por Carneiro e Neto (2023) acerca dos atores sociais representados na campanha de 2018 no Twitter de Jair Bolsonaro, identificámos as categorias ‘médio e grande produtor rural’, ‘povos tradicionais’ e ‘sem-terra’ enquanto os principais atores que o então candidato menciona ou com quem dialoga, respetivamente por ordem de relevância. Disponível em: <https://aila2023.dryfta.com/program-schedule/program/120/symp61-polarization-and-digital-discourses-critical-and-socio-cognitive-perspectives>. Acesso em: 28 ago. 2024.

politicamente, o “homem do campo”, expressão que, colocada em sua fala de forma *generalizada*, entendemos querer representar os diferentes setores da classe dominante rural, entre proprietários de terras latifundiárias (“tido como alguém que faz coisa errada”) e o agronegócio de capital intensivo (“quem quer produzir”); e, do outro lado da fronteira política por si traçada, os movimentos sociais agrários, sobre quem defende estabelecer um processo de criminalização (Baratta, 2002 [1997]), povos e comunidades rurais tradicionais e órgãos responsáveis pela proteção do meio-ambiente, alegadamente empecilhos aos primeiros.

Já no Twitter, observamos um amplo diálogo entre Bolsonaro e diferentes setores do agronegócio a partir da representação também *funcionalizada* dos atores sociais enquanto “produtores”, inseridos, mormente, no âmbito da categoria temática identificada acima como privilegiada neste media – ‘apoio popular’ –, bem como da segunda categoria mais codificada no Twitter nesse ano – ‘desenvolvimento económico’ –, reforçando o caráter avaliativo que o discurso de Bolsonaro apresentava nos géneros televisivos comentados acima.

Dentro da primeira categoria – ‘apoio popular’ –, aparece, porém, na plataforma digital uma maior amplitude de atores sociais com quem o candidato busca dialogar e que, alega, conta com o apoio político, na qual se destaca a constante referência aos povos indígenas e grupos rurais remanescentes de quilombos, conforme exemplificado nos trechos XXIV e XXV abaixo (e que também vai ao encontro de nossa análise de conteúdo, cujo terceiro tema mais codificado foi ‘povos tradicionais’). Aqui, observamos que a fronteira política traçada pelo candidato é, portanto, fluida e comporta diferentes grupos sociais, desde que, como melhor abordaremos à frente, se submetam à hegemonia de uma alegada vontade geral.

Sobre a representação destes atores destaco aqui alguns pontos que considero relevantes: i. a constituição, a partir do processo de *generalização* e do recurso semântico da sinédoque, de um argumento que afirma abranger, em sua campanha, o apoio dos povos indígenas e quilombolas como um todo¹⁸²; ii. a explicitação, portanto, da ideia de que há uma heterogeneidade de atores sociais que compõem a sua campanha, alegadamente reunida a um grupo de atores constituído pelo próprio candidato e pelo “povo brasileiro” – atores sociais não diretamente relacionados ao nosso tema, mas que também aparecem em destaque na nossa análise; iii. a compreensão destes atores em seu campo político desde que subjugados à hegemonia de um determinado modo de relação e exploração da terra; e iv. a sua oposição à elite política de então, representada pelo Partido dos Trabalhadores.

¹⁸² Que apontamos representar uma falácia no discurso do candidato, como demonstra a nota “Eleições 2018: em defesa da democracia e dos nossos direitos” da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB, 2018) e a protocolização de uma denúncia de racismo pela Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas e pela organização Terra de Direitos ainda no ano anterior. Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2018/10/Nota_publica_apib.pdf e <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/conaq-e-terra-de-direitos-protocolam-denuncia-contrabolsonaro-por-racismo/22449>. Acesso em: 24 mar. 2024.

Trecho XXIV (2018-TT-ACD6)

Que que o índio quer? Quer um médico, um dentista, ele quer um carro, acesso à educação [repetindo Kalapalo que adiciona “acesso a educação”], *ele quer explorar as suas riquezas*, que não pode continuar simplesmente ficando intocável, tem que ser explorada, em comum acordo com vocês. Pode ser de forma manual como o ouro, o diamante, ou através de mineradoras, então *nós queremos o índio integrado na sociedade*.¹⁸³

Trecho XXV (2018-TT-ACD6)

Índia da Tribo Xingu visita Jair Bolsonaro e conhece suas reais propostas, sem as mentiras do PT. O Brasil é de todos nós! <https://t.co/4JNpYW6TfZ>

A maioria de seus tweets apresentavam, portanto, uma retórica assimilacionista voltada aos povos indígenas e quilombolas, argumento já vislumbrado em uma das entrevistas concedidas pelo candidato. Observo, por fim, que este tipo de retórica carrega também uma avaliação negativa destes grupos, direcionada principalmente aos diferentes modos de vida destas populações, uma vez que reconhece como legítimo somente um modo de relação com a terra – baseado na propriedade privada e no produtivismo (segundo o candidato, almejado pelos grupos a que se refere).

4.3.2.1.2. A consolidação de um estilo populista

Tal como no ano anterior, observa-se divergência entre os estilos empregados em ambos os media analisados, porém ainda mais marcada pela diferenciação também no modo gramatical privilegiado em cada um – se na amostra recolhida dos meios tradicionais Bolsonaro emprega predominantemente o modo declarativo, em sua conta do Twitter observamos maioritariamente o modo exclamativo. Apontamos ainda a diferença entre os dois gêneros televisivos analisados – o debate e a entrevista. No trecho relacionado ao primeiro debate em que participa o presidente, observamos a busca pelo emprego de um tom formal (*trecho XXVI*), enquanto no discurso do então candidato na entrevista analisada, dispõe, predominantemente, da linguagem coloquial (*trecho XXVII*).

Trecho XXVI (2018-TV-ACD1)

Entre outras medidas, o Brasil precisa voltar a fazer comércio com o mundo todo, sem o viés ideológico. Precisa agregar valor naquilo que tem, não só em seu subsolo, bem como produtos do campo.

¹⁸³ Trecho do vídeo veiculado por Bolsonaro no tweet 2018-TT-ACD6.

Trecho XXVII (2018-TV-ACD2)

É, no que depender de mim, sim. Há três anos eu conversei com ele, *eu tava ainda engatinhando na q/ü/estão da candidatura* a presidente, e há dois anos ele *entrou nessa briga*.

Se, porém, em rede televisiva, Bolsonaro apresenta um tom mais calmo, sério, apostando ainda no argumento de que tem segurança acerca do que discorre, é no Twitter que o candidato aprofunda traços que vão de encontro a um estilo discursivo mais tradicional (já ensaiados na entrevista supracitada) e que constituem o estilo com que Moffitt (2016) caracterizou o populismo: um que enfatiza o apelo ao povo; que apresenta uma retórica de crise, ameaça e colapso; e, mais explícito neste ano de análise, um que evidencia o que o autor chamou de “más maneiras” (p.8, tradução nossa), parte de uma retórica conflitiva e que reflete a antagonização entre atores que observámos – com estilo mais moderado – em rede televisiva.

A título de ilustração, distinguimos nos trechos abaixo diferentes elementos de estilo que Ernst et al. (2018; 2019) identificaram enquanto populistas, a saber: negativismo e retórica de crise (*trecho XXVIII*), emotividade (*trecho XXIX*), assertividade (*trecho XXX*), patriotismo (*trecho XXXI*), intimismo e coloquialidade (*trecho XXXII*).

Trecho XXVIII (2018-TT-ACD2)

(...) Nós vamos vencer *as mentiras do PT* que colocaram o Nordeste e *todo o país na lama* depois de tanto *roubar o povo brasileiro*!

Trecho XXIX (2018-TT-ACD1)

Confesso nunca ter visto *nada parecido! Surpresa muito bacana!* Um abraço Mato Grosso do Sul! <https://t.co/veflrJyZmK>

Trecho XXX (2018-TT-ACD7)

Os frutos materiais dessas escolhas, quando gerados de forma honesta em uma economia de livre iniciativa, têm nome: *PROPRIEDADE PRIVADA!* Seu celular, seu relógio, sua poupança, sua casa, sua moto, seu carro, sua terra são os frutos de seu trabalho e de suas escolhas! São sagrados e não podem ser roubados, invadidos ou expropriados!

Trecho XXXI (2018-TT-ACD5)

Bom Dia! O Brasil tem potencial turístico ímpar no mundo, porém sufocado pela violência, falta de infraestrutura e ativismo ambiental. A Baía de Angra dos Reis, por exemplo, poderia ser a Cancun brasileira em economia, já que em beleza, para muitos é superior. <https://t.co/ADfU0K5O5>

Trecho XXXII (2018-TT-ACD6)

(...) Estou aqui com o capitão, o Jair Bolsonaro, *conhecendo ele aqui, pessoalmente*, depois de acompanhar tanto, *esse cara é um guerreiro*, passou por tanta coisa (...).

Observamos, assim, que alguns elementos de estilo que começam a ser identificados na campanha anterior, de Dilma Rousseff, tangenciando o recorte temático desta pesquisa, se estabelecem como norma e se aprofundam na campanha de 2018, de Jair Bolsonaro. E passam a envolver atores e elementos diretamente ligados às questões relacionadas à terra no país.

4.3.2.1.3. A operacionalização da ideologia e algumas conclusões sobre 2018

Em 2018, observamos presentes e em destaque em *ambos os media* todos os modos de operação da ideologia descritos por Thompson (2011), com exceção da estratégia de reificação (presente em ambos os gêneros televisivos, mas minoritariamente nos tweets). Nesse ano, salientamos, porém, em função da relevância que têm no discurso de Bolsonaro – em especial quando confrontamos com os anos anteriores analisados –, o emprego das estratégias de *unificação* e *fragmentação*, as quais entendemos dialogar diretamente com o fenômeno do populismo, tal como elaboramos em nosso capítulo teórico sobre o fenômeno.

Se no ano anterior encontrámos parte dos elementos de estilo populistas aqui identificados, vimos também que o modo de operação da ideologia da fragmentação dirigia-se mais a seus adversários políticos que à constituição de dois campos políticos antagônicos no que diz respeito a questão agrária no Brasil, como neste ano de 2018 observámos; vimos também que a unificação colocada na plataforma Twitter afluía mais numa conciliação de grupos sociais heterogêneos que numa imposição explícita do modo de vida de um sobre outro. Se em 2014 poderíamos dizer que o populismo aparece em um menor nível, ou numa aproximação do que Jagers e Walgrave (2007) chamaram populismo vazio, em 2018 encontrámos espelhado a definição a que chegámos em nosso capítulo teórico.

Através da operação ideológica da *fragmentação*, observamos a antagonização política e moral (Mudde e Kaltwasser, 2017; Mudde, 2004) da sociedade agrária na campanha de Jair Bolsonaro, numa retórica maniqueísta entre o sagrado (a partir, ainda, de uma

interdiscursividade religiosa) – a propriedade privada e os que produzem – e o mal – todos os que têm com a terra outra relação que não a de trabalho e da apropriação privada da mesma (distinções ontológicas importantes, como vimos em nossa introdução), bem como os que alegadamente defendem os direitos constitucionais daqueles. Aqui, os elementos de estilo que podemos resumir enquanto conflitivos identificam estes dois campos políticos enquanto tal e, como comentámos acerca da abordagem comunicacional do populismo, manifestam e consolidam esta estratégia discursiva dicotômica.

Já o processo de *unificação*, argumento, responde à constituição discursiva de ‘povo’ dentro do conceito laclauiano do fenómeno, explicitado em especial na conta oficial de Bolsonaro no Twitter, na qual diferentes grupos sociais e ontologias são reunidos – a partir de uma parte que representa o todo – em cadeias de demandas equivalenciais (Laclau, 2005). A campanha de Bolsonaro reconhecia, assim, a fluidez ou porosidade de sua fronteira política e a heterogeneidade desta cadeia, mas apenas uma demanda hegemónica a que todos os atores deveriam se submeter, a de um modo específico de produção e exploração da terra. Aqui, os elementos de estilo de “apelo ao povo” se fazem proeminentes e, tal como no outro caso, manifestam e consolidam o modo de operação da ideologia da unificação.

Ainda sobre ambos os modos de operação ideológicas, diferentemente de 2014, ressaltamos que são operacionalizados não através de hashtags, mas da própria construção discursiva (textual e audiovisual) das publicações de Bolsonaro. Defendo que este processo se relaciona ao fato de que em 2014 o Twitter apresentava as publicações aos seus usuários a partir do “modelo cronológico” (cf. nota 169), e que apenas após estas eleições – entre 2016 e 2017 – foram introduzidos na plataforma algoritmos de classificação, construídos através de modelos de processamento de linguagem natural desenvolvidos pela equipe de trabalho com inteligência artificial da empresa (Koumchatzky e Andryeyev, 2017)¹⁸⁴. A partir de então foi introduzido o “modelo de relevância” na plataforma, possibilitando o aprofundamento da estratégia de *microtargeting* comportamental nas campanhas eleitorais.

Assim, se em 2014 as hashtags tinham uma função importante nestes dois modos de operação da ideologia, a intensificação dos processos de dataficação e algoritmização da comunicação (Couldry e Hepp, 2017) possibilitaram o aprofundamento destes mecanismos discursivo-ideológicos.

Por fim, retomando o populismo enquanto uma ideologia ténue, i.e., que não existe por si só, mas comumente associado a ideologias programaticamente definidas (Mudde, 2004), ou como o definimos, enquanto uma ideologia subsidiária, que ‘vem reforçar’ outro modo de sustentação das relações de dominação, observamos neste ano eleitoral a associação do

¹⁸⁴ Disponível em: https://blog.twitter.com/engineering/en_us/topics/insights/2017/using-deep-learning-at-scale-in-tweets-timelines. Acesso em: 7 out. 2022.

fenômeno à ideologia neoliberal – não apenas a aspetos desta, como em 2014, mas às suas premissas teóricas originais, como formuladas por Hayek (1944 [1990]; 1960 [1983])¹⁸⁵.

Isto porque encontramos no decorrer da Análise Crítica do Discurso de 2018 a defesa explícita da restrição do papel do Estado à função de “proteger as esferas privadas conhecidas contra a interferência de outras pessoas” (Hayek, 1983, p.37), proeminente na interdiscursividade que os pronunciamentos de Bolsonaro estabelecem com a *securitização* (Dalby, 1997; Brancante e Reis, 2009) do campo em defesa da primazia da propriedade privada sobre outras formas de posse ou relação com a terra (Carneiro, 2021). Discurso este que busca a sua legitimação também nos campos lexicais de uma alegada *liberdade* – termo caro ao princípio do neoliberalismo (Hayek, 1990) – e do *trabalho* enquanto fundamento da propriedade privada (cf. *trecho XXX*) – tal como a conceção liberal original do termo em Locke (1994) também supõe.

Por fim, fica também explícito na construção da cadeia equivalencial constitutiva do “*heartland*” (Mudde, 2004) de Bolsonaro no que diz respeito à questão agrária – a partir da ideia de que existe uma vontade geral, hegemónica, de explorar e produzir riquezas a partir da terra – a busca pela sustentação das práticas de acumulação por espoliação (Harvey, 2003; 2004) mencionadas na introdução desta tese¹⁸⁶. Práticas essas que, para Harvey (2005), possibilitaram que o neoliberalismo fosse bem-sucedido em redistribuir (ao concentrar), e não em gerar, riqueza e renda, e que incluem:

a mercantilização e privatização da terra e a expulsão forçada das populações camponesas; a conversão de diversas formas de direitos de propriedade – comum, coletiva, estatal, etc.– em direitos de propriedade exclusivos; a supressão do direito aos bens comuns; a transformação da força de trabalho em mercadoria e a supressão de formas de produção e consumo alternativos, incluindo os recursos naturais; a monetarização das trocas e a arrecadação de impostos, particularmente da terra; o tráfico de escravos; e a usura, a dívida pública e, finalmente, o sistema de crédito. (p. 109, tradução nossa).

4.4. Algumas conclusões gerais acerca da terra nas eleições presidenciais

Tratados estes anos em separado, buscaremos de forma breve, nesta secção, construir a narrativa longitudinal que objetivámos com esta pesquisa e discutir o papel dos media no recorte temático de nossa investigação, tanto em separado (a partir das diferenças nos resultados que encontrámos), quanto enquanto integrados na comunicação em rede (a partir de suas complementaridades).

¹⁸⁵ Segundo Wendy Brown (2019), o “neoliberalismo hayekiano é um projeto político-moral que visa proteger as hierarquias tradicionais ao negar a própria ideia do social e ao restringir radicalmente o alcance do poder político democrático nos Estados-nação” (p.13, tradução nossa). Na sequência, a autora também afirma que o “ataque contemporâneo à sociedade e à justiça social em nome da liberdade de mercado e do tradicionalismo moral é, portanto, uma emanção direta da racionalidade neoliberal, não se limitando aos chamados ‘conservadores’” (Ibidem).

¹⁸⁶ Resultado que encontra ressonância na investigação paralela realizada em conjunto com outros autores acerca dos discursos de Jair Bolsonaro relativos ao “Dia do Fogo”, evento socioambiental e mediático decorrido já durante o mandato do então candidato (Carneiro, Neto, Lima e Luz, 2023).

Dos resultados analisados, ressalto, então, um crescendo da importância atribuída *explicitamente* aos setores dominantes do agronegócio nas campanhas presidenciais. Em 2010, conforme observamos, Rousseff privilegia nos debates televisivos¹⁸⁷ o tema ‘programas sociais’, que por sua vez coloca em destaque o pequeno agricultor e a ideia de desenvolvimento social e económico através da inserção da agricultura familiar na cadeia de produção mercadológica (sobre o assunto destaco ainda a intersecção entre os programas sociais privilegiados por Rousseff e outros temas trazidos à luz pela candidata, como as ‘políticas agrícolas’ que incluíam créditos bancários, subsídio para aquisição de tratores, etc.).

Em 2014, vemos o tema ‘desenvolvimento económico’ ganhar destaque no pleito de Rousseff em ambos os géneros de campanha sob análise. E, dentro do tema, vimos que as intervenções da candidata, em sua maioria, representavam os interesses do que aqui chamamos de agronegócio de capital intensivo, dos quais destaco os anúncios de investimento em infraestrutura para a escoação e exportação da produção agrícola. Comento, por fim, que, apesar de dialogar diretamente com este ator, os arranjos políticos que compunham a campanha de Rousseff não eram explicitados pela candidata e a agricultura familiar tinha ainda lugar em sua campanha. Vemos também neste ano a introdução de alguns elementos de estilo populista em seu discurso, mas sem que possa ser observado uma formação ideológica populista, tal como elaborámos em nosso enquadramento teórico.

Este quadro altera-se, por fim, em 2018 e a importância atribuída a diferentes setores do agronegócio – incluindo os setores mais conservadores do mesmo¹⁸⁸ – torna-se explícita na campanha de Bolsonaro. Temos, então, nos debates e entrevistas televisivos, uma preponderância do tema ‘concerto político’, em que o candidato expõe as suas articulações políticas na Câmara dos Deputados com este setor; e, no Twitter, o predomínio de múltiplos pronunciamentos acerca das cidades, feiras e encontros com produtores rurais que Bolsonaro vinha realizando, aproximando-se dos elementos discursivos voltados ao que Moffit (2016) chamou “apelo ao povo”, bem como da ideia de desintermediação da comunicação com estes atores, típicos do populismo comunicacional (Cardoso, 2023). Da mesma forma, vimos explicitamente a construção de dois campos políticos antagónicos (Mudde, 2004) na entrevista analisada, sob a mediação da televisão; e, no Twitter do candidato, uma construção populista de povo na representação de atores sociais ligados à terra tal como descrevemos a partir de Laclau (2005).

De forma resumida, temos então:

1) A gradual exposição, ano a ano, de setores dominantes do agronegócio enquanto ator privilegiado na campanha dos presidencialistas sob análise. Em outras palavras, se em 2010

¹⁸⁷ Género privilegiado pela candidata dentre os analisados neste ano eleitoral.

¹⁸⁸ Sobre a heterogeneidade e a constituição de grupos mais e menos conservadores no setor produtivo do agronegócio, cf. Pompeia (2021).

este ator se encontrava apagado e vemos em destaque o agricultor familiar enquanto partícipe desta cadeia, sob o apadrinhamento do Estado; em 2014 aqueles detêm, de forma dissimulada, o protagonismo do diálogo com Rousseff; e, em 2018, assumem explicitamente o eixo em torno do qual Bolsonaro compõe o seu grupo político – por um lado, moralmente e positivamente avaliado, e, por outro, estrategicamente diferenciado de um campo político antagónico.

2) Encontramos, com a inserção de forma mais ativa dos novos media nas campanhas eleitorais analisadas e da gradual integração entre media tradicionais e redes sociais, uma também gradual presença de elementos de estilo relacionados ao populismo e a utilização cada vez mais frequente do modo gramatical exclamativo sobre o modo declarativo, que observámos ter tido implicações diretas na formatação do diálogo político estabelecido em cada corrida presidencial – que transita de uma estratégia predominantemente conciliatória para uma primordialmente conflitiva. No último ano, vemos também a representação dos atores sociais seguir este mesmo percurso, expondo a constituição de dois grupos políticos antagónicos e constitutivamente heterogêneos e espelhando, assim, a definição discursivo-ideológica que aqui trabalhámos, culminando no que poderíamos chamar de um populismo total em 2018. Assim, o que tratámos na revisão de literatura acerca da ascensão populista no Brasil a partir da campanha e eleição de Jair Bolsonaro reflete-se também no recorte temático desta pesquisa, a terra, ainda que com nuances próprias;

3) Observamos, por fim, a transição de um projeto político-económico neodesenvolvimentista-extrativista, apoiado em elementos de estilo tecnocratas, que dissimula o conflito ao negligenciar a existência e a resistência de povos e comunidades rurais que possuem com a terra uma relação alheia ao modo de produção e consumo capitalistas – estratégia predominante em 2010; e ao ocultar os impactos socioambientais que projetos desenvolvimentistas têm sobre estes grupos – predominante em 2014; para um projeto marcadamente neoliberal populista, que, através da combinação dos modos gerais de operação da ideologia da unificação e da fragmentação, demarcam e explicitam o conflito¹⁸⁹.

¹⁸⁹ Sobre estes pontos, outra abordagem interessante para a sua compreensão é a análise de Katz e Mair (1995) acerca das transformações dos partidos (antes que de seu declínio) ao longo da história. Os autores consideram que dos anos 1970 em diante vivemos um período em que prevalece um sistema em que os partidos políticos formam um cartel e situam-se antes dentro do Estado que da sociedade civil ou na ligação entre um e outro – como eram os “partidos de massa”. Característico deste sistema, os “partidos de cartel” teriam como base de competitividade a ênfase nas “competências de gestão” e na “eficiência” (p.18, tradução nossa), tal como vemos marcado na campanha de Rousseff de 2010 e a sua manutenção em 2014. Os autores, sem dar o nome “populista” (mas citando exemplos como o holandês Vlaams Blok e o francês Front National – hoje Rassemblement National), observam ainda o recente desafio que outros tipos partidários (pelo menos em sua retórica) colocam à hegemonia daqueles partidos, que aqui poderíamos considerar, *grosso modo*, tecnocratas. Processo que encontramos eco em nossa análise, onde observamos, em 2010, a ênfase num discurso gerencialista e tecnocrata em paralelo à ideologia neodesenvolvimentista-extrativista aqui identificada; em 2014, a coexistência entre este estilo discursivo e elementos de estilo populistas; e, em 2018, o predomínio deste último enquanto fenómeno total como modo de sustentação da ideologia neoliberal.

Sobre a questão do gradual fortalecimento do agronegócio nas campanhas presidenciais bem-sucedidas, recupero como possíveis explicações ao fenómeno os pontos mencionados em nosso segundo capítulo teórico: para além da já demonstrada ascensão da importância macroeconómica do setor na balança comercial brasileira, a transformação da imagem do próprio agronegócio no contexto mediático do país – que culmina com a já mencionada campanha “O Agro é Tech, o Agro é Pop, o Agro é Tudo”, veiculada pela Rede Globo desde 2016, e cuja série de peças publicitárias apresenta modernização e prosperidade económica lado-a-lado a uma suposta não conflitualidade no campo. Sobre o assunto, Chã (2016) também explica que “na fase atual de expansão do agronegócio, as empresas têm ampliado e diversificado os instrumentos culturais usados para o reposicionamento da sua imagem e formação do consenso (...), mesmo quando as contradições desse modelo se aprofundam” (p.8).

A construção desse imaginário no campo discursivo-ideológico brasileiro viabilizava, então, esta gradativa exposição da associação entre candidatos à presidência e representantes desta categoria nas campanhas de 2010 a 2018, provocando, consequentemente, a transformação observada nos principais modos de operação da ideologia de um ano a outro. Assim, se em 2010 e 2014 a dissimulação aparece enquanto principal modo de operação ideológico (Thompson, 2011), em 2018 as articulações entre o candidato e o setor se tornam explícitas, mas legitimadas pelo reconhecimento positivo do mesmo frente à diferenciação do Outro, numa articulação entre a fragmentação (do campo político adversário) e a unificação (do campo político do bolsonarismo).

Se por um lado o modo de operação da ideologia predominante em 2010 e 2014 que buscava sustentar o projeto neodesenvolvimentista-extrativista observado nas campanhas de Rousseff centrava-se, então, na dissimulação e, mormente, num ‘não dito’, argumento que esta estratégia discursiva apresentava inerentemente um espaço de negociação entre os intervenientes da comunicação política sobre e da terra – o espaço deixado pela ausência. Por outro lado, a colocação explícita e conflituosa de um projeto neoliberal populista na campanha de Bolsonaro, argumento, forçava um crescente anti-pluralismo na mediação política institucional da terra.

Entendemos esta transformação, assim, enquanto a consolidação em 2018 de um projeto em que a mediação da distância (Silverstone, 2002) no plano da comunicação política eleitoral, se concretizou, no modelo comunicacional em rede, duplamente pela 1) incorporação (total em 2018 – no caso dos povos e comunidades tradicionais –, mas já experimentada parcialmente em 2010 por Rousseff ao retratar o agricultor familiar exclusivamente enquanto pequeno empresário do agronegócio); e 2) pela aniquilação, em que modos de vidas e ontologias outras que não a subordinada à hegemonia da acumulação

pela espoliação neoliberal são representados como perversos ou imorais, buscando legitimar, assim, a sua desapareição.

Por fim, no que diz respeito às diferenças encontradas em um e outro media analisado, reforçamos que a principal distinção se apresenta no estilo empregado pelos candidatos, em que pesa a inserção mais frequente – e em 2018 intensificada – de elementos de estilo populista através da plataforma digital Twitter. Menos se diferenciam no que diz respeito à representação dos atores sociais, ainda que o apelo aos apoiantes e eleitorado cidadão comum se faça mais presente no Twitter de Bolsonaro em 2018 que em seus pronunciamentos televisionados. E tampouco no que diz respeito aos modos de operação da ideologia, ainda que em 2014 a utilização das hashtags num momento de menor valência algorítmica do Twitter fizesse despontar na plataforma digital a estratégia da unificação ausente nos pronunciamentos televisionados de Rousseff.

Reiteramos, assim, a correlação observada entre o populismo enquanto estilo político (Moffitt, 2016) ou um populismo comunicacional (Cardoso, 2023) e a utilização da plataforma digital Twitter em nossa pesquisa, tal como nos indica o ponto 2) acima e em consonância com a literatura que apresentámos no primeiro capítulo desta tese acerca do chamado populismo digital (Cesarino, 2020; Gerbaudo, 2018; Schroeder, 2018; Ernst et al., 2017; 2018).

Identificamos, porém, não apenas uma crescente utilização de elementos de estilo populistas na plataforma digital Twitter, mas ao longo dos anos analisados constatamos também uma maior conformidade dos discursos presidenciais eleitorais sobre a terra com a definição ideológico-discursiva populista que apresentámos nesta tese. Conformidade esta constituída, portanto, não apenas dos já tratados elementos de estilo, mas também dos demais tópicos de análise desenvolvidos, com destaque para o estudo da representação dos atores sociais e, ao fim, para a identificação dos modos de operação da ideologia da fragmentação e da unificação (Thompson, 2011) nos discursos. Por fim, observamos que este crescer da ideologia populista ao longo dos anos e a sua consolidação em 2018 apresenta-se em ambos os media, de forma integrada e complementar. Exemplo disto está na articulação entre a fragmentação dos campos políticos na entrevista televisionada analisada e a constituição heterogênea de povo no Twitter do então candidato Jair Bolsonaro, como ilustrado pelos exemplos que apresentámos na secção anterior.

Destarte, compreendemos aqui que o populismo contemporâneo, enquanto ideologia subsidiária e fenómeno total, manifesta-se, assim, em rede – tal como o modelo comunicacional plenamente transacionado em 2018¹⁹⁰.

¹⁹⁰ No que diz respeito à comunicação política de campanhas presidenciais eleitas.

Neste primeiro momento, entendemos haver, assim, uma correlação não apenas entre o populismo e as redes e media sociais digitais, como demonstra a literatura sobre populismo digital; ou entre o populismo comunicacional e a crise da transição para a comunicação em rede, como apresenta Cardoso (2023); mas argumento haver também uma associação entre o fenómeno atual do populismo enquanto dimensão discursivo-ideológica e o modo de comunicação plenamente integrado em rede, cuja lógica algorítmica e de dados impacta não só a comunicação online *per se*, mas os processos de mediação contemporânea em geral, no quadro da mediação algorítmica (Ibidem) – e num contexto que Couldry e Hepp (2017) chamaram, como comentámos outras vezes nesta tese, de mediatização profunda.

Vimos assim, na comunicação de campanhas presidenciais eleitas uma homogeneização da representação mediada da terra que, nesse escopo de análise, coincide com a transição para a comunicação em rede.

Se este padrão se mantém no estudo da comunicação da terra pelo MST na segunda fase desta investigação é algo que trataremos no capítulo que segue e na conclusão desta tese, quando voltaremos a abordar estes resultados, desta vez a fim de os interseccionar com as análises expostas a seguir.

CAPÍTULO 5

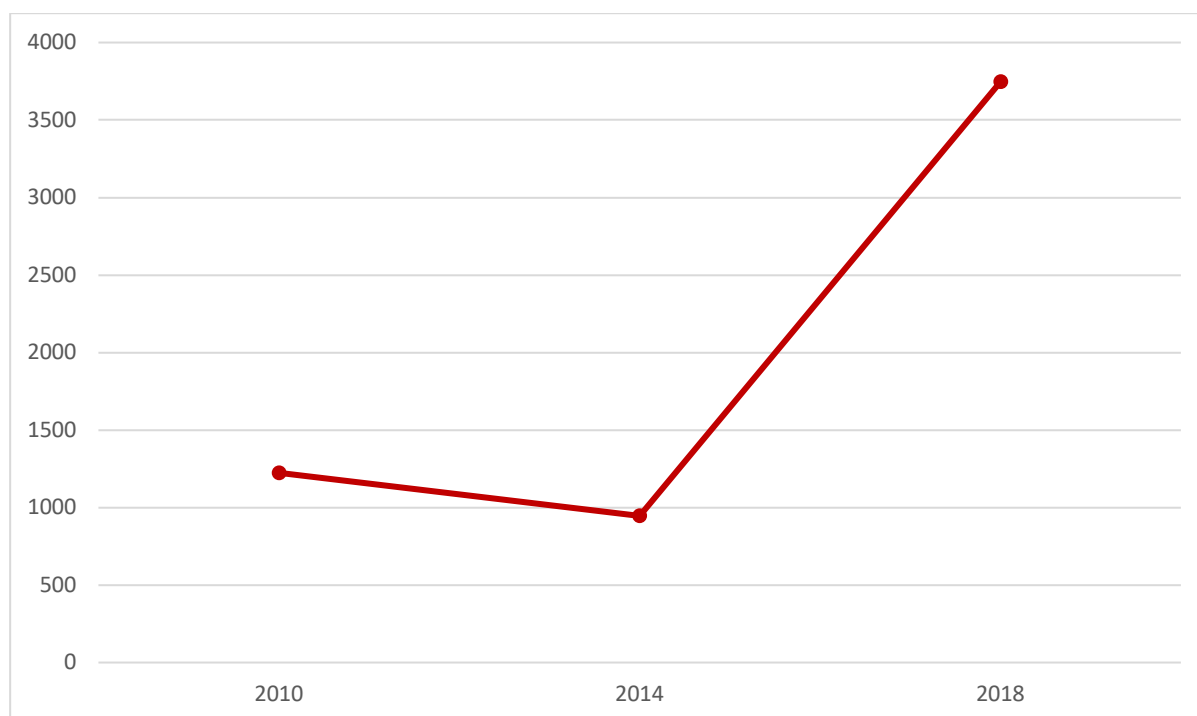
A terra na comunicação Sem Terra

5.1. Alguns dados iniciais

Tal como começámos o capítulo anterior, também iniciamos este a apresentar alguns dados exploratórios acerca da comunicação Sem Terra ao longo do recorte temporal de nossa investigação.

Assim, vemos que a utilização da plataforma Twitter pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra, como se observa no *gráfico 11* abaixo, se apresenta extensiva em 2010 (nas seções seguintes, observaremos se também intensiva); demonstra uma sutil diminuição no período de 2014; e uma ascensão exponencial em 2018. O contrário, portanto, do que observamos, em termos quantitativos, na análise exploratória das campanhas presidenciais.

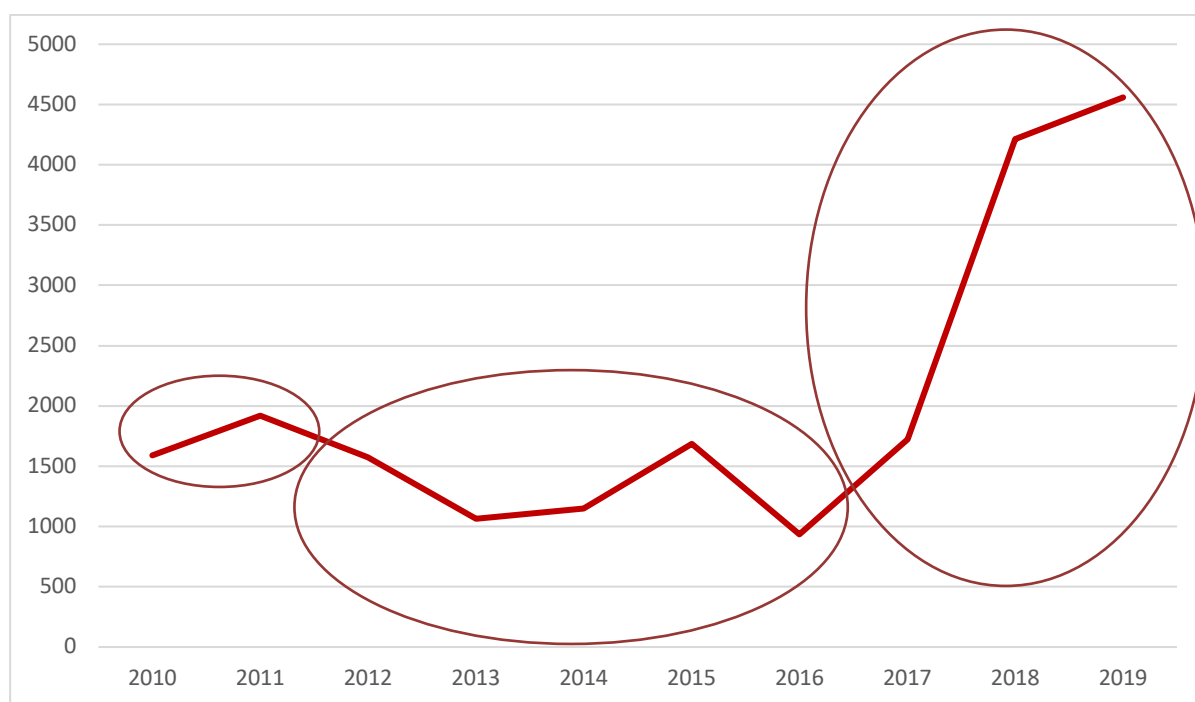
Gráfico 11. Número de tweets entre 1º de janeiro e data da segunda volta eleitoral – MST



Importa referir que utilizamos como marco temporal para esta análise as mesmas datas utilizadas na análise das campanhas eleitorais, i.e., do dia 1º de janeiro de cada ano até a data da segunda volta eleitoral, último fim de semana de outubro, como é costume no Brasil. No caso desta análise exploratória, assim foi feito apenas para que houvesse possibilidade de comparação quantitativa da utilização do Twitter em um e outro campo de estudo.

Já no *gráfico 12* abaixo, pode-se observar a evolução do número total de tweets do MST ao longo da década de 2010, correspondente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano, mas que, se destacamos 2010, 2014 e 2018, não difere, em termos relativos, do gráfico anterior. Se, como vimos, o MST adere à plataforma Twitter em 2009, observamos logo no início de sua utilização, comparativamente à campanha de Rousseff em 2010, uma quantidade expressiva de publicações pela organização; observamos a seguir uma queda e certa estagnação na postagem de tweets em meados desta década; e a intensificação da sua utilização logo após 2016, que, até o último ano que analisamos, não deixou de aumentar expressivamente.

Gráfico 12. Número de tweets de 2010 a 2019 – MST



A partir das entrevistas semiestruturadas que aplicámos a integrantes e ex-integrantes do Setor de Comunicação do MST, procuramos compreender esses padrões de intensificação e redução ou estagnação na utilização da plataforma Twitter a partir de uma compreensão mais ampliada das escolhas estratégicas da organização para a comunicação digital e desta no âmbito da ecologia mediática (Mattoni, 2017) que envolve a comunicação Sem Terra (i.e., levando em consideração a sua relação com e o seu papel frente ao de outros media). A fim de compreender estas escolhas, voltámo-nos enfim à abordagem estratégica interacionista para o estudo dos movimentos sociais (Jasper e Duyvendak, 2015a) e às suas críticas (como desenvolvemos no capítulo 2 desta tese), como ficará mais claro na secção que chamámos “Os dilemas estratégicos Sem Terra”.

Ainda, apesar de partirmos da observação do media social digital Twitter, em especial na secção que segue, em que desenvolvemos uma análise de redes semânticas desta plataforma nos anos das campanhas presidenciais, reiteramos aqui a nossa busca pela inserção de sua análise no repertório de comunicação geral da organização (Mattoni e della Porta, 2015; Mattoni, 2013). Por isso destacamos nesta secção inicial a utilização dos diferentes media pelo MST ao longo de sua história, com foco na década de 2010 e a sua adesão a diferentes meios digitais. Se aqui apresentamos informações gerais encontradas numa etapa mais exploratória da pesquisa¹⁹¹ e na revisão bibliográfica sobre o assunto, nuances da relação do MST com estes media ficarão mais evidentes também na secção de análise das entrevistas.

Assim, como detalhámos no capítulo teórico sobre o MST, destacamos o Boletim Sem Terra, criado antes mesmo da constituição oficial da organização, transformando-se no Jornal Sem Terra em 1985, um ano após a fundação do mesmo; a importância das rádios comunitárias em acampamentos e assentamentos Sem Terra desde a década de 1990; a criação da Revista Sem Terra e do website do MST no final desta mesma década; a criação do Setor de Comunicação no início dos anos 2000, que, segundo Silva (2022), representava a compreensão por parte do MST da dimensão política e organizativa de nosso campo de estudos; a criação nesta mesma década do jornal e agência de notícias Brasil de Fato, da qual participou o MST, bem como da Brigada de Audiovisual Eduardo Coutinho (BAEC); no início da década de 2010, a entrada da organização no Twitter, Facebook e Youtube; a formação, em 2013, da primeira turma do Curso de Jornalismo da Terra pela Universidade Federal do Ceará; a entrada do MST no Instagram em 2017; e, em especial, a realização do I Encontro Nacional de Comunicação do MST no ano que fecha a nossa década de análise, 2019. Após o recorte temporal desta pesquisa, o MST enquanto sujeito coletivo seguiu aderindo a diferentes plataformas, como o WhatsApp e o TikTok, combinando-os, como veremos a partir das entrevistas, com os demais modos de comunicação previamente estabelecidos.

Destas primeiras observações, colocamos como hipótese a ideia de que o MST, ao final da década de 2010, também se encontrava plenamente integrado ao modelo comunicacional em rede, tal como o entendemos nesta tese a partir de Cardoso (2023; 2002). É nas seções seguintes, entretanto, que buscaremos verificá-la e explicar como se deu este processo.

Também depreendemos destes dados exploratórios que a comunicação tem um papel importante no projeto de autonomia (Cardoso, 2015; Castells et al., 2003) do Movimento Sem

¹⁹¹ Realizada a partir da leitura do site do MST, de metadados das redes e media digitais da organização e da exposição de Maria Silva no ciclo de debates “Papel dos meios de comunicação anti-imperialistas no marco das lutas populares hoje” do “Encontro de comunicadores anti-imperialistas” (tradução nossa). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SzqhqExLeqo&ab_channel=TERTULIASENCUARENTENAHLVS. Acesso em: 16 nov. 2022.

Terra, uma vez que busca combinar suas dimensões comunicativas e organizativas (Cardoso, 2023) enquanto instrumentos possibilitadores da afirmação de suas ações e pensamentos próprios. Afirmação que também melhor desenvolveremos ao fim deste capítulo, a partir dos resultados encontrados nas entrevistas.

Nesse âmbito, buscaremos, então, observar a existência ou ausência de uma correlação entre o modelo comunicacional da sociedade em rede e “um incremento substancial do nível de autonomia e reflexividade” (Cardoso et al, 2015, p.312) no que diz respeito às escolhas e práticas mediáticas (Mattoni, 2017; Couldry, 2004) do Movimento Sem Terra.

Por fim, se no capítulo anterior identificamos que a entrada no modelo comunicacional em rede nas comunicações sobre a terra em campanhas presidenciais eleitas coincide com uma representação mediada da terra populista, ou seja, anti-pluralista e que simplifica as constituições sociais (Rosanvallon, 2011) dos conflitos que de fato existem no cenário rural do país (Welch, 2012; Fernandes, 1999), também será após as análises em profundidade desenvolvidas a seguir que conseguiremos identificar se este padrão se mantém ou não no que diz respeito à comunicação política de base, que aqui buscamos compreender a partir da comunicação Sem Terra.

Questões que, dentre outras surgidas no decorrer das duas etapas de análise que compõem essa fase da investigação, trataremos na última parte deste capítulo, e que se estruturam a partir das seções que seguem.

5.2. As redes de sentido da terra

Como ponto de partida para uma análise mais aprofundada, portanto, da comunicação do MST, começamos este momento da investigação, como descrito em nosso capítulo metodológico, pela Análise de Redes Semânticas da organização em três anos, 2010, 2014 e 2018. Partimos, assim, de marcos temporais que possibilitavam traçar um paralelo com a fase de pesquisa anterior, mas também observar a comunicação digital do MST via Twitter no início, meados e final da década de 2010, período em que, como comentamos na introdução desta tese, sugerimos constituir o momento de transição da comunicação política no Brasil para a comunicação em rede – e que, no que diz respeito às campanhas presidenciais analisadas, se confirma.

Relembro também aqui os três eixos e contextos para a análise da comunicação sem terra que propomos nesta tese: i. a transformação nas tecnologias da informação e da comunicação e a entrada do MST nas redes e media sociais digitais; ii. a relação da organização e dos sujeitos que a integram com a terra e a transformação de seu discurso em torno da Reforma Agrária Popular agroecológica (MST, 2009b); e iii. a relação do MST enquanto interveniente coletivo com a transformação nos modos de operação da ideologia e dos projetos político-econômicos explicitados nas campanhas presidenciais analisadas

acima. Assim, entendemos que uma análise específica destes anos eleitorais seria também essencial para nos apontar o posicionamento da organização – quando existente – frente a estes projetos ideológicos.

Se os períodos eleitorais foram considerados por McAdam e Tarrow (2010), junto aos movimentos sociais, como “duas das principais formas de conflito político em sistemas democráticos” (tradução nossa, p.532), a análise de redes semânticas desenvolvidas sobre estes anos nos ajudaria, assim, a identificar – quando coexistentes – a relação entre estes dois modos de disputa sobre a terra no país.

A partir da ARS, intencionámos observar, no plano semântico, quais os resultados da negociação de sentidos partilhados dentro da organização, i.e., os enquadramentos de ação coletiva¹⁹² (Benford e Snow, 2000) que o MST – enquanto sujeito coletivamente representado na conta @MST_Oficial – expressava acerca de dois dos nossos eixos de análise: os modos de relação com a terra, observando se e como ressoavam a transformação agroecológica em seu discurso e os projetos político-ideológicos que identificámos no capítulo anterior.

Buscámos também observar se o MST utilizava na plataforma digital metalinguagens, que nos daria indicações acerca da relação da organização com o media que analisámos e a sua interação com outros – o outro dos três eixos de análise. Pistas que foram aprofundadas nas entrevistas semiestruturadas apresentadas na secção seguinte.

Nas redes semânticas, demos atenção, assim, a termos relacionados a estes eixos de análise, mas não só. Levamos também em conta o destaque que alguns nós tinham no grafo relativo a cada ano. Destaque esse associado, como expusemos no capítulo metodológico, aos seus graus de centralidade na rede, que por sua vez sugerem-nos “o quão popular uma palavra é” (Segev, 2022, p.222, tradução nossa) e que consideramos, portanto, importante comentar a fim de compor as redes de sentido do MST nestes três anos analisados.

Diferentemente da análise de conteúdo apresentada no capítulo anterior, trata-se esta de uma etapa de pesquisa e de uma secção, para além de descritiva, também já interpretativa. E, como defende Segev (2022) a partir de Danowski (1993), a partir das arestas e dos diferentes pesos que apresentam nas redes (que indicaremos numericamente, entre parêntese, ao longo do texto), os tópicos serão aqui descritos num continuum, a partir de suas principais relações e ligações uns com outros, buscando assim explicitar as escolhas de interação lexical do interveniente coletivo MST. É, por fim, na próxima secção que as questões e hipóteses levantadas nestas serão aprofundadas.

5.2.1. A rede semântica de 2010

¹⁹² No original, *collective action frames*.

Tal como comentámos acerca da ARS, o método comporta em si componentes de análise quantitativa e qualitativa, pelo que no início de cada uma destas subseções, observaremos, a partir da visualização de cada grafo e dos números apresentados na *tabela 20* abaixo, algumas características gerais destas redes, para a seguir adentrar na análise das interações que o léxico destacado em cada ano (seja pela sua centralidade, seja pela importância que têm nesta investigação) apresenta.

Tabela 20. Estatísticas relacionadas aos grafos 1, 2 e 3

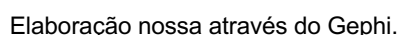
Estatísticas	2010	2014	2018
Média do grau de centralidade (0 a 100)	21,743	22,722	72,792
Densidade do grafo (0 a 1)	0,217	0,273	0,728
Média do coeficiente de agrupamento (0 a 1)	0,461	0,444	0,805
Modularidade (-1 a 1)	0,27	0,273	0,184

Fonte: elaboração nossa a partir das estatísticas geradas através do Gephi.

Observamos então, em primeiro lugar, que a rede semântica referente ao início da utilização da plataforma pelo MST e ao ano eleitoral de 2010 indica, como se confirma no *grafo 1* abaixo, a pouca presença de nós com um alto grau de centralidade, sendo o maior deles a sigla referente à própria organização – MST (grau de centralidade 78). De acordo com Segev (2022), redes mais centralizadas em torno de algumas palavras, como neste caso, são típicas na análise de “textos altamente ideológicos e tendenciosos, como o Alcorão que gira em torno da palavra ‘deus’ ou o *Manifesto Comunista* que gira em torno das palavras ‘sociedade’ e ‘classe’” (p.10, tradução nossa, grifo no original). À parte da diferença na compreensão do termo “ideológico” empregado pelo autor e a conceção de ideologia utilizada nesta tese, colocamos como hipótese que a comunicação construída pelo Movimento Sem Terra neste ano também apresentava enquadramentos pouco diversificados, portanto.

A rede apresenta ainda uma reduzida densidade (0,217) e, associadamente, uma relativamente baixa média do coeficiente de agrupamento dos nós (0,461), indicando uma também reduzida coesão semântica desta rede e, possivelmente, da narrativa nela desenvolvida ao longo do ano analisado.

Grafo 1. Rede Semântica Twitter @MST Oficial 2010



221

Direcionando-nos para uma interpretação mais qualitativa da rede semântica de 2010, começamos por comentar o termo que se destaca no *grafo 1* – a sigla MST. Inicialmente foi considerado excluí-la, uma vez que se esperava a sua centralidade e a sua elipse poderia nos indicar outros importantes caminhos semânticos (Segev, 2022). Interessava-nos, porém, observar particularmente as palavras com que mais interagiria em cada ano e, assim, a escolha coletiva da organização acerca de como se autoidentificaria em termos relacionais. Manter a sigla na análise mostrou-se ainda importante quando, ao chegarmos a 2018, observamos que a mesma deixa de ser o nó de maior centralidade na rede.

Neste ano, então, vemos a sigla relacionar-se privilegiadamente com a palavra ‘reforma’ (aresta de peso 21.0) e as diferentes conjugações do verbo ‘ocupar’ (12.0). Sobre este segundo nó, reiteramos, ao encontro do descrito em nosso capítulo teórico, a importância deste repertório de ação do MST para a construção de sua identidade coletiva (Polletta e Jasper, 2001) e pública (Johnston et al., 1994 apud Polletta e Jasper, 2001), i.e., a forma como representavam publicamente a organização.

Já o primeiro nó com que a sigla se relaciona refere-se diretamente a sua reivindicação histórica – a reforma agrária –, como vimos no segundo capítulo desta tese. O que destacamos desta análise é a ausência da palavra ‘popular’ associada a ‘reforma’ e ‘agrária’ (89.0), indicando uma ainda pouca exposição das transformações do *frame* prognóstico (Benford e Snow, 2000) interno do MST que vinha se consolidando nos anos 2000s: a necessidade de expandir o pleito da distribuição de terras para um que abarcasse os preceitos da reforma agrária popular agroecológica – como vimos em nosso capítulo teórico. Tampouco palavras diretamente relacionadas a ‘agroecologia’ estão presentes dentre as 100 primeiras mais mencionadas postagens deste ano, bem como expressões relacionadas à defesa do equilíbrio socioambiental e da pluralidade de modos de vida presentes no meio rural no Brasil não se encontram em destaque na rede de 2010, aspectos positivamente relacionados à proposta de reforma agrária popular da organização.

As referências ao modo de produção agroecológico surgem, entretanto, a partir do que se opõe e não do que propõe o MST em 2010: vemos, por exemplo, relacionados entre si no *cluster* em azul os vocábulos ‘agronegócio’ e ‘agrotóxico’, estando o primeiro também diretamente relacionado às palavras ‘Brasil’, ‘violência’, ‘trabalho’ e ‘escravo’, ‘latifúndio’ e ‘saúde’. Esta última, palavra diretamente relacionada ao nó ‘agrotóxico(s)’, aproxima-se da discussão em torno da proposta agroecológica do MST que apresentamos em nosso capítulo teórico. Entendemos, assim, que a decisão pela introdução do termo nesta narrativa faz parte, portanto, de uma escolha estratégica (Jasper e Duyvendak, 2015a) da organização pela ressonância discursiva (Koopmans e Statham, 1999) que apresenta frente à população urbana no país e que tem origem, simultaneamente, nas demandas materiais internas dos

intervenientes individuais e coletivos que compõem a organização – como vimos a partir de Pinto (2015) – e sobre o que melhor elaboraremos a partir das entrevistas.

Neste sentido, vemos em 2010, a partir de uma retórica negativa, portanto, o que veio a se consolidar como parte da proposta de reforma agrária popular do MST e esta enquanto estratégia de disputa fundiária:

As consequências deste modelo destrutivo ao meio ambiente passam a ser paulatinamente sentidas na maior parte da população que vive nos grandes centros urbanos. Contaminação e escassez de água, envenenamento de alimentos por agrotóxicos, mudanças climáticas e os inchaços nas grandes cidades são apenas alguns exemplos da intrínseca relação entre as questões agrária e urbana na atualidade. (...) A partir de então, a reforma agrária deixa de ser interesse apenas das populações que vivem no campo e se transforma numa necessidade do conjunto da sociedade. Da mesma forma, as(os) camponesas(es) sozinhas(os) não são mais capazes de alterar a correlação de forças para reorganizar a estrutura fundiária. Ela só será possível quando as populações das cidades também compreenderem a necessidade de realizá-la. (MST, 2021).

Voltando ao nó ‘agronegócio’ e suas interseções lexicais, vemos, assim, uma estratégia discursiva acerca deste setor – enquanto interveniente político coletivo – oposta a que vimos em Rousseff neste mesmo ano eleitoral, em que, relembramos, a candidata omite a relevância deste ator para a questão da terra no Brasil de então, ao mesmo tempo em que busca integrar o pequeno agricultor em seu modo de produção, assim indiretamente elogiando-o. Aqui, observamos que este interveniente é não só exposto como explicitamente criticado.

Da mesma forma, vemos neste ano a explicitação e a crítica na rede digital do MST ao então chamado ‘novo’ ‘código’ ‘florestal’, tópico também ocultado do discurso de Rousseff em 2010, apesar do destaque dado à temática ambiental em seu Twitter naquele ano. O novo código entrava em conflito diretamente com ambas as facetas da nova proposta de reforma agrária em gestação pelo MST. Primeiro, no que diz respeito a sua reivindicação histórica pela redistribuição de terras, uma vez que previa, em seu texto original, a anistia de latifundiários que houvessem descumprido o então atual código de proteção florestal até 2008, o que inviabilizaria a desapropriação de uma grande quantidade de terras improdutivas e ilegais (fruto de desmatamento) para a reforma agrária. Segundo, no que diz respeito à dimensão socioambiental da proposta de reforma agrária popular da organização, em função do enfraquecimento da proteção ambiental que outros pontos do novo texto propunham.

Por um lado, a discussão no Twitter do MST vinha ao encontro do que Ferreira (2018) identificou como uma “deliberação mediada” sobre o assunto, que analisa a partir do site da organização, apoiando-se em Gohn (2000) e na ideia de que a internet vinha potencializando “os movimentos a interferirem nos debates mais amplos que constroem a institucionalidade vigente em um país” (Ferreira, 2018, p.223). Aqui, porém, consideramos importante resgatar o debate trazido em nosso capítulo teórico acerca da necessidade de não reduzir as análises ao papel de determinadas tecnologias (Treré, 2016), sendo importante observar o contexto em que se encontram.

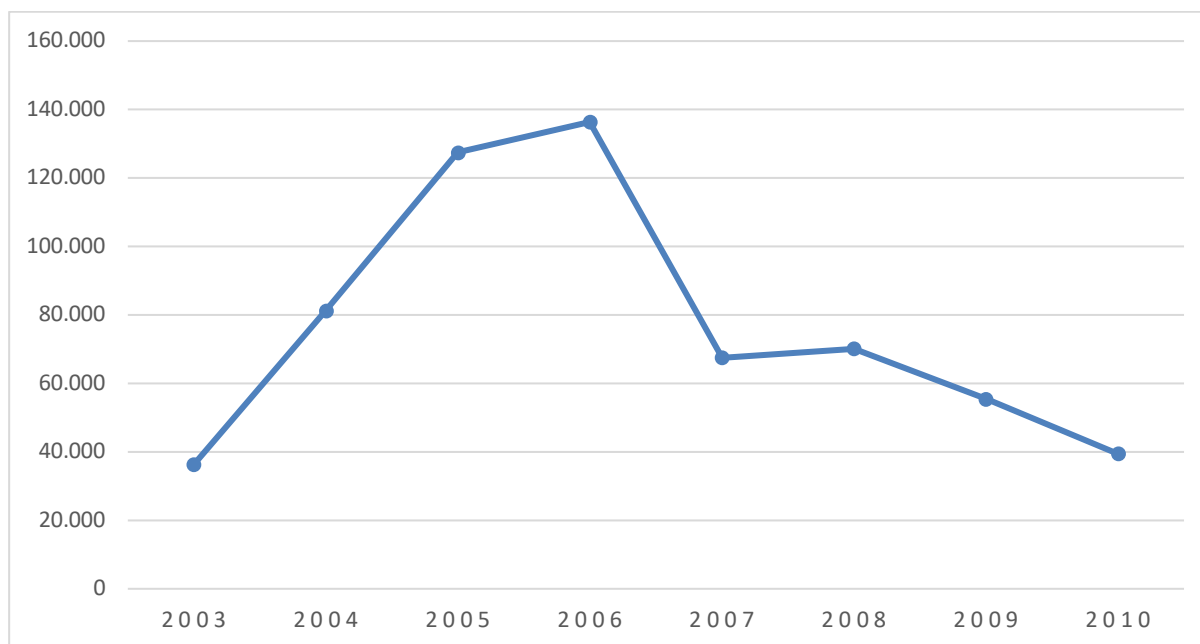
Ao observar o contexto explorado em nossa investigação, por exemplo, vemos que dentro do tópico de discussão sobre pautas socioambientais, um tweet generalista de Rousseff em 2010, como o que citámos no capítulo anterior acerca do “Dia mundial do meio ambiente”, apresentava 132 retweets, em comparação aos 38 retweets da publicação mais partilhada do MST sobre o novo código florestal naquele mesmo período, o que nos sugere a necessidade de análises comparativas que levem em conta a interação entre diferentes intervenientes com as mesmas arenas mediáticas, como a que aqui propomos (MST e Twitter, de um lado; presidencialíveis e a plataforma, de outro). Este tipo de análise coloca em evidência, por exemplo, a desigualdade de alcance que têm ambos os atores que aqui mencionámos, ainda que o MST utilizasse a plataforma de forma mais extensiva (como vimos) e mais intensiva (como argumentaremos a seguir) que a própria candidata neste ano eleitoral. Aqui nos alinhamos, assim, à perspetiva da economia política dos media (Fuchs, 2012) mencionada em nossa secção teórica, na qual entendemos estas plataformas enquanto intervenientes com objetivos políticos e económicos próprios e que têm um impacto direto, portanto, no grau de interferência que sujeitos coletivos como o MST podem ter na supracitada “deliberação mediada”.

Ainda sobre o assunto, tal como Rousseff dissimula o ator ‘agronegócio’ em 2010 e a discussão acerca do ‘novo’ ‘código’ ‘florestal’, buscando, assim, a conciliação pela omissão do conflito, observamos um movimento contrário na rede semântica do MST em 2010, em que vemos a priorização da denúncia, do embate e, assim, da exposição do conflito, frente a intervenientes e discursos contrários ao projeto de reforma agrária popular agroecológica da organização.

Por outro lado, observamos na rede do MST neste ano eleitoral o apoio à candidata Dilma Rousseff. Na análise semântica aqui proposta, observamos que o nó ‘Serra’, referente à José Serra, candidato pelo PSDB, aparece duas vezes mais que o da candidata que apoiam (‘Dilma’), apresentando também um maior grau de centralidade que o nó referente à Rousseff (relações observadas no *cluster* rosa), reiterando a escolha por uma estratégia discursiva em que a denúncia e a crítica – ao adversário – parecem sobressair frente ao elogio e o apoio – à candidata de eleição. Uma vez mais, destacamos então o que indica ser uma postura mais conflitiva do MST em sua conta oficial do Twitter em 2010.

Por outro lado, esta estratégia protegia a organização de um apoio acrítico à candidata, visto que os números relativos ao assentamento de trabalhadores rurais vinham diminuindo nos últimos quatro anos de governo do PT, em oposição às reivindicações do movimento (*gráfico 13*).

Gráfico 13. Assentamento de trabalhadores rurais entre 2003 e 2010



Fonte: elaboração nossa com base nos dados do INCRA¹⁹⁴.

É também por esta razão que ao voltar a nossa base de dados original observamos que o apoio mais direto à Rousseff se faz somente após o resultado da primeira volta das eleições, em postagens realizadas a partir do dia 15 de outubro de 2010, caracterizando, ainda que de forma *discreta*, um engajamento proactivo na campanha eleitoral da candidata – uma das possibilidades que McAdam e Tarrow (2010) apresentam como habituais na relação entre movimentos sociais, partidos e períodos eleitorais. E isto, lembramos, ao contrário da quase nula referência de Rousseff ao tema ‘movimentos sociais, ativismo e ação política’ em 2010.

Ainda acerca da relação entre ambos os discursos analisados, observamos a falta de qualquer semântica que dialogasse com o projeto ideológico neodesenvolvimentista às avessas (Milanez e Santos, 2015) ou neoextrativista (Gudynas, 2011) que identificámos na campanha de Rousseff naquele ano, aparte da já mencionada contrariedade ao modelo produtivo do agronegócio.

Por outro lado, parte de um repertório comum à organização, como observado nas seções teóricas sobre a mesma, no mesmo *cluster* (laranja) em que a principal reivindicação apresentada nesta rede – ‘reforma’ ‘agrária’ – se encontra, vemos um léxico que se aproxima da principal temática colocada por Rousseff em seu discurso eleitoral em 2010 – as políticas sociais –, tal como os nós ‘social(is)’, ‘justiça’, ‘educação’, ‘famílias’, ‘assentados’, etc. Pelo que observamos, neste ponto, uma convergência temática entre ambos os intervenientes que nos focamos em 2010.

¹⁹⁴ Disponível em: <http://antigo.incra.gov.br/pt/numeros-reforma-agraria>. Acesso em: 22 jan. 2021.

Por fim, pensando na relação da organização com a própria plataforma que aqui exploramos e sua interação com outras, destacamos no *cluster* ciano que integra a própria sigla MST uma série de palavras que indica haver, naquele período, início de sua utilização pelos Sem Terra, um uso também qualitativamente intensivo da rede, não apenas quantitativamente, como observámos na primeira secção deste capítulo. Destaco deste grupo os substantivos ‘vídeo’ e ‘foto(s)’ e o modo imperativo do verbo ‘ver’, cujo peso da aresta que o liga a uma e outra modalidade de linguagem é 11.0 e 7.0, respetivamente, indicando o estímulo ao consumo de materiais extratexto nas publicações. Sobre este ponto, importa mencionar que o Twitter naquele ano, enquanto arena, i.e., espaço com suas próprias regras e arquiteturas, ainda não disponibilizava a função de agregação de outras linguagens que não textuais em suas publicações, pelo que o léxico aqui destacado ilustra ainda as formas que a organização dispunha e a iniciativa que tomava, naquele momento, para contornar estas restrições.

Na base de dados originária da ARS, observamos ainda que as publicações fazem referências a outros meios e suportes, fontes digitais e offline, como o canal do MST no Youtube, o seu próprio site, o Jornal Sem Terra e o Sem Terrinha, o Jornal Brasil de Fato, entrevistas nas redes de televisão TV Cultura e Rede Globo, a outras contas no próprio Twitter, etc.

Assim, ao contrário do observado na análise da campanha de Rousseff em 2010, e mesmo em 2014, a ARS do MST deste ano indica, algo a ser verificado e aprofundado através das entrevistas semiestruturadas com os então integrantes do Setor Nacional de Comunicação da organização, que logo no início da utilização da plataforma aqui sob análise o MST já apresentava sinais de integração no modo de comunicação em rede. Encontrámos, ao menos, uma utilização do Twitter já inserida no modelo da autocomunicação de massas (Castells, 2007), que pressupõe, como vimos anteriormente, a interação entre diferentes fontes e modalidades de linguagens, como a que aqui observámos.

Pensando nos dois níveis da comunicação política que aqui mencionámos a partir de Blumler (2016), uma mais ligada à política institucional e outra mais ‘de base’, inferimos, portanto, dentro do nosso escopo de pesquisa, que neste primeiro período de análise, a comunicação política de base foi mais ativa no que diz respeito ao aproveitamento dos recursos (“*affordances*” em Earl e Kimport, 2011; Cammaerts, 2015) possibilitados pelas redes e media sociais online, tal como previu Castells (2007) acerca dos “movimentos de contrapoder”. Resultado que também encontra ressonância na literatura acerca do chamado ativismo digital, que demonstra como a *atribuição de sentido* direcionada a estas plataformas, i.e., como passaram a ser compreendidas (Gerbaudo, 2018), sugeria, naquele momento, que representariam uma ampliação das “vozes do povo” (Ibidem, p.748, tradução nossa) no debate público. Ainda que, por exemplo, a quantidade de retweets das publicações de

Rousseff e de retweets das publicações do MST acerca de questões socioambientais em 2010 nos sugira, hoje, o contrário.

Observamos, assim, nesse primeiro ano de análise a consolidação de um repertório de comunicação híbrido (Mattoni e Ceccobelli, 2018), bem como a integração de uma lógica de ação conectiva à lógica de ação coletiva (Bennet e Segerberg, 2015) própria do Movimento Sem Terra. Uma lógica de ação conectiva, porém, não em substituição à lógica de ação coletiva. Lógica esta organizada, neste primeiro momento, a partir de “redes organizacionalmente mediadas” (Ibidem) e, potencialmente, de “redes organizacionalmente ativadas” (Ibidem) – antes que de “redes ativadas por multidões” (Ibidem). Em contraposição, portanto, aos movimentos de protesto que se iniciavam neste período, constituídos pelas chamadas sociedades civis virtuais (Beissinger, 2017), e que – como vimos em nossa revisão bibliográfica – se tornaram o foco dos estudos sobre movimentos sociais e novos media neste período.

Com a expansão desta análise aos anos 2014 e 2018 e a partir das entrevistas aos coordenadores nacionais de comunicação do MST buscaremos melhor entender como se deu, a seguir, o desenvolvimento deste processo.

5.2.2. A rede semântica de 2014

A partir da *tabela 20*, indicamos que os valores apresentados em 2010 e 2014 são bastante similares, ainda que, como se pode observar no *grafo 2*, mais nós – palavras – passam a apresentar um maior grau de centralidade, motivo pelo qual observamos um pequeno aumento nesta média em 2014 (22,722), apontando a uma ligeira descentralização da comunicação apresentada neste ano eleitoral.

A partir do grafo observamos, ainda, uma relativa melhor estrutura de comunidade de palavras se comparado ao ano de análise anterior, em que tópicos que apresentam maior coocorrência situam-se também mais próximos, ainda que permaneça uma interação marcante entre palavras de agrupamentos distintos, como demonstra o valor 0,273 de modularidade.

Já a densidade da rede (0,212) e a média do coeficiente de agrupamento (0,444) reduzem ligeiramente em 2014, pelo que depreendemos apresentar uma também pouco coesa narrativa geral.

A despeito da diferença no número de tweets analisados que, relembramos, cai de 2010 para 2014, enquanto nota metodológica relembro também que o número de nós de cada rede é aproximadamente o mesmo – referindo-se às 100 primeiras palavras que aparecem por

‘reforma’ ‘agrária’ (que este ano, como desenvolveremos à frente, recebe na rede o adjetivo ‘popular’), é com o nó ‘congresso’ (peso da aresta 12.0).

Como explicámos na secção descritiva da organização aqui analisada, os Congressos Nacionais do MST são arenas parte de sua estrutura organizacional interna em que diferentes intervenientes coletivos (seus diferentes setores e coletivos nacionais) e individuais (base, militantes e coordenadores) se reúnem num mesmo espaço a fim de negociar e deliberar o eixo de orientação da ação coletiva da organização nos anos seguintes. Trata-se de um momento de negociação do enquadramento de ação coletiva do movimento (Gamson, 1992 apud Benford e Snow, 2000), em que *frames* diagnósticos e prognósticos são elaborados, resultando, por fim, – como vimos na *tabela 3* – em lemas que carregam em si o enquadramento motivacional do mesmo (Benford e Snow, 2000).

Quando voltamos à base de dados de nossa rede, observamos que a relevância deste nó em 2014 está associada ao VI Congresso Nacional do MST, que aconteceu em fevereiro daquele ano e orientou as redes de comunicação da organização tanto para a sua divulgação (previamente ao encontro) quanto para a publicização de conteúdos do mesmo – com destaque para o compartilhamento de links multimédia do evento e da *mística* do Congresso. Esta que, como vimos em nosso segundo capítulo, se trata de uma das formas de comunicar do MST e que também participa da formação da própria identidade coletiva Sem Terra, num processo em que “indivíduos acampados [se ‘convertem’] em sujeitos identificados com os saberes e as práticas do MST” (Indursky, 2014, p.112) e em que se busca estabelecer, portanto, uma “conexão cognitiva, moral e emocional” (Polletta e Jasper, 2001, p.285) de seus participantes com a categoria e prática Sem Terra.

A partir de ambas estas elaborações, i.e., do Congresso e da *mística* veiculada na plataforma digital que aqui analisamos, colocámos nesta etapa da pesquisa a hipótese de que o MST se voltava, no ano de 2014, em termos comunicacionais, para dentro de sua própria arena, algo que buscaremos desenvolver na secção seguinte a partir das conversas empreendidas nas entrevistas semiestruturadas.

Voltando ao lema que vimos ter sido apresentado neste VI Congresso, “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!”, observamos todo este conjunto lexical reunido no cluster azul representado no *grafo 2*.

Aqui, destacamos a introdução do nó ‘popular’ na relação com os demais ‘reforma’ e ‘agrária’, relação esta ausente no ano anterior. Conforme vimos em nosso capítulo teórico, este novo enquadramento da reivindicação clássica do MST pela redistribuição de terras no país traz consigo um forte apelo à pluralidade de modos de vida e de relação com o meio socioambiental.

Neste contexto, salientamos aqui outro nó que apresenta um alto grau de centralidade neste ano, a palavra ‘terra’. Também relacionada ao *frame* identitário do MST (96 das 131

publicações em que a palavra aparece neste ano refere-se aos “Sem Terra”), observamos em 2014 a sua ligação direta, compondo o *cluster* laranja, com diferentes identidades transversais (Polletta e Jasper, 2001), como os nós ‘mulher(es)’ e ‘juventude’, e com uma ampla diversidade socio-territorial, como representam os nós ‘Paraná’ (Sul do país), ‘Pará’ (região Norte) e ‘Sergipe’ (Nordeste brasileiro) (na rede em geral, outros estados completam a diversidade regional do país: e.g. ‘Mato’ ‘Grosso’ e São ‘Paulo’, Centro-Oeste e Sudeste, respetivamente). A título de comparação, no ano anterior o nó ‘terra’, que apresentava pouca centralidade, relacionava-se mais diretamente à reforma agrária “clássica” (MST, 2021), ligado às palavras ‘limite’ e ‘propriedade’; e aparecia em toda a rede (termos presentes entre as 100 maiores frequências) apenas estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país.

No mesmo *cluster*, aparece ainda a palavra ‘agroecologia’, modo de produção que, como vimos, pressupõe uma maior integração e equilíbrio socioambiental e o respeito a pluralidade de modos de vida existentes no cenário rural do país. Nesse âmbito, destacamos ainda a presença do nó ‘indígenas’ na rede de 2014, indo ao encontro da proposta condensada pelo MST:

é preciso descentralizar o acesso à terra, para que ela cumpra sua função social, garantindo os direitos e a permanência no campo das comunidades que nela vivem e trabalham, sejam estas comunidades camponesas, indígenas, ribeirinhas, seringueiras, geraizeiras e quilombolas, entre outras comunidades tradicionais. (MST, 2021).

Ainda sobre este nó, observamos o destaque ao caráter conflitivo do campo no Brasil exposto no *cluster* (verde escuro) em que se encontra, onde também estão presentes os nós ‘ruralistas’ e ‘trabalho’ ‘escravo’, reafirmando o conflito existente entre povos tradicionais e o modelo de produção monocultor exportador do agronegócio. Voltando a nossa base de dados, observamos passagens como “Indígenas são alvo da ofensiva do agronegócio, mostra relatório da CPT <http://t.co/XDc4CGXT9b>” (MST, 2014)¹⁹⁶.

Outro nó presente na rede em 2014 e ausente em 2010 que consideramos relevante destacar em função de sua ressonância (Snow, 2004) com uma narrativa que se direciona, também, ao meio urbano (tal como em 2010 observamos com o termo ‘saúde’) é a palavra ‘alimento’. O discurso que a envolve, relembramos, também faz parte da proposta de reforma agrária popular apresentada pelo MST¹⁹⁷, e se apresenta tanto numa vertente positiva quanto conflitiva, tal como observamos na base de dados desta rede, respetivamente: “Sem Terra entregam alimentos em BR de PE em ato de solidariedade - <http://t.co/sBnZCk7dst>” (MST, 2014)¹⁹⁸ e “Os alimentos transgênicos são repletos de ‘cantos da sereia’, diz pesquisador <http://t.co/hfgnIVRAz5>” (Ibidem)¹⁹⁹.

¹⁹⁶ Disponível em: https://x.com/MST_Oficial/status/461154942053797888. Acesso em: 19 ago. 2024.

¹⁹⁷ Sobre o assunto, cf. Engelmann (2018b), que demonstra a centralidade da representação social da produção de alimentos para o projeto de reforma agrária da organização.

¹⁹⁸ Disponível em: https://x.com/MST_Oficial/status/497370689935253504. Acesso em: 19 ago. 2024.

¹⁹⁹ Disponível em: https://x.com/MST_Oficial/status/427858558969860096. Acesso em: 19 ago. 2024.

Sugerimos, assim, que a proposta de reforma agrária agroecológica em 2014 é apresentada no Twitter do MST de forma simultaneamente propositiva (diferentemente de 2010) e negativa, opositiva. Isto porque vemos ainda em destaque a preposição/ advérbio ‘contra’ e a sua associação (*cluster* verde) aos nós ‘agronegócio’, ‘transgênico’ e ‘agrotóxicos’, reforçando o tom de crítica e denúncia a este modelo produtivo já presentes em 2010.

Entendemos, ainda, que esta narrativa mais propositiva era feita também a partir da interação entre o campo lexical da agroecologia (que inclui, segundo a literatura, as referências às identidades transversais e outros modos de vida que comentamos acima) com nós relacionados a repertórios de ação da organização, como ‘ato’ e ‘marcha’, e a modos de organização do MST, como o já comentado Congresso Nacional e outras arenas organizacionais internas que aparecem na rede de 2014, como diferentes ‘encontros’ (estaduais, regionais, da juventude, de educadores, etc.) organizados naquele ano pelo MST.

Voltando-nos agora à relação da organização neste ano eleitoral com a campanha da candidata que analisámos no capítulo anterior, constatamos em primeiro lugar que os nomes Dilma Rousseff ou Aécio Neves não aparecem em nossa rede, i.e., não estão dentre as 100 primeiras palavras em termos de frequência, indicando 1) um possível menor interesse do MST nas presidenciais deste ano e/ ou 2) um menor interesse no apoio à Rousseff e na crítica a seu principal adversário, Aécio Neves (como vimos acontecer em 2010).

No primeiro caso, sugiro que esta pouca atenção ao tema das presidenciais – em que na superfície não se observa nenhuma das hipóteses de relação entre movimentos sociais e períodos eleitorais descritas por McAdam e Tarrow (2010; 2019)²⁰⁰ – poderá demonstrar, mais uma vez, uma comunicação do MST, naquele ano, mais voltada para as suas questões internas.

Para aprofundar a segunda hipótese, voltamos, então, à base de dados de nossa ARS e observamos que, se em 2010 todas as publicações do MST continham conteúdo positivo em relação à Rousseff (demonstrando apoio, ainda que numa perspectiva de comparação à José Serra), em 2014 isso muda. Há mais postagens com teor crítico a candidata que positivo, estando estas últimas concentradas após a primeira volta das eleições, quando o Movimento Sem Terra se decide pelo apoio à candidatura da então presidenta frente a seu adversário, dado o posicionamento deste num espectro político à direita de Rousseff (mais afastado, portanto, do MST) e o fato de que apresentava, naquele ano, intenção de votos similares ao PT (Borges, 2014)²⁰¹. Mesmo após a primeira volta, porém, a organização publica: “Com

²⁰⁰ Coloco como hipótese que a utilização intensiva do Twitter por Rousseff que constatamos em 2014 pode ter influência da utilização maciça das redes e mídia digitais por movimentos sociais (tal como apontado por McAdam e Tarrow [2010] como uma das possíveis relações entre movimentos e períodos eleitorais). A partir dos elementos que compõem esta investigação não é algo, porém, que podemos verificar ou especular com maior precisão.

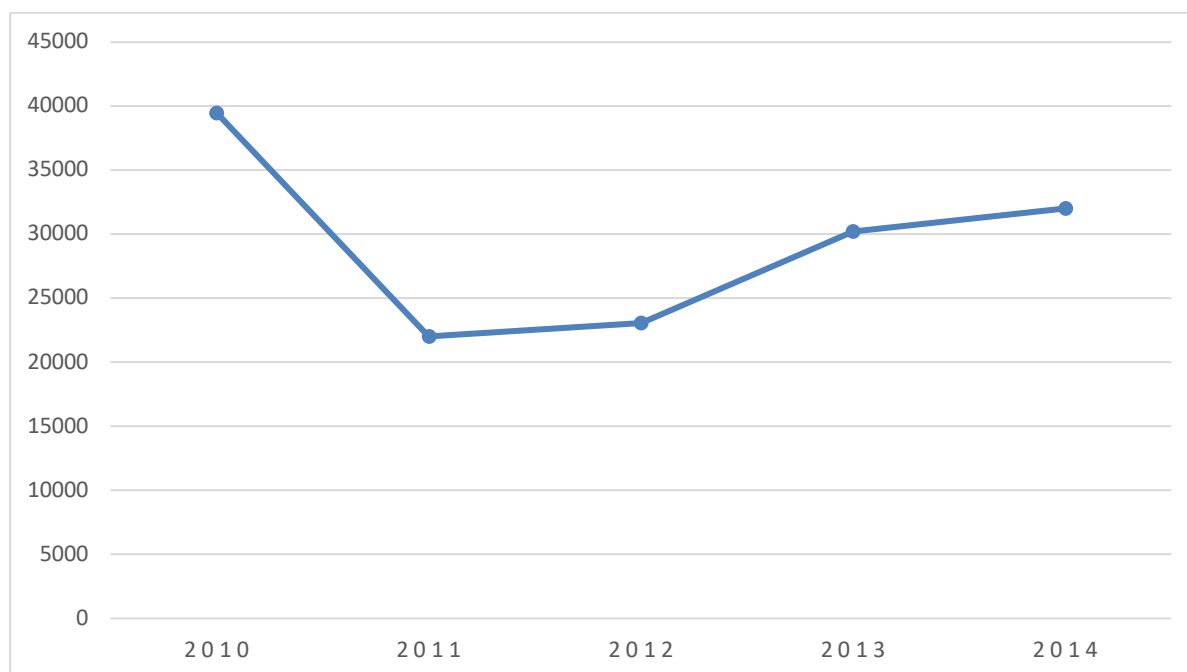
²⁰¹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/15/politica/1413410120_155803.html. Acesso em: 12 abr. 2024.

Dilma ou Aécio, agronegócio ameaça conquistas no campo <http://t.co/ETkL8GdK30>” (MST, 2014)²⁰².

Estas observações indicam, assim, a ligação de Dilma Rousseff, na visão do MST, ao agronegócio: há ainda três publicações em que ambos os vocábulos coocorrem, como a partilhada na publicação “Stedile: ‘O Agronegócio tem uma presença maior no governo Dilma’ - <http://t.co/Sm82LMinM9>” (MST, 2014)²⁰³. Sugiro que as escolhas críticas do MST naquele ano a partir de sua interpretação do contexto político de então vinham ao encontro da análise que desenvolvemos no capítulo anterior, em que observámos, a partir da estratégia da dissimulação, um alargado apoio da candidata ao modelo económico do agronegócio.

Para além da ascensão político-económica e cultural do setor durante as primeiras décadas do século XXI, como desenvolvemos no capítulo anterior, sugiro nesta etapa da análise que a insatisfação com a candidata tinha também origens nos poucos números relativos à reforma agrária que o seu mandato apresentou, como exemplifica o *gráfico 14* (dentre outros números observáveis no *apêndice 1*), que demonstra que a queda que vimos observando nos anos anteriores (*gráfico 13*) é intensificada em seu primeiro ano de mandato, apresentando uma ligeira melhora a seguir, porém sem alcançar os padrões apresentados no primeiro governo de Lula da Silva.

Gráfico 14. Assentamento de trabalhadores rurais entre 2010 e 2014



Fonte: elaboração nossa com base nos dados do INCRA²⁰⁴.

²⁰² Disponível em: https://x.com/MST_Oficial/status/525303536591327233. Acesso em: 19 ago. 2024.

²⁰³ Disponível em: https://x.com/MST_Oficial/status/437987519565541376. Acesso em: 19 ago. 2024.

²⁰⁴ Disponível em: <http://antigo.incra.gov.br/pt/numeros-reforma-agraria>. Acesso em: 22 jan. 2021.

Lembramos ainda que, enquanto a menção à candidata na rede do MST decresce de 2010 a 2014, o tema ‘movimentos sociais, ativismo e ação coletiva’ faz-se mais presente na campanha de Rousseff em 2014 que no ano eleitoral anterior. Para comentar este ponto, resgatamos da Análise Crítica do Discurso as estratégias ideológicas da dissimulação e da unificação presentes no discurso online da candidata. I.e., explicamos esse movimento contrário de ambos os intervenientes que aqui colocamos em foco – o MST e Dilma Rousseff – a partir da eufemização dos conflitos entre o governo da candidata e movimentos sociais rurais²⁰⁵ que identificámos no discurso de Rousseff e da ideia de conciliação e união que este apresentava (e.g. 2014-TT-ACD10 e 2014-TT-ACD12) e que servia, em última instância, à manutenção da hegemonia político-económica dos setores agroprodutores de capital intensivo, conforme detalhámos no capítulo anterior.

Relacionando o exposto à ARS, em suma, entendemos que a insatisfação com o governo do PT de Dilma Rousseff, indicado pela análise de dados secundários e pela ACD, reflete o crescer do agronegócio em sua campanha, processo identificado numa das conclusões da primeira etapa desta investigação. Nesse âmbito, observamos também a ausência de palavras e expressões conexas ao projeto neodesenvolvimentista às avessas (Milanez e Santos, 2015) para o meio rural, realçado e reafirmado na campanha de Rousseff em 2014 – aparte, tal como em 2010, do posicionamento conflitivo com o interveniente ‘agronegócio’ que o MST também apresenta neste ano de análise (como indicado acima).

Sobre essa questão, apontamos a importância – que, veremos, se confirmará ao longo desta secção e da próxima – de equacionar, nas relações entre organizações de movimentos sociais e atores estatais institucionais a interferência de outros atores (McAdam e Tarrow, 2019), neste caso, em específico, atores ligados ao mercado (Fligstein e McAdam, 2019), que aqui chamamos propositalmente de intervenientes (Jasper, 2015a) do processo político-comunicativo.

Ainda sobre a relação entre ambos os intervenientes neste momento postos em diálogo – o MST e Rousseff – vemos se manter na rede da conta oficial da organização no Twitter em 2014 a importância das ‘políticas’ ‘sociais’, cuja relevância que têm na campanha de Rousseff em 2010 dá lugar ao tema ‘desenvolvimento económico’ em 2014. Corroboramos, assim, a ideia levantada nesta etapa da pesquisa de que há um gradual distanciamento em termos discursivos da representação das questões relacionadas à terra na comunicação de ambos nossos sujeitos de análise.

²⁰⁵ Ilustramos este ponto com a passagem, em 2011, do programa “Um Milhão de Cisternas”, institucionalizada em 2003 como política pública, para o programa “Água Para Todos”, cuja inserção de intervenientes outros em sua execução, como empresas alheias ao contexto do semiárido, bancos federais e o próprio material de confecção das cisternas (produzido, por sua vez, pelos primeiros), geraram uma série de conflitos com a Articulação do Semiárido brasileiro (ASA), conjunto de atores coletivos ligados a movimentos sociais e populações locais que protagonizavam o primeiro programa, extinguido e substituído no mandato de Rousseff. Cf. Nogueira, Milhorange e Mendes (2020).

Por fim, relativo à relação do MST com a própria plataforma, sua relação com outros media e acerca da forma de utilização de sua conta oficial no Twitter, destacamos em primeiro lugar, em consonância com a já citada redução no número de publicações da organização neste ano, a ausência de nós que indicassem uma chamada à interação com outras linguagens e media, como observámos em 2010 a partir da importância das ligações entre o imperativo de ‘ver’ e os nós ‘vídeo’ e ‘foto(s)’.

Num primeiro momento, sugerimos que esta ausência poderia ser um reflexo das transformações as quais passou o Twitter nesse período²⁰⁶: foi somente após a campanha de 2010 que a plataforma adicionou em suas funcionalidades a possibilidade de veicular fotos e vídeos aos tweets, antes apenas sendo possível através de links externos, o que explicaria a necessidade de, em suas publicações de 2010, mencionar e instigar que os recetores clicassem no *hiperlink* afim de que consumissem o conteúdo desejado. Em 2014, já era possível apresentar estes conteúdos no próprio tweet, não sendo necessário introduzi-los ou anunciá-los textualmente.

Voltando a base de dados original desta pesquisa, porém, percebemos que este fenómeno se explica no caso das fotos (31 no total), mas não da apresentação dos vídeos, uma vez que mesmo em 2014 estes não estão integrados nas postagens do MST e continuam a ser apresentados em links externos (número aproximado ao das fotos quando incluímos chamadas para transmissões ao vivo, que comentaremos abaixo). Por um lado, entendo, assim, haver indicações de que o MST não apenas quantitativamente, mas qualitativamente recua na forma como utiliza a plataforma, i.e., não explora em profundidade as possibilidades por ela apresentadas neste ano.

Por outro, vemos em 2014 a utilização de táticas e mobilizações digitais (Earl e Kimport, 2011) inexistentes nas redes da organização em 2010 e a sua integração a repertórios tradicionais de ação, tal como o agrupamento roxo nos indica, em que podemos observar a proximidade entre os nós ‘ato’, ‘Brasília’, ‘twittaço’, ‘tag’, ‘#vicongressomst’, ‘#marchamst’, ‘#apoiomst’, ‘@midianinja’ e ‘vivo’ (referente à forma de transmissão ao vivo). Entendendo os repertórios de ação também como meios de comunicação (Oliveira, 2018), observamos, assim, indícios do carácter em rede da comunicação digital do MST em 2014, que buscava integrar diretamente estes dois modos de comunicar.

Ainda, a referência ao coletivo de media independente Mídia Ninja²⁰⁷ (‘@midianinja’) nos sugere haver, na forma de utilização desta plataforma em 2014, mecanismos relacionados à ação política contenciosa que Tilly e Tarrow (2015) chamaram de “difusão”, quando uma

²⁰⁶ Disponível em: https://blog.x.com/en_us/a/2010/100 e https://blog.x.com/en_us/a/2013/picture-this-more-visual-tweets. Acesso em: 21 set. 2022.

²⁰⁷ O coletivo se autoidentifica enquanto uma “rede de comunicação livre que busca novas formas de produção e distribuição de informação a partir da tecnologia e de uma lógica colaborativa de trabalho”, que teria surgido “em meio à multidão” e “ganhado notoriedade durante as manifestações de junho [de 2013]” (Mídia Ninja, s/d).

forma de ação se propaga de um lugar a outro; de “ação coordenada”, quando dois ou mais atores se engajam numa reivindicação paralela do mesmo objeto; e/ ou de “emulação”, quando determinadas performances, inventadas por um ator, são replicadas por outro.

Focando-nos na importância das hashtags neste ano de análise, as identificamos privilegiadamente enquanto *frames* motivacionais, enquanto instrumento de agregação de intervenientes coletivos e individuais principalmente internos da própria organização, orientando-os a ações de protesto conjuntas e incentivando a sua reunião na já discutida arena deliberativa do VI Congresso Nacional. Tal como elaborado acerca da utilização maciça das hashtags em 2014 por Dilma Rousseff, entendemos que estas também tinham uma função emotiva importante nesta mobilização (Tarrow, 2011) (e.g. #rumoaovicongresso), bem como refletiam emoções de comprometimento afetivo e lealdade (Jasper, 2011) para com a organização (e.g. #euapoiomst).

Se na campanha da candidata, porém, as hashtags tinham a função de microdirecionamento de sua campanha (num contexto ainda precursor da algoritmização e dataficação da comunicação pungentes no ano eleitoral a seguir) e reunião de atores díspares em torno de um projeto eleitoral unificado a partir de uma retórica conciliatória, na página oficial do MST este mecanismo é utilizado para reforçar o sentido de coletividade que tem em sua proposta política. E conforma, assim, uma espécie de metalinguagem do movimento social, tendo em vista o conjunto semântico que envolvia a sua utilização: “#vicongressomst”, “#marchamst”, “#mst30anos”, “#apoiomst”, etc., em que mais uma vez destacamos o que aparentava ser uma comunicação de caráter mais interno.

Argumentamos, então, que os mecanismos que num determinado campo da comunicação política (Blumler, 2016) operam de determinada forma, podem ter outra função estratégica (para alcançar objetivos também diferentes) na comunicação de outros intervenientes. Assim, observamos que interações entre intervenientes políticos diferentes em arenas mediáticas coincidentes apresentarão, usualmente, processos e resultados distintos. Nesse sentido, ecoamos também aqui a abordagem tecnopolítica em Gerbaudo (2017a) nos estudos do ativismo digital: “as mudanças nas orientações políticas e ideológicas alteram a forma como a tecnologia é concebida e utilizada” (p.479, tradução nossa).

Ainda, observamos neste ano uma mudança nas fontes partilhadas na conta oficial sob análise. Chama a atenção, por exemplo, a não menção (diferentemente do ano eleitoral anterior) ao Jornal Sem Terra e Sem Terrinha, dada a sua importância para a organização (Cunha, 2013), e que a posteriori entendemos estar relacionada a não mais publicação dos mesmos numa base regular, sendo editados apenas em edições especiais. Por outro lado, destaca-se o compartilhamento maciço do próprio site do MST, alguns links para o Youtube, mas primordialmente para os canais do já citado coletivo Mídia Ninja, mantendo em 2014 o

que consideramos constituir, já em 2010, uma comunicação em rede, i.e., uma em que diferentes modelos comunicacionais convergem e interagem entre si (Cardoso, 2023).

Em suma, se por um lado observamos uma retração na quantidade de publicações e na forma de utilização multimédia da plataforma neste ano, também observamos a experimentação de outras funcionalidades da mesma, a partir de uma interação direta com outros intervenientes coletivos político-mediáticos.

Aqui, faz-se importante a contextualização do ano sob análise enquanto período imediatamente posterior às chamadas jornadas de junho de 2013 no Brasil, ciclo de protestos que se insere no conjunto de movimentos surgidos posteriormente ao advento das redes sociais digitais e em que estas apresentaram papel de destaque em sua organização e operacionalização (Beissinger, 2017; Bennett e Segerberg, 2015)²⁰⁸.

A partir desse contexto, colocámos, então, duas hipóteses, trabalhadas a partir das entrevistas semiestruturadas e que serão elaboradas na próxima secção. Primeiro, de que este momento político teria influenciado no que diz respeito à utilização das táticas digitais acima comentadas, num processo de emulação (Tilly e Tarrow, 2015) de outros intervenientes coletivos com quem interagem e que se destacavam nestas manifestações (e.g. coletivo Mídia Ninja). E, segundo, de que teria influenciado na retração do uso do Twitter pelo MST neste ano, em função de uma possível transformação na atribuição de sentido direcionada a este media a partir da interpretação destas manifestações pela organização. Retração que poderia estar relacionada, portanto, às escolhas estratégicas do MST frente à sua própria interpretação destas que seriam as “redes ativadas por multidões” (Bennett e Segerberg, 2015), i.e., à nova lógica de protestos que vimos despontar, também no Brasil, no ano anterior a este que analisámos.

Por fim, observamos em 2014 o estabelecimento não só de um repertório de comunicação híbrido (Mattoni e Ceccobelli, 2018), como em 2010, mas também de ação (Earl e Kimport, 2011) híbrido. Mantendo como base a sociedade civil convencional (Beissinger, 2017) que o

²⁰⁸ Sobre as mobilizações de 2013 no Brasil, Gerbaudo (2017b), por exemplo, as analisou em conjunto com a Primavera Árabe, os Indignados, o grego Aganaktismenoi, Occupy Walll Street e os protestos do Parque Gezi na Turquia – reconhecendo-os também em diferentes *clusters* em função de suas especificidades. Insere-os, assim, no que, em nosso capítulo teórico, reunimos enquanto “segunda vaga” de ativismo digital (Treré, 2016) ou no que o próprio autor chamou “movimentos cyberpopulistas” (Gerbaudo, 2017a). Ou ainda, de forma mais elaborada em “*The mask and the flag*”, no que Gerbaudo (2017b) configurou como movimentos cuja “substância era, em última análise, neopopulista” (Gerbaudo, 2017b, p. 237, tradução nossa), a despeito do caráter neoanarquista que assumiam a sua forma de organização e a sua rejeição (retórica) a hierarquias e lideranças (Ibidem). Em específico sobre Junho de 2013, Gerbaudo (2017b) também descreveu como esses protestos, no Brasil, tiveram no início o protagonismo dos autonomistas Movimento Passe Livre (MPL), mas depois viram o avanço de uma classe média conservadora e da ostentação de símbolos nacionais, como a bandeira e suas cores, por este setor. Outras autoras e autores também se debruçaram sobre as especificidades deste ciclo de protesto, apontando, como Alonso (2017 apud Marinho, 2021) que este teria contido três diferentes tipos de repertórios: um autonomista, outro socialista, outro patriota. Importantes para a análise do período, nesta tese não nos debruçaremos, porém, sobre as especificidades dessas diferentes abordagens. Para a finalidade desta tese, como ficará claro na próxima secção, importa-nos antes a percepção do MST sobre estas mobilizações, que as análises sociológicas sobre Junho de 2013 propriamente ditas.

constitui, o MST – como comentámos acima, a partir da interação com outros intervenientes coletivos, estes sim mais próximos desta segunda vaga do ativismo digital (Treré, 2016) – passa, assim, a utilizar repertórios digitais característicos dos empregados pela sociedade civil virtual descrita por Beissinger (2017), sem, entretanto, constituir uma.

Por outro lado, a rede semântica analisada em 2014 indica um recuo na lógica de ação conectiva que vimos potencialmente despontar em 2010, sobressaindo a lógica de ação coletiva organizada a partir de “redes organizacionalmente mediadas” (Bennett e Segerberg, 2015), visto não haver uma retração da estrutura orgânica e reivindicações particulares da organização no Twitter, mas, pelo contrário, o seu fortalecimento, numa espécie de centralização do próprio MST em sua rede virtual.

A comunicação Sem Terra em 2014 sugeria, então, que o MST privilegiava naquele momento elaborações e negociações internas, ao mesmo tempo em que reiterava, agora de forma propositiva, a pluralidade de modos de relação com a terra proposto em seu programa de reforma agrária popular agroecológica (MST, 2013), *frame* prognóstico que, como vimos acima, se consolida neste mesmo ano na realização de seu VI Congresso Nacional.

Observaremos a seguir se esses padrões se mantêm ou se novamente se transformam no último ano de análise de redes semânticas que conduzimos nesta investigação.

5.2.3. A rede semântica de 2018

Chegando a 2018, observamos, por fim, na *tabela 20* acima e no *grafo 3* abaixo, que os valores estatísticos que aqui trabalhamos e a apresentação da rede semântica do MST no final da década de 2010 e ano da eleição de Jair Bolsonaro apresenta uma estrutura deveras diferente dos anos analisados anteriormente.

Em primeiro lugar, fica explícita a configuração de uma rede semântica descentralizada, em que diversas palavras apresentam popularidade, como se pode observar abaixo e que resulta numa média do grau de centralidade bastante superior aos anos anteriores (72,792) e não tão discrepante do nó que apresenta maior grau ('Brasil', com 100 valores), o que poderá demonstrar uma comunicação mais integrada, visto que mais nós interagem com mais nós, como fica evidente ainda pela densidade apresentada pela rede.

Assim, a densidade do grafo constituído (0,728), bem como a sua média do coeficiente de agrupamento (0,805) apresentam valores consideravelmente maiores que os anos anteriores, aproximando-se do maior valor da escala destas medidas (1) e indicando uma maior coesão na rede. No caso das redes semânticas isto poderá indicar uma narrativa mais integrada, uma vez que os termos incluídos nestas redes “estão mais fortemente ligados uns aos outros, tornando a rede mais homogênea em comparação com uma rede com menor densidade” (Pfiffner, 2022, p.211, tradução nossa).

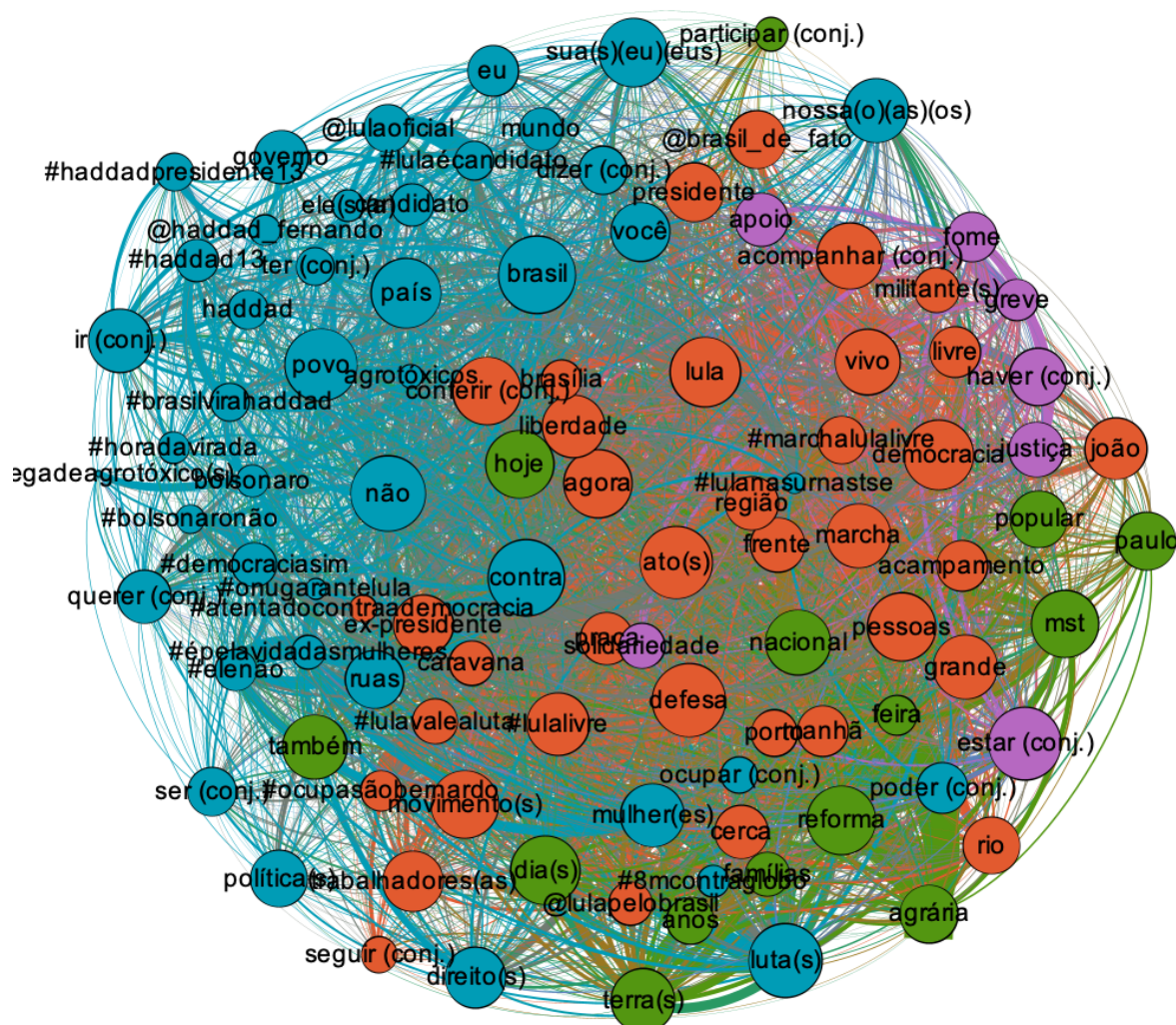
Esta maior integração de sua comunicação, por sua vez, poderá indicar uma também maior intencionalidade estratégica na utilização de suas redes e media digitais, ponto que melhor desenvolveremos a partir da etapa qualitativa da ARS e da análise das entrevistas. Aqui nos referimos ao termo estratégia dentro da perspectiva estratégica interacionista (Jasper, 2015a) em conjunto com as críticas à abordagem, como discutimos no segundo capítulo desta tese. I.e., enquanto escolhas deliberadas frente à cada interação, mas que enfrenta, também, influências e constrangimentos de diferentes ordens. Trata-se de uma intencionalidade estratégica, portanto, em que não contam apenas aspetos cognitivos, mas também emocionais (Jasper, 2011), relacionados às memórias coletivas e individuais e os processos políticos com quem interagem (Accornero, 2019), macroestruturais, etc.

Comunicação essa que indicava se centralizar, em sua conta oficial no Twitter em 2018, nas presidenciais que analisámos no capítulo anterior, tendo como principal objetivo a defesa da liberdade e candidatura de Lula da Silva, como também desenvolveremos a seguir e buscaremos confirmar a partir das entrevistas semiestruturadas comentadas na próxima secção.

Por fim, o único valor que se mantém baixo, ainda mais reduzido que nos anos anteriores, é o da modularidade (0,182), indicando que a análise das ligações dentro dos agrupamentos não se faz fundamental frente às interações entre palavras de *clusters* diferentes, indo também ao encontro da hipótese de uma forte coesão narrativa geral apresentada neste ano.

Seguindo a mesma lógica mencionada em 2014, a despeito do número de tweets neste período eleitoral aumentar consideravelmente (para 3.746 publicações), lembramos que este fenómeno não impacta diretamente esses números, dada a quantidade de nós em nossas redes ser aproximadamente o mesmo (cf. nota 195).

Grafo 3. Rede Semântica Twitter @MST_Oficial – 2018



Elaboração nossa através do Gephi.

Começamos a exposição qualitativa dos nós e suas arestas pela palavra com maior centralidade neste ano – ‘Brasil’ (grau de centralidade 100) – e destacamos as principais ligações deste nó: com o candidato ‘Lula’ (peso da aresta de 64.0), com a hashtag ‘#brasilvirahaddad’ (39.0) e com o substantivo ‘ato’ (30.0). A partir destas considerações e de outros nós que vemos centrais neste ano – ‘defesa’, ‘democracia’, ‘nacional’, ‘mulher(es)’ (que, como desenvolveremos à frente, também se trata de uma palavra com ligação direta à disputa eleitoral daquele ano), ‘#lulalivre’, ‘ex-presidente’, ‘presidente’, etc. (todos com mais de 80 valores em termos de grau de centralidade) –, entendemos que a comunicação Sem Terra no Twitter em 2018 demonstrava, de fato, se centrar no processo eleitoral daquele ano, em oposição ao que observávamos em 2014.

Tal como em 2010, mas de forma mais profunda, vemos, então, o MST se engajar proactivamente numa campanha eleitoral em torno de um partido (McAdam e Tarrow, 2010) e, principalmente, de um candidato.

Vocábulos que compõem a semântica relacionada a tópicos específicos da organização de movimento social analisada – como ‘reforma’, ‘agrária’, ‘terra’ – passam a dividir e, em alguns casos, perder a preponderância para este conjunto semântico diretamente relacionado à disputa eleitoral de 2018. ‘Terra’, palavra cara à nossa investigação e que, mais uma vez observamos a partir de nossa base de dados, relaciona-se mormente à identidade coletiva Sem Terra, aparece com maior peso de ligação associada à hashtag ‘#lulalivre’ (peso de 28.0) e a diversos outros nós desse campo semântico, mas também ao da defesa da ‘reforma’ ‘agrária’ ‘popular’ (*cluster* verde). Da mesma forma, a sigla ‘MST’, central nos anos de análise anteriores, também divide o peso de suas principais ligações entre ‘#lulalivre’ (33.0) e ‘reforma’ (32.0) ‘agrária’ (21.0).

O primeiro elemento que se destaca acerca da relação entre o MST, a macropolítica do país e o processo eleitoral de 2018, exposto em sua rede semântica, é a proeminência que vemos dada à Luiz Inácio Lula da Silva. Candidato à presidência em 2018 que, preso naquele ano, foi impossibilitado de concorrer ao pleito após ser condenado em um processo posteriormente julgado parcial²⁰⁹ e, portanto, nulo pelo Supremo Tribunal Federal (Oliveira, 2021)²¹⁰.

Para além de, como já mencionámos, apresentar um alto índice de centralidade na rede (relacionando-se, portanto, com a maioria dos demais vocábulos que compõe a narrativa Sem Terra de 2018 no Twitter), a palavra ‘Lula’ aparece como o nó de maior frequência nesta rede. Encontramos 744 referências ao nome próprio ‘Lula’; 370 utilizações da hashtag ‘#lulalivre’, 151 ‘#lulavalealuta’, 135 ‘#marchalulalivre’, 125 ‘#lulaécandidato’, 96 ‘#lulanasurnastse’ e 73 ‘#onugarantelula’; e 128 direcionamentos à conta – e, portanto, interação com – ‘@lulaoficial’ e 94 com ‘@lulapelobrasil’, somando 1.916 repetições de seu nome dentre os 100 primeiros nós de maior frequência.

Também os repertórios de ação identificados enquanto mais próximos da sigla ‘MST’ na rede em 2018 passam a reportar os ‘ato(s)’ em defesa da ‘liberdade’ de Lula da Silva, como o ‘acampamento’ Lula Livre em frente à Polícia Federal de Curitiba, onde o então ex-presidente se encontrava preso; à ‘#marchalulalivre’ em ‘solidariedade’ a ‘Lula’; e outras ‘marchas’ (em ‘defesa’ de ‘Lula’ e da ‘democracia’, de acordo com a rede semântica encontrada relacionada a este último vocábulo). Já a referência à ‘ocupação’ mais relevante na rede deste ano passa também a corresponder não ao repertório de ação parte da

²⁰⁹ No âmbito jurídico.

²¹⁰ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-15/stf-anula-condenacoes-da-lava-jato-contra-lula-e-deixa-seu-caminho-livre-para-2022.html>. Acesso em: 22 set. 2022.

identidade coletiva construída pela organização (as ocupações de terras improdutivas), como comentámos na análise de 2010, mas ao ato em defesa da inocência de Lula da Silva em São Bernardo do Campo, logo antes do então candidato se apresentar à Polícia Federal ('#ocupasãobernardo').

Vemos, então, neste ano, o resgate, por parte do MST, da aliança histórica entre o Movimento Sem Terra e o Partido dos Trabalhadores, descrita em nosso segundo capítulo teórico. Relembramos aqui, então, como, num processo que se retroalimenta, as lutas populares do final dos anos 1970 e início dos anos 1980s contribuíram para as “mudanças das estruturas tradicionais das organizações políticas, principalmente da Igreja Católica, do ‘novo sindicalismo’ representado pela CUT e na construção do Partido dos Trabalhadores” (Fernandes, 2012, p.18) e como essas “instituições foram, no decorrer do tempo, as principais matrizes político-culturais do movimento de trabalhadores rurais que emergia” (Ibidem). E que neste contexto, no final da década de 1980, “pela primeira vez na história do Brasil, um trabalhador iria disputar a Presidência da República. Luiz Inácio Lula da Silva foi candidato pelo Partido dos Trabalhadores. O MST trabalhou fortemente na candidatura de Lula” (Ibidem, p.28).

Observamos, então, num novo contexto político e leitura deste contexto pelo MST – resgatando aqui a importância do processo de “atribuição coletiva” e sua relação com as estruturas políticas em McAdam (1999) –, a releitura deste apoio à candidatura e à liberdade de Lula da Silva. A analisaremos, porém, como se verá a seguir, levando em consideração não apenas aspetos cognitivos, mas, integrado a estes, aspetos relacionados ao campo de estudo das emoções dos movimentos sociais. Contexto e interpretações essas que iremos verificar a partir das entrevistas semiestruturadas, mas que começamos a traçar, a partir das redes semânticas, alguns comentários.

Em primeiro lugar, há uma preocupação concomitantemente cognitiva e emotiva da organização com o processo político que se desdobrava na *contemporaneidade*, i.e., com o estado de direito democrático do país tendo em vista a prisão sem provas de um ex-presidente da república, que observamos a partir de um conjunto semântico específico (e.g. o nó ‘direito(s)’ fortemente relacionado aos nós ‘#onugarantelula’ e ‘democracia’) e com a ascensão de um ator de direita radical com chances eleitorais factíveis²¹¹ e que explicitamente citava o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra enquanto campo político inimigo (numa perspectiva maniqueísta populista como vimos no capítulo anterior). No programa de governo do então partido de Bolsonaro e em sua campanha via Twitter, o então candidato defendeu a tipificação do MST enquanto organização terrorista e a revisão do estatuto do desarmamento

²¹¹ Na primeira volta, pesquisas de intenção de voto declaravam que Bolsonaro sairia em primeiro lugar, assim como na segunda volta eleitoral. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/06/datafolha-para-presidente-votos-validos-bolsonaro-40-haddad-25-ciro-15-alckmin-8.ghtml>. Acesso em: 16 abr. 2024.

para garantir o direito incondicional à defesa da propriedade privada das ocupações de terras deste e outras organizações de movimentos sociais rurais (Carneiro, 2021).

O MST passa, assim, a se situar no que seria a transposição do “momento liminóide” – conceito de Victor Turner (1982) trabalhado por Juris (2014; 2012) – para o âmbito da comunicação política, no contexto da interação via Twitter entre a organização e Jair Bolsonaro em 2018. Segundo Juris (2014), “as ações de massas e os momentos de maior confrontação durante as ocupações públicas (...) são atravessados por momentos liminóides de terror, pânico e jogo, suscitando elevados níveis de ‘solidariedade afetiva’ (Juris 2008a, 2008b)” (p. 233).

A possibilidade de vitória de um candidato à presidência com o discurso de Bolsonaro representaria para a organização, portanto, em termos retóricos, este momento de “terror”. É seguido deste sentimento que vemos as redes afetivas se fortalecerem em torno do nó ‘solidariedade’ na conta oficial do MST em 2018, como observamos a partir de sua ligação com o nome ‘Lula’²¹², num contexto em que o então candidato liderava as pesquisas eleitorais (Datafolha, 2018)²¹³, mesmo após ter sido preso – representando, portanto, uma alternativa tangível frente à ameaça que Sem Terras viriam a enfrentar com a eleição de Jair Bolsonaro à presidência da república.

Em segundo lugar, especulamos haver, neste 2018, uma relação também fortemente interpretativa e emocional com o *passado*, ativada pela interação entre a memória coletiva da formação do MST num contexto pós-ditadura civil-militar no Brasil; as memórias individuais de seus militantes, em especial os que viveram o período ditatorial; e o processo político contemporâneo descrito acima, numa relação de co-construção mútua da ação e da memória (Accornero, 2019), que passamos a explicar.

Em relato sobre os 25 anos do MST, João Pedro Stédile (2009), militante presente desde a fundação da organização, por exemplo, expõe:

Em janeiro de 1984, havia um processo de reascenso do movimento de massas no Brasil. A classe trabalhadora se reorganizava e acumulava forças orgânicas. Os partidos clandestinos já estavam na rua, como o PCB, Pcdob, etc. *Tínhamos conquistado uma anistia parcial, mas a maioria dos exilados tinham voltado. Já havia se formado o PT, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e a CONCLAT (Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora). Amplos setores das igrejas cristãs ampliavam seu trabalho de formiguinha, formando consciência e núcleos de base em defesa dos pobres, inspirados pela Teologia da Libertação. Havia um entusiasmo em todo lugar, porque a ditadura estava sendo derrotada e, a classe trabalhadora brasileira, na ofensiva, lutando e se organizando.* (Stédile, 2009, grifo nosso)²¹⁴.

Da intersecção entre este tipo de relato, a rede semântica de 2018 (com a supracitada centralidade dada à defesa da ‘liberdade’ de ‘Lula’, à ‘democracia’, etc.) e a história da

²¹² Para além da solidariedade a ‘Lula’, vemos este termo também fortemente associado à palavra ‘fome’, como descreveremos mais à frente.

²¹³ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-lula-39-bolsonaro-19-marina-8-alckmin-6-ciro-5.ghtml>. Acesso em: 29 set. 2022.

²¹⁴ Disponível em: <https://www.assufrgs.org.br/2009/01/08/mst-25-anos-de-teimosia-artigo-de-joao-pedro-stedile/>. Acesso em: 3 ago. 2024.

formação do MST que apresentámos em nosso capítulo teórico, sugerimos, assim, que a prisão de Lula da Silva teria sido interpretada como um (triste) resgate da história recente do país. Uma em que lideranças políticas (e não só) eram presas por se manifestarem por direitos, tal como Lula da Silva havia sido em 1980²¹⁵.

Destaco aqui o cariz emocional destas relações, ainda, levando em consideração as suas diferentes tipologias (Jasper, 2011) – das emoções reflexivas, como o medo, ativado não só pelas ameaças de Bolsonaro ao MST, mas por todo o projeto político-económico antipluralista para o campo que detalhámos no capítulo anterior; às emoções morais de orgulho, indignação e compaixão; passando pelo comprometimento afetivo e lealdade com quem, em períodos anteriores, haviam dividido as suas reivindicações em “ações coordenadas” (Tilly e Tarrow, 2015). Vemos o MST, portanto, não apenas enquanto interveniente coletivo, mas este enquanto arena em que participam diferentes intervenientes coletivos e individuais que por sua vez atuam e atuavam em outras arenas, onde interagem com atores a quem, no momento de nossa análise, dirigiam a sua solidariedade.

Na ARS de 2018 observamos também a importância da palavra ‘mulher(es)’, que também aparece, ainda que em menor grau, na rede semântica de 2014. Aqui, tal como naquele ano, o termo remete à importância das identidades transversais (Polletta e Jasper, 2001) para a organização e sua identidade coletiva e para a sua relação com a defesa de modos de vida plurais e a denúncia à interseccionalidade das opressões no capitalismo, como ilustramos, respetivamente, através dos tweets que seguem: “As *Mulheres Sem Terra* estão em diversos pontos do país denunciando e combatendo as agressões do capital multinacional sobre os povos e seus territórios (...)” (MST, 2018, grifo nosso)²¹⁶ e ““Tem existido resistência das *mulheres negras lésbicas das quebradas*”, diz ativista <https://t.co/yUmT710dz8> <https://t.co/q85UwmVF15>” (Ibidem)²¹⁷.

Destaco ainda algumas das ligações mais fortes que envolvem o termo na rede que analisamos: ‘contra’ (com peso 74.0), ‘#8mcontraglobo’ (62.0), ‘#épelavidadasmulheres’ (44.0), ‘terra’ (41.0), ‘#elenão’ (40.0), ‘luta’ (37.0) e ‘ocupam’ (26.0) (para além de ‘ato’, ‘marcha’, ‘defesa’, ‘democracia’, etc.). Observamos, assim, que há um destaque para o papel proativo das ‘mulheres’ no que diz respeito às ações do MST em seus processos reivindicatórios, tanto a partir de repertórios de ação tradicionais (Tilly e Tarrow, 2015), quanto das mobilizações e táticas digitais (Earl e Kimport, 2011) em foco naquele ano eleitoral.

A questão das mulheres se encontra ainda em destaque em 2018 em grande medida pelo papel que tiveram na campanha digital contra o candidato à presidência Jair Bolsonaro e na

²¹⁵ Disponível em: [²¹⁶ Disponível em: \[https://x.com/MST_Oficial/status/971714103478808578\]\(https://x.com/MST_Oficial/status/971714103478808578\). Acesso em: 19 ago. 2024.](https://www.institutolula.org/ha-43-anos-lula-era-presos-pela-ditadura-militar#:~:text=O%20presidente%20do%20Sindicato%20dos,mais%20de%20200%20mil%20metal%C3%BArgico s. Acesso em: 3 ago. 2024.</p></div><div data-bbox=)

²¹⁷ Disponível em: https://x.com/MST_Oficial/status/1034870155329847297. Acesso em: 19 ago. 2024.

criação de uma frente ampla e plural de oposição ao mesmo (Santo e Porto, 2020). Neste sentido, a relação do termo com a hashtag '#elenão' demonstra uma articulação do MST com o pleito de diferentes coletivos feministas em 2018 em torno de um mesmo objetivo. A hashtag em questão faz referência ao movimento iniciado e propulsionado, primariamente, pelo grupo de Facebook Mulheres Unidas Contra Bolsonaro, antes de ser difundido pelas ruas e redes digitais do país (Santo e Porto, 2020).

Sendo importante para o MST que este candidato não se elegeisse, observamos que a sua comunicação buscava, portanto, em termos estratégicos (cf. p.91 desta tese), se coordenar com outros intervenientes individuais e coletivos, servindo ainda como mediador de interações entre intervenientes distintos que tinham naquele ano o mesmo objetivo em termos macropolíticos: evitar a vitória da direita radical e defender o estado de direito no país.

Ainda dentro do escopo de análise da relação entre o MST e as presidenciais de 2018, diferentemente de 2010, o apoio do MST, primeiro a Lula da Silva e, após a sua condenação, ao candidato Fernando Haddad (também do PT), fez-se primordialmente pela positiva. Este apoio mostrava-se mais exposto que as vezes em que o nome 'Bolsonaro' ou a hashtag '#bolsonaronão' apareceram. Para além dos números já inferidos acerca de 'Lula', Haddad contou com 419 referências no total, entre '#brasilvirahaddad', a interação com a conta oficial do candidato '@haddad_fernando', 'Haddad', '#haddad13' e '#haddadpresidente13', enquanto 'Bolsonaro' aparece 93 vezes e '#bolsonaronão' 88 vezes.

Mesmo somando as 118 vezes em que aparece a campanha digital '#elenão', observamos que a estratégia do Movimento Sem Terra nestas eleições se dá mais a partir do reforço positivo ao seu candidato que de crítica negativa direta ao nome de seu opositor. Observamos, assim, uma atuação da comunicação Sem Terra, naquele ano, que se contrapõe à estratégia populista comunicacional apontada em Cardoso (2023), em que "notícias são partilhadas, independentemente da dimensão positiva ou negativa das mesmas, como forma de galvanizar os seus apoiantes (...)" (p.147), i.e., em que mesmo publicações negativas fazem repercutir a campanha de determinado ator na ecologia mediática em rede.

A escolha do MST se diferenciava, assim, da própria campanha digital de maior repercussão de Fernando Haddad, que assume o pleito após condenação de Lula. Santos (2019) mostra que a sua campanha no Twitter teve 'Bolsonaro' como vocábulo que mais vezes aparece dentre os 100 tweets com maior número de *likes* e compartilhamentos naquele período – diferentemente de seu adversário. Em consonância com a premissa teórica de Cardoso (2023) acerca do populismo digital, ainda segundo o autor, "[a] estratégia de 'falem mal, mas falem de mim' ajudou Jair Bolsonaro a ganhar ainda mais espaço nas redes, inclusive em círculos dos quais não participava – especialmente num contexto no qual era possível justificar tais ataques como sendo do 'sistema'" (Santos, 2019, p.57). Estratégia essa que teve, portanto, menor ressonância na página do MST.

Numa lógica similar a relativa pouca menção à Bolsonaro na rede da organização, acompanhamos o desaparecimento do nó ‘agronegócio’ na rede de análise semântica do MST em 2018. Este movimento, relembro, apresenta-se na contramão do que observámos na análise das campanhas eleitorais, em que constatámos a gradual exposição, ano a ano, de setores dominantes do agronegócio enquanto ator privilegiado na campanha dos presidenciáveis sob análise. Em especial, vai na contramão do que observámos na campanha de Bolsonaro deste ano, em que o candidato assume explicitamente o setor enquanto eixo em torno do qual, no que diz respeito às questões agrárias, compõe o seu grupo político. O MST demonstrava, portanto, certa contrariedade neste ano eleitoral pela assunção e confronto explícito com o projeto político neoliberal do ‘agronegócio’ projetado por Bolsonaro para o meio rural.

Em relação a correspondência da comunicação Sem Terra com a transformação em seu enquadramento de reivindicação coletiva para a reforma agrária popular agroecológica, destacamos neste ano o já mencionado *cluster* verde, que apresenta os nós ‘reforma’ e ‘agrária’ associado ao vocábulo ‘popular’ (indicando a manutenção desta expressão que vimos aparecer na rede de 2014). Mas constatamos também uma não centralidade de outros aspetos observados no ano anterior, como a ênfase numa maior pluralidade de modos de vida, identidades transversais e localizações socio-espaciais.

Tampouco o vocábulo ‘agroecologia’ se encontra dentre as 100 primeiras palavras que mais aparecem em 2018. Vemos, por outro lado, os nós ‘agrotóxico(s)’ e a hashtag ‘#chegadeagrotóxicos’, indicando uma estratégia similar a 2010 em relação à defesa do modo de produção agroecológico, ou seja, mais reativo ao seu modo de produção antagónico que diretamente intercessor pela agroecologia²¹⁸.

Por outro lado, a já comentada acima palavra ‘solidariedade’ também interage privilegiadamente com a palavra ‘fome’ neste ano de 2018²¹⁹. Interação lexical que entendemos fazer parte do contexto reivindicatório do MST pela reforma agrária popular, que, como vimos em outros momentos desta tese, tem como premissa a ampliação do diálogo com intervenientes que não se encontram diretamente ligados à luta pela terra no país (tal como a utilização dos termos ‘saúde’ em 2010 e ‘alimento’ em 2014)²²⁰.

²¹⁸ Ainda que – voltando a base de dados desta pesquisa – podemos observar que este vocábulo aparece proporcionalmente mais vezes em 2018 que em 2010 e 2014 e isto em função, especialmente, da divulgação do IV Encontro Nacional de Agroecologia e da 17ª Jornada de Agroecologia do MST que aconteceram neste ano.

²¹⁹ Para além da solidariedade frente à greve de fome também em defesa da libertação e candidatura de Lula da Silva.

²²⁰ Sugiro que esta interação tenha vindo a crescer nos anos seguintes no discurso digitalmente mediado do MST, em especial durante a pandemia Covid-19 que teve o seu ápice no governo de Jair Bolsonaro, em que campos semânticos ligados à ideia de solidariedade e de fartura, abundância – em associação, sugiro, ao modo de produção agroecológico – foram constantes nas redes e media digitais da organização. Em pesquisa exploratória através do software *Voyant Tools* levada à cabo com os 100 tweets de maior influência do MST de 2021 a 2023, após os termos ‘MST’, ‘terra’, ‘#tôcommst’, ‘reforma’, ‘agrária’ e ‘movimento’, os termos de maior expressão são ‘solidariedade’ e ‘alimentos’, sendo outros termos de destaque as palavras ‘toneladas’, ‘Brasil’, etc. Falaremos mais sobre esta questão na conclusão desta tese.

Em relação a variedade de linguagens encontrada na conta oficial do MST no Twitter em 2018, que aqui relacionamos a um dos princípios da autocomunicação de massas (Castells, 2007), um dos modelos comunicacionais convergentes na comunicação em rede (Cardoso, 2023), reparamos uma maior utilização destas que no ano anterior. Foram 2.052 publicações com imagens integradas e 202 com vídeos integrados – contando com o recurso que já estava disponível na plataforma em 2014, mas que na análise daquele ano considerámos subutilizado.

Se em 2010 entendemos que, de acordo com os recursos que a plataforma oferecia naquele momento, o MST os teria melhor utilizado – se comparado a 2014 –, em 2018 argumentamos que volta a o fazer. Movimentos que buscaremos explicar na secção abaixo a partir das entrevistas e que, na conclusão desta tese, buscaremos contrastar com o processo que observámos na comunicação das campanhas presidenciais analisadas acima.

Observamos ainda uma ampla variedade de fontes citadas nas publicações do MST neste ano, seja com o propósito de crítica ou referência positiva, num processo de reiteração ou transformação da mensagem, que Cardoso (2023) descreveu como parte da “comunicação da comunicação” (em rede).

Voltando à base de dados da ARS, observamos, por exemplo, que o Jornal Sem Terra, voltado mormente à base social da organização, perde relevância se comparado a 2010, mas volta a ser citado em suas redes. Observamos ainda que há uma profícua referência ao Jornal Brasil de Fato – sendo o nó ‘@brasil_de_fato’ o direcionamento com maior grau de centralidade neste ano. Jornal que, como vimos, se trata de uma arena mediática em que participam diferentes intervenientes coletivos, dentre eles o MST, pelo que começamos a observar a preponderância de canais, cujas fronteiras (internas e externas ao MST) fazem-se difusas, e que dialogam com uma maior amplitude do espectro político de esquerda no país, alargando, assim, o número de intervenientes com quem a organização interage.

Acerca do uso de hashtags pela organização em 2018, observamos uma continuação do aumento em sua utilização: de zero referências na rede de 2010, a cinco na de 2014 e dezoito no grafo de 2018. Se na rede de 2014 observamos a utilização de hashtags enquanto parte de uma construção coletiva direcionada especialmente a intervenientes internos ou próximos ao MST (e.g. ‘#apoiomst’ e ‘#rumoaovicongresso’), em 2018 compreendemos que a sua utilização na comunicação digital Sem Terra é feita primordialmente a fim de se integrar a uma reivindicação coletiva mais abrangente que às específicas da própria organização (e.g. ‘#lulavalealuta’, ‘#democraciasim’ e ‘#horadavirada’). Nesse sentido, a análise desse mecanismo também aponta que, frente àquela conjuntura política nacional e às relações cognitivas e emotivas (individuais e coletiva) do MST com a mesma, a comunicação Sem Terra no Twitter em 2018 se volta menos para intervenientes individuais e coletivos

pertencentes exclusivamente às suas próprias fronteiras políticas. E se torna cada vez mais híbrida e inclusiva em termos de interlocutores.

Aqui, tal como na análise das campanhas presidenciais, voltamos a refletir sobre a mudança algorítmica do Twitter em 2016 – do “modelo cronológico” para o “modelo de relevância” – e uma mudança, ainda anterior, de outubro de 2014 (inaugurada em 2018, portanto, em termos de período temporal desta pesquisa), que passou a permitir a visualização de tweets de contas não seguidas por usuários²²¹. Indicamos que estas alterações também parecem se refletir nas escolhas estratégicas do MST neste ano (com que outros intervenientes mediáticos interage, que hashtags utiliza, qual o teor de sua narrativa, etc.) que apontavam, como vimos descrevendo, para uma comunicação menos direcionada exclusivamente para si e atores sociais já próximos ou simpatizantes da organização e mais ampla em termos de interlocutores com quem dialogava.

Isto porque, se em anos eleitorais anteriores somente os seguidores do MST poderiam visualizar as suas publicações (pela ordem cronológica em que aparecessem em suas *timelines*), em 2018 entendemos que o MST, se desejasse ter visibilidade nesta plataforma – inclusive para os seus já seguidores, mas não apenas – teria que se adaptar ao novo “modelo de relevância” e às discussões digitalmente amplificadas naquele momento.

Assim, a interação com uma amplitude maior de intervenientes mediáticos e políticos na rede do MST de 2018 se dava, por um lado, pela natureza macropolítica do que entendemos ter sido o seu *frame* diagnóstico (a deterioração do estado de direito e uma possível eleição da ultradireita no Brasil) e prognóstico (a necessidade de libertação de Lula da Silva e de reeleição do PT), pelos motivos e processos que comentámos no início desta secção; e, por outro, pela compreensão de que era necessário que o Movimento Sem Terra existisse, também, nesta plataforma digital que analisámos, inclusive enquanto estratégia de resistência frente à conjuntura exposta no ponto anterior.

No contexto do “modelo de relevância” adotado pelo Twitter que, como mencionámos em outro momento, pressupõe uma maior algoritmização e dataficação da comunicação (Couldry e Hepp, 2017), observamos que a comunicação do Movimento Sem Terra refletia, portanto, a necessidade de dialogar, também, com um maior leque de interlocutores externos às suas próprias fronteiras e à sua rede política mais próxima. Dessa forma, buscamos pensar as transformações na comunicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra não a partir de uma abordagem tecno-determinista (Treré, 2016), porém também reconhecendo os seus efeitos sobre o modo de atuar da organização em determinadas arenas mediáticas.

²²¹ “Os testes indicaram que a maioria das pessoas gosta de ver Tweets de contas que talvez não sigam, com base em sinais como a atividade das contas que seguem, a popularidade dos Tweets e a forma como as pessoas da sua rede interagem com eles” (Twitter, 2014, tradução nossa). Disponível em: https://blog.twitter.com/official/en_us/a/2014/the-spirit-of-experimentation-and-the-evolution-of-your-home-timeline.html. Acesso em: 29 set. 2022.

Como orienta a abordagem tecno-política (Gerbaudo, 2017a), observamos, assim, que transformações tanto nas tecnologias quanto nos contextos políticos influenciam-se mutuamente.

Por fim, entendemos que há, na rede semântica de publicações no Twitter do MST em 2018, uma consolidação na hibridez de seus repertórios de ação e comunicação (Mattoni e Ceccobelli, 2018) – e.g. #ocupasãobernardo e a ocupação organizada pela organização em frente à sede do sindicato dos metalúrgicos logo antes da prisão de Lula da Silva; #lulalivre e toda a campanha homônima, cuja coordenação foi dividida com integrantes do próprio MST (como veremos na próxima secção); etc. Assim, se aprofunda também uma lógica de ação conectiva no MST, estabelecida a partir de “redes organizacionalmente ativadas” (Bennett e Segerberg, 2015), desta vez inseridas numa rede mais difusa de coletivos e indivíduos e menos rígida em termos de fronteiras – sem que necessariamente observemos ao enfraquecimento das estruturas coletivas e arenas organizativas internas do MST (a partir das entrevistas, o que verificámos foi, em verdade, o seu fortalecimento).

Assim, apesar da constituição *sine qua non* do MST enquanto parte da sociedade civil convencional (Beissinger, 2017), colocamos a hipótese de que, em 2018, a organização participou também do que pode ser compreendido enquanto uma sociedade civil virtual *ad hoc*, cujas identidades são caracterizadas por Beissinger (2017) enquanto “amplamente inclusivas e de oposição” (p.367, tradução nossa) e que “orientam diversos indivíduos [neste caso, também coletivos] para o menor denominador comum daquilo a que se opõem” (Ibidem).

Se e como estes processos de fato se desenvolveram ao longo da década de 2010, buscaremos apresentar nesta próxima secção, em que entrevistas a atuais e então integrantes do Setor Nacional de Comunicação do MST ajudaram-nos a compreender e a complexificar as dinâmicas comunicacionais aqui identificadas.

5.3. Os dilemas estratégicos Sem Terra

Diferentemente do exposto na secção anterior, a análise da comunicação Sem Terra a partir das entrevistas semiestruturadas não se deu, portanto, a partir de uma arena mediática em específico, o Twitter, tampouco dentro do recorte temporal das arenas eleitorais presidenciais. A partir da ARS identificámos alguns padrões nos anos de 2010, 2014 e 2018 nas publicações e narrativas por estas construídas a partir da conta oficial do MST no Twitter. Aqui, buscaremos compreender se estes padrões correspondiam às práticas mediáticas (Mattoni, 2017; Couldry, 2004) coletivas da organização enquanto interveniente coletivo (Jasper, 2015a) – e sua relação com as práticas mediáticas individuais de nossos entrevistados – no contexto de uma ecologia mediática (Mattoni, 2017) ampla e híbrida (Mattoni e Ceccobelli, 2018) e ao longo de toda a década de 2010 – início, meados e fins. Período que, como

sugerido na análise exploratória acima descrita e que corroboraremos nesta etapa, também correspondeu à consolidação do modo de comunicação em rede (Cardoso, 2023) para o MST.

Buscamos também aprofundar o porquê das escolhas estratégicas deste ator durante as corridas eleitorais previamente analisadas, aprofundando as razões da centralidade das eleições de 2018 em suas redes digitais, frente à eleição de Bolsonaro neste mesmo ano, considerada um marco no pensar a comunicação e o uso das novas tecnologias da informação e da comunicação pela maior parte de nossos entrevistados. Em especial, o que buscamos entender a partir das já comentadas diferentes interações entre o movimento social e estas corridas eleitorais (Tarrow e McAdam, 2010) é o diálogo da organização com os projetos ideológicos analisados no capítulo anterior e, portanto, também com atores terceiros (McAdam e Tarrow, 2019) parte dos conflitos agrários (Welch, 2012; Fernandes, 1999) que observamos na introdução desta tese, em especial com os que compõem o setor do agronegócio. Como vimos na primeira fase de nossa análise, setor cuja presença ascende nas campanhas eleitorais analisadas e que representa, em 2018, o eixo em torno do qual, no que diz respeito às questões agrárias, Bolsonaro constrói o seu campo político dentro de uma lógica populista neoliberal.

Para tal, a própria compreensão da relação do MST com o modo de produção do agronegócio e, em contrapartida, como vimos na revisão de literatura, com a sua proposta de reforma agrária popular agroecológica também deverá ser aprofundada a partir do método da história oral e do cruzamento entre as memórias individuais de nossos entrevistados (de Oliveira, 2010) acerca de sua relação com a terra com a própria construção do *frame* de enquadramento coletivo (Snow e Benford, 2000) negociado dentro da organização – este em que uma perspectiva mais plural da terra se faz central. Aqui, a ideia de co-construção entre as memórias individuais e coletiva (Accornero, 2019) se fará também fundamental.

Da mesma forma, as transformações nas práticas mediáticas (Mattoni, 2017; Couldry, 2004) coletivas do MST, que deverão levar em conta as práticas individuais de nossos entrevistados, serão pensadas em conjunto com estes aspetos – a transformação da representação da terra na comunicação política Sem Terra e o diálogo desta com os projetos ideológicos analisados na primeira fase desta pesquisa. Para pensar estas práticas, reiteramos a ideia de escolhas (Jasper, 2015a) e as limitações que a elas associamos – desde o legado das desigualdades inerentes ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil aos sistemas disposicionais dos intervenientes envolvidos (Duyvendak e Fillieu, 2015) e as suas próprias experiências frente aos mesmos tipos de interações (Accornero, 2016).

O que buscaremos com esta última secção de análise é compreender, então, a transformação nos padrões de interação entre uma organização de movimento social como o MST – um interveniente coletivo constituído anteriormente ao advento das redes e media sociais digitais e mesmo à popularização da rede mundial de computadores – no contexto da

transformação da ecologia mediática de que fazem parte. No âmbito, portanto, das arenas político-mediáticas *em que* interagem e dos intervenientes humanos e não humanos *com quem* interagem (atores da política partidária institucional, empresas tanto do setor tecnológico quanto agroextrativista, algoritmos, coletivos internos, base social, dirigentes, etc.). Buscaremos compreender, portanto, a transformação dos dilemas estratégicos (Duyvendak e Fillieule, 2015) Sem Terra ao longo da década de 2010 num contexto em que, como apontámos na introdução desta tese, se observa uma crescente algoritmização e dataficação da comunicação (Couldry e Hepp, 2017).

5.3.1. Cautela e debate no início dos anos 2010s: o MST adere às novas plataformas digitais

Logo no início de nossa análise fica clara a importância do enquadramento teórico da abordagem estratégica interacionista para a compreensão da comunicação Sem Terra durante não só o nosso recorte temporal de pesquisa, mas para a relação do MST em geral com as tecnologias da comunicação e da informação ao longo de sua história. Isto porque, como observaremos a partir de trechos citados abaixo, fica claro em todas as entrevistas realizadas, a importância de intervenientes coletivos e individuais externos à organização e/ou o que chamaremos híbridos – integrantes simultaneamente do MST e de outros coletivos ou arenas políticas – para a introdução e domesticação das mesmas em seu repertório de comunicação (Mattoni, 2013).

Se a nossa atenção nesta subsecção se volta para o início da década de 2010, quando sobressai a importância dos movimentos políticos centrais nos estudos da chamada segunda onda de ativismo digital (Treré, 2016), como os Indignados na Espanha, Occupy Wall Street nos Estados Unidos e a Primavera Árabe na região do Médio Oriente, o fenómeno que aqui pretendemos descrever é anterior a este momento (por este fenómeno, me refiro à centralidade da interação entre diferentes atores no emprego de novas tecnologias e linguagens de comunicação pelo MST).

Em nossa primeira entrevista, B., da coordenação nacional do Setor de Comunicação da organização no início da década de 2010, por exemplo, sobre a compreensão da necessidade de utilizar as plataformas digitais nesse período, afirma:

Eu acho que essa compreensão do movimento ela vem depois da Plaza del Sol na Espanha, depois dos movimentos de lá que vão dar origem ao Podemos, Barcelona, e aí depois também as Primaveras Árabes (...). Mas naquele momento tinha uma parte da esquerda no nosso entorno, essa turma do Podemos, enfim, essa turma da Espanha sacava muito rápido esse tema da.. se a gente olha a trajetória do Podemos, né, tem sempre a coisa dos aplicativos, das redes sociais e tal. (B., comunicação pessoal, 14 de julho de 2023).

Processo que aqui caracterizamos enquanto difusão de uma forma de ação contenciosa entre diferentes lugares (Tilly e Tarrow, 2015; della Porta e Tarrow, 2005).

Da mesma forma, anterior a este momento da chamada segunda onda do ativismo digital, o mesmo entrevistado comenta sobre a importância do Fórum Social Mundial de Porto Alegre ainda nos anos 2000 e o papel que teve a interação entre integrantes do MST e jornalistas estrangeiros no que diz respeito à visualização das possibilidades de utilização da internet naquele momento. No contexto, relembro, da inserção do MST na rede de “movimentos de movimentos” antiglobalização e, assim, numa “ação coletiva transnacional” (della Porta e Tarrow, 2005).

Ainda anterior a este período, a responsável desde os anos 1990 até hoje pela Frente de Tecnologia da Informação (anteriormente Frente de Inclusão Digital) do MST, G., também nos descreve minuciosamente como a própria instalação e início da utilização dos primeiros computadores da organização na sede de sua Secretaria Nacional também foi possibilitada pela relação que tinham com outro interveniente coletivo, o Instituto Sedes Sapientiae, com quem partilhavam o espaço físico de sua arena organizativa em São Paulo.

F., integrante e, desde o seu início, implicada na Brigada de Audiovisual Eduardo Coutinho, antiga Brigada de Audiovisual da Via Campesina (criada ainda nos anos 2000s), também descreve a importância de intervenientes individuais e coletivos externos na construção desta linguagem dentro do MST. Tanto em termos de fornecimento de equipamentos (e.g. pela ONG sueca Solidariedade América Latina) e de aprendizagem prático-teórica (e.g. pela rede televisiva venezuelana Vive TV), como na relação com outras organizações de movimentos e instituições (MAB e CPT) no início de sua produção audiovisual.

Voltando ao período de nossa pesquisa, vale mencionar que a própria página do Facebook do MST é comentada por parte dos entrevistados como tendo sido criada por uma pessoa próxima, simpática, à organização, mas não por seus próprios integrantes, i.e., pela sua equipa de comunicação, tendo sido posteriormente absorvida pelo MST.

Fica nítido, então, a importância da interação entre o MST e outros intervenientes para as transformações no repertório de comunicação e informação da organização ao longo de sua trajetória. E que a entrada do MST nas novas redes e media digitais sociais então existentes no início dos anos 2010 – Twitter, Facebook, YouTube – se dá, em grande parte, tanto pelo sentido que passavam a atribuir a estas plataformas, a partir de sua utilização por intervenientes coletivos próximos do MST (a “esquerda no nosso entorno” – B., 2023) que naquele momento percebia estes media enquanto possibilitadores da “voz do povo” (Gerbaudo, 2018); quanto pela viabilização material e técnica propiciada por intervenientes individuais e coletivos próximos à organização.

Observamos que se tratou também de uma entrada mais cautelosa e menos intensiva do que sugerimos a partir da Análise de Redes Semânticas de 2010 do Twitter do MST.

Em primeiro lugar, cautelosa pelo fato de que estas redes e plataformas digitais também eram vistas, antes de sua utilização por movimentos como os Indignados, por exemplo, como media unicamente voltados para o indivíduo e não para sujeitos coletivos: “eu acho que naquele momento o entendimento do movimento, das organizações de esquerda, era o seguinte: rede social é para indivíduo” (B., comunicação pessoal, 14 de julho de 2023). Questão essa que se complexificará ao longo da década e que debateremos nas subseções seguintes.

Ainda sobre o assunto, as práticas mediáticas individuais dos integrantes do MST poderão ter contribuído para esta percepção. Como relembra B., ao ser apresentado por uma amiga à plataforma Twitter, a visão do então coordenador do Setor Nacional de Comunicação era de que este media se tratava de um “micro diário” pessoal – pelo que, afirma, não aderiu naquele momento. E, reforçando o anteriormente exposto acerca da importância de outros intervenientes coletivos para a transformação dessa compreensão pelo MST, é na sequência desta exposição sobre a sua relação pessoal com a plataforma que B. expõe a importância de movimentos como os Indignados para a então transformação da relação do Movimento Sem Terra com as redes e media sociais digitais. O entrevistado integra, assim, relatos que codificamos como ‘práticas mediáticas individuais’ e ‘práticas mediáticas coletivas’ que, como comentaremos à frente, encontram-se intrinsecamente relacionadas.

Para E., integrante do Setor de Comunicação no momento de entrada do MST nas redes digitais e que trabalhava na Frente de Assessoria de Imprensa do mesmo, coletivo de grande relevância neste período – indicando a então centralidade da relação da organização com intervenientes e arenas mediáticas tradicionais –, esta entrada²²² se deu somente após muito debate nas arenas de decisão internas do MST: “a gente fazia grandes reuniões, grandes debates, pra saber se entrava, se não entrava, se era legal, se não era legal, se a gente estava entrando numa plataforma estrangeira, como é que era, mil debates!” (E., comunicação pessoal, 17 de julho de 2023).

A cautela quando da entrada nesta rede não parecia se relacionar, ainda, com uma preocupação para com assuntos relacionados à segurança da informação, hoje tema importante para o MST. Se nos anos anteriores à década de 2010 vimos a partir da entrevista com G. que haviam diretrizes específicas sobre o assunto para a utilização de plataformas como o Skype, o MSN e o Orkut, o mesmo não é observado logo à entrada do MST nas novas redes e media sociais como Facebook e Twitter. Tratava-se de um momento em que a Frente de TI se encontrava afastada do Setor Nacional de Comunicação (retornando apenas em meados da década, durante a reestruturação do Setor, que comentaremos na próxima

²²² Com exceção do Facebook, cuja conta foi criada, como mencionado acima, por uma simpatizante da organização.

subsecção) – fato que indica haver pouca atenção dada, no início dos anos 2010s, para a influência das transformações tecnológicas no pensar a comunicação Sem Terra.

Em segundo lugar, entendemos a partir das entrevistas que a utilização destas plataformas pelo MST, em seu início, se deu de forma menos intensiva que a interpretação realizada a partir da ARS. O que consideramos ser, na rede semântica de 2010, uma utilização qualitativamente expressiva do Twitter (visto as chamadas para outras linguagens que não só a textual em suas publicações) se revelou ser, através dos relatos de nossos entrevistados, uma utilização mais simplificada das plataformas digitais, que serviam mormente enquanto repositórios de conteúdo de outros media do MST, em especial, de seu website. Vemos como exemplo, a fala de B. sobre a utilização do Facebook pela organização em seu início:

Acho que quando o movimento entra no Facebook, entra muito numa lógica utilitária mesmo, do tipo “ah, vamos reproduzir aqui as matérias que a gente já fez no site, vamos chamar atenção ali”. Não se pensava naquela época numa vida própria das redes sociais. De “ah, eu vou ter um conteúdo específico pra essa rede, ou eu vou tentar engajar, interagir” (...). (B., comunicação pessoal, 14 de julho de 2023).

Ainda que de uma forma geral os entrevistados olhem para a utilização destas plataformas no início de 2010 de forma menos complexa, portanto, do que sugerimos a partir da ARS, vemos a integração imediata destas plataformas aos demais media da organização, ainda que apenas como repositório de conteúdo. O princípio da integração da organização no modo de comunicação em rede já se encontrava presente, portanto, no início da década – diferentemente da utilização de Rousseff neste mesmo período.

Destacamos ainda o cariz experimentalista que assumiu o MST neste primeiro momento, que observamos ao longo de nossa análise e que ilustramos a partir do trecho abaixo:

Eu acho que entrou muito na perspectiva de “ah, vamos ver qual é que é”, né, e eu era favorável porque todos os espaços onde a gente possa disseminar nossas ideias são positivos, importantes. (...) Mas isso era ainda num período bem embrionário das próprias redes sociais, e aí eu acompanhei, mas era algo, na estratégia do movimento, ainda era algo bem lateral. (E., comunicação pessoal, 17 de julho de 2023).

Assim, identificamos neste início de utilização das redes e media sociais digitais pelo Movimento Sem Terra uma menor intencionalidade estratégica em seu uso, ainda que, reforçamos, a sua entrada nestas plataformas tenha sido marcada por um amplo debate e cautela.

Ainda sobre este último ponto, observamos ao longo das entrevistas um padrão (com exceções) que se repete não apenas neste início da década de 2010, mas ao longo de todo o período. Quando perguntados acerca da forma como individualmente os entrevistados se relacionam com a chegada de novas tecnologias da comunicação e da informação – o *modus operandi* de suas práticas mediáticas individuais, portanto –, obtivemos como principal resposta a ideia de que têm preferência por logo entrar e experimentar os media, como forma inclusive de os testar para o MST. Organização que por outro lado mantém, ainda hoje, a característica da prudência face à sua entrada em novas plataformas. Aqui, identificamos a ideia que chamamos de práticas mediáticas individuais e coletivas interdependentes e

opostas, em que as práticas mediáticas individuais (primordialmente codificadas enquanto espontâneas), com o tempo, dão lugar a práticas mediáticas coletivas do MST (identificadas em nossa análise enquanto cautelosas). A isto creditamos, como resume B., o fato de que “o tempo que a gente tem individualmente de acessar, compreender e incorporar essas tecnologias, ela é bem distinta do tempo do movimento” (B., comunicação pessoal, 14 de julho de 2023).

Neste âmbito, destacamos também a entrevista com G., responsável pela Frente de TI do MST, cuja postura frente às novas tecnologias se enquadra neste processo anteriormente descrito e cuja história de vida e a história das transformações tecnológicas da organização se entrecruzam, num processo marcado pela co-construção de decisões individuais suas e coletivas, no que diz respeito às escolhas comunicacionais do MST. Exemplo deste processo é a faculdade de Processamento de Dados, que passa a cursar logo após o MST adquirir sua primeira rede de computadores, e a reconstrução do site da organização, buscando auxílio de terceiros, como projeto final de seu curso de graduação; a decisão pelo trabalho a distância antes da pandemia Covid-19, por razões pessoais, e o gerenciamento da otimização do trabalho remoto do MST a seguir, durante a pandemia; etc.

Voltando para a ecologia mediática da organização neste princípio de década, vemos então uma maior centralidade dos media tradicionais para o MST, tanto os seus próprios – a partir da apropriação da tecnologia da informação e construção de jornais e rádios comunitárias, desde a década de 80 e 90, respetivamente –, quanto a relação com os chamados media tradicionais *mainstream*, vide a importância dada à Frente de Assessoria de Imprensa do setor, em que parte de nossos entrevistados atuava no período. Sobre este último ponto, se observa ainda a importância da relação com intervenientes individuais partícipes destas diferentes arenas para que houvesse a possibilidade de interação e diálogo entre o MST e estes outros media, enquanto intervenientes coletivos. Assim, apesar de nossos entrevistados confirmarem o processo de criminalização da organização pelo que chamam media burguesa, i.e., media cujas estratégias inserem-se no modo de produção mercadológico, apontavam também a possibilidade de interação positiva com algumas destas a partir de atores, simpáticos à organização, que trabalhavam nestas arenas.

É num contexto, porém, de intensificação da criminalização do MST que também observamos a entrada da organização nos novos media acima citados. Assunto recorrente nas entrevistas, por exemplo, foi a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do MST de 2009, que tinha como objetivo investigar alegados crimes perpetrados pelo MST e que E. associa a uma tentativa de atrapalhar a campanha presidencial de Rouseff naquele ano, indicando uma ainda forte integração entre a candidata e o Movimento Sem Terra aos olhos de intervenientes terceiros.

Nesse cenário, F. atribui ainda ao avanço do agronegócio a percepção pelo MST de que era necessário utilizar canais de comunicação que alcançassem setores mais amplos da sociedade e E. relembra que a primeira campanha em redes e media sociais digitais que o MST ajuda a construir, junto a outros intervenientes coletivos (organizações de movimentos sociais e ONGs) foi a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida²²³. A campanha, iniciada em abril de 2011, criou sua página no Youtube em julho daquele ano e no Twitter e Facebook (este último, mais tardiamente) no ano a seguir.

Sobre o assunto, E. reforça ainda alguns dos processos que apresentámos em nossa revisão de literatura, acerca da transformação do discurso do MST dentro do escopo da reforma agrária popular agroecológica e que gostaríamos de complementar nesta tese, em especial a partir da próxima subsecção, ao tratarmos de meados desta década. Desenvolveremos ali a ideia de que houve, nesse âmbito, o que chamaremos de ‘circularidade do discurso’ (entre base, militância e dirigentes do MST e entre o MST e a sociedade civil como um todo)²²⁴. Aqui, porém, reforçamos, em consonância com o apresentado na secção “Reforma agrária popular agroecológica: ponte entre teorias”, a ideia de ressonância cultural presente na abordagem da *frame analysis* (Snow, 2004) e das estruturas de oportunidade discursiva trabalhadas por Koopmans e Statham (1999):

O Brasil naquele momento, eu imagino que ainda seja, era o país que mais utilizava agrotóxico no mundo, era um bilhão, um bilhão de toneladas por ano (...) e o movimento viu que essa era uma forma que você conseguia dialogar com a população da cidade porque a luta pela reforma agrária não pode ser uma luta apenas dos camponeses. Então, quando o movimento em determinada medida fica com a pauta, vamos dizer, muito econômica: “nós queremos a terra pra resolver o problema das nossas famílias assentadas, acampadas”, isso acaba deixando a sociedade à margem. Na medida em que você apresenta para sociedade a reforma agrária popular como um modelo que vai mudar a forma de produção dos alimentos, que vai produzir alimentos saudáveis, que vai produzir menos agrotóxico, que você propõe uma campanha de plantar árvores, você aí dialoga. Porque nesse meio tempo, que eu acho que foi de certa forma, tanto uma mudança do movimento, como uma mudança da sociedade, foi crescendo também uma consciência na sociedade em relação aos problemas da destruição do meio ambiente, tanto do aquecimento global, como do desmatamento da Amazônia, então acho que houve um casamento, assim, na medida em que o movimento foi.. no debate de construção do programa de reforma agrária popular, que ele começa a ser debatido ali no IV Congresso, 2007, se eu não me engano, e depois no V Congresso em 2014 (...). E por outro lado, a sociedade também avança muito nesse debate sobre alimentação, sobre saúde, sobre questões que tempos atrás não tinham grande relevância, né. Então, eu acho que aí foi tendo uma imbricação da pauta da sociedade com a pauta do MST. E aí eu acho que isso tem, de certa forma, contribuído na política de comunicação, porque ao tratar desses temas, você dialoga com um segmento maior da sociedade que tá interessada nessas questões. Então, eu lembro quando a gente começou a debater o tema da campanha contra os agrotóxicos, final dos anos 2000 – a gente teve uma reunião aqui, inclusive [aponta para a sala onde estamos] – vamos investir nesse tema dos agrotóxicos (...). (E., comunicação pessoal, 17 de julho de 2023).

Este trecho da fala vai ao encontro, por fim, do caráter opositivo encontrado na comunicação sobre a reforma agrária popular agroecológica que encontrámos em nossa rede semântica de 2010. Compreendemos, assim, que, naquele momento, o MST lançava mão da

²²³ Disponível em: <https://contraosagrototoxicos.org/quem-somos/>. Acesso em: 13 mai. 2024.

²²⁴ O termo circularidade do discurso foi inspirado no conceito de circularidade cultural de Ginzburg (2008 [1987]), para quem, *grosso modo*, as culturas populares e eruditas se influenciavam mutuamente num “relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo” (p.10).

denúncia do modelo produtivo do agronegócio também como forma de defender-se da intensificação da criminalização pela qual passava no final dos anos 2000s.

Ainda, apesar de no trecho acima o foco recair na relação estratégica da comunicação da organização com a sociedade civil em geral no que diz respeito à sua proposta agroecológica, mostraremos a seguir como transformações em arenas internas do MST também contribuíram para as mudanças discursivas na organização e estas, por sua vez, na representação mediada da terra como um todo que, como também acompanhámos a partir da ARS, orientou-se para uma visão mais plural da mesma ao longo da década em que a analisamos.

Assim, se pouco foi mencionado por nossos entrevistados acerca da relação com a candidata em destaque em nossa análise do início da década, Dilma Rousseff, fica clara a oposição da organização – como também explícito em nossa ARS – ao projeto neodesenvolvimentista às avessas (Milanez e Santos, 2015) ou neoextrativista (Gudynas, 2011) defendido pela candidata em 2010. Projeto que, como vimos, buscava apresentar o pequeno agricultor como parte incontestada do modo de produção do agronegócio (subsetor que associamos ao que H. chamou “agronegocinho”). Pelo contrário, no início da integração Sem Terra à comunicação em rede, o que observamos é a sua utilização direta para a contestação deste modo de produção numa ação de autodefesa. Veremos a seguir o desenvolver deste processo.

5.3.2. Retração e propulsão em meados dos anos 2010s: a comunicação Sem Terra se reorganiza

Se em nossa pesquisa exploratória e ARS observamos uma retração, tanto em termos quantitativos, quanto qualitativos, respectivamente, da utilização do Twitter pelo MST em 2014, bem como, por outro lado, a introdução de táticas de mobilização e repertórios de ação digitais (Earl e Kimport, 2011) mais elaborados, a partir das entrevistas pudemos observar o porquê deste fenómeno; a sua relação com o pensar a comunicação do MST num sentido mais abrangente (i.e., não apenas no Twitter); e a sua evolução no tempo, que afluirá numa utilização mais extensiva e intensiva dos media digitais, integrados aos demais, até o final da década que analisamos, como se verá melhor na próxima subsecção.

Sobre o pouco e crítico apoio à Rousseff que vimos na rede de 2014, tal como elaborámos na secção anterior, o que fica evidente é a insatisfação da organização com o rumo que as políticas agrárias vinham tomando nos últimos governos do Partido dos Trabalhadores, que compreendem elementos simultaneamente do plano das emoções (Jasper, 2011) e interpretativistas cognitivistas das estruturas políticas (McAdam, 1999) então colocadas naquele ano:

[Em] 2014 e 2015, o movimento estava muito descontente com o governo Dilma. O movimento hoje tem uma boa relação com a Dilma, e com pessoas que passaram no governo e tal, mas estava muito descontente. Entre 2014 e 2016, o governo Dilma não assentou nenhuma família.

E, além disso, que é a reclamação do conjunto dos movimentos e da ala esquerda do PT, a Dilma se elege com um discurso à esquerda, ela precisou levar pra esquerda, e já antes de tomar posse ela muda ainda no final do primeiro mandato pra um governo de políticas neoliberais. (B., comunicação pessoal, 14 de julho de 2023).

Para além do governo de Rousseff, que para o entrevistado acima parecia se aproximar do que observamos na constituição ideológica do pleito de 2014 – a defesa de um projeto neodesenvolvimentista neoextrativista de contornos neoliberais – consideramos importante elaborar a partir das entrevistas a influência de outro processo político que tinha lugar no início de meados dos anos 2010s na comunicação Sem Terra deste período – as jornadas de junho de 2013 –, tal como indicamos em nossa ARS. Ali colocamos como hipótese que as manifestações urbanas deste período poderiam ter influenciado, por um lado, a utilização de novas táticas digitais pelo MST e, por outro, a retração do uso das redes e media digitais da organização em 2014. Buscaremos aqui elaborar estes pontos.

Sobre o primeiro, observamos através das entrevistas que, de fato, a utilização em 2014 do Twitter, apesar de aparecer menos complexificada em nossa rede de 2014, têm neste ano um ponto de viragem no que diz respeito à intencionalidade estratégica na utilização desta plataforma e no emprego da comunicação digital como um todo. I.e., vemos o Movimento Sem Terra, nesta metade da década, passar a olhar para os novos media de forma menos experimental e mais intencional. Para o coordenador nacional da Redação do MST em 2023, D., para quem o twitaço de 2014²²⁵ foi um marco importante na relação entre repertórios de ação do MST e a utilização de tecnologias da comunicação, é também neste ano que começa a se consolidar a compreensão de que é necessário utilizar, por exemplo, o Twitter de forma estratégica, tendo em vista a sua “importância na pauta da opinião pública, de agendar coisas com a sociedade” (D., comunicação pessoal, 19 de julho de 2023):

[esta compreensão] talvez tenha começado com a marcha em 2014, tenha começado com isso, assim, a entender “ó, conseguimos pautar bem”, então a gente precisa ter mais intencionalidade nisso, pensar twitaços, pensar articulação com outros setores, enfim, eu acho que tem ganhado, tem reverberado desde então (...). (Ibidem).

Esta elaboração, por sua vez, repercute o já observado no início desta década: em primeiro lugar, a difusão (Tilly e Tarrow, 2015; della Porta e Tarrow, 2005) de determinadas formas de ação política e repertórios de comunicação a partir da interação entre o MST e outros intervenientes coletivos – desta vez, em destaque o coletivo Mídia Ninja, de quem falamos na ARS deste ano, e suas práticas de transmissão ao vivo de vídeos como forma de protesto e denúncia, twitaços para fins de e-mobilizações (como a hashtag #VIcongressonacional” que observamos prevalecer neste ano), etc. –, em que se destaca o processo de aprendizagem, recorrentemente mencionado em nossas entrevistas. Em segundo lugar, a consolidação da percepção de que as redes e media digitais não

²²⁵ Twitaço organizado pelo MST a partir, principalmente, das hashtags “#VIcongressoMST” e “#MarchaMST” (conforme constatado a partir de nossa base de dados original), em que a organização destacava a Marcha em Brasília na ocasião de seu VI Congresso Nacional em protesto “contra a paralisação da Reforma Agrária” (MST, 2014).

necessariamente eram voltadas apenas, como inicialmente vimos ser a visão do MST, para o indivíduo. Consolidava-se, portanto, a ideia de que intervenientes coletivos também têm agência na rede digital e isto a partir da observação de movimentos em que a lógica conectiva de “redes ativadas por multidões” (Bennett e Segerberg, 2015) se fazia central, tal como em parte se organizaram as mobilizações de junho de 2013.

Sobre estas mobilizações, vimos espelhadas nas entrevistas uma multiplicidade de interpretações da mesma e a confirmação de que a visão do próprio MST, no período, ainda era debatida e atuava em diferentes frentes. Relacionava-se, assim, à ideia de que junho de 2013 foi “um evento complexo, contraditório e multifacetado, mas que acima de tudo reflete a disputa na qual estiveram envolvidos grupos distintos e que estiveram mais ou menos e simultaneamente em relação de proximidade e de oposição no desenrolar dos fatos” (Marinho, 2021, p.173).

Se por um lado as entrevistas demonstram que o MST apoiava o princípio das mobilizações de 2013, e apresentava uma relação positiva com diferentes intervenientes coletivos que participaram nas chamadas jornadas de junho de 2013 (e.g. Movimento Passe Livre, Mídia Ninja, etc.), por outro, com o passar do tempo, crescia também uma desconfiança do Movimento Sem Terra frente ao desenvolvimento deste ciclo de protestos.

Levando em consideração que os relatos diziam respeito a memórias individuais de nossos entrevistados interrelacionadas à narrativa coletiva do MST sobre o evento – também esta aparentemente multifacetada – e que foram colocados em 2023, i.e., dez anos após o desenvolvimento do processo político que apresentou, como comenta Marinho (2021), uma narrativa vitoriosa da “estética patriota de grupos conservadores, liberais e autoritários” (p.279), relembremos aqui que a interpretação que fazemos das falas sobre este ponto leva em consideração o “handicap do a posteriori” (de Oliveira, 2010). Fenômeno contido, inclusive, na fala de uma de nossas entrevistadas: “eu acho que a gente vai conseguindo amadurecer a leitura com o tempo, né, do ponto de vista de refletir isso, essa relação que hoje se desdobrou nessa atuação da extrema-direita no Brasil” (l., comunicação pessoal, 7 de novembro de 2023).

Ainda assim, argumento que em parte a retração que observamos na rede de 2014 dialoga, de fato, com um novo ciclo de cautela que perpassa a relação entre o MST, enquanto interveniente coletivo, e a arena mediática digital (naquele momento central para outros movimentos políticos, como vimos nos estudos da segunda onda de ativismo digital). Um período de cautela em que, também observamos a partir das entrevistas, a organização começa a olhar para estas redes e media sociais digitais de forma mais estratégica, i.e., intencional, como mencionado acima.

F., por exemplo, deixa claro que era um momento em que o MST buscava compreender o que estava acontecendo e que, por isso, havia uma desconfiança em torno destas

manifestações – que aqui relaciono a uma desconfiança com os próprios media instrumentalizados na lógica destas:

eu lembro que a gente, que o MST fez artigos, construiu alguns vídeos (...) que estavam dialogando com essas manifestações, (...) mas ainda entendendo o que eram essas manifestações, sabe, dialogando, porque é isso... Aí quando a gente viu os discursos que estavam dentro das manifestações... “não, muita calma nessa hora”, né. Então, a gente criou processos de análises sobre o período, de análise de conjuntura (...), mas, é isso, a gente precisava entender o que é que estava acontecendo. (F., comunicação pessoal, 20 de julho de 2023).

Outra entrevistada, então parte da coordenação do Setor Nacional de Comunicação naquele momento, resume de forma direta o argumento que trazemos acerca da então percepção da organização Sem Terra sobre estes novos media, destes em articulação com os media tradicionais, a sua relação com o processo político de então e com uma lógica de ação conectiva estrita (Bennett e Segerberg, 2015), i.e., uma que não continha as bases organizativas da sociedade civil convencional (Beissinger, 2017):

(...) o MST percebe que a internet ela é importante, (...) mas que você precisa ter um projeto por trás, né, de governo, de país e de sociedade. Por que? Porque a gente percebe a questão da Primavera Árabe, o que aconteceu em 2013 no Brasil (...), o MST vai fazendo análise de conjuntura e vai percebendo que aquele grupo ele é apropriado pela mídia, aquela pauta, né, (...) que era luta pelo transporte público, pela gratuidade, e depois aquilo vai se transformando em algo que a própria direita se apropria e aquilo parece que virou uma luta da sociedade inteira, mas aí foi apropriada pelos meios de comunicação burgueses e a gente começa a perceber que a rua deixa de ser um espaço de debate e de reivindicação, começa a se tornar um espaço de violência, mas a partir das redes, né, e as redes também começam a ser apropriadas por uma comunicação mais ofensiva, que começa a vir de *bots*, que começa a vir dessas fazendas que eles criam de (...) *bots* (...). Então o MST começa a perceber isso e fica meio... “vamos devagar aí e vamos ter que limpar esse meio de campo porque nem tudo é protesto. Tem coisa que é pauta da direita”, enfim. (H., comunicação pessoal, 31 de agosto de 2023).

Já a sua sucessora na coordenação do Setor comenta sobre as crescentes insatisfações estruturais da população no período – dentro do que chama de uma crise urbana – que, junto à reivindicação por uma possibilidade de, através dos novos media, “liberdade de nos expressar” (I., comunicação pessoal, 7 de novembro de 2023), teria culminado nas manifestações de junho e na percepção de que as redes não necessariamente estariam voltadas para grupos pequenos de interlocutores. Em outras palavras, na percepção de que poderiam operar segundo a lógica conectiva de “redes ativadas por multidões” (Bennett e Segerberg, 2015). Redes essas que, imensuráveis em escala, encerram riscos, tais como Beissinger (2017) nos aponta acerca das consequências de uma lógica conectiva estrita de protesto e que consideramos ressoar na fala de I.:

a gente começou a tentar compreender como que um movimento desse ele ganha essa dimensão – de uma maneira muito rápida inclusive, né –, então, a gente também entrou nessa perspectiva de pensar a compreensão desse processo e quando a gente viu também essas apropriações que começaram a ser feitas, começamos também a pensar um pouco “opa, vamos recuar aqui um pouquinho até a gente compreender o que realmente tá acontecendo, né”. Porque a gente tem que tomar cuidado também com a militância, com a nossa organização, enfim, mas teve esse movimento de apoiar, recua um pouquinho, compreende, analisa... necessário para poder a gente saber também onde está pisando (I., comunicação pessoal, 7 de novembro de 2023).

Em suma, se por um lado observamos uma utilização mais intencional das redes e medias sociais digitais pelo MST naquele período, observamos também um novo tipo de cautela da

organização para com estes media – não mais por os perceberem enquanto plataformas voltadas para o indivíduo, mas (pelo contrário) por compreenderem que era preciso, antes de escolherem a sua própria atuação nestas plataformas, recuar para observar as estruturas políticas que se colocavam a partir destas redes – quais intervenientes despontavam, qual orientação política dos mesmos, e como utilizavam esses novos instrumentos. Nesse contexto, retomando Accornero (2016), entendemos que a então recente experiência de junho de 2013, não diretamente do MST enquanto interveniente coletivo neste ciclo de protestos – mas indiretamente –, teve reflexos na própria trajetória de atuação da organização enquanto interveniente no processo comunicacional como um todo.

Na sequência destes processos, o conjunto das entrevistas evidencia também a percepção pelo MST de que a direita havia sabido melhor conduzir as suas reivindicações nestes novos media. Citam como exemplos o golpe parlamentar conduzido contra Dilma Rousseff no Brasil em 2016 e a eleição de Trump nos Estados Unidos naquele mesmo ano. Aqui, as plataformas digitais eram então percebidas pelo MST principalmente enquanto arenas onde poderiam melhor (no caso da direita) ou pior (no caso da esquerda) atuar. A percepção destas enquanto também intervenientes políticos – como descrevemos em nosso capítulo teórico principalmente a partir da abordagem da economia política dos media – só viria depois, com a eleição de Jair Bolsonaro, que discutiremos na próxima subsecção:

tinha essa ideia do seguinte: que a direita era muito boa de saber o que usar, enfim, mas como se a rede ainda fosse neutra. É como se “bom, as estradas estão aqui, eles sabem os atalhos, nós precisamos descobrir os atalhos”. E demorou um pouco pra cair a ficha e entender “não, sabe quem é que vai achar [os atalhos], quem vai correr mais rápido? Quem tiver mais dinheiro”. “Ah, quem tiver mais *bots*”. Mas vai ter mais *bots* quem tiver mais dinheiro (...). (B., comunicação pessoal, 14 de julho de 2023).

Se até aqui descrevemos o contexto político, a interação dos atores nele participantes com o MST e a sua influência, por um lado, na utilização estratégica das plataformas digitais (e.g. a partir da interação entre o coletivo Mídia Ninja e o MST) e, por outro, no recuo – num primeiro momento – da utilização destes novos media pela organização (a partir da observação pelo MST da propagação da narrativa “patriota”²²⁶ nestas manifestações), consideramos, porém, que foi outro o principal fator para esta retração. Um que já havíamos vislumbrado na rede de 2014 e que verificamos através das entrevistas. O MST, naquele momento, voltava-se para dentro de suas próprias fronteiras, organizava-se em torno das diretrizes traçadas no VI Congresso Nacional, ocorrido em 2014, destacado na rede semântica deste ano, e, principalmente, elemento novo nesta análise, reestruturava o seu Setor Nacional de Comunicação.

I., que assumiu o Setor em meados da década, aponta que este processo de reestruturação foi iniciado ainda em 2013, consolidado em torno de 2015 e aprofundado nos anos a seguir. A fim de descrever este processo, faz-se necessário, antes, indicar como se organiza,

²²⁶ Acerca do termo, cf. também nota 207.

atualmente o Setor, que é composto pela direção nacional, coordenação nacional, coordenação de redação, frentes de atuação (de que falaremos detalhadamente a seguir), coordenadores das grandes regiões (Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Amazônica²²⁷) e dos estados (que podem ainda estar organizados por regionais, dependendo de sua extensão, por brigadas e por setores).

Nesta reestruturação, observa-se, então, uma retomada das frentes, i.e., dos núcleos temáticos em que se organiza parte da executiva de comunicação da organização. São elas: a Frente de Audiovisual (BAEC), que deixa neste período o Setor de Cultura e passa a fazer parte do Setor de Comunicação – em parte em função de sua proximidade com a produção de conteúdo para as redes e media sociais do MST; a Frente de TI, que retorna ao Setor de Comunicação – indicando a retomada da percepção da importância do pensar a tecnologia na política de comunicação da organização; a criação da Frente de Produção de Conteúdos em Rede – que demonstra não só o novo papel que, aos poucos, as plataformas digitais assumem no MST, mas a percepção de que estas deveriam ser pensadas *em rede*, i.e., integradas aos demais media; a Frente de Assessoria de Imprensa, que deixa a centralidade que tinha no início da década, mas não perde a sua relevância para o Setor; a Frente de Fotografia; e, por fim, a Frente de Rádio, de que melhor falaremos na subsecção seguinte, dada a importância que readquire na atualidade.

Nesta reestruturação, I. explica que, para além de executar as tarefas práticas, as frentes passaram também a ser arenas de articulação política e estratégica, i.e., espaços “onde a gente bota a mão na massa, vamos dizer assim, mas não só a mão na massa do ponto de vista técnico, mas também faz a reflexão e a análise política, enfim, vincula as duas coisas” (I., comunicação pessoal, 7 de novembro de 2023).

Chama ainda a atenção neste período a reelaboração da estrutura orgânica do Setor em si, tendo sido criada a instância das grandes regiões e tendo os setores estaduais passado a ter uma maior atuação na articulação e decisões da comunicação Sem Terra, ponto crucial para a nossa análise e que ficará cada vez mais evidente nas falas do coordenador de comunicação da organização à época das entrevistas, C., que no fim dos anos 2010s fez também parte da direção nacional do setor. É, então, em meados da década que a orgânica do Setor que estudamos se redesenha de forma a atender às instâncias locais, o que chamam de “territórios”, atendendo à “necessidade da gente trazer outros olhares, outras leituras, outras visões sobre uma mesma realidade. Que a gente sabe que é diferente de acordo com o lugar que você pisa, o chão que você pisa” (I., comunicação pessoal, 7 de novembro de 2023).

²²⁷ Termo utilizado pelo próprio MST e que se refere à região Norte do país acrescido do estado do Maranhão (oficialmente região Nordeste do Brasil).

É nesse contexto de reestruturações, que afluirão no pensar a comunicação Sem Terra do fim da década (e que discutiremos a seguir), que entendemos então haver uma retração da comunicação digital da organização. Um momento em que chamaremos de digestão crítica da comunicação Sem Terra digital em rede, numa espécie de passo atrás antes da propulsão e centralidade que a vemos adquirir da segunda metade ao fim da década.

Antes de adentrarmos na análise do final da década de 2010, porém, não podemos deixar de discutir a centralidade que adquire também neste período a proposta de reforma agrária popular agroecológica na comunicação Sem Terra, sumarizada no *frame* motivacional “lutar, construir, reforma agrária popular!”, que vimos despontar do acima comentado VI Congresso Nacional, e que observamos na ARS de 2014 através da pluralidade de identidades transversais (Polletta e Jasper, 2001) e referências geográficas associadas ao termo ‘terra’ (ou ‘sem terra’) presentes na rede daquele ano.

Se vimos na fala de E. sobre a Campanha Permanente Contra o Agrotóxico e Pela Vida iniciada no início dos anos 2010s o cariz mais estratégico de interlocução com intervenientes individuais e coletivos alheios ao MST, a partir da ideia das estruturas de oportunidade discursivas (Koopmans e Statham, 1999) – que podemos aqui caracterizar como progressivas e retroalimentadas (pois como coloca o entrevistado, a transformação cultural que se dá numa parcela da sociedade civil e o discurso da organização foram paulatinamente se desenvolvendo ao longo dos anos) –, pensaremos a partir das entrevistas em um outro conceito, o de circularidade do discurso.

Para tal, importa destacar o MST enquanto interveniente coletivo do qual participam outros diferentes intervenientes coletivos, que dividiremos, para fins didáticos²²⁸, entre sua base social (e.g. indivíduos e famílias assentadas pela organização e as demais acampadas que dela participam), sua militância e seus dirigentes, atuando estes dois últimos em diferentes arenas organizativas do Movimento Sem Terra (e.g. Coletivo de Juventude, Setor Nacional de Comunicação, Setor Nacional de Cultura, Direção Nacional, etc.) e em diferentes instâncias de atuação e decisão do mesmo (nacional, regionais, estaduais, etc.).

Importa também lembrar, como vimos no segundo capítulo desta tese, que ao longo de sua história o MST expande-se em termos socio-territoriais (Fernandes, 2012a) por quase todo o território brasileiro (suas cinco regiões e 24 estados). A partir de meados da década de 2010, vimos, então, esta expansão refletir-se e internalizar-se no Setor de Comunicação da organização, que se reestrutura no sentido de fortalecer as instâncias estaduais e locais no que diz respeito às escolhas comunicativas do MST. Momento em que também se manifesta uma maior pluralidade regional dentre a militância atuante no Setor e em que passamos a

²²⁸ Uma vez que não há, de fato, fronteiras marcadas entre esses grupos.

observar a atuação de dirigentes oriundos das regiões Amazônica, Nordeste e Centro-Oeste do país.

Concomitantemente a esta espécie de territorialização e descentralização da organização da comunicação no MST, observamos também uma profissionalização de sua base social no campo da comunicação. Fruto de uma parceria entre a organização e a Universidade Federal do Ceará a partir do PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária –, o Curso de Jornalismo da Terra formou em 2013 diferentes integrantes oriundos da base social e militância do MST de diferentes regiões do Brasil.

Se antes observamos a formação de nível superior pontual de então dirigentes nesta área de estudos²²⁹, como vimos a partir da história de vida de H., cuja trajetória no MST se inicia criança em um acampamento no interior do Paraná, formando-se mais tarde em Comunicação (de forma independente, ainda que intrinsecamente relacionada à sua participação no Movimento Sem Terra), entendemos que a construção do curso de Jornalismo da Terra indicava a intenção do MST de formar, em maior escala e de forma coesa e orientada, a sua base social neste campo profissional, possibilitando a formação de uma equipa de comunicação Sem Terra constituída, mormente, de assentados e acampados. Este processo também poderá ter auxiliado (ou, ao menos, demonstrado a intencionalidade da organização) na reunião destes dois aspetos que vimos discutindo, a consolidação de um olhar mais estratégico e intencional para a comunicação em suas diferentes facetas – analógica, digital, em rede –, ao mesmo tempo que territorializado e descentralizado, possibilitando, em última instância, uma também maior pluralidade de modos de vida integrarem as decisões e produções de conteúdo no interior do Setor de Comunicação.

Paralelamente, observamos também uma maior pluralidade de identidades transversais (Polletta e Jasper, 2001) dentre dirigentes do Setor a partir deste período²³⁰. No ano em que aplicamos as entrevistas, por exemplo, o MST tinha à frente da direção nacional do Setor de Comunicação um militante indígena; da coordenação nacional de redação, um militante LGBTQIAPN+, tal como o coordenador nacional do Setor, que por sua vez também fazia parte do grupo Terra, Raça e Classe, surgido a partir do VI Congresso Nacional, em diálogo com a consolidação da proposta de reforma agrária popular agroecológica ali enquadrada:

existem outros dois coletivos dentro do MST, que nascem depois do VI Congresso Nacional em 2014, que eu também faço parte (...). A minha trajetória na militância é na comunicação do MST, é o setor que eu tenho referência, é o setor que eu estou organizado, estruturado organizativamente, porém eu contribuo com outros espaços do movimento, que aí é o coletivo (...) LGBTI+ do MST e eu estou num grupo de estudos “Terra, Raça e Classe”. Por que será, né? Porque é gay e é preto, é isso mesmo. Mas o que é importante, assim, em 2014 quando o MST ele inicia o debate em torno da reforma agrária popular, é [que] muitas questões são..., eu não

²²⁹ Já existia anteriormente, entretanto, um curso de nível médio na área da comunicação, coordenado por B. nos anos 2000s e onde, por exemplo, estudou F.

²³⁰ Cf. também Engelmann (2018b), para quem teria havido “uma mudança significativa (...) no avanço das discussões de gênero, da diversidade sexual e de raça nos espaços de direções do Movimento” (p.261).

queria utilizar o termo alteradas, porque eu acho que a gente não altera, mas a gente talvez complexifica os processos da nossa luta (...). (C., comunicação pessoal, 13 de julho de 2023).

Retomamos aqui a concepção de Polletta (2004; 2008) de que as culturas e as estruturas têm influências mútuas e são, ambas, simultaneamente estruturantes e subjetivas. As transformações nas estruturas organizacionais mencionadas acima, no modo de produção agrícola do MST e na comunicação deste modo para a sociedade civil em geral e para a sua própria base social têm também, portanto, influências mútuas. Se em muitos momentos nossos entrevistados se referiram ao esforço da militância e dirigentes do MST em fazer frente ao que aqui chamaremos de 'herança da agricultura de *plantation*', i.e., ao principal modo de produção com que a base social Sem Terra estava acostumada a empregar enquanto extrabalhadores do latifúndio, é também a herança da agricultura tradicional resgatada por esses trabalhadores que influem no discurso de militantes e dirigentes da organização e, destes, para a sociedade civil em geral e de volta para a sua base social.

Assim, chamamos de circularidade do discurso a ideia de que tanto o MST (enquanto conjunto de militantes e dirigentes) influencia, a partir de sua comunicação, no modo de produção da base social da organização, buscando fazer frente à herança da agricultura de *plantation* ainda corrente entre seus integrantes (resultante no que H. chamou "agronegocinho"), quanto a herança da agricultura tradicional agroecológica presente na diversa base social do MST influencia o discurso de sua militância e dirigentes, e isto também num contexto de negociações mnemónicas que comentámos a partir de Zamponi (2013). A concepção de circularidade do discurso aqui aplicada abrange ainda a ideia de que estes diferentes atores presentes no interveniente coletivo MST tanto se beneficiam da ressonância cultural (Snow, 2004) que seu discurso encontra em parte da sociedade civil contemporânea (tal como identificado por E.), quanto reforçam o seu discurso e o modo de produção agroecológicos graças a esta estrutura de oportunidade discursiva (Koopmans e Statham, 1999) encontrada na sociedade civil.

Ainda, se vemos cada vez mais presente o modo de produção agroecológico na *praxis* e no discurso do MST (enquanto base social, militantes e dirigentes) e se observamos a pluralidade que a matriz agroecológica espelha na comunicação Sem Terra que analisamos, isto é feito cada vez mais de forma híbrida, ou seja, sem que haja fronteiras rígidas entre a comunicação interna do MST – i.e., entre os diferentes intervenientes coletivos e individuais que o compõe, atravessando as suas diferentes arenas políticas e mediáticas – e a comunicação externa da organização – a direcionada a simpatizantes, detratores, sociedade civil, empresas e instituições governamentais com quem dialoga. Processo que ficará mais explícito quando o colocarmos lado a lado ao que chamamos de 'porosidade de fronteiras mediáticas' no contexto da comunicação em rede, ideia que discutiremos na próxima subsecção, quando chegamos ao fim da década de 2010.

Por fim, ressaltamos que a circularidade do discurso agroecológico dentro do MST enquanto arena política e deste com o seu exterior se dá a partir de aspetos culturais-estruturantes e estruturais-subjetivos de forma multifacetada, incluindo, assim, aspetos tanto já trabalhados em nossa revisão bibliográfica, quanto emergidos ao longo de nossas entrevistas e que estão, ainda, entre si relacionados. Passamos, por fim, a elencá-los.

Em primeiro lugar relembramos, então, as questões diretamente relacionadas aos recursos materiais da organização – como a questão salutar relacionada à aplicação de agrotóxicos diretamente pelos trabalhadores num sistema composto por mão de obra intensiva e capital escasso (Pinto, 2015). Questão que fica explícita, por exemplo, na entrevista com F., em que a entrevistada nos relata a hospitalização de uma criança por intoxicação com agrotóxicos numa estufa de pimentos que antes havia em seu assentamento.

Em segundo lugar, pela dimensão cognitivo-intelectual da organização, i.e., a partir da transformação da base do pensamento marxista ortodoxo do MST para uma chayanoviana²³¹ no já comentado contexto de ascensão política, económica e cultural do agronegócio no país (Borsatto e Carmo, 2013) e de disputa ideológica com o setor (Martins, 2018). Disputa essa que impunha a necessidade de contraposição discursiva e produtiva que, conforme comentado em diferentes momentos, se apoiava em estruturas de oportunidade discursiva (Koopmans e Statham, 1999) crescentes na sociedade brasileira.

A estas estruturas discursivas adicionamos (e relacionamos) também estruturas políticas (Tilly, 1999; Tarrow, 1999)²³². A título de exemplo destas estruturas institucionais alheias ao MST e que também influenciaram a sua transformação agroecológica, B. relata que o assentamento Filhos de Sepé, onde coordena o Instituto de Educação Josué de Castro, por exemplo, é localizado numa Área de Preservação Ambiental (Decreto Estadual nº 38.971/1998), pelo que a produção neste assentamento, uma das maiores de arroz orgânico do país (Beling, 2017), é feita obrigatoriamente sem qualquer tipo de aditivo químico:

Todas as famílias que vivem, mesmo as que não produzem arroz, elas têm que produzir agroecológico. Não é permitido [que seja diferente]. Por que? No centro desse assentamento tem uma área de preservação ambiental e ali tem também a nascente de alguns dos rios que abastecem a população da região, né. Então tem toda uma responsabilidade das famílias com aquele ecossistema ali. (...) Desde que o assentamento foi conquistado tem a área de preservação. Ela é posterior à fazenda, mas entre deixar de ser fazenda e virar assentamento já tinha a instituição da área de preservação ambiental. Então, as famílias já foram sabendo que uma parte dessa área, daqueles tantos hectares não seriam é... [cultivável]. (...) Então houve todo um processo de restabelecer essa característica ecológica, né, de preservação e de produção ali através das cooperativas que atuam dentro do assentamento (...). Então, a

²³¹ Cf. p. 102 desta tese.

²³² Aqui, ecoamos tantos os autores citados, que concordam com a sua não exclusividade no pensar os movimentos sociais e seus processos (Tilly, 1999; Tarrow, 1999), quanto a crítica de Jasper (2021) acerca das estruturas políticas (não necessariamente de oportunidades ou ameaças): “‘estrutura política’ é um termo perfeitamente adequado” (Jasper, 2021, p.253, tradução nossa; cf. p.100 desta tese), porém é “preciso ter cuidado para não os descrever como demasiado eternos, demasiado externos aos intervenientes, e objetivos em vez de culturalmente interpretados” (Ibidem). Assim, compreendemos que a estrutura política que relataremos também ela pode e deve ser desagregada em diferentes arenas e intervenientes, não devendo ser naturalizada ou eternizada. Algo que, porém, não nos será possível desenvolver nesta tese.

transformação que tem aqui hoje é uma área 100% ecológica, agroecológica. (B., comunicação pessoal, 14 de julho de 2023).

Por fim, argumentamos que esta transformação e circularidade do discurso agroecológico apoia-se ainda na relação afetiva que os militantes e dirigentes da organização apresentam frente às suas primeiras memórias com a terra. Isto seja pela positiva, maioritariamente dentre os entrevistados nesta pesquisa, que reivindicam uma memória carinhosa e relacionada, principalmente, a elementos socioambientais (uma goiabeira na infância, um rio às margens do primeiro acampamento em que viveu, a roça de milho no pré-assentamento, que o pai ensinava a manejar quando criança, etc.); seja pela negativa, do sentimento expresso de tristeza frente à violência do trabalho infantil dentro das porteiras do latifúndio, do agronegócio e do “agronegocinho”.

É na intersecção destes aspetos, portanto, que observamos no desenvolver da década que analisamos uma comunicação mediada da terra mais plural – tal como colocado pelo preceito agroecológico – e que emerge do que chamamos circularidade do discurso, i.e., da ideia de que estes aspetos provêm e colocam em diálogo diferentes intervenientes dentro do MST – sua base social, militância e dirigentes – e externos à própria organização – dentre opositores, como o próprio setor político-económico do agronegócio, aliados, interlocutores da política institucional partidária e na sociedade civil em geral.

Movimentos que buscamos ilustrar, por fim, a partir do trecho abaixo:

não são todos, vamos dizer “ah, a gente tinha uma matriz e a gente mudou para essa”, muito pelo contrário, em alguns lugares, a agricultura tradicional ela vinha sim com consumo de agrotóxicos, etc., mas maioritariamente também você tem uma herança, que é de onde vem a agroecologia, né, que é dessa agricultura integral, pensada de forma integral, que é isso que eu falo quando eu falava do território lá de onde eu aprendo com os meus avós.

É pensar a terra como esse lugar de bem-estar, não só no sentido da produção do alimento em si, mas o bem-estar de reprodução da vida, né. Então, para mim, por exemplo, ali era aquele lugar, que era o lugar que você conseguia prover o alimento do dia-a-dia, mas era o lugar do bem-estar, era o lugar onde eu tinha acesso à escola, era o lugar onde eu tinha acesso à lazer, era o lugar onde eu estava e me sentia bem, entre os meus. Então, assim, você pensar essa integralidade da vida, eu acho (...) que é o que muda no nosso discurso também, não é só na aplicação em si da produção de alimentos, mas de pensar agroecologia de uma forma mais ampla, que é essa produção da vida, e aí eu acho que a gente ganha mais força quando a gente traz esse debate pra organização e aí no caso a organização se coloca pra esse debate porque a gente faz com que nossa militância, nosso povo, nossa base, perceba também que esse território, ele é um território não só de produção, mas de reprodução da vida e que nós somos responsáveis por esse processo também (...).

Acho que essa reflexão em torno desse debate, ela muda a partir do momento também que a gente incentiva essa reflexão de pensar a vida de uma forma mais complementar, vamos dizer assim, né. (...) Porque também quando a gente fala de agroecologia as pessoas pensam só no alimento que eu como, que eu consumo, que é tão importante quanto, acho que é uma das matrizes, mas quando a gente fala de agroecologia como um sistema de produção que ele pode ser e é antagônico, por exemplo, ao agronegócio, é porque a gente tá dizendo que é um sistema que ele pauta a vida como um todo, né. Assim como o agronegócio ele tem interferências na nossa vida como um todo, a agroecologia ela tá aí para dizer “olha, eu sou o contrário e estou aqui colocando outros elementos (...)”. (I., comunicação pessoal, 7 de novembro de 2023).

5.3.3. Redes e porosidades no final dos anos 2010s: o MST ocupa as novas plataformas digitais

Chegando aos últimos anos da década de 2010, recorte temporal escolhido para esta investigação, observamos ao longo das entrevistas um novo padrão de interação entre o Movimento Sem Terra e os media que compõem o seu repertório de comunicação (Mattoni, 2013). I.e., um novo dilema estratégico perpassa a comunicação Sem Terra: por um lado, observamos a centralidade das redes e media digitais em sua estratégia de comunicação e a ideia de que é preciso atuar de acordo com as especificidades de cada uma; por outro, a compreensão de que não substituem os demais media que compõem a história da organização (por exemplo, jornais, ainda que agora principalmente online, e rádios, cuja importância se sobressai no ano em que conduzimos nossas entrevistas) e a ideia de que devem ser integrados a novos canais de comunicação: eventos (e.g. a Feira Nacional da Reforma Agrária) e espaços físicos (e.g. a rede nacional de Armazéns do Campo e os próprios assentamentos do MST, de que falaremos mais detalhadamente à frente).

D., coordenador de redação no ano em que a entrevista foi conduzida, por exemplo, nos sumariza este ponto:

As redes ganharam super centralidade mesmo, né, inclusive no nosso exercício nacional, aqui no nosso trabalho e tal. Mas temos nitidez de que as coisas não são substituíveis. Como as rádios, por exemplo, a gente tá agora formando uma iniciativa de mutirão de programas de rádio. (D., comunicação pessoal, 19 de julho de 2023).

I., coordenadora do Setor em meados da década, também nos resume o pensar a comunicação em rede, como a definimos nesta tese (Cardoso, 2023), na seguinte frase: “a gente precisa atuar em rede, de forma que se complementem, não que se substituam” (I., comunicação pessoal, 7 de novembro de 2023).

O que percebemos após os eventos citados na subsecção anterior é, então, aos poucos, uma maior atenção dispensada aos media e redes sociais digitais e, a partir disto, uma maior preocupação com a forma como estes media seriam, então, utilizados pela organização.

Se na ARS discutimos aspetos relacionados às mudanças na arquitetura e operacionalidade do Twitter (e.g. substituição do modelo de visualização cronológico para o de relevância, ou a implementação da possibilidade de visualização de publicações de contas que não se segue por seus utilizadores, etc.), constatámos pelas entrevistas que estes aspetos não pareciam ser percebidos e elaborados de forma técnica pelos militantes à frente do Setor. Como impactavam, porém, diretamente o ambiente mediático em que se inseria o MST e os demais intervenientes com quem a organização se relacionava (tanto competitivamente quanto cooperativamente), veremos ao longo desta secção como indiretamente também influenciaram nesta reorganização das tarefas práticas do Setor.

Assim, por um lado observamos a já comentada percepção pela organização de que era preciso utilizar estes media de forma estratégica, uma vez que a direita estaria a fazê-lo de forma mais bem-sucedida. Neste sentido, vemos o MST aderir, por exemplo, ao que codificamos em nossa análise como personalização e *nichização* da comunicação. Em

consonância com o que discutimos em diferentes momentos desta tese acerca da comunicação em rede, seja quando tratamos do fenómeno da celebração mediática na era digital (Kurzman et al., 2007; Marshall, 2014) para discutir o populismo comunicacional (Cardoso, 2023), seja ao caracterizar o atual modelo de comunicação enquanto fragmentado numa era de mediatização profunda (Couldry e Hepp, 2017).

Sobre o primeiro ponto, diferenciamos o processo de celebração empregado pelo MST daquele que discutimos ao tratar o populismo comunicacional, uma vez que não se tratou da assunção de um intimismo personificado de integrantes da organização, como vimos naquele recorte teórico, mas da exploração de figuras conhecidas do Movimento Sem Terra como forma de segmentar e aumentar o alcance da sua comunicação. Algumas entrevistas nos relataram a criação, em outubro de 2018, da conta no Twitter de João Pedro Stédile, um dos fundadores do MST e interveniente conhecido por interlocutores externos da organização, bem como a importância das contas de outros dirigentes, como João Paulo Rodrigues e Débora Nunes. Percebe-se, então, uma retomada da percepção de que as redes e media digitais necessitavam ser exploradas, também, através do indivíduo – numa espécie de resgate da concepção do início dos anos 2010s, mas desta vez explorada pela organização de forma intencional.

Da mesma forma, discutiu-se no Setor de Comunicação se contas específicas para o MST de cada estado deveriam ou não ser criadas no media social Instagram, em que, ao fim, se entendeu necessária esta fragmentação. Assim, vemos nos últimos anos desta década a criação dos perfis de diferentes estados nesta plataforma (sendo a maior parte criada já no ano de 2020). Destes parágrafos, duas conclusões importantes devem ser retiradas: a compreensão da necessidade de segmentação da comunicação do MST com seus interlocutores (como veremos à frente, internos e externos à organização); e o espaço de debate para escolhas estratégicas que estes media passam a ter nas arenas organizativas do mesmo.

Neste mesmo sentido, aqui relacionamos o observado nas subseções anteriores acerca do aumento da utilização de hashtags pela organização ao longo do período como uma indicação dessa percepção da necessidade de fragmentação e direcionamento de sua comunicação.

Nesse âmbito, nossos entrevistados também elaboraram, em diferentes momentos, acerca da interferência negativa dos algoritmos para com organizações de movimentos sociais como o MST – “o limite é isso, os algoritmos não permitem que você faça um diálogo sincero com algumas outras pessoas” (B., comunicação pessoal, 14 de julho de 2023) – e como este processo de personalização e fragmentação da comunicação, a adaptação do conteúdo aos media, bem como a criação de redes amplificadas, os auxiliava a contornar este (não-humano) interveniente. Processos que ficam explícito nas falas abaixo:

A gente faz isso por conta de entender melhor também como que funcionam as redes, o algoritmo, de entender que o algoritmo privilegia o indivíduo. Então, como é que a gente bota o dirigente para falar em nome do coletivo, né, onde a nossa página não vai, por exemplo. (I., comunicação pessoal, 7 de novembro de 2023).

(...) o MST ele precisa criar a sua rede, né, o MST precisa criar a sua bolha. E a partir da criação da sua bolha, o MST também precisa criar estratégias pra furar essa bolha. Então são dois exercícios. É importante a gente ter uma rede e é importante a gente criar estratégias pra poder furar a bolha dessa rede e aí chegar mais longe. A gente conseguiu consolidar uma rede hoje. Hoje a gente tem uma rede. E a gente não atua sozinho nessas redes sociais, a gente tenta articular isso com um conjunto de outros movimentos, organizações, parceiros, artistas, *influencers*, etc. Então eu acho que isso é bem importante, assim, o Twitter inclusive é reflexo disso. Quando a gente puxa um twitaço, a gente não puxa ele sozinho, a gente precisa acionar essa rede que o MST atua pra poder evidenciar uma determinada narrativa, um determinado posicionamento político. *Então, por exemplo, olhando pra um algoritmo que não trabalha em favor de um sujeito coletivo, né, na distribuição dos nossos conteúdos e materiais*, a gente precisa ter uma rede bem coesa. A nossa bolha ela é composta por isso, por movimentos, por organizações, etc., mas também pela base social que constrói o MST. (C., comunicação pessoal, 13 de julho de 2023, grifo nosso).

Então, mesmo as projeções individuais que são realizadas nesses espaços de nossos porta-vozes têm uma voz coletiva por detrás. Eu acho que esse é um exercício que a gente tem construído. E a gente vai no contra-fluxo da rede, o algoritmo ele não trabalha, ele não entrega os nossos conteúdos da mesma forma (...). (C., comunicação pessoal, 13 de julho de 2023).

(...) agora nós entendemos melhor e eu acho que entendemos melhor inclusive sem o deslumbramento, entendemos “olha, tem o algoritmo”, e, claro, né, acho que o suficiente pra entender, inclusive, que o algoritmo não é uma peça de manipulação, ele é um código, ele é uma orientação, mas ela vai ter uma influência política nessas redes controladas, enfim, e tem a reprodução dos oligopólios, dos meios, das concentrações da comunicação [que] se colocam de novo e eu acho que, enfim, acho que nunca o movimento esteve tão consciente do que é uma rede social e das possibilidades que tem pra trabalhar com ela. Assim, eu acho que hoje é muito mais consciente do que ela faz, do que ela pode fazer, ele se movimenta melhor, não era uma coisa também... que às vezes, não me lembro de nenhuma situação, assim, mas normalmente isso acontece (...), né, quando o conteúdo não se ajusta à forma da rede social, então você quer, sei lá, fazer do Twitter um textão, quer fazer um discurso (...). (B., comunicação pessoal, 14 de julho de 2023).

Fica claro nas falas acima também o que chamamos de intencionalidade na utilização destas plataformas. Se como comentámos na subsecção anterior, a partir da metade dos anos 2010s observamos que o MST constata a necessidade de atentar a *forma* de utilização desses media, é a partir de 2018, com a vitória nas urnas de um projeto neoliberal populista para o campo, que vimos no capítulo anterior, apontado como um marco na relação entre política e tecnologia pela maior parte de nossos entrevistados, que se consolida a ideia de que não basta saber utilizá-las, mas que há, acima de tudo, uma disparidade de poder socioeconômico em sua utilização. Momento em que se fortalece a visão crítica dessas redes, a compreensão de que também elas atuam como intervenientes políticos.

Ilustração disto, voltando ao exemplo das hashtags, se dá ao compararmos a ascensão da utilização das mesmas pelo MST e a diminuição de sua utilização por Bolsonaro em 2018. Colocamos como hipótese que, a fim de alcançar um maior número de interlocutores, enquanto a organização que aqui analisamos necessita lançar mão de diferentes técnicas ‘manuais’ para a *nichização* de sua audiência – como vimos acima, parte do processo que C. chama de construir a sua bolha e furar esta mesma bolha –, o presidenciável Bolsonaro, a partir do aporte financeiro de seus apoiantes, o fazia de forma automatizada e, portanto, mais eficaz. Exemplo disto são os disparos automáticos de mensagens que favoreciam o candidato

no aplicativo WhatsApp, pago por empresas em contratos que chegavam a custar doze milhões de reais (Faria Júnior e Silveira, 2023; Cunha e Nunes, 2018)²³³.

Neste momento, ao falar de padrões de relação entre determinados tipos de intervenientes em determinados tipos de arenas em relação a outros intervenientes, entendemos importante transportar a discussão da apropriação dos meios de comunicação por organizações de movimentos sociais para a ideia de ‘ocupação’ destes media. Termo utilizado por parte de nossos entrevistados – “ocupar essas redes sociais” (C., comunicação pessoal, 13 de julho de 2023) – e que aqui adotamos para distinguir da ideia de apropriação da tecnologia.

A partir da proposta de um olhar diacrônico para a relação entre movimentos sociais e media, della Porta e Mattoni (2015) chamam a atenção para as apropriações destes pelos primeiros ao longo da história da tecnologia. Sobre o assunto, trazemos também o que Downing (2001) chamou de media radicais: “geralmente em pequena escala e sob muitas formas diferentes, que exprimem uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas” (Downing, 2001, v, tradução nossa). Dentro desse escopo, Mattoni (2017) cita, por exemplo, a utilização de mimeógrafos para contornar a imprensa hegemônica nos séculos XIX e XX e a utilização da rádio na década de 1950 na Revolução Argelina (como descrito por Fanon, 1965 [1959]).

Assim, não é novidade a apropriação tecnológica dos media por parte de organizações de movimentos sociais a fim de desenvolver meios de comunicação alternativos próprios (tal como vimos, por exemplo, o Jornal Sem Terra e as rádios comunitárias do MST). Entretanto, a domesticação dos novos media neste final da década de 2010 nos aponta para uma outra forma de relação entre o MST e estes media, que discorreremos abaixo. Uma em que precisamos levar em consideração o Movimento Sem Terra enquanto interveniente (coletivo) do processo comunicacional em rede e as novas plataformas digitais enquanto simultaneamente arenas, com suas regras e espaços definidos, e também intervenientes, com interesses e instrumentos de ação próprios.

Do que depreendemos de nossas entrevistas, se nos anos 2000s houve uma maior atenção para com o desenvolvimento de softwares livres, tecnologias próprias da organização, no final da década de 2010, a atenção que o MST dedica a essas novas plataformas se dá, principalmente, a partir da ocupação crítica das já existentes, tendo como principal argumento a amplitude de seu alcance, indispensável, na leitura do MST, neste novo momento político em que se encontra. Crítica, pois têm-se a percepção de que não se tratam de arenas neutras, mas antes intervenientes com interesses próprios, e de que é preciso, portanto, seguir diretrizes específicas de segurança da informação (tal como possuem

²³³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>. Acesso em: 17 mai. 2024.

diretrizes de segurança específicas para as ocupações que realizam em fazendas improdutivas). Indicativo disto é o fato de que as cartilhas e diretrizes sobre o uso das plataformas digitais, comuns nos anos 2000s (como vimos acima, acerca da utilização do Skype, MSN e Orkut por integrantes da organização), são retomadas a partir da relação entre a Frente de TI e o Setor de Comunicação no fim dos anos 2010s/ início dos 2020s.

Faz-se, assim, importante esta distinção entre apropriação e ocupação da tecnologia no processo de domesticação da mesma (Silverstone, Hirsch e Morley, 1992; Lopes, 2008). Isto porque nos casos citados por Mattoni (2017), os meios de produção e reprodução da comunicação são controlados pelos militantes de determinado coletivo e no caso das redes e media sociais digitais aqui observados, apesar das contas ou páginas carregarem o nome da organização (e.g. @MST_Oficial no Twitter), as “regras e recursos” (arenas) permanecem condicionados a intervenientes terceiros (e.g. a empresa *Twitter, Inc.*). Assim, a utilização destes media por organizações de movimentos sociais pode ser melhor enquadrada antes como ‘ocupação’ de determinadas arenas mediáticas que como ‘apropriação’ de seus meios (com suas normas, estruturas, culturas e interesses próprios).

Apontamos, porém, que a ideia de ocupação – em oposição à apropriação – também não deve ser observada como uma novidade absoluta na relação entre movimentos sociais e media. Se pensamos na relevância da Frente de Assessoria de Imprensa do Setor Nacional de Comunicação do MST para a organização no início da década de 2010, por exemplo, vemos refletida esta ideia, que permanece ainda hoje, da importância de se ocupar, também, as arenas mediáticas tradicionais (e não só se apropriar de sua tecnologia, como feito a partir da construção de rádios e jornais próprios). Como afirma C., acerca das entrevistas concedidas por integrantes do MST à Rede Globo, “é importante a gente ocupar esses espaços pra gente conseguir posicionar as nossas narrativas, o nosso debate político, em um alcance mais nacionalizado” (C., comunicação pessoal, 13 de julho de 2023). Também B. nos resume este pensamento: “a impressão que eu tenho é que na essência a relação do MST com os meios de comunicação nunca mudou. O movimento sempre entendeu que precisava ocupar esses espaços e todos os espaços possíveis” (B., comunicação pessoal, 14 de julho de 2023).

Por fim, compreendemos a ideia de ocupação mediática crítica – consolidada enquanto estratégia intencional do MST ao fim da década que analisamos – como um importante instrumento analítico para contornar o maniqueísmo denunciado por Treré (2016) presente na discussão acerca da agência dos movimentos sociais frente às novas (e também às mais antigas) tecnologias da comunicação. Visão esta que ou refuta ou atribui sem restrições o atributo da agência aos primeiros e que aqui observamos, não se verifica.

A partir, então, da ideia de ocupação, o que vemos são organizações de movimentos sociais possuírem autonomia (Cardoso et al., 2015) de escolha (Jasper, 2015a) frente às

diferentes tecnologias da comunicação e da informação. Escolhas condicionadas, porém, pela atuação dos diferentes intervenientes individuais e coletivos com quem interagem nestas arenas-intervenientes – entre cooperantes, como outros coletivos com quem empreendem ações coordenadas (Tilly e Tarrow, 2015) em rede ou com quem aprendem novas formas de ação, e competidores, humanos e não-humanos. E em que pesa tanto as experiências (Accornero, 2016) de atuação de cada interveniente frente a cada meio de comunicação, quanto as estruturas materiais de desigualdade inerentes ao sistema capitalista de produção – de especial interesse a nossa investigação, dado o desenvolvimento da ‘questão agrária’ brasileira (Prado Jr., 1979) e das novas tecnologias da comunicação (Fuchs, 2012; Treré, 2016; Faustino e Lippold, 2022).

Migrando para outro aspecto importante encontrado nas entrevistas com então e atuais integrantes do Setor Nacional de Comunicação do MST, focamo-nos agora na ideia de integração entre diferentes modos de comunicação, impreterível para a nossa definição de comunicação em rede (Cardoso, 2002; 2009; 2023) e que defendemos se consolidar, por fim, da metade para o final da década de 2010. Ainda que em seu início já se encontre presente, em especial quando comparada à comunicação de campanha de Rousseff naquele mesmo período.

Passaremos um pouco de nosso recorte temporal para ilustrar essa preocupação com uma comunicação feita em rede, expondo o papel de destaque que, por exemplo, as rádios voltam a assumir em 2023, quando o Setor Nacional de Comunicação define como estratégia central deste ano a revitalização e produção de novos programas nacionais de rádio, transmitidos, também, digitalmente. Os entrevistados citam a importância deste meio, ainda hoje, para a população rural do país – e, portanto, para a sua base social. Entretanto, sugerimos a sua ligação, também, com um momento de revitalização da importância do áudio na era dos podcasts e narrativas radiofônicas (Paiva e Moraes, 2020) – de forma que a aposta do MST no ano em que as entrevistas foram aplicadas vai também ao encontro do conceito de porosidade de fronteiras mediáticas de que falaremos à frente.

Outro ponto frisado por C. e explícito no relato de D. acerca do dia-a-dia da redação de comunicação da organização está no processo de territorialização da comunicação Sem Terra que começamos a desenvolver na subseção anterior. D. descreve-nos a participação ativa de diversos territórios (assentamentos, secretarias estaduais, etc.) na produção de conteúdo do MST e apresenta um planejamento de reuniões quinzenais e semanais que abrange estas diferentes instâncias no cotidiano da redação nacional da organização – fortalecendo, assim, a ideia de pluralidade na comunicação Sem Terra.

Nesse contexto, C. também nos mostra como a própria espacialidade dos assentamentos se tornaram canais de comunicação: junto ao papel que exercem as rádios locais, passava a ser cada vez mais importante a organização e a estética dos assentamentos (que codifiquei

em minha análise enquanto ‘visibilidade do material’), de forma que pudessem irradiar, para o seu entorno e transeuntes, exemplos de modos de vida positivos e alternativos à lógica do capital, numa espécie de comunicação de sua política prefigurativa²³⁴. C. chamou de “territórios ampliados” à ideia de irradiação do território enquanto comunicação para a sociedade abrangente, conceito fundamental a ser pensado no escopo da relação entre movimentos socio-territoriais (Fernandes, 2000) como o MST e as arenas mediáticas em rede.

Processo para o qual também contribuem as rádios acima mencionadas e, numa maior amplitude geográfica, os relatos de vida vídeo-gravados e transmitidos nas redes e media sociais digitais de acampados e assentados. Recursos que dialogam ainda com o fenómeno da personalização da comunicação enquanto atributo da comunicação em rede e da mediatização profunda de que falámos acima. E que compõem, também, a atual estratégia Sem Terra de enquadramento identitário e de construção da identidade pública da organização (Polletta e Jasper, 2001), visto as duas principais funções que nossos entrevistados atribuem a estes relatos: a autoidentificação interna de acampados e assentados com o MST e, simultaneamente, a de dar “a cara” (l., comunicação pessoal, 7 de novembro de 2023) da organização aos interlocutores externos da mesma.

Se em nosso capítulo teórico vimos ao longo da trajetória da organização a percepção de seus repertórios de ação enquanto importantes instrumentos de comunicação (Oliveira, 2018), aqui observamos os diferentes territórios e espaços do MST como também importantes integrantes de seu repertório de comunicação (Mattoni, 2013). Assim, foram diversos os relatos da importância das Feiras da Reforma Agrária, em que agricultores se reúnem para oferecer aos centros urbanos a sua produção e, principalmente, da I Feira Nacional da Reforma Agrária, que aconteceu em São Paulo ainda em 2016, para a comunicação entre intervenientes coletivos e individuais internos da organização com a sociedade civil em geral – em especial a urbana.

Nesta mesma lógica, após a realização de nossa entrevista, ao comentar com E. que havia sido muito importante para mim conhecer a sede da Secretaria Nacional do MST em São Paulo, o Armazém do Campo desta cidade (parte da rede de lojas inauguradas em 2017 pelo MST em diferentes capitais do Brasil) e o galpão do MST no bairro da Barra Funda (onde acontecem festas, reuniões e outros eventos promovidos pela organização), o entrevistado comenta que esses espaços haviam se transformado, hoje, num dos mais importantes meios de comunicação Sem Terra²³⁵.

²³⁴ “O termo ‘políticas prefigurativas’ refere-se a uma orientação política baseada na premissa de que os fins que um movimento social alcança são fundamentalmente moldados pelos meios que emprega, e que os movimentos devem, portanto, fazer o seu melhor para escolher meios que incorporem ou ‘prefigurem’ o tipo de sociedade que querem criar” (Leach, 2013, p.1, tradução nossa).

²³⁵ Outro espaço importante de comunicação entre base social e militantes da organização e entre o MST e a sociedade como um todo, localizada na cidade de São Paulo, é a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), mas que por questões de tempo não pude visitar em minha estadia na cidade.

Nesses espaços se vê fortalecido o discurso da agroecologia e o que observei em São Paulo replica-se em diferentes localidades do país, em diferentes escalas (a partir de feiras agrícolas, cursos de formação e outros eventos semelhantes). Este processo relaciona-se, ainda, portanto, com o que desenvolvemos na subsecção acima acerca da circularidade do discurso agroecológico e da transformação na relação com a terra e com o modo de produção agrícola por que passa a organização nestes últimos anos.

Assim, no contexto dos “territórios ampliados” (C., comunicação pessoal, 13 de julho de 2023), seja quando o MST pensa uma programação intensiva de rádio concomitantemente para a sua base social e para as localidades ao entorno dos assentamentos; ou registram em vídeo e veiculam em suas redes e media sociais digitais os relatos de assentados que hoje produzem de forma socioambientalmente equilibrada; ou organizam feiras agroecológicas em que participam agricultores Sem Terra e a população local (seja esta de grandes urbes como São Paulo ou de pequenas cidades no interior dos estados), o que observamos é o que aqui chamaremos de uma também crescente porosidade de fronteiras mediáticas. Ou seja, o que antes separava-se de forma mais demarcada entre media mais voltados para intervenientes internos ao MST e outros mais voltados à sociedade abrangente parece agora se confundir. O observado é também resumido na seguinte fala de C.:

A gente faz análise de público, como deve ser feito, e a gente tem reflexões, né, de que existem materiais que a gente produz que foi feito pra dialogar com os nossos territórios (...). Então, existem instrumentos que cumprem essa função de dialogar para dentro e precisam ser potencializados nesse momento, eles estão dentro desse escopo, do informar, formar e organizar. Mas esse para fora, será que o que a gente produz para dentro não serve pra fora? Poxa, serve, sabe? *Então essas duas dimensões, elas se retroalimentam. É difícil hoje em um universo multiplataforma, como o MST tem atuado, de pensar o dentro e para fora de maneira separada.* Às vezes a gente utiliza, no ponto de vista da didática e para o direcionamento do público que a gente quer atingir. Mas esse pra dentro e para fora, ele é confuso, eles estão juntos. Sei lá, as redes sociais do MST, por exemplo, a gente tem dialogado muito para fora com elas, né, daqui a pouco a gente chega a um milhão de seguidores no Instagram, mas a gente vai dizer que a base social nossa não tá ali? Está ali, né. Então, hoje o dentro e pra fora eles se confundem no ponto de vista da organização dos materiais e dos conteúdos que são distribuídos por eles (...). (C., comunicação pessoal, 13 de julho de 2023, grifo nosso).

Outro exemplo deste fenómeno se dá com o canal de transmissão direto na plataforma de mensagens instantâneas WhatsApp que, pensado originalmente como forma de informar a base social do MST, foi sendo paulatinamente apropriado enquanto mais um canal de diálogo com a rede de amigos e simpatizantes externos da organização (e que por sua vez possibilita a retransmissão das mensagens para as respectivas redes de contato destes).

Junto ao que estamos chamando de porosidade de fronteiras mediáticas que vemos correlacionado ao desenvolvimento das novas tecnologias da comunicação e com a consolidação da comunicação Sem Terra em rede, ressaltamos, como observado na ARS de 2018, a ideia de uma maior também porosidade de fronteiras na própria organização. Desde a sua criação observamos a atuação de intervenientes individuais e coletivos do MST fazer parte de outros intervenientes coletivos – seja parte da arena política institucional, mormente através do Partido dos Trabalhadores, seja da de outros movimentos sociais e organizações

populares (como a sua relação desde o início de sua atuação, por exemplo, com a Comissão Pastoral da Terra). Dentro de nosso recorte temporal de pesquisa, com os desdobramentos políticos que descrevemos durante a análise da rede de 2018, porém, observamos que é no final dos anos 2010s que esta hibridização de integrantes do MST com outros coletivos se faz mais explícita.

A partir da ARS relembramos que no Twitter da organização observámos a constituição de uma sociedade civil virtual *ad hoc* (Beissinger, 2017), i.e., de uma rede constituída especificamente para fazer frente às questões estruturais, cognitivas e emocionais do período, que envolviam a prisão sem provas de Lula da Silva e a ascensão de, no que diz respeito às questões agrárias, um populismo neoliberal de ultradireita. Já a partir das entrevistas observamos que essa construção se dá, também, no campo da sociedade civil convencional (Beissinger, 2017). Uma que se apresenta de forma híbrida neste final da década – como vemos acontecer, por exemplo, ao longo da campanha Lula Livre, da qual participavam atores de diferentes organizações e movimentos políticos e cuja coordenação passava, também, por integrantes do MST.

A partir das entrevistas, confirmamos ainda as dimensões cognitivas e emotivas que detalhámos na ARS que envolveram a relação da organização com a corrida presidencial de 2018. Exemplos de relatos que abrangem essas dimensões são: “na nossa cabeça (...), a prisão do Lula era imprescindível pra emergência do fascismo puro, então a libertação dele era fundamental pra reverter [esse processo] e, depois, era evidente, a única pessoa que podia ganhar do Bolsonaro nas eleições era o Lula, né” (B., comunicação pessoal, 14 de julho de 2023) e “no MST você ter um companheiro preso, é muito forte” (E., comunicação pessoal, 17 de julho de 2023).

A partir destes relatos, complexificou-se também a ideia de que a prisão de Lula da Silva representava não apenas a rutura com o estado democrático de direito, mas o temor que esta rutura trazia para a população já historicamente discriminada e marginalizada no país de uma forma geral:

(...) nós entendemos inclusive que a prisão do Lula vinha dentro de um contexto da Lava-Jato, que já era o ovo da serpente, né, e por n motivos que estavam colocados. Então o Lula era símbolo... a Lava-Jato não era só... se o PT erra em achar que a Lava-Jato era só uma campanha de perseguição ao Lula ou ao petismo, não era. Era um projeto para reestruturar o Estado brasileiro, era um projeto autoritário e sempre foi, né, e no DNA dele tem essa ideia de que a interpretação do agente de direito está acima da própria lei, o que interessa é como ele lê a lei, e não o que está escrito. Então, você imagina, entre outras coisas, entre os que gostavam menos do Lula dentro do movimento, o raciocínio é muito simples: “se o maior ícone de esquerda do país está preso, imagina o que vão fazer com o preto favelado, o que vão fazer com o Sem Terra numa ocupação”, né, quer dizer... então, era muito nítido pra nós que tínhamos que sair em defesa. Não era [só] o Lula que estava preso (...). (B., comunicação pessoal, 14 de julho de 2023).

Observamos neste momento, então, uma maior abrangência do enquadramento de ação coletiva (Benford e Snow, 2000) do MST e esta em função do *frame* diagnóstico (ibidem) acima ilustrado. E identificamos, por fim, a partir de meados da década de 2010s e

principalmente a partir de 2018, uma maior amplitude de interações do Movimento Sem Terra – tanto em termos de participantes da comunicação, dentre intervenientes internos e externos ao mesmo, quanto em termos de media utilizados: tradicionais, novos, espaços físicos, etc. Vemos, portanto, a porosidade de fronteiras (Jasper, 2015a) da organização extrapolar e atingir tanto as suas escolhas mediáticas quanto os seus dilemas estratégicos no que diz respeito à comunicação Sem Terra: uma em que ‘dentro’ e ‘fora’ deixam de ser marcados pela escolha dos media e da mensagem, e em que suas reivindicações (por terra, políticas agrícolas, etc.) se hibridizam, de forma explícita, àquelas de outros coletivos (movimentos indígenas, movimentos pela democracia de uma forma geral, etc.), tal como ilustrado no relato abaixo.

[O]utras organizações sociais (...) se articulam connosco; e outros segmentos de outros povos, os povos indígenas, os ribeirinhos, o movimento negro. Então todos esses segmentos eles têm a sua comunicação, eles fazem a sua comunicação, e são pessoas em potencial pra gente se articular, pra gente conversar também no âmbito da comunicação, pra gente trazer pra junto, né, e pra gente construir redes onde a gente consegue se fortalecer internamente (l., comunicação pessoal, 7 de novembro de 2023).

Neste âmbito e mais uma vez extrapolando nosso recorte temporal, explorando as eleições presidenciais de 2022, em que pela primeira vez o MST desenvolveu uma campanha assumida sob a sua sigla (cujos 6 deputados eleitos concorriam pelo Partido dos Trabalhadores)²³⁶, observamos ainda uma cada vez maior hibridização entre a política partidária institucional e os movimentos sociais. Indo ao encontro, assim, do que observou Tarrow (2021) a partir do estudo de caso da extremização da direita Republicana dos Estados Unidos, a sua relação com os movimentos sociais correlatos e a crescente presença de “movimentos formativos” (Milkis e Tichenor, 2019) na política estadunidense – que, como vimos em nosso capítulo teórico, representam movimentos de alta contenciosidade, capacidade de articulação e, ao mesmo tempo, com grande acesso à política institucional.

Por fim, termino a análise desta década com um último marco para a comunicação da organização deste período²³⁷, a realização em fevereiro de 2019 do I Seminário Nacional de Comunicação do MST, arena de debate sobre a comunicação Sem Terra que estabeleceu como lema o muito repetido em nossas entrevistas “informar, formar e organizar”. Por um lado, observamos que estas ações estão presentes desde a construção do Boletim Sem Terra (como vimos em nossa discussão teórica) e não é novidade no enquadramento das principais funções do Setor de Comunicação na organização (Busanello, 1998). Por outro,

²³⁶ Integrantes do MST sempre concorreram ao longo da trajetória da organização a cargos políticos dentro da arena partidária institucional. A novidade em 2022 foi o enquadramento destes enquanto candidatos do MST (ainda que oficialmente concorressem através da sigla partidária do PT) e a utilização de seus meios de comunicação para a realização de uma campanha coordenada para estas candidaturas, realizada por uma equipa específica destacada dentro do Setor Nacional de Comunicação da organização, pelo que pudemos observar através das entrevistas conduzidas para esta pesquisa.

²³⁷ Tendo sido a Pandemia Covid-19 outro marco importante surgido ao longo das entrevistas, não conseguiremos nesta tese, pela relevância que tem o evento, descrever a sua influência na comunicação Sem Terra, devendo ser tema para outro estudo.

compreendemos ao longo de nossas entrevistas que há, desde meados dos anos 2010s, consolidando-se no fim desta década, mormente após a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da república, a ideia de que a comunicação Sem Terra deve ser estrategicamente pensada juntamente com o pensar a diretriz política da organização. E que a diretriz política do MST deve impreterivelmente levar em consideração a comunicação da organização no momento de sua concepção. Nesse âmbito, trazemos aqui a pesquisa de Engelmann (2018b) acerca das representações sociais sobre a reforma agrária nos media digitais da organização: “compreende-se que a comunicação do Movimento [Sem Terra] é pensada como um instrumento estratégico na busca por cidadania e passa a fazer parte do projeto político-ideológico da organização” (p.256).

Aos demais pontos elencados por McAdam e Tarrow (2010) acerca das possibilidades de relação entre eleições e movimentos sociais, acrescentamos, assim, a ideia de que determinados processos eleitorais podem influir, ainda, na forma como organizações de movimentos sociais concebem a importância de elementos específicos no pensar a sua ação política. Nesse caso, vemos um crescente da importância da comunicação na concepção de suas ações – num sentido mais abstrato – e de integrar as novas tecnologias da comunicação em suas escolhas intencionais e estratégicas no conjunto da organização Sem Terra a partir da campanha e vitória nas urnas de Jair Bolsonaro.

Sobre o assunto, E. entende que a campanha Lula Livre teria sido a primeira experiência que ele, que desde o início dos anos 2000s integra tarefas na comunicação da organização, teria participado que apresentava “uma justa articulação de organização, mobilização e comunicação” (E., comunicação pessoal, 17 de julho de 2023). Segundo o entrevistado,

[antes,] a comunicação era muito instrumental, então você tinha uma mobilização, uma marcha, uma ocupação, um ato, e você tinha lá as equipes – infraestrutura, transporte, alimentação e comunicação. (...) Então, não tinha uma visão *tão integrada na concepção*. Embora o movimento ele tenha uma forma de atuação que carregue isso na sua origem, mas não era algo formal, era algo mais intuitivo de que se eu ocupar essa área, isso vai ter uma grande repercussão, isso vai ajudar, vai fortalecer a minha bandeira, mas não era algo pensado com um planejamento. (Ibidem, grifo nosso).

H. também resume esta ideia, que se integra ainda à ideia de circularidade do discurso que vimos descrevendo nesta seção:

a comunicação no início ela era vista mais como um instrumento, tipo “ah, tem um rádio, tem um veículo aqui, tem um veículo ali”, agora o MST vê a comunicação mais como um processo que vem lá da base, né, é um processo de comunicação em que as pessoas participam, então, ele avança mais nessa apropriação da comunicação como estratégia de dialogar com a sociedade e de sobreviver como movimento social (H., comunicação pessoal, 31 de agosto de 2023).

Depreendemos que a comunicação Sem Terra em rede passa a ser percebida, portanto, não mais como apenas um instrumento para as reivindicações Sem Terra, mas ela mesmo enquanto parte indissociável de sua organização e ação política.

Por fim, entendo que este processo se integra ainda na quarta vaga de mediatização descrita por Couldry e Hepp (2017), como vimos em nossa introdução, correspondente ao processo de dataficação da comunicação. Uma em que se observa uma inter-relação

intensificada entre os media e os processos sociais, mais do que em outros momentos da história, corroborando-se, assim, a ideia de mediatização profunda proposta pelos autores.

5.4. Algumas conclusões gerais acerca da terra na comunicação Sem Terra

Tal como a proposta do capítulo anterior, buscaremos resumir aqui o contínuo das transformações das escolhas estratégicas Sem Terra no campo de sua comunicação a partir de sua narrativa longitudinal, enquanto apontamos os principais fenómenos observados ao longo da década que aqui analisámos.

Reunindo a análise da rede semântica de 2010 aos relatos coletados ao longo de nossas entrevistas semiestruturadas, observamos, então, no início desta década, o que chamámos de uma utilização cautelosa, em alguma medida intensiva (ainda que menos que o colocado como hipótese durante a ARS) e experimental das redes e media sociais digitais neste momento. Vimos que esta utilização era marcada pela percepção do MST (enquanto interveniente coletivo), a partir da experiência de seus integrantes e de suas práticas mediáticas individuais, de que estas redes estariam voltadas unicamente para a utilização de indivíduos, deixando de fora organizações de movimentos sociais e atores políticos coletivos. Tal como em outros momentos de sua trajetória, destacamos a importância da interação entre o MST e outros intervenientes individuais (e.g. simpatizante do MST que teria criado a página oficial da organização no Facebook em 2010) e coletivos (e.g. Podemos no início da década; Mídia Ninja em 2014) externos ao Movimento Sem Terra para o transformar desta relação entre si e as novas tecnologias da informação e da comunicação, em que destacamos a importância dos conceitos de difusão (della Porta e Tarrow, 2005) e emulação (Tilly e Tarrow, 2015) para pensar esta interação.

Despontavam também, já neste período, ações em rede que dialogavam diretamente com a oposição ao modelo de produção do agronegócio (tal como a Campanha Permanente Contra o Agrotóxico e pela Vida) e à criminalização do MST intensificada pela CPMI de 2009. Tal como sugere F., foi a necessidade de se proteger da “ofensiva do agronegócio” (F., comunicação pessoal, 20 de julho de 2023) um dos principais estímulos para que a organização passasse a pensar “numa possibilidade de maior diálogo com a sociedade” (Ibidem), que se configurou, ao longo da década que analisámos, num diálogo circular entre intervenientes internos do MST (sua base social, militantes e dirigentes) e externos à organização. Vimos que este processo se dava, ainda, a partir da ideia de ressonância cultural (Snow, 2004) e estruturas de oportunidade discursiva (Koopmans e Statham, 1999) progressivas e retroalimentadas entre movimento social e sociedade civil. E é neste movimento circular do discurso que também observámos a correlação entre o avançar da comunicação em rede e o que chamámos de porosidade de fronteiras mediáticas – a ideia de que as fronteiras entre diferentes arenas mediáticas e o seu propósito de utilização são cada

vez mais permeáveis – deixando de estar voltadas separadamente para fora ou dentro da organização e intensificando o diálogo entre ambas as esferas da comunicação Sem Terra.

Vimos também que em meados da década de 2010 a sua comunicação via Twitter parece voltar-se mais para aspetos internos da organização, tal como a realização de seu VI Congresso Nacional, e que se destaca no período um momento de reestruturação do próprio Setor Nacional de Comunicação do MST.

Vimos que, por um lado, a organização passa a empregar recursos mais elaborados de táticas e mobilizações digitais (Earl e Kimport, 2011) e, por outro, se estabelece também um momento que aqui chamámos de digestão crítica em relação à utilização das novas plataformas digitais.

É relevante, portanto, o papel que a segunda onda de ativismo digital (Treré, 2016) teve neste processo, reforçando a transformação da percepção do MST acerca das redes e media sociais digitais. Neste momento se consolidou, assim, a percepção destas enquanto não mais um meio de comunicação apenas para indivíduos, mas também para reivindicações coletivas. E, em paralelo, os dados também sugerem um olhar cauteloso da organização frente à lógica de “redes ativadas por multidões” (Bennett e Sagerberg, 2015) característica deste conjunto de protestos.

Nesse contexto, destacamos ainda a reestruturação do Setor e o consequente processo de intensificação da territorialização da comunicação Sem Terra, que também se reflete numa maior pluralidade regional e interseccional da direção e coordenação do Setor de meados para o fim da década analisada. Processo de territorialização este que, dentre outros fenómenos associados, trata-se de um dos responsáveis por uma representação mediada da terra também mais plural. Ainda no âmbito deste processo de reestruturação e a partir do que relataram como a reorganização e revitalização das frentes do Setor Nacional de Comunicação, destaca-se também o emprego de uma maior intencionalidade estratégica da comunicação Sem Terra em rede, que, apesar de pungente já no início da década, se dava de forma mais experimental que intencional.

Sobre o modo de utilização dos diferentes media na ecologia mediática (Mattoni, 2017) em rede, também se destaca a forma como as práticas mediáticas individuais de nossos entrevistados, por um lado, e coletiva do Movimento Sem Terra, por outro, se apresentam de forma interrelacionada e oposta. I.e., enquanto as primeiras se baseiam maioritariamente num experimentalismo e espontaneísmo, a segunda se dá de forma cautelosa e, cada vez mais ao longo da década, intencional. Demonstram, por fim, os diferentes tempos de domesticação da tecnologia (Silverstone, Hirsch e Morley, 1992; Lopes, 2008) que cada tipo de interveniente possui, tal como destacou B.

Assim, se desenvolveu também a percepção, ao longo da segunda metade da década de 2010, de que era preciso utilizar cada media de forma específica e integrada, sendo pontuado

por nossos entrevistados a importância dos diferentes media parte do atual repertório de comunicação (Mattoni, 2013) do MST. Destaca-se neste período, por um lado, a centralidade que paulatinamente assume a ocupação das redes e media sociais digitais pela organização e, por outro, a manutenção da importância atribuída à apropriação e ocupação dos media tradicionais (também estes digitalmente integrados). Simultaneamente, vimos também a ascensão do que C. chamou “territórios ampliados” e da importância atribuída aos espaços físicos e eventos promovidos pela organização – de seus assentamentos e irradiação do que chamamos visibilidade do material para as localidades de seu entorno à rede de lojas urbanas Armazém do Campo, Feiras e outras geografias do MST. Processo que também encontra eco em Engelmann (2018b):

[n]esses terrenos, se desenvolvem as contraposições entre os novos sentidos e os significados hegemônicos sobre a reforma agrária, possibilitando o diálogo com a sociedade e a construção de novos significados sobre ela, bem como a sua visibilização através de ações concretas de processos massivos de mobilização social pela disputa da terra e de ações práticas nos assentamentos, tais como a produção de alimentos saudáveis e a comercialização desses produtos em feiras e espaços urbanos, que possibilitam novas interações com o público da cidade e a massificação do modelo agroecológico nos territórios da organização. (pp.155-6).

Chegando ao final da década de 2010, destaca-se, enfim, a ideia de ocupação crítica das redes e media sociais digitais, i.e., a percepção consolidada após a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 de que não bastava a intencionalidade estratégica – o emprego direcionado de “esforços para levar os outros a fazer o que se quer que eles façam” (Jasper, 2015a, p.19, tradução nossa; cf. p. 91 desta tese) – empregada nestes media. Consolida-se, assim, a visão de que se trata não apenas de arenas mediáticas, em que bastaria o aprendizado do funcionamento de suas regras e estruturas, mas a ideia de que existem outros intervenientes que também interferem nessa interação – sendo as próprias plataformas de que falamos, exemplo destes intervenientes. A partir disto, argumentámos também que a ideia de ocupação crítica poderá contribuir para uma compreensão que vá além do já datado maniqueísmo na análise da relação entre media (novos e tradicionais) e movimentos sociais – uma em que estes atores ou são completamente autónomos em sua utilização ou são desprovidos de qualquer agência nesta interação, tal como criticado por Treré (2016).

Acerca da relação do MST com as novas tecnologias da comunicação, em suma, vemos então a organização passar de uma abordagem ao mesmo tempo cautelosa, imersiva e experimentalista no início da década de 2010; para um momento de digestão e reelaboração dessa relação em meados da década; confluindo para uma ocupação crítica dos media no desenrolar do fim dos anos 2010s²³⁸.

Por fim, buscámos responder com este capítulo aos padrões da comunicação Sem Terra, de forma a compreender os seus efeitos na representação mediada da terra por este ator ao

²³⁸ Em consonância com a escolha de enquadramento na edição do vídeo do I Seminário Nacional de Comunicação da organização (2019) que mencionámos na descrição do MST em nosso capítulo teórico.

longo do período de análise proposto. Por padrões, relembramos, compreendemos aqui os “tipos de interações estratégicas que podem ser consideradas ‘características’ (...) [e que] poderiam ser resumidos enquanto dilemas estratégicos, típicos de certos intervenientes em arenas específicas” (Duyvendak e Fillieule, 2015, pp.312-3, tradução nossa). Descreveremos a seguir, portanto, o que consideramos se tratar dos atuais dilemas estratégicos Sem Terra, i.e., os dilemas de um interveniente que, tal como caracterizámos o MST no segundo capítulo desta tese, se trata de uma organização de movimento social de cariz marxista surgido anteriormente ao advento das redes e media sociais digitais e mesmo à primeira vaga de ativismo digital (Treré, 2006), mas que navegou, nas últimas décadas, nas transformações destas e outras arenas mediáticas.

Compreendemos se tratar, então, de uma organização que, inserida numa rede de outros intervenientes coletivos parte da sociedade civil convencional, constrói também redes virtuais e se insere, frente a conjunturas políticas específicas, numa sociedade civil virtual (Beissinger, 2017) – num contexto em que a dataficação e a fragmentação da comunicação no âmbito da mediatização profunda (Couldry e Hepp, 2017) pressionam por tais construções.

Defendemos aqui, portanto, que este último estágio de mediatização, a dataficação, pungente na passagem de foco das novas plataformas digitais para a quantificação do que seria ‘relevante’ de acordo com seus modelos algorítmicos, influenciou a própria necessidade de expansão das redes que vimos acontecer no fim da década na comunicação Sem Terra, fossem elas *ad hoc* ou permanentes; ‘virtuais’ ou ‘convencionais’, ou, como em casos importantes observados, híbridas. Isto porque, tal como explica C., é a partir delas que se facilita a constituição de uma “bolha” e a rutura desta mesma “bolha”, processo indispensável à repercussão e mesmo à existência da comunicação Sem Terra dentro das novas tecnologias da comunicação e, consequentemente, da comunicação em rede como um todo.

Observamos ainda a consolidação de repertórios de ação e comunicação (Mattoni, 2013) plenamente híbridos (Mattoni e Ceccobelli, 2018), num crescente equilíbrio entre táticas digitais e analógicas e entre a apropriação tecnológica e a ocupação das diferentes arenas mediáticas, novas e tradicionais.

Isto, a partir de uma lógica de ação coletiva que, num primeiro momento, parte da matriz das “redes organizacionalmente mediadas” (Bennett e Segerberg, 2015) para a consolidação, no fim da década, da construção *ad hoc* de redes que integrariam uma lógica de ação conectiva, a partir de “redes organizacionalmente ativadas” (Ibidem). Redes essas que, relembramos, “implica que os atores organizacionais formais dão um passo atrás na projeção de agendas fortes, marcas políticas e identidades coletivas, em favor da utilização de recursos para implantar tecnologias sociais que permitam a formação de redes públicas difusas em torno de temas de ação personalizados” (Bennett e Segerberg, 2015, p.87, tradução nossa; cf. p.121 desta tese).

Como pudemos observar na entrevista com G., ao longo de toda a sua trajetória o MST se utilizou das tecnologias que iam surgindo para, dentro de uma lógica de ação coletiva (Bennett e Segerberg, 2015), “mobilizar e administrar a participação e coordenar objetivos” (Ibidem; cf. p.121 desta tese), numa perspectiva também mais interna de sua comunicação (exemplo disto é a criação, ainda nos anos 1980 de uma rede de telex quando da expansão socio-territorial do MST; da rede de computadores nos anos 1990; da utilização do Skype nos anos 2000; etc.). É a partir da segunda metade dos anos 2010s em diante que vemos, assim, consolidar-se esta segunda lógica²³⁹ que, ainda que *ad hoc*, faz-se hoje central para a comunicação Sem Terra. Uma em que observamos, por fim, direcionar-se também de forma fluida, i.e., simultaneamente para intervenientes internos e externos à organização, dentro da conceção de porosidade de fronteiras mediáticas que vimos aqui elaborando.

Por fim, propomos, então, um novo agrupamento de estudos sobre ativismo digital para pensar a relação do MST e as transformações mediáticas observadas ao longo desta década, uma que transpassa a primeira vaga de estudos em ativismo digital proposta por Treré (2016), a dos movimentos sociais cyberautonomistas – de acordo com a nomenclatura tecno-política sugerida em Gerbaudo (2017a) –, mas que também não se orienta estritamente pela lógica das “redes ativadas por multidões” (Bennett e Segerberg, 2015), típicas do que Gerbaudo (2017a) chamou de cyberpopulismo. Dado o contexto crescente de participantes (Silverstone, 2006) da comunicação Sem Terra, de intervenientes com quem dialogam, das escolhas relativas às diferentes arenas mediáticas que empregam, desde a sua forma de utilização ao conteúdo em disputa, em que vemos uma representação mediada da terra consecutivamente também mais plural – por sua vez em consonância com o discurso circular agroecológico que paulatinamente preenche a sua comunicação –, trataremos esta como uma abordagem tecno-política, *grosso modo*, cyberpluralista.

Vimos também ao longo da análise exposta nesse capítulo a consolidação da comunicação em rede (Cardoso, 2009; 2023), tal como trabalhada nesta tese e que ilustramos a partir do seguinte relato: “isso passa pelo processo da gente pensar a revitalização da nossa atuação enquanto rádio, de reorganizar essa Frente nos nossos assentamentos (...), mas também da atuação dela de forma integrada com as redes sociais, por exemplo” (I., comunicação pessoal, 7 de novembro de 2023). Vemos, então, o MST empregar um amplo repertório mediático (Mattoni, 2013) em sua ação política, que hoje inclui, “estrategicamente” (vocábulo também amplamente utilizado pelos entrevistados que estiveram mais recentemente à frente da comunicação do MST): redes e media digitais, programas nacionais de rádio, o MST Zap, a página web MST, espaços de convívio como os Armazéns do Campo,

²³⁹ Que argumentamos despontar timidamente já no início da década a partir da Campanha Permanente contra o Agrotóxico e pela Vida, mas que recua a seguir e volta a aparecer, se consolidando, após a segunda metade dos anos 2010s.

eventos como Feiras e Festivais Nacionais, o Jornal Brasil de Fato (do qual participam integrantes da organização, ainda que não seja *do* MST), etc. Ecologia mediática híbrida (Mattoni e Ceccobelli, 2018) que compõem hoje, juntos, os “territórios ampliados” do Movimento Sem Terra.

Na sequência, entendemos que o MST sempre demonstrou relativa autonomia no que diz respeito às tecnologias da comunicação, i.e., sempre buscou explorar as possibilidades existentes (seja na forma de apropriação ou de ocupação destas técnicas e tecnologias) tendo em vista os seus objetivos. Ao final da década de 2010 podemos também falar de uma “potencial afirmação da autonomia” (Cardoso, 2023, p.177) do MST *pela* comunicação, i.e., pela intensificação da “combinação entre as dimensões comunicativas e organizativas” (Ibidem) do Movimento Sem Terra e pela construção de uma rede ampla e híbrida de atores “que pensam da mesma forma e partilham projetos de autonomia compatíveis entre si (Castells, 2012; Cardoso et al., 2017)” (Ibidem), como vimos em destaque na ARS de 2018 e nos relatos de nossos entrevistados.

Conforme acompanhamos a consolidação do modo de comunicação em rede na comunicação Sem Terra, vemos também, então, que paulatinamente passa a se pensar dentro do Setor de Comunicação do MST não só a integração entre os diferentes media e o pensar intencional da sua forma de utilização, mas a integração da comunicação em si no processo de negociação dos significados partilhados pelo MST, ou seja, na *conceção* de seus enquadramentos de ação coletiva (Benford e Snow, 2000) e, por fim, nas próprias ações e campanhas políticas que empreendem.

Por fim, ainda neste âmbito, se poderemos falar de uma também maior “autonomia comunicativa” da organização “enquanto a capacidade de, através da comunicação, atingir os objetivos propostos” (Cardoso, 2023, p.172) é algo que debateremos na conclusão desta tese, ao considerarmos as *escolhas* comunicativas do MST – termo caro tanto a esta proposta de Cardoso (2023) quanto à abordagem estratégica interacionista (Jasper e Duyvendak, 2015a) que utilizámos nestas análises – e as suas *condicionantes*.

Identificamos também que existe, ao longo da década de 2010, uma inconstante relação com a arena eleitoral que analisámos no capítulo anterior. Se há em 2010 um apoio discreto à Rousseff pelo MST e apagado e crítico à candidata em 2014, as presidenciais de 2018 adquirem centralidade na comunicação da organização. E isto pelas dimensões cognitivas e emotivas que descrevemos a partir de elementos tanto da teoria do processo político, quanto da abordagem micro da análise das emoções. A partir de uma abordagem exploratória, vimos também que já na década de 2020 dá-se uma marcada inserção da comunicação Sem Terra na campanha eleitoral de 2022, num processo que corresponde, assim, a uma cada vez mais difusa separação entre o que Blumler (2016) delimitou enquanto comunicação política de base e comunicação política institucional – para além da já comentada crescente inter-relação entre

ambas as áreas da ciência política (contenciosa e partidária institucional), tal como descreve Tarrow (2021).

Por fim, em 2010 vimos na ARS uma abordagem mais opositiva ao modo de produção do agronegócio, que propositiva do modo de vida e produção agroecológico defendido pelo MST. Em 2014 já vemos este modo de produção refletir a pluralidade de identidades transversais (Polletta e Jasper, 2001) e geografias Sem Terra – que, como vimos nas entrevistas, começa a refletir as reestruturações realizadas na própria arena organizativa de seu Setor Nacional de Comunicação, bem como a circularidade do discurso que vemos se enraizar no MST em paralelo ao aprofundamento da comunicação Sem Terra em rede. Enfim, vemos novamente na rede semântica de 2018 uma maior reatividade que propositividade ao modo de produção do agronegócio, ainda que o próprio vocábulo referente ao setor se encontre omitido das redes do MST neste ano eleitoral. Como se vê a partir das entrevistas, despontava naquele ano na organização um outro *frame* prognóstico (Benford e Snow, 2000), que, como vimos a partir de B., deveria ser priorizado – a defesa do estado democrático de direito e a oposição à (direita radical populista de) Bolsonaro, que segundo o entrevistado inviabilizaria qualquer outra reivindicação Sem Terra.

Ainda dentro desse eixo de análise, observamos, assim, um movimento de comunicação contrário ao que constatamos na análise das campanhas eleitorais: enquanto os setores dominantes do agronegócio despontam paulatinamente nas campanhas presidenciais ao longo da década de 2010 – ficando explícitos na campanha de Bolsonaro –, na comunicação Sem Terra têm um destino oposto. Ainda que em 2018 esteja explícita a oposição ao modo de produção deste setor, fica a sua nomenclatura apagada da comunicação da organização, numa estratégia que especulamos equivaler à relativa menor menção à Bolsonaro que à Lula e Haddad nas redes da organização. Contrapondo-se, assim, à estratégia performática do populismo em sua dimensão comunicacional (Cardoso, 2023).

Em contrapartida, dá-se, como mencionamos acima, uma paulatina pluralização da comunicação da terra pelo MST, que, conforme explorado em nosso capítulo teórico, associa-se inerentemente ao preceito da agroecologia (Engelmann, 2018a). Esse processo de pluralização dá-se ainda concomitantemente à projeção do modo de comunicação em rede na comunicação Sem Terra e à internalização do que chamamos de expansão socio-territorial (Fernandes, 2000; 2012a) e ontológica da organização em seu próprio Setor Nacional de Comunicação. Vimos, assim, a influência que a expansão territorial do MST enquanto arena (que traz à tona intervenientes com diferentes trajetórias e modos de vida) e a reconfiguração

de suas arenas organizativas internas teve na representação mediada (plural) da terra apresentada pelo MST²⁴⁰.

Num contexto de retomada do neoliberalismo neoimperialista (Harvey, 2004) em seu sentido estrito (Hayek, 1983) nas relações agrárias do país no fim desta década, que alimenta e é alimentado, como argumentámos no capítulo anterior, por uma monoculturalização não só do espaço agrário, mas do discurso político sobre a terra, o que observamos, em oposição, é então o fortalecimento na comunicação Sem Terra de um pluralismo mediático e comunicacional.

Aqui, recuperamos a literatura do processo político de McAdam e Tarrow (2019) acerca da relação entre atores estatais e movimentos sociais e da importância de incluir intervenientes terceiros nesta análise, dada a referida ideia de que os movimentos sociais contemporâneos visam objetivos diversificados e “contextos institucionais” também diversos, indo além da “versão centrada no Estado do modelo do processo político” (McAdam e Tarrow, 2019, p.31, tradução nossa).

Trata-se este de um processo que também se dá com o MST quando da transformação de seu principal enquadramento reivindicatório da reforma agrária clássica – em que o Estado e órgãos partícipes de sua orgânica (e.g. INCRA) são os atores principais a quem se dirigem – para a reforma agrária popular agroecológica, em que diferentes atores assumem a centralidade da interlocução na comunicação Sem Terra dentro do contexto que chamámos de circularidade do discurso agroecológico (intervenientes dentro da própria organização – sua base social, militantes e dirigentes –, moradores das cidades alheios à questão agrária brasileira, empresas da cadeia de produção do agronegócio, para além do próprio Estado e suas diferentes arenas políticas, etc.). Amplitude de interlocutores e circularidade do discurso facilitados pela permeabilidade das fronteiras mediáticas com que aqui caracterizámos o novo modelo comunicacional em rede.

Por fim, considerando a leitura que o MST faz, hoje, de seu principal opositor, os diferentes setores e organizações do agronegócio no Brasil (como trabalhamos na secção teórica “Reforma agrária popular agroecológica: ponte entre teorias”), defendemos, no fim deste capítulo de análise, a relevância da ascensão destes nos discursos e projetos ideológicos que descrevemos no capítulo anterior para a própria transformação da comunicação Sem Terra. Relacionando, assim, tal como propôs McAdam e Tarrow (2019), mudanças nos contextos políticos com desafios postos por organizações de movimentos sociais a atores não estatais.

²⁴⁰ Aqui relembramos a perspectiva de Jasper (2015a; 2015b) de que as organizações de movimentos, os Estados, etc. devem ser analisados desagregando-os em diferentes arenas, que se sobrepõem, se tangenciam, se opõem, cooperam, etc. Neste caso, pensámos em arenas organizativas dentro da arena ‘maior’ MST.

Processo que esperamos ter conseguido desagregar, porém, a partir das ferramentas teóricas oferecidas pela perspectiva estratégica interacionista (Jasper e Duyvendak, 2015a; 2015b). I.e., a partir do olhar para os diferentes tipos de intervenientes com quem interage o MST frente às diferentes arenas em que atuam – internas e externas, políticas e mediáticas; para os seus processos de decisão e escolhas estratégicas; e para as condicionantes a elas colocadas. Movimento que vimos resultar, por fim, num contexto crescente de, simultaneamente, segmentação e integração, dataficação e territorialização da comunicação. De ocupação crítica dos media. E, sobretudo, de pluralização da representação mediada da terra no Brasil contemporâneo.

Conclusão

Chegando ao fim desta tese, compreendemos, então, que a década de 2010 foi, de forma incontestável para a comunicação política *sobre e da* terra no Brasil, o momento de passagem do modo de comunicação de massas para um em rede (Cardoso, 2002; 2009). Caminhando por terrenos deveras díspares, ainda que cada vez mais entrelaçados entre si no campo da comunicação política – a comunicação de campanhas presidenciais e a comunicação de base (Blumler, 2016) do Movimento Sem Terra –, encontramos processos comunicacionais e reflexos na representação mediada da terra também bastante distintos numa análise mais aprofundada destes dois campos. Um mesmo processo de transformação no modelo de comunicação nos apresenta, portanto, resultados diferentes quando diferentes intervenientes políticos são postos sob análise.

Assim, retomamos o porquê de, na introdução a esta tese, termos privilegiado a ideia de mediação em detrimento do conceito de mediatização, à parte de quando falamos da relação direta entre tecnologias mediáticas e processos sociais (como quando nos referimos ao importante conceito de mediatização profunda de Couldry e Hepp, 2017, reiteradamente explorado nesta tese). Isto porque, se um mesmo processo comunicacional reflete representações diferentes de um mesmo elemento, isso se dá em função de todo o contexto dialético (Silverstone, 2002) e interacionista (tomando emprestado o termo da SIP) entre o social e o tecnológico que buscamos compreender e explicar ao longo desta investigação.

Estes diferentes resultados encontrados vão ao encontro da ideia de uma crescente autonomia de escolha dos participantes da comunicação conforme se aprofunda o modelo comunicacional em rede (Cardoso et al., 2015) – que possibilita às pessoas a transformação das mensagens durante o próprio processo comunicacional (Cardoso, 2023) –, mas não só. A partir dos instrumentos teóricos da abordagem estratégica interacionista (Jasper e Duyvendak, 2015a; 2015b), destacamos que as múltiplas combinações possíveis de interações entre diferentes intervenientes individuais e coletivos – e aqui, contrapondo-se a Jasper (2015a), também não humanos – também influenciam nestes diferentes resultados. No caso de nossa pesquisa, essa diferença pode ser encontrada entre candidatos de espectros políticos divergentes dentro da comunicação de campanhas eleitorais (Rousseff e Bolsonaro) e entre intervenientes parte da política partidária institucional (ambos), de um lado, e de organizações de movimentos sociais (MST), de outro. Assim, os processos que envolvem e interferem em tais interações também importam, como os sistemas disposicionais de cada interveniente (Duyvendak e Fillieule, 2015), as experiências prévias destes frente a uma mesma situação de interação (Accornero, 2016) ou os legados socioeconômicos do sistema

capitalista que não podemos deixar de destacar ao tratar dos conflitos que se desenrolam na paisagem agrária brasileira.

Dessas diferentes combinações de interações e interferências, vimos os “nós” (Cardoso, 2002) com que iniciámos o projeto dessa investigação (a televisão, de um lado; a internet, de outro), tal como comentámos na introdução a esta tese, perderem a rigidez de sua centralidade. Acompanhámos, assim, diferentes intervenientes, em diferentes situações, atribuírem diferentes níveis de centralidade a diferentes tipos mediáticos. Se em 2018 as redes e media sociais digitais, junto a programas televisionados retransmitidos online indicavam de fato ser nós centrais na campanha presidencial de Bolsonaro, ao fim dos anos 2010s e início da década seguinte, observamos a centralidade dos territórios, da rádio e das redes e media digitais para o MST.

Para observar estes processos, reiteramos a importância da abordagem teórico-metodológica da Análise Crítica do Discurso, que nos ofereceu a possibilidade de analisar efetivamente em profundidade a comunicação político-partidária de Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro – etapa relativa ao primeiro momento de nossa pesquisa (complementada pelos dados secundários e pela análise de conteúdo proposta). Bem como a relevância da análise de redes semânticas em associação às entrevistas semiestruturadas que desenvolvemos na segunda fase deste trabalho (também complementadas com dados secundários e por uma análise exploratória quantitativa).

Por fim, assumimos nesta tese a defesa da representação mediada da terra plural que vimos protagonizar a comunicação Sem Terra em contraposição à monoculturalização do discurso refletida por uma comunicação político-partidária cada vez mais centrada na hegemonia política, económica e cultural do agronegócio no país. Argumentamos que ambas as formas de “mediação da distância” (Silverstone, 2002) que resultam da homogeneização da comunicação – a que se dá a partir da incorporação ou da aniquilação do Outro (Ibidem) – vão diretamente de encontro à possibilidade mesma de existência dos povos e coletivos que têm com a terra uma relação outra que não a da ontologia-mercado (Almeida, 2016).

Processos de representação mediada do Outro que, num contexto de dataficação da comunicação (Couldry e Hepp, 2017) organizada em rede, a depender do resultado da disputa hegemónica entre estes dois padrões comunicativos, poderão catalisar os seus resultados (i.e., de homogeneização ou de pluralização da terra), dada a intensa atual imbricação entre os processos tecnológicos e sociais apontada pelos autores.

Nesta derradeira secção da tese, buscaremos, então, num primeiro momento, reunir os resultados de ambos os capítulos de análise, de forma a explicitar e pôr em perspetiva os contrastes e, em menor nível, as similitudes que cada processo nos apresentou. Comentaremos como estes diferentes processos afluíram nas duas principais atuais representações mediadas da terra, e como estas poderão refletir na disputa de hegemonia

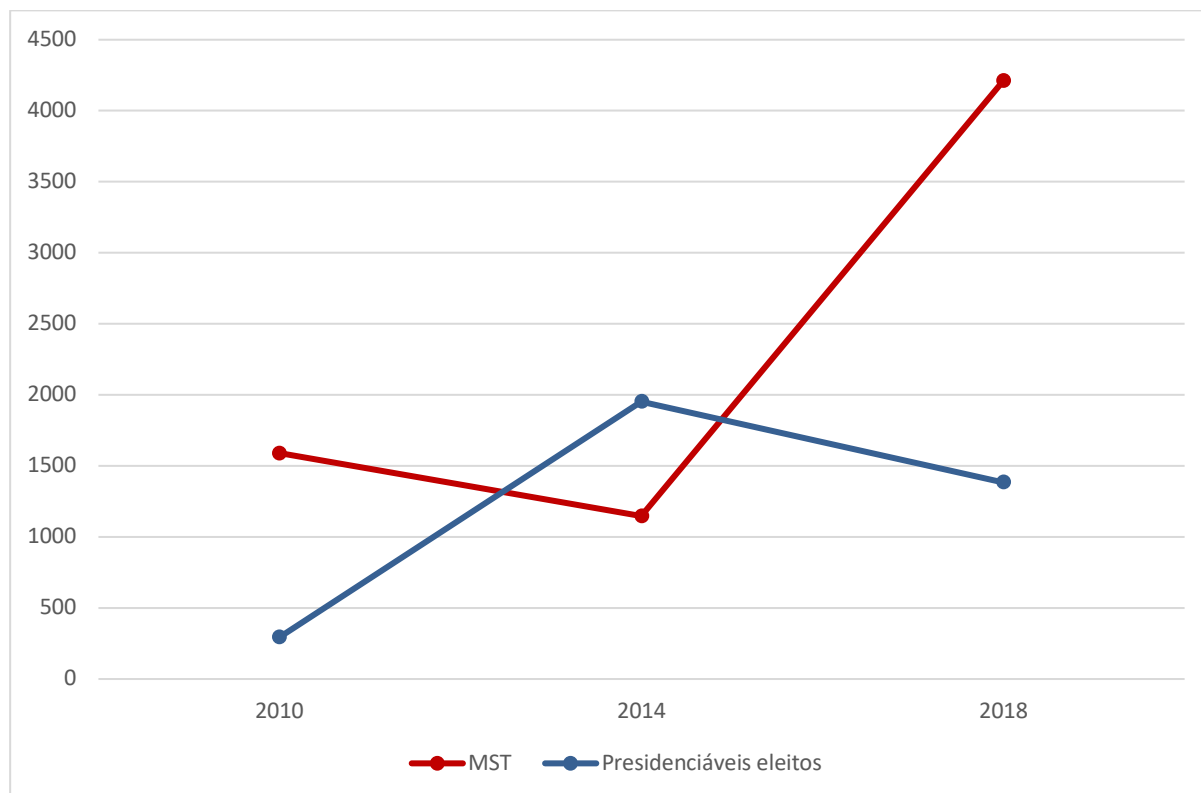
sobre os significados da mesma – entre uma perspectiva mais plural e outra mais homogênea e mercadológica. Por fim, apontaremos os limites desta investigação e as principais contribuições que esperamos ter trazido para os estudos que atravessam as áreas da sociologia da comunicação e das ciências políticas no que diz respeito a esse que, sob a perspectiva desta investigação, segue sendo um dos mais importantes elementos para a compreensão da sociopolítica brasileira – a terra.

Reunindo a comunicação sobre e da terra: uma mesma transição comunicacional, duas mediações da terra

Se a década de 2010 representou para ambos os campos da comunicação política que analisamos a entrada no modo de comunicação em rede, vimos, em cada capítulo, que este processo se deu de forma distinta. No início dos anos 2010s, a comunicação Sem Terra, ainda que de forma cautelosa e experimental, já utiliza as então novas redes e media sociais digitais de forma mais intensiva e consideravelmente mais integrada que Rousseff em sua campanha presidencial de 2010. Em consonância com a literatura sobre ativismo digital, foi este um período tecno-otimista (Treré, 2016) para os movimentos sociais no que diz respeito ao modo de autocomunicação de massas (Castells, 2007).

No *gráfico 15* abaixo, junção dos dados expostos no início de cada capítulo analítico, podemos observar a diferença quantitativa do que mencionamos acima. Destacamos, porém, que, apesar do número de tweets de Jair Bolsonaro ser inferior ao do Movimento Sem Terra em 2018, numa análise mais aprofundada como a que realizamos se pode constatar que qualitativamente ambos teriam utilizado as plataformas digitais de forma similar em termos de centralidade e intencionalidade, apresentando o candidato de direita radical populista um melhor resultado no que diz respeito ao alcance de seu projeto, o que iremos discutir na seção abaixo.

Gráfico 15. Número de tweets entre 1º de janeiro e data da segunda volta eleitoral – presidenciais eleitos e MST



A partir do gráfico também podemos reiterar que, enquanto se dá o que descrevemos como uma retração e reelaboração da comunicação Sem Terra um pouco antes da metade da década sob análise, a comunicação de campanha de Rousseff apresenta-se mais intensiva. Ainda que, como desenvolvido a partir da pesquisa qualitativa empregada sobre o período, subutilize as funções apresentadas pela plataforma Twitter no que podemos observar dentro de nosso escopo de pesquisa.

Chegando às eleições de 2018, constatamos que ambos utilizam de forma extensiva e intensiva a plataforma Twitter e, no caso do Movimento Sem Terra, vimos no fim dos anos 2010 um amplo leque mediático e espacial integrar o seu repertório de comunicação (Mattoni, 2013), bem como a constituição de redes digitais e tradicionais a partir de uma ecologia mediática híbrida (Mattoni e Ceccobelli, 2018) e numa relação tecno-política a que chamamos cyberpluralista. Nesta alargada amplitude comunicacional em rede, em que os media e redes sociais digitais são ocupados de forma crítica pela organização, observamos alguns fenômenos.

Em primeiro lugar, o que chamamos de circularidade do discurso da agroecologia, que põe em contacto o MST enquanto base social, militantes e dirigentes e a sociedade civil abrangente, num processo em que os motivos e retórica agroecológica flui de um interveniente para o outro numa via de mão dupla. Associado a este fenômeno, em segundo

lugar, o que chamamos porosidade de fronteiras mediáticas, que aqui também correlacionamos ao modo de comunicação em rede, em que a distinção entre media e conteúdos voltados para o interior e para o exterior da organização se dissolve. E, em terceiro lugar, observamos a potencialização de seu sentido de autonomia através da comunicação (Cardoso, 2023), resultado da intensificação da integração das escolhas comunicacionais Sem Terra na conceção de suas ações políticas e da ampliação de associações com múltiplos intervenientes que compartilham de um mesmo esforço de resistência. O da pluralidade ontológica existente na paisagem agrária brasileira frente à monoculturalização de seu espaço rural – retroalimentando, por fim, o discurso agroecológico característico da proposta de Reforma Agrária Popular da organização desenvolvida ao longo do século XXI.

Processos esses que dialogam diretamente com o fenómeno oposto contido no projeto ideológico que desponta na comunicação eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018 – o clímax do paulatino processo de explicitação e centralização do modo de produção do agronegócio enquanto único possível para o campo no Brasil, movimento que acompanhamos ao longo das campanhas presidenciais da década de 2010. A consolidação da comunicação em rede neste campo da comunicação política, como vimos, refletiu-se, assim, de forma contrária à mediação da terra pelo MST, fazendo-se cada vez mais homogênea.

A dimensão populista – a partir da definição que reunimos no primeiro capítulo desta tese – consolida-se, então, no que diz respeito às questões agrárias na campanha de Jair Bolsonaro. A retórica antagonizante e dicotomizante do populismo (Mudde, 2004) afirma-se em 2018, em termos discursivos-ideológicos, i.e., enquanto operação discursiva que visa a sustentação de determinadas relações de dominação (Thompson, 2011; Fairclough, 1995) e que se reflete em determinadas performances comunicacionais (Moffitt, 2016; Cardoso, 2023). Uma retórica que concebe, ainda, diferentes atores sociais (e.g. ‘o homem do campo’, indígenas, quilombolas) sob uma mesma cadeia equivalencial de demandas (Laclau, 2005), desde que submetidos à hegemonia – no caso de nossa investigação – do modo de produção e exploração capitalista.

E, tal como Mudde (2021) apontou acerca do projeto político de Bolsonaro num âmbito geral, compreendemos que também o seu projeto ideológico para a terra se encerrava no espectro político da ultradireita, o qual advoga a extinção da já insuficiente (conforme demonstram os dados secundários) proteção constitucional aos direitos de diferentes povos, comunidades e coletivos que têm com a terra relação outra que a do modo de produção do agronegócio.

Vimos, assim, a exposição gradual de setores dominantes do agronegócio enquanto ator privilegiado nas campanhas presidenciais e, em 2018, a assunção explícita deste setor por Bolsonaro enquanto eixo em torno do qual compõe o seu grupo político – moralmente e positivamente avaliado e estrategicamente diferenciado de um campo político antagónico,

delineando o fenómeno discursivo populista, como aqui o enquadrámos. Caminho contrário, como vimos no capítulo anterior, que este setor, enquanto interveniente coletivo, assume na conta oficial do Twitter do MST – em que observamos a manutenção de uma postura conflitiva frente ao seu modo de produção, mas o apagamento da categoria em si no último ano analisado.

Não só no que diz respeito à explicitação (nas campanhas presidenciais) e ao apagamento (na conta oficial do MST) do agronegócio na comunicação desses diferentes atores, outros aspetos observados ao longo de nossa análise nos apontam para um afastamento paulatino entre ambas as comunicações. Em 2010, observámos o apoio do MST, ainda que discreto, à Dilma Rousseff (enquanto a candidata pouco mencionava a temática ‘movimentos sociais, ativismo e ação política’ naquele ano, mas enfatizava o tema ‘programas sociais’, em consonância com reivindicações do MST); em 2014, observámos um apoio apagado e crítico à Rousseff (justamente quando a candidata passa a compor a sua campanha com mais ênfase nos movimentos sociais, porém apresentando enquanto principal tema a categoria ‘desenvolvimento económico’ e privilegiando o diálogo, implícito, com setores dominantes do agronegócio); e, em 2018, acompanhámos a explícita oposição do MST à candidatura de Jair Bolsonaro, bem como a defesa da liberdade de Lula da Silva e da campanha presidencial do Partido dos Trabalhadores.

Há também, ao longo da década de 2010, uma complexificação da relação do MST com o processo político institucional. Como vimos, isto se dá pela conjuntura e estruturas políticas colocadas durante este período (a repercussão das jornadas de junho de 2013, o golpe parlamentar contra Dilma Rousseff em 2016, a ascensão da ultradireita populista no fim da década, etc.). Estruturas desagregadas, porém, a partir do olhar da abordagem estratégica interacionista, i.e., dos elementos que as ligam ao nível micro de análise dos movimentos sociais, por exemplo, os indivíduos que os compõem, suas práticas mediáticas, memórias individuais (e.g. do período ditatorial brasileiro) e emoções (e.g. sentimentos de lealdade em relação a atores com quem dividiram projetos de autonomia em comum no passado), etc., passando pela dimensão meso de análise, por exemplo, as interpretações cognitivas do processo político e, por fim, a interligação de todos estes aspetos.

Ao chegar ao fim da década, há, assim, uma relação cada vez mais entrelaçada entre as presidenciais e a comunicação Sem Terra, como observámos ao longo de nossa pesquisa e como explorámos acerca das eleições de 2022 no Brasil, em que candidatos do MST – através da legenda partidária do PT – se apresentaram pela primeira vez de forma estruturada em torno de uma campanha da organização (com equipa de comunicação própria voltada para as eleições)²⁴¹. Desta relação entre o MST e a política partidária institucional, reiteramos a

²⁴¹ Outra possibilidade de relação também já apontada em McAdam e Tarrow (2010) são as coligações, como esta – informal –, entre partidos e movimentos sociais.

tese de Tarrow (2021) de que “as fronteiras entre movimentos e partidos são mais fluidas do que eram no passado” (p.25, tradução nossa) e de que uma maior variedade de organizações “híbridas” teriam se desenvolvido no espaço entre movimentos sociais e partidos políticos. Realidade que transportamos para o campo da comunicação política e vimos reverberar, por exemplo, na campanha Lula Livre.

Na sequência, não observamos em nenhum momento o compactuar da comunicação Sem Terra com os projetos político-ideológicos que identificamos na primeira fase da pesquisa, i.e., com o neodesenvolvimentismo-extrativista que advogamos compor a campanha de Rousseff em 2010 e 2014 (com nuances mais marcadamente neoliberais neste segundo ano) e com o neoliberalismo populista com que identificamos em 2018 a campanha de Bolsonaro. É a este último projeto, porém, que observamos um arco opositivo completo entre uma e outra comunicação. Se em 2010 havia ainda um ponto de encontro entre a comunicação Sem Terra voltada para o agrupamento semântico ligado às questões que podemos enquadrar enquanto ‘justiça social’ e a análise temática da campanha de Rousseff, em que observamos o destaque dado ao tema ‘programas sociais’, chegamos em 2018 com a divergência explícita entre a comunicação Sem Terra e as operações ideológico-discursivas populistas de sustentação (ou relegitimação, como defenderemos a seguir) do neoliberalismo.

Divergência esta transformada em reiteração do conflito e criminalização do Movimento Sem Terra por Bolsonaro em sua campanha (Carneiro, 2021) e pelo engajamento ativo (McAdam e Tarrow, 2010) do MST na disputa presidencial de 2018. Um que se mostrou mais proativo na defesa de Lula da Silva e Haddad que reiterativo de seu principal opositor, Bolsonaro, indo de encontro, assim, da estratégia presente no quadro performático do populismo em que notícias (ou atores, etc., acrescentamos) são partilhadas independentemente se de forma positiva ou negativa a fim de gerar engajamento e, assim, “galvanizar os seus apoiantes” (Cardoso, 2023, p.147).

Em suma, ao fim da década, o que se observa de uma forma geral é uma representação pluralizada da comunicação realizada pelo MST e a homogeneização do discurso sobre a terra nas comunicações de campanha, exponenciada pela ascensão da ultradireita populista na figura de Jair Bolsonaro.

Sobre esta inferência e como nota metodológica conclusiva, reiteramos ainda a importância da combinação de diferentes métodos, quantitativo e qualitativo, na execução desta pesquisa. Por exemplo, apesar da análise de conteúdo empregada no primeiro momento desta investigação nos apresentar uma maior pluralidade de atores nas temáticas presentes no discurso de Jair Bolsonaro, a Análise Crítica do Discurso nos demonstra que estes atores são inseridos em sua campanha sob a hegemonia de um modo único de relação com a terra. Motivo pelo qual o caracterizamos como um discurso altamente homogeneizador e explicitamente defensor da ideologia neoliberal enquanto preceito de ação mínima do

Estado apenas para a defesa da propriedade privada, tal como proposto por Hayek (1983) – como fica nítido em pesquisa paralela sobre o assunto (Carneiro, 2021). Da mesma forma, ao observar apenas a rede semântica do MST de 2018, mesmo em sua dimensão mais hermenêutica, também poderíamos reduzir a comunicação do final da década à preocupação única da organização com a macropolítica brasileira. É através das entrevistas semiestruturadas, porém, que pudemos observar a profunda imbricação desta com aspetos meso e micro de análise do MST – suas interpretações, emoções, processos de transformação interna, relação com intervenientes e arenas externas a si, etc. – e o reflexo disto no que observámos constituir uma representação mediada da terra cada vez mais plural.

Retornando o centro desta conclusão, reiteramos que, por um lado, terminámos o primeiro capítulo analítico desta tese mencionando haver, tal como Gerbaudo (2018) chamou de uma afinidade eletiva entre o populismo e as redes sociais digitais, uma correlação entre o fortalecimento do fenómeno e a comunicação em rede – em que sobressaem elementos discursivo-ideológicos e performáticos populistas, em contraste com o início da década, quando os media tradicionais ainda protagonizavam a comunicação política partidária-institucional. Por outro, no capítulo de análise do MST, observámos que a correlação deste modo de comunicação em rede se dá também com um dos principais opositos ao populismo em sua perspectiva ideacional, o pluralismo (Mudde e Kaltwasser, 2017).

Assim, por um lado vimos que a dataficação (Couldry e Hepp, 2017; 2018) da comunicação digital e tradicional, a partir da fragmentação acentuada da audiência, permite a Bolsonaro se dirigir a atores sociais distintos, mas com uma narrativa unificada da ideologia neoliberal para o campo. Por outro, que este mesmo processo resulta, na análise da comunicação Sem Terra, na necessidade da organização expandir e hibridizar as suas redes, constituindo um conjunto de reivindicações plurais através de uma também expandida diversidade mediática – por sua vez também possibilitada pelo modo de comunicação em rede.

Assim, como fomos observando ao longo desta investigação, processos comunicacionais similares, como a fragmentação e a personalização da comunicação, são utilizados por diferentes intervenientes com objetivos políticos distintos – o que, em última instância, terá resultados também distintos na mediação da terra. Importa, assim, a forma como estes processos são realizados, que dependem das escolhas de cada um, mas também da intervenção de atores outros (e.g. as empresas donas das plataformas de comunicação e os algoritmos por ela implementados) e das condicionantes colocadas a estas escolhas, que confluem nos diferentes resultados que observámos. Defendemos, portanto, por um lado, que não se deve reduzir a técnica ou a tecnologia a um único espectro ou objetivo político (tal como, inspirado em Latour, 1994, entendemos que não se deve reduzir um elemento socioambiental ao modo de produção capitalista que o hegemoniza na contemporaneidade –

e.g. a diferença entre a soja no contexto relacional com povos asiáticos tradicionais²⁴² e a soja como principal produto de exportação brasileiro)²⁴³.

Por outro, ao que dedicaremos a próxima secção desta conclusão, é preciso discutir criticamente a desigualdade de poder – económico e político – em que se posicionam os intervenientes de nossa análise, dado a contínua expansão do capital sobre a economia natural (Luxemburgo, 1970) e a sua atual constituição no que Harvey (2004) chamou neoimperialismo, e que se refletem nas estruturas e mecanismos operacionalizados nas diferentes arenas mediáticas que citámos nesta pesquisa. Perspetiva que vai ao encontro do que Couldry e Mejias (2021) apontam ao trabalhar o conceito de colonialismo de dados, cujas práticas “hoje representariam não apenas uma continuação do colonialismo/capitalismo, mas uma *nova fase* distinta do colonialismo que lança as bases para novos desenvolvimentos no capitalismo, tal como a usurpação de terras original do colonialismo permitiu a emergência do capitalismo e os séculos subsequentes de opressão colonial” (p. 3, tradução nossa).

Assim, tal como a soja não deve ser reduzida à sua monocultura, mas devemos atentar ao papel que a sua apropriação e transformação genética pelos setores agroexportadores transnacionais no Brasil tem na cadeia de produção do capital e na dissolução da diversidade socioambiental da paisagem agrária brasileira (Velden, 2023; de Souza, 2023), da mesma forma devemos pensar criticamente a tecnologia e a sua apropriação pelo capital, bem como os possíveis resultados que esta reproduzirá no contexto socioambiental do país – e, dada a transnacionalidade desses processos, – do mundo de uma forma geral.

Assim, ainda que esta pesquisa não apresente instrumentos que nos possibilite apontar diretamente qual representação mediada da terra prevalece ou prevalecerá a longo prazo no debate público brasileiro sobre o tema e, conseqüentemente, nas práticas agrárias, agrícolas e relacionais com a terra no país, buscaremos na próxima subsecção projetar alguns caminhos.

Intervenientes e arenas na disputa pela hegemonia da mediação da terra: escolhas e condicionamentos

Se entendemos ser importante o estudo da disputa pela mediação da terra é porque, em primeiro lugar, reiteramos ao longo desta pesquisa a tese de Couldry e Hepp (2017) de que adentramos numa fase da mediatização – da relação direta entre as transformações

²⁴² Disponível em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/historia>. Acesso em: 11 ago. 2024.

²⁴³ Em “Jamais fomos modernos”, Latour (1994) fala-nos dos “quase-objetos” – que “não ocupam nem a posição de objetos que a Constituição [que define humanos e não-humanos] prevê para eles, nem a de sujeitos”. O antropólogo nos fala de quatro principais repertórios que utilizamos para “acomodar” estes quase-objetos: o da transcendentalidade da natureza, “ainda que sejamos capazes de mobilizá-las e construí-las” (p.87); o do laço social, que “nos ultrapassa, ainda que seja construída por nós” (Ibidem); o da narrativa, com seus textos e discursos; e o do Ser. E afirma, “[a] partir do momento em que seguimos de perto qualquer quase-objeto, este nos aparece algumas vezes como coisa, outras como narrativa, outras ainda como laço social, sem nunca reduzir-se a um simples ente” (Ibidem).

tecnológicas e a dimensão social – marcada por uma profunda inter-relação entre os media e os processos sociais – uma maior que em outros momentos da história. Em segundo lugar, porque compreendemos essencial o estudo da disputa pela terra a nível discursivo a partir da ideia de que “textos têm consequências e efeitos sociais, políticos, cognitivos, morais e materiais” (Fairclough, 2003, p.14), tal como a Análise Crítica do Discurso, enquanto abordagem teórico-metodológica nos aponta. E, por fim, porque ecoamos também Cardoso (2023) acerca da relação entre as transformações culturais e na comunicação: “[s]e as práticas comunicativas e as representações construídas sobre essas práticas promoverem a mudança de valores e crenças dos indivíduos, em vários domínios quotidianos, então poderemos afirmar que estamos a mudar a própria cultura das sociedades através das mudanças operadas na comunicação (Cardoso, 2012)” (p.178).

Importa discutir, portanto, se acompanharemos a curto e médio prazo à hegemonia da homogeneização do discurso e do espaço rural no Brasil ou ao protagonismo da pluralidade ontológica que ali subsiste – i.e., que desde o colonialismo e a primeira expansão do capital no século XVI resiste a ataques contra a sua existência no país. Por hegemonia, trabalhamos aqui, em confluência com o cariz discursivo-ideológico de nossa abordagem, com a conceção de Gramsci (1982), para quem as relações de poder se sustentam pela combinação entre o consenso e a coerção por parte dos grupos dominantes (cf. nota 83). Tratamos aqui, pela natureza de nosso trabalho, da ideia de consenso, portanto²⁴⁴.

Nesse momento voltamos, portanto, à pergunta que nos fizemos em outros momentos desta tese: é possível falar de uma “autonomia comunicativa” do MST, “enquanto a capacidade de, através da comunicação, atingir os objetivos propostos pelo indivíduo” (Cardoso, 2023, p.172; cf. p.284 desta tese)? Pensando no MST enquanto estudo de caso exemplificativo de coletivos que têm com a terra uma relação outra que a do modo de produção agroexportador, nos questionamos, em outras palavras, se a comunicação em rede de ontologias plurais poderá se sobrepor à hegemonia da exploração neoliberal da terra que vimos se fortalecer no bem-sucedido discurso eleitoral de Bolsonaro ao fim da última década. Ainda que não consigamos responder diretamente a esta pergunta, exploraremos mecanismos que observámos em nossa análise e que poderão dar pistas a essa questão.

Por um lado, poderíamos dizer que sim, que a ampliação das possibilidades comunicacionais permitiu uma também ampliação das redes entre projetos de autonomia semelhantes (Cardoso, 2023), seu fortalecimento (como elaborado por I.) e, conseqüentemente, uma ampliação de seu alcance e de sua influência na sociedade. Como observámos no capítulo anterior, a partir da comunicação em rede, práticas socioambientais de produção agrícola e vivências em assentamentos do MST são compartilhados para um

²⁴⁴ Ainda que a ideia de coerção também desponte de forma contundente no último ano de análise, como reforça pesquisa paralela sobre o assunto (Carneiro, 2021).

maior leque de pessoas, através do que C. chamou “territórios ampliados” – programas nacionais de rádio, redes e media sociais digitais, lojas e espaços de eventos da organização, Feiras Nacionais (e regionais e locais) da Reforma Agrária, que põem em contacto – *in loco* e através das plataformas digitais – produtores e a população urbana²⁴⁵, etc.. Tal como observámos no ano de 2018, a interação com indivíduos fora do círculo direto de ‘amigos e simpatizantes’ do MST se expandiu, reivindicações políticas macro reuniram militantes de diferentes frentes e, neste processo, esta visão mais plural da terra fortaleceu-se também dentre os que com ela não têm relação direta.

Aqui, reforçamos a ideia de que as *escolhas* do MST – termo caro à abordagem estratégica interacionista (Jasper e Duyvendak, 2015a) e à tese de Cardoso (2023) – foram importantes para a expansão de uma representação mediada da terra mais plural neste momento de disputa hegemónica entre ambos os resultados encontrados nesta pesquisa.

Nesse âmbito, porém, destacaremos nessa conclusão os processos a que ao longo desta tese relacionámos com os constrangimentos à SIP elaborados em nosso capítulo teórico: as escolhas do MST refletem não só as interações (Jasper, 2015a) ‘aqui e agora’ entre os “participantes” (Silverstone, 2006) da comunicação, mas o *habitus* (Bourdieu, 1983) ou sistema de disposições (Duyvendak e Fillieulle, 2015) de cada um, a experiência dos atores individuais e coletivos frente a determinadas situações de interação (Accornero, 2016); e o legado dos sistemas político-económicos sobre a terra e as tecnologias (e esses pontos interrelacionados entre si). Assim, a esta autonomia comunicativa que vimos descrevendo nos parágrafos anteriores, se impõe uma série de fatores – intervenientes terceiros e funcionamentos específicos das arenas mediáticas – que a impede de exercer-se de forma plena.

Compreendemos, por exemplo, que o repasse de uma mensagem não é apenas o resultado das decisões que recetores tomam frente a ela, uma vez que carregam elas mesmas estruturas ideológicas (Fairclough, 1995) – linguísticas e sociais – que influem na percepção de terceiros sobre a terra, como vimos a partir dos modos de operação da ideologia (Thompson, 2011) identificados a partir da Análise Crítica do Discurso. Assim, por exemplo, os espaços vazios deixados pelas escolhas dos indivíduos em não compartilhar algo, relacionado ao que Cardoso (2023) chama de “censura algorítmica” (p.294), também passa pela influência que os próprios textos e imagens consumidos implicitamente transportam²⁴⁶. Desta forma, ainda que as plataformas fossem neutras, a condicionante ideológica do discurso impõe-se às escolhas comunicativas dos indivíduos.

²⁴⁵ Em sua quarta edição da cidade de São Paulo em 2023, o MST contabilizou 1.700 produtores rurais e um público estimado de 320.000 pessoas. Disponível em: https://youtu.be/gDYHrAODP5c?si=6otVdV_pm_dby8WM. Acesso em: 18 jun. 2024.

²⁴⁶ Sobre o assunto, cf. também a questão da dimensão da ideologia nos estudos marxianos da internet (Fuchs, 2012).

Da mesma forma, a partir do que trabalhamos em nosso segundo capítulo teórico a partir da economia política crítica dos media, voltamos a reiterar que as próprias empresas mediáticas são elas mesmas intervenientes na comunicação sobre a terra com interesses e objetivos próprios – organizados sob a lógica do capital –, estando o alcance de determinados conteúdos condicionado a esta mesma lógica (preocupação que vimos também presente entre nossos entrevistados). Assim, destaca-se os interesses de atores que têm seus media ocupados pelo MST e a influência que têm nesses vazios comunicacionais na comunicação sobre a terra. A título de exemplo, recuperamos, assim, à nível nacional, a defesa do modelo de produção agrícola baseado na monocultura exportadora pelo canal televisivo Rede Globo, parte do conselho administrativo da Associação Brasileira do Agronegócio (Pompeia, 2021); e, a nível transnacional, as *big techs*, empresas de capital intensivo do setor tecnológico que vêm desenvolvendo, investindo ou adquirindo projetos e empresas ligados a este setor (GRAIN, 2021).

Para além dos interesses específicos relacionados a questão agrária, esta abordagem nos demonstra também que a própria condição empresarial destes media influi no processo comunicativo. Gerbaudo (2018) apresenta as redes sociais online como o “produto de grandes empresas do Vale do Silício, como o Facebook e a Google, cujo apoio a visão de mundo neoliberal é indiscutível” (p.751, tradução nossa). Treré (2016) afirma que “sabemos que o principal objetivo de redes corporativas como o Facebook reside na exploração dos conteúdos dos utilizadores para os monetizar dentro de uma lógica mercantil neoliberal” (p.50, tradução nossa; cf. p.118 desta tese). Neste escopo, destacamos por fim a abordagem marxiana de Fuchs (2012), em especial em sua dimensão da mercantilização, que nos chama a atenção para a influência que a transformação das relações sociais em relações entre compradores e vendedores tem na comunicação.

Nesse campo, voltamos também à tese de Pariser (2011), que mostra como a arquitetura algorítmica das plataformas online (aqui tratadas como arenas mediáticas), em função de sua lógica de mercado, inibem a multiplicidade de pontos de vista sobre um assunto, colocando-se, portanto, enquanto mais um limite à mediação plural da terra aqui defendida. Segundo o autor, pautados na lógica do usuário enquanto consumidor, os mecanismos de personalização da busca e partilha online promovem uma constante reprodução do que por sua vez já foi procurado ou partilhado: “a personalização pode levar-nos a uma espécie de determinismo informacional, em que o que clicámos no passado determina o que vamos ver a seguir” (p. 14, tradução nossa). Álvares e Dahlgren (2016) também comentam processo semelhante no contexto multimédia, “onde um leque potencialmente vasto de pontos de vista controversos é filtrado de acordo com uma lógica de segmentação automática, deixando pouca margem para os espectadores se libertarem dos seus ‘casulos discursivos’” (p. 55, tradução nossa).

Mecanismos que, como vimos em nosso último capítulo de análise, é referenciado também por nossos entrevistados enquanto a preferência do algoritmo pelo indivíduo (nesta lógica, o equivalente a consumidor) e não pelas reivindicações coletivas da organização. Limites que, reiteramos, a organização busca romper a partir de decisões estratégicas de seu Setor de Comunicação (e.g. criação de contas individuais de integrantes mais célebres da organização), mas que se mostra limitado pelo recurso financeiro que estas plataformas demandam – enquanto corporações que visam o lucro – para que se rompam estas ‘bolhas’.

Exemplo disto é o processo de direcionamento da comunicação através de hashtags que identificámos crescer na comunicação Sem Terra em 2018 e uma ausência deste mecanismo na campanha via Twitter de Bolsonaro sobre a terra. A dataficação e a algoritmização da comunicação típicas desta fase (Couldry e Hepp, 2017) se apresentaram, portanto, de forma diferente para diferentes intervenientes. E, neste caso, o que observamos é a vantagem do então candidato em função do aporte financeiro que sua campanha (seja diretamente ou através de empresas apoiantes) empregava no direcionamento de sua comunicação.

Concordando que as interações entre intervenientes diferentes em arenas diferentes produzem escolhas estratégicas diferentes, como vimos defendendo aqui, reiteramos também, portanto, a importância de não minorar as influências intrínsecas ao sistema capitalista sobre estas relações.

Para além da desigualdade de investimentos na utilização das novas tecnologias da comunicação e da informação, outro ponto que trazemos à tona acerca das escolhas e condicionantes colocadas aos intervenientes que analisámos no processo comunicacional sobre a terra é o que nas entrevistas sobressaiu como a ideia de que a direita, em meados da década de 2010, sabia melhor utilizar os novos media parte de uma comunicação integrada em rede. Assim, ao fim da década, a experiência prévia dos intervenientes inseridos neste espectro político também teria influído nas possibilidades de escolhas que tinham frente às mesmas arenas mediáticas que, em comparação, tinha o MST. Se por um lado a organização havia começado a década apresentando um uso mais imersivo nas plataformas digitais, vimos de 2012 a 2016 a sua retração e, assim, um recuo na experiência com a sua utilização.

Dentro deste contexto, ao fim da década de 2010, podemos então falar de uma derrota parcial, também trazida à tona nas entrevistas, deste projeto plural para a terra no país frente à ascensão do discurso homogeneizador protagonizado pela ultradireita populista neoliberal de Bolsonaro. Mas, tal como nossos entrevistados também nos apontam, não se trata de uma derrota total e definitiva, mantendo-se viva, assim, a disputa entre a atual hegemonia de uma representação homogênea da terra e outra que respeita o Outro sem a busca pela sua incorporação ou aniquilação através do discurso (e da prática política).

Já fora do escopo deste trabalho, o que depreendemos disto e defendemos é a necessidade de investigar e aplicar mecanismos que neutralizem os limites que apontámos

acima às escolhas da comunicação Sem Terra (desta enquanto exemplo de uma comunicação plural *da* terra). I.e., pesquisas orientadas à regulamentação das novas tecnologias da informação e da comunicação (e.g. recomendações do Netlab-UFRJ para o PL 2630²⁴⁷), ao combate à desinformação (e.g. o projeto Monitorização de propaganda e desinformação nas redes sociais do MediaLab-Iscte²⁴⁸ e o conjunto de projetos que integram a Rede Nacional de Combate à Desinformação no Brasil²⁴⁹), à democratização das concessões públicas de radiodifusão – rádio e TV (e.g. coletivo Intervozes²⁵⁰), etc.

Assim, compreendemos que a (antiga) hegemonia do modo de relação capitalista com a terra no país (Prado Jr., 1979) não se alterará, apenas, através de um novo modelo comunicacional. A comunicação em rede, pela sua multiplicidade e pluralidade intrínsecas, apresenta oportunidades para uma representação e, assim, compreensão socioambiental da terra também ela mais plural. Mas é uma comunicação com características opostas e incompatíveis com esta visão que vimos, no recorte temporal desta pesquisa, não só manter-se hegemónica, como radicalizar-se, dada a afinidade eletiva que a ideologia populista de ultradireita também apresenta com o mesmo modo de comunicação em rede.

Ao fim da década de 2010, observamos – a partir de mecanismos discursivo-ideológicos refletidos em elementos performáticos específicos – a combinação do populismo e do neoliberalismo enquanto mecanismos de manutenção da hegemonia do latifúndio e da monocultura agroexportadora sobre a terra. No que diz respeito às questões relacionadas à terra no Brasil, não observamos, portanto, a oposição entre neoliberalismo e populismo descrita, por exemplo, em Gerbaudo (2021). Pelo contrário, defendemos que, mundialmente em crise nos anos 2000s e, em específico na América Latina tendo perdido espaço para uma orientação neodesenvolvimentista às avessas (Milanez e Santos, 2015) ou neoextrativista (Gudynas, 2009) – como observámos nos projetos político-ideológicos de Rousseff –, no escopo temático desta investigação, o populismo ressurgiu no país com a função de restabelecer a centralidade da ideologia neoliberal no meio rural.

Difere também, portanto, da leitura da política estadunidense por Nancy Fraser (2018). Para a autora, à lacuna deixada pela crise de hegemonia do neoliberalismo progressista, em 2016 sucedeu-se o neoliberalismo hiperreacionário de Donald Trump, que, ao alcançar o poder, teria abandonado a componente distributiva populista empregada em sua retórica eleitoral. Bolsonaro, porém, já em sua candidatura, empregava o populismo²⁵¹ em associação

²⁴⁷ Projeto de Lei que visa instituir a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Disponível em: <https://netlab.eco.ufrj.br/post/recomenda%C3%A7%C3%B5es-do-netlab-ufrrj-sobre-o-pl-2630>. Acesso em: 12 ago. 2024.

²⁴⁸ Disponível em: <https://ciencia.iscte-iul.pt/projects/monitorizacao-de-propaganda-e-desinformacao-nas-redes-sociais/1190>. Acesso em: 12 ago. 2024.

²⁴⁹ Disponível em: <https://rncd.org/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

²⁵⁰ Disponível em: <https://intervozes.org.br/radiodifusao/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

²⁵¹ Numa definição diferente da empregada por Fraser (2018), que mobiliza o termo numa perspetiva económica, distributiva.

ao neoliberalismo, não tendo dissimulado, assim, a vertente político-económica desta ideologia no que diz respeito ao recorte temático desta investigação.

Enquanto fenómeno discursivo-ideológico, observamos, então, no que diz respeito às questões agrárias no Brasil dos anos 2010s, uma repaginação discursiva do neoliberalismo pela combinação com o populismo – enquanto ideologia principal e subsidiária, respetivamente (distinção que discutimos em nosso primeiro capítulo teórico) – a fim de recolocar o primeiro na disputa hegemónica pela terra. Analisando o populismo, como nos orienta Louçã (2018), a partir de realidades históricas concretas, acompanhámos ainda à associação do populismo neoliberal ao espectro político da ultradireita e, mais especificamente, da direita radical (Mudde, 2021). Um que ameaça, de forma ainda mais pungente, a diversidade de modos de vida e relações com a terra que coabitam a paisagem agrária brasileira.

Resistindo ao longo da história a despeito das diversas extinções de seus mundos, como nos coloca o autor e militante indígena Ailton Krenak (2018) em entrevista ao jornal Expresso²⁵², observamos, assim, no fim dos anos 2010s, à retomada de mais um projeto de intensificação da acumulação de capital (Luxemburgo, 1970; Harvey, 2004), que, como vimos a partir de Almeida (2016) necessita e alimenta-se da diversidade existente no cenário rural do país²⁵³. Os desdobramentos desta história, veremos ao longo deste ainda novo século.

Para finalizar

Buscámos ao longo dessa tese, portanto, compreender as transformações na comunicação política *sobre e da* terra no Brasil contemporâneo e as suas disputas, levando em consideração a crescente utilização das novas tecnologias da comunicação ao longo desse tempo e a sua integração no modo de comunicação em rede (Cardoso, 2002), bem como a ascensão global do populismo de direita radical (Mudde, 2021), a partir de dois campos usualmente analisados em separado na comunicação política – as campanhas partidárias presidenciais e a comunicação das organizações de movimentos sociais. Dado o ecleticismo de nossos objetos de pesquisa, optámos por um desenho de pesquisa também eclético – a partir de métodos mistos de investigação – e longitudinal, dada a natureza do objetivo central deste trabalho.

Num primeiro momento, combinámos, assim, a análise temática de conteúdo inspirada em Bardin (2011) com a Análise Crítica do Discurso, cujos princípios teóricos apresentados a

²⁵² Disponível em: <https://expresso.pt/internacional/2018-10-19-Somos-indios-resistimos-ha-500-anos.-Fico-preocupado-e-se-os-brancos-vao-resistir>. Acesso em: 19 jun. 2024.

²⁵³ Em argumento semelhante, Krenak (2021) também nos alerta acerca da diferença entre a magia do capital e as de outras ontologias. Para o autor, a diferença entre a primeira e as demais está na incompatibilidade daquela com outros mundos e modos de vida e a possibilidade de coexistência das demais com o Outro (Krenak, 2021, 51'12"). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BtPbCuPKTq4&ab_channel=RodaViva. Acesso em: 19 jun. 2024.

partir de van Dijk (1993), Wodak (2001) e Fairclough (1995) operacionalizámos a partir de Resende e Ramalho (2011) – com foco na análise da representação dos atores sociais (van Leeuwen, 2008) e do estilo (Chouliaraki e Fairclough, 1999) para, em última análise, identificar os modos de operação da ideologia (Thompson, 2011) contidos nos discursos de campanha de Dilma Rousseff em 2010 e 2014 e de Jair Bolsonaro em 2018.

Com esta fase da pesquisa, por sua vez dividida nestas duas etapas, buscámos descrever a partir de que temáticas a questão da terra foi abordada durante as campanhas presidenciais de 2010, 2014 e 2018 nos discursos destes então candidatos; compreender os modos de operação da ideologia (Thompson, 2011) neles presentes e o que significavam em termos de projeto político-ontológico para a terra no Brasil; bem como compreender a relação entre os diferentes modelos de mediação dos discursos analisados – do modo de comunicação de massas para um integrado em rede (Cardoso, 2009) – e as abordagens à terra explicitadas ao longo desta fase da investigação, atentando à relação entre media e populismo.

Para a segunda fase da pesquisa, dois métodos também foram combinados. Uma análise de redes semânticas (Segev, 2022) do Twitter de nosso estudo de caso exemplificativo – o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – e entrevistas semiestruturadas (Blee e Taylor, 2002), inspiradas tanto nas tipologias da história oral, quanto da história de vida e das entrevistas com informantes-chaves (Ibidem) a integrantes do Setor Nacional de Comunicação do MST, incluindo militantes que passaram pela coordenação nacional do Setor ao longo da década que analisámos.

Ali, buscámos descrever como a comunicação da organização foi articulada no Twitter ao redor de nosso recorte temporal – a década de 2010 – e como então apresentava a sua proposta de Reforma Agrária Popular agroecológica, frente aos projetos político-ontológicos identificados no momento de pesquisa anterior; compreender quais as atribuições de sentido a organização direcionou à utilização dos novos media (Gerbaudo, 2018) e a sua integração nos diferentes modos de comunicação (Cardoso, 2023) ao longo desse período; e, por fim, buscámos identificar e elaborar quais as estratégias de comunicação do MST, enquanto escolhas feitas pela organização na condição de interveniente coletivo e influenciadas pelas interações com intervenientes terceiros em determinadas arenas políticas e mediáticas (Jasper e Duyvendak, 2015a; 2015b), bem como os constrangimentos enfrentados pela organização na realização plena de sua autonomia comunicativa (Cardoso, 2023).

Ambos os momentos da investigação foram amparados por uma prévia e extensa análise de dados secundários de temáticas relacionadas a questões socioambientais e agrárias no Brasil, com dados que datam desde a redemocratização do país até 2019 e que se encontram expostos no *apêndice 1*.

O que observámos ao longo dos anos 2010s foi, portanto, uma de fato passagem e consolidação do antigo modelo de comunicação de massas para um em rede, em que as

novas plataformas digitais passam a ter relevância na mediação da terra no Brasil contemporâneo, sem substituir aos demais media, e num processo dialético com as demais dimensões sociais de análise (Silverstone, 2002). Observámos, ao longo desse percurso, a dataficação e algoritmização (Couldry e Hepp, 2017; 2018) da comunicação *sobre* e *da* terra no país, principalmente a partir de meados da década, intensificando-se em seu fim. Frente a uma mesma transformação do modelo comunicacional – que se apresenta com nuances diferentes nestes dois campos da comunicação política (Blumler, 2016) que analisámos –, o que destacamos é a afluência em dois ‘tipos ideais’ opostos de representação mediada da terra: um que visa a monoculturalização da terra pelo discurso, característico do conceito de populismo que reunimos nesta tese; outro progressivamente pluralista, em que a representação da terra passa a refletir a pluralidade ontológica presente na paisagem agrária do país (e da organização que analisámos).

Inferimos que os diferentes resultados encontrados em cada área da comunicação política dizem respeito às diferentes escolhas feitas em função dos diferentes projetos que cada um destes atores apresenta (numa perspectiva similar à Cardoso, 2023), frente a um cada vez mais amplo leque de media e formatos comunicacionais. Compreendemos, porém, que não são somente as decisões dos ‘participantes’ da comunicação a influir nesses diferentes resultados, mas as diferentes combinações de interações entre intervenientes e arenas (Jasper, 2015a) distintos, bem como as diferentes dimensões que interferem nestas interações, de aspetos mais macro (e.g. a própria lógica económica das empresas de comunicação e tecnológicas) a interpretações cognitivistas e emotivas que mediam estas interações (e.g. a influência de relações afetivas – de lealdade, indignação, medo, etc. – para com intervenientes terceiros na forma como um determinado ator avalia e age em dada plataforma).

Na comunicação política partidária-institucional sobre a terra, dá-se, então, a gradual exposição, ano a ano, de setores dominantes do agronegócio enquanto ator privilegiado na campanha dos presidenciais sob análise, assumindo em 2018 explicitamente o eixo em torno do qual Bolsonaro compõe o seu grupo político – por um lado, moralmente e positivamente avaliado, e, por outro, estrategicamente diferenciado de um campo político antagónico. Vimos também uma gradual presença de elementos de estilo relacionados ao populismo, paralelamente à formação de dois grupos políticos antagónicos e constitutivamente heterogéneos, espelhando, assim, a definição discursivo-ideológica do populismo que aqui trabalhamos, culminando no que poderíamos chamar de um populismo total em 2018. Assim, vimos refletir no recorte temático desta pesquisa, a terra, o que vimos na revisão de literatura se tratar da ascensão do populismo no Brasil, a partir da campanha e eleição de Jair Bolsonaro (Nunes, 2022; Mudde, 2021; Cesarino, 2020; Avritzer, 2020).

Observámos, por fim, a transição de um projeto político-económico neodesenvolvimentista-extrativista – que inicialmente dissimula o conflito ao negligenciar tanto a existência de povos e comunidades rurais que possuem com a terra relação alheia ao modo de produção e consumo capitalistas, quanto a existência do agronegócio exportador e, num segundo momento, ao ocultar os impactos socioambientais que projetos desenvolvimentistas têm sobre estes grupos – para um projeto marcadamente neoliberal populista. Projeto este que, através da combinação dos modos gerais de operação da ideologia da unificação e da fragmentação, demarcam e explicitam o conflito, posicionando-se abertamente do lado “dos que necessitam da inexistência da alteridade” (Danowski e Viveiros de Castro, 2014, p.157) e defendendo o ocaso de todos os que não se subjugam à hegemonia do extrativismo e da agropecuária neoliberal.

Já na comunicação Sem Terra, observamos uma cedo integração da organização – em relação ao que observamos na campanha de Rousseff – no modo de comunicação em rede, mas também a retração da utilização dos novos media em meados da década, para a seguir retomá-la de forma intensiva a partir do que chamámos de ocupação crítica dos media de metade para o fim dos anos 2010.

Da reestruturação de seu Setor Nacional de Comunicação, internalizando no coletivo o que podemos chamar não só de expansão socio-territorial (Fernandes, 2012a), mas também ontológica do MST, à ampliação de sua rede ‘virtual’, ‘convencional’ e híbrida ao fim da década, acompanhamos ao que chamámos de circularidade do discurso agroecológico. Fenómeno em que observamos a propagação da herança da agricultura tradicional presente na base social da organização para a sua militância e dirigentes e vice-versa, com o objetivo de fazer frente à também pungente herança do trabalho na *plantation* presente na mesma base social Sem Terra. E em que também observamos o fluir do discurso agroecológico entre o MST e a sociedade civil abrangente, onde o discurso plural da agroecologia encontra ressonância cultural (Snow, 2004), e que por sua vez oferece o que Koopmans e Statham (1999) chamaram de estruturas de oportunidade discursiva para a Reforma Agrária Popular da organização. Nesse processo, consolida-se ainda a ideia de permeabilidade de fronteiras mediáticas, em que a comunicação Sem Terra deixa de direcionar-se especificamente para dentro ou para fora da organização, numa remistura entre media, formatos e conteúdos e num contexto em que a imagem trazida por C. dos “territórios ampliados” se faz também central para a compreensão da comunicação Sem Terra.

Ao discutir ambas as representações mediadas da terra em disputa, observámos, por fim, as limitações colocadas a uma comunicação da terra mais plural, indicando haver, ao final da década de 2010, a manutenção da hegemonia do capital homogeneizador (Almeida, 2016; Krenak, 2021) no meio agrário e a sua radicalização a partir do resgate das concepções originais do neoliberalismo (Hayek, 1983) que, defendemos, se re-legitima através das

estruturas discursivo-ideológicas do populismo de ultradireita identificadas no discurso sobre a terra de Jair Bolsonaro.

Frente à combinação das ideologias neoliberal e populista no que tange as questões agrárias no Brasil recente, num olhar exploratório para a década em que estamos, sugerimos, entretanto, haver uma continuada e vívida resistência da comunicação Sem Terra ao avanço homogeneizador do discurso sobre a terra. Durante a trágica pandemia Covid-19 e a infeliz reentrada do Brasil no mapa da fome da ONU em 2021²⁵⁴, na “superposição entre a crise econômica e a crise sanitária em todo o país” (FAO, s/d)²⁵⁵, o MST sobressai-se pela oferta de alimentos e a ênfase na semântica de solidariedade à sociedade abrangente²⁵⁶, nesses e em todos os contextos (que não foram poucos) de catástrofes socioambientais e climáticas que assolaram o país em menos de dez anos²⁵⁷. Em 2022 elege também seis deputados para o poder legislativo brasileiro – pela primeira vez, através de uma campanha comunicacional articulada, que reuniu candidatos militantes da organização sob a sua própria sigla (ainda que oficialmente concorressem pela legenda partidária do Partido dos Trabalhadores)²⁵⁸.

Por fim, advogamos a crescente importância, hoje, da comunicação nessa disputa. No contexto que vimos trabalhando de mediatização profunda (Couldry e Hepp, 2017), a representação mediada da terra se faz fundamental. E a percepção disto, resumida no enquadramento dado ao I Encontro Nacional de Comunicação da organização, “O MST na Batalha das Ideias” (2019), cada vez mais presente na comunicação e concepção da ação coletiva de povos e coletivos que resistem à lógica do capital no meio socioambiental, faz-se também cada vez mais importante. Percepção essa que, completamos, manifesta-se na ideia de ocupação crítica dos media pelo Movimento Sem Terra – um meio termo entre o que seria uma agência plena ou uma passividade total da organização frente às diferentes arenas mediáticas hoje postas, cujas transformações são regidas pela lógica de mercado.

Tal como a ocupação de terras pelo MST é parte fundamental de seu repertório de ação política, entendemos que, ao fim da década, integrada à apropriação das tecnologias da

²⁵⁴ Disponível em: <https://www.fao.org/interactive/hunger-map-2023-embed-dark/en/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

²⁵⁵ Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/brasil-em-resumo/en/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

²⁵⁶ Cf. nota 220: “(...) Em pesquisa exploratória através do software *Voyant Tools* levada à cabo com os 100 tweets de maior influência do MST de 2021 a 2023, após os termos ‘MST’, ‘terra’, ‘#tôcommst’, ‘reforma’, ‘agrária’ e ‘movimento’, os termos de maior expressão são ‘solidariedade’ e ‘alimentos’, sendo outros termos de destaque as palavras ‘toneladas’, ‘Brasil’, etc. (...)”.

²⁵⁷ Diretamente ou indiretamente provocadas por empresas neoextrativistas e agropecuárias. E.g. as catástrofes de Mariana e Brumadinho provocada pela Vale do Rio Doce em Minas Gerais e que atingiram diversos municípios, incluindo do Espírito Santo; o afundamento de bairros de Maceió, Alagoas, pela Braskem desde 2019; a seca recorde na região Norte do país em 2023; as enchentes que assolaram a região Sul neste ano em que entrego a tese – de impacto inclusive no Assentamento Filhos de Sepé anteriormente mencionado e onde organizou-se a cozinha solidária da organização que buscou atender à região ao seu entorno; os crescentes incêndios no pantanal, bioma exclusivo do Centro-Oeste do país; entre outros.

²⁵⁸ Ainda que seis deputados se trate um número pequeno frente à bancada eleita em 2022 pelo atual partido de Jair Bolsonaro, este número ultrapassa a quantidade de deputados eleitos, por exemplo, pelo partido da direita tradicional brasileira – PSDB –, o que por sua vez nos traz questões a serem trabalhadas em outras investigações, em diálogo com a literatura que Tarrow (2021) vem aprofundando sobre “Movimentos e Partidos” (título da obra, tradução nossa).

informação e da comunicação (e.g. jornais e rádios produzidos pela organização), a ocupação crítica dos media faz-se hoje fundamental enquanto dilema estratégico (Duyvendak e Fillieulle, 2015) comunicacional do mesmo. Consolida-se, então, um (já não tão) novo padrão de interação entre o MST, enquanto interveniente coletivo dotado de diferentes arenas de decisão internas, e as novas e tradicionais arenas mediáticas, com suas estruturas e culturas, arquiteturas e mecanismos, mas que também se configuram enquanto intervenientes, dotadas de objetivos e interesses próprios.

Por fim, compreendemos que, tal como as ocupações de terras são instrumentos, mas não constituem o objetivo final do MST, a ocupação crítica dos media também não o é. Se as primeiras constituem meios pelos quais a organização reivindica a democratização do acesso à terra, visando, em última instância, a redistribuição de terras pela tão necessária reforma agrária no país, entendemos a ocupação crítica dos media da mesma forma. I.e., enquanto um modo específico de interação entre media e movimentos sociais que têm como objetivo final o estabelecimento dos preceitos da reforma agrária popular agroecológica enquanto dimensões centrais no debate sobre a terra. Assim, tal como se espera que no futuro as ocupações de terras deixem de ser necessárias, espera-se que um dia a disputa por uma representação mediada da terra plural também o seja, quando esta se assuma consensual.

Finalizamos esta tese apontando, por fim, algumas contribuições decorrentes do que traçamos ao longo destas páginas e, principalmente, algumas das limitações que apresentam. Dada a vasta literatura na ciência política e da comunicação sobre o populismo, sobre os movimentos sociais e sobre a questão agrária brasileira em separado, apontamos, em primeiro lugar, que a intersecção destas três áreas de estudo em conjunto apresenta-se relativamente nova, mormente no campo em que nos encontramos da sociologia da comunicação, possibilitando que se traga novas perspectivas umas às outras.

Por exemplo, da intersecção com a questão da terra – em especial, com a ideia de pluralidade de modos de vida presentes no meio rural brasileiro – desenvolvemos nesta tese uma nova abordagem, complementar e agregadora das abordagens ideacional (Mudde, 2004; Mudde e Kaltwasser, 2017), discursiva (Laclau, 2005) e performática (Moffitt, 2016; Cardoso, 2023) sobre o populismo. Se as ferramentas existentes nestas abordagens nos ajudaram a chegar às conclusões aqui apresentadas, o trabalho empírico desenvolvido neste trabalho exigiu a reelaboração da teoria sobre o fenómeno a fim de melhor compreender o cruzamento dos campos temáticos sob investigação.

O definimos, assim, enquanto um fenómeno discursivo-ideológico com características comunicacionais próprias inerentes a sua condição. Trata-se em nossa conceção, portanto, não de um fenómeno que divide a sociedade em dois campos políticos antagónicos e homogéneos, dada a irredutibilidade da heterogeneidade constitutiva de seus grupos sociais – como observamos a partir da questão agrária no Brasil. Mas de um fenómeno que, a partir

dos modos discursivos de operação da ideologia da fragmentação e da unificação (Thompson, 2011) buscam a *percepção* de dicotomia e homogeneidade enquanto estratégia discursiva para a imposição ou sustentação de determinadas relações de poder. Agregando também, portanto, a ideia de ideologia em seu sentido crítico (Fairclough, 1995) à concepção de populismo.

Outro exemplo da relevância da intersecção entre estas diferentes áreas de estudos é a aplicação da abordagem estratégica interacionista reunida por Jasper e Duyvendak (2015a; 2015b) no estudo dos movimentos sociais, bem como as suas críticas, para pensar a comunicação contemporânea (não só dos movimentos sociais, mas como um todo). Ao fim desta investigação, como apontámos anteriormente, entendemos essencial a ideia de intervenientes – humanos e não humanos, arenas, suas interações, escolhas e os constrangimentos a essas escolhas na compreensão de como a mediação se dá no atual modo de comunicação em rede, uma em que se sobressai a “comunicação da comunicação”, a transmissão (ou sua ausência) transformadora (ou não) da mensagem (Cardoso, 2023).

Defendemos também que o desenho longitudinal desta pesquisa possibilitou, ainda, uma compreensão diacrónica que se faz relevante neste momento de recém-transição entre modelos comunicacionais. Assim, a partir dele pudemos observar a sua influência ou, pelo menos, a sua concorrência com os projetos político-ideológicos observados na primeira fase dessa investigação e com o movimento do discurso agroecológico na comunicação Sem Terra – possibilitando o detalhamento destes processos transicionais.

Por fim, entendemos também positiva a análise paralela destes que Blumler (2016) dividiu em dois campos da comunicação política – um partidário-institucional e outro de base. As suas análises, ainda que em separado, mas postas em diálogo, possibilitaram a compreensão, em primeiro lugar, de que há uma profunda intersecção entre um e outro campo da comunicação política na contemporaneidade, que apresenta uma maior permeabilidade de fronteiras entre si. E, em segundo lugar, a chegarmos na ideia central desta conclusão, a de que a transição para um mesmo modo comunicacional pode resultar em representações mediadas de algo – neste caso, a terra – não só distintas, como diretamente conflitantes.

Entrando nos limites desta pesquisa e propostas de novas investigações e reflexões acerca de nosso tema, entendemos que mais deve ser aprofundado acerca dos limites à representação mediada plural da terra que esboçámos na segunda secção desta conclusão. Nesse âmbito, o aprofundamento da abordagem da economia política crítica dos media se mostra importante para o desenvolvimento desse tópico, bem como a sua costura junto às contribuições que aqui defendemos vir da interação entre a SIP e os estudos da comunicação em rede.

Neste mesmo campo, para além da elaboração acerca dos constrangimentos à pluralidade ontológica sobre a terra na comunicação política, chamamos a atenção para o

cada vez mais atento olhar da academia, ausente nesta pesquisa, para a investigação e elaboração de mecanismos regulatórios que se imponham frente ao impacto desses limites no acesso e atuação não só das e nas novas plataformas digitais, mas – ainda – no que diz respeito aos media tradicionais. Mecanismos que contornem, por exemplo, o impacto da desigualdade socioeconômica mencionada em nossas entrevistas na utilização das novas tecnologias; a atuação política cotidiana das plataformas mediáticas novas e tradicionais (e estas integradas às novas) na mediação da terra (e.g. Rede Globo enquanto membro da Abag e veiculação maciça da campanha “O Agro é Tech, o Agro é Pop, o Agro é Tudo”); a desinformação enquanto mecanismo de sustentação da hegemonia do agronegócio na política do país (Medeiros et al, 2024); o papel dos *bots* no debate socioambiental (Salles et al., 2024); etc.

Por fim, se nossa investigação focou essencialmente no campo da produção do discurso sobre e da terra na comunicação, contribuindo para compreender como este elemento constitui-se enquanto representação mediada, entendemos ser relevante um estudo que foque na receção deste discurso, buscando a compreensão dos impactos que cada uma destas representações têm no que, dentro da hegemonia gramsciana, se chamou consenso. Se é também pelo consenso que as relações de dominação se impõem, investigações sobre esta dimensão tornam-se, assim, indispensáveis.

Enfim, dentro dos limites e constrangimentos que inerentemente apresenta o desenvolver de uma tese, esperamos ter conseguido, nestas páginas que se estenderam até aqui, contribuir para a compreensão da comunicação política recente da terra no Brasil; mostrar como a entrada no modo de comunicação em rede refletiu na mesma; qual disputa hegemônica vimos despontar nesse processo; e ao que devemos atentar em sua análise e projeções. Se, ao falarmos da Análise Crítica do Discurso, defendemos a posição política do investigador perante o seu trabalho (Fairclough, 1996), aqui reitero a importância da defesa de uma representação mediada da terra plural. Uma em que as múltiplas formas de relação com a terra – não apenas a da dominação pelo trabalho (Locke, 1994) ou da posse pela compra (Brasil, 1850) – tenham a possibilidade não só de resistir, mas de existir em sua plenitude de direitos. Luta que o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra vêm travando há exatos 40 anos junto a povos e coletivos que não só compõem, hoje, as suas redes, como são, eles mesmos, partes constitutivas de si.

Referências Bibliográficas

- Abramovay, R. (2007). *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo: Edusp. (Edição original: 1992).
- Accornero, G. (2016). Em: McGarry, A.; Davidson, R. J.; Accornero, G.; Jasper, J. e Duyvendak, J. W. "Players and arenas: strategic interactionism in social movements Studies". *Social Movement Studies*, 15:6, 634-642, Doi: 10.1080/14742837.2016.1199320.
- Accornero, G. (2017). "The Mediation of the Portuguese Anti-Austerity Protest Cycle – Media coverage and its impact". Papaioannou, T. e Gupta, S. *Media Representations of Anti-Austerity Protests in the EU – Grievances, Identities and Agency*. Nova Iorque: Routledge.
- Accornero, G. (2019). "‘Everything was possible’: emotions and perceptions of the past among former portuguese antifascist activists". *Mobilization: An International Quarterly*, 24 (4): 439–453. <https://doi.org/10.17813/1086-671X-24-4-439>.
- Accornero, G. (2022). "Contentious buildings: The struggle against eviction in NYC's Lower East Side". *Current Sociology*, Vol. 70(7) 1066–1084.
- Aggio, C. de O. (2015). "Campanhas online e twitter: a interação entre campanhas e eleitores nas eleições presidenciais brasileiras de 2010". *Revista FAMECOS*, 23(1), ID22088. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2016.1.22088>.
- Aguar, J. M. (2019). "O MST no Front Digital: a mística como prática performativa e forma insurgente de luta política". *Revista Brasileira de Estudos da Presença*, vol. 9, núm. 4, e91013.
- Ahmed, S., Jaidka, K., Cho, J. (2016a). "The 2014 Indian Elections on Twitter: A comparison of campaign strategies of political parties", *Telematics and Informatics*, doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.tele.2016.03.002>.
- Ahmed, S., Jaidka, K., Cho, J. (2016b). "Tweeting India's Nirbhaya protest: a study of emotional dynamics in an online social movement", *Social Movement Studies*, DOI: 10.1080/14742837.2016.1192457.
- Albert, B. e Kopenawa, D. (2010). *A queda do céu*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Albert, B. e Kopenawa, D. (2015). O ouro canibal. *PISEAGRAMA*, Belo Horizonte, n. 8, p. 32-41, set.
- Alentejano, P. (2012). "Terra". Caldart, R. S.; Pereira, I. B.; Alentejano, P.; Frigotto, G. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular.
- Almeida, M. W. B. (2007). "Narrativas agrárias e a morte do campesinato". *RURIS - Revista Do Centro De Estudos Rurais*. UNICAMP, 1(2). Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/656>
- Almeida, M. W. B. (2013). "Caipora e outros conflitos ontológicos." *Revista de Antropologia da UFSCar*. São Carlos, v. 5, n. 1, p. 7-28, jan.-jun, 2013
- Almeida, M. W. B. (2016). "Desenvolvimento entrópico e a alternativa da diversidade". In. *RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais - UNICAMP*, v. 10, n. 1.
- Álvares, C; Dahlgren, P. (2016). "Populism, extremism and media: mapping an uncertain terrain". *European Journal of Communication*, Vol. 31(1), pp.46-57.
- Andrade, D. (2020). "Populism from above and below: the path to regression in Brazil", *The Journal of Peasant Studies*, 47:7, 1470-1496, DOI: 10.1080/03066150.2019.1680542
- Aragão, W. A. (2019). "O contradiscurso do MST à mídia hegemônica: a invasão da Floresta Fernandes". *Extraprensa*, São Paulo, v. 12, n. esp., p. 323 – 346, set.
- Araújo, V. A. (2011). *Visibilidade em detrimento da interatividade - O Twitter nas recentes eleições presidenciais de Portugal e do Brasil*. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Porto.

- Avritzer, L. (2020). "A crise da democracia e a ascensão do populismo de direita no Brasil". Pinto, A. C. e Gentile, F. (Orgs.). *Populismo: teoria e casos*. Fortaleza: Edmetá.
- Avritzer, L. e Filgueiras, F. (2011). Corrupção e controles democráticos no Brasil, Texto para Discussão, No. 1550. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Baratta, A. (2002). *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: Introdução à Sociologia do Direito Penal*. Rio de Janeiro: Editora Revan - Instituto Carioca de Criminologia. (Edição original: 1997).
- Barbosa, A. (2014). "Como o MST utiliza a comunicação como recurso para sobrevivência à repressão". *Revista Eco Pós*, Rio de Janeiro, Comunicação e conflitos políticos, V.17, N. 1. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/1289.
- Barbosa, A. (2017). "A comunicação do MST: de organizador coletivo a instrumento de formação". *Revista de Estudos Universitários*, Sorocaba, SP, v. 43, n.1, p. 135 – 149. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22484/2177-5788.2017v43n1p135-149>.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70. (Edição original: 1977).
- Bastos, C. (2019). "Açúcar, ananases e ilhéus portugueses no Hawaii: dinâmicas de migração, etnicidade e racialização no terreno e no arquivo". *Etnográfica – Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, vol. 23 (3). doi: <https://doi.org/10.4000/etnografica.7674>.
- Bastos, P. N. (2018). "Desafios políticos e dialógicos ao projeto de reforma agrária popular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra". *Revista EPITC*. Vol. 20, nº 1, jan-abr.
- Baumgarten, B. O movimento por justiça global – resistência aos modelos econômicos de globalização. *Revista PerCursos*, Florianópolis, v. 14, n.2. jul./dez. , 2013. p. 324 – 359.
- Baumgarten, B.; Daphi, P. e Ullrich, P. (Orgs.). (2014). *Conceptualizing culture in social movement research*. Londres: Palgrave Macmillan.
- Beissinger, M. (2017). "'Conventional' and 'Virtual' Civil Societies in Autocratic Regimes". *Comparative Politics*, Volume 49, Number 3, April 2017, pp. 351-371(21), City University of New York.
- Beissinger, M. (2017). "'Conventional' and 'Virtual' Civil Societies in Autocratic Regimes". *Comparative Politics*. Vol. 49, No. 3, Special Issue: Civil Society and Democracy in an Era of Inequality (April 2017), pp. 351-371.
- Benford, R. e Snow, D. (2000). "Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment". *Annual Review of Sociology*, Vol. 26, pp. 611-639.
- Bennett, W. L., & Segerberg, A. (2015). "The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics". Coleman, S. e Freelon, D. *The handbook of digital politics*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing.
- Bethell, L. (2018). "Populism in Brazil". *Essays on History and Politics*. London: University of London Press.
- Bickerton, C. e Accetti, C. I. (2015). "Populism and technocracy: opposites or complements?". *Critical Review of International Social and Political Philosophy*, 13:28. Doi: 10.1080/13698230.2014.995504.
- Bispo dos Santos, A. (2015). *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília: Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa.
- Bispo dos Santos, A. (2018). "Somos da terra". *PISEAGRAMA*, Belo Horizonte, n. 12, p. 44-51, ago.
- Blee, K. (2013). "Interviewing activists". Snow, D.; della Porta; Klandermans, B e McAdam, D. *The Wiley-Blackwell encyclopedia of social and political movements*. Nova Jersey: Wiley-Blackwell.
- Blee, K. M. e Taylor, V. (2002). "Semi-Structured Interviewing in Social Movement Research". Klandermans, B. e Staggenborg, S. (Eds.), *Methods of Social Movement Research*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Blumler, J. (2001). "The third age of political communication". *Journal of Public Affairs*. Vol. 1 No. 3, 2001, pp. 201-209
- Blumler, J. (2016). "The fourth age of political communication. *Politiques de communication*. Volume 6, Issue 1, pp. 19-30.

- Bobbio, N. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Unesp.
- Borsatto, R. S. e Carmo, M. S. (2013). "A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)". *Rev. Econ. Sociol. Rural*. vol.51, n.4, pp.645-660. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000400002&lng=en&nrm=iso
- Borsatto, R. S.; Macedo, A. C.; Antunes Junior, W. F. e Souza-Esquerdo, V. F. (2022). "Back to the Past: Authoritarian Populism, Disruptive Governance and Policy Dismantling in Rural Brazil". Ioris, A. A. R. e Fernandes, B. M. *Agriculture, Environment and Development International Perspectives on Water, Land and Politics*. Cham: Palgrave Macmillan.
- Bourdieu, P. (1983), "Gostos de classe e estilos de vida". Montero, P. (Trad.); Renato Ortiz, (Org.), *Bourdieu – Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39. São Paulo: Ática (Edição original: 1976)
- Boutcher, S. e Stobaugh, J. (2013). "Law and social movements". Snow, D.; della Porta; Klandermans, B e McAdam, D. *The Wiley-Blackwell encyclopedia of social and political movements*. Nova Jersey: Wiley-Blackwell.
- Brancante, P. H. e Reis, R. R. (2009). "A 'securitização da imigração': mapa do debate". *Lua Nova*. São Paulo, 77. 73 – 104.
- Bringel, B. (2012). "El Lugar También Importa. Las Diferentes Relaciones Entre Lula y el MST". *Revista Nera*, (9), 28–48. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i9.1431>
- Bringel, B. e Echart, E. (2008). "Movimentos sociais e democracia: os dois lados das 'fronteiras'". *Cad. CRH* 21 (54), Dez 2008, <https://doi.org/10.1590/S0103-49792008000300004>.
- Brown, W. (2019). *In the Ruins of Neoliberalism - The rise of antidemocratic politics in the west*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Bryman, A. (2012). *Social Research Methods*, Oxford: Oxford University Press. (Edição original: 2001).
- Busanello, Z. (1998). *O MST no mundo virtual*. São Paulo: Faculdades Claretianas – Tecnologia em Processamento de Dados.
- Bush, R. (2023). "Land and small farmer resistance in authoritarian Egypt". *Journal of Agrarian Change*, 23(1), 167–184. <https://doi.org/10.1111/joac.12488>.
- Cabral de Oliveira, J.; Amoroso, M.; Morim de Lima, A. G.; Shiratori, K.; Marras, S.; Emperaire, L. (orgs.) (2020). *Vozes vegetais: Diversidade, resistência e histórias da floresta*. São Paulo: Ubu Editora.
- Cammaerts, B. (2015). "Technologies of Self-Mediation: Affordances and Constraints of Social Media for Protest Movements". Uldam, J. et al. (Eds.), *Civic Engagement and Social Media*, Palgrave Macmillan, pp. 87-110.
- Canclini, N. G. (1989). *Culturas híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidade*. Cidade do México: Grijalbo.
- Canovan, M. (1981). *Populism*. Nova Iorque: Hacourt Brace Jovanovich.
- Caramani, D. (2017). "Will vs. Reason: The Populist and Technocratic Forms of Political Representation and Their Critique to Party Government". *American Political Science Review*, 111, 1, 54–67. doi:10.1017/S0003055416000538.
- Cardoso, G. (2002). "Da Comunicação em Massa à Comunicação em Rede: Modelos Comunicacionais e a Sociedade de Informação". Dênis de Moraes (Org.). *Mutações Do Visível: Da Comunicação De Massa À Comunicação Em Rede*. Porto: Porto Editora. Rio de Janeiro: Pão e Rosa.
- Cardoso, G. (2009). "Da Comunicação de Massa para a Comunicação em Rede". Gustavo Cardoso, Rita Espanha, Vera Araújo (Orgs.). *Da comunicação de massa à comunicação em rede*. Porto: Porto Editora.
- Cardoso, G. (2023). *A comunicação da comunicação*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Cardoso, G.; Costa, A. F.; Coelho, A. R.; Pereira, A. (2015). *A sociedade em rede em Portugal: uma década de transição*. Lisboa: Almedina.

- Carneiro da Cunha, M. (2017). "Traditional People, Collectors of Diversity". Brightman, M. e Lewis, J. (eds.), *The Anthropology of Sustainability*. Palgrave Studies in Anthropology of Sustainability. Doi: 10.1057/978-1-137-56636-2_15
- Carneiro da Cunha, M. (2019). "Anti-domestication in the amazon: swidden and its foes". *HAU: Journal of Ethnographic Theory*. Volume 9, number 1. DOI: <http://dx.doi.org/10.1086/703870>
- Carneiro da Cunha, M. (2021). "Um tratado de paz entre o agronegócio e os direitos indígenas?". Pompeia, C. *Formação política do agronegócio*. São Paulo: Elefante.
- Carneiro, L. (2021). "'O fruto da vida é sagrado': a terra na campanha de Jair Bolsonaro. *Anais do XI Congresso Português de Sociologia - Identidades ao rubro: diferenças, pertenças e populismos num mundo efervescente*. Lisboa, 29 a 31 de março de 2021.
- Carneiro, L.; Neto, L.; Lima, J.; Luz, G. (2023). "'The sovereignty of the region and its wealth is what really is at stake': Amazon fires in Jair Bolsonaro's discourse on Twitter". *Observatorio (OBS*) Journal* (Special Issue), 17(5), 94-117, doi: <https://doi.org/10.15847/obsOBS17520232421>.
- Carpentier, N. (2010). "Deploying discourse theory. An introduction to discourse theory and discourse theoretical analysis". Carpentier, N. et al. *Media and Communication Studies – Interventions and Intersections*. Tartu: Tartu University Press.
- Cassol, D. B. (2010). *Brasil de fato: a imprensa popular alternativa em tempos de crise*. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- Castells, M. (2007). "Communication, Power and Counter-Power in the Network Society". *International Journal of Communication*, 1, pp. 238-266.
- Cesarino, L. (2020). "Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil". *Internet & Sociedade*, n. 1, v. 1, pp. 91-120, fev.
- Cesarino, L. (2022). *O mundo do avesso: Verdade e política na era digital*. São Paulo: Ubu Editora.
- Chã, A. (2016). *Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial) – Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Universidade Estadual Paulista, São Paulo.
- Chauí, M. (1995), "Cultura Política e Política Cultural", *Estudos Avançados*, 9 (23), pp. 71-84.
- Chayanov, A. (1924). *Teoria dos sistemas económicos não – capitalistas*. Cabral, Manuel Villaverde (Trad.). Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223914353V2aDN7ku4Mf79OI1.pdf>
- Chouliarakis, L. e Fairclough, N. (1999). *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Clauset, A.; Newman, M. E. J. e Moore, C. (2004). "Finding community structure in very large networks". *Physical Review E*, vol. 70, issue 6, December.
- Clift, B. C. (2021). "Dilma Rousseff, Brazilian cultural politics, and the Rio 2016 Olympics: Left in Lula's wake". Clift, B. C. e Tomlinson, A. (Eds.). *Populism in Sport, Leisure, and Popular Culture*. Oxon: Routledge.
- Coelho, F. (2014). *A alma do MST? A prática da mística e a luta pela terra*. Dourados: Ed. UFGD.
- Comparato, B. K. (2001). "A ação política do MST". *São Paulo Perspectiva*. 15 (4). Dez 2001. <https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000400012>.
- Contreras, G. A. T. (2021). "Twenty-five years under the wind turbines in La Venta, Mexico: social difference, land control and agrarian change", *The Journal of Peasant Studies*, DOI: 10.1080/03066150.2021.1873293.
- Conway, B. A; Kenski, K. e Wang, D. (2015). "The Rise of Twitter in the Political Campaign: Searching for Intermedia Agenda-Setting Effects in the Presidential Primary". *Journal of computer-mediated communication*. Vol. 20, Issue 4.
- Couldry, N. (2004). "Theorising media as practice". *Social Semiotics*, 14:2, 115-132, DOI: 10.1080/1035033042000238295

- Couldry, N. (2008). "Mediatization or mediation? Alternative understandings of the emergent space of digital storytelling". *New media & society*, 10 (3), pp. 373-391.
- Couldry, N. e Hepp, A. (2017). *The Mediated Construction of Reality*. Cambridge: Polity Press.
- Couldry, N. e Hepp, A. (2018). "The continuing lure of the mediated centre in times of deep mediatization: Media Events and its enduring legacy". *Media, Culture & Society* 40(1): 114 – 117.
- Couldry, N. e Mejias, U. A. (2021). "The decolonial turn in data and technology research: what is at stake and where is it heading?". *Information, Communication & Society*, DOI: 10.1080/1369118X.2021.1986102
- Cruz, M. G. (2019). *As tensões entre pós-estruturalismo e marxismo na obra de Norman Fairclough*. 95 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo.
- Cunha, J. T. P. (2013). *De Boletim a Jornal Sem Terra: história, práticas e papel na constituição do MST*. Dissertação de Mestrado, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/D.27.2013.tde-17112014-095943.
- Dalby, S. (1997). "Contesting an Essential Concept: Reading the Dilemmas in Contemporary Security Discourse". Krause, K. e Williams, M. *Critical Security Studies*. London: UCL Press.
- Dalby, S. (1997). "Contesting an Essential Concept: Reading the Dilemmas in Contemporary Security Discourse". Krause, K.; Williams, M. (Eds.). *Critical Security Studie: concepts and cases*. Milton Park: Routledge.
- Danowski, D. e Viveiros de Castro, E. (2014). *Há Mundo Por Vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. Florianópolis: Cultura e Barbárie Editora.
- Davis, B. (2013). "Hashtag Politics: The Polyphonic Revolution of #Twitter". *Pepperdine Journal of Communication Research*. Vol. 1, Article 4.
- de Blasio, E. e Sorice, M. (2018). "Populism between direct democracy and the technological myth". *Palgrave Communications*, 4:15. Disponível em: DOI: 10.1057/s41599-018-0067-y.
- de Oliveira, L. T. (2010). "A História Oral em Portugal". *Sociologia, Problemas Práticas*, nº 63, pp. 139-156.
- de Souza, V. A. (2023). "Amazônia: o manancial e seu assoreamento". Correia, H. H. S.; Velden, F. V. e da Rocha, H. R. *Humanos e outros-que-humanos nas narrativas amazônicas - Perspectivas literárias e antropológicas sobre saberes ecológicos, tradicionais, estéticos e críticos*. São Carlos: Editora de Castro.
- de Vreese, C. H.; Esser, F.; Aalberg, T.; Reinemann, C. e Stanyer, J. (2018), "Populism as an expression of political communication content and style: a new perspective". *The International Journal of Press/ Politics*, 23(4), pp. 423-438, doi: 10.1177/1940161218790035.
- della Porta, D. (2005). Deliberation in Movement: Why and How to Study Deliberative Democracy and Social Movements. *Acta Politica*, 40, (336–350).
- della Porta, D. (2014). "In-depth Interviews". Della Porta (org.). *Methodological Practices in Social Movement Research*. New York: Oxford University Press.
- della Porta, D. (2015). *Social movements in times of austerity: bringing capitalism back into protest analysis*. Cambridge: Polity Press.
- della Porta, D. (org.). (2014). *Methodological Practices in Social Movement Research*. New York: Oxford University Press.
- della Porta, D. e Diani, M. (2006). *Social movements: an introduction*. Oxford: Blackwell Publishing. (Edição original: 1999).
- della Porta, D. e Doerr, N. (2018). "Deliberation in Protests and Social Movements". Bächtiger, A.; Dryzek, J.; Mansbridge, J. e Warren, M. *The Oxford Handbook of Deliberative Democracy*. Oxford: Oxford University Press.
- della Porta, D. e Mattoni, A. (2015). "Social Movements". Mazzoleni, G. (Ed.). *The International Encyclopedia of Political Communication*. Nova Jersey: John Wiley & Sons.

- della Porta, D. e Tarrow, S. (2005). *Transnational Protest and Global Activism*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers.
- Dey, I. (2004). "Grounded Theory". Seale, C.; Gobo, G.; Gubrium, J. F.; Silverman, D. *Qualitative Research Practice*. London: Sage Publications.
- Doerfel, M. (1998). "What Constitutes Semantic Network Analysis? A Comparison of Research and Methodologies". *Connections*, 21(2): 16-26.
- Downing, J. (2001). *Radical media: rebellious communication and social movements*. Thousand Oaks: Sage Publications
- Drieger, P. (2013). "Semantic Network Analysis as a Method for Visual Text Analytics". *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 79, 4 – 17.
- Duncombe, C. (2019). "The Politics of Twitter: Emotions and the Power of Social Media". *International Political Sociology*, 13, 409–429.
- Dunlap, A. e Arce, M. C. (2021). "'Murderous energy' in Oaxaca, Mexico: wind factories, territorial struggle and social warfare", *The Journal of Peasant Studies*, DOI: 10.1080/03066150.2020.1862090.
- Duyvendak, J. e Fillieule, O. (2015). "Conclusion - Patterned Fluidity: An Interactionist Perspective as a Tool for Exploring Contentious Politics". James M. Jasper and Jan Willem Duyvendak (eds.). *Players and Arenas: The Interactive Dynamics of Protest*. Amsterdam: University of Amsterdam Press.
- Earl, J. e Kimport, K. (2011). *Digitally Enabled Social Change: Activism in the Internet Age*. Cambridge: MIT Press.
- Eco, U. (2015). *Apocalípticos e Integrados*. Lisboa: Relógio D'água (Edição original: 1964).
- Eco, U. (2021). "Hard and Soft Communication". *Observatorio (OBS*)*. 15(2), doi: 10.15847/obsOBS15220212010.
- Eddington, S. (2018). The Communicative Constitution of Hate Organizations Online: A Semantic Network Analysis of "Make America Great Again". *Social Media + Society*. July-September: 1–12
- Engelmann, S. (2018b). *As representações sociais sobre a reforma agrária popular nas mídias digitais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*. 289 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Ernst, N., Blassnig, S., Engesser, S., Büchel, F., Esser, F. (2019). "Populists Prefer Social Media Over Talk Shows: An Analysis of Populist Messages and Stylistic Elements Across Six Countries". *Social Media + Society*, 5 (1), pp. 1-14.
- Ernst, N.; Blassnig, S.; Engesser, S.; Esser, F. (2018). "Favorable Opportunity Structures for Populist Communication: Comparing Different Types of Politicians and Issues in Social Media, Television and the Press". *Social Media + Society*, 5 (1).
- Ernst, N.; Engesser, S.; Büchel, F.; Blassnig, S. e Esser, F. (2017). "Extreme parties and populism: an analysis of Facebook and Twitter across six countries". *Information, Communication & Society*, DOI: 10.1080/1369118X.2017.1329333.
- Escher, F. (2020). "Class Dynamics of Rural Transformation in Brazil: A Critical Assessment of the Current Agrarian Debate". *Agrarian South: Journal of Political Economy*, 1–27.
- Evangelista, R. e Bruno, F. (2019). "WhatsApp and political instability in Brazil: targeted messages and political radicalisation". *Internet Policy Review*, 8(4). <https://doi.org/10.14763/2019.4.1434>.
- Fairclough, N. (1995). *Critical discourse analysis: the critical study of language*. Nova Iorque: Longman Publishing.
- Fairclough, N. (1996). "A reply to Henry Widdowson's 'Discourse analysis: a critical view'". *Language and Literature*, 5 (1), pp. 49-56.
- Fairclough, N. (2003). *Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research*. New York: Routledge.
- Fanon, F. (1965). "'This Is the Voice of Algeria'". *A Dying Colonialism*. Nova Iorque: Grove Press. (Edição original: 1959).

- Faria Júnior, M. A. e Silveira, S. A. (2023). "O WhatsApp e a Plataformização no Brasil: uma descrição densa dos agentes articulados nas práticas de controle mediadas pela plataforma". *Intercom – Revista Brasileira de Comunicação*, São Paulo, v. 46, e2023136, 2023. doi: <https://doi.org/10.1590/1809-58442023136pt>.
- Faustino, D. e Lippold, W. (2022). *Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana*. São Paulo: Editora Raízes da América.
- Fernandes, B. M. (1999). "Brasil: 500 anos de Luta pela Terra". *Revista de Cultura Vozes*, N.º 1, Ano 93. Petrópolis: Ed. Vozes.
- Fernandes, B. M. (2000). *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- Fernandes, B. M. (2012a). "A Territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – Brasil". *Revista Nera*, (1). <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i1.1495>.
- Fernandes, B. M. (2012b). "Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra". Caldart, R. S.; Pereira, I. B.; Alentejano, P.; Frigotto, G. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular.
- Fernandes, C. M. (2015). "Os reveses do escândalo político-midiático nas eleições presidenciais de 2014". *Comunicação & Inovação*, v. 16 n. 32.
- Ferreira, I. A. (2018). "Movimentos e redes de movimentos sociais em diálogo: uma análise do processo do Código Florestal no site do MST a partir da deliberação mediada". Oliveira, Catarina e Nunes, Márcia (Orgs.). *Comunicação da terra: vivências e práticas comunicacionais do MST no Brasil*. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC.
- Ferreira, S. M. (2012). *A Mídia e o MST: heróis e vilões na trama do discurso jornalístico*. 192 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- Fligstein, N. e McAdam, D. (2019). "States, social movements and markets" (editorial). *Socio-Economic Review*, Vol. 17, No. 1, 1–6. doi: 10.1093/ser/mwz019.
- Foucault, M. (1999). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Laura Fraga de Almeida Sampaio (Trad.). São Paulo: Edições Loyola.
- Fraser, N. (2018). "Do neoliberalismo progressista a Trump – e além". Neves, P. S. C. (Trad.). *Política & Sociedade*, Florianópolis, Vol. 17 - Nº 40 - Set./Dez. (Artigo original: *American Affairs*, v. 1, n. 4, p. 46-64, inverno de 2017).
- Frei Betto. (1981). *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Fuchs, C. (2012). "Towards Marxian Internet Studies". *TripleC* 10(2): 392-412.
- Gerbaudo, P. (2012). *Tweets and the Streets: Social Media and Contemporary Activism*. London: Pluto Press, 2012.
- Gerbaudo, P. (2017a). "From Cyber-Autonomism to Cyber-Populism: An Ideological History of Digital Activism". *TripleC*, 15(2): 477-489.
- Gerbaudo, P. (2017b). *The Mask and the Flag: Populism, Citizenism and Global Protest*, London: Hurst Publishers.
- Gerbaudo, P. (2018). "Social media and populism: an elective affinity?". *Media, Culture & Society*, 40(5), pp. 745–753.
- Gerbaudo, P. (2019). *The Digital Party – Political Organization and Online Democracy*. Londres: Pluto Press.
- Gerbaudo, P. (2021). *The great recoil - Politics after Populism and Pandemic*. London: Verso.
- Gibson, R. e Römmele, A. (2001). "A party-centered theory of professionalized campaigning". *The International Journal of Press/Politics*, 6(4):31-43. Doi: 10.1177/108118001129172323.
- Gidron, N. e Bonikowski, B. (2013). "Varieties of Populism: Literature Review and Research Agenda". Weatherhead Working Paper Series, No. 13-0004. Disponível em: <https://scholar.harvard.edu/gidron/publications/varietiespopulism-literature-review-andresearch-agenda>.

- Ginzburg, C. (2008). *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras. (Edição original: 1987).
- Godinho, P. (2021). “Kairos e aceleração da história: mulheres sem-terra do Ceará, entre experiência, expectativa e ação”. Louçã, J. C. e Godinho, P. (Orgs.). *Quando a história acelera - Resistência, Movimentos Sociais e o Lugar do Futuro*. Lisboa: Instituto de História Contemporânea.
- Goffman, E. (1986). *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Boston: Northeastern University Press. (Edição original: 1974).
- Gomes, A. C. (1996). “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996, p. 31-58.
- Goodwin, J. e Jasper, J. (1999). “Trouble in Paradigms”. *Sociological Forum* 14, no. 1 (March).
- Goodwin, J. e Jasper, J. (2015). “Editor’s Introduction”. *The Social Movements Reader: Cases and Concepts*. Nova Jersey: Wiley-Blackwell. (Edição original: 2003).
- Gould, D. (2004). “Passionate Political Processes: Bringing Emotions Back into the Study of Social Movements”. Jasper, J. e Goodwin, J. *Rethinking Social Movements: Structure, Meaning, and Emotion*. Nova Iorque: Rowman & Littlefield Publishers.
- Govil, N.; Baishya, A. K. (2018). “The Bully in the Pulpit: Autocracy, Digital Social Media, and Right-wing Populist Technoculture”. *Communication Culture & Critique*, 11: 67-84.
- Gramsci, A. (1982). *Os intelectuais e a organização da cultura*. Coutinho, C. N. (Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Edição Original: 1949).
- Gramsci, A. (2007). *Cadernos do Cárcere – Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política*. Coutinho, C. N.; Nogueira, M. A. e Henriques, L. S. (Eds. e Trans.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Escritos originais: 1926-1937).
- Grossi, M. (2017). “Questão ambiental, reforma agrária e agroecologia: desafios políticos ao MST”.
- Gudynas, E. (2009). “Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progressismo sudamericano actual”. *Extractivismo, política y sociedad*. CAAP y CLAES, Quito.
- Gudynas, E. (2011). “Debates sobre el desarrollo y sus alternativas en América Latina: Una breve guía heterodoxa”. *Más Allá del Desarrollo*. Quito, Grupo Permanente de Trabajo sobre Alternativas al Desarrollo, Abya Yala y Fundación Rosa Luxemburgo.
- Gudynas, E. (2011). “Debates sobre el desarrollo y sus alternativas en América Latina: Una breve guía heterodoxa”. *Más allá del desarrollo*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo.
- Guindani, J. e Engelmann, S. (2012). “A comunicação popular e alternativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: história e contexto de uma luta contrahegemônica (MST)”. *Revista Brasileira de História da Mídia*, V. 1, n. 1.
- Gurevitch, M.; Coleman, S. e Blumler, J. G. (2009). “Political Communication – Old and New Media Relationships”. *The annals of the American Academy of Political and Social Science*, 625(1), 164-181. <https://doi.org/10.1177/0002716209339345>
- Harvey, D. (2004). “O novo ‘imperialismo’: acumulação por espoliação”. *Socialist Register*, 40, 63-87.
- Harvey, D. (2005). *A brief history of neoliberalism*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Harvey, D. (2007). “Neoliberalism as Creative Destruction”. *The annals of the American Academy of Political and Social Science*, 610: 21. Doi: 10.1177/0002716206296780.
- Hayek, F. (1983). *Os fundamentos da liberdade*. Brasília: UNB Visão. (Edição original: 1972).
- Hayek, F. (1990). *O caminho da servidão*. Capovilla, A. M.; Stelle, J. e Ribeiro, L. de M. (Trans.). Rio de Janeiro: Instituto Liberal. (Edição original: 1944).
- Heredia, B.; Palmeira, M.; Leite, S. P. (2010). “Sociedade e Economia do ‘Agronegócio’ no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - Vol. 25 n.º 74 outubro/2010, pp.159-196.

- Ince, J; Rojas, F. e Davis, C. A. (2017). "The social media response to Black Lives Matter: how Twitter users interact with Black Lives Matter through hashtag use", *Ethnic and Racial Studies*, 40:11, 1814-1830, Doi: 10.1080/01419870.2017.1334931.
- Indursky, F. (2014). "O ritual da mística no processo de identificação e resistência". *Revista Rua*, Campinas, Edição Especial – 20 anos.
- Jacomy, M., Venturini, T., Heymann, S., Bastian, M. (2014). "ForceAtlas2, a Continuous Graph Layout Algorithm for Handy Network Visualization Designed for the Gephi Software". *PLoS ONE*. 9(6): e98679. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0098679>
- Jagers, J. e Walgrave, S. (2007). "Populism as Political Communication Style: An Empirical Study of Political Parties' Discourse in Belgium". *European Journal of Political Research* 46(3): 319–45.
- Jakobsen, J. e Bo Nielsen, K. (2022). Bovine meat, authoritarian populism, and state contradictions in Modi's India. *Journal of Agrarian Change*. 23:110–130. Doi: 10.1111/joac.12495.
- Jasper, J. (2011). "Emotions and social movements: twenty years of theory and research". *Annual Review of Sociology*, v. 37, p. 285-303.
- Jasper, J. (2015a). "Introduction – Playing the Game". James M. Jasper and Jan Willem Duyvendak (eds.). *Players and Arenas: The Interactive Dynamics of Protest*. Amsterdam: University of Amsterdam Press.
- Jasper, J. (2015b). "Players and Arenas Formerly Known as the State". James M. Jasper and Jan Willem Duyvendak (eds.). *Breaking Down the State: protestors engaged with authorities*. Amsterdam: University of Amsterdam Press.
- Jasper, J. (2021). "Linking Arenas: structuring concepts in the study of politics and protest", *Social Movement Studies*, 20:2, 243-257, doi: 10.1080/14742837.2019.1679106.
- Jasper, J. e Duyvendak, J. W. (eds.). (2015a). *Players and Arenas: The Interactive Dynamics of Protest*. Amsterdam: University of Amsterdam Press.
- Jasper, J. e Duyvendak, J. W. (eds.). (2015b). *Breaking Down the State: protestors engaged with authorities*. Amsterdam: University of Amsterdam Press.
- Jasper, J. e Goodwin, J. (orgs.). (2004). *Rethinking Social Movements: Structure, Meaning, and Emotion*. Nova Iorque: Rowman & Littlefield Publishers.
- Jones, T.; Mozaffari, A.; Jasper, J. (2020). "Understanding Heritage Activism: Learning from Social Movement Studies". Mozaffari, A. e Jones, T. (Eds.). *Heritage Movements in Asia: Cultural Heritage Activism, Politics, and Identity*. Nova Iorque: Bergham Books.
- Juris, J. (2008). "Performing politics - Image, embodiment, and affective solidarity during anti-corporate globalization protests". *Ethnography*, (9)1.
- Juris, J. (2014). "Embodying Protest: Culture and Performance within Social Movements". Baumgarten, B.; Daphi, P. e Ullrich, P. (Orgs.). *Conceptualizing culture in social movement research*. Londres: Palgrave Macmillan.
- Karl, M. (2012). *Crítica do Programa de Gotha*. Enderle, R. (Trad.). São Paulo: Boitempo. (Edição original: 1875).
- Katz, R. S. e Mair, P. (1995). "Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party". *Party Politics*, 1(1), 5-28. <https://doi.org/10.1177/1354068895001001001>.
- Koopmans, R.; Statham, P. (1999). "Ethnic and Civic Conceptions of Nationhood and the Differential Success of the Extreme Right in Germany and Italy". Giugni, M., cAdam, D. e Tilly, C. (Eds.). *How Social Movements Matter*. Minnesota: Minnesota University Press.
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Kriesi, H. e Pappas, T. (2015). "Populism in Europe during crisis: an introduction". *European populism in the shadow of the great recession*. Colchester: ECPR Press.
- Krinsky, J. e Crossley, N. (2014). "Social Movements and Social Networks: Introduction", *Social Movement Studies: Journal of Social, Cultural and Political Protest*, 13:1, 1-21, Doi: 10.1080/14742837.2013.862787.

- Kurzman, C.; Anderson, C.; Key, C.; Ok Lee, Y.; Moloney, M.; Silver, A. e van Ryn, M. W. (2007). "Celebrity Status". *Sociological Theory*, 25, pp. 347-367, doi: 1111/j.1467-9558.2007.00313.x.
- Laclau, E. (2010). *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. (Edição original: 2005).
- Lane, J. (2016). "The Digital Street: An Ethnographic Study of Networked Street Life in Harlem". *American Behavioral Scientist*, 60(1), 43–58. <https://doi.org/10.1177/0002764215601711>.
- Latour, B. (1984). *Jamais fomos modernos*. Irineu da Costa, C. (Trad.). Rio de Janeiro: Editora 34. 9Edição original: 1991).
- Latour, B. (2006). "Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático)". Vieira, J. G.; De Lima, L. M. e Garcia, U. F. (Trans.). *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382.
- Latour, B. e Chakrabarty, D. (2020). "Conflicts of Planetary Proportion – A Conversation". *Journal of the Philosophy of History*, 14 (3):419-454.
- Leach, D. (2013). "Prefigurative politics". Snow, D.; della Porta; Klandermans, B e McAdam, D. *The Wiley-Blackwell encyclopedia of social and political movements*. Nova Jersey: Wiley-Blackwell.
- Leirner, P. (2020). *O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica*. São Paulo: Alameda.
- Locke, J. (1994). *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*. Tradução: Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Editora Vozes. (Edição original: 1690).
- Lokot, T. e Boichak, O. (2022). "Translating Protest: Networked Diasporas and Transnational Mobilisation in Ukraine's Euromaidan Protests". *Partecipazione e Conflitto – PACO*, Issue 15(1), pp. 203-222.
- Lopes, A. S. (2008). Novos media e domesticação. Moisés de Lemos Martins & Manuel Pinto (Orgs.). *Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação 6 - 8 Setembro 2007*, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho)
- Louçã, F. (2018). "A maldição populista na bola de cristal do século XXI". Honório, C. (Org.). *O Espectro dos Populismos: Ensaios políticos e historiográficos*. Lisboa: Tinta da China.
- Löwy, M. (2011). "Sobre o conceito de 'afinidade eletiva' em Max Weber". Oliveira, Lucas Amaral de e Ferreira, Mariana Toledo (Trad.), *Plural - Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, v.17.2, 2011, pp.129-142. (Edição original: 2004).
- Löwy, M. (2016). *O que é cristianismo da libertação? Religião e política na América Latina*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Editora Expressão Popular. (Edição original: 1996).
- Luxemburgo, R. (1970). *A acumulação do capital – estudo sobre a acumulação econômica do imperialismo*. Moniz, B. (Trad.). Rio de Janeiro: Zahar Editores. (Edição original: 1913).
- Majumdar, J.; Naraseeyappa, S. e Ankalaki, S. (2017). "Analysis of agriculture data using data mining techniques: application of big data". *Journal of Big Data*, 4:20. Doi: 10.1186/s40537-017-0077-4.
- Marinho, L. dos S. (2021). *Junho de 2013: imagens de um Brasil em disputa*. 321 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Marques, F.; Silva, F. e Matos, N. (2011). "Estratégias de comunicação política online: uma análise do perfil de José Serra no Twitter". *Contemporanea - comunicação e cultura*, vol.09 – n.03 – setembro-dezembro.
- Marshall, P. D. (2014). "Introduction: Celebrity in the Digital Era: A New Public Intimacy". Marshall, P. D. (Ed.), *Celebrity and Power: Fame in Contemporary Culture*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Martins, C. (2022). *Fascismos. Para além de Hitler e Mussolini*. Lisboa: Edições Saída de Emergência.
- Martins, H. (2012). *Comunicação e contra-hegemonia: a produção comunicativa como estratégia política do MST*. 145 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Fortaleza (CE).

- Martins, H. (2018). "Comunicação e Contra-hegemonia: análise das estratégias de comunicação desenvolvidas no 5o Congresso Nacional do MST". Oliveira, Catarina e Nunes, Márcia (Orgs.). *Comunicação da terra: vivências e práticas comunicacionais do MST no Brasil*. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC.
- Marwick, A. e boyd, D. (2010). "I tweet honestly, I tweet passionately: Twitter users, contexts collapse, and the imagined audience". *New media & society*, 13(1), pp. 114-133.
- Mattoni, A. (2013). "Repertoires of communication in social movement processes". Cammaerts, B.; Mattoni, A. e McCurdy, P. (Eds.), *Mediation and protest movements* (pp. 39–56). Bristol: Intellect.
- Mattoni, A. (2014). "The Potentials of Grounded Theory in the Study of Social Movements". Della Porta, D. (Ed.). *Methodological Practices in Social Movement Research*. New York: Oxford University Press.
- Mattoni, A. (2017). "A situated understanding of digital technologies in social movements. Media ecology and media practice approaches". *Social Movement Studies*. doi: 10.1080/14742837.2017.1311250.
- Mattoni, A. e Ceccobelli, D. (2018). "Comparing hybrid media systems in the digital age: A theoretical framework for analysis". *European Journal of Communication*, Vol. 33(5) 540–557
- McAdam, D. (1999). *Political process and the development of black insurgency*. Chicago: University of Chicago Press. (Edição original: 1982).
- McAdam, D. e Tarrow, S. (2010). "Ballots and Barricades: On the Reciprocal Relationship between Elections and Social Movements". *Perspectives on Politics*. June, Vol. 8/No. 2, doi:10.1017/S1537592710001234.
- McAdam, D. e Tarrow, S. (2019). "The Political Context of Social Movements". Snow, D.; Soule, S.; Kriesi, H. e McCammon, H. *The Wiley Blackwell Companion to Social Movements* (Second Edition). Nova Jersey: John Wiley & Sons.
- Medeiros, P.; Salles, D.; Magalhães, T.; Melo, B. e Santini, M. (2024). "Greenwashing e Desinformação: A Publicidade Tóxica do Agronegócio Brasileiro nas Redes". *Comunicação e Sociedade*, vol. 45. Doi: [https://doi.org/10.17231/comsoc.45\(2024\).5417](https://doi.org/10.17231/comsoc.45(2024).5417).
- Mello, M. P. C. (2018). *Os sentidos da reforma agrária no lulismo*. 258 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Mello, M. P. C. (2021). "Conciliação, disputa e residualidade: A reforma agrária no Brasil durante os governos do PT". *História Agrária*, 84, agosto, pp. 239-268. Doi 10.26882/histagar.084e02c.
- Meyer, M. (2001). "Between theory, method, and politics: positioning of the approaches to CDA". Wodak, R. e Meyer, M. (Orgs.). *Methods of Critical Discourse Analysis*. London: Sage Publications.
- Mikhailova, O. e Gradoselskaya, G. (2019). "Semantic Network Analysis of Ingroup and Outgroup Representations in Radical Social Movement Discourse. The Case of Russian Lesbian-Feminist Movement". Alexandrov, D. A.; Boukhanovsky, A.V.; Chugunov, A. V.; Kabanov, Y.; Koltsova, O. e Musabirov, I. (Eds.). *Digital Transformation and Global Society*. Cham: Springer.
- Milanez, B. e Santos, R. S. P. (2013). "Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda?". *Encontro anual da ANPOCS*, 37, 1-30.
- Milanez, B. e Santos, R. S. P. (2015). "Topsy-Turvy Neo-Developmentalism: An Analysis of the Current Brazilian Model of Development". *Revista de Estudios Sociales*, 53, Julho.
- Milkis, S. M. e Tichenor, D. J. (2019). *Rivalry and Reform: Presidents, Social Movements, and the Transformation of American Politics*. Chicago: University of Chicago Press.
- Moffitt, B. (2016). *The Global Rise of Populism: performance, political style, and representation*. Stanford: Stanford University Press.
- Monjane, B. (2023). "Resisting agrarian neoliberalism and authoritarianism: Struggles towards a progressive rural future in Mozambique". *Journal of Agrarian Change*, 23(1), 185–203. <https://doi.org/10.1111/joac.12525>.

- Mozaffari, A. e Jones, T. (2020). "Introduction - Negotiation, Strategic Action, and the Production of Heritage". Mozaffari, A. e Jones, T. (Eds.). *Heritage Movements in Asia: Cultural Heritage Activism, Politics, and Identity*. Nova Iorque: Berghahn Books.
- MST. (2013). *Programa agrário do MST – Lutar, Construir, Reforma Agrária Popular!*. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo: Secretaria Nacional do MST.
- Mudde, C. (2004). "The Populist Zeitgeist". *Government and Opposition*, pp. 541-563. Oxford: Blackwell Publishing
- Mudde, C. (2021). *La ultraderecha hoy*. Mosquera, A. S. (Trad.). Barcelona: Paidós. (Edição original: 2019).
- Mudde, C. e Kaltwasser, C. R. (2017). *Populism: a very short introduction*, New York: Oxford University Press.
- Murthy, D. (2018). *Twitter*. Cambridge: Reino Unido Polity.
- Nascimento, R. (2019). *De quem é a terra? A questão da reforma agrária e o MST no governo Lula*. 335 f. Tese (Doutorado em Relações de Trabalho, desigualdades Sociais e Sindicalismo) – Universidade de Coimbra.
- Nogueira, D.; Milhorange, C. e Mendes, Priscylla. (2020). "Do Programa Um Milhão de Cisternas ao Água para Todos: divergências políticas e bricolagem institucional na promoção do acesso à água no Semiárido brasileiro". *IdeAs [Online]*, 15, 2. doi: <https://doi.org/10.4000/ideas.7219>.
- Nunes, R. (2022). *Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição*. São Paulo: Ubu Editora.
- Ogan, C. e Varol, O. (2016). "What is gained and what is left to be done when content analysis is added to network analysis in the study of a social movement: Twitter use during Gezi Park". *Information, Communication & Society*, Doi: 10.1080/1369118X.2016.1229006.
- Oliveira, C. F. (2018). Etnografia do assentamento Itapuí/RS e suas práticas comunicacionais: consciência do fazer etnográfico na pesquisa em comunicação". Oliveira, Catarina e Nunes, Márcia (Orgs.). *Comunicação da terra: vivências e práticas comunicacionais do MST no Brasil*. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC.
- Oliveira, R. C.; Mendes-Moreira, J. e Ferreira, C. A. (2018). "Agribusiness Intelligence: Grape Production Forecast Using Data Mining Techniques". Rocha, Á., Adeli, H., Reis, L., Costanzo, S. (eds) *Trends and Advances in Information Systems and Technologies*. WorldCIST'18 2018. Advances in Intelligent Systems and Computing, vol 747. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-77700-9_1
- Ostiguy, P. (2017). "Populism - A Socio-Cultural Approach". Kaltwasser, R.; Taggart, P.; Espejo, P. e Ostiguy, P. *The Oxford Handbook of Populism*. Oxford: Oxford University Press.
- Paiva, A. S. e Morais, R. (2020). "The revenge of audio: o despertar do som binaural na era dos podcasts e das narrativas radiofônicas". *Media & Jornalismo*, 20(36), 129-151. https://doi.org/10.14195/2183-5462_36_7.
- Paquete de Oliveira, J.M. (2017), "A comunicação numa perspectiva sociológica". Cardoso, G. (Ed.), *Comunicação e Quotidiano: Textos e intervenções (1983-2016)*. Lisboa: Tinta-da-China. (Texto original: 2007).
- Pariser, E. (2011). *The filter bubble – what the internet is hiding from you?*. Nova Iorque: The Penguin Press.
- Peralva, A. (2019). "Conflito e movimentos sociais no acionalismo de Alain Touraine". *Lua Nova*, São Paulo, 106: 160-194.
- Peruzzo, C. (2008). "Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaborações no setor". *Palavra Chave*, vol. 11, núm. 2, diciembre, pp. 367-379.
- Peruzzo, C. (2013). "Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos". *Contemporânea - comunicação e cultura*, v.11, n.01 – jan-abril – p. 138-158.
- Peruzzo, C. (2023). "Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa na Era Digital: Entre Utopias Freireanas e Distopias". *Media & Jornalismo*, Vol. 23 N.º 42: Comunicação e Mudança Social – novos rumos na investigação e na prática. doi: https://doi.org/10.14195/2183-5462_42_1.
- Pfiffner, N. (2022). "Identifying patterns in communication science: Mapping knowledge structures using semantic network analysis of keywords". Segev, E. (ed.). (2022). *Semantic network analysis in social sciences*. London: Routledge.

- Pink, S.; Horst, H.; Postill, J.; Hjorth, L.; Lewis, T. e Tacchi, J. (2016). *Digital Ethnography - Principles and Practice*. London: Sage Publications.
- Pinto, L. H. (2015). "Procesos de ambientalización y transición agroecológica en el MST: reforma agraria popular, soberanía alimentaria y ecología política". *Intexto*, Porto Alegre, UFRGS, n. 34, p. 294-321, set./dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.19132/1807-8583201534.294-321>.
- Polanyi, K. (2012). *A grande transformação: as origens políticas e econômicas do nosso tempo*. Lisboa: Edições 70. (Edição original: 1944).
- Polletta, F. (2004). "Culture is not just in your head". Jasper, J. e Goodwin, J. *Rethinking Social Movements: Structure, Meaning, and Emotion*. Nova Iorque: Rowman & Littlefield Publishers.
- Polletta, F. (2008). "Culture and Movements". *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 619, Cultural Sociology and Its Diversity (Sep., 2008), pp. 78-96.
- Polletta, F. Jasper, J. (2001). "Collective Identity and Social Movements". *Annu. Rev. Sociol.* 27:283–305.
- Pompeia, C. (2021). *Formação política do agronegócio*. São Paulo: Elefante.
- Portelli, A. (1997). "O que faz a história oral diferente?". *Projeto História*, São Paulo, 14 fev.
- Prado Jr., C. (1979). *A questão agrária*. Brasília: Editora Brasiliense.
- Prior, H. e Araújo, B. (2021). "Media, Populismo e Espaço Público: desafios contemporâneos". *Mediapolis – Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*, nº 12. Doi: https://doi.org/10.14195/2183-6019_12_0.
- Ramalho, V. e Resende, V. (2011). *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes.
- Reano, A. (2014). Populismo (en) democracia. Repensando los sentidos de la emancipación en el sur de América Latina. *Colombia Internacional* 82, Septiembre-diciembre, pp. 99-128.
- Ricci, P.; Izumi, M. e Moreira, D. (2021). O populismo no Brasil (1985-2019). Um velho conceito a partir de uma nova abordagem. *RBCS*, vol. 36, nº 107.
- Rios, F. (2009). "Teoria do processo político e o movimento negro afro-americano". *Sankofa - Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*, nº 4 dez.
- Rogstad, I. (2016). "Is Twitter just Rehashing? Intermedia Agenda Setting between Twitter and Mainstream Media". *Journal of Information Technology & Politics*, 13, 1-17. <https://doi.org/10.1080/19331681.2016.1160263>
- Rosanvallon, P. (2011). *Pensar o populismo*. Tradução de André Magnelli. Blog do Laboratório de Estudos de Teoria e Mudança Social, 03 de julho.
- Rosanvallon, P. (2021). *The populist century – history, theory, critique*. Cambridge: Polity Press.
- Salles, D.; Medeiros, P.; Martins, B.; Regattieri, L. e Santini, M. (2014). "The role of social bots in the Brazilian environmental debate: an analysis of the 2020 Amazon Forest fires in Twitter". *International Review of Information Ethics*. Vol. 33 (03/2024).
- Salomão, I. C. e de Almeida, B. B. (2023). "O governo Rousseff e o populismo econômico: uma interpretação". *Revista de Economia Política*, vol. 43, nº 1, pp. 145-164, janeiro-março/2023.
- Sankey, K. (2023). "We, campesinos: The potentials and pitfalls of agrarian populism in Colombia's agrarian strike". *Journal of Agrarian Change*, 23(1), 131–148. <https://doi.org/10.1111/joac.12516>.
- Schroeder, R. (2018). "Digital media and the rise of right-wing populism". *Social Theory after the Internet - Media, Technology, and Globalization*. Londres: UCL Press.
- Scott, J. (1985). *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. Yale: Yale university Press.
- Segev, E. (ed.). (2022). *Semantic network analysis in social sciences*. London: Routledge.
- Shiva, Vandana. (2002). *Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia. (Edição original: 1993).

- Silva, M. G. (2022). Populism in the XXI Century in Brazil: A Dangerous Ambiguity. *Genealogy* 6: 36. <https://doi.org/10.3390/genealogy6020036>.
- Silverstone, R; Hirsch, E. e Morley, D. (1992). "Information and Communication Technologies and the Moral Economy of the Household". Silverstone, R. e Hirsch, E. (eds.). *Consuming Technologies: Media and Information in Domestic Spaces*, pp.115-31, London: Routledge.
- Silverstone, R. (2002). "Complicity and Collusion in the Mediation of Everyday Life". *New Literary History*, 33: 745-764.
- Silverstone, R. (2006). *Media and Morality on the Rise of the Mediapolis*. Cambridge: Polity.
- Singer, A. (2012). *Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Snow, D. (2004). "Framing Processes, Ideology, and Discursive Fields". Snow, D.; Soule e S. Kriesi, H. *The Blackwell Companion to Social Movements*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Souza, B. M. e Martins, J. M. L. (2015). "PT x PSDB: a atualização do embate político na eleição presidencial de 2014". *Revista Eletrônica de Ciência Política*, vol. 6, n. 1.
- Souza, M.; Silva, U. C. (2013). "O MST no Jornal Hoje uma análise discursiva". *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 55, n. 2, p. 177–192. Doi: 10.20396/cel.v55i2.8637297.
- Stengers, I. (2015). *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*. Ribeiro, E. A (Trad.). São Paulo: Cosac Naify. (Edição original: 2009).
- Su, Y., & Borah, P. (2019). "Who is the agenda setter? Examining the intermedia agenda-setting effect between Twitter and newspapers". *Journal of Information Technology & Politics*, 16(3), 236–249. <https://doi.org/10.1080/19331681.2019.1641451>.
- Suitner, C.; Badia, L.; Clementel, D.; Iacovissi, L.; Migliorini, M.; Casara, B. G. S.; Solimini, D.; Formanowicz, M. e Erseghe, T. (2022). "The rise of #climateaction in the time of the FridaysForFuture movement: A semantic network analysis". *Social Networks*, Volume 75, pp. 170-185.
- Tarrow, S. (1999). Paradigm Warriors: Regress and Progress in the Study of Contentious Politics. *Sociological Forum* 14, no. 1 (March).
- Tarrow, S. (2011). *Power in movement: social movements and contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press. (Edição original: 1994).
- Tarrow, S. (2021). *Movements and Parties Critical Connections in American Political Development*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Teixeira, N. S. (2018). "Três reflexões inacabadas sobre populismo e democracia". *Relações Internacionais*. Setembro, 59, pp. 075-083. Doi: <https://doi.org/10.23906/ri2018.59a06>.
- Terron, S. e Soares, G. (2010). "As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 16, nº 2, Novembro, p.310-337.
- Terron, S. L. e Soares, G. A. D. (2010). As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 16, nº 2, Novembro, p.310-337.
- Thompson, J. (2011). *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Trad. (Coord.) Pedrinho A. Guareshi. Petrópolis: Vozes. (Edição original: 1990).
- Tilly, C. (1999). "Wise quacks". *Sociological Forum* 14, no. 1 (March).
- Tilly, C. e Tarrow, S. (2015). *Contentious politics*. New York: Oxford University Press. (Edição original: 2007).
- Touraine, A. (2006). "Na fronteira dos movimentos sociais". *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n.1, p. 17-28, jan./abr.
- Tremayne, M. (2014). "Anatomy of Protest in the Digital Era: A Network Analysis of Twitter and Occupy Wall Street", *Social Movement Studies: Journal of Social, Cultural and Political Protest*, 13:1, 110-126, DOI: 10.1080/14742837.2013.830969.

- Treré, E. (2016). "Del levantamiento zapatista al escándalo NSA: Lecciones aprendidas, debates actuales y futuros desafíos de la resistencia digital". Mena, J. C. e Eyzaguirre, L. B. (Eds.). *Activismo digital y nuevos modos de ciudadanía: Una mirada global*. Bellaterra : Institut de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona.
- Tsing, A. L. (2019). "Terra perseguida pelo homem". *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no antropoceno*. Edição Thiago Mota Cardoso, Rafael Victorino Devos. Brasília, DF: IEB Mil Folhas.
- Ulrich, P.; Daphi, P. e Baumgarten, B. (2014). Protest and Culture: Concepts and Approaches in Social Movement Research – An Introduction. Baumgarten, B.; Daphi, P. e Ullrich, P. (Orgs.). *Conceptualizing culture in social movement research*. Londres: Palgrave Macmillan.
- van Dijck, J.; Poell, T. e de Wall, M. (2018). *The Platform Society: public values in a connective world*. Oxford: Oxford University Press.
- van Dijk, T. (1993). "Principles of critical discourse analysis". *Discourse & Society*, Sage, London. Newbury Park and New Delhi, vol. 4(2): 249-283.
- van Dijk, T. (2001). "Multidisciplinary CDA: a plea for diversity". Wodak, R. e Meyer, M. (Orgs.). *Methods of Critical Discourse Analysis*. London: Sage Publications.
- Van Dijk, T. (2005). "Ideología y análisis del discurso". *Utopía y Praxis Latinoamericana / Año 10. N° 29* (Abril-Junio). Pp. 9 – 36.
- van Leeuwen, T. (2008). *Discourse and Practice: New Tools for Critical Discourse Analysis*. New York: Oxford Press.
- Vargas Netto, S. L. (2007). *A mística da resistência: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos*. 390 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo.
- Velden, F. V. (2023). Biodiversidade doméstica na Amazônia: animais e povos indígenas nos postos do SPI no Oeste amazônico. Correia, H. H. S.; Velden, F. V. e da Rocha, H. R. *Humanos e outros-que-humanos nas narrativas amazônicas - Perspectivas literárias e antropológicas sobre saberes ecológicos, tradicionais, estéticos e críticos*. São Carlos: Editora de Castro.
- Vergeer, M. (2015). "Twitter and Political Campaigning", *Sociology Compass* 9/9, 745–760, 10.1111/soc4.12294.
- Vergeer, M.; Hermans, L. e Sams, S. (2011). "Online social networks and micro-blogging in political campaigning: The exploration of a new campaign tool and a new campaign style". *Party Politics*, 19(3) 477–501.
- Viveiros de Castro, E. (2012). "Transformação" na antropologia, transformação da "antropologia", *Mana*, 18(1), 151-171.
- Waisbod, S. e Amado, A. (2017). Populist communication by digital means: presidential Twitter in Latin America, *Information, Communication & Society*, doi: 10.1080/1369118X.2017.1328521.
- Waisbord, S. (2018). "Why Populism is Troubling for Democratic Communication". *Communication, Culture and Critique*, Volume 11, Issue 1, Pages 21–34, <https://doi.org/10.1093/ccc/tcx005>.
- Wang, Z. M. e Caskey, K. (2016). "#Occupywallstreet: An Analysis of Twitter Usage during a Protest Movement". *Social Networking*, 5, 101-117. <http://dx.doi.org/10.4236/sn.2016.54011>.
- Welch, C. A. (2012). "Conflitos no campo". Caldart, R. S.; Pereira, I. B.; Alentejano, P.; Frigotto, G. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular.
- Welch, C. A.; Malagodi, E.; Calvalcanti, J. S. B. e Wanderley, M. N. B. (2012). "Introdução – estudos clássicos brasileiros sobre o campesinato". Welch, C. A.; Malagodi, E.; Calvalcanti, J. S. B. e Wanderley, M. N. B. (Orgs.). *Camponeses brasileiros: Leituras e interpretações clássicas - volume 1*. São Paulo: Editora Unesp.
- White, B., Graham, C., & Savitri, L. (2023). "Agrarian movements and rural populism in Indonesia". *Journal of Agrarian Change*, 23(1), 68–84. <https://doi.org/10.1111/joac.12506>.
- Wilson, J. e Law, S. (2010). *Um breve guia sobre aquecimento global*. Zimbres, P. (Trad.). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. (Edição original: 2007).

- Wodak, R. (2001). "What CDA is about: a summary of its history, important concepts and its developments". Wodak, R. e Meyer, M. (Orgs.). *Methods of Critical Discourse Analysis*. London: Sage Publications.
- Wodak, R. e Weiss, G. "Introduction: Theory, Interdisciplinarity and Critical Discourse Analysis". Wodak, R. e Weiss, G. (Orgs.). *Critical Discourse Analysis - Theory and Interdisciplinarity*. Londres: Palgrave Macmillan.
- Xi, Y.; Chen, A.; Zhang, W. (2022). "The Expression of Cultural Identities in Hong Kong's Anti-Extradition Law Amendment Bill Movement: A Semantic Network Analysis of Tweets". *Social Science Computer Review*. Vol. 40(6) 1436–1455.
- Xiong, Y.; Cho, M. e Boatwright, B. (2018). "Hashtag activism and message frames among social movement organizations: Semantic network analysis and thematic analysis of Twitter during the #MeToo movement". *Public Relations Review*, <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2018.10.014>.
- Zamponi, I. (2013). "Collective Memory and Social Movements". Snow, D.; della Porta; Klandermans, B e McAdam, D. *The Wiley-Blackwell encyclopedia of social and political movements*. Nova Jersey: Wiley-Blackwell.
- Zhehnina, A. (2018). Resenha de *Players and Arenas: The Interactive Dynamics of Protest* (Jasper, J. e Duyvendak, J.). *Laboratorium*. 10(3):106–109.

Fontes Disponíveis

- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. (2018). "Eleições 2018: Em defesa da democracia e dos nossos direitos". *Nota pública*. Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2018/10/Nota_publica_apib.pdf. Acesso em: 24 mar. 2024.
- Associação Brasileira de Reforma Agrária. Sobre. Disponível em: [https://abranacional.wordpress.com/blog/sobre/#:~:text=Foram%20diretores%2Dpresidentes%20da%20ABRA,Pinto%20\(1991%2D1998\)](https://abranacional.wordpress.com/blog/sobre/#:~:text=Foram%20diretores%2Dpresidentes%20da%20ABRA,Pinto%20(1991%2D1998).). Acesso em: 5 mar. 2024.
- Associação Brasileira do Agronegócio. (2010). *Propostas do agronegócio para o próximo Presidente da República*. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/download/26426/25285/48689>. Acesso em: 3 fev. 2021.
- Associação Brasileira do Agronegócio. (2014). *Agronegócio brasileiro 2014-2022. Proposta de plano de ação aos presidentes*. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/download/41130/39886/85183>. Acesso em: 3 fev. 2021.
- Bezerra, C. M. (2021). MST. *A atualidade do pensamento de Gramsci e as lutas sociais na contemporaneidade*. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/04/27/a-atualidade-do-pensamento-de-gramsci-e-as-lutas-sociais-na-contemporaneidade/>. Acesso em: 26 ago. 2024.
- Bispo dos Santos, A. (2020). *Metafísica na Rede Debate: Cosmopolítica e Cosmofobia. Debate com Marcio Goldman e Antônio Bispo dos Santos. Mediação Priscila Borges e Vânia Silva. Organização Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Metafísica*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IBlhkKzzHmo>. Acesso em: 26 ago. 2024.
- Borges, R. (2014). "Pesquisas de intenção de voto apontam um país polarizado". *El País*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/15/politica/1413410120_155803.html. Acesso em: 12 abr. 2024.
- Brasil. (1850). *Lei de terras - Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm. Disponível em: 26 ago. 2024.
- Brasil. (2006). *Lei da Agricultura Familiar - nº 11.326/2006*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 24 jun. 2022.

- Câmara dos deputados. *Plínio Arruda Sampaio – biografia*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/139342/biografia>. Acesso em: 5 mar. 2024.
- Canal Rural. (2014). *Encontro de Presidênciaáveis na CNA debate problemas e propostas para o futuro do agronegócio brasileiro*. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/agricultura/encontro-presidenciaaveis-cna-debate-problemas-propostas-para-futuro-agronegocio-brasileiro-8822/>. Acesso em: 9 fev. 2024.
- Carneiro, L. Neto, L. (2023). *The representation of social actors in Jair Bolsonaro's political discourse - land issues in perspective*. Investigação apresentada na secção “Polarization and Digital Discourses: Critical and Socio-Cognitive perspectives” na Conferência da Associação Internacional de Linguística Aplicada (AILA).
- Chão. (2019). Direção: Camila Freitas. Documentário, 112', Brasil.
- Conectas. (2022). Brasil é o país que mais mata ativistas pela terra, de acordo com relatório da Global Witness. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-ativistas-pela-terra-de-acordo-com-relatorio-da-global-witness/>. Acesso em: 30 ago. 2024.
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. (2014). *O que esperamos do próximo presidente – 2015-2018*. Disponível em: <https://indicadoresdeemprego.files.wordpress.com/2013/12/cna-propostas-para-o-prc3b3ximo-presidente.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2021.
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. (2018). *O futuro é agro. 2018-2030*. Acesso em: https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/plano_de_estado_completo_21x28cm_web.pdf. Acesso em: 3 fev. 2021.
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. (2018). *O futuro é agro: encontro com presidenciaáveis na CNA*. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/paginas-especiais/o-futuro-%C3%A9-agro-encontro-com-presidencia%C3%A1veis-na-cna>. Acesso em: 11 abr. 2021.
- Confederação da Agricultura Familiar. (2018). Conheça a história do MASTER, movimento histórico pela Reforma Agrária. Disponível em: <https://conafer.org.br/conheca-a-historia-do-master-movimento-historico-pela-reforma-agraria/>. Acesso em: 30 ago. 2024.
- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. *Quilombo? Quem somos nós?*. Disponível em: <https://conaq.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 30 ago. 2024.
- Cunha, J. e Nunes, W. (2018). “Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp”. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contr-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>. Acesso em: 17 mai. 2024.
- Datafolha. (2010). *O que esperam os brasileiros*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj2209201001.htm>. Acesso em: 22 fev. 2024.
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. “Subsidiária”. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/subsidi%C3%A1ria#:~:text=Que%20auxilia%3B%20que%20d%C3%A1%20o u,Que%20fortifica%2C%20que%20vem%20refor%C3%A7ar>. Acesso em: 30 ago. 2024.
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *História da soja*. Disponível em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/historia>. Acesso em: 11 ago. 2024.
- Engelmann, S. (2018a). MST. *A cultura popular e a construção de agroecologia no campo*. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/06/22/a-cultura-popular-e-a-construcao-de-agroecologia-no-campo/>. Acesso em: 26 ago. 2024.
- Frente Parlamentar da Agropecuária. História da FPA. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/historia-da-fpa/>. Acesso em: 11 mar. 2021.
- G1. (2022). Portos do RS movimentam carga recorde no 1º bimestre de 2022, diz superintendência. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/03/28/portos-do-rs-movimentam-carga-recorde-no-1o-bimestre-de-2022-diz-superintendencia.gh.html>. Acesso em: 02 mar. 2022.

- G1. *Popularidade de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope*. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>. Acesso em: 24 mai. 2021.
- Girardi, E. P. (2008). *Atlas da Questão Agrária Brasileira*. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/caracteristicas_socioeconomicas_b.htm#populacao_rural. Acesso em: 9 mar. 2021.
- Global Digital Statshot Report. (2023). *Digital 2023 October Global Statshot Report*. Disponível em: [https://datareportal.com/reports/digital-2023-october-global-statshot#:~:text=Internet%20user%20figures%20have%20grown,higher%20than%20these%20figures%20suggest \(slide 131\)](https://datareportal.com/reports/digital-2023-october-global-statshot#:~:text=Internet%20user%20figures%20have%20grown,higher%20than%20these%20figures%20suggest (slide 131)). Acesso em: 2 abr. 2024.
- GRAIN. (2021). *Controle digital: a entrada das Big Techs na produção de alimentos e na agricultura (e o que isso significa)*. Disponível em: <https://grain.org/pt/article/6604-controle-digital-a-entrada-das-big-techs-na-producao-de-alimentos-e-na-agricultura-e-o-que-isso-significa>.
- Heredia, B.; Palmeira, M.; Leite, S. P. e Medeiros, L. *Sociedade e Economia do Agronegócio: um estudo exploratório*. Disponível em: <https://campohoje.net.br/>. Acesso em: 16 fev. 2021.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). *Atlas do espaço rural brasileiro*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101773>. Acesso em: 26 ago. 2024.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sistema de Contas Nacionais Trimestrais*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?edicao=20920&t=series-historicas>. Acesso em: 30 mar. 2024.
- Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística. (2018). *Eleições em números*. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/26/saude-e-o-problema-mais-citado-pelos-eleitores-nos-estados-do-pais-apontam-pesquisas-ibope.ghtml>. Acesso em: 22 fev. 2024.
- Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística. (2020). *Audiência do horário nobre*. Disponível em: <https://kantariopemedia.com/audiencia-do-horario-nobre-15-mercados-15-04-a-21-04-2019-2-2-2-2-2-2/>. Acesso em: 15 jul. 2020.
- Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística/ Confederação Nacional da Indústria. (2014). *Brasileiro elege saúde, segurança e educação como prioridades para 2014, revela pesquisa da CNI*. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/qualidade-de-vida/brasileiro-elege-saude-seguranca-e-educacao-como-prioridades-para-2014-revela-pesquisa-da-cni/>. Acesso em: 22 fev. 2024.
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Números da reforma agrária*. Disponível em: <http://antigo.incra.gov.br/pt/numeros-reforma-agraria>. Acesso em: 22 jan. 2021.
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. *Projeto Terra Brasilis*. Disponível em: http://terrabilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates. Acesso em: 24 jan. 2021.
- Instituto Socioambiental. (2015). *Dossiê Belo Monte – Não há condições para a Licença de Operação. Instituto Socioambiental*. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/isa-publica-dossie-belo-monte-nao-ha-condicoes-para-a-licenca-de-operacao>. Acesso em: 13 dez. 2021.
- Intervozes. (2011). *Vozes silenciadas: a cobertura da mídia sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito*. São Paulo: Intervozes. Disponível em: <http://www.intervozes.org.br/arquivos/interliv003vozmst.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2024.
- Intervozes. *Rádiodifusão*. Disponível em: <https://intervozes.org.br/radiodifusao/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

- Krenak, A. (2018). “Somos índios, resistimos há 500 anos. Fico preocupado é se os brancos vão resistir”. Martins, C. e Beleza, J. *Jornal Expresso*. Disponível em: <https://expresso.pt/internacional/2018-10-19-Somos-indios-resistimos-ha-500-anos.-Fico-preocupado-e-se-os-brancos-vaao-resistir>. Acesso em: 12 ago. 2024.
- Krenak, A. (2021). Roda Viva - Ailton Krenak. Magalhães, V. *TV Cultura*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BtpbCuPKTq4>. Acesso em: 19 jun. 2024.
- MapBiomias. (2023). *Em 38 anos o Brasil perdeu 15% de suas florestas naturais*. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2023/10/20/em-38-anos-o-brasil-perdeu-15-de-suas-florestas-naturais/#:~:text=Novos%20dados%20do%20MapBiomias%2C%20obtidos,1985%20e%202022%20foi%20intensa>. Acesso em: 14 mar. 2024.
- MapBiomias. *Coleção 5.0 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil do Projeto MapBiomias*. Disponível em: https://mapbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/Estat%C3%ADsticas/Dados_Cobertura_MapBiomias_5.0_UF-BIOMAS_SITE.xlsx. Acesso em: 22 nov. 2020.
- MediaLab – CIES/ Iscte-Iul. *Monitorização de propaganda e desinformação nas redes sociais*. Disponível em: <https://ciencia.iscte-iul.pt/projects/monitorizacao-de-propaganda-e-desinformacao-nas-redes-sociais/1190>. Acesso em: 12 ago. 2024.
- Mídia Ninja. *Quem somos*. Disponível em: <https://midianinja.org/a-midia-ninja/>. Acesso em: 31 ago. 2024.
- Milberry, K. (2012). “Media Ecology”. *Oxford Bibliographies Online*. Disponível em: <https://www.oxfordbibliographies.com/display/document/obo-9780199756841/obo-9780199756841-0054.xml>. Acesso em: 30 ago. 2024.
- Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil. (2020). Quilombolas. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/quilombolas#:~:text=As%20comunidades%20quilombolas%20s%C3%A3o%20grupos,trad%C3%A7%C3%B5es%20e%20pr%C3%A1ticas%20culturais%20pr%C3%B3prias>. Acesso em: 30 ago. 2024.
- MST (@MST_Oficial). (2014). “Com Dilma ou Aécio, agronegócio ameaça conquistas no campo <http://t.co/ETkL8GdK30>”. *Twitter*. Disponível em: https://x.com/MST_Oficial/status/525303536591327233. Acesso em: 19 ago. 2024.
- MST (@MST_Oficial). (2014). “Indígenas são alvo da ofensiva do agronegócio, mostra relatório da CPT <http://t.co/XDc4CGXT9b>”. *Twitter*. Disponível em: https://x.com/MST_Oficial/status/461154942053797888. Acesso em: 19 ago. 2024.
- MST (@MST_Oficial). (2014). “Os alimentos transgênicos são repletos de 'cantos da sereia', diz pesquisador <http://t.co/hfgnIVRAz5>”. *Twitter*. Disponível em: https://x.com/MST_Oficial/status/427858558969860096. Acesso em: 19 ago. 2024.
- MST (@MST_Oficial). (2014). “Sem Terra entregam alimentos em BR de PE em ato de solidariedade - <http://t.co/sBnZCk7dst>”. *Twitter*. Disponível em: https://x.com/MST_Oficial/status/497370689935253504. Acesso em: 19 ago. 2024.
- MST (@MST_Oficial). (2014). “Stedile: ‘O Agronegócio tem uma presença maior no governo Dilma’ - <http://t.co/Sm82LMinM9>”. *Twitter*. Disponível em: https://x.com/MST_Oficial/status/437987519565541376. Acesso em: 19 ago. 2024.
- MST Oficial (@MST_Oficial). (2022). “Você sabe o que o AGRO têm a ver com o câncer infantojuvenil? (...)”. *Twitter*. Disponível em: https://twitter.com/MST_Oficial/status/1603107032512565254. Acesso em: 28 dez. 2022.
- MST. (2000). *Manifesto do MST ao povo brasileiro*. Disponível em: <https://mst.org.br/download/manifesto-ao-povo-brasileiro-sobre-o-4o-congresso-nacional-do-mst/https://mst.org.br/download/manifesto-ao-povo-brasileiro->

- sobre-o-4o-congresso-nacional-do-mst/?wpdmdl=214660&refresh=642326b0dfd561680025264. Acesso em: 27 ago. 2024.
- MST. (2007). *Carta do 5º Congresso Nacional do MST*. Disponível em: <https://mst.org.br/2007/06/17/carta-do-5o-congresso-nacional-do-mst/>. Acesso em: 27 ago. 2024.
- MST. (2009a). *Linhas políticas reafirmadas no IV Congresso Nacional do MST – 2000*. Disponível em: <https://mst.org.br/2009/07/08/linhas-politicas-reafirmadas-no-iv-congresso-nacional-do-mst-2000-2/>. Acesso em: 27 ago. 2024.
- MST. (2009b). *Nossa proposta de Reforma Agrária Popular*. Disponível em: <https://mst.org.br/2009/05/20/nossa-proposta-de-reforma-agraria-popular/>.
- MST. (2014). *Perdemos um grande lutador pela Reforma Agrária no Brasil: Plínio de Arruda Sampaio*. Disponível em: <https://mst.org.br/2014/07/10/perdemos-um-grande-lutador-pela-reforma-agraria-no-brasil-plinio-de-arruda-sampaio/>. Acesso em: 5 mar. 2024.
- MST. (2014). *Sem Terra marcham por Brasília contra a paralisação da Reforma Agrária*. Disponível em: <https://mst.org.br/2014/02/12/sem-terra-marcham-por-brasilia-contra-a-paralisacao-da-reforma-agraria/>. Acesso em: 30 ago. 2024.
- MST. (2018a). O agro não é pop – De Olho no Agronegócio. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/09/24/o-agro-nao-e-pop-de-olho-no-agronegocio/>. Acesso em: 19 ago. 2024.
- MST. (2018b). “O ‘agro’ é sujo: veneno, mortes e destruição da natureza definem agronegócio”. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/07/19/o-agro-e-sujo-veneno-mortes-e-destruicao-da-natureza-definem-agronegocio/>. Acesso em: 19 ago. 2024.
- MST. (2019). *Qual o papel da comunicação nos dias de hoje?*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=S4QvI63dHzQ&ab_channel=MovimentoSemTerra
- MST. (2020). *AGRO É TÓXICO: Somos o país que mais consome agrotóxicos no planeta?!*. Disponível em: [https://mst.org.br/2020/11/12/agro-e-toxico-somos-o-pais-que-mais-consome-agrotoxicos-no-planeta/#:~:text=Em%202017%2C%20com%20cerca%20de,audi%C3%Aancia%20em%20Bras%C3%ADlia%2C%20em%202019](https://mst.org.br/2020/11/12/agro-e-toxico-somos-o-pais-que-mais-consome-agrotoxicos-no-planeta/#:~:text=Em%202017%2C%20com%20cerca%20de,audi%C3%Aancia%20em%20Bras%C3%ADlia%2C%20em%202019.). Acesso em: 19 ago. 2024.
- MST. (2021). *O que é o Programa de Reforma Agrária Popular do MST?*. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do-mst/>. Acesso em: 27 ago. 2024.
- MST. (2023). “Celebre conosco a #FeiraDoMST!”. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gDYHrAODP5c>. Acesso em: 18 jun. 2024.
- MST. *A reforma agrária popular*. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/hoje/#:~:text=Ao%20longo%20do%20%C3%BAltimo%20per%C3%ADodo,MST%20ou%20da%20Viagem%20Campesina>. Acesso em: 27 ago. 2024.
- MST. *Apresentação*. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 27 ago. 2024.
- MST. *Bandeiras*. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 27 ago. 2024.
- MST. *Boletim Sem Terra Nº 01/1981*. Disponível em: <https://mst.org.br/download/boletim-sem-terra-no-01-1981/>. Acesso em: 27 ago. 2024.
- MST. *Frente de massas*. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 27 ago. 2024.
- MST. *Instrumentos*. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 27 ago. 2024.
- MST. *Nossa história*. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/>. Acesso em: 27 ago. 2024.
- MST. *O que é o Programa de Reforma Agrária Popular do MST?*. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do-mst/>. Acesso em: 27 ago. 2024.
- MST. *Ocupação de terras*. Disponível em: Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 27 ago. 2024.

MST. *Qual o papel da comunicação nos dias de hoje?*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S4QvI63dHzQ>. Acesso em: 27 ago. 2014.

MST. *Quem somos*. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 27 ago. 2024.

MST. *Reforma Agrária Popular*. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 27 ago. 2024.

NetLab – UFRJ. *Recomendações do NetLab UFRJ sobre o PL 2630*. Disponível em: <https://netlab.eco.ufrj.br/post/recomenda%C3%A7%C3%B5es-do-netlab-ufrj-sobre-o-pl-2630>. Acesso em: 12 ago. 2024.

Oliveira, R. (2021). “STF anula condenações da Lava Jato contra Lula e deixa seu caminho livre para 2022”. *El País*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-15/stf-anula-condenacoes-da-lava-jato-contralula-e-deixa-seu-caminho-livre-para-2022.html>. Acesso em: 22 set. 2022.

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. *Hunger Map 2023*. Disponível em: <https://www.fao.org/interactive/hunger-map-2023-embed-dark/en/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. *Brasil em resumo*. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/brasil-em-resumo/en/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

Peruzzo, C.; Marchetto, A. e Zuccolotto, P. (2016). *Comunicação popular e comunitária: um panorama brasileiro*. Disponível em: <http://portal.metodista.br/unesco/jbcc/noticias-jbcc/comunicacao-popular-e-comunitaria-um-panorama-brasileiro>. Acesso em: 27 ago. 2024.

Porto Editora. “Intervir”. *Infopédia Dicionários*. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/intervir>. 30 ago 2024.

Rede Nacional de Combate à Desinformação. Disponível em: <https://rncd.org/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

Revista Forbes. (2022). *Veja a lista das 100 maiores empresas do agronegócio do Brasil*. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2022/01/veja-a-lista-forbes-as-100-maiores-empresas-do-agro/>. Acesso em: 3 ago. 2022.

Rodrigues, F. (2013). “Vitória de Marina seria desastrosa, diz Kátia Abreu”. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/poderpolitica/2013/10/1353797-entrevista-com-katia-abreu.shtml>. Acesso em: 3 ago. 2022.

Rousseff, D. (@dilmabr). (2010). “Estou indo p/ Goiás.Tenho relação de carinho e admiração por aquela terra e seu povo.Colhem pequi,exportam softwares... Gente fabulosa!”. *Twitter*. Disponível em: <https://twitter.com/dilmabr/status/27858978187>. Acesso em: 26 nov. 2021.

Rousseff, D. (@dilmabr). (2010). “Hoje é o Dia Mundial do Meio Ambiente, dia de refletir sobre a preservação do planeta. <http://bit.ly/csDpAk>”. *Twitter*. Disponível em: <https://twitter.com/dilmabr/status/15497631120>. Acesso em: 6 mar. 2024.

Rousseff, D. (@dilmabr). (2010). “Indo a Ribeirão Preto p/o Agrishow (...). Este ano,há também produtos p/agricultura familiar”. *Twitter*. Disponível: <https://twitter.com/dilmabr/status/13064152543>. Acesso em: 19 dez. 2021.

Rousseff, D. (@dilmabr). (2010). “Uma data para refletir sobre o planeta”. *Arquivo.org*. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20100608065324/http://www.dilmanaweb.com.br:80/noticias/entry/dia-de-refletir-sobre-a-saude-do-planeta/>. *Twitter*. Acesso em: 24 nov. 2021.

Sampaio, P. A.; Tierra, P. e Russo, O. (2009). “Em defesa da democracia e do MST, por Plínio de Arruda Sampaio, Pedro Tierra e Osvaldo Russo”. *Fundação Perseu Abramo*. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2009/09/21/em-defesa-da-democracia-e-do-mst-por-plinio-de-arruda-sampaio-pedro-tierra-e-osvaldo-russo/>. Acesso em: 5 mar. 2024.

Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia do Brasil. *Balança comercial brasileira*. Disponível em: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano>. Acesso em: 27 jan. 2021.

- Silva, M. (2022). *3º Encontro virtual de comunicadores e comunicadoras anti-imperialistas da América Latina e Caribe*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SzqhQExLeqo&ab_channel=TERTULIASENCUARENTENAHLV.
- Stédile, J. P. (@stedile_mst). (2022). “Agro é golpe, agro é fome, agro é fogo” [imagem]. *Twitter*. Disponível em: https://twitter.com/stedile_mst/status/1595114651507097601/photo/1. Acesso em: 28 dez. 2022.
- Taddei, R.; Bulamah, R. e Schavelzon, S. (2020). *Bolsonaro and the unmaking of Brazil*. Disponível em: <https://culanth.org/fieldsights/series/bolsonaro-and-the-unmaking-of-brazil>. Acesso em: 27 ago. 2024.
- Terra de Direitos. (2017). *CONAQ e terra de Direitos protocolam denúncia contra Bolsonaro por racismo*. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/conaq-e-terra-de-direitos-protocolam-denuncia-contra-bolsonaro-por-racismo/22449>. Acesso em: 24 mar. 2024.
- Tribunal Superior Eleitoral. (2010). Portal de dados abertos do TSE. Disponível em: https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/?_tags_limit=0&tags=Ano+2010. Acesso em: 14 mar. 2024.
- Tribunal Superior Eleitoral. (2014). *Portal de dados abertos do TSE*. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/?tags=Ano+2014>. Acesso em: 14 mar. 2024.
- Tribunal Superior Eleitoral. (2020). Eleições 2020: conheça os maiores colégios eleitorais do país e o perfil do eleitorado brasileiro. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Novembro/eleicoes-2020-conheca-os-maiores-colegios-eleitorais-do-pais-e-o-perfil-do-eleitorado-brasileiro>. Acesso em: 27 ago. 2024.
- TV UOL. (2010). *CNA promove encontro com presidentiáveis no DF*. Disponível em: <https://tvuol.uol.com.br/video/cna-promove-encontro-com-presidenciaveis-no-df-0402193768DC9933A6>. Acesso em: 9 fev. 2024.
- Twitter. (2010). #100%. Blog do Twitter. Disponível em: https://blog.x.com/en_us/a/2010/100. Acesso em: 28 ago. 2024.
- Twitter. (2013). *Picture this: More visual Tweets*. Blog do Twitter. Disponível em: https://blog.x.com/en_us/a/2013/picture-this-more-visual-tweets. Acesso em: 28 ago. 2024.
- Twitter. (2014). *The spirit of experimentation and the evolution of your home timeline*. Disponível em: https://blog.twitter.com/official/en_us/a/2014/the-spirit-of-experimentation-and-the-evolution-of-your-home-timeline.html. Acesso em: 29 set. 2022.
- Twitter. (2017). *Using Deep Learning at Scale in Twitter's Timelines*. Koumchatzky, N. e Andryeyev, A. Blog do Twitter. Disponível em: https://blog.twitter.com/engineering/en_us/topics/insights/2017/using-deep-learning-at-scale-in-twitters-timelines. Acesso em: 7 out. 2022.

Apêndice 1. A transformação agro-socioambiental brasileira da redemocratização a 2019 – compilação de dados secundários

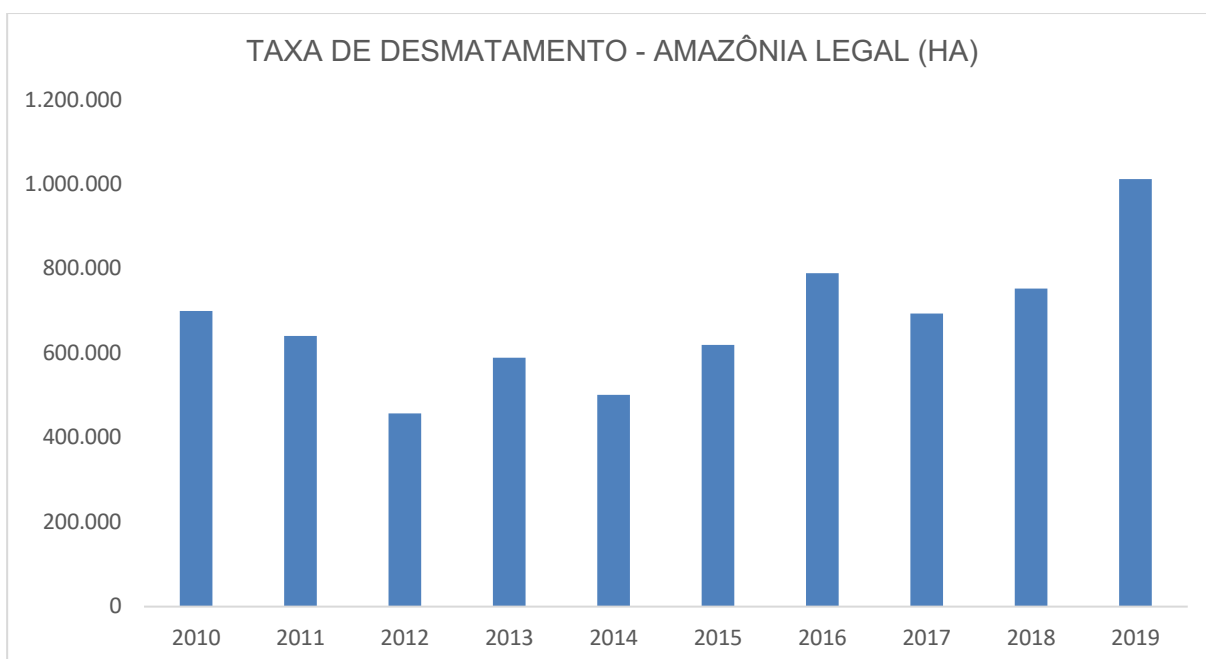
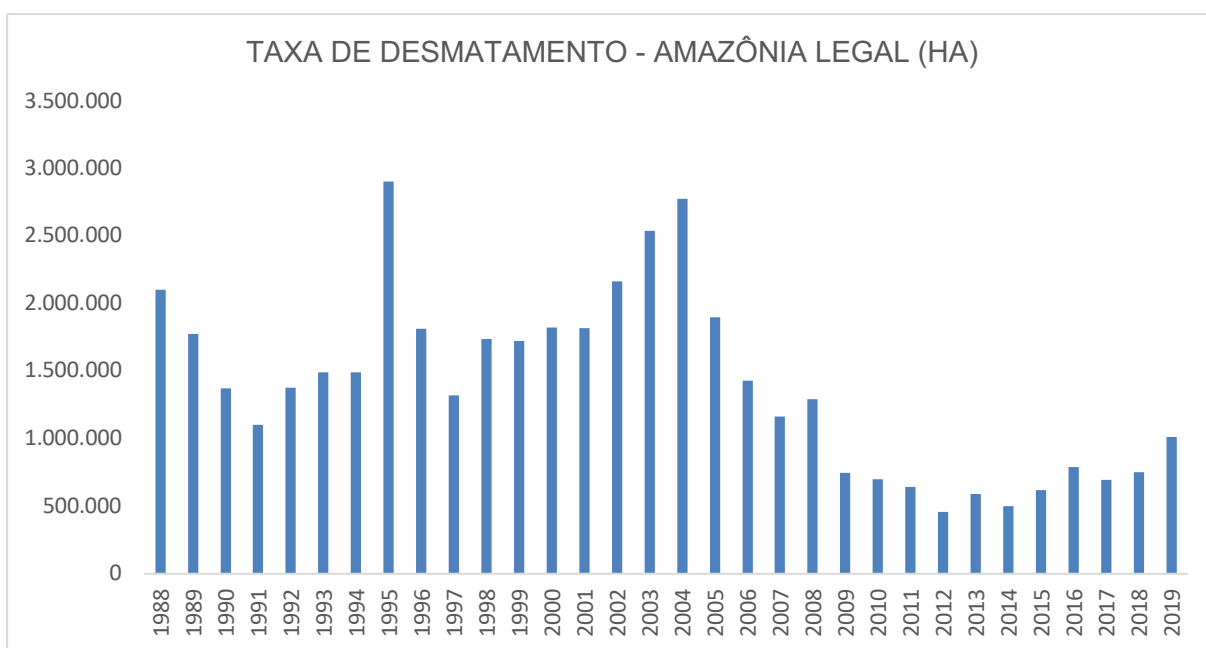
Transformação e degradação de biomas

Adaptado do projeto Terra Brasilis – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

(Disponível em:

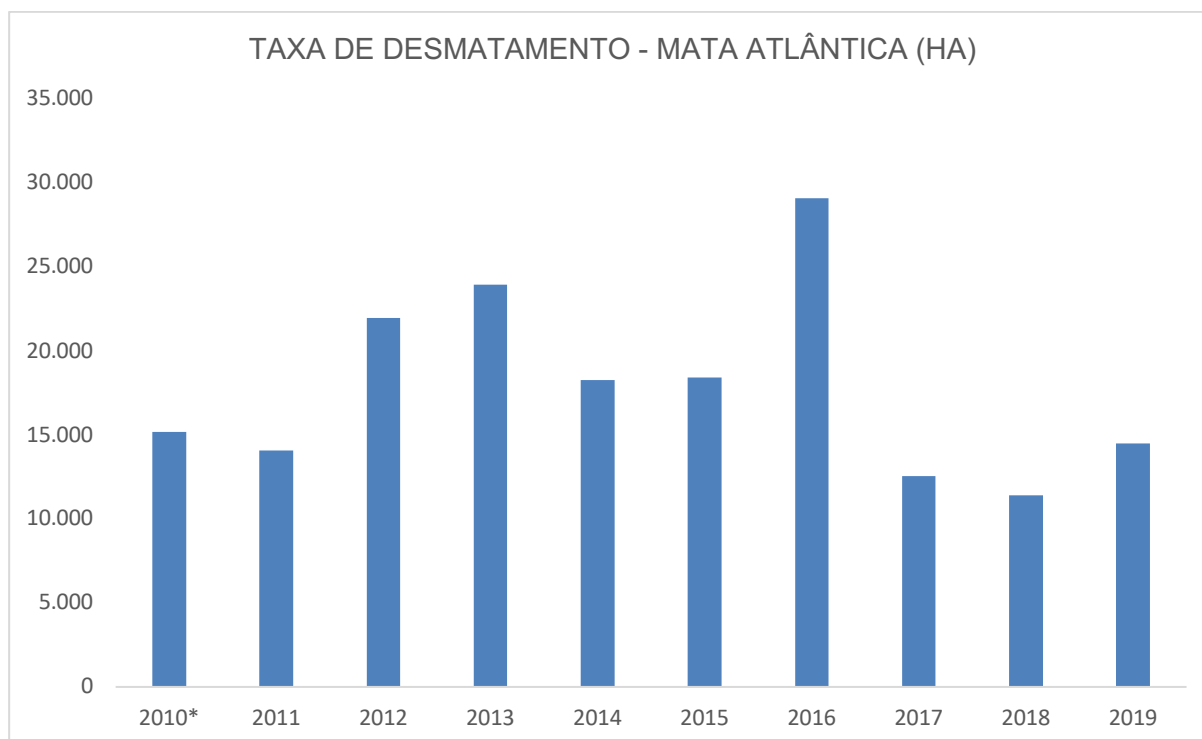
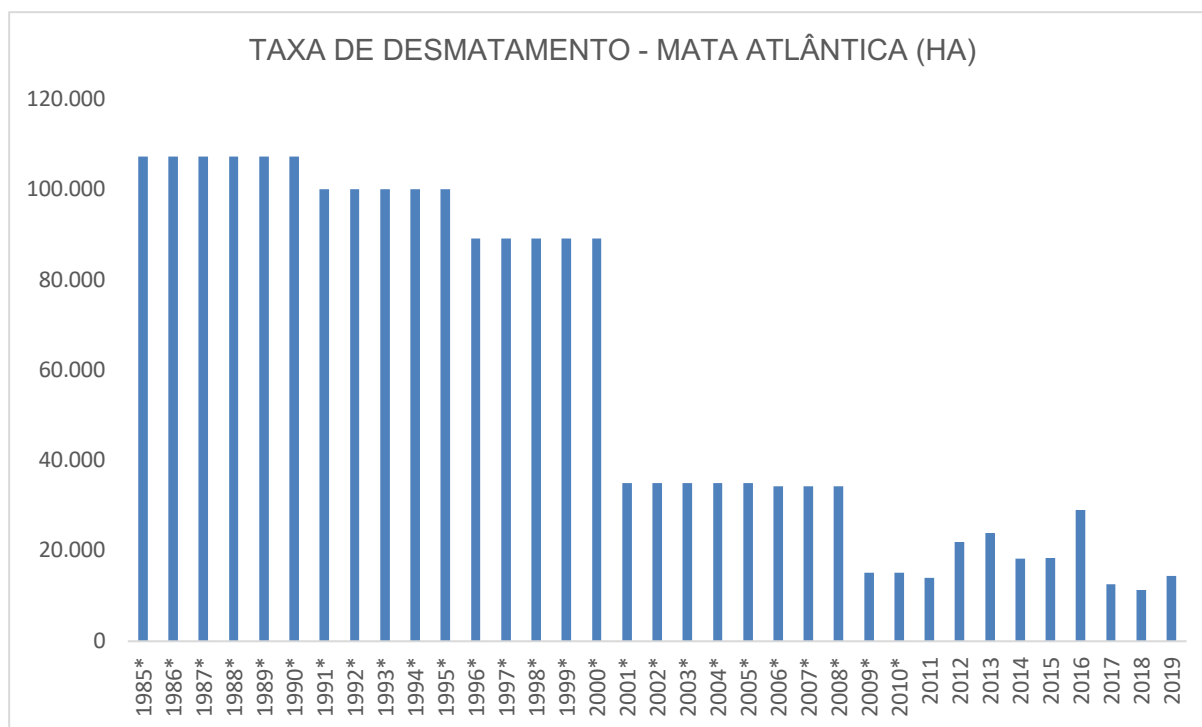
http://terrabilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates.

Acesso em: 24 jan. 2021)



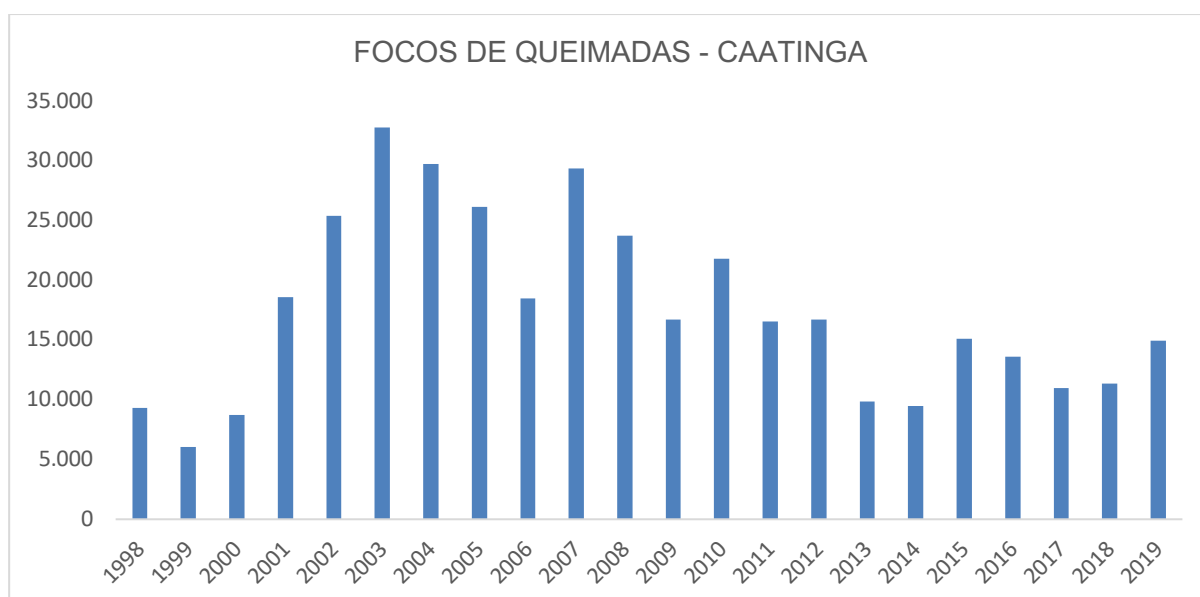
Adaptado do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

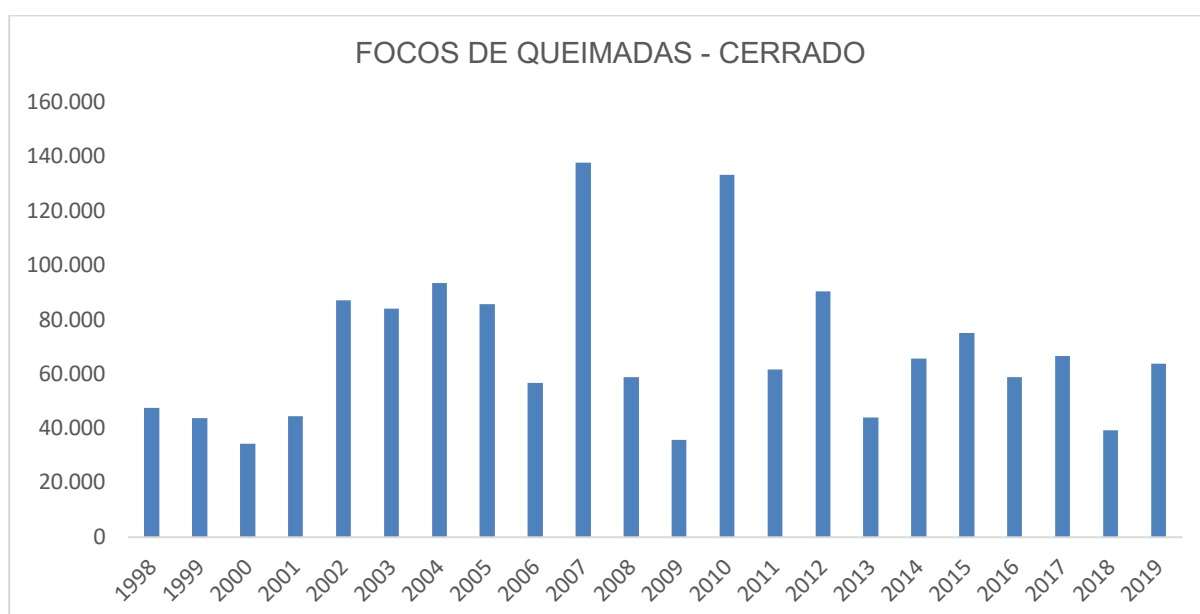
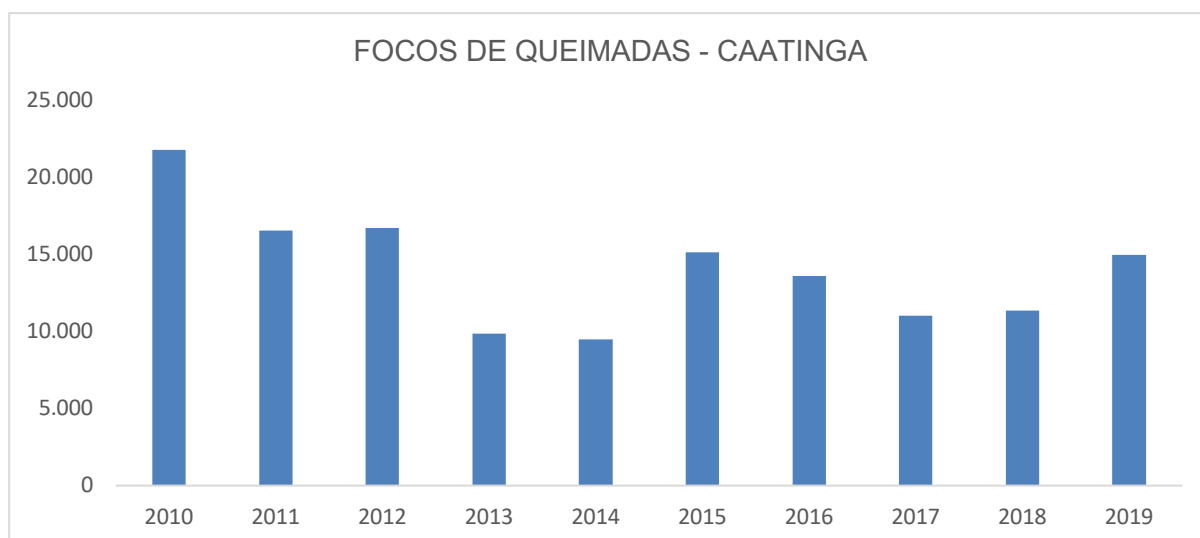
(Disponível em: http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5450. Acesso em: 22 nov. 2020)

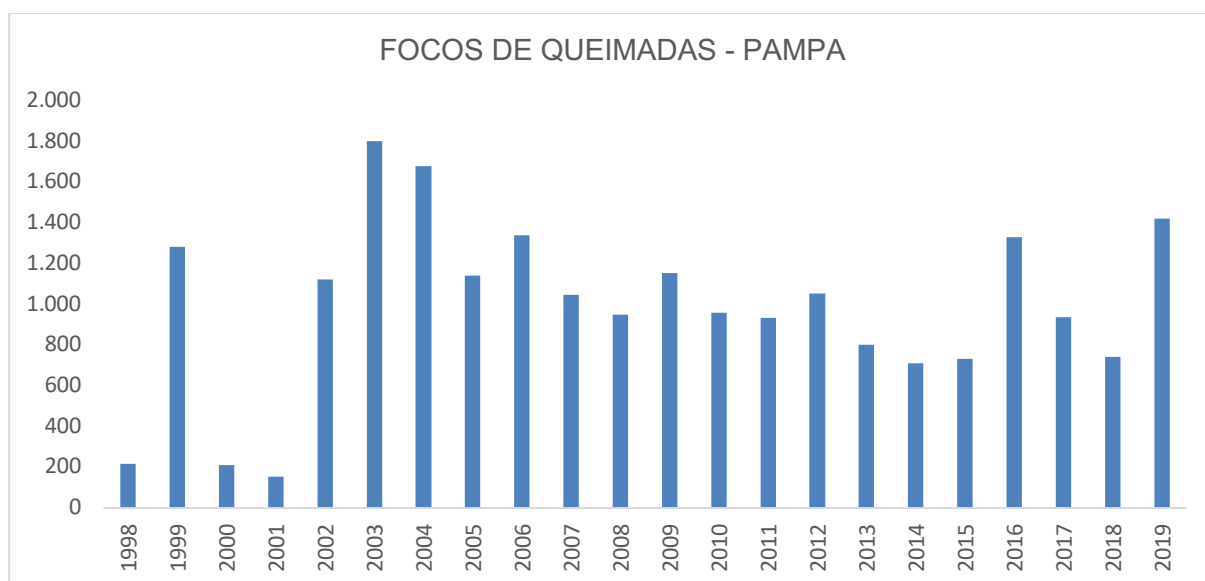
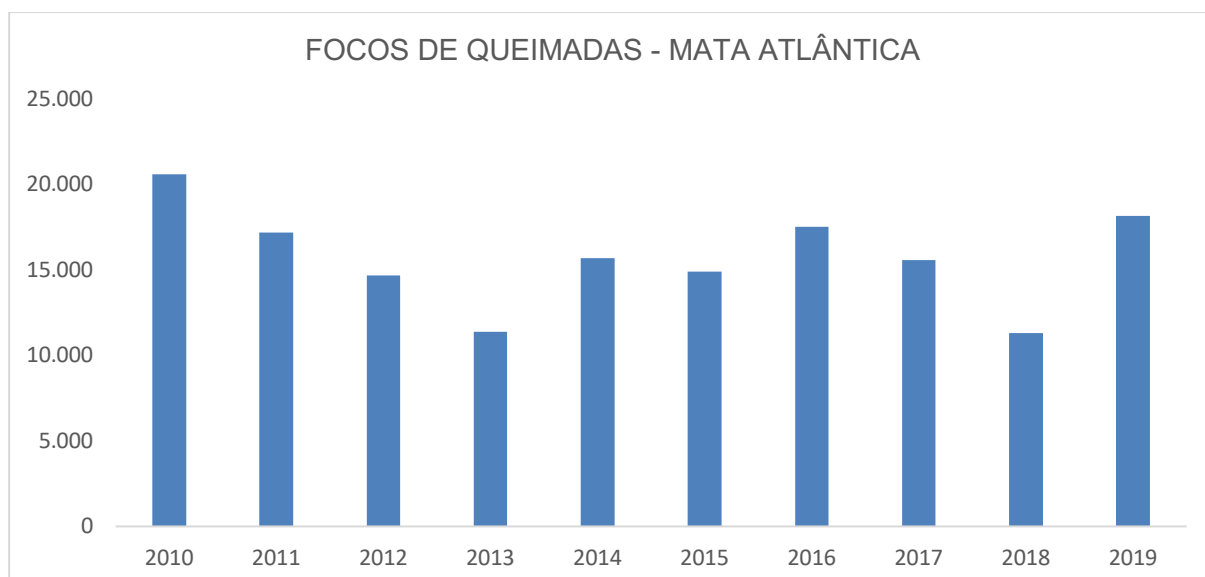
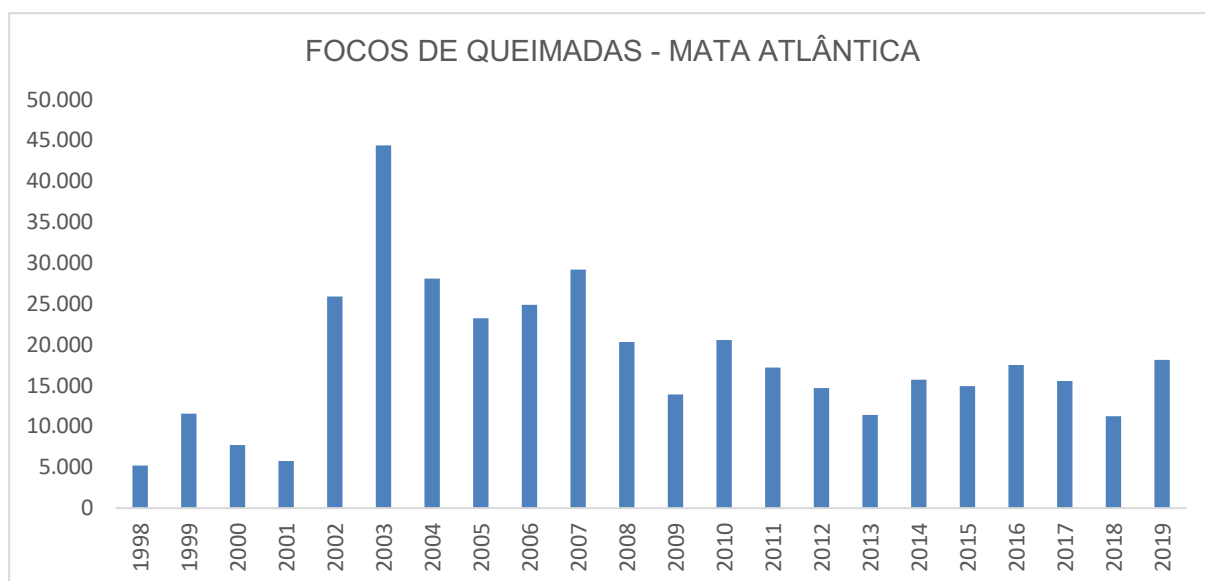


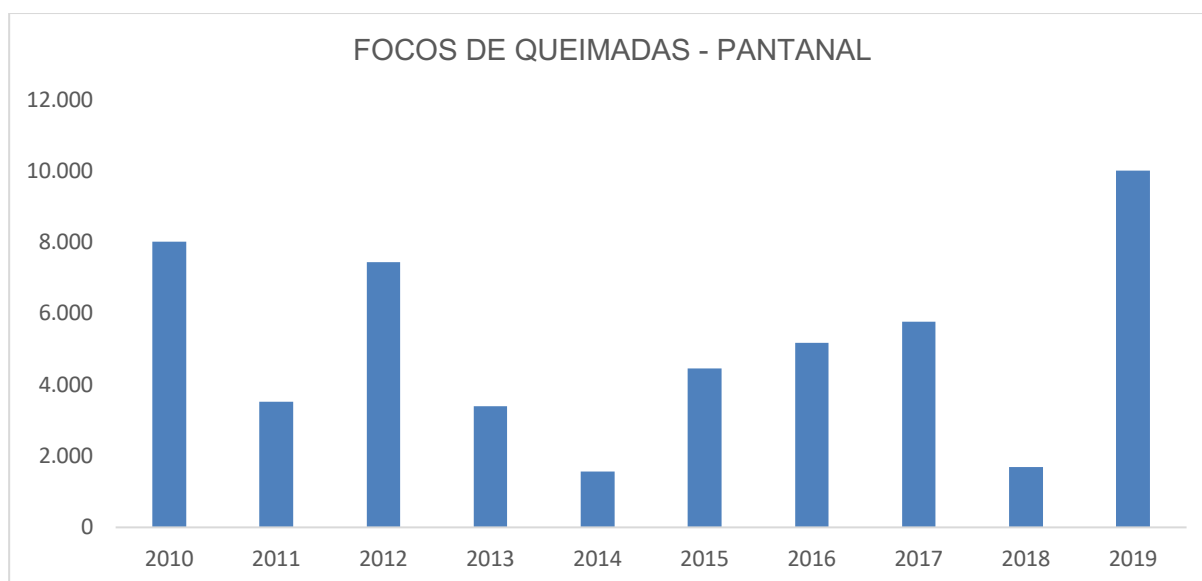
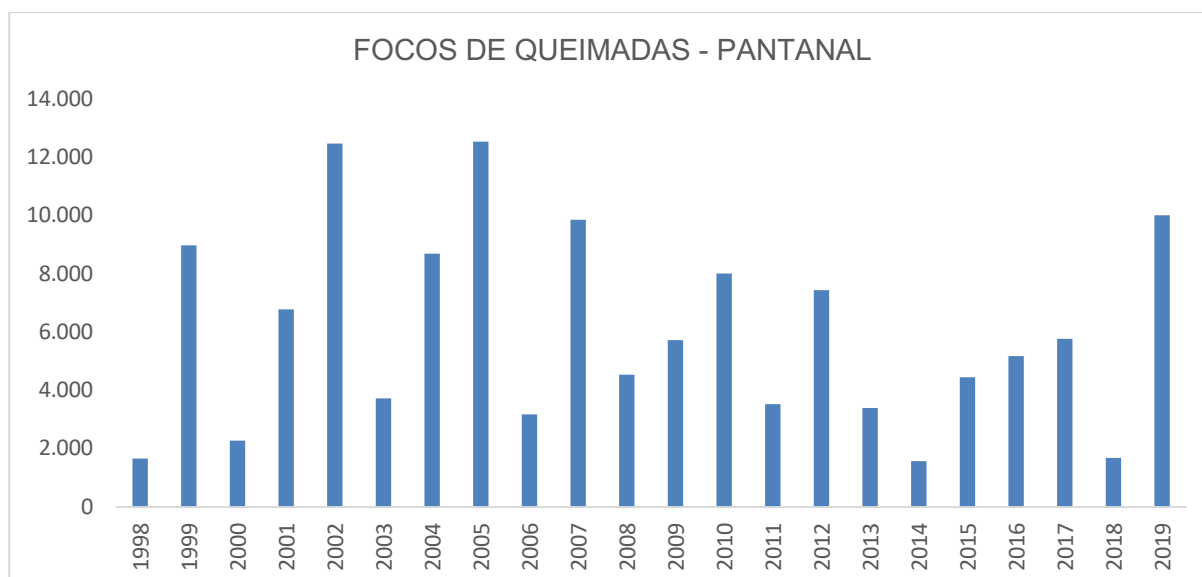
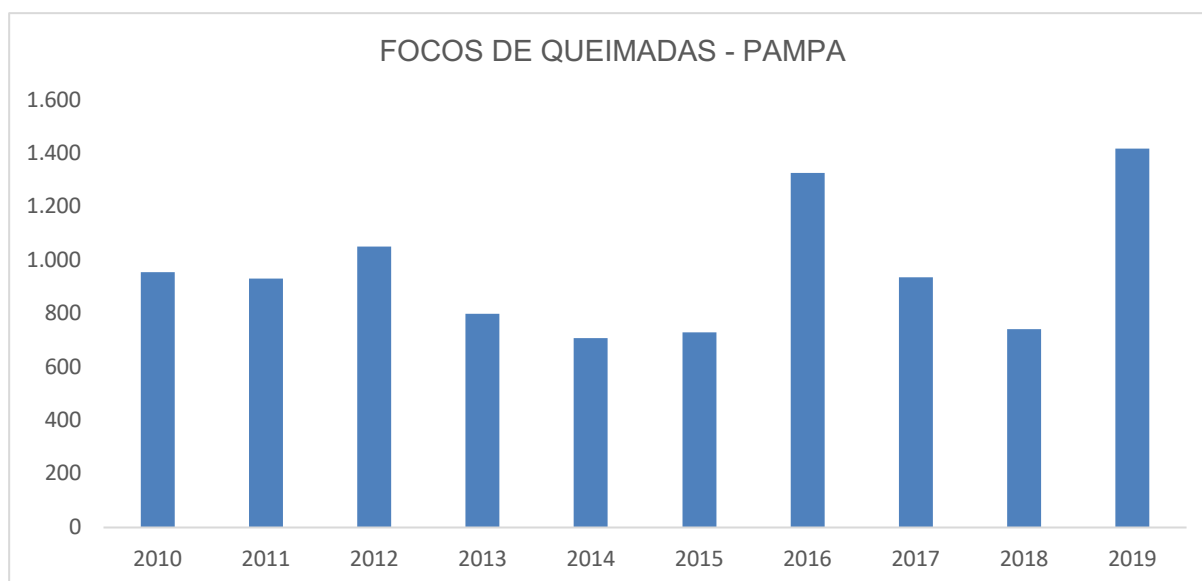
* média entre anos de igual valor.

Adaptado do Programa Queimadas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
 (Disponível em: http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/porta-static/estatisticas_estados/.
 Acesso em: 24 jan. 2021)



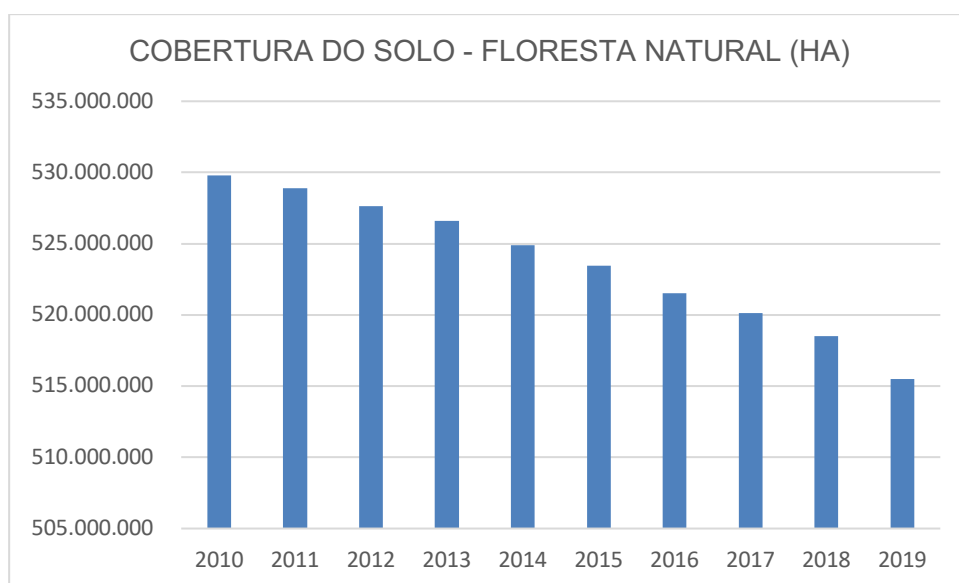
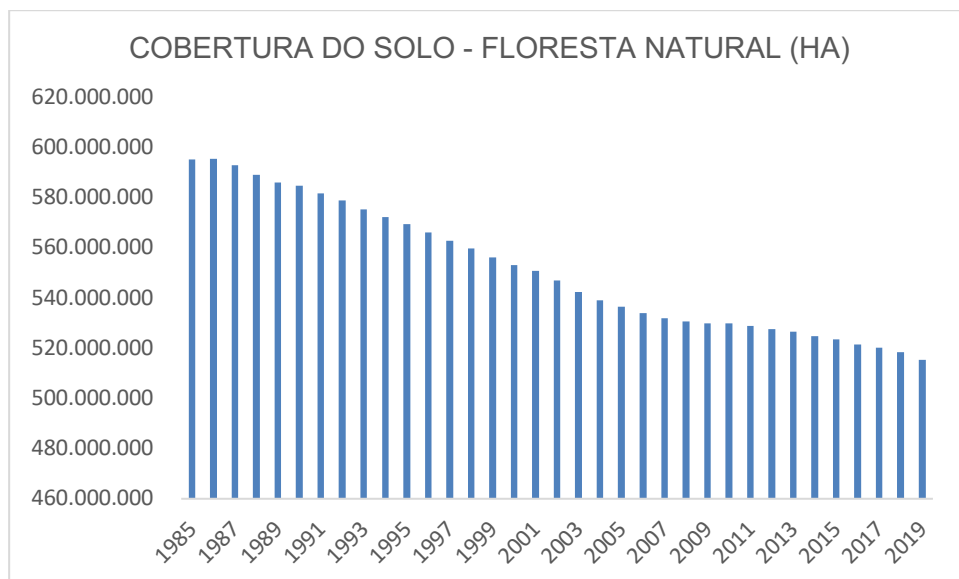


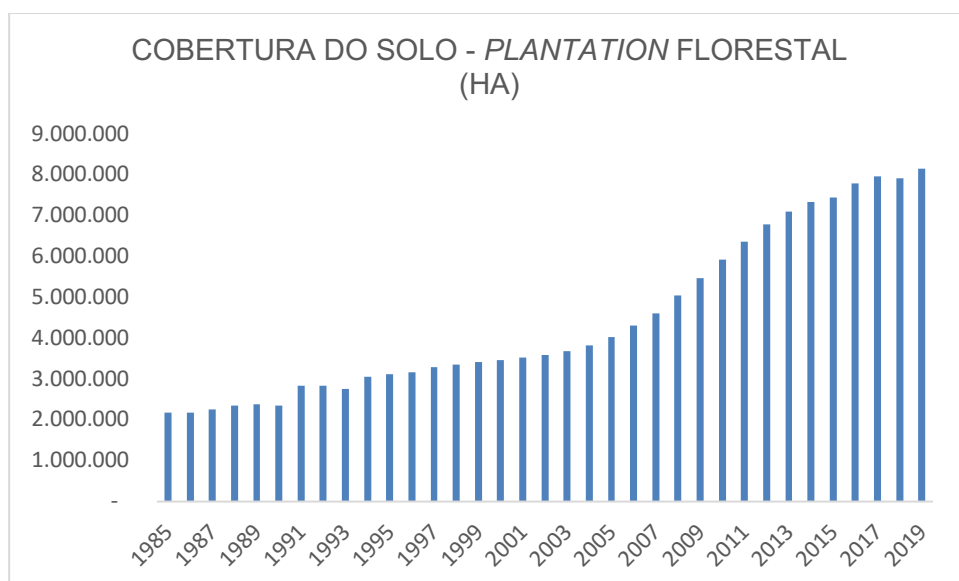
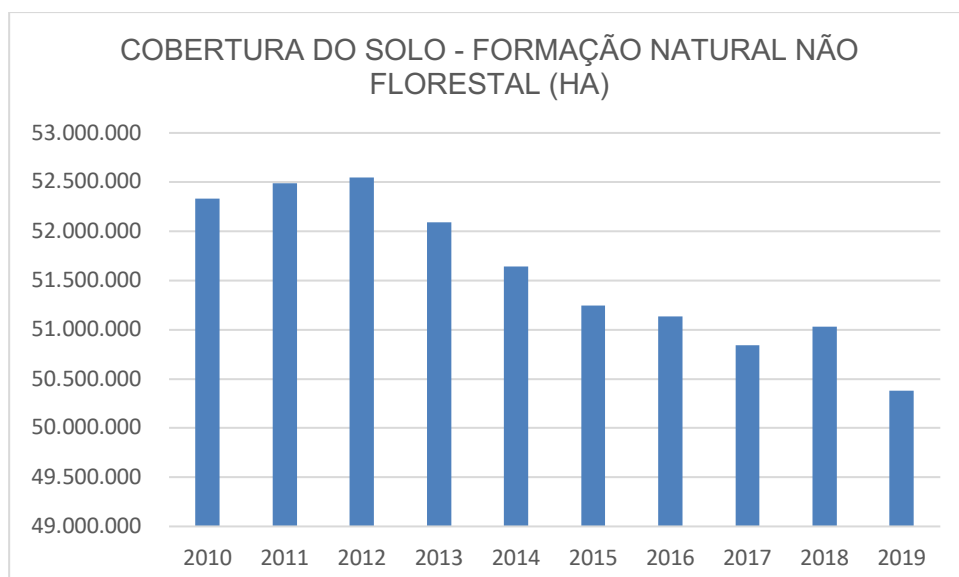
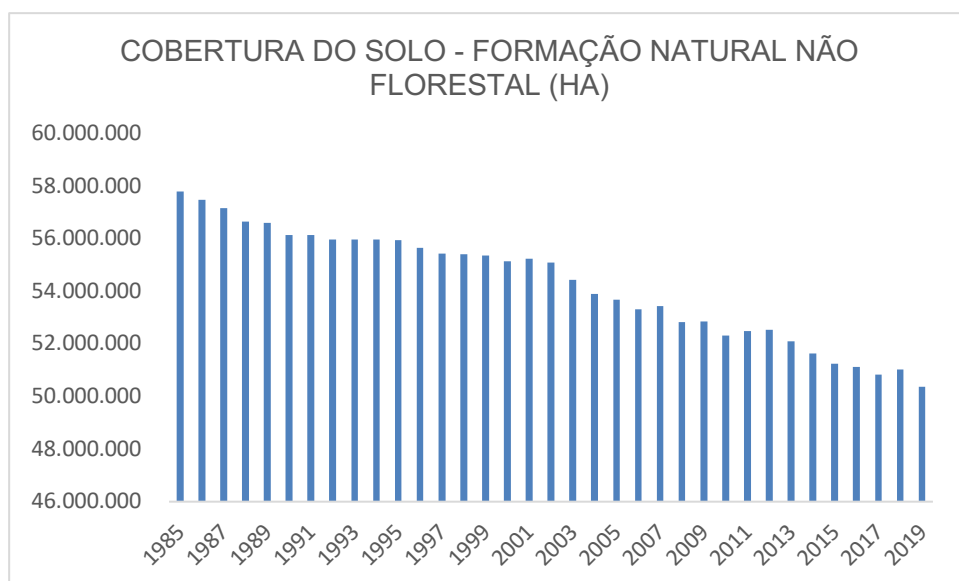


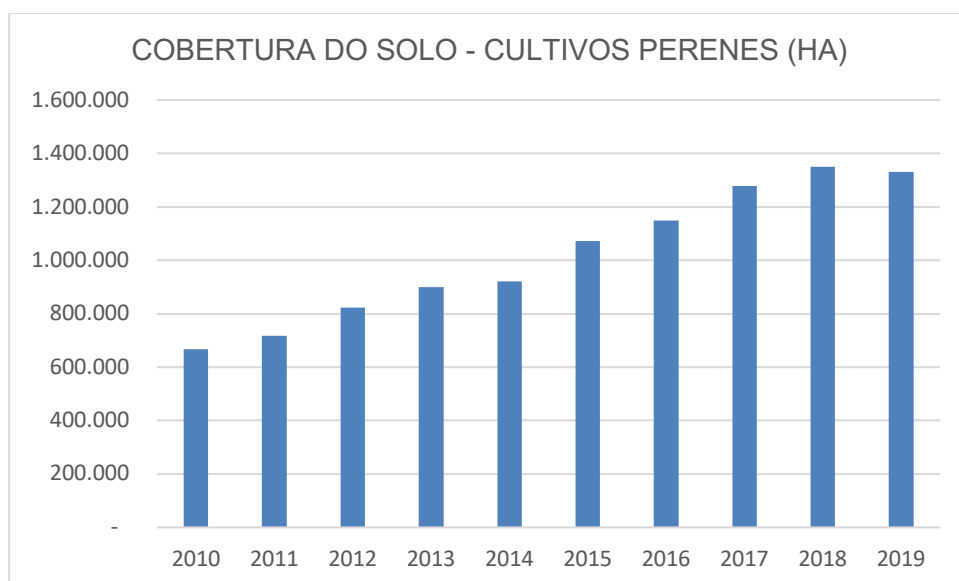
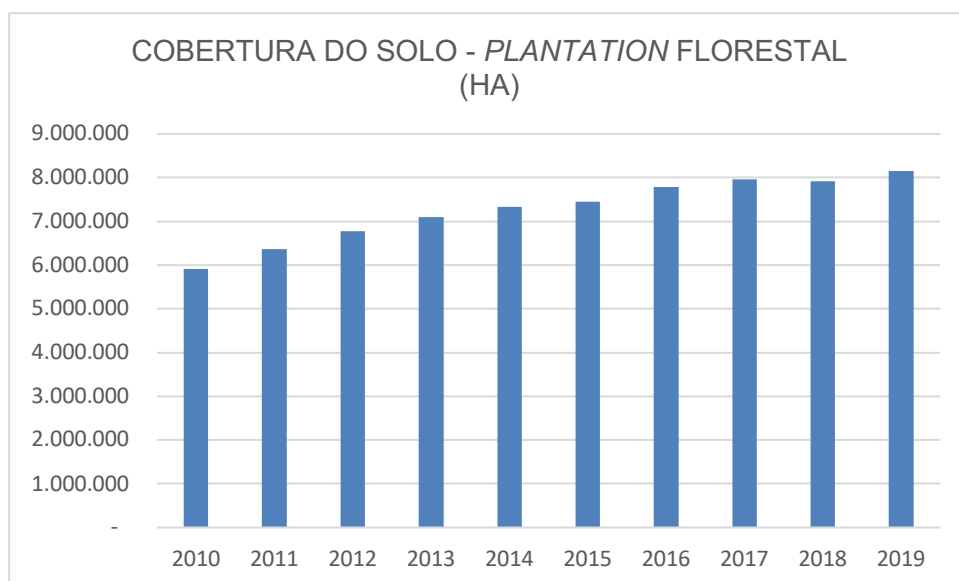


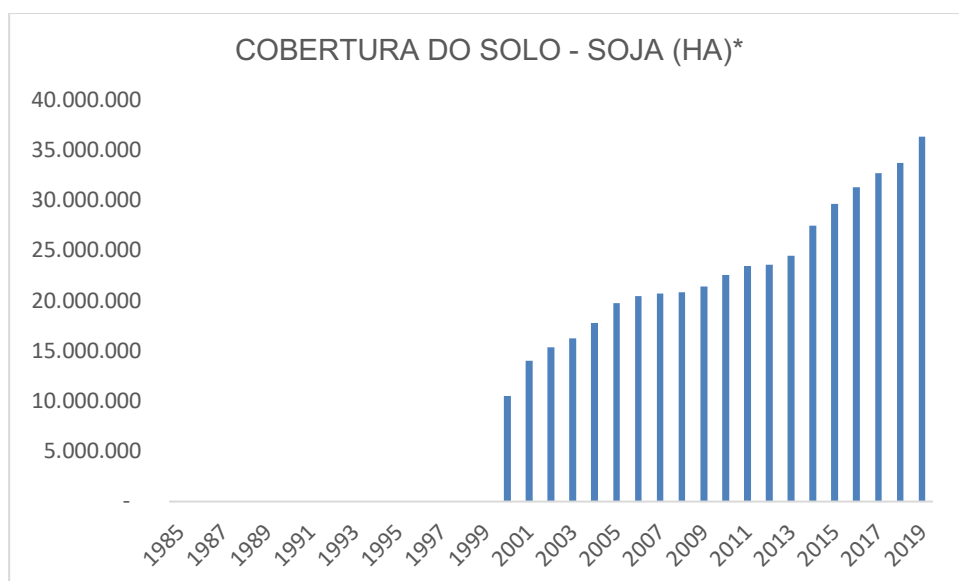
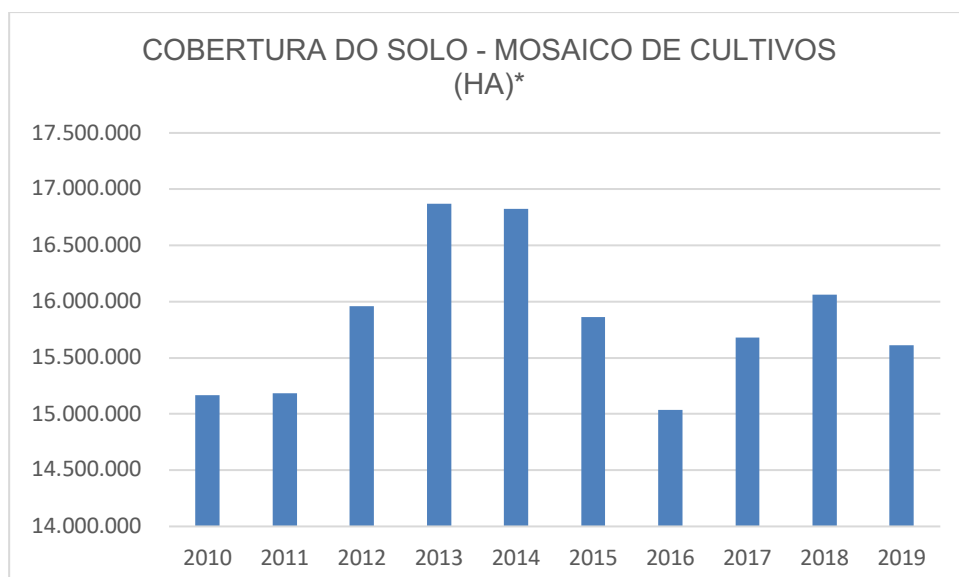
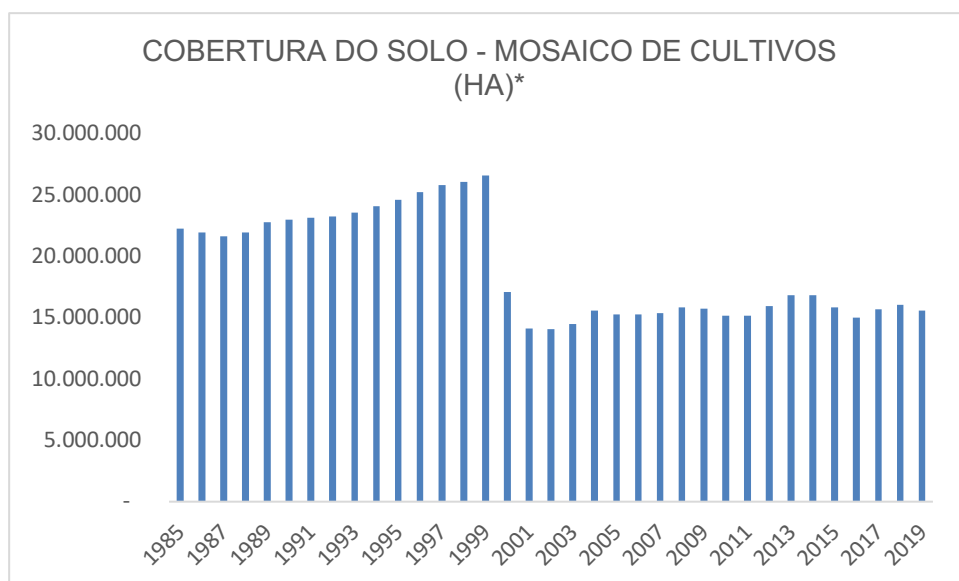
Adaptado do Projeto MapBiomias – Coleção 5.0 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil

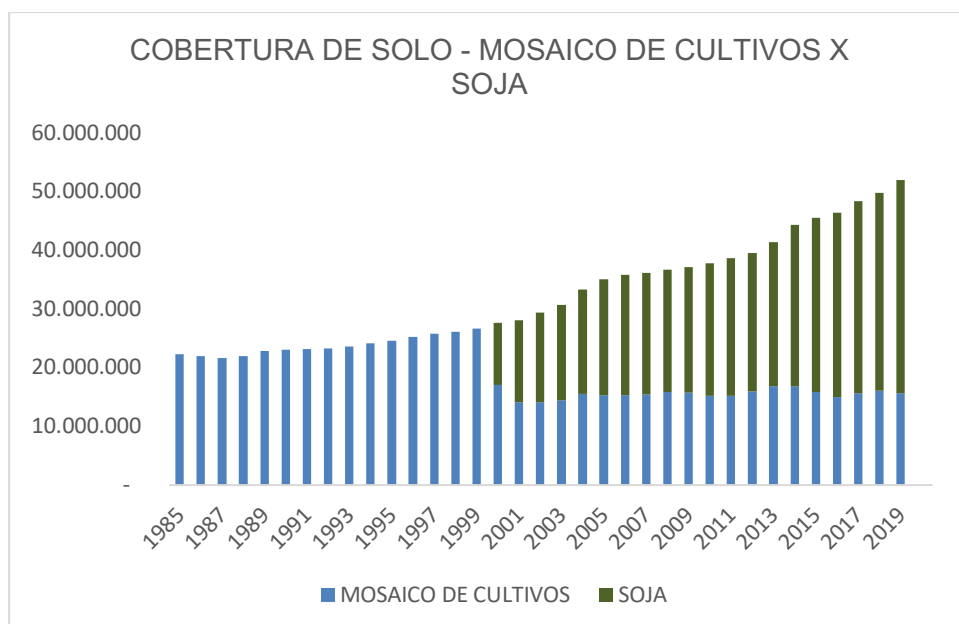
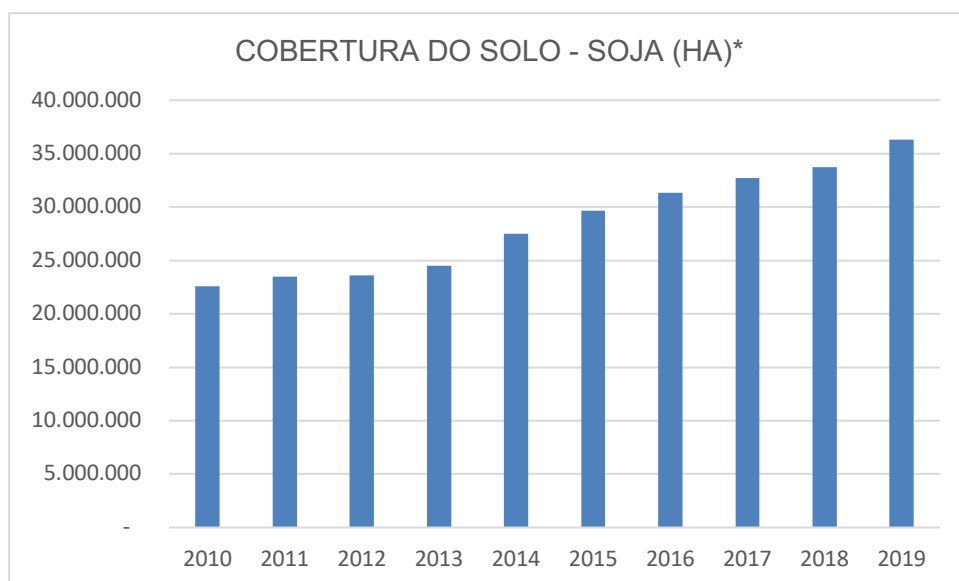
(Disponível em: <https://plataforma.mapbiomas.org/>. Acesso em 22 nov. 2020)



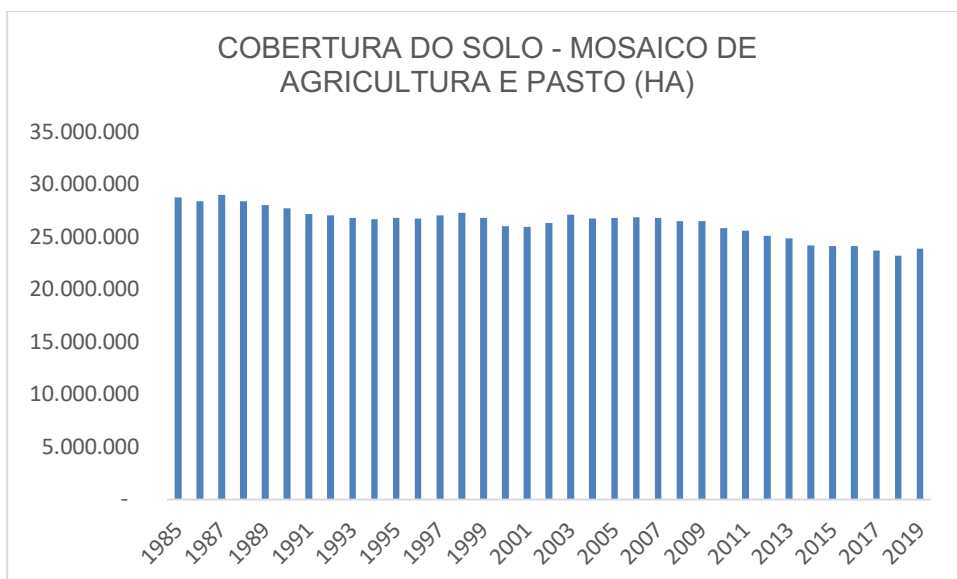
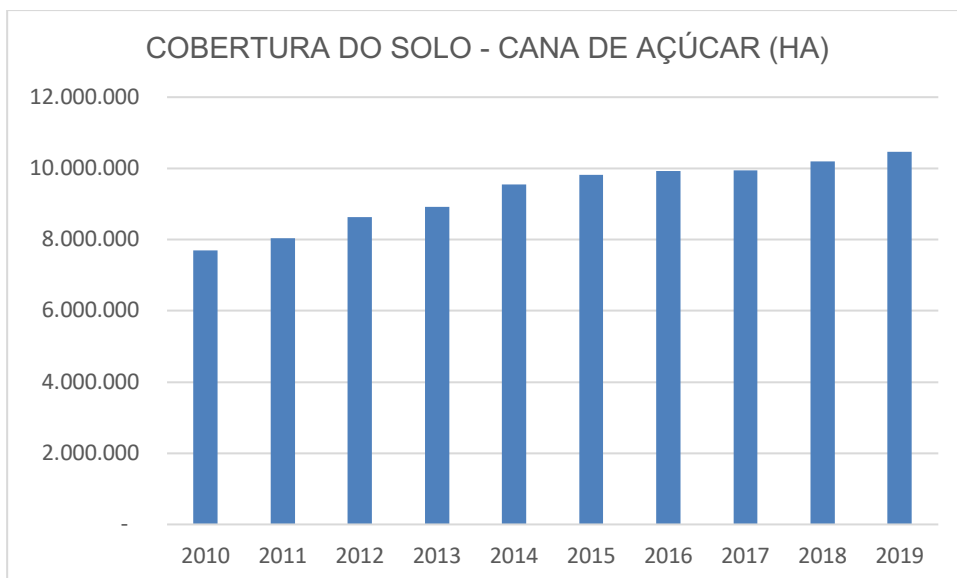
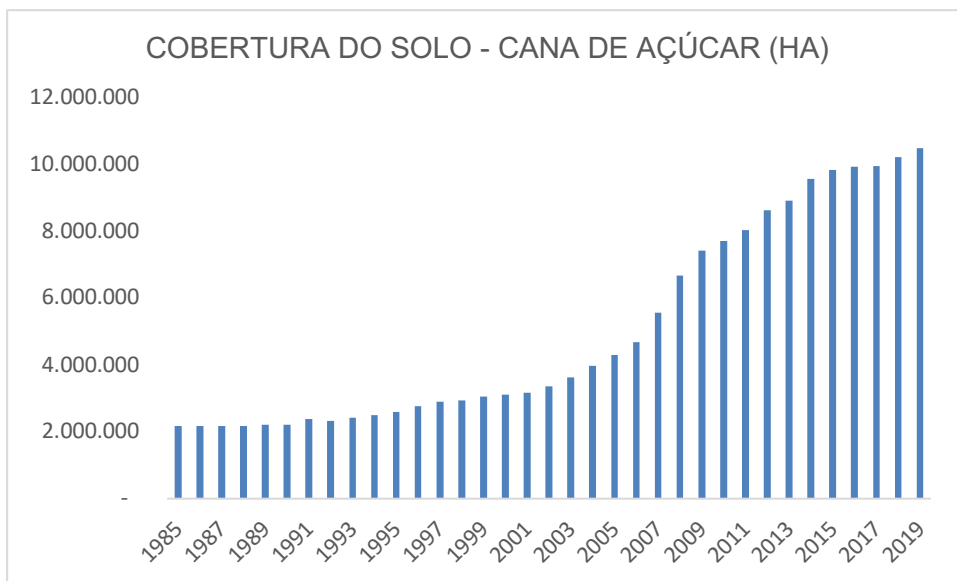


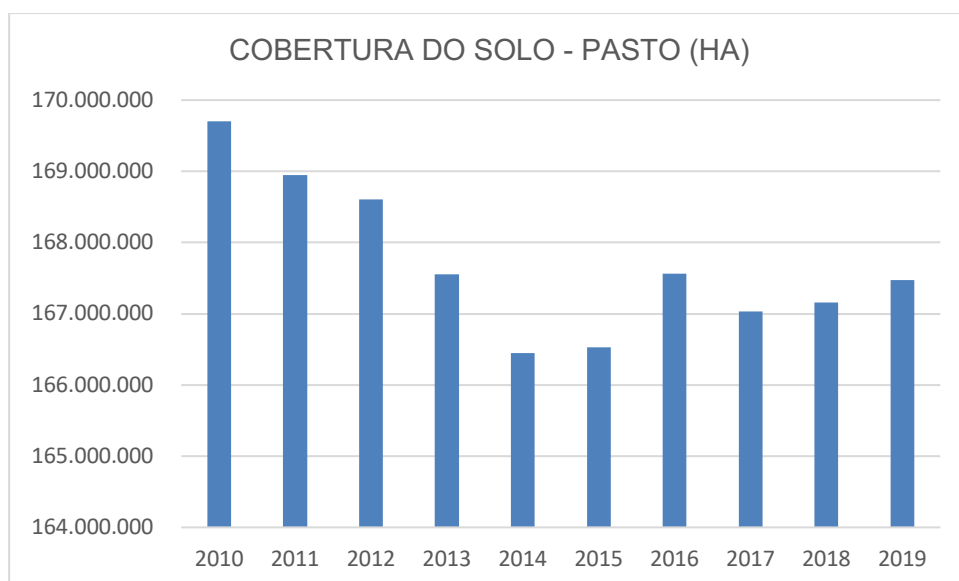
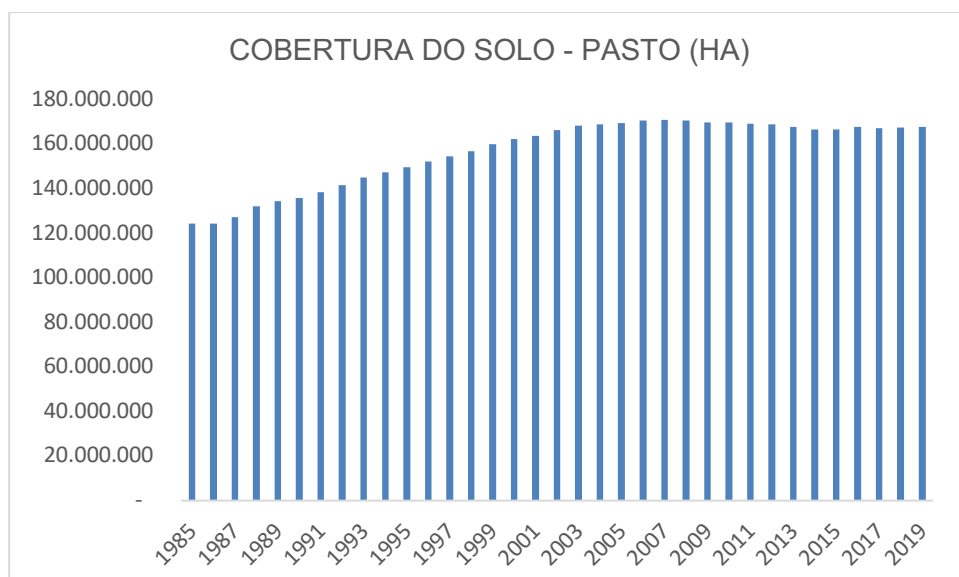
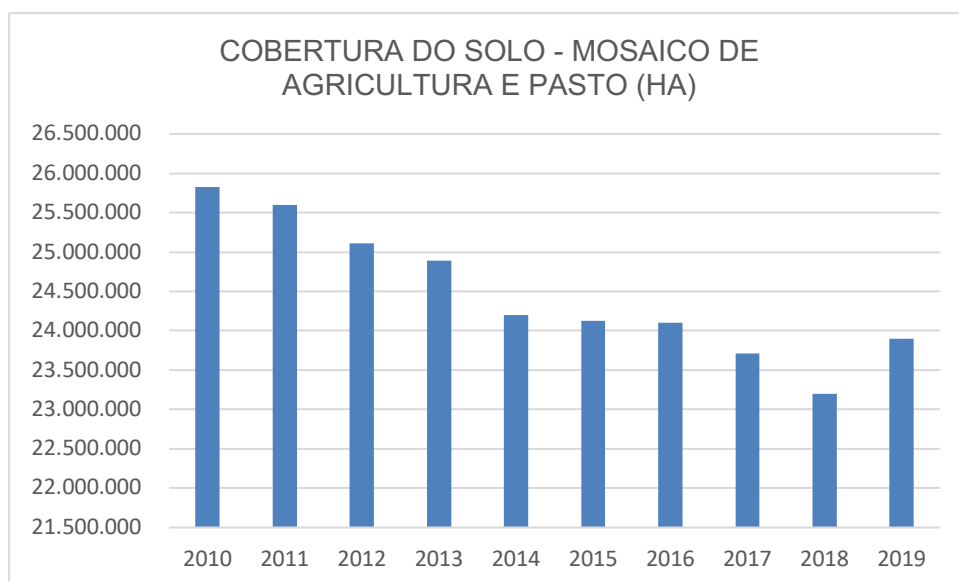


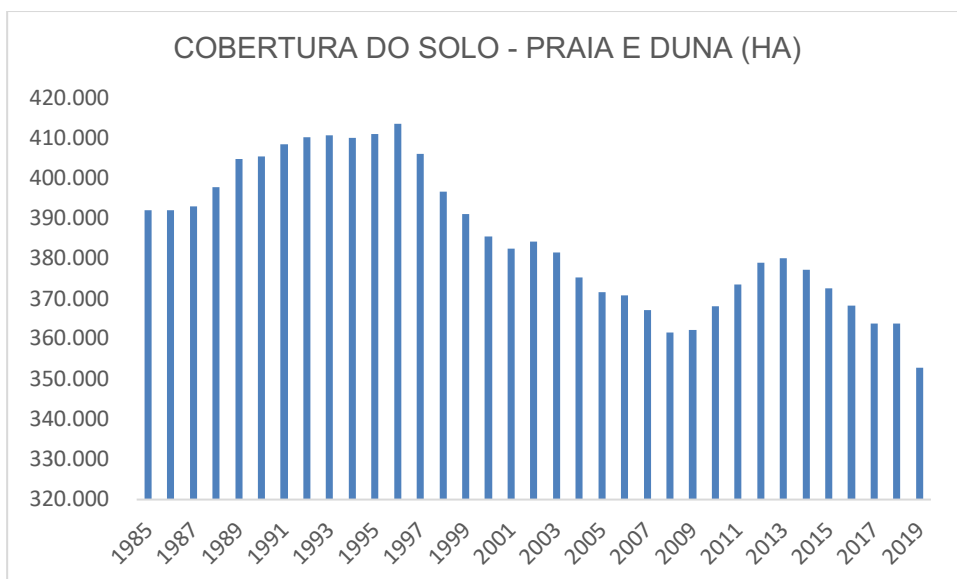
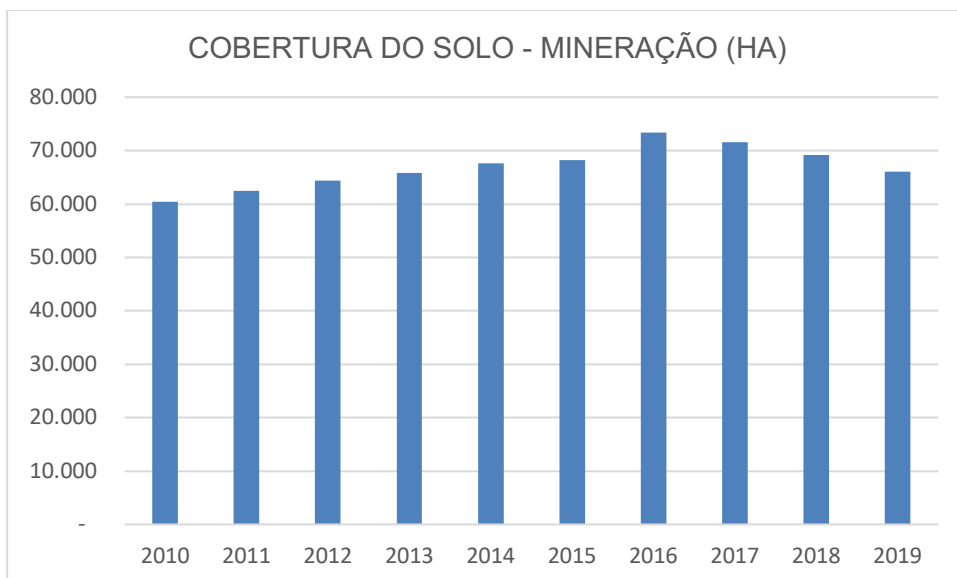
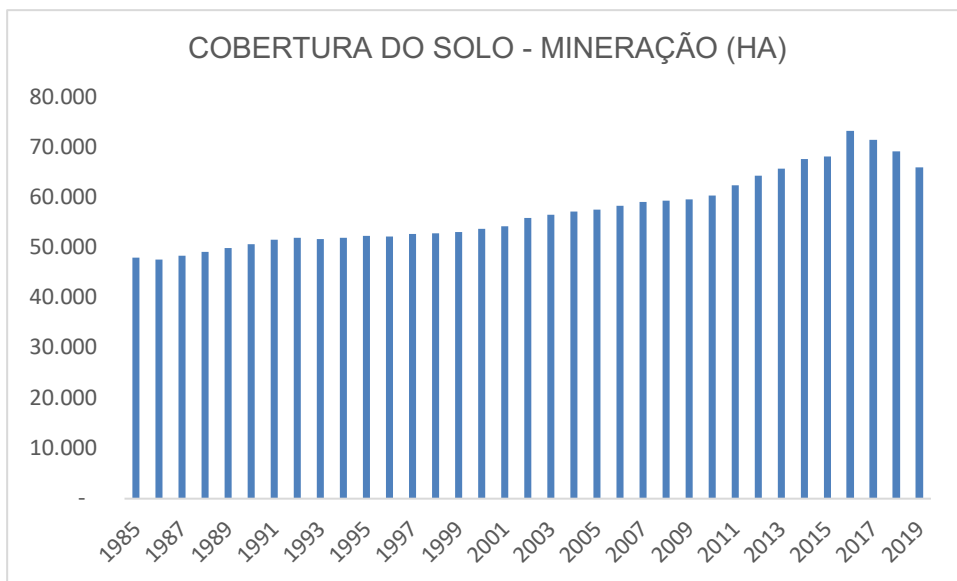


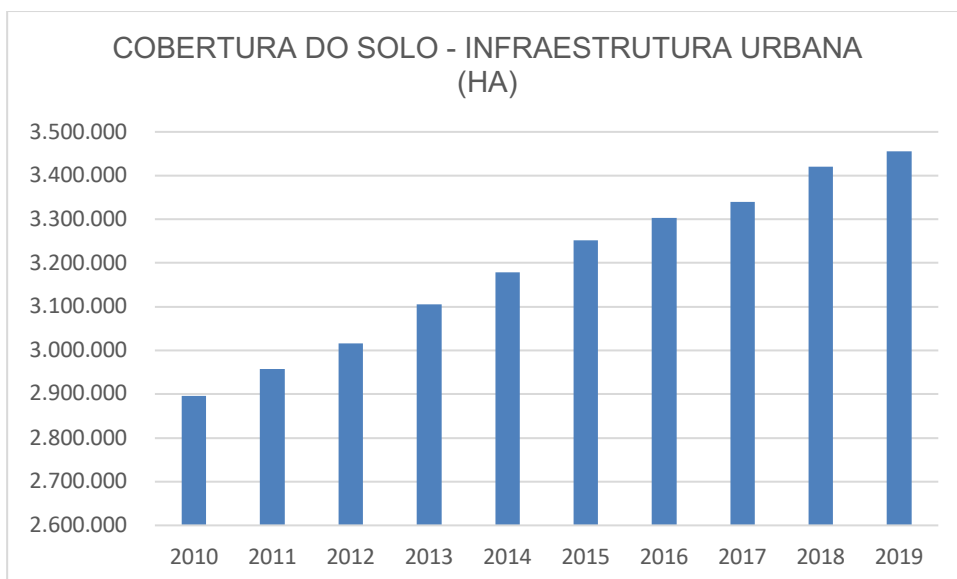
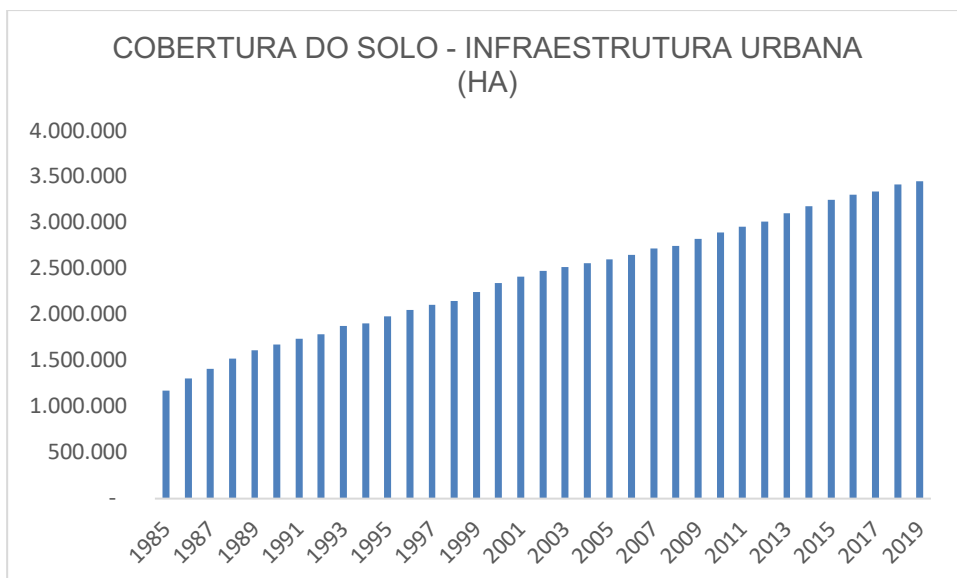
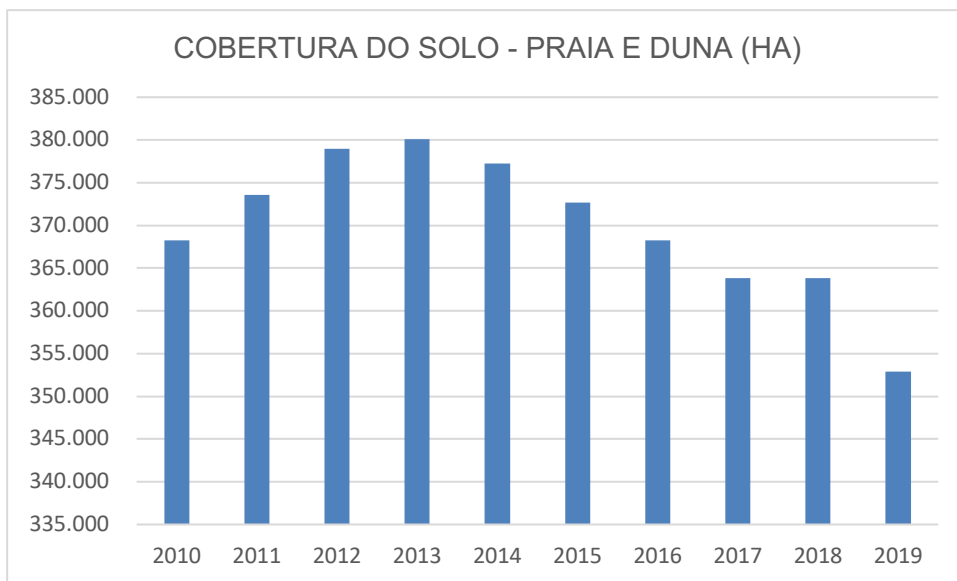


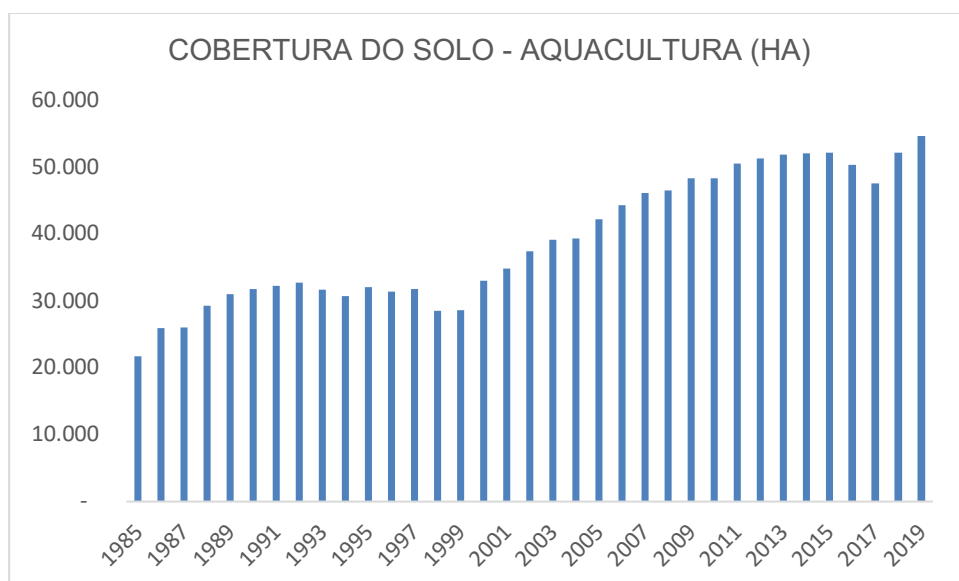
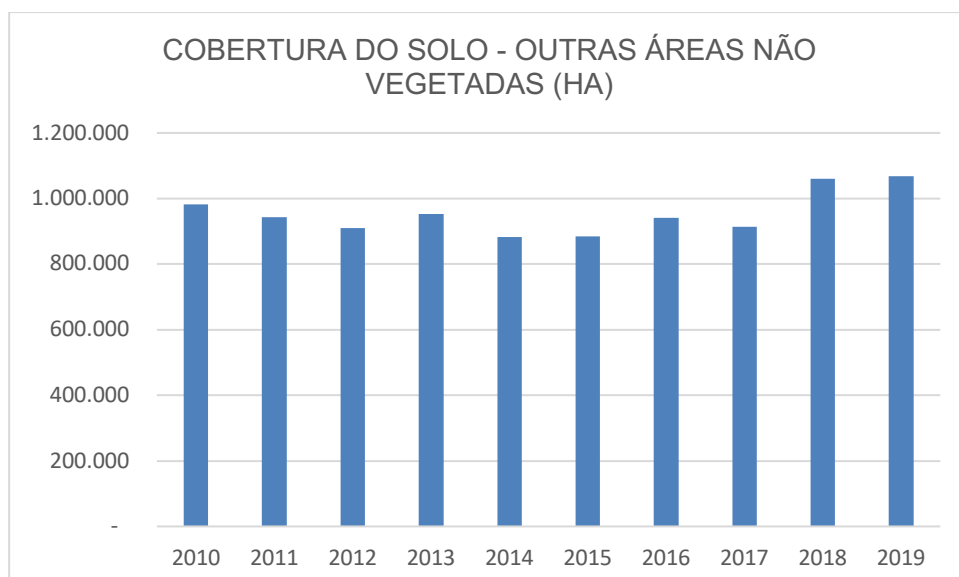
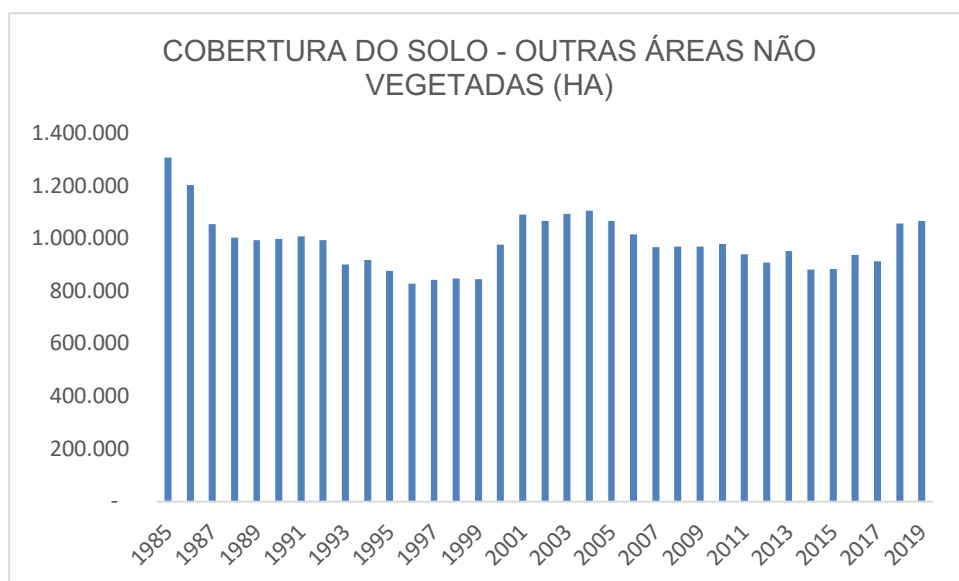
* Até o ano 2000 o cultivo de soja era contabilizado junto à categoria mosaico de cultivos.

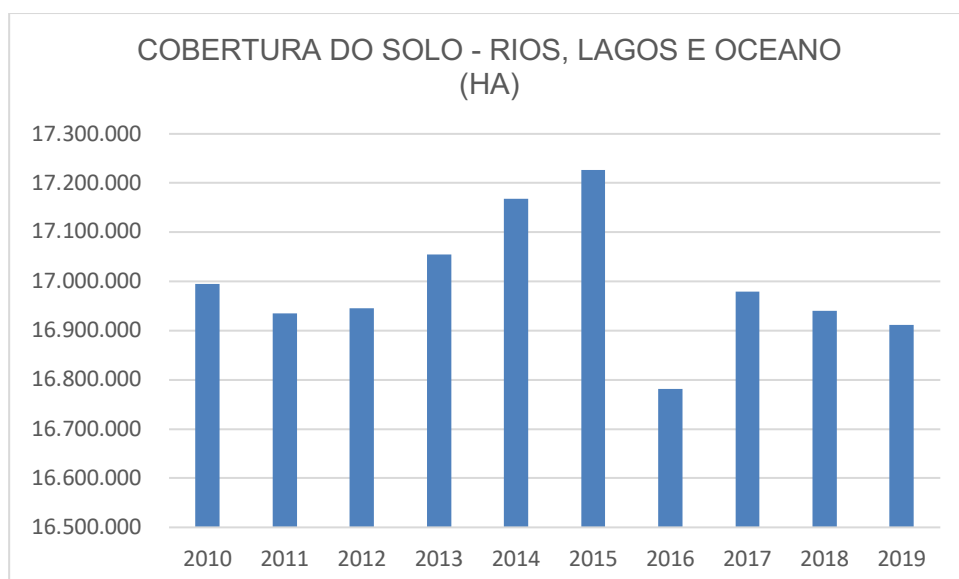
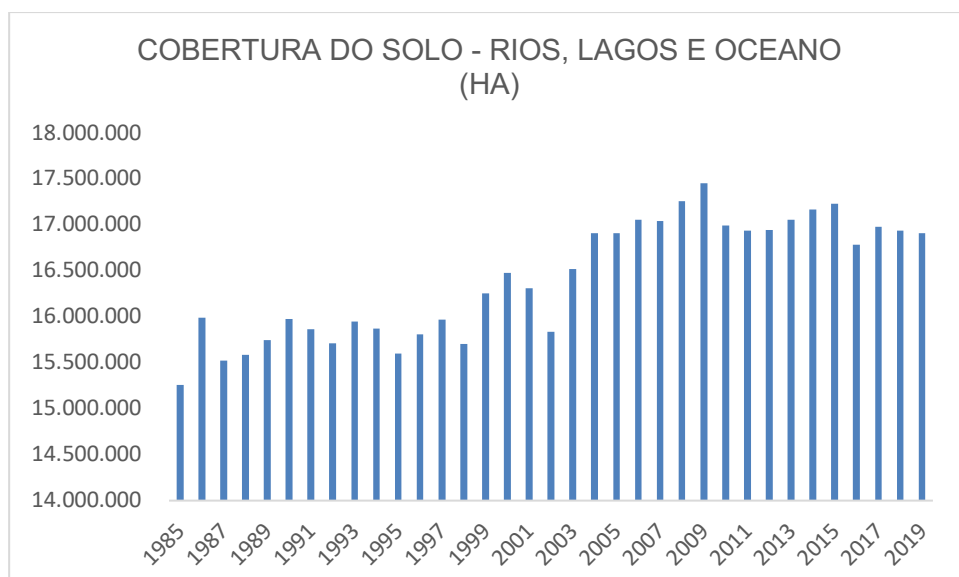
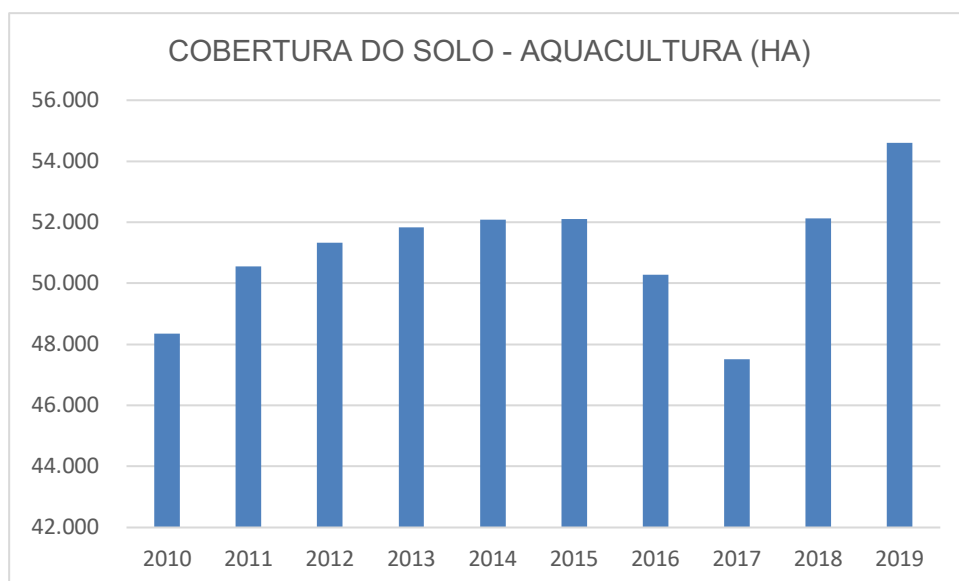


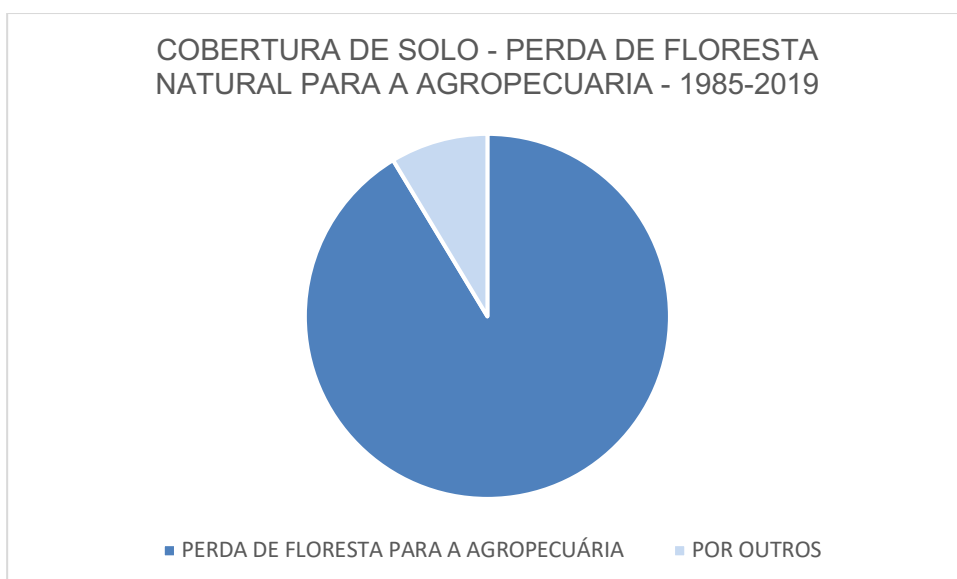


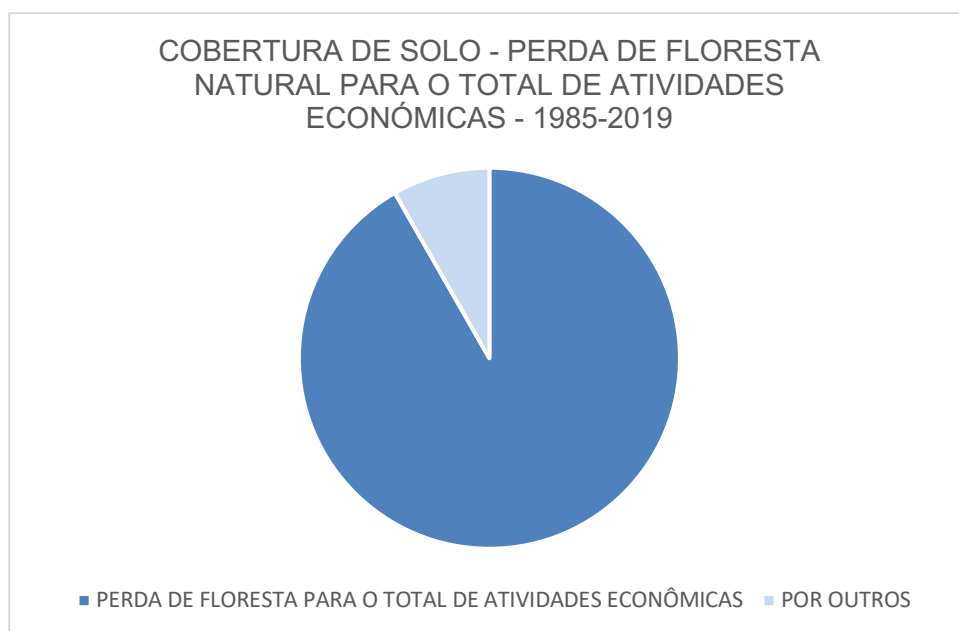








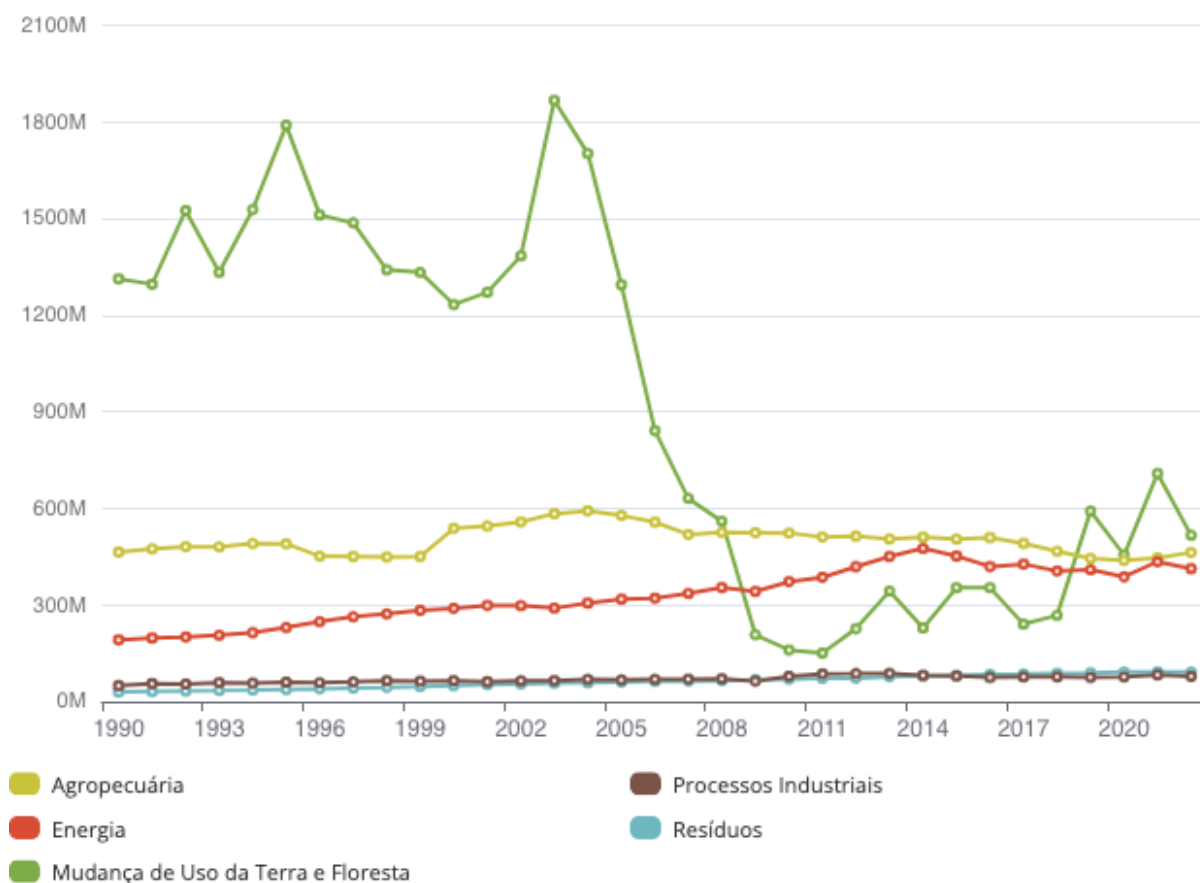




Emissões de gases de efeito estufa

Retirado da plataforma Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa

(Disponível em: <https://plataforma.seeg.eco.br/>. Acesso em: 16 mai. 2022)

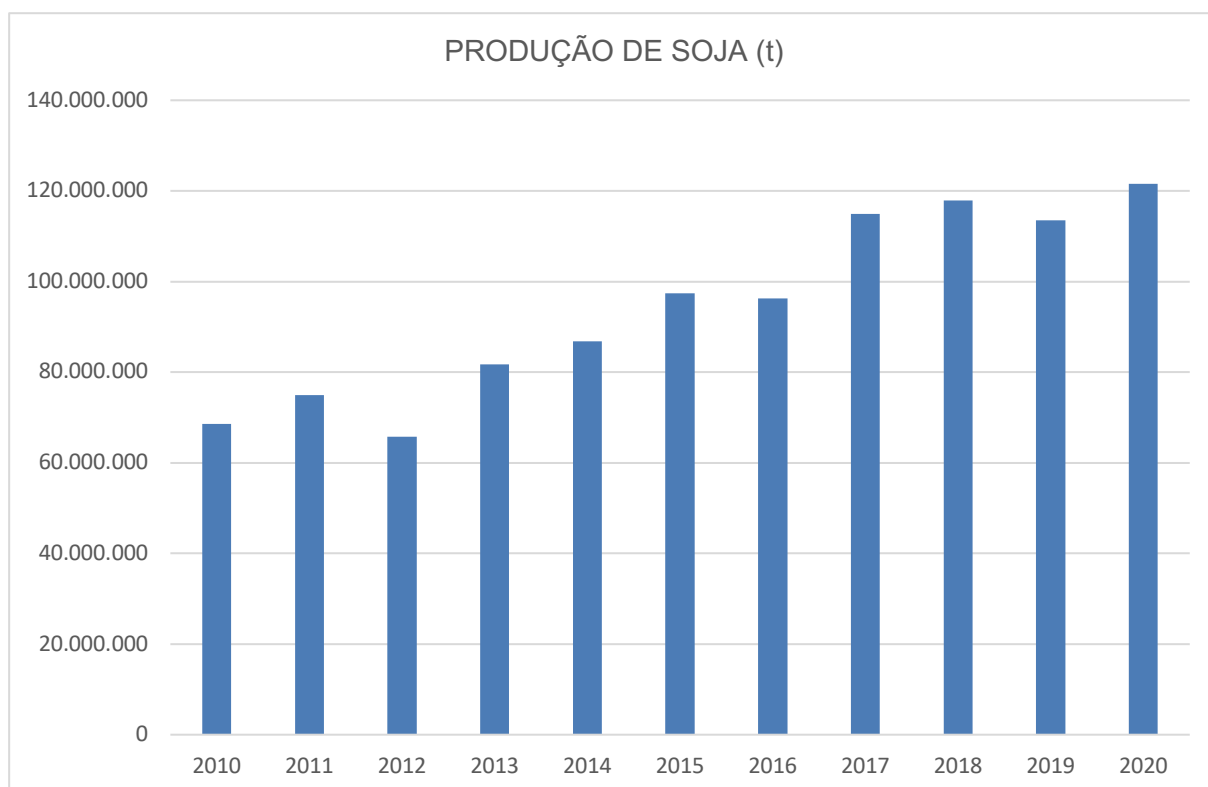
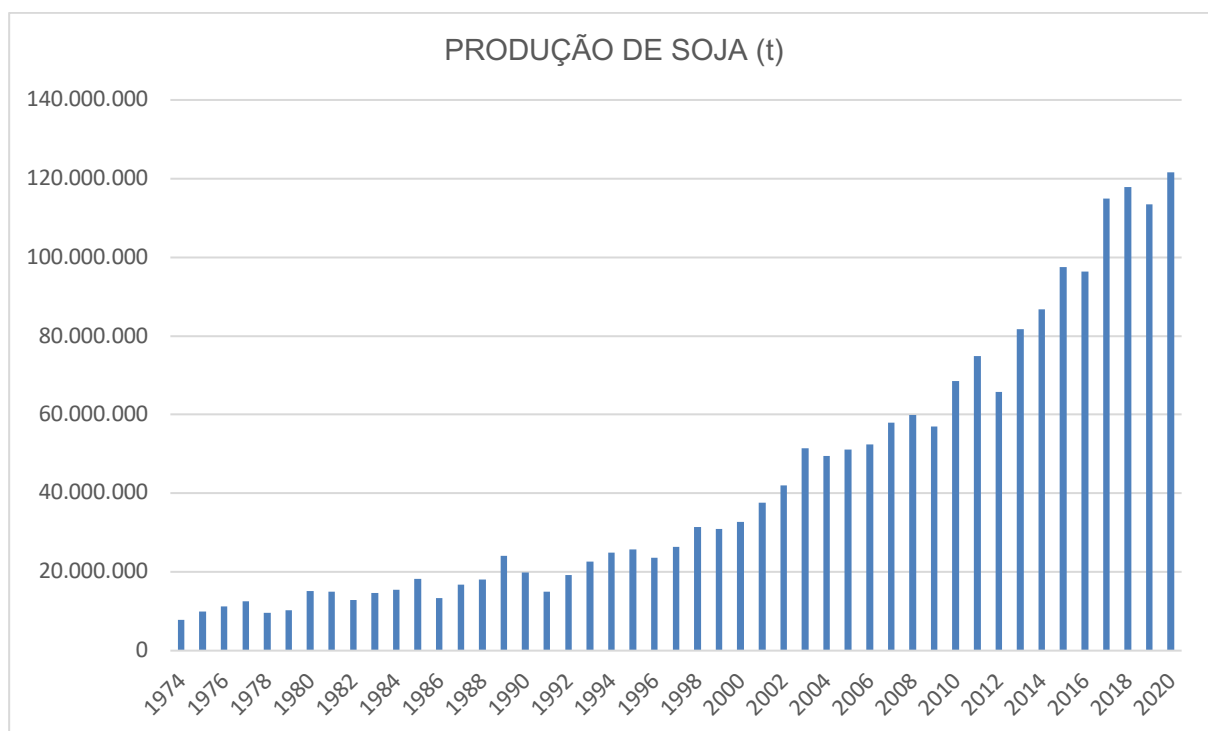


Produção agrícola de soja

Adaptado do Sistemático da Produção Agrícola

(Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6588> e

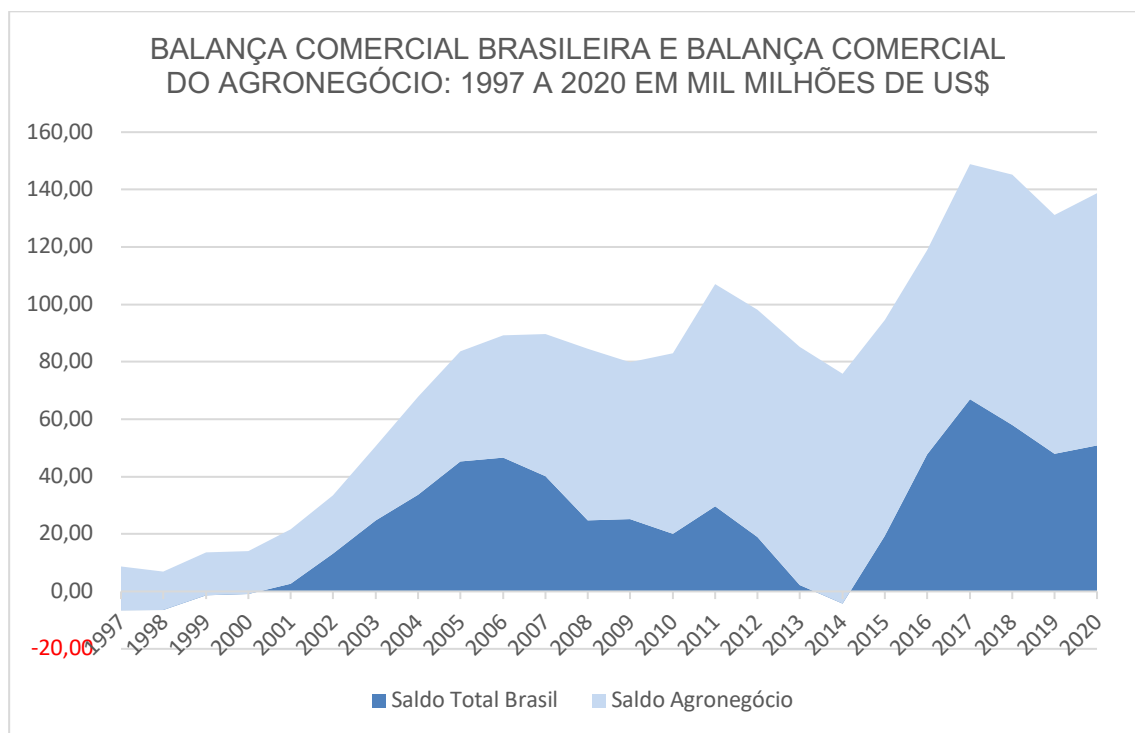
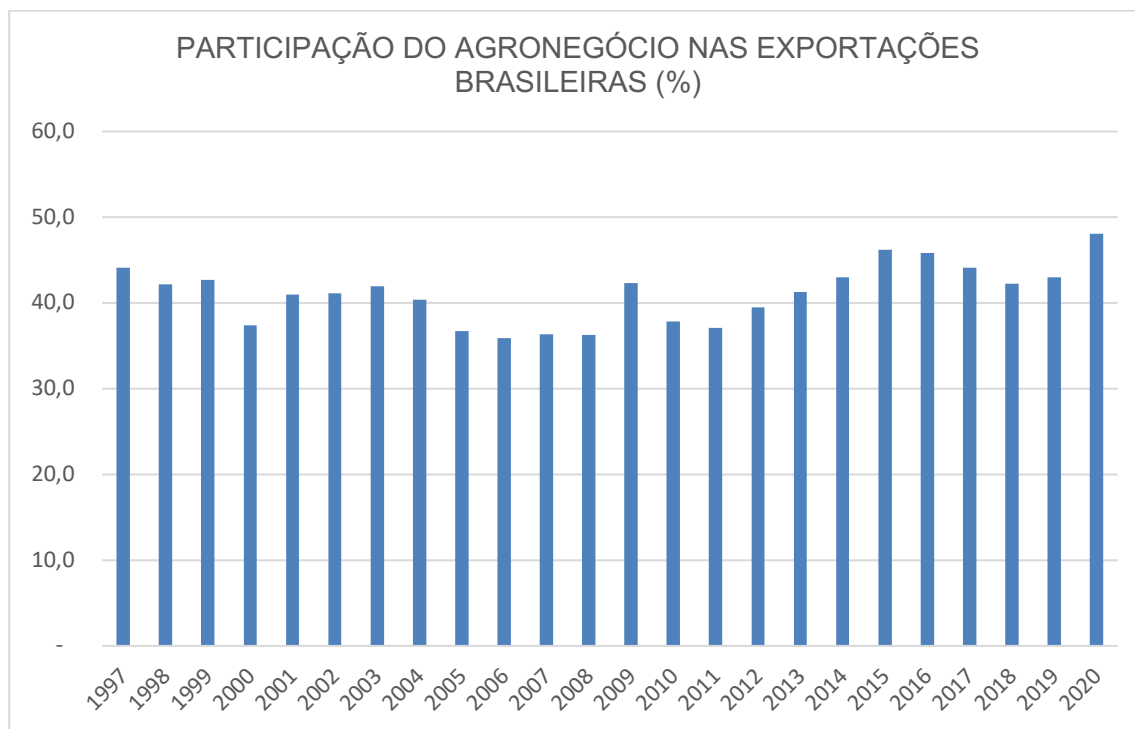
<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=76>. Acesso em: 26 jan. 2021)



Agronegócio e balança comercial brasileira

Adaptado de Agrostat Brasil a partir de dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia do Brasil

(Disponível em: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-externior/pt-br/assuntos/comercio-externior/estatisticas/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano>. Acesso em: 27 jan. 2021)

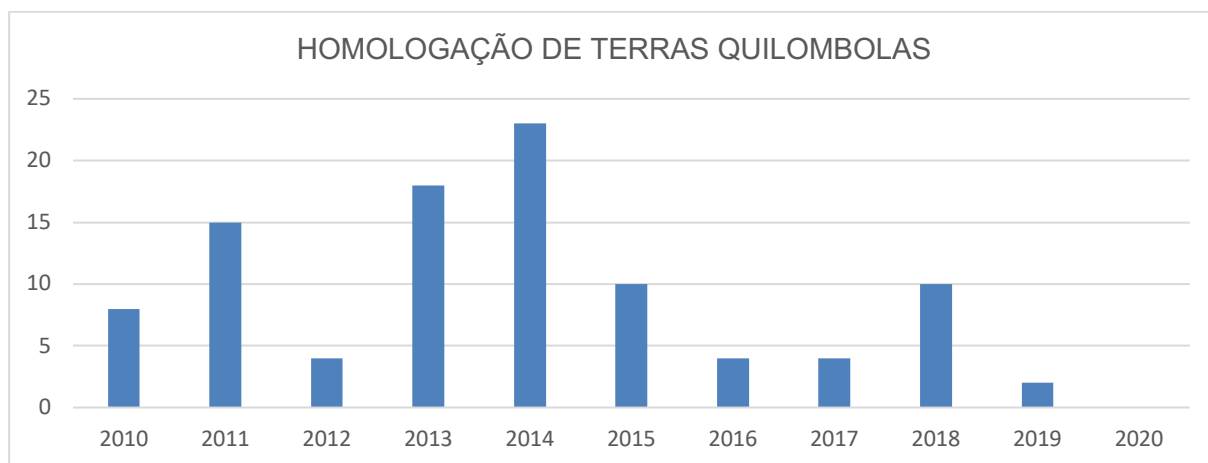
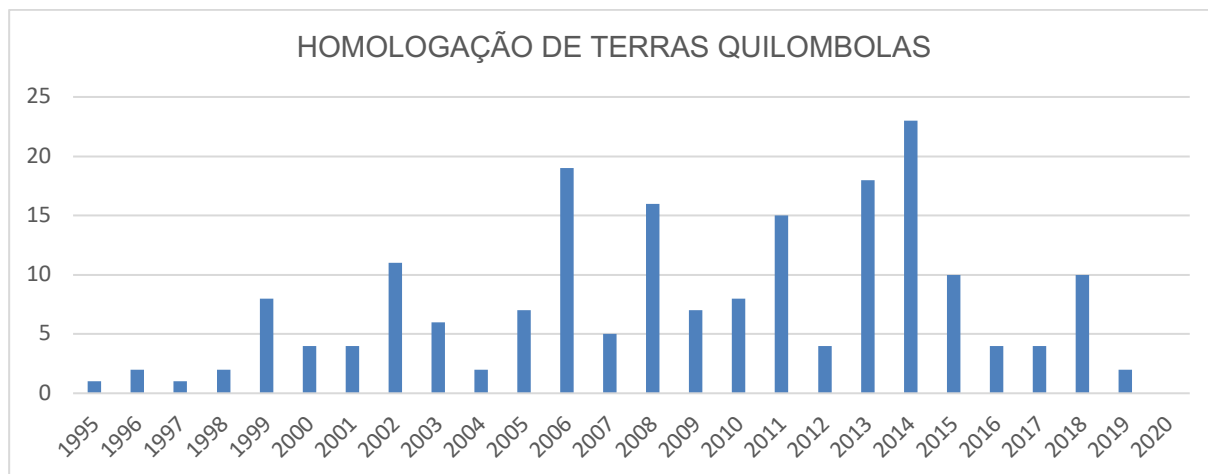


Titulação de terras quilombolas

Adaptado do Observatório Terras Quilombolas da Comissão Pró-Índio de São Paulo

(Disponível em: https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/?terra_nome=&situacao=0&ano_de=1995&ano_ate=2021&orgao_exp=0.

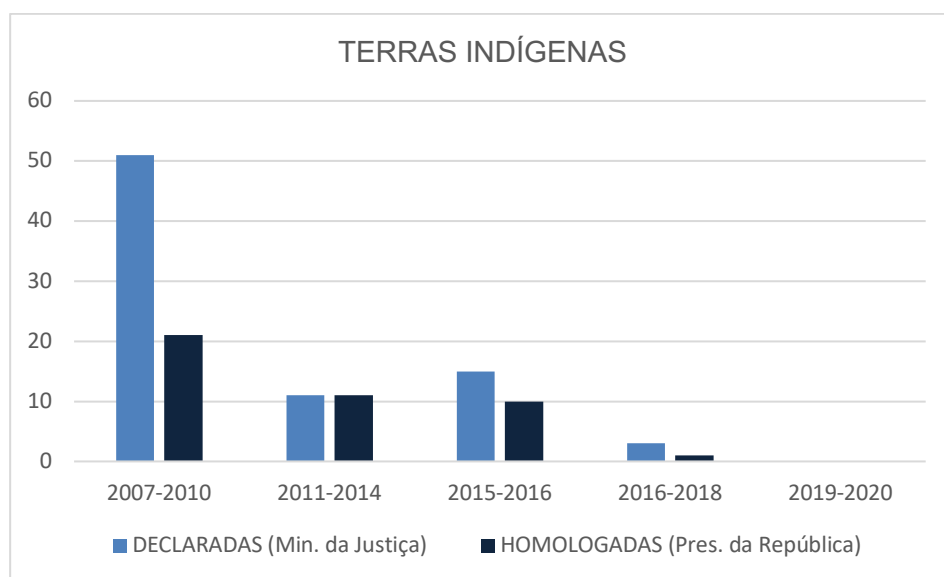
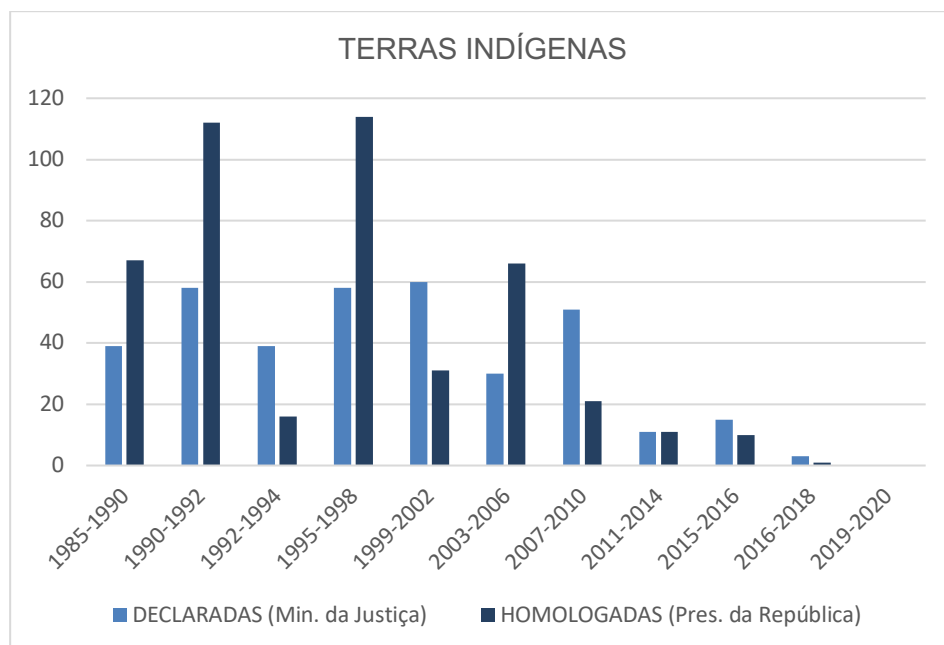
Acesso em: 22 jan. 2021)

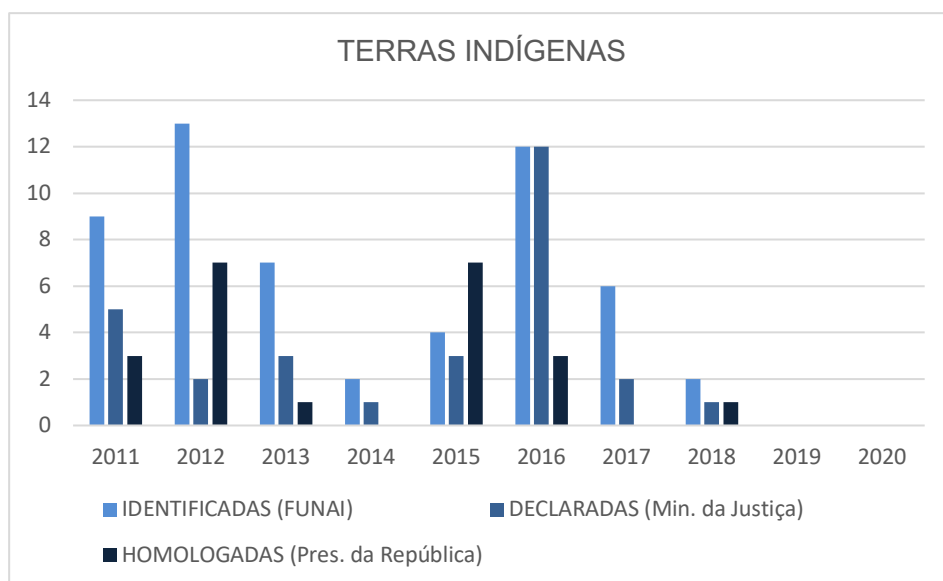


Demarcação de terras indígenas

Adaptado do Instituto Socioambiental

(Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/com-pior-desempenho-em-demarcacoes-desde-1985-temer-tem-quatro-terras-indigenas-para-homologar> e <https://widgets.socioambiental.org/pt-br/placares>. Acesso em: 22 nov. 2020)

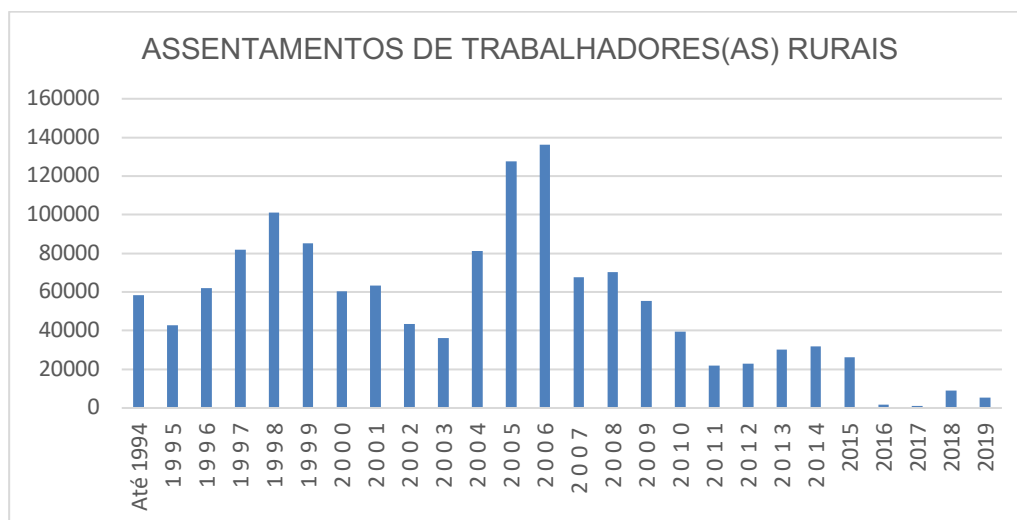


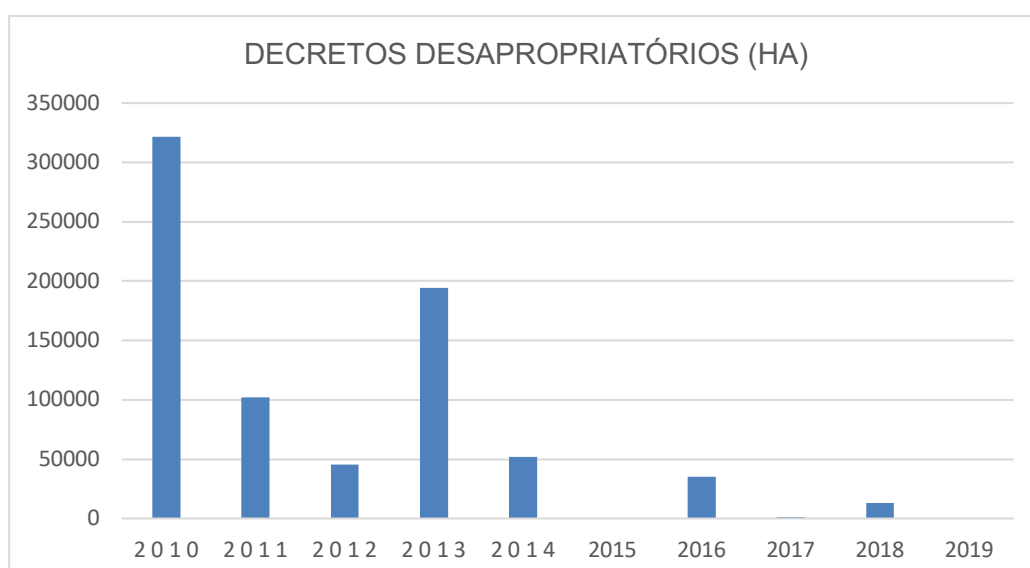
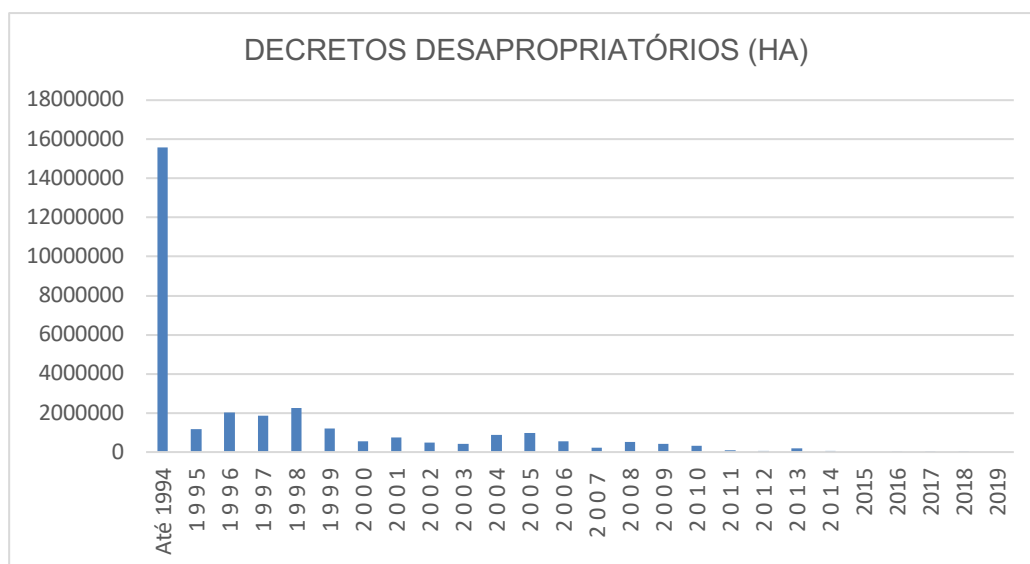
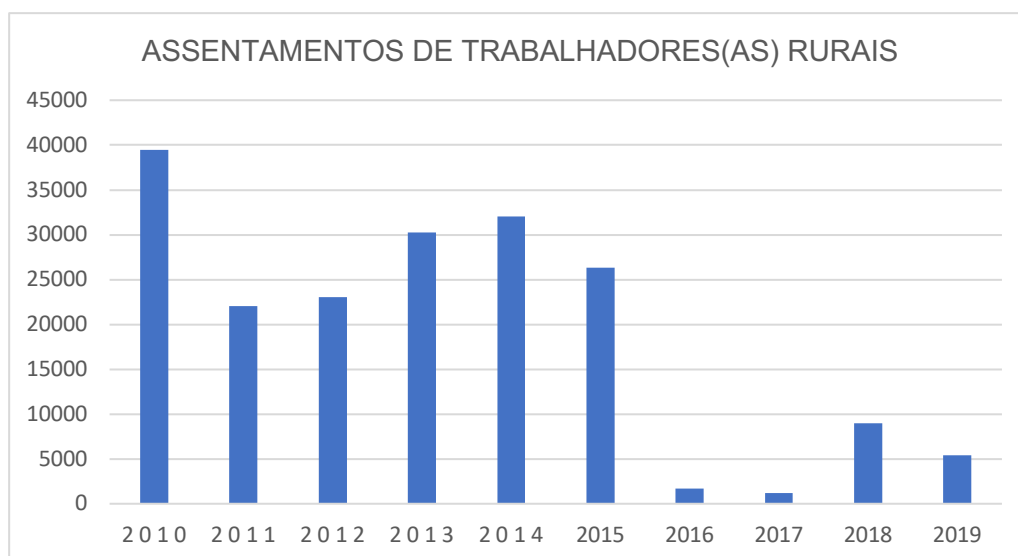


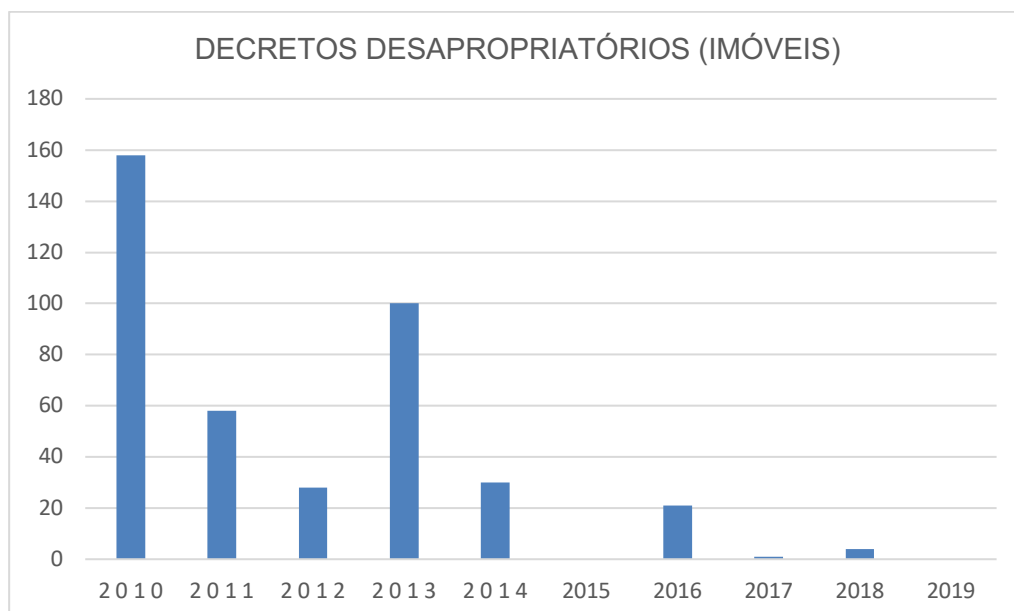
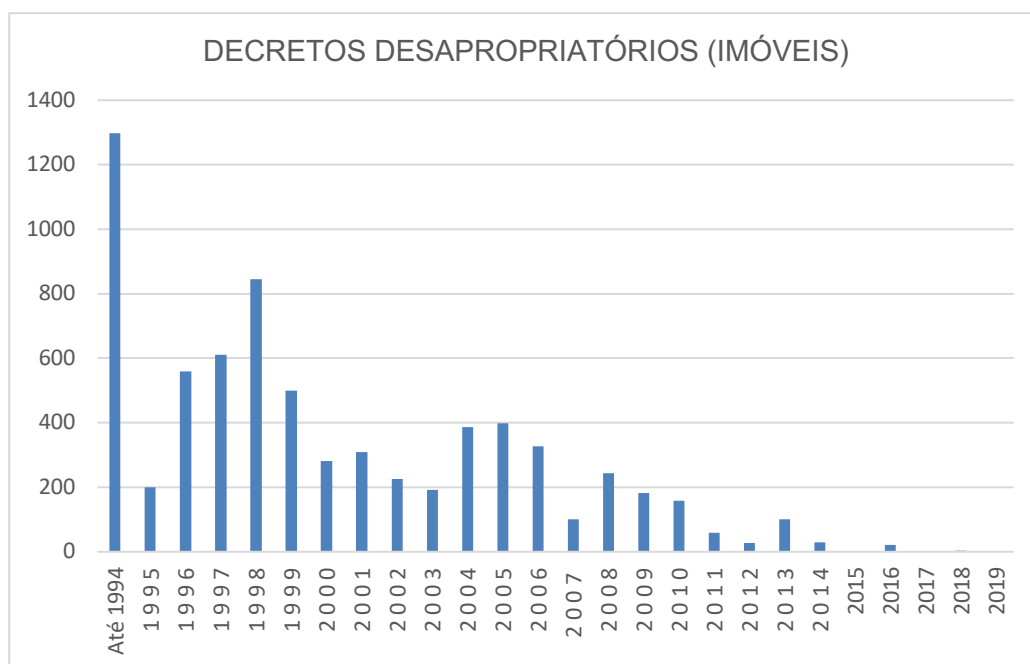
Números da reforma agrária

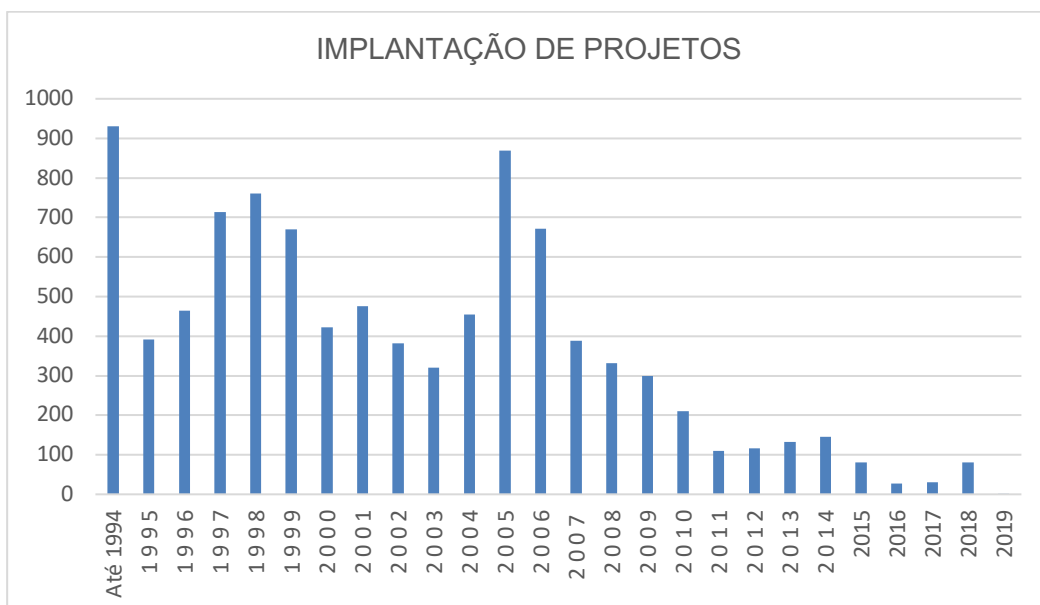
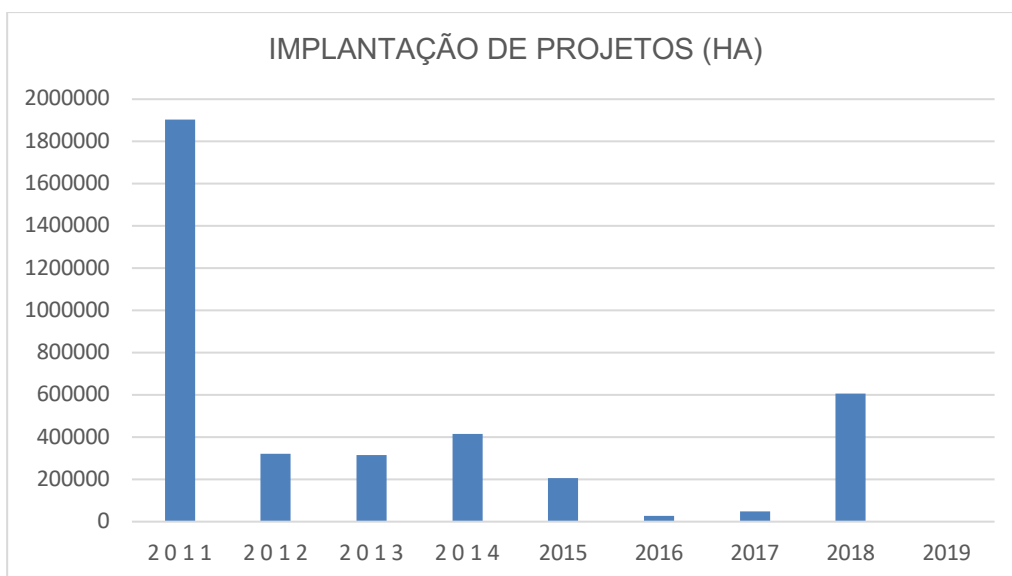
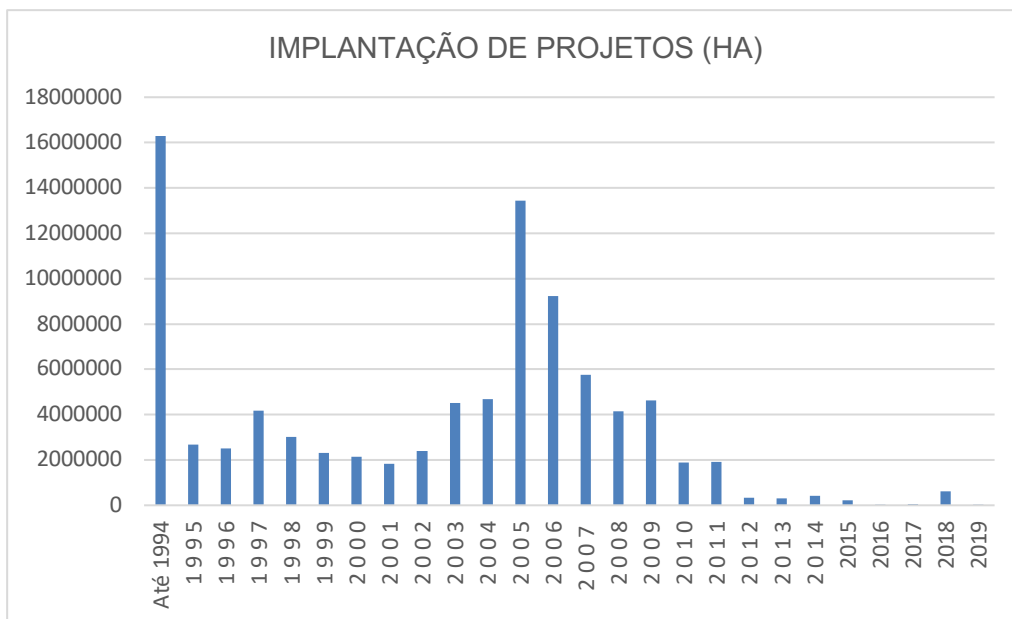
Adaptado do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

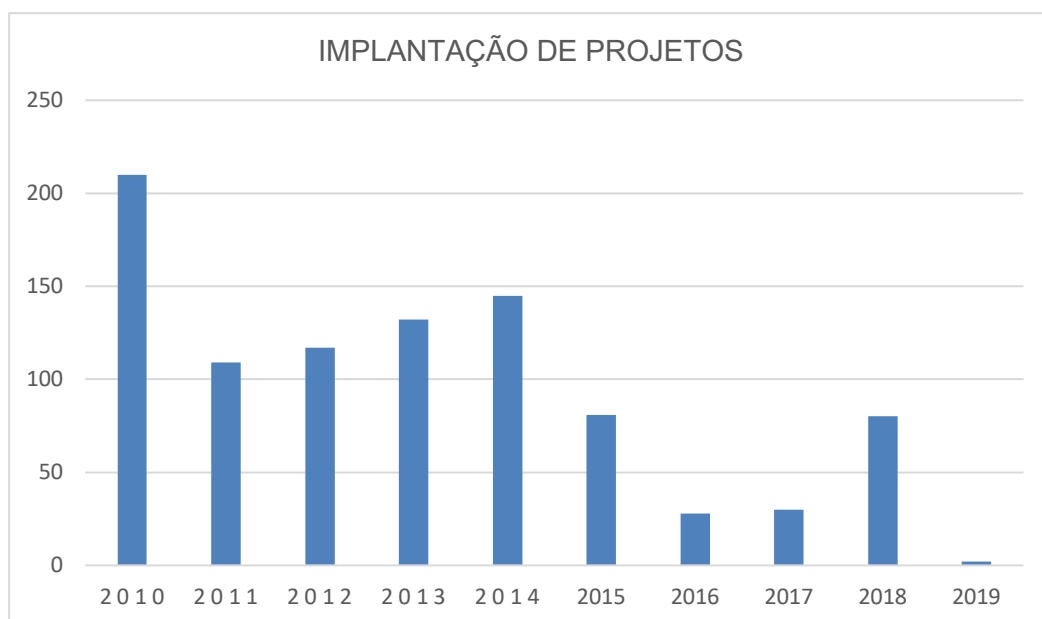
(Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/numeros-reforma-agraria>. Acesso em: 22 nov. 2020 e <http://antigo.incra.gov.br/pt/numeros-reforma-agraria>. Acesso em: 22 jan. 2021)









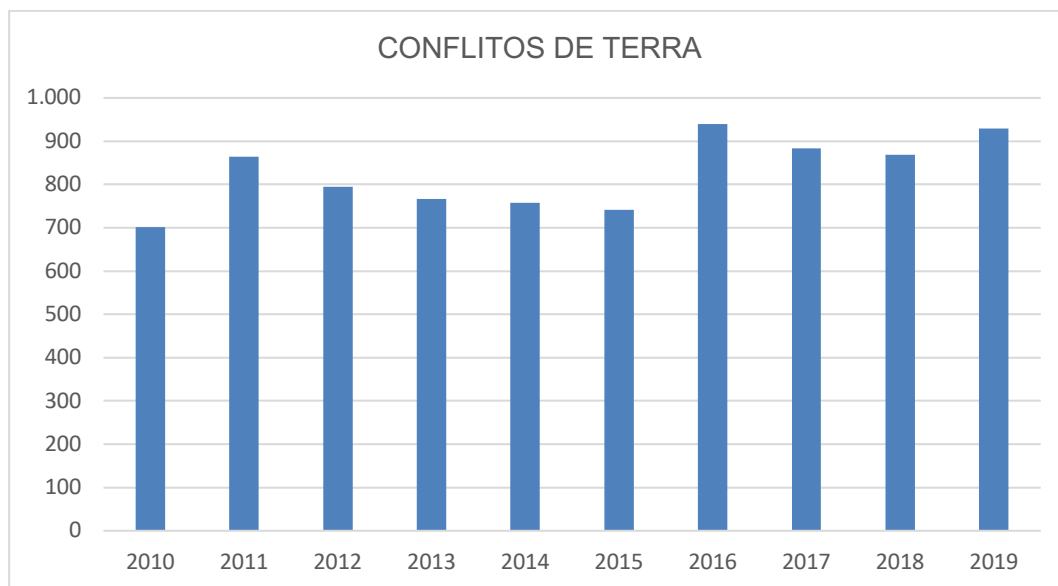


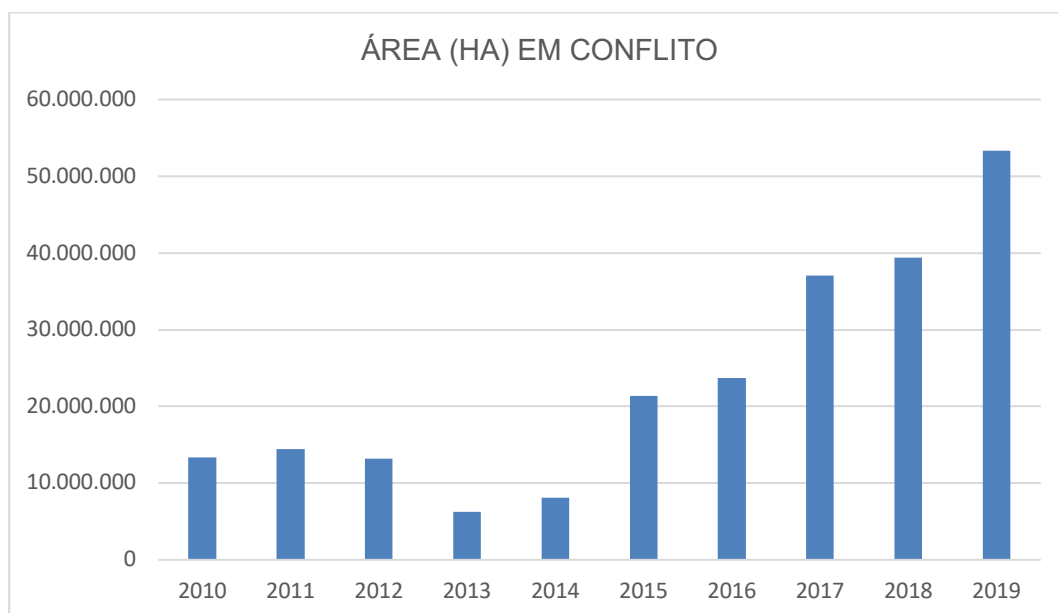
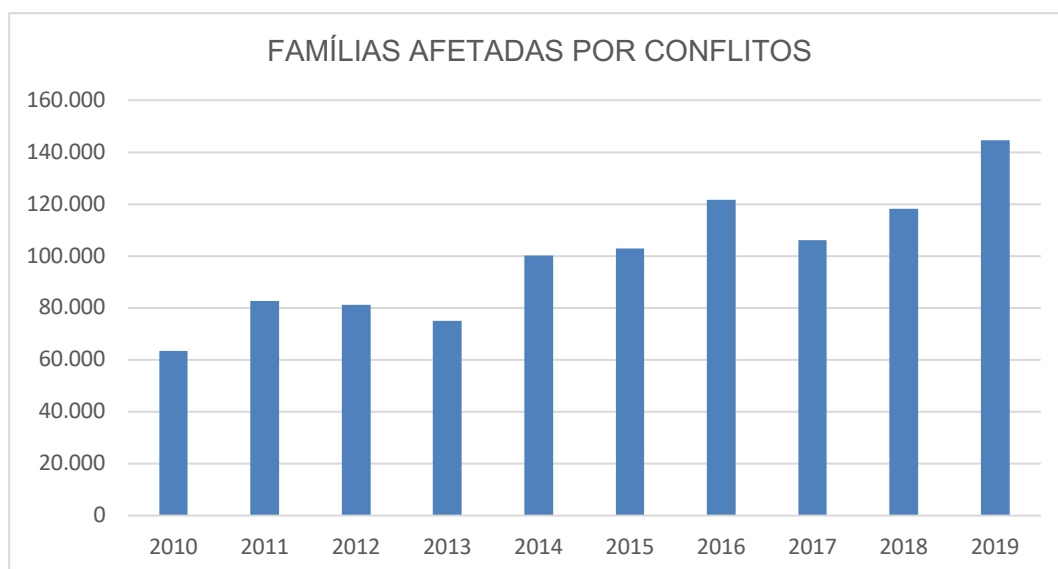
Violência na terra

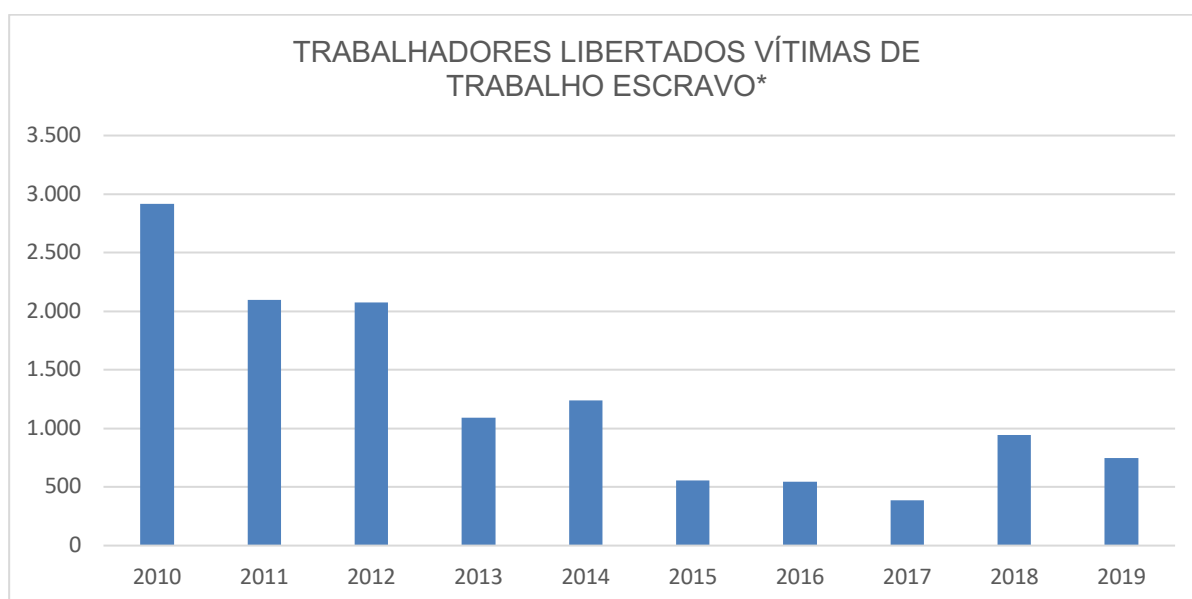
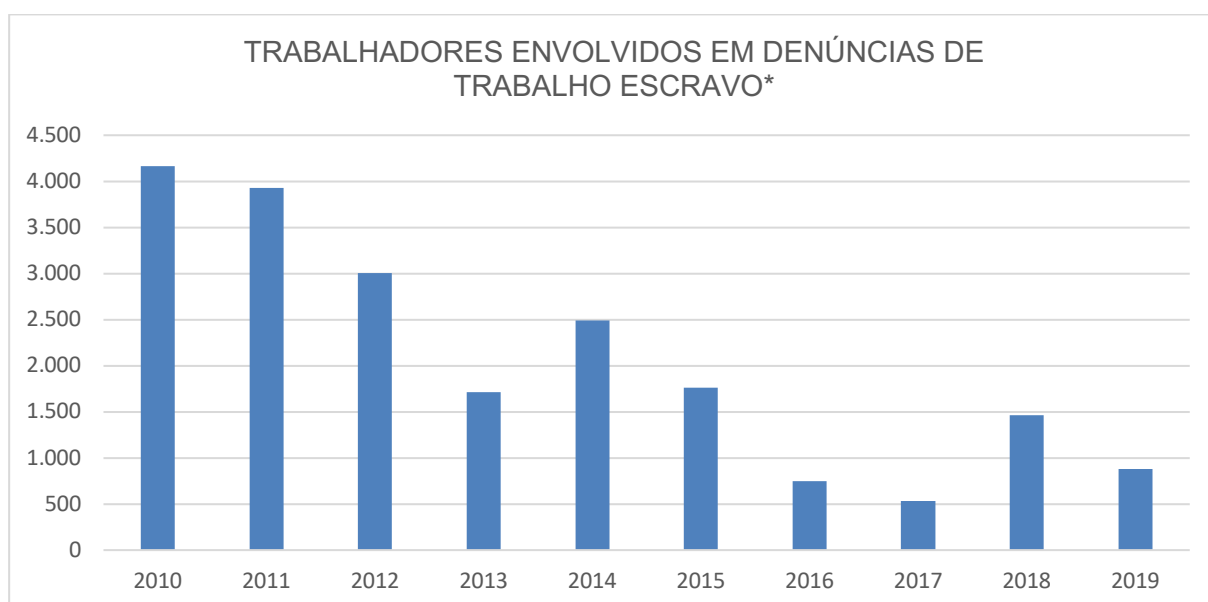
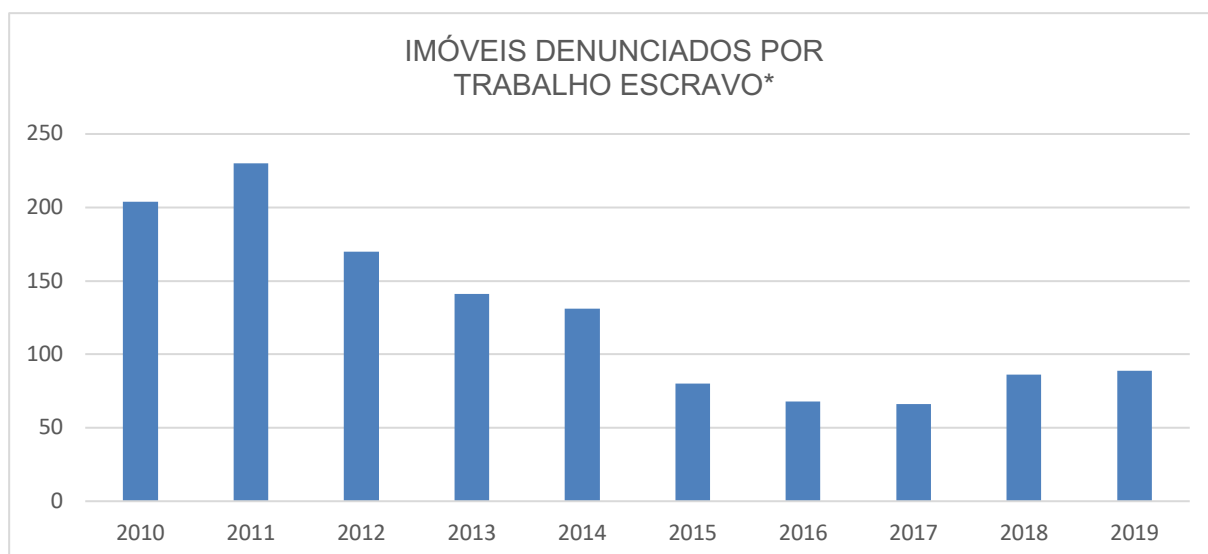
Adaptado do Centro de documentação Dom Tomás Balduino da Comissão Pastoral da Terra

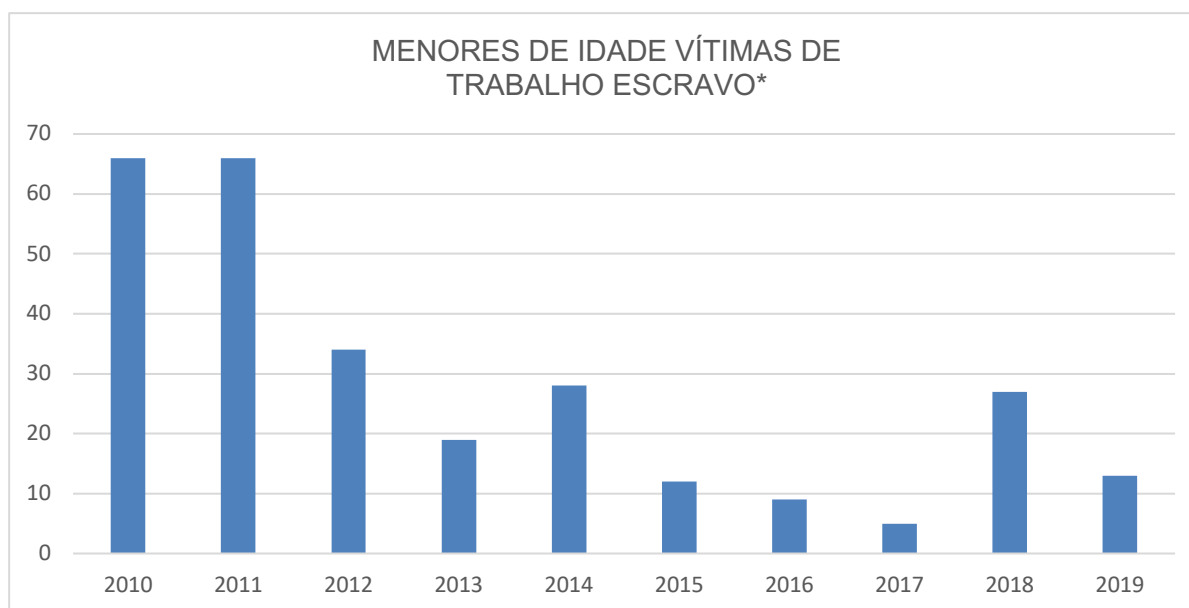
(Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacao/category/3-cadernoconflitos>.

Acesso em: 19 jan. 2021)









* Tipos de violência contra a pessoa presentes em parte das denúncias: ameaça de morte, agressão, intimidação, assassinato, contaminação por agrotóxico, acidente de trabalho, tentativa de assassinato, subordinação por dívida, impedimento de ir e vir, humilhação.

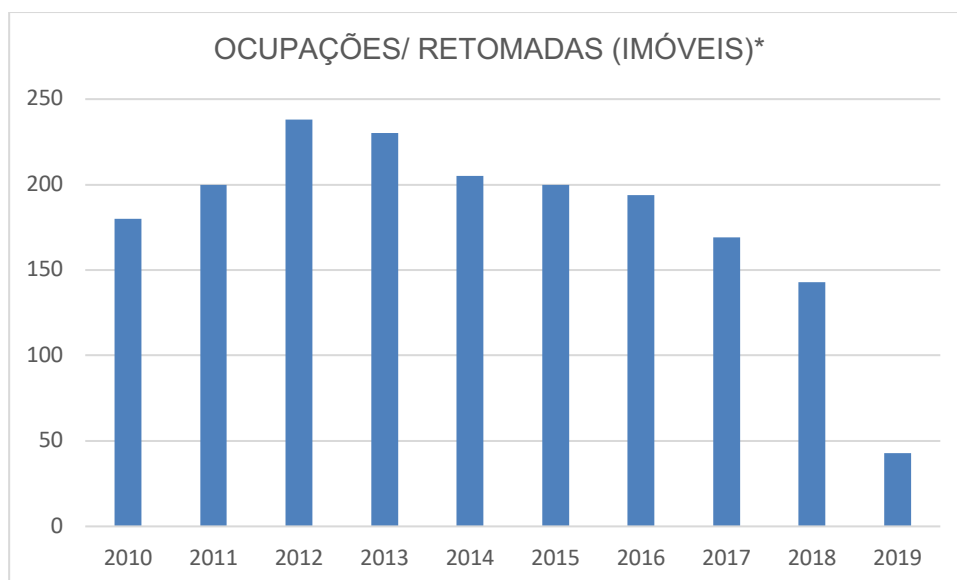
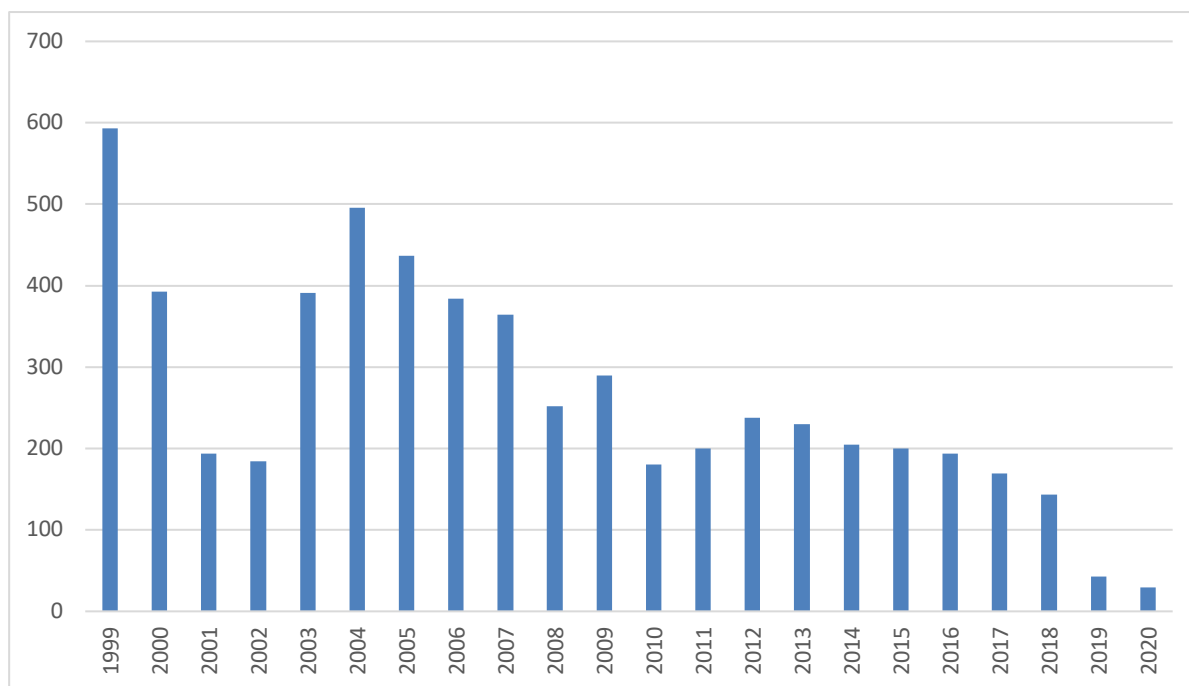
Tipos de trabalho com presença de denúncias (dados a partir de 2013/ exceto 2016): catação de raiz, plantação de banana, plantação de café, extrativismo, desmatamento, plantação de coco, seringa, carvoaria, plantação de hortaliças, plantação de feijão, plantação de soja, reflorestamento, mineração, lavouras temporárias, plantação de mandioca, plantação de eucalipto, plantação de laranja, serviços gerais, plantação de abacaxi, plantação de tomate, plantação de cacau, roçagem, aplicação de agrotóxicos, plantação de pinus, plantação de erva-mate, plantação de morango, plantação de cana-de-açúcar, lavoura, plantação de arroz, produção de castanhas, pesca, olaria, construção de cerca & produção de pimenta do reino, plantação de abacate, plantação de milho, plantação de maracujá, plantação de fumo, extrativismo de madeira, plantação de algodão, extração de carnaúba, roçagem de juquira, plantação de flores, plantação de maçã, avicultura, plantação de cebola, semeadura, plantação de palmito, fabricação de farinha de mandioca, criação de gado, manutenção de pastagem, piscicultura, preparo de solo, extrativismo de sal, cultivo de cereais, garimpo de ouro, plantação de açaí, mineração de areia, mineração de caulim, mineração de saibro.

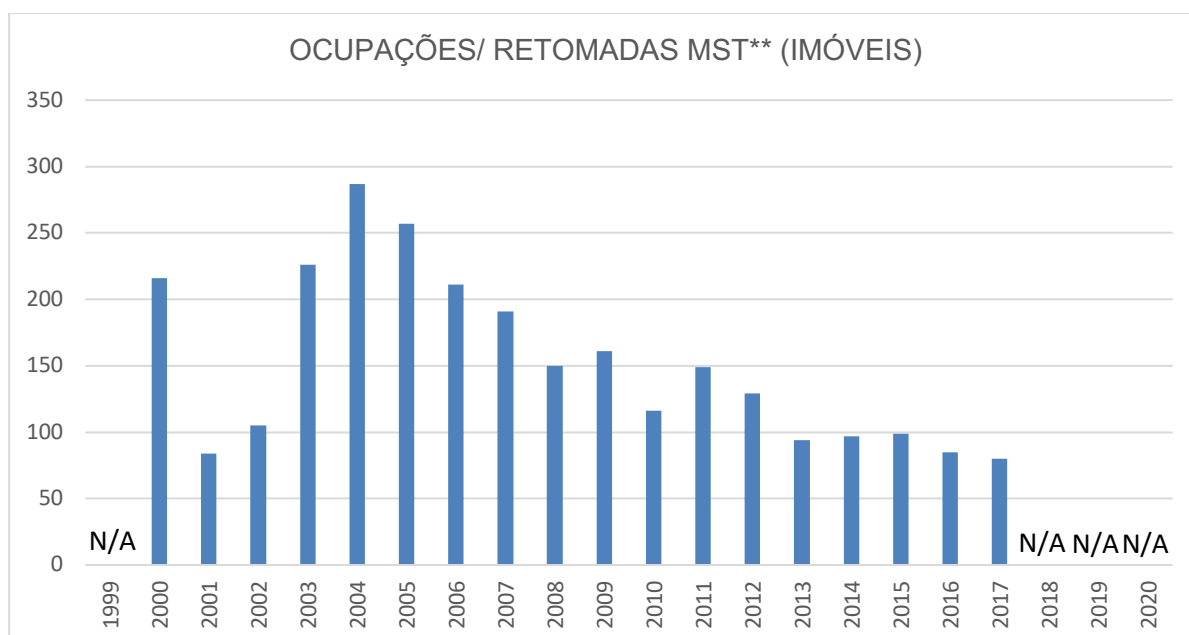
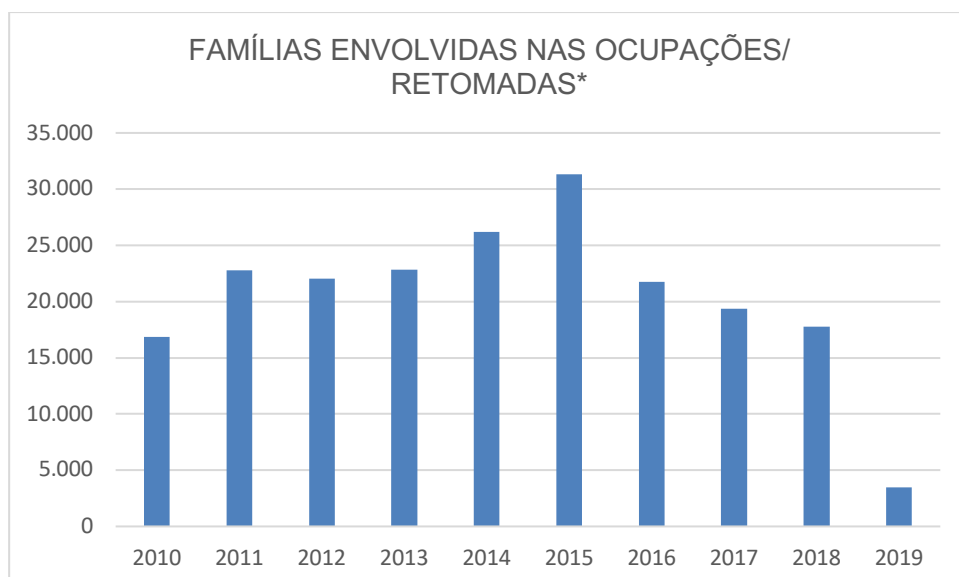
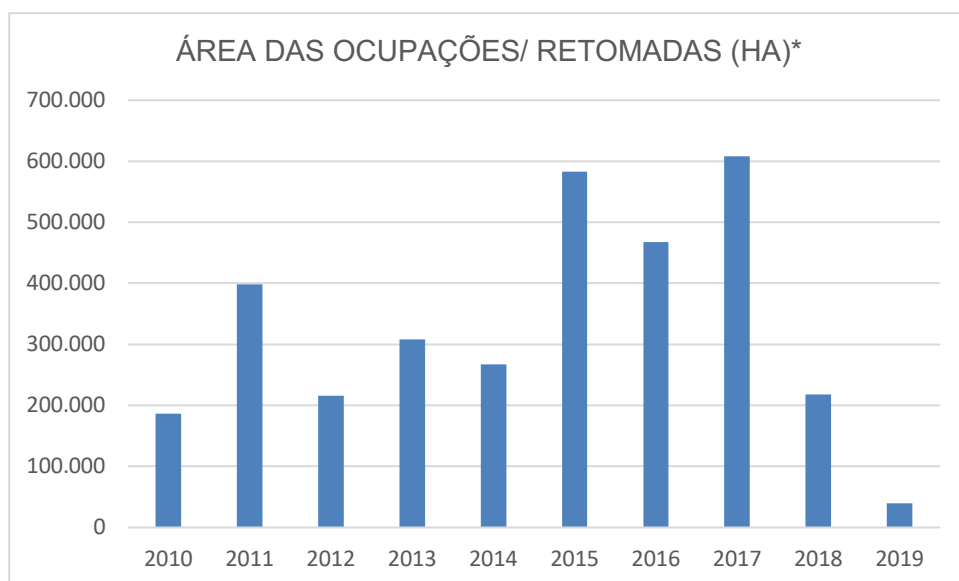
I.e., presente na *plantation* florestal, pecuária, agricultura, extrativismo e serviços rurais gerais.

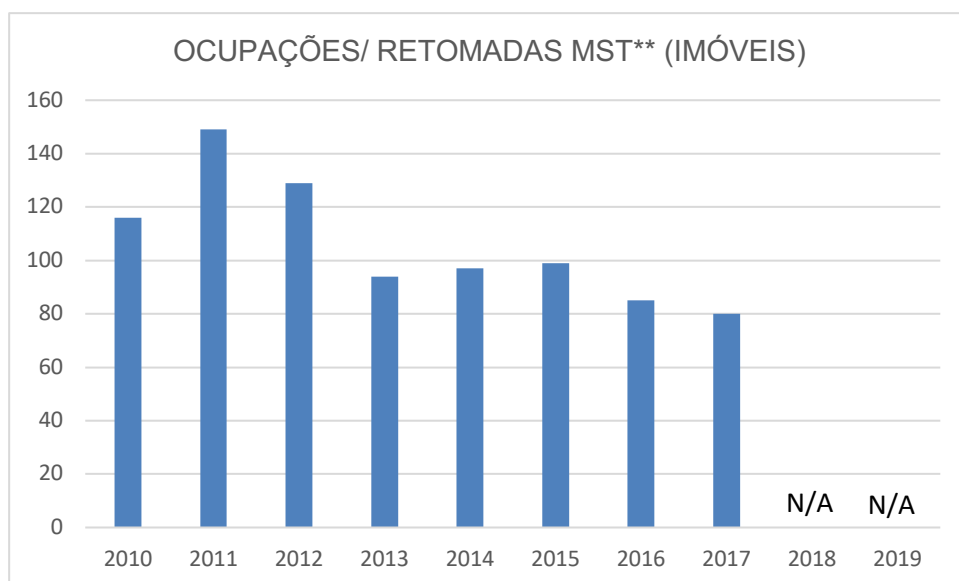
Resistência na terra

Adaptado do Centro de documentação Dom Tomás Balduino da Comissão Pastoral da Terra

(Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacao/category/3-cadernoconflitos>. Acesso em: 19 jan. 2021)

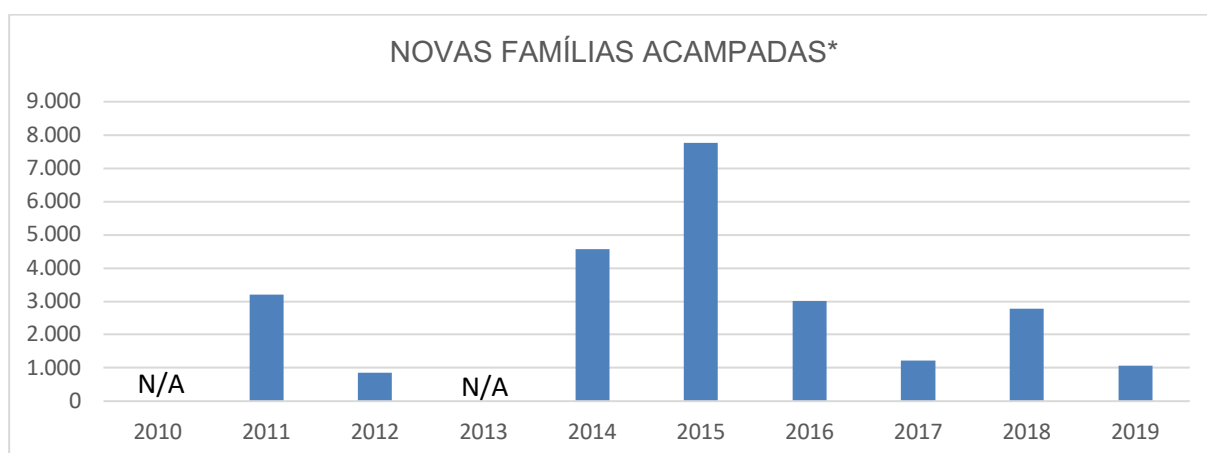
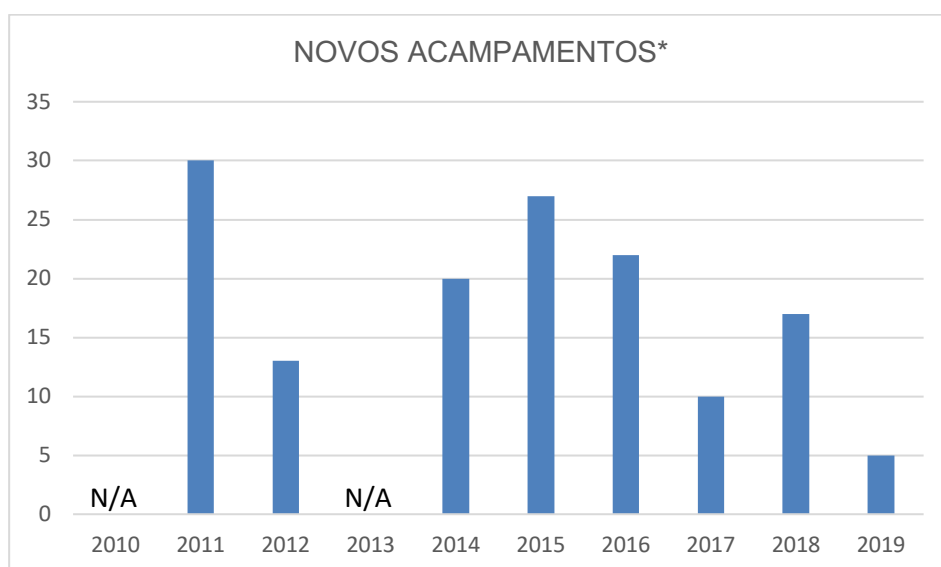


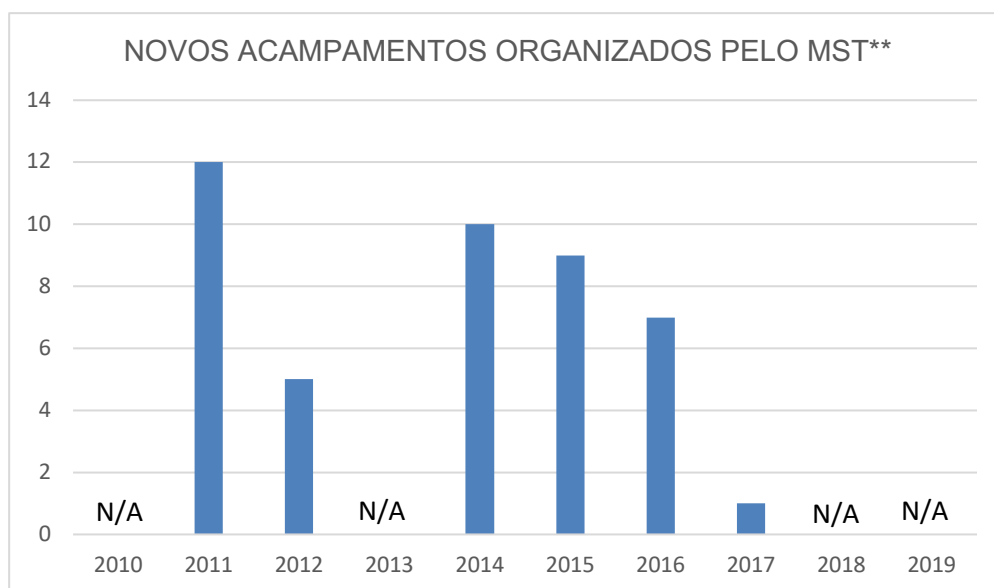




* Categorias envolvidas (dados de 2018): posseiros; sem terra; indígenas; quilombolas; movimento camponês popular; sem informação.

** Também contabilizam ocupações/ retomadas organizadas pelo Movimento Sem Terra em conjunto com outras organizações.





* Organizações envolvidas nos acampamentos (excluído MST): Associação dos Trabalhadores Rurais; Comissão Pastoral da Terra; Conselho Pastoral dos Pescadores; Federação da Agricultura Familiar; Federação dos Trabalhadores da Agricultura/ RJ; Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar; Federação dos Trabalhadores na Agricultura/ PA; Frente Nacional de Luta; Indígenas; Liga dos Camponeses Pobres; Movimento Agrário Popular; Movimento da Agricultura Familiar; Movimento de Libertação dos Sem Terra; Movimento de Luta Pela Terra; Movimento dos Atingidos por Barragens; Movimento dos Pequenos Agricultores; Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados do MT; Movimento Estadual dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas; Movimento Passe Livre; Movimento Terra Trabalho e Liberdade; Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Via Campesina; Via do Trabalho; Organização independente; Sem informação.

** Também contabilizam acampamentos organizados pelo Movimento Sem Terra em conjunto com outras organizações.





* Caracterização das manifestações: terra; questão indígena; política agrícola; direitos humanos; questões trabalhistas; água (e.g. criação de reservas extrativistas, contra a construção de barragens, etc.); questões ambientais; questão quilombola; seca (e.g. reivindicações de políticas públicas); garimpo; indefinida.

** Também contabilizam manifestações organizadas pelo Movimento Sem Terra em conjunto com outras organizações.

Apêndice 2. Programa lexical utilizado para filtragem de tweets

Terra: terra; agrário; fundiário; latifúndio; propriedade privada; território (excluir território nacional);

Área rural: campo; rural; interior; hectares; roça; terreno; fazenda;

Povos: tradicionais; autóctone; originário; indígena; índi(o); indigenista; quilombolas; caiçaras; ribeirinhos; vazante(iros); faxinal(enses); geraizeir(os); babaçu(eiras); catador(as de mangaba); sering(ueiros); pesca(dores); montanh(esses); sert(anejos); coletores; planta(dores); silvícolas; campesin(ato); Guarani-Kaiowá; Yanomani; Xingu;

Meio-ambiente e catástrofes socioambientais: ambiental; natur(eza); ecol(ogia); planeta; floresta; mangue; brejo; pântano; rio; barranco; praia; duna; chapada; bioma; Amazônia; Pantanal; Cerrado; Caatinga; (semi-)árido; Mata Atlântica; Pampa; mudança(s) climática(s); aquecimento global; desmatamento; incêndio; queimada; seca; chuva; enchente; cheia; ciclone; desmoronamento; deslizamento; catástrofe; Mariana; Vale; Samarco; Krenak; saneamento; água; biodiversidade;

Organizações de movimentos sociais e sindicais e correlatos: Contag; MST; Sem Terra; agroecologia; assenta(mentos); acampa(mentos); invas(ões); despejo; reintegração de posse;

Atividades econômicas e correlatos: turismo; mineração; minério; garimpo; nióbio; grafeno; agricult(ura); agrícola; safra; trator; grãos; colheita; agro(negócio); *agri(business)*; produtor(es); pecuária; avicultura; piscicultura; aquacultura; apicultura; silvicultura; Mato Grosso; soja; laranja; cana-de-açúcar; etanol; biodiesel; horta(liça); gado; boiada; bovino; suíno; madeireira; extrativismo; energia; energétic(o); hidrelétrica; Belo Monte; (Transposição do Rio) São Francisco; Velho Chico; eólica; solar; portos; ferro(vias); rodovias; estradas; BR(-)0/1/2/3; hidrovia; armazenagem; China; Pré-Sal; petróleo;

Políticas, leis e ‘burlas’: PRONAF; PAA; Luz para Todos; reforma agrária; demarcação; Raposa Serra do Sol; titulação; EC/81; Unidades de Conservação; Parque (Natural); (p)reserva(s); Sicar (Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural); Sigef (Sistema de Gestão Fundiária); grilagem; marco temporal; PEC215; Mais Médicos; SIVAM;

Instituições, grupos de interesse e correlatos: MAPA; MDA; MMA; INCRA; FUNAI; Instituto Palmares; IBAMA, ICMBio; INPE; FPA (Frente Parlamentar Agropecuária); UDR (União

Democrática Ruralista); CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil); IPA (Instituto Pensar Agropecuária); ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio); EMBRAPA;

Pessoas: Wagner Rossi; Afonso Florence; Kátia Abreu; Patrius Ananias; Izabela Teixeira; Tereza Cristina; Ricardo Salles; Ysani Kalapalo; Greta Thunberg; Ana Amélia Lemos;

Alimentos e correlatos: semente; alimento; FAO; comida; agrotóxico; veneno; mesa; fome.

Apêndice 3. Questionário de autorresposta para desenvolvimento da Análise Crítica do Discurso

Análise Crítica do Discurso do Projeto "Terras, discursos e ação política: mundos e narrativas em conflito na paisagem agrária e mediática do Brasil contemporâneo"

Adaptado de RAMALHO, V.; RESENDE, V. (2011). Análise de Discurso (para a crítica). O texto como material de pesquisa. Campinas: Pontes Editores. Pp. 113-158.

1. Trecho/ tweet sob análise:

Contexto

2. Notas sobre o contexto da fala/ tweet

Estrutura genérica

3. Qual o gênero empregado?

Marque todas que se aplicam.

☐ Debate televisivo

☐ Tweet

Outro: ☐ _____

4. A qual atividade está relacionado?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Campanha eleitoral
- ☐ Construção de imagem política
- ☐ Reparação da imagem política

Outro: ☐ _____

5. Quais as tecnologias da comunicação utilizadas?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Media tradicionais: televisão
- ☐ Novos media: Twitter

Outro: ☐ _____

6. Quais as relações sociais estabelecidas?

Intertextualidade

7. Quais textos presentes no discurso?

8. Texto I:

9. Utiliza-se de discurso direto, indireto ou pressuposição?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Discurso direto
☐ Discurso indireto
☐ Pressuposição

Outro: ☐ _____

10. Texto II:

11. Utiliza-se de discurso direto, indireto ou pressuposição?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Discurso direto
☐ Discurso indireto
☐ Pressuposição

Outro: ☐ _____

12. Texto III:

13. Utiliza-se de discurso direto, indireto ou pressuposição?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Discurso direto
☐ Discurso indireto
☐ Pressuposição

Outro: ☐ _____

14. Texto IV:

15. Utiliza-se de discurso direto, indireto ou pressuposição?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Discurso direto
☐ Discurso indireto
☐ Pressuposição

Outro: ☐ _____

16. Texto V:

17. Utiliza-se de discurso direto, indireto ou pressuposição?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Discurso direto
☐ Discurso indireto
☐ Pressuposição

Outro: ☐ _____

Interdiscursividade

18. Quais discursos estão presentes na fala/ tweet?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Ambientalista
- ☐ Desenvolvimentista
- ☐ Justiça social
- ☐ Securitizador
- ☐ Religioso
- ☐ Moral

Outro: ☐ _____

Presunção

19. Que mundo o emissor presume existir a partir de sua fala/ tweet?

20. Que mundo o emissor propõe que exista a partir de sua fala/ tweet?

21. Como o emissor avalia o mundo a que se refere sua fala/ tweet?

Representação de atores sociais

22. Quais atores sociais estão incluídos?

23. Quais atores sociais que, pelo contexto/ evento, poderiam estar incluídos, mas não estão?

24. Ator I:

25. Como este ator está representado?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Ativado
- ☐ Passivado
- ☐ Pessoal
- ☐ Impessoal
- ☐ Nomeado
- ☐ Categorizado
- ☐ Específico
- ☐ Genérico
- ☐ Diferenciado

Outro: ☐ _____

26. Ator II:

27. Como este ator está representado?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Ativado
- ☐ Passivado
- ☐ Pessoal
- ☐ Impessoal
- ☐ Nomeado
- ☐ Categorizado
- ☐ Específico
- ☐ Genérico
- ☐ Diferenciado

Outro: ☐ _____

28. Ator III:

29. Como este ator está representado?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Ativado
- ☐ Passivado
- ☐ Pessoal
- ☐ Impessoal
- ☐ Nomeado
- ☐ Categorizado
- ☐ Específico
- ☐ Genérico
- ☐ Diferenciado

Outro: ☐ _____

30. Ator IV:

31. Como este ator está representado?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Ativado
- ☐ Passivado
- ☐ Pessoal
- ☐ Impessoal
- ☐ Nomeado
- ☐ Categorizado
- ☐ Específico
- ☐ Genérico
- ☐ Diferenciado

Outro: ☐ _____

32. Ator V:

33. Como este ator está representado?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Ativado
- ☐ Passivado
- ☐ Pessoal
- ☐ Impessoal
- ☐ Nomeado
- ☐ Categorizado
- ☐ Específico
- ☐ Genérico
- ☐ Diferenciado

Outro: ☐ _____

34. Ator VI:

35. Como este ator está representado?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Ativado
- ☐ Passivado
- ☐ Pessoal
- ☐ Impessoal
- ☐ Nomeado
- ☐ Categorizado
- ☐ Específico
- ☐ Genérico
- ☐ Diferenciado

Outro: ☐ _____

36. Qual a relação estabelecida entre os diferentes atores explicitados?

Representação de eventos

37. Quais eventos sociais aparecem na fala/tweet?

38. Evento social I:

39. Que elementos desse evento estão presentes e são salientados na fala/ tweet?

40. Que elementos desse evento estão omitidos pelo emissor?

41. Evento social II:

42. Que elementos desse evento estão presentes e são salientados na fala/ tweet?

43. Que elementos desse evento estão omitidos pelo emissor?

44. Evento social III

45. Que elementos desse evento estão presentes e são salientados na fala/ tweet?

46. Que elementos desse evento estão omitidos pelo emissor?

47. Evento social IV

48. Que elementos desse evento estão presentes e são salientados na fala/ tweet?

49. Que elementos desse evento estão omitidos pelo emissor?

50. Evento social V

51. Que elementos desse evento estão presentes e são salientados na fala/ tweet?

52. Que elementos desse evento estão omitidos pelo emissor?

53. Evento social VI

54. Que elementos desse evento estão presentes e são salientados na fala/ tweet?

55. Que elementos desse evento estão omitidos pelo emissor?

56. Evento social VII

57. Que elementos desse evento estão presentes e são salientados na fala/ tweet?

58. Que elementos desse evento estão omitidos pelo emissor?

Estilo (ou Identificação)

59. Notas sobre tom, pronúncias e outros traços fonológicos

60. Notas sobre linguagem corporal

61. Notas sobre vocabulário

62. Notas sobre figuras de linguagem empregadas

63. Notas sobre formatação do texto

64. Notas sobre design da imagem

Modo gramatical

65. Qual o modo gramatical que prevalece?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Declarativo
- ☐ Interrogativo
- ☐ Imperativo
- ☐ Exclamativo

66. Qual o propósito/ efeito da utilização de tal modo na fala/ tweet enunciado?

Coesão gramatical

67. Quais as relações semânticas predominantes entre períodos e orações?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Causa - razão, consequência, propósito
- ☐ Condicional
- ☐ Temporal
- ☐ Aditiva
- ☐ Elaborativa
- ☐ Contrastiva/ concessiva

68. Notas

69. Coesão por conjunção: há "elaboração"? Quais os marcadores? O que significa no discurso? "Temos elaboração quando a oração que expande o significado expresso em outra provê uma maior caracterização da informação dada: reafirma, esclarece, refina, exemplifica, comenta (expressões-chave aqui seriam 'isto é', 'ou seja', 'por exemplo')."

70. Coesão por conjunção: "há extensão"? Quais os marcadores? O que significa no discurso? "Na extensão, uma oração expande o significado de outra introduzindo algo novo por meio de adição, deslocamento ou alternativa ('e', 'ou', 'mas'...)."

71. Coesão por conjunção: "há realce"? Quais os marcadores? O que significa no discurso?
"No realce, uma oração destaca o significado de outra, monta-lhe um cenário qualificando-a com característica circunstancial em referência a tempo, espaço, modo, causa ou condição ('quando', 'se', 'para', 'porque', 'por causa de' etc.)." Lógica explanatória X Lógica de aparências.

Modalidade

A modalidade é, assim, uma categoria semântico-formal em que intervêm meios morfológicos, sintáticos, prosódicos e lexicais para exprimir a atitude do falante perante a validade do conteúdo fixado no enunciado, que pode ser coincidente ou não coincidente com a realidade. A modalidade é uma expressão da subjetividade e manifesta-se no discurso através de índices de modalização ou marcadores de modalidade.

Exemplos de marcadores de modalidade:

- palavras modais (enfim, cá, lá, que, finalmente);
 - expressões modais (de facto, efetivamente, com toda a probabilidade, salvo melhor opinião, creio eu, se não me engano, na minha opinião);
 - adjetivos (certinho, possível, impossível, certo, provável, improvável);
 - determinadas entoações;
 - certos adjetivos qualificativos e substantivos subjetivos;
 - verbos auxiliares de modo (ter de, haver de, dever, poder) - modalidades epistémicas ou deonticas;
 - modos verbais (Indicativo, Conjuntivo, Condicional, Imperativo);
 - verbos de sentido modal deontico (obrigar, permitir) e epistémico (saber, crer);
 - afixos derivacionais (<-vel> como em comestível, defensável)
- (Infopédia - Dicionários Porto Editora)

72. Modalidade Alética (relacionada com a noção de verdade)? Quais os marcadores e o que significa no plano do discurso?

73. Modalidade Epistémica? Quais os marcadores e o que significa no plano do discurso?

74. Modalidade Deontica? Quais os marcadores e o que significa no plano do discurso?

75. Modalidade Apreciativa? Quais os marcadores e o que significa no plano do discurso?

Avaliação

Escrutinar quais as avaliações presentes no texto.

76. Há afirmações avaliativas na fala/ tweet? O que representam no plano do discurso?

77. Há afirmações com modalidade deontica na fala/ tweet? O que representam no plano do discurso?

78. Há avaliações afetivas na fala/ tweet? O que representam no plano do discurso?

79. Há PRESUNÇÕES avaliativas na fala/ tweet? O que representam no plano do discurso?

Considerações finais - Modos
de operação da ideologia em
Thompson (2002)

Explicar como as respostas anteriores se relacionam com os modos
gerais de operação da ideologia em Thompson (2002 apud Ramalho e
Resende, 2011).

80. Modos de operação presentes no trecho/ tweet analisado:

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Legitimação
- ☐ Dissimulação
- ☐ Unificação
- ☐ Fragmentação
- ☐ Reificação

81. LEGITIMAÇÃO

LEGITIMAÇÃO Relações de dominação são representadas como legítimas	RACIONALIZAÇÃO (uma cadeia de raciocínio procura justificar um conjunto de relações)
	UNIVERSALIZAÇÃO (interesses específicos são apresentados como interesses gerais)
	NARRATIVIZAÇÃO (exigências de legitimação inseridas em histórias do passado que legitimam o presente)

82. DISSIMULAÇÃO

DISSIMULAÇÃO Relações de dominação são ocultadas, negadas ou obscurecidas	DESLOCAMENTO (deslocamento contextual de termos e expressões)
	EUFEMIZAÇÃO (valoração positiva de instituições, ações ou relações)
	TROPO (sinédoque, metonímia, metáfora)

83. UNIFICAÇÃO

UNIFICAÇÃO Construção simbólica de identidade coletiva	PADRONIZAÇÃO (um referencial padrão proposto como fundamento partilhado)
	SIMBOLIZAÇÃO DA UNIDADE (construção de símbolos de unidade e identificação coletiva)

84. FRAGMENTAÇÃO

FRAGMENTAÇÃO Segmentação de indivíduos e grupos que possam representar ameaça ao grupo dominante	DIFERENCIAÇÃO (ênfase em características que desunem e impedem a constituição de desafio efetivo)
	EXPURGO DO OUTRO (construção simbólica de um inimigo)

85. REIFICAÇÃO

REIFICAÇÃO Retratção de uma situação transitória como permanente e natural	NATURALIZAÇÃO (criação social e histórica tratada como acontecimento natural)
	ETERNALIZAÇÃO (fenômenos sócio-históricos apresentados como permanentes)
	NOMINALIZAÇÃO/PASSIVAÇÃO (concentração da atenção em certos temas em prejuízo de outros, com apagamento de atores e ações)

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Apêndice 4. Guião-base para entrevistas semiestruturadas a atuais e antigos integrantes do Setor Nacional de Comunicação do MST

Perfil sociodemográfico

Naturalidade/ Residência/ Idade/ Identificação étnico-racial/ Religião/ Gênero/ Orientação sexual/ Habilitações literárias/ Profissão/ Filiação partidária.

Trajectoria de vida, na organização e práticas mediáticas

- 1 - Cidade onde nasceu/ cresceu.
- 2 - Primeiras memórias com a 'terra'.
- 3 - Relação com acampamento(s)/ assentamento(s). Quais mudanças observa nesses espaços?
- 4 - Quando e como chegou ao MST?
- 5 - Participa/ participou de outros coletivos políticos antes/ concomitantemente?
- 6 - Qual o seu percurso no movimento?
- 7 - E no setor de comunicação do MST?
- 8 - No dia-a-dia, quais tecnologias utiliza para se informar? E que meios utiliza para se comunicar?
- 9 - Como lembra de se informar em outros momentos da vida? E de se comunicar?
- 10 - Lembra de algum episódio na sua vida em que determinada tecnologia foi importante/ marcante?
- 11 - E enquanto participante de uma ação coletiva do MST?

Media: usos e percepções pelo MST

Apresentar como baliza os seguintes períodos:

- a) Final dos anos 90/ início dos anos 2000 (começo da utilização da internet pelo MST);
 - b) Final dos anos 2000/ início da década de 2010 (começo da utilização das mídias e redes sociais digitais pelo MST);
 - c) Durante/ logo após 2013;
 - d) Mais recentemente, de 2015 para frente.
- 1 - Existiam/ existem diretrizes gerais para a comunicação do MST? Por exemplo, orientações para a base social sobre quais os principais meios e veículos a serem utilizados para se informar e se comunicar? E para os produtores de conteúdo do movimento?
 - 2 - Como eram/ são definidas? Em que instâncias? (local, estadual, nacional?)

- 3 - Quais os principais meios? Com qual propósito eram/ são utilizados? Onde e como eram/ são administrados?
- 4 - Durante os anos eleitorais, há/ havia orientações mais específicas para os integrantes do MST em geral? E para os produtores de conteúdo da organização?
- 5 - Como são pautadas campanhas locais? Como as publicações são coordenadas? Quem as faz? (e.g. #NoMeuBuleNão e PDS Oswaldo de Oliveira)?
- 6 - Pedir para falar especificamente sobre as estruturas e funcionalidades do Twitter. Qual o principal objetivo de sua utilização? A que público suas publicações se dirigiam/ se dirigem? E como percebiam/ percebem a plataforma?

Eleições presidenciais de 2010, 2014, 2018

- 1 - Do que lembra, quais as principais questões para a organização em 2010/ 2014/ 2018?
- 2 - E os principais interlocutores?
- 3 - E os principais media utilizados?

Apêndice 5. Amostra completa de pronunciamentos televisionados e tweets dos presidentes Dilma Rousseff (2010 e 2014) e Jair Bolsonaro (2018)

2010-TV-ACD1

[Resposta a Plínio de Arruda Sampaio]

Candidato Plínio, eu vou começar por essa questão do desmatamento, eu não concordo com nenhuma medida que flex-que flexibilize a possibilidade de desmatamento seja na Amazônia, seja em qualquer bioma do país. (...)

No que se refere aos limites de propriedade, eu acredito que definir um limite único do Oiapoque ao Chuí não é prudente, eu sou a favor de processos de reassentam.. de reforma e de reassentamento agrário com qualidade baseado na agricultura familiar onde a propriedade tenha acesso ao crédito, assistência técnica e que as pessoas possam viver da.. do seu trabalho. Acho que o programa de aquisição de alimentos e der, de destinar 30% da merenda escolar para ser comprada.. [áudio cortado em função do tempo] na agricultura familiar é muito importante.

(...)

[Tréplica a P.A.S.]

Olha, candidato Plínio, eu respeito a sua posição, não concordo com ela, acredito que no Brasil há situações extremamente diferenciadas e acho que elas tem desres.. res.. des.. tem que ser respeitadas. Essa questão do limite da propriedade, ela, pra ela ser implantada no Brasil, tem de levar em conta essa diversidade que existe no Brasil

2010-TV-ACD2

[Pergunta a José Serra]

Candidato Serra, eu considero que o presidente Lula foi sem dúvida nenhuma o melhor, um dos melhores presidentes que esse país teve. Queria que você comentasse dois projetos do presidente. Um, inclusive, que ele assumiu o compromisso durante a eleição de 2002 quando ele disputou contigo a eleição, que é a questão da indústria naval. E o segundo é a questão, muito importante, nessa discussão de políticas sociais que é o programa de.. o “Luz pra Todos”.

J.S.: Programa?

D.R. “Luz pra todos”

J.S.: Tá..

Boechat: Candidato José Serra, por favor. [Ouve-se Dilma ao fundo]. É, por favor, a senhora quer completar?

D.R.: Não, só esclarecer, né, é, o “Luz para Todos”, o programa de eletrificação rural, importante do país.

[Réplica a J.S.]

D.R.: (...) Mas eu queria destacar essa questão do “Luz pra todos” que me intrigou. É completamente diferente o programa “Luz pra todos” do “Luz no campo”, sabe por que? Porque no “Luz no Campo” exigiam que quem fosse beneficiário do programa, ou seja, o camp... o, o agricultor que não tinha dinheiro se quer pra colocar luz na sua casa pagasse por isso. Por isso só foi conseguido, conseguiram em 8 anos, 500 mil ligações. Quando nós chegamos o déficit é de 2 milhões, agora o “Luz para Todos” [es]tá atingindo 2 milhões. (...).

2010-TV-ACD3

[Resposta a P.A.S.]

(...) é, além disso, nós ampliamos o crédito à agricultura familiar, ela reduziu a pobreza no campo – foi crédito, nós passamos de 2 milhões e 400 se eu não me engano pra 16, aliás 2 bilhões e 400 pra 16 bilhões pra agricultura familiar. 8 em cada 10 tratores foram comprados por agricultores familiares que hoje recebem inclusive, é, um-um tipo de assistência técnica que nunca receberam antes. 70% da nossa alimentação que é de boa qualidade e barata deve-se a eles. E além disso eu considero que o nosso país foi um dos países que fez a maior e mais profunda reforma agrária dos últimos tempos, porque conseguimos fazer mais no período do nosso governo, 60% a mais de reassentamentos com qualidade do que todo o período anterior.

[Tréplica a P.A.S.]

Olha, candidato Plínio, nós reassentamos 46 milhões e 700 mil hectares, ou seja, utilizamos 46 mil milhões e 700 mil hectares para re-reassentar, isso equivale, o que dá 467 mil quilômetros quadrados, equivale, é mui.. é mui.. é mais que uma Suécia, mais que o Paraguai, mais que a Alemanha e desses, é, nesses hectares, nós reassentamos, o senhor pode olhar, 574 mil 609 famílias, isso ocorreu neste período. Mas não foi só isso que nós fizemos, nós demos a eles, através dos programas da agricultura familiar, até uma demanda pra eles comprarem alimentos, porque, porque o governo passou a comprar alimentos dos agricultores familiares, destinou por lei obrigatoriamente que 30% da merenda escolar fosse fornecida pelos agr-agricultores.

2010-TV-ACD4

[Pergunta à Marina Silva]

Marina, eu vou te perguntar a respeito de ferrovia. É sabido que as ferrovias e as hidrovias, elas provocam menos impacto ambiental. E num país como o Brasil, ela, tanto a ferrovia quanto a hidr-hidrovia têm a capacidade também de assegurar o transporte, num, nesse país continental de forma mais barata. Como você vê a expansão das ferrovias e das hidrovias?

[Réplica à M.S.]

É, me desculpa, Marina, mas tem um plano nacional de logística, que foi elaborado e é por causa dele que a gente sabe que é necessário fazer integração entre ferrovia, hidrovia e rodovias. É, no caso das ferrovias, inclusive nós recuperamos todo investimento em ferrovias fazendo aquele eixo central do Brasil que corta de Norte a Sul, a chamada Norte-Sul. Nós vamos fechar o governo fazendo em torno de 1.000 quilômetros. E eu vou no meu governo, fa-completar toda a ferrovia Norte-Sul saindo de Palmas e chegando a Estrela do Oeste em São Paulo. Além disso, pretendo fazer a ferrovia da integração do Centro Oeste, que é muito importante porque através dela nós vamos escoar toda a produção de grãos do Brasil, que é muito importante para as exportações. Além disso a Transnordestina vai ser completada também no meu governo e a ferrovia Oeste-Leste lá na Bahia. Hidrovias nós também temos todo um plano.

2010-TV-ACD5

[Pergunta a J.S.]

Candidato Serra, eu acho interessante essa pergunta e considero que ela é muito importante. Por que? Porque o Brasil, no período do governo no qual você foi Ministro do Planejamento, parou de investir no Brasil. Não investiu em porto, não investiu em aeroporto. Então tudo que eles não fizeram em 8 anos ficou pra gente fazer nos nossos 8 anos. Nós corremos atrás, fizemos o Programa de Aceleração d-do Crescimento. Fizemos o Programa Nacional de Dragagem e rompemos com uma prática que eles tinham que era o seguinte, contratava a dragagem. Que que é a dragagem? É aprofundar, né, o calado do porto pro navio de grande porte e os navios adequados poderem entrar. Eles contrataram durante todo o período deles, contratavam 6 meses e aí faltava dinheiro porque o Fundo Monetário não deixava eles investir e aí a dragagem ia pro beleléu. Que que nós tivemos que fazer? Primeiro, nós tivemos de recontratar todas as dragagens dos portos por um período de 3 anos e garantir que a prestação do serviço assegurasse a qualidade da dragagem, ou seja, além de dragar e garantir uma profiss-profundidade de 12 metros pra esses navios de grande porte que transportam os produtos poderem circular pelos portos brasileiros, nós tivemos também de criar toda uma regulamentação pra conseguir que os portos do Brasil fossem desburocratizados porque não se teve nesse período dos 8 anos deles nenhuma iniciativa de modernização da gestão de portos no Brasil. (...).

[Réplica a J.S.]

(...) Agora, acho estarrecedor a falta de senso crítico do candidato Serra. Sabe por que que eles não investiam? Porque eles tinham um acordo com o Fundo Monetário que impedia investimento em transporte. Uma das áreas mais prejudicadas do Brasil foi o setor de rodovias, que [es]tava inteirinho esburacado, que não tinha contrato de manutenção, que era igual o dos portos. Invés de ser um contrato de longo prazo que você dava as condições e exigia a prestação de serviço das empresas, eles contratavam por seis meses, atrasavam o pagamento e as empresas não faziam nada.

2010-TV-ACD6

[Resposta ao eleitor Robinson Luiz]

É, uma excelente pergunta, Robinson, principalmente a gente sabendo a importância que a agricultura tem no Rio Grande do Sul. É, no Rio Grande do Sul nós tivemos talvez uma das melhores experiências desses últimos anos e eu vou é.. leva-la para todo Brasil e de uma forma ainda mais ampla, que é a agricultura familiar. Veja que a agricultura familiar, primeiro, ela foi beneficiada pelo “Luz para Todos”. Tenho a certeza que quando você saiu lá da sua terra não tinha luz elétrica, ou, se tinha, era das poucas que tinha porque no campo no Brasil faltava energia elétrica. Hoje tem energia elétrica que permite o uso, né, de, de, de irrigação, o uso de.., e a melhoria de vida na região. E além disso, o PAA que compra alimento direto do agricultor familiar. Além do PAA, eu queria destacar que 8, dos 10, de 10 tratores vendidos, 8 tratores de pequeno e médio porte, foram vendidos para agricultura f-f-familiar com financiamento do governo do presidente Lula. Mas sobretudo, eu considero q-que tem de ser dado, e é isso que eu me comprometo, tem de ser dado para o filho do agricultor e para o agricultor as mesmas condições da cidade, se não ele sai, é, é, e, e vai procurar a cidade porque no campo não tem educação de qualidade, não tem uma habitação adequada. Nós, do, no “Minha Casa, Minha Vida 2”, separamos, como também no 1, uma quantidade de habitações só para a zona rural. Para garantir uma qualidade de moradia para as pessoas equivalente a das cidade. Educação, eu acho que é a grande desafio nosso, é inclusive sermos capazes de garantir para o filho do agricultor que ele quando voltar, ele volte ou como um veterinário, ou como um agrônomo e isso vai melhorar porque o, a agricultura familiar é a responsável pela produção de alimentos.

[Réplica a J.S. e ao eleitor]

Robinson, nós aumentamos o crédito, que era de 4,2 bilhões em 2002 pra 16 bilhões. E, acredito que todo mundo sabe que o crédito agrícola, principalmente da agricultura familiar, ele é feito com juros subsidiados, ele não é o mesmo juro que se cobra para outro tipo de empréstimo porque ele tem um sentido social. Além disso eu acho importante porque nós criamos o seguro agrícola, pro pequeno agricultor e é isso que tem, é, sido responsável por uma redução enorme, é, na pobreza no campo e, pelo contrário, pelo aumento imenso da

renda. Eu acredito que um dos melhores programas é a compra direta de alimento do agricultor familiar que é o Programa de Aquisição de Alimentos que eu vou ampliar. Hoje são em torno de 700 mil agricultores, eles têm, é, esse benefício de ter a compra, ele produz e tem quem compre direto. Eu vou ampliar esse programa para mais 500 mil agricultores, é, e, se tiver mais demanda, para mais agricultores. Considero que a agricultura familiar é um elemento fundamental do crescimento econômico do Brasil nos últimos anos. Esse momento de aumento, é, de preços de alguns alimentos, o arroz, por exemplo, caiu, o feijão aumentou e a carne também, é sazonal. Isso aconteceu em outros momentos no, no, Brasil e imediatamente retoma a sua trajetória. Por isso inclusive que a nossa inflação [es]tá em torno de 5,1%. Nós conseguimos, e eu vou dar todo empenho a isso, aumentar a capacidade do agricultor familiar no Brasil de produzir alimentos porque é nele, nesse pequeno agricultor [es]tá uma das maiores riquezas do Brasil que é o fato de que a pessoa tem a propriedade e produz o seu alimento.

2010-TV-ACD7

[Resposta ao eleitor Pablo Alex]

Pablo, eu tenho um compromisso com a questão do meio ambiente, eu assinei em nome do Brasil, a redução do, da emissão de gás de efeito estufa de 36% a 39% até 2020. Isso significa uma meta voluntária que nós assumimos. E significa redução do desmatamento na Amazônia em 80%, redução do desmatamento no cerrado em 40%. Agora, sobretudo na Amazônia, o grande orgulho nosso, é que nós começamos o processo e esse processo, no meu governo, eu te asseguro, vai ser intensificado de redução do desmatamento. A área desmatada sistematicamente vinha crescendo, nós começamos a inverter esse crescimento. Então de 27.000 Km², veja bem, 27.0000 km² de desmatamento nós reduzimos pra 7.464 km. Eu pretendo reduzir isso pra aproximar cada vez mais da tolerância zero de desmatamento. Considero o.. o desmatamento um crime contra o Brasil, porque a, as reservas como a Amazônia são uma das maiores riquezas do nosso país. Outra coisa importante, eu vou continuar criando áreas de conservação e garantindo que o.. o meio ambiente, o IBAMA, tenha funcionários especializados capazes de impedir que essas áreas de reserva ambiental, de unidades de conservação, sejam usadas por desmatadores que levem a perda da biodiversidade na Amazônia.

[Réplica a J.S. e ao eleitor]

Pablo, eu tenho certeza que essa questão da proteção do meio ambiente é uma questão de Estado pro Brasil e eu queria te contar uma coisa, nós quando resolvemos diminuir o desmatamento, nós combinamos duas ações – uma ação de repressão nos 43 municípios que são os maiores desmatadores do Brasil, nós colocamos a Polícia federal, as Forças Armadas e o meio ambiente controlando a venda de madeira ilegal. Chamou-se operação

Arco de Fogo. E criamos, porque muitas vezes é a ausência de alternativa, é, de sobrevivência pras populações, que são 20 milhões de pessoas que moram na Amazônia. A ausência de alternativa pra essas pessoas que leva a alguns p-pequenos proprietários inclusive a desmatar. Então criamos uma operação chamada Arco Verde. A primeira coisa que fizemos foi regularizar as terras. Porque terras que não são regularizadas, o, a pessoa não ser proprietária daquele terreno, ela não tem responsabilidade. E ela também tem dificuldade de acessar crédito, então regularizamos, para dar responsabilidade e pra poder acessar crédito. Criamos uma linha especial nesses 43 municípios e fizemos uma coisa muito importante, que eu acredito que a gente pode estender e eu vou estender isso em todas as regiões do Brasil, que é criar instrumentos para que as populações locais tenham do que viver. Aí criamos na agricultura familiar programas de aquisição específica pras produções locais, né, por exemplo, castanha-do-pará, né, passamos a colocar castanha-do-pará na merenda escolar. Eu vou te dizer uma coisa, o Pará, a Amazônia, são regiões riquíssimas do Brasil e serão tratadas como tal.

2014-TV-ACD1

[Réplica à M.S. e ao jornalista José Paulo de Andrade]

(...) Nós vivemos no presidencialismo e no presidencialismo, ao contrário do parlamentarismo, o presidente não é apenas um, um, fator de representação, mas ele tem de agir, ele tem de resolver os graves problemas do país – a educação, a saúde, a segurança; ele tem de resolver os problemas de estradas, de ferrovias, de portos e de aeroportos.

2014-TV-ACD2

[Pergunta ao pastor Everaldo]

(...) Pastor Everaldo, como você sabe, pastor, o Brasil vai precisar muito de energia elétrica para garantir o seu crescimento nos próximos dez anos. Eu queria saber, pastor, quais são as fontes de energia que você defende para garantir o abastecimento do país. E mais ou menos em que dimensão o senhor calcula se é necessário produzir e gerar essas fontes.

[Réplica a P.E.]

Pastor Everaldo, a última vez que não houve planejamento na, no abastecimento de energia elétrica do país, nós tivemos um racionamento de proporções gigantescas. Hoje o Brasil vai precisar nos próximos dez anos de em torno de 70 mil mega watts, e nós temos que planejar a entrada desses 70 mil mega watts, pastor. Eu acredito que a maior e a principal fonte é hidrelétrica, mas outras fontes também são importantes e são suplementares, como é o caso da energia eólica. Nós, pastor, vamos ter no ano que vem a maior participação, a segunda maior participação de energia eólica no mundo, será o Brasil que terá contribuído para isso. Então, pastor, eu acho que tem de planejar, em energia elétrica, tem de planejar e gerir. (...).

2014-TV-ACD3

[Tréplica à M.S.]

Marina, vamos colocar a-as coisas e os pingos nos i`s. O seu diretor, nomeado por você, diretor de fiscalização do IBAMA foi afastado no meu governo por crime de desvio de recursos. E, eu não saí por aí, Marina, dizendo que você era, conhecia a corrupção, e tinha acobertado a corrupção. (...).

2014-TV-ACD4

[Pergunta a Aécio Neves]

(...) Candidato Aécio, o Brasil assumiu em Copenhagen, é, de forma voluntária, a redução das emissões de gases de efeito estufa de, no nível de, no-no nível de trinta e, de-de 36 a 39%. Nós além disso, temos reduzido sistematicamente o desmatamento. Gostaria que o senhor me dissesse qual é a sua política nesta área de mudanças climáticas.

[Réplica a A.N.]

Eu sei, é, candidato, que o senhor não tem assim muita familiaridade com essa questão do cadastro ambiental rural, porque queria avisar ao senhor que ele está em andamento, ele está em processo de ser realizado em todas as regiões do Brasil. Pelo contrário, não depende de regulamentação, já foi feito e já está em andamento. Agora, gostaria de dizer que 79% da matriz elétrica do Brasil, é, ambientalmente correta e sustentável. Pelo contrário, o Brasil hoje reduz por ano 650 milhões de toneladas de dióxido de carbono ou CO2 equivalente. Então, somos bem reconhecidos nessa área.

2014-TV-ACD5

[Resposta à Luciana Genro]

(...). Além disso, fizemos uma série de outros projetos, como por exemplo na agricultura familiar, criamos um programa de compra de alimentos no-no-na criação também do-do, na área rural, nós construímos um programa para garantir cisternas – 1 milhão de cisternas pelo Brasil afora. Então eu acredito que se tem um governo que pode se orgulhar das políticas sociais que fez, é o nosso governo.

2014-TV-ACD6

[Resposta a A.N.]

(...). Candidato, eu acredito que o senhor tenha uma memória curta, o meu governo garantiu nesse período que nós estamos vivendo uma inflação controlada dentro dos limites da meta. É claro que quando há um choque de oferta por conta d-do clima, ou seja, tanto preços de alimentos, quanto preços da energia sobem, isso significa uma pressão sobre a inflação. Mas

como é, como é profundamente passageiro a inflação volta para a meta novamente, pro limite superior da meta. (...).

[Tréplica a A.N.]

(...). O que eu estou dizendo, candidato, é que nós estamos vivendo um momento especial, um choque tanto de alimentos e de energia, que vai passar. E eu tenho certeza que até o final do ano a inflação estará em 6,5%.

2014-TV-ACD7

[Resposta a A.N.]

(...). Além disso, candidato, eu me pergunto, aonde estão todos os envolvidos com o caso SIVAM? Todos soltos. (...).

[Tréplica a A.N.]

(...). Além disso, candidato, seria importante também que o senhor relatasse para o telespectador o que ocorreu em Cláudio quando o senhor construiu um aeroporto na fazenda de um familiar e entregou a chave para ele.

2014-TV-ACD8

[Pergunta a A.N.]

Vou fazer.. Candidato, nós temos uma, damos muita importância à agricultura no Brasil. Durante o meu governo, nós tivemos um aumento muito grande da safra. Vocês, em 2002, tiveram um financiamento de 30 bilhões. Hoje nós temos um financiamento para a agricultura de 180 bilhões. Se o senhor for eleito, quais são as principais medidas que o senhor tomará nessa área?

[Tréplica a A.N.]

Candidato, vocês deixaram a agricultura a pão e água. Candidato, uma pessoa ela fala pro futuro, mas ela tem de mostrar as suas credenciais. Quando eu falo pro futuro, eu os mostro as minhas credenciais. As credenciais de vocês no caso da agricultura é pa-parcos recursos, pouquíssimos; financiamento a juros elevados; não tinham política de seguro; não tinha política de assistência técnica; e não davam a menor importância ao agricultor familiar, não davam importância a um dos seguimentos mais importantes do Brasil, que responde por 70% dos alimentos. Então, candidato, me desculpa, mas o senhor falou, falou e não apresentou nada de concreto, nem no presente, agora tampouco pro futuro.

2014-TT-ACD1

O povo brasileiro não quer de volta aqueles que trouxeram o racionamento de energia
#Dilma13PraVencer

<https://twitter.com/dilmabr/status/518937247861989378>

2014-TT-ACD2

Aécio o Sr. tem que se informar pra conhecer melhor o Brasil. Nós finalizamos a Ferrovia Norte Sul sim. #QueroDilmaTreze

<https://twitter.com/dilmabr/status/524012615568490497>

2014-TT-ACD3

Este é o porto do Rio Grande, fruto da nossa política de conteúdo local para a indústria naval
<http://t.co/EGDa2vlwvr>

<https://twitter.com/dilmabr/status/523573022868135936>

2014-TT-ACD4

Candidato, nós damos muita importância à agricultura no país. No meu governo, tivemos um aumento muito gde da safra. #SomosTodosDilma

<https://twitter.com/dilmabr/status/525818625228537856>

2014-TT-ACD5

Vamos construir a ponte sobre o Rio Madeira, obra fundamental p/ o Acre ter + uma ligação c/ Rondônia.

<https://twitter.com/dilmabr/status/445194009951338496>

2014-TT-ACD6

Candidato, o fato que a água é responsabilidade do estado de SP. Não planejar no maior estado do Brasil é uma vergonha. #PSDBsecouSP

<https://twitter.com/dilmabr/status/525817048405131264>

2014-TT-ACD7

No Ceará se diz "tempo bonito" para dia de chuva. Por isso, desejo "tempo bonito" para o CE e todas regiões q sofrem c/ a falta de chuva

<https://twitter.com/dilmabr/status/446455931799633921>

2014-TT-ACD8

Onde estão os envolvidos na compra de votos para reeleição, no caso Sivam, no caso da pasta rosa, no caso do Metro de SP? #MelhorComDilma13

<https://twitter.com/dilmabr/status/522206079921717248>

2014-TT-ACD9

Durante muitos anos nesse país, não se investiu em saneamento básico. Estamos mudando isso em parceria com os municípios. #SomosTodosDilma
<https://twitter.com/dilmabr/status/525823923376910336>

2014-TT-ACD10

Tenho muito orgulho da parceria q fizemos no semiárido com os nordestinos e os movimentos sociais. #QueroDilmaTreze <http://t.co/TzOqsLufxV>
<https://twitter.com/dilmabr/status/524601086876065792>

2014-TT-ACD11

Vcs (PSDB) deixaram a agricultura a pão e água. Qdo eu falo de futuro, eu tenho credencias. Vcs não davam importância ao agricultor familiar
<https://twitter.com/dilmabr/status/525819319041929216>

2014-TT-ACD12

Com a força das Margaridas, nossas trabalhadoras rurais, reafirmo nosso apoio à agricultura familiar #Dilma13NaContag <http://t.co/uyt7mQMGMd>
<https://twitter.com/dilmabr/status/505060269840928768>

2014-TT-ACD13

Como o senhor explica ter construído um aeroporto num terreno de sua família e com a chave em poder de seu tio? #MelhorComDilma13
<https://twitter.com/dilmabr/status/522206778969563136>

2018-TV-ACD1

[Resposta ao jornalista Ricardo Boechat]

(...). Entre outras medidas, o Brasil precisa voltar a fazer comércio com o mundo todo, sem o viés ideológico. Precisa agregar valor naquilo que tem, não só em seu subsolo, bem como produtos do campo. (...).

2018-TV-ACD2

[Resposta ao jornalista Ricardo Boeachat]

É, no que depender de mim, sim. Há três anos, nó-é.., eu conversei com ele, eu [es]tava ainda engatinhando na questão da candidatura a presidente, é.., e há dois anos ele entrou nessa briga. E ele conseguiu fazer quase dez reuniões, eu sempre presente, chegamo[s] a juntar ao total 122 parlamentares, que aceitaram a nossa proposta, eu botei na mesa, é, o que que nós temos que fazer, é, algumas pequenas mudanças na Constituição, mudança na legislação,

para, por exemplo, atender o homem do campo. O homem do campo é tido como, como, alguém que faz coisa errada, prejudica o meio ambiente, não.. não, o homem do campo quer uma retaguarda jurídica, a garantia jurídica que hoje a terra é dele, se alguém invadir amanhã, o Estado vai fazer a reintegração de posse, vai enquadrar o invasor como se fosse terrorista. E mais ainda, eles não querem acordar amanhã com a portaria do Ministro da Justiça demarcando a tua fazenda, metade dela pra uma terra indígena, não quer isso. Então o campo precisa disso e outras coisa[s], ahn, infraestrutura, acabar com o fim da indústria da multa – ICMBio e IBAMA, parte dos fiscais, vão pro campo pra multar os cara[s], e prejudicando quem quer produzir. Então isso tudo, ah, no final, nessa reunião com parlamentares, bancada evangélica, bancada católica, é, o.. pessoal da segurança, do turismo, nós buscamos todo mundo na Câmara. E hoje em dia, conversado, apalavreado, temos 350 parlamentares. A última grande grupo de parlamentares que fecharam comigo foi a bancada do, a bancada do campo.

2018-TT-ACD1

Confesso nunca ter visto nada parecido! Surpresa muito bacana! Um abraço Mato Grosso do Sul! <https://t.co/veflrJyZmK>

<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1054354250409631744>

2018-TT-ACD2

Meu sogro é de Crateús, interior do estado do Ceará, minha filha de 7 anos tem sangue nordestino. Não há oportunismo, nós estamos do lado da verdade. Nós vamos vencer as mentiras do PT que colocaram o Nordeste e todo o país na lama depois de tanto roubar o povo brasileiro!

<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1047891401793523712>

2018-TT-ACD3

Estivemos em Israel e vimos de perto o que eles não tem e o que eles são, mesmo no meio do deserto. O Nordeste brasileiro tem grande potencial para produzir, gerar empregos e prosperar, principalmente quando falamos em agricultura e energia limpa. É onde pretendemos avançar!

<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1040538438188101634>

2018-TT-ACD4

Irmãos do Nordeste e do Brasil, também fomentando a economia com o turismo, combatendo a violência e trazendo para perto de nós, países que somarão conosco! Vamos juntos mudar os rumos de nossa grande nação! <https://t.co/LMzwc9udcd>

<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1053639035850276864>

2018-TT-ACD5

Bom Dia! O Brasil tem potencial turístico ímpar no mundo, porém sufocado pela violência, falta de infraestrutura e ativismo ambiental. A Baía de Angra dos Reis, por exemplo, poderia ser a Cancun brasileira em economia, já que em beleza, para muitos é superior.

<https://t.co/ADfU0K5O5Q>

<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1041626313013035008>

2018-TT-ACD6

Índia da Tribo Xingu visita Jair Bolsonaro e conhece suas reais propostas, sem as mentiras do PT. O Brasil é de todos nós! <https://t.co/4JNpYW6TfZ>

<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1055884480043462659>

2018-TT-ACD7

FAMÍLIA e PROPRIEDADE PRIVADA: <https://t.co/PI2SJvdxOZ>

<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1056124844058796032>